

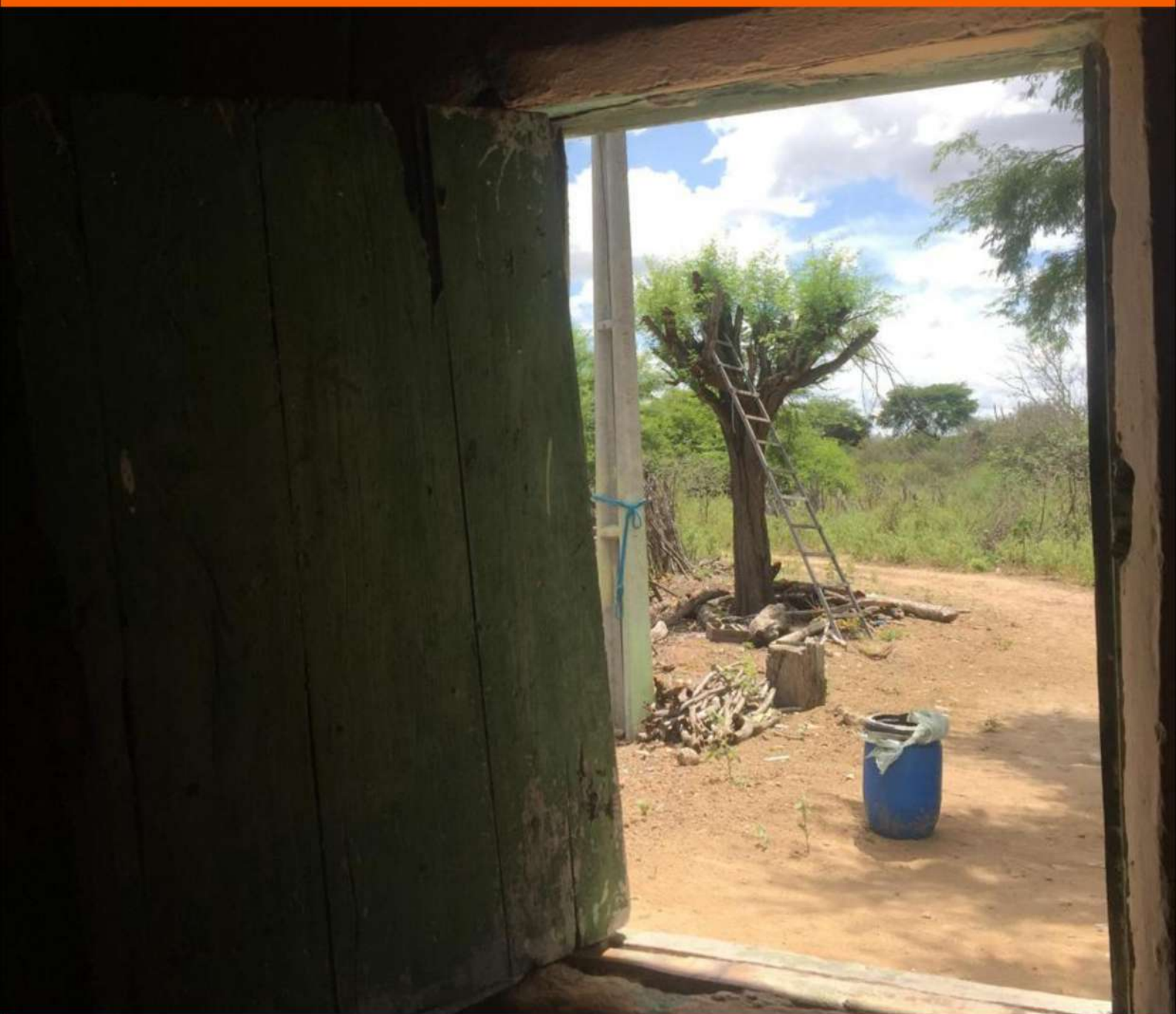
ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

v. 32, n. 2

Julho a dezembro de 2024

Publicação contínua



ISSN 2526-7752

ESTUDOS

Sociedade e Agricultura

ISSN@ 2526-7752

v. 32, n. 2

julho a dezembro de 2024

Publicação contínua

Estudos Sociedade e Agricultura

Revista de Ciências Sociais aplicadas ao estudo do mundo rural

Janeiro a junho de 2024 (publicação contínua), volume 32, número 1

ISSN @ 2526-7752

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Instituto de Ciências Humanas e Sociais

Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS)

Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)

Reitor: Roberto de Souza Rodrigues; Vice-reitor: César Augusto Da Ros

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação: Lúcia Helena Cunha dos Santos

Chefe do DDAS: Cícero Pimenteira

Coordenadora do CPDA: Debora Franco Lerrer

Editora-chefe: Maria José Carneiro

Editores adjuntos: Carmen Andriolli e Marcelo Rosa

Conselho editorial: Alberto Riella (Universidad de La República, Uruguai), Ana Carneiro Cerqueira (Universidade Federal do Sul da Bahia), Andrea Lorena Butto Zarzar (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Andréa Zhouri (Universidade Federal de Minas Gerais), Arilson Favareto (Universidade Federal do ABC), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Carla Gras (Universidad Nacional de San Martín, Argentina), Catia Grisa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Cloves Farias Pereira (Universidade Federal do Amazonas), Cristiana Losekann (Universidade Federal do Espírito Santo), Cristóbal Kay (Erasmus Universiteit Rotterdam, Países Baixos), Darío Fajardo (Universidad Externado de Colombia, Colômbia), Edna Castro (Universidade Federal do Pará), Georges Gérard Flexor (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), Gil Almeida Felix (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), Isidoro Moreno (Universidade de Sevilla, Espanha), João Carlos Barrozo (Universidade Federal de Mato Grosso), John Cunha Comerford (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Marcelo Domingos Sampaio Carneiro (Universidade Federal do Maranhão), Marie France Garcia-Parpet (Institut National de la Recherche Agronomique, França), Marilda Aparecida de Menezes (Universidade Federal do ABC), Paulo Henrique Freire Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Ramonildes Alves Gomes (Universidade Federal de Campina Grande), Renata Campos Motta (Freie Universität Berlin Alemanha), Rodrigo Constante Martins (Universidade Federal de São Carlos), Sergio Sauer (Universidade de Brasília), Sergio Schneider (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (Universidade Federal do Pará), Susana de Matos Viegas (Universidade de Lisboa, Portugal) e Wendy W. Wolford (Cornell University, Estados Unidos).

Assistente Editorial e Comunicação: Delcio Junior (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Revisão de português: Vania Santiago

Revisão de inglês: Tracy Smith Miyake

Revisão de espanhol: Helena Germer

TI e Administração Web: Diego Jesus de Oliveira (InfoInterativa)

Foto de capa: Claudivam Silva (visita de campo no Projeto Pró-Semiárido na cidade de Uauá/BA, 2022)

Apoio: Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPPG), Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (DDAS) e Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA).

CPDA - Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Av. Presidente Vargas, 417 – 6º a 10º andares – Centro – CEP 20071-003 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: +55 (21) 2224-8577

Editoria: estudoscpda@ufrj.br

revistaesa.com

Sumário

Artigos

(fluxo contínuo)

Água e segurança alimentar durante a seca:

estudo em áreas rurais de Medina, Semiárido do vale do Jequitinhonha

e2432201

Lucas F. Barbosa, Flávia Maria Galizoni, Eduardo M. Ribeiro

O planejamento territorial no estado da Bahia pela
perspectiva dos atores do território

e2432202

Carolina Schiesari, Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Apuntes sobre la construcción de la hegemonía discursiva
sobre los agrotóxicos en el agronegocio argentino

e2432203

Paula Aldana Lucero

Agronegocios, actores y territorio: la perspectiva de la población de
localidades agrarias de la provincia de Buenos Aires (Argentina, 2022)

e2432204

María Dolores Liaudat, Manuela Moreno

Seção Temática

Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia

Editores da seção temática

Valdemar João Wesz Junior (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu)

Juanita Cuéllar Benavides (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu)

Karina Kato (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)

Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia

e2432205

Valdemar João Wesz Junior, Juanita Cuéllar Benavides, Karina Yoshie Martins Kato

A “Guerra das Rotas” da soja: da especulação à “Razão Logística”

e2432206

Diana Aguiar

A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias

e2432207

Rogério Rego Miranda

Os caminhos para a Natureza Barata: a expansão da fronteira da soja no Brasil

Giacomo Otavio Tixiliski, Paola Huwe de Paoli

e2432208

Corredor logístico, expansão de fronteiras coloniais e territorialidades quilombolas no Maranhão

Cíndia Brustolin

e2432209

Comunidades ribeirinhas amazônicas: dinâmicas territoriais e conflitos na calha do rio Madeira

João Maciel de Araújo, Luciane Silva da Costa Marinho, Rita Clara Vieira da Silva

e2432210

Acumulação primitiva no Baixo Amazonas/PA: as disputas territoriais em torno do lago do Maicá e o Complexo Portuário da Embraps em Santarém – PA

Rogério Almeida

e2432211

Dinâmicas da ocupação da logística portuária do agronegócio e seus rebatimentos socioeconômicos e territoriais em Itaituba – Pará

Márcio Júnior Benassuly Barros

e2432212

Latifúndios de carbono e moedas virtuais para proteger a Amazônia: a corrida por terras e financeirização da natureza

Thereza Cristina Cardoso Menezes

e2432213

Table of contents

Articles

(continuous flow)

Water and food security during drought: a study of rural areas
in Medina, in the semi-arid region of the Jequitinhonha Valley, Brazil

e2432201

Lucas F. Barbosa, Flávia Maria Galizoni, Eduardo M. Ribeiro

Territorial planning in the state of Bahia from the perspective of territorial actors

e2432202

Carolina Schiesari, Paulo Eduardo Moruzzi Marques

Notes on the construction of discursive hegemony
on agrottoxins in Argentine agribusiness

e2432203

Paula Aldana Lucero

Agribusiness, actors and territory: the population opinion
of the agricultural localities of the province of Buenos Aires

e2432204

María Dolores Liaudat, Manuela Moreno

Thematic Section

Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia

Theme Editors

Valdemar João Wesz Junior (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu)

Juanita Cuéllar Benavides (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu)

Karina Kato (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)

Agribusiness, logistics infrastructure and land dynamics in the Amazon

e2432205

Valdemar João Wesz Junior, Juanita Cuéllar Benavides, Karina Yoshie Martins Kato

Soy's "War of Routes": from speculation to "logistics rationale"

e2432206

Diana Aguiar

The territorial (re)organization of the Amazon based on the railroads

e2432207

Rogério Rego Miranda

Pathways to cheap nature: expansion of the soybean frontier in Brazil	e2432208
Giacomo Otavio Tixiliski, Paola Huwe de Paoli	
Logistics corridor, expanding colonial borders and Quilombola territories in Maranhão	e2432209
Cíndia Brustolin	
Amazon riverside communities: territorial dynamics and social conflicts in the Madeira River Valley	e2432210
João Maciel de Araújo, Luciane Silva da Costa Marinho, Rita Clara Vieira da Silva	
Primitive accumulation in the Lower Amazon, Pará: territorial disputes around Lake Maicá and the Embraps port complex in Santarém, Pará	e2432211
Rogério Almeida	
Dynamics of occupation for agribusiness port logistics and territorial and socioeconomic repercussions in Itaituba, Pará	e2432212
Márcio Júnior Benassuly Barros	
Carbon estates and NFTs: the land rush and financialization of nature in the southern Amazon basin	e2432213
Thereza Cristina Cardoso Menezes	

Artigos

Fluxo contínuo

Água e segurança alimentar durante a seca: estudo em áreas rurais de Medina, Semiárido do vale do Jequitinhonha

Water and food security during drought: a study of rural areas in Medina, in the semi-arid region of the Jequitinhonha Valley, Brazil

 **Lucas F. Barbosa¹**

 **Flávia Maria Galizoni²**

 **Eduardo M. Ribeiro³**

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_01

Resumo: Um quadro de seca e variação climática pode impactar o estado de segurança alimentar e nutricional de famílias lavradoras no Semiárido brasileiro? Este artigo investiga a pauta alimentar de vinte e uma famílias de agricultores do município de Medina, Vale do Jequitinhonha, durante a grande seca de 2011/2019. Com base em técnicas etnográficas de observação participante e testes estatísticos de correlação *Spearman* (ρ), percebeu-se que não ocorreram alterações significativas nos costumes alimentares durante a seca. Os resultados indicam que a renda domiciliar e a produção

¹ Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Consultor e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (NPPJ/UFMG). E-mail: limbersocial@gmail.com.

² Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Apoio à Agricultura Familiar (NPPJ/UFMG). E-mail: flaviagalizoni@yahoo.com.br.

³ Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente no Instituto de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: eduardoribeiromacuni@gmail.com.

para o autoconsumo garantiram a estabilidade e a qualidade da alimentação. Observou-se também que famílias lavradoras de Medina formavam um importante setor para demanda de alimentos no comércio local. Essa situação resultou ainda numa maior sensibilidade à variação dos preços dos alimentos e ao gasto público em programas sociais de transferência de renda em relação ao estado de segurança alimentar das famílias pesquisadas.

Palavras-chave: agricultura familiar; autoabastecimento; programas públicos; mudanças climáticas.

Abstract: Can drought and climate variation impact the food and nutritional security of farming families in Brazil's semi-arid region? This article investigates the dietary habits of twenty-one farming families in the municipality of Medina, in the Jequitinhonha Valley, during the great drought of 2011/2019 using ethnographic techniques such as participant observation and Spearman correlation statistical tests (ρ). We found that there were no significant changes in dietary habits during the drought, and that household income and production for self-consumption ensured food stability and quality. Farming families in Medina were seen to form an important sector for food demand in the local market. This situation also resulted in greater sensitivity to food price variations and public spending on social cash transfer programs related to the food security status of the studied families.

Keywords: family farming; self-sufficiency; public programs; climate change.

Introdução

Seca é um fenômeno climático recorrente no Semiárido brasileiro. Ao longo da história o evento foi associado ao castigo divino, à preguiça dos sertanejos e ao resultado de ações humanas, entre outros fatores. No entanto, qualquer que fosse a causa indicada, as consequências das secas sempre foram relacionadas à miséria, à fome, a saques e migração da população rural. Essa associação foi enfatizada em estudos técnicos e artigos em periódicos, em filmes, romances e

documentários. Decorre daí que, considerada uma terrível fatalidade no imaginário brasileiro, desde o começo do século XX a estiagem foi alvo de programas públicos que influíram na política, na economia e na organização social.

Nas primeiras décadas do século XXI, porém, o Semiárido passou por notáveis transformações que colocaram sob suspeita a relação paradigmática entre seca e miséria humana. Várias iniciativas da sociedade, notadamente da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA/Brasil), construíram novas interpretações e, considerando que a pobreza antecederia à seca, indicaram que esta apenas agudizava situações críticas já existentes (Duque, 2008; Marengo, 2008). Assim, foi aberta outra interpretação: se o fenômeno climático não origina a pobreza, estratégias de adaptação ao clima e programas de distribuição de renda devem ser eficientes para paliar os efeitos da seca no Semiárido. Apartando os fatores climáticos e socioeconômicos, estariam abertos novos horizontes para pensar as relações entre sociedade e eventos climáticos.

Durante a década de 2010 e 2020 o Semiárido brasileiro atravessou uma das secas mais longas da sua história; a “grande seca”, como dizem os agricultores. No Semiárido de Minas Gerais essa seca prolongada se manifestou em áreas de forte ação antrópica, com nascentes e rios em estado avançado de degradação, comprometendo seriamente o abastecimento de água. Essa região tem população rural muito adensada, composta em maioria por agricultores familiares, que teve proporção elevada da produção agrícola prejudicada. Nesse cenário, quais foram os efeitos da “grande seca” sobre a pauta alimentar?⁴

Este artigo parte dessa indagação e tem como objetivo analisar as condições de segurança alimentar de famílias lavradoras de uma porção do Semiárido mineiro: a área rural do município de Medina, no vale do Jequitinhonha de Minas Gerais. A pesquisa que originou o artigo partiu da interpretação que os agricultores fizeram do evento climático, buscando compreender as variáveis que efetivamente influíam na segurança alimentar, avaliando renda, produção de autoconsumo, capacidade de armazenamento de água e a existência de

⁴ O conceito refere-se ao conjunto de alimentos que compõe a dieta diária de uma comunidade ou grupo específico, especialmente em contextos rurais. Esse conceito envolve não apenas os tipos de alimentos consumidos, mas também os hábitos, práticas culturais e significados sociais associados a esses alimentos, como elaborado no estudo de Brandão (1978).

programas públicos. Percebe-se que a população analisada combina, na escala local, sistemas de produção adaptados ao meio com programas públicos, para assim criar estratégias que asseguram o sustento. Nesse período, agricultores de Medina tiveram acesso à água e à alimentação de qualidade.

O artigo descreve costumes alimentares, condições de acesso e estabilidade da oferta dos alimentos consumidos pelas famílias. Está organizado em cinco seções, além da introdução; nas próximas partes são apresentados os métodos de pesquisa, o Semiárido mineiro, a manifestação e as interpretações sobre a seca no município, para ao final analisar a alimentação.

Método

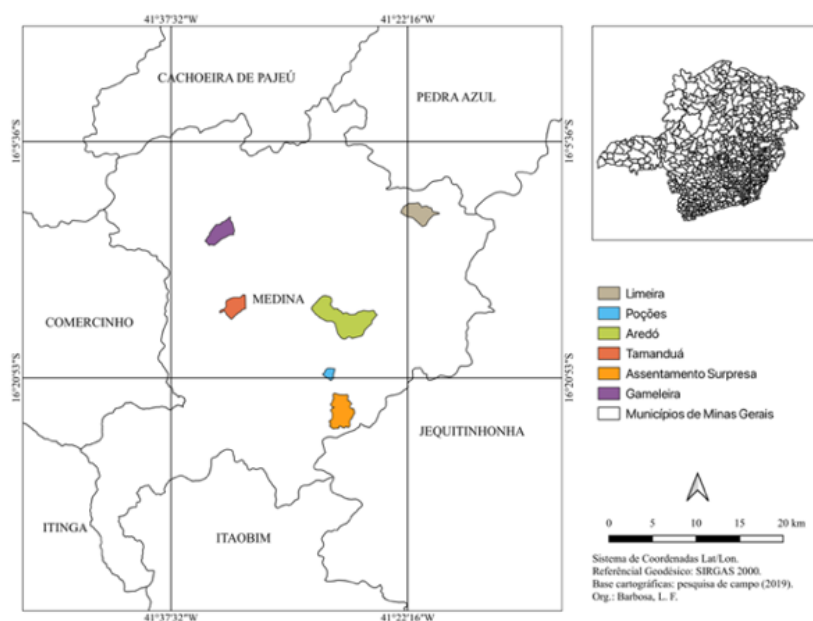
A pesquisa que deu origem ao artigo usou de abordagem quali-quantitativa. Essa escolha se deve à possibilidade de, assim, investigar com profundidade os temas relativos a costumes, sociabilidade, volumes de produção de alimentos e outras variáveis, como nível de precipitação e capacidade de armazenamento de água nos domicílios (Gil, 2008). Ao se deparar com desafios metodológicos, a pesquisa combinou técnicas adaptadas às situações impostas pelo contexto da investigação e das famílias participantes (Günther, 2006).

O levantamento das informações e análises foram guiadas por técnicas etnográficas de observação participante e aplicação de Survey com apoio de testes estatísticos, utilizando-se de dados primários e secundários. Os dados primários foram coletados a partir de um *survey* que contemplava questões socioeconômicas e uma versão adaptada do inquérito alimentar *Household Dietary Diversity Score* (HDDS), promovido pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). O HHDS é uma ferramenta usada para avaliar a diversidade da dieta de indivíduos e famílias. Este indicador considera o consumo de diferentes grupos alimentares ao longo de um determinado período, geralmente 24 horas, proporcionando uma medida da qualidade nutricional e da variedade da alimentação (FAO, 2010). Os dados secundários, relacionados à produção agropecuária e às características sociodemográficas de Medina, foram obtidos de fontes censitárias. Durante a

pesquisa foram usados regularmente mapas mentais, quadros sinóticos e diários de campo, necessários para sistematizar as informações coletadas.

Para analisar as características da população-alvo da pesquisa foi necessário estabelecer uma amostra, considerando o universo pesquisado e suas particularidades. Contando com o conhecimento de campo de dirigentes e técnicos do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Medina, foram definidos quatro critérios para seleção das famílias investigadas: (a) acesso a fontes e formas de obtenção de água; (b) capacidade de produção de alimentos e criação de animais no terreno familiar; (c) diversidade de formas de acesso aos mercados; e (d) participação em programas sociais. Além dos critérios citados, foi considerada a diversidade do perfil socioeconômico das famílias, observando a composição domiciliar, o sexo do chefe de família e a disposição espacial das unidades de produção em relação ao centro urbano municipal.

Mapa 1 – Comunidades rurais pesquisadas no município de Medina



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A escolha das comunidades rurais pesquisadas se deu de forma intencional e não probabilística (Marconi; Lakatos, 2003), segundo a orientação do STR de Medina que favorecia a logística, garantindo o rigor necessário para formatação

de amostra diversa. Ao todo, conforme o Mapa 1, foram pesquisadas seis comunidades rurais no município. O universo pesquisado consistia de 216 estabelecimentos agropecuários familiares localizados nas seis comunidades rurais. Contudo, em virtude da homogeneidade da amostra, justificada pela similaridade apresentada nos estabelecimentos do universo, levando em conta os quatro critérios de seleção da amostra, foram investigados 21 domicílios, representando cerca de 10% do total de estabelecimentos da agricultura familiar dessas comunidades (Tabela 1).

Os procedimentos de pesquisa foram iniciados em julho de 2019 e encerrados em setembro de 2020, como uma alternativa para evitar a sazonalidade nos dados, considerando um ciclo agrícola completo. Entre abril e setembro de 2020, em razão da pandemia de Covid-19,⁵ parte da coleta dos dados de produção e consumo de alimentos foi realizada remotamente, por meio de videochamadas e chamadas telefônicas com as famílias participantes da pesquisa.

Tabela 1 – Total de estabelecimentos rurais nas comunidades investigadas, amostra inicial do estudo e quantidade de entrevistas realizadas

Comunidades	Estabelecimentos rurais	Entrevistas realizadas
Aredó	63	5
Assentamento Surpresa	50	5
Gameleira	46	4
Limeira	12	1
Poções	12	2
Tamanduá	33	4
Total	216	21

Fonte: Secretária Municipal de Saúde de Medina, organizada pelos autores (2020).

⁵ Ressalta-se que a coleta dos dados associados aos inquéritos alimentares não foi impactada pela pandemia de Covid-19, uma vez que ocorreu entre julho e novembro de 2019. Os dados coletados durante o período de isolamento e distanciamento social estiveram relacionados ao acesso aos recursos hídricos e ao ciclo produtivo agropecuário das famílias.

Escassez, Semiárido e água

A escassez de água é um fenômeno cotidiano para uma parte da população do Semiárido, especialmente para os agricultores familiares. Nesse sentido, analisar os fundamentos da noção de escassez⁶ é um requisito para considerar as condições de vida e as estratégias acionadas pelas populações rurais. A partir dos estudos realizados por Malvezzi (2007), Silva (2007) e Rebouças (1997), entende-se que a escassez hídrica origina-se para além das questões ambientais ou climáticas, relaciona-se diretamente com questões de ordem sociais e econômicas, vinculando-se a uma relação dialética entre o recurso hídrico, o ambiente e as relações de poder presentes no meio. Este fenômeno pode ser interpretado de diferentes formas quando se analisa as problemáticas de acesso à água e a terra, por exemplo, muito embora essa noção de falta de água seja aprofundada devido à indisponibilidade ou à ação descontextualizada do estado brasileiro.

Em Minas Gerais, estas duas óticas foram observadas: fatores naturais e intervenção institucional, e ambas estão relacionadas às fontes e às formas de abastecimento. Segundo Araújo, Ribeiro e Reis (2010), as fontes de abastecimento no Semiárido mineiro são variadas e estabelecidas por meio de iniciativas do setor público, da sociedade civil, das empresas privadas e das parcerias diversas. Nos estudos de Galizoni *et al.* (2008), a noção de escassez hídrica está presente na vida dessas populações, mesmo com a diversidade de fontes de acesso à água, em virtude do contexto de restrição que é compartilhado entre as famílias e no ambiente em que vivem. Os dados relativos à quantidade e à distribuição de chuva na região associados ao estoque natural dos recursos hidrográficos podem constituir situações de certa insegurança hídrica.

Entretanto, a escassez hídrica para as populações rurais da porção mineira do Semiárido agravou-se com a degradação ambiental, resultado da implementação de empreendimentos considerados desenvolvimentistas,

⁶ Neste trabalho, considera-se que o conceito de escassez não se apreende a uma visão ontológica ou de satisfação apenas das necessidades corporais. Contudo apreende a perspectiva subjetiva dos sujeitos pesquisados e incorpora outros elementos, como as tradições e culturas, extrapolando a teorização estritamente econômica e tradicionalmente retratada. Para mais informações, consultar Polanyi (2018).

principalmente, após meados dos anos 1970, no período da ditadura militar. A modernização conservadora do setor agrícola alinhada aos programas governamentais, ocasionou uma forte depleção dos recursos da natureza, ilustrada pelo desaparecimento de corpos d'água e áreas de recargas nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais (Calixto, 2006, Silva *et al.*, 2022).

De acordo com Rebouças (1997), a dinâmica da água no Semiárido brasileiro está associada aos fatores naturais – dentre eles o fato de as chuvas caírem de forma irregular e a recorrência de prolongadas estiagens –, mas é relativa à distribuição desigual de acesso a terra: 80% desse recurso estão localizados em áreas ocupados por 5% da população; indicando concentração fundiária e monopólio dos recursos hídricos. A escassez hídrica não se restringe assim a fatores naturais, mas estruturas sociais e políticas desiguais, estabelecidas desde a ocupação do Semiárido, contribuíram para a ampliação do problema. Em diversos casos, a falta de água no Semiárido tem motivações políticas, o que a configura como instrumento de dominação e ampliação dos privilégios locais para grupos específicos (Silva *et al.*, 2020).

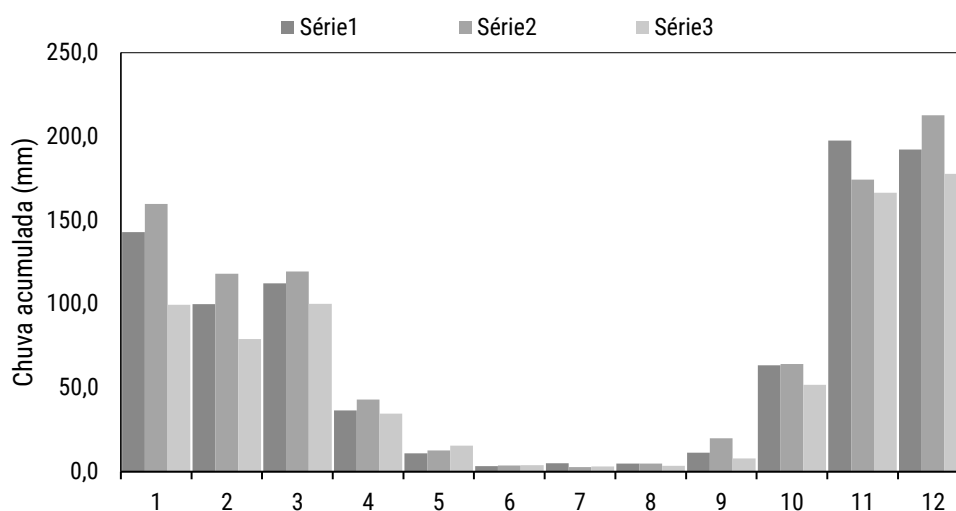
Em relação à porção do Semiárido em Minas Gerais, ao todo são 91 municípios incorporados sob regulamentação do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene);⁷ estima-se que a área total é de aproximadamente 121 mil km², com uma população total aproximada de 1,5 milhão de pessoas. Na perspectiva de Cruz, Ribeiro e Galizoni (2018), o Semiárido mineiro reúne aspectos gerais das regiões mais áridas do país, por exemplo, elementos relacionados à baixa precipitação anual, chuvas irregulares, altas temperaturas e secas prolongadas ao longo da história. Entretanto, duas particularidades são relevante para a área mineira: há chuva ao longo do ano com consideráveis irregularidades; e há também a insurgência mais constantes de nascentes (Galizoni, Ribeiro; Chiodi, 2008).

De acordo com Andrade (1973), há duas estações climáticas bem definidas no Semiárido brasileiro: o tempo das águas e a estiagem (seca). Nas regiões áridas de Minas Gerais, o tempo das águas se inicia no fim de outubro, consolidando-se em novembro, o final desta etapa ocorre em março. Entre 1990 e 2019, a

⁷ A Sudene, criada em 1959, é uma autarquia federal brasileira que visa promover o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste, mediante políticas públicas e projetos estratégicos para reduzir as disparidades regionais.

precipitação média acumulada entre outubro e março concentrou 90% das chuvas no período anual; e o volume médio de chuva nesse período foi de 779 mm. O período de forte estiagem no Semiárido mineiro acontece entre abril e setembro, em média, chove aproximadamente 75 mm, com destaque para os meses de junho, julho e agosto que alcançam uma média de chuva de até 3,5 mm por mês.

Gráfico 1 – Distribuição mensal média das chuvas em regiões geográficas imediatas que participam do Semiárido mineiro de 1990 a 2019



Fonte: Inmet (2020), organizado pelos autores.

Nota: Há estações que estão localizadas em municípios que não estão na delimitação do Semiárido, no entanto, participam em regiões geográfica imediatas localizadas na delimitação legal.

As águas da chuva estão associadas à capacidade de produção e ao manejo da unidade familiar. Além disso, é com base nisso que são realizados planejamentos produtivos das famílias, por exemplo, o tempo de plantar que acontece entre outubro e dezembro. De acordo com Schistek (2013), essa situação é subestimada, na maioria das vezes, pelos formuladores de políticas públicas e de conhecimento público geral, isto é, o padrão pluviométrico do Semiárido é conhecido e deveria ser considerado uma importante estratégia para aplicação de ações governamentais.

Os dados do Atlas Digital das Águas de Minas (UFV, 2012) indicaram que no Semiárido mineiro há presença de quatro regiões hidrográficas, com destaque para as do rio São Francisco e do rio Jequitinhonha, que juntos abastecem 79 municípios na delimitação do Semiárido mineiro. A oferta dos recursos hídricos na forma fluvial é essencial para populações rurais. Segundo Galizoni e Ribeiro (2002), as áreas mineiras áridas apresentam um número médio maior de nascentes se comparado à média do Semiárido brasileiro. A relevância desse recurso de primeira ordem para populações rurais se dá no uso e gestão das nascentes e córregos para o abastecimento das famílias. Além disso, são relevantes para distribuição espacial da população e capacidade produtiva das unidades domésticas de produção. Nas últimas três décadas, houve redução do volume de água em nascentes e, em alguns casos, o desaparecimento completo (Pereira; Almeida, 2011).

Com a escassez das águas subterrâneas e a irregularidade das chuvas, é comum o poder público realizar abastecimento complementar por carros-pipas na região, prática emergencial que não resolveu o problema da falta de água na região nem garantiu a satisfação completa das necessidades dos grupos domésticos (Silva *et al.*, 2020). Em alguns casos, esta prática reforça a relação de domínio-dependência entre políticos e populações rurais do Semiárido (Duque, 2008; Araújo; Ribeiro; Reis, 2010; Schistek, 2013).

Percepções de escassez de água

As relações entre sociedade e água são fundamentadas na cultura. Agricultores familiares do vale do Jequitinhonha criam classificações específicas de águas que originam hierarquias de uso (Galizoni, 2013). As percepções de estiagem são, também, variáveis culturais; os grupos de lavradores interpretam a “grande seca” à luz de um conjunto de transformações que ocorrem desde os anos 1990/2000.

O município de Medina registra dificuldades recorrentes de abastecimento de água há, pelo menos, duas décadas. No início dos anos 2000 foi registrada forte pressão sobre os recursos hídricos: o estudo de Galizoni (2005) revelou que o uso predatório das fontes naturais e o grande número de

empreendimentos extrativistas, principalmente exploração de granito, contribuíam para reduzir a oferta de água. Entre 2003 e 2016, em nove oportunidades foi decretado Estado de Calamidade Pública no município, em função da oferta insuficiente de água. Desde 2015, a população urbana conviveu com o racionamento de água. Em janeiro de 2020 foi necessário criar um plano emergencial de racionamento pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), com alternância de até 72 horas na oferta de água nos domicílios. Essa situação foi acompanhada por redução significativa da oferta de água para o consumo e produção de alimentos de populações rurais.

Mas a percepção da falta de água por parte das famílias rurais vai além de planos emergenciais, decretos institucionais ou dados oficiais sobre índices pluviométricos. Fundamentam o fenômeno da “grande seca” num cenário de escassez que vem se acentuando há muitos anos, como uma variação climática estrutural que se manifesta no regime de chuvas e se reflete nos ciclos de plantios. A situação de seca, para as famílias investigadas, se caracteriza pela chegada tardia das chuvas que, conseqüentemente, compromete até plantios de ciclo longo, como milho e arroz, como apresentado nas entrevistas em profundidade com técnicos e dirigentes do STTR de Medina. Além disso, a ausência de trovoadas, associada aos *veranicos* de janeiro, sinaliza uma longa estiagem em plena temporada chuvosa, dividindo o “tempo das águas” em duas estações e prejudicando cultivos. O sentimento de escassez se manifesta primeiro na disponibilidade das águas, para depois se confirmar com a redução das safras.⁸

⁸ Populações rurais do Jequitinhonha iniciam a previsão de chuvas com as “experiências” da noite de São João, entre 24 e 25 de junho; em seguida, observam a chegada das “chuvas de broto” de agosto e setembro, a floração das árvores, o comportamento de cupins, formigas e aranhas, além da umidade do ambiente e das margens de rios. Sobre etnoconhecimento e clima no Semiárido consultar Galizoni *et al.* (2013) e Nasuti *et al.* (2013).

Acompanhando o clima por décadas, conforme relatado nas entrevistas de campo, as famílias lavradoras percebem que ocorreram mudanças no ciclo das chuvas com forte impacto na disponibilidade de águas de nascentes, córregos e poços que são usados frequentemente: “A água mudou muito. Hoje as águas são mínimas. A água aqui era nativa, chovia muito. Desde 1985 a água foi diminuindo e o tempo quente foi aumentando e as nascentes acabando” (senhor João Aparecido, novembro de 2019, comunidade de Limeira).

O relato feito por este e outros agricultores coincide com os dados da estação meteorológica mais próxima (Estação 83393), localizada no município de Pedra Azul – cerca de 50 quilômetros do centro urbano de Medina – como mostra a Tabela 2. A média histórica registrada entre 1973 e 2019 foi de 846 mm de chuva. Com base na média mensal de precipitação, organizada por décadas, observou-se uma alteração na tendência de chuvas anterior à década de 2010. Segundo os dados agregados para a década de 2010, a precipitação média foi de 777 mm, havendo uma redução de 69 mm nesse período em relação à média histórica. Além da quantidade total da chuva, outro aspecto considerado na perspectiva da população rural é a irregularidade e a mudança das estações de chuva e seca. Com fundamento na média mensal de precipitação, organizada por décadas, observou-se uma alteração na tendência de chuvas anterior à década de 2010. Por exemplo, historicamente, em setembro, o acúmulo médio de precipitação era de 20 mm; na última década, esse valor aumentou para uma média de 98 mm. Em contrapartida, entre os meses de dezembro e março, houve uma redução acentuada do acúmulo médio de chuvas na última década, em comparação com a média do período observado.

Os dados do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) indicam uma distribuição mais irregular das chuvas na última década do estudo, conforme apresentado na Tabela 2. Por outro lado, na percepção dos agricultores entrevistados, essa situação também foi observada. Durante as entrevistas, foi possível identificar uma maior irregularidade na distribuição das chuvas, com uma frequência aumentada de “trovoadas” – chuvas intensas, acompanhadas de trovões e relâmpagos.

Tabela 2 – Distribuição mensal da pluviosidade média na estação meteorológica 83393, localizada em Pedra Azul, entre 1973 e 2019

Década	Meses												Média anual
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
1970	128	104	99	50	32	12	19	9	18	129	185	145	929
1980	136	42	79	71	30	14	11	7	44	71	111	209	824
1990	103	61	129	41	21	10	12	8	12	56	178	191	822
2000	140	88	132	55	37	12	12	10	19	49	162	188	903
2010	97	53	98	54	27	19	16	13	98	43	182	168	777
Média mensal	120	68	108	54	29	13	14	9	20	66	164	182	846

Fonte: Inmet (2020), organizada pelos autores.

Irregularidade e concentração de chuvas, associadas ao desaparecimento e enfraquecimento de nascentes, explicam o sentimento de falta de água; no entanto, as famílias rurais conservam a classificação cultural para definir o tempo, isto é: as estações, período “das águas” e período “da seca”.

No geral, as unidades domésticas de produção precisavam combinar formas de abastecimento para superação da insegurança hídrica. As fontes eram hierarquizadas segundo os critérios de qualidade e disponibilidade realizados pelas próprias populações rurais (Galizoni, 2005). O principal meio para o abastecimento da agricultura familiar de Medina era o poço convencional, localmente designado como cisterna, escavações rasas e próximas ao domicílio das famílias. Tinha-se também a captação de água por meio de rios ou riachos – aspecto relevante para a disponibilidade de água e para a capacidade produtiva das famílias – e cisternas de placa⁹ para armazenamento de água de chuva e nascentes, e alguns poucos dispunham de poços tubulares, artesianos ou semiartesianos, para captação e abastecimento dos domicílios (IBGE, 2020a). Mas, nas situações recorrentes de escassez e indisponibilidade dos recursos

⁹ Cisternas de placas do programa P1MC (Programa Um Milhão de Cisternas) são estruturas de armazenamento de água construídas com placas de concreto, destinadas a captar e armazenar água da chuva para uso doméstico e agrícola em áreas rurais do semiárido brasileiro.

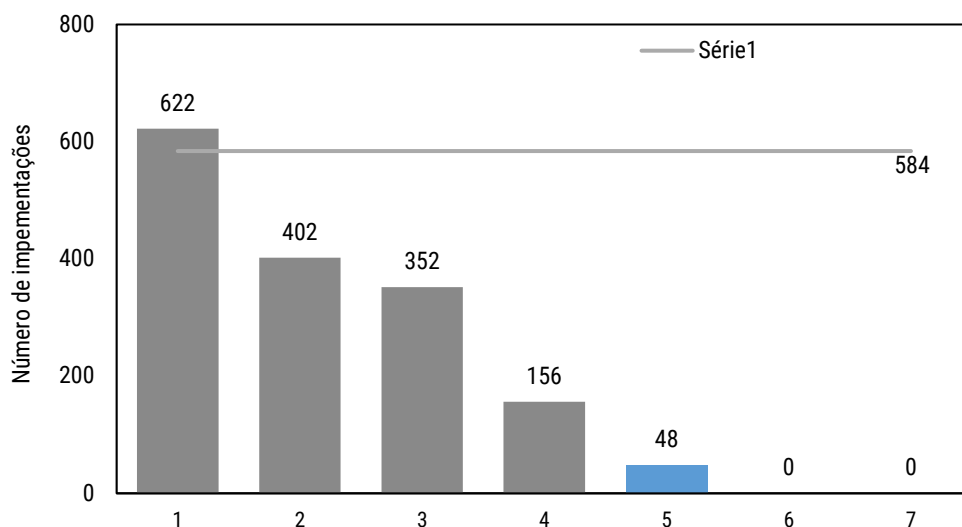
hídricos em fontes naturais, uma alternativa praticada pelo poder público para as populações rurais é o abastecimento por carros-pipas.

A percepção de gravidade da seca foi reforçada pela timidez das políticas públicas para convivência com o clima. O uso de tecnologias sociais para armazenar água foi importante para superar a insegurança hídrica no rural do Semiárido brasileiro (Duque, 2008; Assis, 2001). No entanto, no município, a disseminação de tecnologias sociais foi insuficiente para ampliar a capacidade de armazenamento de água para a população rural: em Medina, foram distribuídas 48 cisternas de 16 mil litros para captação de água de chuva (Gráfico 1), número bem inferior à distribuição nos municípios adjacentes e à média do Semiárido de Minas Gerais. As respostas institucionais foram em direção à tradicional abordagem de “combate à seca”, adotando o sistema de carros-pipa para quase um terço da população rural.¹⁰ Entre setembro de 2019 e fevereiro de 2020, sete comunidades rurais do município receberam este abastecimento complementar; no município foram atendidas 1.470 pessoas com domicílio rural permanente, ou cerca de 25% da população rural de Medina (Cedec, 2019).

Dessa forma, as mudanças nos ciclos das chuvas, a presença de carros-pipa para abastecimento em comunidades rurais, o uso modesto de tecnologias sociais de convivência com o clima semiárido e a mineração predatória fortaleceram a percepção de seca e a incerteza em relação ao clima para famílias rurais de Medina. A seca se manifesta como fenômeno complexo, originado de alterações climáticas, mas também associada a aspectos técnicos, políticos e culturais que estão presentes na vida cotidiana.

¹⁰ A partir da estratégia do poder público para abastecimento das famílias, o uso dos carros-pipa é destinado em parte significativa para abastecimento das cisternas de placa. A aplicação dessa ação institucional não é excludente à política de construção das cisternas, mas é uma estratégia para continuidade do abastecimento de água durante períodos de maior estresse hídrico das famílias.

Gráfico 2 – Tecnologias implementadas pela ASA na Região Geográfica Imediata de Pedra Azul e média por município do Semiárido de Minas Gerais



Fonte: ASA Brasil (2020), organizado pelos autores.

Dimensões da segurança alimentar

Segurança alimentar

Em 2018, cerca de 820 milhões de pessoas no planeta estavam sob risco de fome e subalimentação, em virtude das crises econômicas globais, conflitos territoriais e variações climáticas (FAO *et al.*, 2019). A literatura técnica aponta uma forte relação entre eventos climáticos agudos e a piora nas condições de segurança alimentar, especialmente em zonas tropicais, destacando a dificuldade de acesso e estabilidade da oferta de alimentos, o aumento contínuo dos preços de *commodities* e a redução na oferta global de alimentos (Elbehr; Sadiddin, 2016; Winsemius *et al.*, 2018; Banco Mundial, 2018; Unesco, 2020).

No Brasil, o estado alimentar da população é um componente crucial do desenvolvimento econômico do país, sendo a segurança alimentar um elemento estratégico para analisar o padrão de desenvolvimento da sociedade (Maluf, 2022). As políticas públicas agroalimentares desempenham um papel fundamental ao conectar ações macroeconômicas estatais ao desenvolvimento rural e às populações rurais na América Latina. No contexto brasileiro, a trajetória

das políticas públicas voltadas para a soberania e segurança alimentar incorporou características setoriais, tratando o tema de forma independente dos fatores conjunturais, como produção agropecuária, incentivos públicos e políticas de transferência de renda. Historicamente, a agenda institucional no Brasil excluiu os temas multidimensionais da segurança alimentar e nutricional (SAN) da agenda de desenvolvimento econômico e da ação estatal (Maluf, 2022; Burlandy, 2009).

Mesmo com o avanço de programas sociais e de acesso aos alimentos, em 2013 estimou-se que quase um quarto (22,6%) dos domicílios brasileiros viviam situação de insegurança alimentar.¹¹ Não apenas por coincidência, a maior parte desse contingente se encontrava em regiões com aglomeração de estabelecimentos rurais caracterizados como agricultura familiar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país.

Nessas, as secas históricas foram consideradas adversidades para garantir acesso aos alimentos e à soberania alimentar. Mudanças no clima, como aquelas relatadas por agricultores de Medina, ampliam os impactos negativos do clima sobre os sistemas de produção de base familiar porque a produção de alimentos tem relação com o ciclo de chuvas, a renda depende da comercialização de produtos da lavoura ou da horta, que por sua vez dependem das chuvas, e o patrimônio da família – constituído por animais ou estoques de bens – costuma ser corroído nas catástrofes climáticas. Então, é esperada forte repercussão sobre a segurança alimentar.¹²

Disponibilidade e estabilidade ‘nos tempos’

A pauta alimentar das populações rurais são definidas, em grande parte, pelas estações do ano e pela maior ou menor concentração das chuvas no período conhecido como “tempo das águas” (Garcia Jr., 1983). Com base nos

¹¹ No âmbito da insegurança alimentar considerada leve, ocorre certa preocupação quanto à quantidade e à qualidade dos alimentos. Para os níveis de insegurança moderada, existem restrições para acesso ou consumo de alimentos no período das entrevistas. Há insegurança grave quando existe alguma privação de alimento para adultos ou crianças nos estabelecimentos, em algumas situações, é descrita como fome ou subalimentação crônica (IBGE, 2014).

¹² A respeito da relação entre clima e produção de alimentos, consultar IPCC (2014), OMS (2018), Marengo (2008), Galizoni *et al.* (2019) e Mesquita (2015).

dados obtidos pelo *survey* aplicado aos entrevistados, 53% das famílias rurais alteravam, em alguma medida, seus hábitos alimentares de acordo com os ciclos de produção agrícola e estações climáticas, em especial alimentos da época.

Comparada a períodos passados, em que o ciclo das águas afetava significativamente a alimentação das famílias, essa situação mudou. Utilizando recortes temporais e técnicas recordatórias, perguntamos às famílias sobre a disponibilidade de alimentos e a frequência das chuvas. Isso permitiu comparar a disponibilidade de alimentos entre as estações climáticas do passado (até a década de 1970) e o presente. Grosso modo, os anos 1970 marcaram a passagem da adolescência para a vida adulta da maioria dos chefes de família rural de Medina. Como acontecia em todo o mundo rural daquele tempo, na entrada da vida adulta lavradores e lavradoras já acumulavam vasta experiência de “lida” no campo, decorrente do “aprender-fazendo” que compunha a pedagogia de formação para o trabalho (Woortmman; Woortmman, 1998; Augusto, 2019). Então, compondo a força de trabalho familiar, esses jovens já respondiam por parte do abastecimento e da gestão dos alimentos no domicílio, numa trajetória de aprendizado que, mais à frente, os converteria em produtores autônomos.

Até a década de 1970, no período da seca havia abundância dos alimentos, já que as famílias conseguiam fartas colheitas e capacidade de armazenamento de alimentos. Por outro lado, no período das águas, a disponibilidade de alimentos diminuía; as dietas eram pouco diversificadas, havia restrições alimentares e, no limite, escassez. A abundância começava a retornar em fevereiro, com as primeiras colheitas de feijão e *miunças* – quiabo, maxixe, abóbora – plantadas em meio às lavouras, mas só era assegurada de fato a partir de junho, com a colheita do milho e a maturação da mandioca e da cana. No *tempo passado*, alimento e ciclo de chuvas mantinham relação direta de interdependência, oscilando entre abundância e escassez conforme os ciclos agrícolas.¹³

A relação entre a disponibilidade de alimentos e os ciclos das chuvas no *tempo de agora* não é mesma: não mais ocorrem grandes variações no acesso aos alimentos durante o período das águas, ressaltados produtos da estação; mas consideram que a maior disponibilidade de alimentos (comprados ou

¹³ A respeito da estacionalidade da produção de alimentos no vale do Jequitinhonha, consultar Silva (1996), Azevedo (2019) e Galizoni *et al.* (2019).

autoproduzidos) continua a ser nos meses secos. Não há mais influência determinante das estações.

Essa mudança decorre em parte da “modernização agrícola” do Semiárido brasileiro, que reduziu a agrobiodiversidade, as áreas de cultivo e o emprego da técnica da lavoura de coivara; em parte das políticas públicas distributivas criadas depois da década de 2000. A combinação desses fatores reduziu o peso relativo da estacionalidade e estabilizou a oferta de alimentos para populações rurais (Galizoni *et al.*, 2013; Ribeiro *et al.*, 2014; Mattos; May, 2020).

A população pesquisada não relatou qualquer situação de fome ou restrição severa de oferta de alimentos, mesmo tendo 65% dela declarado abandono ou redução significativa das atividades agropecuárias em função da grande seca.¹⁴ As variações nos ciclos das chuvas impactaram negativamente a produção de alimentos, contudo isso não piorou o acesso à comida e a estabilidade da pauta alimentar. Todas as famílias faziam ao menos três refeições ao dia, indicando a estabilidade na oferta de alimentos mesmo com alteração dos ciclos das chuvas; a queda da produção tendia a ser respondida com acionamento de recursos monetários.

Dietas, costumes e o consumo

As famílias rurais de Medina usavam tipologias e classificações próprias para definir sua pauta alimentar, considerando a “força”¹⁵ e a “sustância” do alimento; ressalte-se que essa categoria não distingue alimentos processados como categoria específica. Alimentos de maior “força” eram priorizados no consumo familiar, ou seja, formavam a base da dieta doméstica. De outro lado, alimentos considerados mais “leves” eram usados como acompanhamento, por norma eram consumidos entre refeições ou completando as principais.

Na perspectiva dessas famílias rurais, “comida” ou “massa” é aquilo que gera força para trabalhar. Por exemplo, foram identificados nesta categoria alimentos com maiores níveis de carboidratos e proteínas, que, portanto, estão

¹⁴ O conceito de fome, considerado neste estudo, buscou compreender aspectos mais complexos, como apresentado: “passar fome significa sofrer a carência dos produtos socialmente reconhecidos como comida” (Heredia, 1979, p. 123). Para FAO *et al.* (2019), fome pode ser caracterizada pela sensação de incômodo ou dor física em razão da falta, ou insuficiência de alimentos para o indivíduo, em alguns casos, associa-se à subalimentação crônica.

¹⁵ “Força” ou “sustância” dos alimentos são categorias frequentemente usadas para definir e/ou comparar valores nutricionais e energéticos; sobre o assunto ver Brandão (1978), Woortmann (2008) e Galizoni *et al.* (2019).

mais presentes nas refeições principais. O complemento da “comida” é a “mistura”, alimento secundário, acompanhamento que pode ou não estar presente nas refeições principais, e que serve principalmente para acentuar a diversidade da dieta com a presença de legumes, verduras e folhas. Assim, boas refeições eram aquelas que apresentavam presença de “comida” e diversidade de “misturas” no prato. Frutas do mato e de quintal eram tidas como dádivas, sinais de comunhão com a natureza por não resultarem do trabalho humano, e ao mesmo tempo sinalizavam saúde, por serem livres de veneno. A “merenda”, alimento não obrigatório entre as refeições principais, contava com líquidos, produtos de origem animal e do quintal.

Quase a totalidade das famílias se alimentava pelo menos três vezes ao dia. “Café da manhã” era a primeira refeição, com presença de alimentos leves como biscoitos, bolos, panificados e bolachas variadas, leite e café; esses alimentos não eram considerados necessariamente “comida”, por serem “leves”. “Café da tarde” apresentava alimentos similares, contudo, vinha com maior presença de frutas do quintal e do mato e, às vezes, eram acompanhados por diferentes tipos de chás.

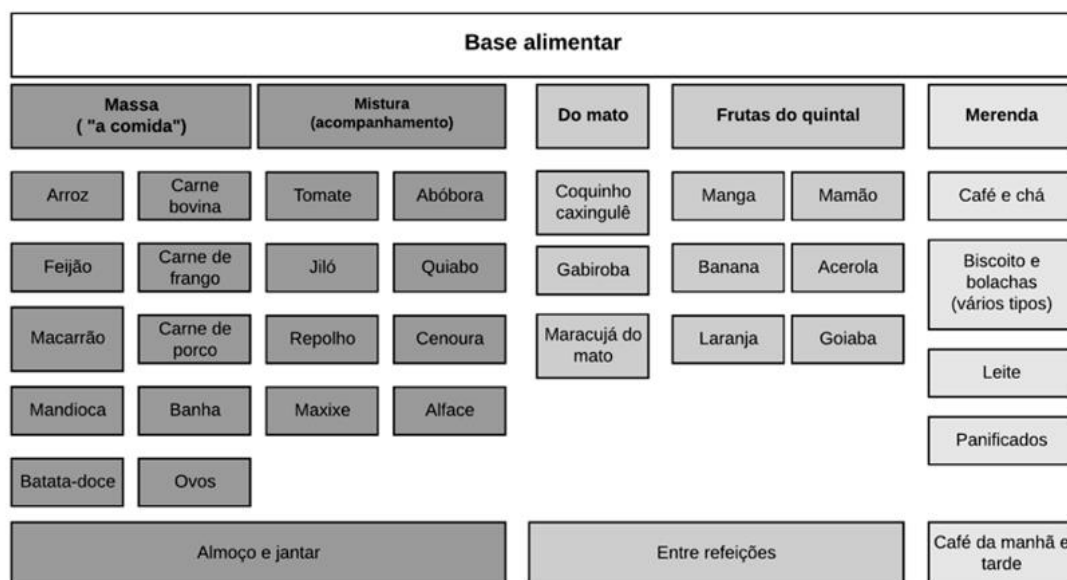
As refeições principais eram o almoço e, depois, o jantar. Nesses dois momentos eram consumidos alimentos de maior “força”, sobretudo no almoço. No prato havia, pelo menos, um alimento com base proteica – carne bovina, suína ou de aves – mais fontes de carboidrato, como arroz, mandioca, macarrão e batata-doce ou inglesa. Durante o almoço, a presença de “misturas” era frequente – certa diversificação, usando saladas –, contudo, era menos constante quando comparada ao arroz, feijão e à carne. As “misturas” mais consumidas e regulares eram alface, tomate, abóbora, quiabo e maxixe.¹⁶

O jantar era considerado refeição de menor “força”, se comparado ao almoço, uma vez que os alimentos apresentavam menor diversidade e, na maioria dos casos, eram requentados para serem consumidos à noite ou no final da tarde. Nos domicílios em que os idosos eram a maioria, o jantar era substituído por

¹⁶ Assim como proposto por Woortmann (2008), a classificação de alimentos como “quente” ou “frio” é um sistema simbólico nas culturas rurais brasileiras. Alimentos “quentes” são vistos como energeticamente ativos e vigorosos, enquanto alimentos “frios” são considerados calmantes e refrescantes. Essa classificação influencia práticas alimentares e de saúde nessas comunidades. As famílias investigadas possuem uma racionalidade própria para a classificação dos alimentos, e o termo “mistura” refere-se aos alimentos que acompanham cereais e proteínas, categorizados como legumes e verduras.

“merendas” mais “leves”, como tapiocas, biscoitos variados e chás. A base alimentar, distribuída pelas refeições e seus componentes, está sistematizada na Figura 1.

Figura 1 – Base alimentar de acordo com a frequência dos alimentos consumidos nas refeições, março de 2020



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Diversidade alimentar

Para detalhar o estado de segurança alimentar e nutricional das famílias rurais de Medina, utilizou-se o *Household Dietary Diversity Score*, traduzido em português para Escore de Diversidade Alimentar (EDA). O indicador é uma medida qualitativa que reflete a variedade alimentar consumida individualmente ou pelo grupo doméstico em dado período. Em geral, altos níveis de diversidade alimentar estão associados a melhores condições de renda, à disponibilidade de recursos naturais e à integração da família aos mercados locais e globais (Sanusi, 2010; Keding *et al.*, 2012; Maluf; Zimmermann, 2020).

Neste caso, aplicou-se a metodologia adaptada do EDA (Maluf; Zimmermann, 2020), levando em consideração o limite apontado pelo uso do inquérito, que se restringe ao recordatório do dia anterior e não considera o dia

da semana em que a entrevista é feita. Os 16 grupos alimentares da proposta original do EDA foram organizados em 11 grupos alimentares, e ampliou-se de 24 para 72 horas o intervalo de tempo para a coleta dos alimentos consumidos¹⁷ (Tabela 3). Observou-se a constância dos alimentos e a presença dos grupos alimentares na dieta das famílias. O EDA foi estabelecido em um intervalo entre 0 e 11, e para calcular o grau de diversidade alimentar dos estabelecimentos somou-se a quantidade de grupos alimentares consumidos no domicílio, verificando o período recordatório de até 72 horas.

Tabela 3 – Grupos alimentares utilizados para construção o EDA-d

Grupos alimentares HDDS-FAO (2010)	Grupo alimentar EDA-d	Peso da variável
1. Cereais	1. Cereais	1
2. Especiarias, condimentos e bebidas	2. Especiarias, condimentos e bebidas	1
3. Óleos e gorduras		
4. Leguminosas e sementes	3. Leguminosas e sementes	1
5. Vísceras e miúdos	4. Carnes	1
6. Carne animal		
7. Frutas ricas em vitamina A	5. Frutas	1
8. Outras frutas		
9. Legumes e tubérculos ricos em Vitamina A	6. Vegetais	1
10. Vegetais de folhas verdes escuras		
11. Outros legumes e vegetais		
12. Leite e derivados	7. Leite e derivados	1
13. Tubérculos e raízes	8. Tubérculos e raízes	1
14. Doces	9. Doces	1
15. Ovos	10. Ovos	1
16. Peixes e frutos do mar	11. Peixes e frutos do mar	1

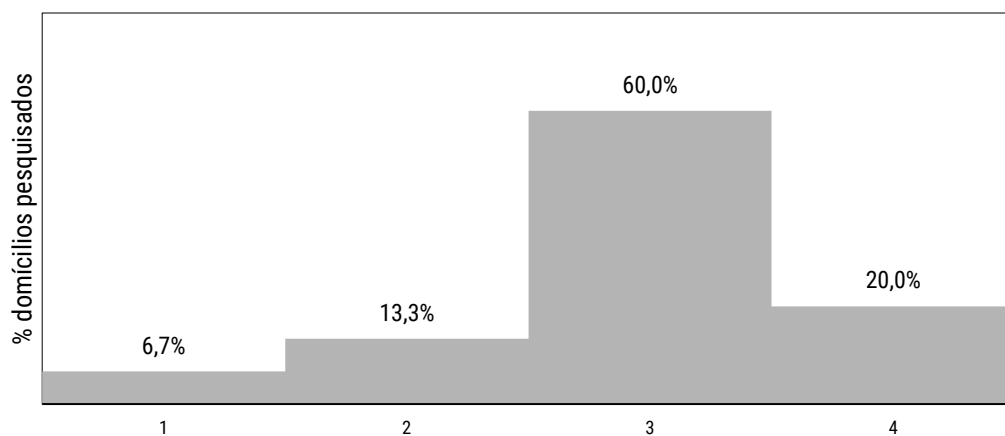
Fonte: Kennedy *et al.* (2010), adaptada pelos autores.

Os resultados do EDA-d foram estruturados em quatro percentis, sendo que o consumo de 0 a 5 grupos alimentares foi considerado como “diversidade

¹⁷ Evitou-se que as entrevistas fossem realizadas sempre no mesmo dia da semana, e foi possível observar todos os dias semanais e contornar um possível viés sobre os tipos e grupos de alimentos específicos consumidos. As entrevistas foram feitas com pessoas responsáveis pela preparação das refeições, merendas e bebidas no domicílio, mulheres na sua ampla maioria.

alimentar baixa”; para domicílios em que o consumo de grupos alimentares variou entre 6 e 7, a situação é considerada de “diversidade alimentar moderada”; para o consumo de 8 e 9 grupos, considerou-se uma “diversidade alimentar alta”; e, por fim, o consumo igual ou superior a 10 grupos estabeleceu-se como “diversidade alimentar muito alta”.¹⁸ Observou-se que as famílias rurais de Medina consumiam um conjunto diverso de grupos de alimentos; 80% apresentaram uma diversidade alimentar alta ou superior (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Distribuição das famílias pesquisadas segundo a quantidade de grupos alimentares consumidos nas últimas 72 horas



Fonte: Pesquisa de campo (2020).

A média dos grupos de alimentos consumidos por estabelecimento foi de 8,466; ou seja, era alta a diversidade alimentar.¹⁹ Pequena parcela dos domicílios estava em situação de baixa diversidade alimentar, isto é, um consumo domiciliar de 0 a 5 grupos alimentares nas últimas 72 horas anteriores à entrevista.

Para analisar as variáveis que de alguma forma se relacionam com uma dieta familiar mais diversa, utilizou-se a análise estatística não paramétrica, o teste de Spearman (ρ), reconhecido como coeficiente de correlação de postos,

¹⁸ Ressalta-se que altos escores de diversidade alimentar não determinam necessariamente uma alimentação saudável ou níveis elevados de segurança alimentar. O indicador apresenta uma dimensão interessante a ser considerada quando se analisa a capacidade de acesso e a estabilidade da alimentação do indivíduo ou grupo doméstico (Keding *et al.*, 2012; Maluf; Zimmermann, 2020).

¹⁹ Aspectos como sazonalidade e temporalidade dos alimentos não foram considerados, a pesquisa aconteceu apenas em março de 2020. Na perspectiva da segurança alimentar, esses aspectos são relevantes, para populações rurais, os tipos e as formas de acesso a alimentos podem variar ao longo do ano (Koppmair; Kassie; Qaim, 2017).

empregado para identificar o grau de associação entre a diversidade alimentar e o perfil socioeconômico das famílias (Tabela 4). O uso desse teste estatístico se deu pelas características de binormalidade dos dados e pelo tamanho reduzido de pares observados no conjunto (Chen; Popovich, 2002).

Tabela 4 – Teste de Spearman para o EDA-d

Indicadores de segurança alimentar adaptado	Correlação de Spearman (rho)	Valor-p
Renda domiciliar	0.639	0.01*
Produção de legumes e vegetais para o autoconsumo	0.471	0.07
Armazenamento de água > 16 mil litros	0.254	0.35
Beneficiários do Bolsa família	0.089	0.75
Abastecimento de água com mais de duas fontes	-0.184	0.50

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

O intervalo padronizado pelo teste de Spearman é identificado entre -1 e 1, e valores mais próximos dos extremos apontam correlação perfeita inversa ou direta. O valor-p indica se as duas variáveis são ou não correlacionadas estatisticamente. Se o resultado se aproximar de 0,05 ou for inferior a isso, considera-se que há uma correlação estatisticamente significativa entre as variáveis (Chen; Popovich, 2002). As variáveis “renda” e “produção para o autoconsumo de legumes e vegetais” apresentaram uma correlação positiva e estatisticamente significativa. As demais variáveis analisadas, contudo, não apresentaram correlação estatisticamente significativa com base no p-valor.

Aprofundando a análise sobre os determinantes de pauta alimentar diversa, observou-se, de modo comparativo, o EDA-d médio para variáveis relacionadas à composição familiar (Tabela 5). Domicílios com maior número de adultos e de crianças tendiam a ter uma diversidade superior à média do conjunto analisado. A presença maior desses dois coortes nos domicílios associava-se ao consumo de mais grupos alimentares. Essa situação indicava demandas

alimentares mais diversas ou mais disponibilidade de estoque de trabalho nos estabelecimentos familiares.

Tabela 5 – Composição familiar e a relação com o Escore de Diversidade Alimentar

Variáveis relacionadas	EDA-d médio
≥ 3 adultos no domicílio	8,750
< 3 adultos no domicílio	8,360
≥ 2 crianças no domicílio	8,666
< 2 crianças no domicílio	8,250

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Analisando a variável renda monetária, percebe-se que esta apresentou um intervalo mais significativo entre as classes analisadas, constituindo-se uma variável significativamente comprovada para tornar as dietas das famílias mais diversas (Tabela 6). Os domicílios investigados que detinham uma renda mensal média superior a 3 salários mínimos apresentaram o maior escore médio entre o conjunto de variáveis analisadas. Por outro lado, em relação ao grupo de famílias que recebem até 1 salário mínimo, verificou-se o menor valor médio entre as demais variáveis comparadas neste estudo. É provável que a renda tenha um efeito de casualidade muito significativo com a diversidade e segurança alimentar das famílias pesquisadas pela possibilidade de acesso, aquisição ou produção dos alimentos.

Tabela 6 – Renda monetária mensal no domicílio e o Escore de Diversidade Alimentar

Variáveis relacionadas	EDA-d médio
Renda doméstica de 3 a 6 salários mínimos	9,660
Renda doméstica de 1 a 3 salários mínimos	8,500
Renda doméstica até 1 salário mínimo	7,500

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Outra relação importante é o acesso à água. Esta foi analisada considerando as relações entre quantidade de fontes para o abastecimento de água, a capacidade de armazenamento e a pauta alimentar mais ou menos diversificada. Entre os estabelecimentos que possuíam capacidade de armazenamento superior a 16 mil litros, não se notou diferença expressiva de consumo diverso de alimentos se comparados às unidades familiares abaixo dessa capacidade. A capacidade de armazenamento de água (isoladamente) não significou necessariamente melhores indicadores de diversidade alimentar, se comparada às famílias com capacidade de armazenamento inferior (Tabela 7).

Tabela 7 – Fontes de abastecimento e capacidade de armazenamento de água relacionado ao Escore de Diversidade Alimentar

Variáveis relacionadas	EDA-d médio
≥ 2 fontes de abastecimento de água	8,720
Capacidade de armazenamento de ≥ 16 mil litros	8,660
Capacidade de armazenamento < 16 mil litros	8,600
< 2 fontes de abastecimento de água	7,750

Fonte: pesquisa de campo (2020).

Quanto à quantidade de fontes acessadas para o abastecimento doméstico e à diversidade de grupos alimentares consumidos, houve semelhança de modo inverso. Os domicílios que dispunham de mais fontes, o que assegurava mais regularidade, tenderam a ter melhores condições de acesso e consumo mais diversificado de alimentos. Em contrapartida, famílias que articulavam mais de duas fontes de abastecimento de água apresentaram sinais de falta de água mais intensos, porém maior diversidade alimentar.

O tamanho dos terrenos também foi considerado nas análises, usando como parâmetro comparativo o recorte de 18 hectares, dimensão igual à área média dos estabelecimentos pesquisados (Tabela 8). Famílias com área inferior à média de 18 hectares apresentaram intervalos significativos se comparados àqueles dos estabelecimentos com área superior à média de 18 hectares.

Contudo, a presença ou não de hortas e quintais nos terrenos expressou uma variação considerável para efeito de comparação.

A produção de hortaliças, legumes, verduras e frutas para o autoconsumo ou venda mostrou-se um elemento-chave para garantir uma alimentação mais diversa e um consumo mais amplo de diferentes grupos alimentares. Famílias que não possuíam esses subsistemas em seus terrenos apresentavam valores médios inferiores na maioria das variáveis comparativas. Como exemplo, uma entrevistada relatou: “Sem a horta a gente depende demais do supermercado, né? Nem sempre podemos ter esse tanto de alimento que tem a hortinha porque lá na cidade também não tem esse tanto de coisa que dá no nosso quintal” (Entrevistada 16, Aredó, Medina).

As observações em campo e as declarações dos agricultores nas entrevistas reforçam a relevância da produção diversificada no terreno como fonte de segurança alimentar e de uma dieta diversificada. A correlação entre a diversidade da produção e a segurança alimentar foi constatada tanto nos dados quantitativos quanto nas narrativas dos participantes, evidenciando a importância desse subsistema para a estabilidade alimentar das famílias.

Tabela 8 – Comparação entre área média dos estabelecimentos, presença de hortas nos terrenos e Escore de Diversidade Alimentar

Variáveis relacionadas	EDA-d médio
Presença de produção de vegetais e legumes	9,000
Terreno ≥ 18 hectares	8,625
Terreno < 18 hectares	8,250
Estabelecimentos sem horta no terreno	7,400

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Com base na análise das variáveis socioeconômicas, é possível considerar que renda e produção para autoconsumo eram aspectos muito relevantes para a

diversidade alimentar das famílias.²⁰ Outros elementos relacionados à regularidade de fontes para o abastecimento e, em certa medida, à capacidade de armazenamento de água, também cooperavam para uma dieta mais diversificada.

Ao relacionar as dimensões de disponibilidade, estabilidade e diversidade dos alimentos foi possível compreender que os ciclos das chuvas podem impactar a segurança alimentar dessas famílias, especialmente no aspecto da produção para o autoconsumo. Contudo, observou-se que a renda relacionava-se mais significativamente às condições de diversidade e estabilidade alimentar, confirmando que, antes das condições específicas de clima, o poder de compra é chave para assegurar a segurança alimentar.

Acesso aos alimentos fora do terreno

Em virtude da importância da variável renda, torna-se necessário aprofundar as implicações deste componente. Vários autores destacam a importância de rendas externas, advindas de pluriatividade, transferências e programas públicos, para a garantia da segurança alimentar de populações vulneráveis economicamente e, por consequência, em situações de eventos climáticos severos, como longos períodos de estiagem e seca.²¹

Schröder (2004), em estudo sobre populações rurais do sertão do Pajeú, indicou que agricultores familiares do Semiárido adotavam a pluriatividade como alternativa principal para acessarem alimentos e garantirem a manutenção doméstica.²² Em função da baixa produtividade agrícola, as famílias acionavam arranjos financeiros para garantir a manutenção dos lares. Entre as práticas realizadas para acesso e aquisição de alimentos fora dos terrenos, destacaram-se como alternativas principais a participação em programas públicos de transferência de renda, as migrações sazonais e a remuneração pelo trabalho temporário em grandes fazendas ou em terrenos de

²⁰ Embora o conjunto pesquisado seja reduzido, é razoável levar em conta que os resultados obtidos a partir dessas relações estão em concordância com as interpretações de Koppmair, Kassie e Qaim (2017) sobre o EDA e seus determinantes para populações rurais.

²¹ Entre esses programas, destacam-se o Programa Bolsa Família e o BPC, estruturados para superar a pobreza crônica. Consultar sobre o assunto Madeiros, Britto e Soares (2007).

²² Neste caso, a pluriatividade diz respeito às atividades econômicas que membros de famílias lavradoras realizam para geração de renda monetária não apenas no setor agropecuário. Sobre pluriatividade, ver Schneider (2009).

outras famílias. Aquino e Nascimento (2020) argumentaram na mesma direção, indicando que a diversidade de fontes de renda assegurara a estabilidade da situação do Semiárido durante a grande seca. Tratando especificamente do vale do Jequitinhonha, Balbino, Ribeiro e Shiki (2023) usaram dados censitários para mostrar a crescente importância dos aportes externos na composição da renda de famílias rurais da região.

No contexto das comunidades rurais de Medina, percebe-se que, embora a produção para autoconsumo fosse fundamental para garantir uma pauta alimentar diversificada e o enfrentamento das restrições alimentares, por si essa produção não atendia a todas as necessidades alimentares. Para a população da área rural de Medina, feiras livres, mercearias, supermercados e a própria comunidade rural eram os espaços que mais frequentemente garantiam os alimentos em “quantidade”, ou seja, suficientes para abastecimento regular. O mercado municipal, local das feiras livres semanais, ofertava a maior quantidade de alimentos que compunham a base da alimentação familiar e das refeições como almoço e jantar. O circuito mais curto, a própria comunidade rural, viabilizava compra ou troca de alimentos que compunham as merendas. A natureza²³ também era alternativa para acessar alimentos, em virtude, principalmente da providência de frutas colhidas em determinadas épocas e caracterizadas pela ausência de trabalho sistemático ou cuidado familiar no cultivo.

Para o grupo pesquisado, 62,1% dos alimentos mencionados na pauta alimentar foram comprados; 36,5% tinham origem no terreno ou na natureza, por meio da produção própria, coleta, caça ou pesca; e 1,4% foi emprestado, trocado, ganhado ou doado (Tabela 9). Os grupos alimentares mais comprados foram: cereais – arroz e macarrão – (91,7%), seguidos por grãos – feijão e café (95,3%) – e carnes: bovina e frango (80,6%). Para os alimentos com origem no terreno ou na natureza, os ovos (83,3%), as frutas: banana, manga e mamão (83%) e tubérculos: mandioca e derivados (61,5%) eram os alimentos consumidos com mais frequência.

²³ No contexto pesquisado, “natureza” refere-se aos recursos naturais e ao ambiente utilizados coletivamente pelas comunidades locais para sua subsistência e atividades econômicas, como a situação de coleta de alimentos. Esse conceito engloba a flora, a fauna, os corpos d’água e outros recursos ambientais disponíveis na região.

Tabela 9 – Aquisição de grupos alimentares por parte das famílias lavradoras pesquisadas, em porcentagem, março de 2020

Grupos alimentares consumidos	Comprado	Produção própria, coleta, caça e pesca	Emprestado, trocado e doado
Carnes	80,6	19,4	0,0
Cereais	91,7	8,3	0,0
Doces	63,6	36,4	0,0
Especiarias, condimentos e bebidas	77,8	22,2	0,0
Frutas	17,0	83,0	0,0
Leguminosas e sementes	100,0	0,0	0,0
Leite e derivados	61,9	33,3	4,8
Ovos	16,7	83,3	0,0
Peixes e frutos do mar	100,0	0,0	0,0
Tubérculos	38,5	61,5	0,0
Vegetais	55,6	37,8	6,7
Média geral	62,1	36,5	1,4

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Os dados da Tabela 10 indicam uma tendência inversa entre a faixa de renda e a dependência de alimentos comprados. Famílias de renda mais baixa (até 1 SM) dependem mais de alimentos comprados ou adquiridos fora da unidade produtiva, com 83,70% dos alimentos consumidos vindo de fora. Conforme a renda aumenta, a dependência de alimentos comprados diminui, com famílias de renda entre 1 e 3 SM adquirindo 63,70% dos alimentos fora e famílias de renda acima de 3 SM adquirindo apenas 52,50%. No entanto, essas famílias também mostraram mais predisposição a assumir riscos na produção familiar e a realizar investimentos nos sistemas produtivos.

A menor dependência de alimentos comprados nas famílias de renda mais alta pode indicar uma maior estabilidade econômica, permitindo-lhes enfrentar

melhor as variações de preços e disponibilidade no mercado. Essas famílias têm mais flexibilidade para investir em produção agrícola e são menos vulneráveis a flutuações econômicas externas.

Tabela 10 – Aquisição de alimentos consumidos por parte das famílias lavradoras pesquisadas distribuídos por faixa de renda domiciliar, em porcentagem, março de 2020

Faixa de renda domiciliar	% alimentos consumidos comprados ou adquiridos fora da unidade produtiva
Até 1 SM	83.70%
Entre 1 e 3 SM	63.70%
Acima de 3 SM	52.50%

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Essas estratégias se combinam com uma maior dedicação ao autoconsumo mencionada no parágrafo anterior, pois a disponibilidade de renda estável permite que as famílias invistam em melhorias nos seus sistemas produtivos, aumentando a capacidade de produzir alimentos para autoconsumo. A renda adicional proporciona segurança financeira para que as famílias experimentem novas técnicas agrícolas e diversifiquem suas produções, reduzindo a dependência de alimentos comprados e promovendo uma dieta mais variada e nutritiva. Isso demonstra uma complementaridade entre o acesso à renda e a dedicação ao autoconsumo, onde a segurança econômica possibilita uma maior autossuficiência alimentar.

A compra dos alimentos em supermercados acontecia mensalmente para 70,6% das famílias pesquisadas. A aquisição dos alimentos na feira livre municipal ocorria também de maneira significativa: cerca de 83% das famílias frequentavam semanal ou quinzenalmente a feira para comprar alimentos. Além desses dois principais canais, as comunidades rurais também eram relevantes para acessar alimentos por 29,4% das famílias, ao menos uma vez por mês.

A principal fonte de recursos financeiros para aquisição dos alimentos era a aposentadoria rural, com 47,1%; seguida pelas seguintes fontes: produção familiar (41,2%); trabalho remunerado temporário e assalariamento (23,5%);

programas de seguridade social, como Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (17,6%) – a soma das fontes supera 100%, pois as famílias combinavam em média duas fontes de renda para aquisição de alimentos. A partir da relação de fontes, foi possível estimar o gasto médio para cada categoria: nos domicílios que dispunham de aposentadoria rural o dispêndio médio para aquisição dos alimentos e demais itens era de R\$ 600,00; em domicílios sem beneficiários de políticas públicas de transferência de renda ou seguridade social o gasto médio era de R\$ 562,00.

Nesse contexto, a agricultura familiar de Medina era não só um importante setor para produção de alimentos, mas também para consumo. O dispêndio mensal médio para aquisição de alimentos e manutenção da família, como material de limpeza e demais itens de higiene, em março de 2020, era de R\$ 580,00. Assumindo que o número total de estabelecimentos rurais familiares no município, com características similares aos pesquisados, era de 1.208, o gasto médio mensal dos estabelecimentos da agricultura familiar para aquisição de alimentos e itens gerais para manutenção da família podia ser estimado em R\$ 700.640,00. No ano, esse montante podia chegar à média de R\$ 8.407.680,00. Assim, por meio de aproximações, estima-se que o valor adicionado pela agricultura familiar podia chegar até 3% da produção municipal, considerando o PIB a preços correntes, em 2019 (FJP, 2020).

Conclusões

As “mudanças nos tempos” afetaram o regime de chuvas, mas não resultaram em piora nos níveis de segurança alimentar das famílias lavradoras, ao contrário. As possibilidades abertas para conseguir alimentos, mesmo num contexto de seca, assegurou a qualidade das condições alimentares e nutricionais de famílias rurais, especialmente nas dimensões de estabilidade e quantidade. Em face da seca, a pauta alimentar das famílias não passou por alterações expressivas; permaneceram as formas de classificação simbólica dos alimentos e a presença de uma dieta diversificada, construída socialmente – uma pauta alimentar territorializada.

Os resultados indicam, na ampla maioria dos domicílios, consumo superior a seis grupos alimentares diariamente. Essa diversidade alimentar se relacionou positivamente com a renda monetária domiciliar e a presença da produção para autoconsumo de hortaliças, verduras e legumes no terreno das famílias. Dessa forma, os recursos financeiros se revelaram elemento central para garantia do estado de segurança alimentar das famílias lavradoras de Medina, justificando a importância dos programas sociais de transferência de renda e acesso aos mercados locais para comercialização da produção doméstica.

A necessidade de arranjos e estratégias financeiras praticados pelas famílias para garantia da segurança alimentar apresenta duas faces que merecem ser mais exploradas. A primeira refere-se à ideia de que famílias rurais do Semiárido não apenas ofertam alimentos, mas também se tornaram um setor dinâmico para demanda de alimentos e fortalecimento do comércio local. A segunda diz respeito à reduzida interdependência entre fatores climáticos e segurança alimentar e à elevada dependência do gasto público com programas sociais para estabilidade da alimentação.

Acredita-se que as hipóteses sugeridas pela pesquisa possam ser revistadas e testadas em situações de maior pressão sobre o preço dos alimentos e num quadro de redução do gasto público. Essas situações permitirão estimar os seus efeitos práticos no quadro de segurança alimentar das famílias rurais no Semiárido brasileiro.

Referências

- ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- AQUINO, Joacir Rufino de; NASCIMENTO, Carlos Alves do. Efeitos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho do Nordeste. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 17, n. 30, p. 184-194, 2020.
- ASA BRASIL. *Mapa de Tecnologias*. Disponível em: <https://www.asabrasil.org.br/mapatecnologias/#>. Acesso em: 2 maio 2020.
- AZEVEDO, Etelvino. Comida e costumes. In RIBEIRO, E. M. *Do engenho à mesa* –

- cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019.
- BALBINO, Tomás Faria; RIBEIRO, Eduardo M.; SHIKI, Simone Narciso. A dinâmica da agricultura familiar no Vale do Jequitinhonha mineiro e aspectos contemporâneos: uma análise a partir dos censos agropecuários de 2006 e 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 61, n. 4, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.258921>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BANCO MUNDIAL. *Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration*. 2018.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Plantar, colher, comer: um estudo sobre o campesinato goiano*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 851-860, 2009.
- CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. *Municípios atendidos caminhão pipa | Gabinete Militar do Governador*. Disponível em: <http://www.defesacivil.mg.gov.br/index.php/component/gmg/page/746-municipios-atendidos-caminhao-pipa>. Acesso em: 5 maio 2020.
- CHEN, Peter; POPOVICH, P. M. *Correlation: parametric and nonparametric measures*. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- DUQUE, Ghislaine. ‘Conviver com a seca’: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 17, p. 133-140, 2008.
- ELBEHRI, Aziz; SADIDDIN, Ahmad. Climate change adaptation solutions for the green sectors of selected zones in the MENA region. *Future of Food: Journal on Food, Agriculture and Society*, v. 4, n. 3, p. 39-54, 2016.
- FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura *et al.* *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019*. *El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019*. Roma: FAO, 2019.
- FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. *Guidelines for measuring household and individual dietary diversity*. Roma: FAO, 2010.
- FJP – Fundação João Pinheiro. *PIB dos Municípios Mineiros 2010-2021*. Belo Horizonte, FJP, 2020.
- GALIZONI, Flávia Maria. *Águas da Vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.
- GALIZONI, Flávia Maria *et al.* As mudanças do tempo: escassez de água e arranjos produtivos no alto Jequitinhonha, semiárido mineiro. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., Caxambu, 2010. *Anais...* Galoá: Caxambu, 2010.
- GALIZONI, Flávia Maria *et al.* Mantimento, alimento, sustento. *In*: RIBEIRO,

- Eduardo M. *Do engenho à mesa – cultura material e indústria rural na agricultura familiar do Jequitinhonha mineiro*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2019.
- GALIZONI, Flávia Maria *et al.* Hierarquias de uso de águas nas estratégias de convívio com o Semi-Árido em comunidades rurais do Alto Jequitinhonha. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 39, n. 1, p. 132–152, 2008.
- GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Notas sobre água e chuva: o Programa Um Milhão de Cisterna. 2002.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.
- GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, p. 201-209, ago. 2006.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário 2017: resultados definitivos*. Brasília: IBGE, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Produto Interno Bruto dos Municípios 2002-2017*. Brasília: IBGE, 2020a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/referencias>. Acesso em: 9 maio 2020.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad): segurança alimentar 2013*, v. 39. Brasília: IBGE, 2014.
- INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. *Banco de Dados Meteorológicos para Ensino e Pesquisa*. Disponível em: <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=bdmep/bdmep>. Acesso em: 5 maio 2020.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change - Synthesis Report: contribution of working groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Genebra: IPCC, 2014a.
- IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. *Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups*. Genebra: IPCC, 2014b.
- KEDING, Gudrun B. *et al.* Relating dietary diversity and food variety scores to vegetable production and socio-economic status of women in rural Tanzania. *Food Security*, 2012.
- KENNEDY, Gina *et al.* Proxy measures of household food consumption for food

- security assessment and surveillance: Comparison of the household dietary diversity and food consumption scores. *Public Health Nutrition*, v. 13, n. 12, p. 2010-2018, 2010.
- KOPPMAR, Stefan; KASSIE, Menale; QAIM, Matim. Farm production, market access and dietary diversity in Malawi. *Public Health Nutrition*, v. 20, n. 2, p. 325-335, 2017.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MADEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, n. 79, p. 5-21, 2007.
- MALUF, Renato Sérgio; ZIMMERMANN, Silvia Aparecida. Antigos e novos hábitos na alimentação de famílias agrícolas de Chapecó e região. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 48, 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-1_03_antigos_e_novos. Acesso em: 4 maio 2020.
- MALUF, Renato Sérgio. Segurança alimentar e desenvolvimento econômico na América Latina: o caso do Brasil. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 15, p. 137-143, 2022.
- MALVEZZI, Roberto. Semi-árido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007.
- MARENGO, Jose A. Vulnerabilidade, impactos e adaptação à mudança do clima no setor agropecuário e solos agrícolas. *Parcerias Estratégicas*, v. 27, p. 149-175, 2008.
- MATTOS, Luis Cláudio; MAY, Peter. Duas secas climaticamente análogas no semiárido nordestino com impactos sociais distintos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 55, p. 28-53, 2020.
- MESQUITA, Patrícia dos Santos. *Segurança alimentar, mudanças climáticas e proteção social no semiárido brasileiro (Cariri, Ceará)*. 2015. 264 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- NASUTI, Stéphanie *et al.* Conhecimento tradicional e previsões meteorológicas: agricultores familiares e as ‘experiências de inverno’ no semiárido potiguar. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 44, n. especial, p. 383-402, 2013.
- OLIVEIRA, Rusiano Paulino de; AQUINO, Joacir Rufino de. A Previdência Rural e sua importância para as famílias pobres no Nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 48, n. 1, p. 115-130, 2017.
- OMS – Organização Mundial da Saúde. *Health and climate change survey report: tracking global progress*. Nova York: World Health Organization, 2018.
- PEREIRA, Anete Maríla; ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. Degradação ambiental e

- desertificação no semiárido mineiro: um estudo sobre o Município de Espinosa (MG). *Revista Geográfica de América Central*, v. Número Especial EGAL, p. 1-16, 2011.
- POLANYI, Karl. *Economy and society: selected writings*. Oxford: John Wiley & Sons, 2018.
- REBOUÇAS, Aldo da C. Água na região Nordeste: desperdício e escassez. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 29, p. 127-154, 1997.
- SANUSI, Rasaki Ajani. An assessment of dietary diversity in six Nigerian States. *African Journal of Biomedical Research*, v. 13, n. 3, p. 161-167, 2010. Disponível em: <http://www.ajbrui.net/ojs/index.php/ajbr/article/view/10%5Cnzotero://attachm ent/715/>. Acesso em: 4 maio 2020.
- SCHISTEK, Haroldo. O Semiárido Brasileiro: uma região mal compreendida. In: CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Orgs.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Cooperação Brasil-Espanha, 2013.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- SCHRÖDER, Mônica. As demandas financeiras dos agricultores do sertão do Pajeú. In: ABROMOVAY, Ricardo (Org.). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004.
- SILVA, Emília Pereira Fernandes da *et al.* Metamorfose da Chapada: monocultura de eucalipto e tomadas de terras e águas no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 17, n. 44, p. 63-89, 2022.
- SILVA, Jeter L.; RIBEIRO, Eduardo M.; LIMA, Vico; HELLER, Léo. As secas no Jequitinhonha: demandas, técnicas e custos do abastecimento no semiárido de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Rio de Janeiro, v. 22, 2020.
- SILVA, J. P. Farturas. In: RIBEIRO, Eduardo M. *Lembranças da terra – histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: Cedefes, 1996.
- SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: políticas públicas e transição paradigmática. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, p. 466-485, 2007.
- UNESCO. *Water and climate change*. Paris: UNESCO, 2020.
- WINSEMIUS, Hessel C. *et al.* Disaster risk, climate change, and poverty: Assessing the global exposure of poor people to floods and droughts. *Environment and Development Economics*, v. 23, n. 3, p. 328-348, 2018.
- WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília, DF: Editora UnB, 1997.

WOORTMANN, Klaas. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 19, n. 1, 2008.

Como citar

BARBOSA, Lucas F.; GALIZONI, Flávia Maria; RIBEIRO, Eduardo M. Água e segurança alimentar durante a seca: estudo em áreas rurais de Medina, Semiárido do vale do Jequitinhonha. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432201, 31 jul. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

O planejamento territorial no estado da Bahia pela perspectiva dos atores do território

Territorial planning in the state of Bahia from the perspective of the territory's actors



Carolina Schiesari¹



Paulo Eduardo Moruzzi Marques²



https://doi.org/10.36920/esa32-2_02

Resumo: A Bahia é reconhecida por sua política estadual de desenvolvimento territorial, denominada Territórios de Identidade (TI). Assim, o objetivo deste artigo é evidenciar a relevância e efeitos dessa política pela perspectiva dos atores locais. O referencial teórico baseia-se na Perspectiva Orientada ao Ator, utilizando coleta de dados e entrevistas semiestruturadas. Os resultados indicam que a política é valorizada pela promoção do desenvolvimento multidimensional do rural baiano, fortalecendo o empoderamento social por meio da governança participativa. Seu arranjo institucional foi exitoso pela construção de uma coesão social, vontade política e integração do planejamento territorial ao Plano Plurianual do estado, Consórcios Públicos e ações da Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional. No entanto, a política enfrenta desafios, em especial no que tange à consideração das heterogeneidades dos territórios e às disputas de poder nas arenas sociais, acarretando efeitos desiguais entre os TI.

¹ Doutorado em Ecologia Aplicada pela Universidade de São Paulo (ESALQ/USP). E-mail: cschiesari@usp.br.

² Professor associado de Sociologia na Universidade de São Paulo (ESALQ/SP). E-mail: pmarques@usp.br.

Palavras-chave: Perspectiva Orientada Ator; desenvolvimento rural; planejamento territorial; políticas públicas territoriais; Territórios de Identidade.

Abstract: Bahia is recognized by its territorial development policy, called Territories of Identity (TI). Thus, the objective of this study is to highlight the relevance and effects of this policy from the perspective of local actors. The theoretical framework is based on the Actor-Oriented Perspective, using data collection and semi-structured interviews. The results indicate that the territorial policy is valued for promoting the multidimensional development of rural Bahia, strengthening social empowerment through participatory governance. Its institutional arrangement was successful in building social cohesion, political will and integrating territorial planning with the state's Multi-Year Plan, Public Consortia and actions of the Regional Action and Development Company. However, the policy faces challenges, especially regarding the consideration of the heterogeneity of territories and power struggles in social arenas, leading to unequal effects among TIs.

Keywords: Actor-Oriented Perspective; rural development; territorial planning; territorial public policies; Territories of Identity.

Enfoque territorial como estratégia de desenvolvimento no Brasil e na Bahia

O uso do enfoque territorial como estratégia de política pública para o desenvolvimento do meio rural começou a ser discutido, de forma mais intensa na América Latina, a partir da década de 1990, sob a influência principalmente da iniciativa Ligações entre Ações do Desenvolvimento da Economia Rural (Leader), implementada na União Europeia em 1991 (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016a). O objetivo principal do programa Leader, o qual foi renovado recentemente, é desenvolver as áreas rurais mais desfavorecidas do bloco europeu, por meio de uma abordagem multidimensional, territorial e participativa (Ballesteros; Hernández, 2019).

No Brasil, a influência europeia se materializou com a criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), em 2003. No

âmbito deste programa, 164 Territórios Rurais (TR), que posteriormente se tornaram 239 TR, foram formados em todo o país, por meio do agrupamento de municípios que continham maior concentração da agricultura familiar, público-alvo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e características sociais, econômicas e demográficas relativamente semelhantes (Ortega, 2016). Paralelamente, estabeleceram-se os Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeter), com responsabilidade de elaborar as diretrizes e estratégias da ação pública local, inscritas no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural (PTDR). O Codeter reunia os diversos municípios do TR, por meio da participação da sociedade civil e dos poderes públicos municipais (Rosa; Ferreira, 2018).

Porém, durante o processo de seleção dos TR, verificou-se que alguns territórios eram mais vulneráveis economicamente que outros e, por esta razão, necessitavam de mais atenção (Zimmermann *et al.*, 2014). Assim, visando superar a pobreza no campo, o governo federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC). Para participar deste último, 120 TR foram selecionados, priorizando aqueles com predomínio da agricultura familiar, menor IDH territorial, baixo dinamismo econômico, maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família e menor Índice de Desenvolvimento da Educação (Brasil, 2008). A grande inovação do PTC, em relação à política territorial anterior, foi a atuação em conjunto de mais de 20 ministérios para integração das ações e políticas públicas.

Contudo, a partir de 2012, os programas federais começaram a perder força. Zimmermann *et al.* (2014) mencionam que, de uma situação de prioridade no Governo Lula, os territórios passaram a uma relativa marginalização no Governo Dilma Rousseff. Em seguida, Favareto e Lotta (2017) constataram que, a partir de 2014, o PTC deixou de funcionar, mesmo não tendo sido formalmente extinto. Sua desativação ocorreu em 2016, com a anulação do MDA e, conseqüentemente, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT).

Porém, paralelamente às políticas nacionais, alguns estados implementaram suas próprias estratégias de desenvolvimento territorial, possibilitando a

permanência desta abordagem mesmo com a paralisação dos programas federais. O estado da Bahia é o caso mais emblemático, pois conseguiu formalizar, por meio de Decreto, em 2010, e posteriormente pela Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014, a sua Política de Desenvolvimento Territorial, institucionalizando os Territórios de Identidade (TI) como unidades de planejamento do estado.

A discussão da perspectiva territorial na Bahia iniciou-se com a criação dos Territórios Rurais do Pronat em 2003, seguindo, portanto, os preceitos da orientação aplicada nacionalmente, por meio da difusão de ações participativas, endógenas, intersetoriais, intermunicipais e visando à promoção da coesão social (Antunes Junior; Borsatto; Souza-Esquerdo, 2021; Sabourin; Massardier; Sotomayor, 2016).

O objetivo da política é promover o “desenvolvimento territorial, democrático, sustentável e solidário, através da participação social, da articulação e integração das políticas públicas e ações governamentais, visando à melhoria da qualidade de vida da população” (Bahia, 2014, Art. 4º). Hoje são 27 TI e todos os 417 municípios da Bahia fazem parte do programa. O mapa completo dos TI está disponível no Anexo. Convém também mencionar que destes 27 territórios, 9 (nove)³ foram selecionados para participar da política federal PTC, respeitando, contudo, a divisão territorial estabelecida pelo estado.

A política é coordenada pela Secretaria de Planejamento do estado (Seplan) e tem sua governança compartilhada com os Codeter. Estes são fóruns de discussão local de ações e projetos de desenvolvimento, sendo compostos, no caso da Bahia, paritariamente por representantes do poder público e pela sociedade civil organizada (Bahia, 2010, Art. 10).

Assim, este artigo visa investigar a política territorial baiana pela perspectiva dos atores locais, procurando identificar suas percepções sobre o processo de desenvolvimento dos territórios, bem como a contribuição da política para a capacidade de agência dos atores sociais. Pretendeu-se, portanto, analisar este modelo em duas esferas: na estadual, considerando o arranjo institucional

³ Estes Territórios são: Baixo Sul, Chapada Diamantina, Irecê, Itaparica, Litoral Sul, Semiárido Nordeste II, Sertão do São Francisco, Sisal e Velho Chico.

implementado no estado; e na local, identificando diferentes formas de aplicação e transformações sociais da política nos territórios.

Para apresentar esta análise, o texto está dividido em mais cinco seções, além desta introdução. A próxima aborda o referencial teórico da Perspectiva Orientada aos Atores aplicada ao desenvolvimento territorial do estado da Bahia. Na sequência, são exibidos os atores, campos e arenas estudados no caso baiano, o que é seguido pela análise da agência humana promovida pelo arranjo institucional da política baiana. A quarta seção evidencia a importância de se considerar a diversidade das tipologias de territórios nas políticas públicas territoriais e, por fim, nas considerações finais, são destacados os pontos nevrálgicos da avaliação da política territorial da Bahia.

A Perspectiva Orientada ao Ator na análise do desenvolvimento territorial

A Perspectiva Orientada ao Ator (POA) foi desenvolvida inicialmente por Norman Long, sendo complementada posteriormente com as ideias de Jan Douwe Van der Ploeg. Esta perspectiva emergiu como uma alternativa às interpretações lineares e deterministas do desenvolvimento, baseando-se em fundamentos teóricos e metodológicos centrados no ator e nas estruturas sociais. Portanto, é uma abordagem construtivista, que busca compreender porque os atores oferecem respostas diferentes ao processo de desenvolvimento, mesmo estando em circunstâncias estruturalmente similares e condições relativamente homogêneas (Long; Ploeg, 2011).

A POA tem sido utilizada em diversos estudos sobre o meio rural para examinar as diferentes estruturas sociais na elaboração de estratégias de produção e reprodução dos agricultores (Gonzalez; Pereira; Dal Solgio, 2015). Tal abordagem analítica, além de considerar as heterogeneidades do espaço rural, leva a conceber os diferentes atores como protagonistas do desenvolvimento para examinar, a partir de seus recursos naturais, sociais, institucionais e mercadológicos (dentre outras relações do rural-urbano), o planejamento e a execução de suas ações (Long, 2001).

Dessa forma, essa perspectiva se apresenta como uma das mais pertinentes para analisar as políticas públicas de desenvolvimento territorial. Primeiramente, por não conceber o desenvolvimento como um modelo determinista, guiado por forças externas e modos de produção dominantes (Long; Ploeg, 2011). Ao contrário, assim como no enfoque territorial, considera a atuação em conjunto das diferentes dimensões do patrimônio territorial (produtivo, natural, social, cultural, institucional e humano-intelectual) (Dallabrida, 2020).

Em segundo lugar, por conferir papel central ao envolvimento dos diferentes atores no processo de desenvolvimento. Trata-se de valorizar as formas nativas e locais de cooperação, assim como as mudanças e estrutura sociais (Long; Ploeg, 2011). Da mesma forma, na abordagem territorial, a inclusão dos atores no processo de desenvolvimento e de tomada de decisão é considerada componente fundamental para superar os desafios socioambientais e as disparidades econômicas intra e inter-regionais (Antunes Junior; Borsatto; Souza-Esquerdo, 2021; Veiga, 2016; Schneider, 2004).

Tanto na política territorial, como na POA, o “ator” pode ser representado por indivíduos ou grupos coletivos, abrangendo uma ampla gama de sujeitos, incluindo famílias, comunidades, organizações, movimentos sociais e instituições (Long, 2001). Esses atores são participantes ativos do processo de intervenção, com capacidades de elaborar estratégias por meio de suas interações sociais e institucionais (Long; Ploeg, 2011). Ou seja, não são meros receptores passivos de forças externas, mas sim agentes capazes de mediar e transformar as condições e situações que lhes são impostas, a partir de seus recursos próprios e estruturas sociais (Long, 2001; Long; Ploeg, 2011).

Essa capacidade de agir dos indivíduos são apresentadas na POA a partir do conceito de “agência humana” (Gonzalez; Pereira; Dal Solgio, 2015). Esta noção pode ser compreendida pela capacidade de resolver problemas, realizar mudanças e/ou intervir em eventos preexistentes (Long; Ploeg, 2011). Ressalta-se que a agência não é um atributo de um agente individual, mas se constitui quando o indivíduo ou coletivo se transforma em ator social, isto é, quando interações, negociações e lutas sociais ocorrem entre os diversos tipos de atores, os quais precisam dispor de organização e de influência (Long; Ploeg, 2011).

Assim, a construção do ator social advém da capacidade de agência de uma ação coletiva (Gonzalez; Pereira; Dal Solgio, 2015).

Para compreender essas relações sociais, outros três conceitos são mobilizados pela POA: campos, domínios e arenas sociais. O campo social representa o cenário como disponibilidade de recursos, tecnologias, instituições e características específicas do espaço (Long, 2001). Já o domínio exprime a organização da vida social, referenciada pelas regras, normas e valores produzidos a partir de experiências e lutas compartilhadas (Long, 2001). Quanto às arenas, caracterizam-se pelos espaços onde ocorrem os debates e disputas entre as diferentes práticas, valores e interesses (Long, 2001).

A comparação destas noções com orientações do desenvolvimento territorial permite encontrar mais semelhanças relevantes. O campo social na política pública de desenvolvimento territorial baiana (e brasileira) foi concebido pelo:

agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, e reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertence, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial. (Bahia, 2010, Art. 1º, § 1º)

Ou seja, a construção da identidade do lugar e do interesse comum perpassa pelo reconhecimento do campo social e de seu potencial endógeno, representado pelos arranjos produtivos, diversidade sociocultural e características ambientais específicas (como clima e relevo) do local. Nesse sentido, Pecqueur (2005) reforça a pertinência de se considerar essas potencialidades particulares do campo social do território para a promoção do desenvolvimento. Já a consolidação da coesão social ocorre quando os atores ali presentes conseguem construir um senso de pertencimento ao lugar e uma forte “consciência coletiva” (Forrest; Kearns, 2001), quer dizer, compartilhamento de valores, costumes, princípios, crenças, simbologias e formas de vida (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016b), questões pertencentes ao domínio social.

As arenas sociais estão associadas aos Colegiados de Desenvolvimento Territorial. Dentro desta arena de concertação, apresentam-se as múltiplas realidades, refletidas pelos indivíduos com diferentes visões de mundo, recursos, poderes e repertórios culturais (Long, 2001; Long; Ploeg, 2011). É por meio da institucionalização dessa governança territorial, formada a partir das ações compartilhadas dos diferentes atores – como órgãos públicos, empresas, associações e cooperativas – que propostas inovadoras podem ser elaboradas, fomentando a capacidade competitiva do território (Cazella *et al.*, 2020).

No entanto, a diversidade dos campos, domínios e arenas influenciam a capacidade de agência dos atores sociais, refletindo em diferentes formas de lidar com as situações encontradas (Gonzalez; Pereira; Dal Solgio, 2015). Assim, uma importante função da POA é identificar e caracterizar as diferentes estratégias e lógicas, examinando as circunstâncias em que emergem, sua aplicabilidade ou efetividade na solução de problemas específicos e suas implicações sociais (Long; Ploeg, 2011).

Apresentação dos atores, campos e arenas dos territórios

Nesta seção, são apresentados brevemente os atores, campos e arenas da política territorial da Bahia considerados para esta pesquisa, bem como as formas de consulta e análise dos resultados. Ao todo, 87 pessoas foram consultadas,⁴ sendo 12 gestores de TI e 75 agricultores familiares. Os gestores foram subdivididos, paritariamente, em dois grupos: representantes da sociedade civil, com a participação de 6 (seis) coordenadores(as) do Codeter; e agentes públicos, com 3 (três) representantes da Seplan, 2 (dois) da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) e 1 (um) da Federação dos Consórcios Públicos do estado da Bahia (Fecbahia). O escopo desta etapa foram os TI⁵ da Bahia que também participaram das políticas públicas territoriais nacionais (TR e PTC). A opção por essa definição visa possibilitar a identificação dos principais diferenciais do arranjo institucional entre as abordagens. A

⁴ Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ressalta-se também que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade na data de 9/2/2021.

⁵ O TR/TC Itaparica não foi considerado, pois não está integralmente no estado da Bahia (sua gestão é compartilhada com o estado de Pernambuco).

seleção destes entrevistados foi proposital, baseada na sua atuação e envolvimento na gestão territorial do estado.

Conforme assinalado anteriormente, os Codeter são fóruns de discussão e de participação social, constituídos paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil (sendo coordenados pelos representantes desta última esfera). Sua finalidade é promover a discussão local das ações e projetos de desenvolvimento para o território, com o objetivo de garantir controle social na gestão e planejamento público. Desta forma, os Codeter fazem parte da instância colegiada da governança territorial.

Na estrutura da Seplan está a Coordenação Executiva de Planejamento Territorial (Cept), a qual representa a instância executora da política territorial. Este órgão é o responsável pela coordenação da política territorial e articulação com as demais esferas públicas (municipais, estaduais e federal), além de apoiar as instâncias colegiadas, provendo suporte aos processos de participação social. Para tanto, a Cept conta com os Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT), responsáveis pela interação e orientação dos colegiados e autoridades locais de cada TI, e com os Coordenadores de Articulação Territorial, que fornecem o suporte técnico e institucional para a atuação dos ADT.

A CAR é uma empresa pública do estado da Bahia, instituída pela Lei Delegada nº 30 de 3 de março de 1983 e, atualmente, está vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (CAR, 2020). Sua missão é fomentar o desenvolvimento regional, territorial e local, por meio de ações voltadas, principalmente, para o combate à pobreza e a inclusão socioprodutiva das comunidades rurais, priorizando o fortalecimento da agricultura familiar. As iniciativas ocorrem mediante de projetos públicos, o quais são propostos às associações e cooperativas por meio de editais, a partir de contratos com organismos financeiros internacionais e de parcerias com o governo federal e secretarias estaduais (CAR, 2020).

Já os Consórcios Públicos são uma modalidade de associação que envolve diferentes tipos de cooperação entre União, estados e municípios, formando uma nova organização pública, que passa a ser considerada de administração indireta dos entes consorciados. No caso da Bahia, os consórcios são formados

pelos prefeitos dos municípios que compõem o TI e têm como objetivo o planejamento, a regulação e a execução de atividades ou de serviços públicos em diversas frentes.

As entrevistas com estes atores ocorreram de forma individual e majoritariamente on-line (via plataforma *Google Meet*), entre os anos de 2022 e 2023, e com o apoio de um roteiro semiestruturado. As principais questões abordadas com este público foram as seguintes: o processo de construção e funcionamento da política pública; os fatores-chave e diferenciais da política baiana; a visão geral sobre a importância e benefícios da gestão territorial; e os desafios ainda enfrentados pela política territorial no estado. O método de apreciação dos resultados adotado foi a análise de conteúdo (Bardin, 2009), a qual foi sistematizada em uma matriz argumentativa, construída a partir da codificação das entrevistas dos 2 (dois) grupos considerados, ou seja, representantes da sociedade civil (Codeter) e agentes públicos, a fim de se encontrar coalizões discursivas.

Já para a análise no âmbito local dos territórios, 3 (três) TI foram selecionados: Sertão do São Francisco; Chapada Diamantina; e Litoral Sul. A seleção destes TI baseou-se na análise de dados quantitativos dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, assim como em suas localidades, possibilitando abranger diferentes contextos do estado. Nestes TI, entrevistas estruturadas foram realizadas presencialmente com agricultores familiares, também durante os anos de 2022 e 2023. Em algumas comunidades, estas interações foram individuais e, em outras, em grupo, a depender da preferência dos participantes. O objetivo principal foi captar as percepções sobre a melhoria de alguns indicadores sociais e econômicos no meio rural, o conhecimento a respeito da política pública territorial baiana e a abrangência de sua aplicação.

No Sertão do São Francisco (Figura 1), os agricultores familiares foram representados por 24 agricultores de 3 (três) comunidades, as quais estão localizadas nos municípios de Casa Nova e Curaçá (Comunidade Quilombola Nova Jatobá; Assentamento Rural Novo Horizonte; e Comunidade Quilombola do Distrito de Lagoinha). Estes interlocutores vivem em áreas aplainadas, cuja locomoção, apesar da distância relativa até Juazeiro

(aproximadamente 100 km), município-sede do TI, é facilitada pela rodovia asfaltada.

Figura 1 – Mapa do Território Sertão do São Francisco

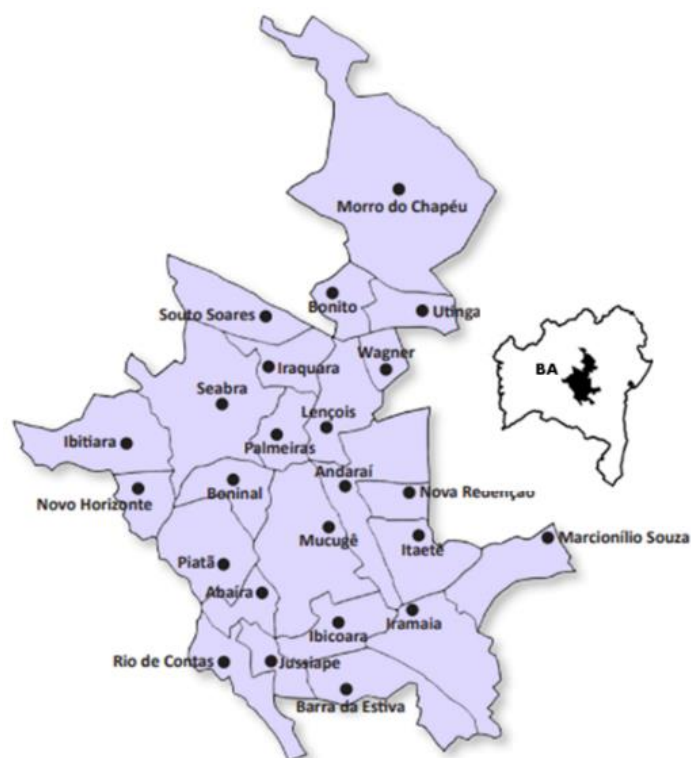


Fonte: Bahia (2024).

O território faz parte da cobertura de domínio do semiárido, com todos os seus 10 (dez) municípios enquadrados nesta zona. O uso do solo é destinado às atividades agropastoris em meio à Caatinga e sua vegetação secundária. A pecuária se caracteriza principalmente pelas criações de ovinos e caprinos. Nas margens do rio São Francisco, ocorre o cultivo de frutas irrigadas, voltadas principalmente para a exportação, com ênfase nas culturas de manga, uva, abacaxi, abacate, goiabas, melancia e melão, o que impulsiona uma agroindustrialização e dinamismo econômico diferenciado para os municípios de Juazeiro e Curaçá (Território Sertão Do São Francisco, 2008).

O Território da Chapada Diamantina (Figura 2) é formado por 24 municípios, sendo a cidade de Seabra a sede do TI. O território se situa na região semiárida, onde predomina um clima subúmido a seco, contrastando áreas mais chuvosas com áreas mais secas. As unidades produtivas rurais se localizam em meio às montanhas e aos chapadões, normalmente ligadas aos centros urbanos das cidades por estradas de terra, muitas vezes precárias.

Figura 2 – Mapa do Território Chapada Diamantina



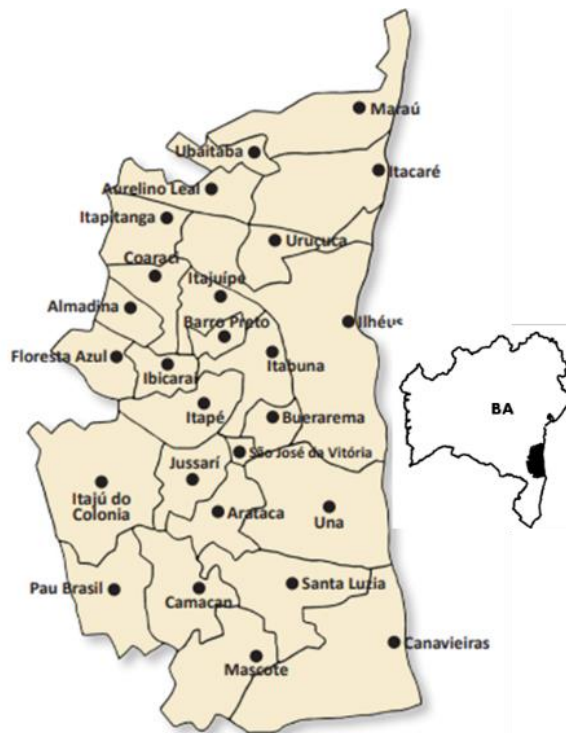
Fonte: Bahia (2024).

O TI também é conhecido por suas belezas naturais e turismo ecológico. Do ponto de vista sociocultural, as comunidades tradicionais, notadamente as comunidades remanescentes quilombolas, representam um importante traço cultural e agrário do território. Trata-se do segundo território em termos de número de comunidades de remanescentes quilombolas do estado da Bahia. A mandioca e o café são os principais cultivos, mas outros alimentos básicos, com destaque para feijão e milho, também são produzidos (Território Chapada Diamantina, 2010). As comunidades visitadas neste TI foram o Quilombo do Tejuco, Povoado de Cruz e o Quilombo do Corcovado, as quais estão localizadas no município de Palmeiras. Nestas localidades, 20 entrevistas foram realizadas.

O Território Litoral Sul (Figura 3) é popularmente conhecido como Costa do Cacau. O cultivo deste produto representa mais de 40% da produção do estado, constituindo a principal cultura permanente do território (Território Litoral Sul, 2010). O TI é formado por 26 municípios, sendo Itabuna o município-sede

e o eixo Ilhéus-Itabuna o mais economicamente dinâmico, industrializado e urbanizado. A rodovia Jorge Amado permite a ligação entre as duas cidades, que estão apenas a 33 km de distância uma da outra. Portanto, as comunidades que estão nas margens da rodovia possuem conexão rápida e barata com os mercados e serviços públicos.

Figura 3 – Mapa do Território Litoral Sul



Fonte: Bahia (2024).

Por outro lado, mais para o interior da bacia do rio Cachoeira, a paisagem se modifica em relevo ondulado, caracterizado por uma topografia acidentada formada pelas serras e índices pluviométricos menores. Nestas áreas, predomina a atividade pastoril (Território Litoral Sul, 2010). Neste território foram entrevistados 31 agricultores dos Assentamentos Frei Vantuy, Santana e Vila Isabel, os quais estão localizados nos municípios de Ilhéus e Ibicaraí.

A importância do desenvolvimento territorial para a qualidade da agência humana

Nesta seção, exibimos e discutimos o resultado da análise de conteúdo das entrevistas realizadas com os gestores da política pública de desenvolvimento territorial do estado da Bahia. O objetivo foi identificar os benefícios e fatores-chave da política baiana, assim como examinar a sua contribuição para a capacidade de agência dos atores sociais dos territórios.

Primeiramente, ressalta-se que as crenças e os benefícios da política pública territorial da Bahia (Quadro 1) são bastante convergentes entre os dois grupos de atores consultados. De acordo com os depoimentos dos coordenadores do Codeter e dos agentes públicos da Bahia, pode-se dizer que a política territorial constitui um marco para a gestão pública baiana, representando uma estratégia importante de desenvolvimento rural, principalmente por possibilitar a inclusão social, em especial das populações historicamente marginalizadas, mediante a identificação das demandas locais.

Quadro 1 – Crenças e benefícios da política territorial do estado da Bahia

	Coordenadores dos Codeter	Agentes Públicos
Crenças sobre a política	- É uma estratégia importante de desenvolvimento rural para inclusão social e combate à pobreza no campo. - A política garante que as demandas e necessidades da população sejam identificadas. - O planejamento territorial direciona a execução das ações públicas, ampliando o acesso a políticas públicas. - O território se tornou um instrumento do Estado para execução de políticas públicas. - A atuação em conjunto entre municípios facilita o atendimento à população. - A participação social é muito importante para o processo de desenvolvimento. - O Colegiado é um espaço de debate e construção de políticas públicas.	- É uma política de empoderamento social para que as comunidades aprendam a identificar seus problemas. - É um instrumento poderoso de captação das demandas da população e de inclusão da voz do povo. - É uma estratégia de controle social da política pública. - É importante para a inclusão social, principalmente para os que mais precisam. - É uma iniciativa que reconheceu as dinâmicas sociais e econômicas historicamente marginalizadas. - O Colegiado é o órgão/instituição que representa o território. - No Codeter estão presentes as principais instâncias para promover o desenvolvimento do território.

Benefícios da política	- Possibilitou a expansão e paridade dos serviços no meio rural, melhorando a qualidade de vida da população. - Permitiu a alavancagem das cadeias e arranjos produtivos dos TI. - Ampliou a discussão para questões para além do rural. - Ampliou o diálogo entre poder público e população. - A divulgação das ações e projetos por território promoveu a troca de informações e conhecimentos. - Promoveu o aprendizado de se viver em comunidade. - Promoveu a descentralização e socialização do debate. - Deu voz à população para reivindicar e propor ações. - Promoveu o empoderamento social e político. - Ajudou na organização e mobilização dos atores locais.	- Garantiu um melhor arranjo institucional e integração dos diferentes setores. - Ajudou na organização do território, fazendo com que as políticas sejam mais efetivas. - Contribuiu para o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. - Possibilitou incluir na agenda outros temas para além da agricultura familiar, como saúde e educação. - Faz com que as informações sobre projetos/editais cheguem mais fácil na ponta. - Deu voz a diferentes instituições da agricultura familiar. - Ajudou na mobilização e organização dos produtores.
------------------------	--	---

Fonte: Resultado da pesquisa.

Adicionalmente, a política funciona como um instrumento do Estado para organização do território e direcionamento das políticas públicas. Segundo os entrevistados, este arranjo institucional amplia o acesso a serviços básicos de cidadania, reduzindo as disparidades entre o rural e o urbano. Com efeito, o aumento da integração das ações públicas e articulação entre as secretarias estaduais e municipais torna o atendimento à população mais eficiente, melhorando a qualidade de vida. Serpa *et al.* (2011) também identificaram esse benefício no território baiano do Sisal que, graças à política territorial, contou com uma quantidade relevante de recursos para execução de 61 ações governamentais, como os programas públicos Brasil Alfabetizado, Luz para Todos e Bolsa Família, além de projetos nas áreas da cultura, infraestrutura, acesso à água, saneamento e organização sustentável da produção.

A política do estado da Bahia também é reconhecida por sua função de empoderamento social. Para os gestores dos territórios, a governança participativa, a qual ocorre por meio dos Codeter, está entre os princípios mais marcantes do desenvolvimento territorial. Esta arena social é valorizada por

construir um espaço de diálogo e aprendizado, no qual os atores exercitam a ação de identificar seus problemas e direitos, de opinar sobre as políticas públicas, além de discutir a elaboração da estratégia de desenvolvimento do território com as principais instâncias responsáveis por esse processo. Consequentemente, para estes interlocutores, esses espaços promovem inclusão, democratização e publicização do debate público, permitindo uma maior troca de saberes e informações, assim como a convivência em comunidade.

Antunes Junior, Borsatto e Souza-Esquerdo (2024) assinalaram essa importância da governança participativa para o sucesso das políticas de desenvolvimento territorial. Analisando o Território do Sudoeste Paulista, estes pesquisadores observaram que a governança territorial foi fundamental para garantir uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades, promovendo, assim, inclusão e empoderamento dos agricultores familiares.

Picolotto (2014) já atentava para esta questão, observando que os agricultores familiares são reconhecidos como atores de direito apenas quando “se fazem” politicamente. Ou seja, quando se tornam atores sociais, participando do processo de discussão e criação de políticas públicas. Por esta razão, a governança territorial participativa é concebida como uma forma de inovação social, ajudando a reduzir a reprodução do clientelismo tradicional enraizado nos municípios brasileiros (Dias; Seixas, 2020; Delgado; Grisa, 2013). Ademais, as interações sociais, além de criar ambientes inovadores, contribuem para a ampliação da coesão social e superação dos desafios institucionais do processo de desenvolvimento do território (Dallabrida, 2020).

A participação social ocorre por intermédio dos representantes das associações e cooperativas. Com efeito, para os gestores, a política territorial incentivou a mobilização e estruturação dessas organizações, fortalecendo sua atuação social. Nesta ordem de ideias, “as associações e cooperativas têm mais capacidade de construir coalizões políticas para negociar com os demais atores territoriais” (Milano; Cazella, 2021, p. 106).

Outro benefício identificado do planejamento territorial baiano foi a abordagem multidimensional do desenvolvimento. Na perspectiva dos atores entrevistados, a dimensão produtiva foi potencializada por meio da valorização e (re)conhecimento dos arranjos produtivos específicos de cada TI, fortalecendo a

construção de identidade do território. Por outro lado, questões para além da esfera agrícola também ganharam relevância. Como retratado anteriormente, houve a expansão do acesso a políticas públicas não vinculadas à produção rural.

Adicionalmente, segundo os entrevistados, a divisão dos Codeter em Câmaras Temáticas propiciou o trabalho de diversos temas, como meio ambiente, juventude, diversidade, mulheres, cultura, educação e segurança alimentar. Da mesma forma, a territorialização do PPA do estado promoveu o aumento da integração entre os espaços urbano e rural, além da articulação de diferentes atividades e setores econômicos na gama dos programas de governo.

Efetivamente, o PPA atrelado aos TI é o principal aperfeiçoamento da política territorial da Bahia. Esta opinião é compartilhada por Favareto *et al.* (2020), na medida em que a adoção dos TI como unidade de organização e execução do orçamento público colaborou com a narrativa e consolidação da abordagem territorial de desenvolvimento no estado. A sua institucionalização, primeiramente por decreto e, posteriormente, por meio de lei, conferiu também mais legitimidade para o uso do mapa territorial na administração pública e na mobilização dos movimentos sociais (Dias; Seixas, 2020; Serpa *et al.*, 2014). Hoje já são cinco PPA-P elaborados de forma territorializada, representando, nas palavras dos atores entrevistados, uma revolução na gestão pública, constituindo, assim, um dos principais fatores-chave da política baiana (Quadro 2).

Os efeitos dessa institucionalização do enfoque territorial se refletem na estruturação dos colegiados. A formalização dos Cedeter⁶ e Codeter como instrumentos de governança da gestão pública (Bahia, 2014) implicou a homologação destes organismos, com a elaboração de estatutos, votação de membros da Diretoria e definição de regras e periodicidade de encontros. Segundo seus coordenadores, estes procedimentos tornaram essas instituições mais legítimas, favorecendo o seu fortalecimento ao longo dos anos.

A coordenação da política territorial pela Seplan foi apontada pelos atores como outro diferencial da Bahia. Sua atuação como gestora do orçamento e articuladora com as demais secretarias estaduais e municipais é destacada como

⁶ O Cedeter (Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial) é um órgão de caráter consultivo vinculado à Secretaria do Planejamento, com a finalidade de subsidiar os Codeter na elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento, além de ser responsável pela homologação dos colegiados.

fundamental para conferir centralidade aos territórios no planejamento e gerenciamento das ações. A coordenação desse tipo de política por um organismo multisetorial também foi sinalizada por Berdegú e Favareto (2019), enfatizando sua importância para a superação do paradigma agrário.⁷

Quadro 2 – Fatores-chave da política territorial do estado da Bahia

	Coordenadores dos Codeter	Agentes Públicos
Fatores-chave da política	- Territorialização do planejamento público (PPA-P; PGP). - Projetos da CAR articulados com a estratégia territorial. - Permanência do Codeter como ente responsável por promover a coletividade e o controle social. - Apoio da Coordenação Estadual do Territórios (CET) para os Colegiados e interlocução com o Governo. - Alinhamento político-ideológico entre os poderes executivos (municipais, estadual e federal). - Vontade política para o enfoque territorial. - Seplan como responsável pela política territorial. - ADT e coordenadores territoriais. - Realização de consultas e conferências utilizando o referencial territorial para segmentos específicos. - Consórcios Públicos referenciados nos territórios. - Existência de uma Secretaria Territorial da Agricultura Familiar (Setaf) em cada TI. - Mobilização e participação da sociedade civil desde o início da formação dos territórios. - Existência de organizações que trabalham com a agricultura familiar bastante fortes e mobilizadas. - Questão rural e agricultura familiar são foco do governo.	- Apoio do Governo do estado da Bahia e alinhamento político com governo federal da época. - Os Agentes de Desenvolvimento Territorial (ADT) e os Coordenadores de Desenvolvimento Territorial. - Formalização da gestão territorial (leis/decretos). - Organizações sociais do campo fortes. - CAR e os projetos executados pela organização. - O planejamento territorializado e participativo (PPA-P). - Consórcios Públicos tornam a gestão pública eficiente. - O PTDS dá autonomia ao Codeter de conhecer sua realidade e seus arranjos produtivos. - Outros instrumentos de apoio à gestão territorial como Caapa e Dfoc (vinculados à Seplan). - A Seplan como coordenadora dessa política. - A institucionalização dos Colegiados (Cedeter e Codeter) como instrumentos oficiais. - A participação da sociedade civil no processo de formação dos territórios. - A CET, que funciona como uma rede de apoio aos Colegiados. - Existência de conferências e eventos por território.

Fonte: Resultado da pesquisa.

⁷ Em muitos países, a perspectiva territorial foi concebida para superar a pobreza no campo e, consequentemente, foi atrelada a ministérios vinculados ao tema da agricultura, o que acarretou predominância de ações voltadas para o setor primário (Sotomayor; Sayago; Sabourin, 2013).

Ademais, a existência dos Agentes de Desenvolvimento Territorial e dos Coordenadores de Articulação Territorial, que funcionam como um braço da Seplan nos territórios, foi avaliada como ponto essencial da política pública. Esses funcionários trabalham como “animadores” do TI, auxiliando os colegiados na organização das reuniões e execução das ações, fortalecendo a relações sociais e as interlocuções entre poder público e sociedade civil. Segundo Balem Silva e Froehlich (2016), estes agentes desempenham papel fundamental no fortalecimento das condições institucionais, uma vez que possuem a responsabilidade de garantir que os atores sociais se apropriem das estruturas e ferramentas da governança territorial.

O arcabouço institucional da política pública territorial baiana conta também com os Consórcios Públicos. Em virtude do caráter multifuncional, estas estruturas baianas ganharam o nome de Consórcios Multifinalitários, cujos objetivos envolvem prestar serviços e desenvolver ações em conjunto com os entes consorciados, sobretudo nas áreas de planejamento, saneamento, transporte, infraestrutura, assistência social, educação, meio ambiente e desenvolvimento rural. Para Dias (2016), a política territorial baiana impulsionou a formação dos CP nos TI do estado, oferecendo suporte institucional, técnico e financeiro. Hoje, todos os TI contam com ao menos um CP. Para os gestores dos territórios, os CP contribuem para que haja mais eficiência na utilização dos recursos públicos e melhor oferta de serviços municipais. Esta visão se explica em razão dos municípios disporem individualmente de baixa capacidade de investimento, não tendo condições administrativas e financeiras de prestar serviços essenciais de forma adequada (Carvalho; Xavier; Pinto, 2016).

Outra instituição única de apoio à gestão territorial baiana é a CAR, principalmente com os projetos Bahia Produtiva e Pró-Semiárido. Estes últimos foram valorizados pelos atores entrevistados, por serem considerados inovadores e potencializadores das cadeias e arranjos produtivos dos TI. Os projetos em questão são coordenados no âmbito territorial e foram criados em 2015 e 2016, respectivamente, com a finalidade de fomentar a agroindustrialização, comercialização e melhoria das infraestruturas básicas

para a produção, segurança hídrica e segurança alimentar. Não se tem ainda disponível na literatura uma avaliação consolidada destes programas. Mas Oliveira *et al.* (2020), por exemplo, estimam que o Bahia Produtiva fortificou a rede de processamento e comercialização de agricultores familiares do Território Baixo Sul. Já o Pró-Semiárido tem incentivado a permanência dos jovens no campo na cidade de Caém, a partir da ampliação da geração de conhecimento e renda (Amorim *et al.*, 2020).

A mobilização social também foi indicada pelos gestores do território como uma questão diferencial do estado. Segundo os entrevistados, diferentemente do que ocorreu no restante do Brasil, na Bahia houve o envolvimento da sociedade civil desde o início do processo de formação dos TI, notadamente com a participação da Coordenação Estadual dos Territórios (CET), gerando um maior senso de pertencimento ao local, o que corresponde às conclusões de Dias (2017). Com efeito, a coesão no diálogo do desenvolvimento foi viabilizada, possibilitando a construção de um pacto territorial (Ortega; Cerqueira; Silva, 2016b).

Adicionalmente, para os atores entrevistados, o respaldo do governo estadual foi fundamental para avançar com o planejamento territorial participativo na Bahia. Efetivamente, é possível evidenciar o interesse e a articulação do governo do estado na interiorização das políticas públicas por meio dos Territórios de Identidade e seus municípios (Sarpa; Borges, 2012). Como ressaltam Ortega, Cerqueira e Silva (2016b), o apoio do governo central é crucial nesse tipo de estratégia de desenvolvimento, pois é o meio capaz de financiar a infraestrutura básica local e de exercer poder de balizamento com os grupos políticos locais nas arenas de concertação.

Dessa forma, pode-se concluir que o arranjo institucional da política territorial de desenvolvimento do estado da Bahia contribuiu para a ampliação da qualidade da agência humana dos territórios, assim como para o enrijecimento dos domínios sociais. Ou seja, a organização da vida social nos territórios foi fortalecida pela normatização e formalização dos TI, das arenas e dos dispositivos políticos, e também pelo reconhecimento dos atores sociais.

Nestas circunstâncias, pode-se constatar que algumas das barreiras operacionais da política nacional PTC, apontadas, por exemplo, no estudo de

Antunes Junior, Borsatto e Souza-Esquerdo (2021), como a desarticulação territorial, a desconexão das ações municipais com as setoriais e a imposição de ações de cima para baixo (*top-down*) foram parcialmente superadas pela política da Bahia. No entanto, tal avanço não significa que a gestão territorial baiana superou todos os seus desafios, os quais são discutidos a seguir.

A diversidade dos campos e domínios na abordagem do desenvolvimento territorial

A experiência baiana é valorizada por representar um paradigma cultural de desenvolvimento, reconhecendo a diversidade espacial e humana (Carniello; Dos Santos; Máximo Pimenta, 2022). Essa visão é susceptível de averiguação com uma análise fundada na Perspectiva Orientada ao Ator. Assim, nesta seção, foi adicionada à discussão a perspectiva dos agricultores familiares entrevistados e a realidade dos 3 (três) TI visitados.

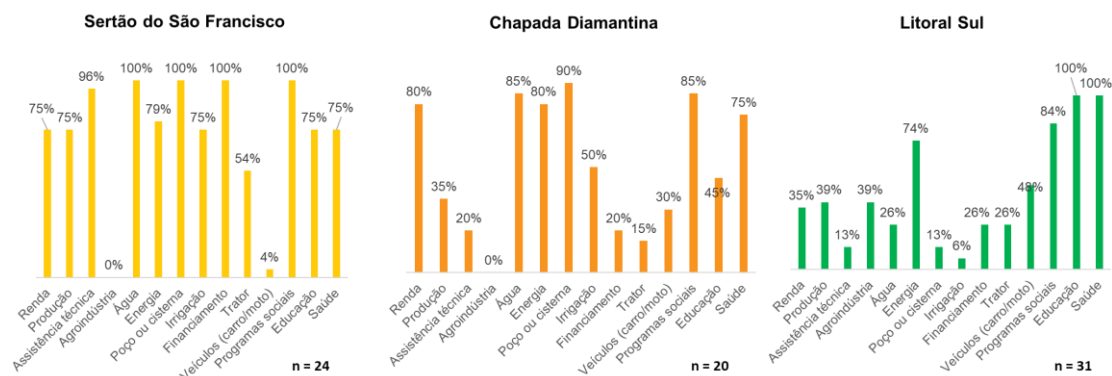
Conforme assinalado por Long e Ploeg (2011), a realidade social, por ser heterogênea, constrói significados e interpretações distintos. Mesmo vivenciando circunstâncias estruturalmente similares e tendo acesso as mesmas ferramentas, o caminho do desenvolvimento em cada localidade é diferente, em razão das características específicas do domínio, do campo e da arena social.

De fato, segundo os entrevistados desta pesquisa, o desenvolvimento dos territórios ocorre de forma diferente entre e dentre os TI. Para estes interlocutores, o desempenho depende do grau de maturidade do TI, o qual se concebe a partir das características singulares do território. A Figura 4 exemplifica este panorama, na medida em que é possível observar que o progresso dos indicadores socioeconômico foi diferente em cada território. O Sertão do São Francisco apresentou a melhor evolução das variáveis avaliadas, seguido pela Chapada Diamantina e Litoral Sul.

Segundo os agricultores das comunidades visitadas, a educação melhorou em virtude de investimentos no transporte público escolar no meio rural, além da construção e/ou manutenção de escolas públicas em povoados rurais. No entanto, na Chapada Diamantina, por ser uma região com uma infraestrutura de estrada mais precária, o fechamento e/ou falta de escolas estaduais (de

Ensino Médio) nas proximidades dos povoados rurais provoca uma percepção menos favorável em relação à evolução da questão educacional.

Figura 4 – Evolução dos indicadores socioeconômicos nos TI da Bahia visitados



Fonte: Resultado da pesquisa.

Na esfera da saúde, a grande maioria relatou progresso. A instalação das policlínicas nos municípios-sede dos TI, que oferecem atendimento de mais complexidade, além da ampliação dos programas Médico da Família e de agentes de saúde nas comunidades rurais, consolida a sensação de melhora. Da mesma forma, a energia elétrica passou a fazer parte do cotidiano de uma grande parcela graças ao Programa Luz para Todos, implementado em todas as localidades durante os anos de 2009 a 2012.

Quanto ao acesso à água, especialmente com instalação de cisternas, ocorreu sobretudo nos territórios da região semiárida (Sertão do São Francisco e Chapada Diamantina), por meio do Programa Água Para Todos (PAT) entre os anos de 2010 e 2014. Uma parte significativa dos agricultores, porém, não possui uma cisterna de produção, o que limita o cultivo, em especial nos períodos de seca. Trata-se do principal desafio da agricultura familiar nos três territórios visitados, inclusive no Litoral Sul, onde todos os interlocutores (agricultores e gestores) elencaram a falta de água como o entrave mais significativo para a produção e geração de renda.

O aumento na renda ocorreu, para algumas famílias, em consequência da participação no Programa Bolsa Família e da aposentadoria rural, principalmente na Chapada Diamantina, onde a produção ainda é

predominantemente para subsistência. Nesse local, poucas famílias comercializam o excedente em feiras e apenas uma entrevistada vende sua produção para as escolas públicas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Essa família, aliás, é a única que possui uma cisterna de produção, o que demonstra a sua relevância para a inclusão produtiva e comercial.

Nos territórios do Sertão do São Francisco e Litoral Sul, o aumento da renda provém, também, do incremento da produção e comercialização, com destaque para o primeiro TI, onde a menção ao crescimento produtivo ocorreu de forma mais frequente (por 75% dos agricultores). Nestes dois territórios, os mercados são mais dinâmicos, em razão, sobretudo, da estrutura e do tamanho das cidades-sede. Os polos Juazeiro-Petrolina e Ilhéus-Itabuna contam com uma infraestrutura logística robusta, além da existência de aeroportos, que facilitam a exportação de produtos. Ademais, a boa infraestrutura logística propicia o escoamento da produção via os programas de compras institucionais do governo federal (Pnae e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA).

O desequilíbrio entre os TI ocorre também no âmbito dos programas da CAR. Durante a visita a campo, foi possível observar o funcionamento do Bahia Produtiva nos territórios Litoral Sul e Sertão do São Francisco. O Pró-Semiárido, por ter um escopo de atuação determinado, está presente exclusivamente no Sertão do São Francisco. Entretanto, mesmo nos territórios onde os programas estão mais estabelecidos, a participação dos agricultores não é homogênea.

No Litoral Sul, o Bahia Produtiva beneficiou famílias assentadas vinculadas à Cooperativa da Agricultura Familiar e Economia Solidária da Bacia do Rio Salgado e Adjacências (Coopfesba), a qual gerencia a marca Bahia Cacau. O projeto implementado permitiu a construção de uma agroindústria de chocolates da agricultura familiar, pioneira no Brasil. Os assentados que participam do projeto e da Cooperativa receberam, no seu estabelecimento, uma estrutura física de estocagem e secagem de amêndoas do cacau, garantindo um produto de qualidade para a produção de chocolates especiais, assim como um canal de venda sólido. No entanto, apenas uma pequena parcela (menos de

10%) dos agricultores dos Assentamentos Santana e Vila Isabel estão associados à Cooperativa. Esta abrangência limitada explica, em parte, o percentual reduzido de agricultores que tiveram acesso a recursos para investimento em agroindústria. Por outro lado, os agricultores do Frei Vantuy foram contemplados com a instalação de uma fábrica de polpa e secagem de frutas no perímetro do Assentamento. Esta agroindústria local se encontrava em fase de construção no momento da visita (janeiro de 2023).

No Sertão do São Francisco, todas as comunidades visitadas foram beneficiadas com algum programa. O apoio do Bahia Produtiva foi destinado à Comunidade Quilombola de Lagoinha, para fomento à criação de galinha caipira e apicultura para produção de mel. O Assentamento Novo Horizonte e a Comunidade Quilombola Nova Jatobá tiveram acesso ao Pró-Semiárido para o desenvolvimento de caprinocultura, avicultura e piscicultura. Nestes locais, os projetos foram destinados às associações das comunidades rurais, beneficiando, principalmente, a produção agropecuária realizada de forma coletiva. Entretanto, nenhuma iniciativa de agroindustrialização foi identificada.

Já na Chapada Diamantina, a Associação do Povoado de Cruz foi contemplada, em 2019, pelo Bahia Produtiva para o estabelecimento de uma fábrica para a produção do óleo de licuri. Porém, em razão de um impasse no processo de licitação para a seleção da construtora e, posteriormente, da pandemia, o projeto atrasou e suas instalações estavam, em 2023, em fase de construção. A ideia é que esta unidade fabril compre coco licuri das famílias do Povoado de Cruz, mas incorpore, futuramente, outras nove comunidades da região ao projeto. De toda forma, as outras duas comunidades quilombolas visitadas não apontaram participação nesta iniciativa nem em outros projetos do Bahia Produtiva.

De qualquer maneira, esses programas foram apontados por seus receptores como diferenciais. O acesso a novas tecnologias permitiu o aperfeiçoamento e a ampliação da produção, com consequente aumento da renda. Ademais, são esses agricultores beneficiários dos projetos da CAR que relataram ter alcançado avanços no acesso a financiamento e à assistência técnica, em especial no Sertão do São Francisco, conforme ilustrado na Figura 4. Neste TI, aliás, a

assistência técnica é oferecida de forma mais intensa principalmente por ser fruto de parcerias com organizações reconhecidas, como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa)⁸ e Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc),⁹ ambos membros do Codeter.

Com efeito, constata-se que os recursos e tecnologias existentes no campo social, como acesso à água, à energia, à cisterna de produção, às estradas, à infraestrutura logística e às instituições de ensino e saúde, variam de acordo com o território. Para os gestores dos TI, essa diferença ocorre, também, por causa da maturidade e organização do Codeter. Todos os coordenadores do Codeter apontaram que o Sertão do São Francisco possui um dos colegiados mais estruturados e mobilizados da Bahia e, por este dinamismo, apresenta um desempenho superior em favor da agricultura familiar. Esta avaliação corrobora a interpretação de Serpa *et al.* (2011), que constatarem uma longa história de mobilização social no território como meio de facilitação e consolidação da instância colegiada e sua articulação em rede.

A mobilização social no Sertão do São Francisco remonta aos anos de 1970 com a construção da barragem de Sobradinho, quando agentes sociais e do Terceiro Setor se organizaram para reivindicar suas demandas (Território Sertão do São Francisco, 2008). Em 1994, foi criado também o Fórum Regional de Entidades, que agrupa importantes organizações, como o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), Irpaa, Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas Agrícolas, Agroindustriais e Agropecuárias (Sintagro), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Colônia de Pescadores de Remanso. Essa gama de atores sociais representou um grande potencial para a realização de articulações institucionais e de parcerias em torno da implementação de políticas públicas (Território Sertão do São Francisco, 2008).

Por outro lado, o Litoral Sul foi avaliado pelos entrevistados como um caso de coesão social frágil. Segundo os entrevistados, este TI teve uma formação histórica distinta daquela do sertão baiano, o que influencia suas dinâmicas

⁸ O Irpaa é uma Organização Não Governamental sediada em Juazeiro/BA que oferece soluções eficazes para ampliar a Convivência com o Semiárido por meio de diversos projetos.

⁹ Dentre as atividades da Cooperativa está o "Projeto Ater Sustentabilidade", realizado em parceria com a Bahiater/SDR do governo do estado da Bahia.

sociais, políticas e econômicas. Para os gestores dos territórios, a histórica dependência econômica do cacau e a prática do coronelismo em torno desta produção permanecem enraizadas na região. Este cenário foi agravado pela doença dos cacaueiros vassoura-de-bruxa, a qual gerou uma crise sem precedentes nos anos 1990 na região, causando um intenso êxodo rural, desemprego e empobrecimento. Além disso, este TI, por estar na Zona da Mata, caracteriza-se por sua alta taxa de urbanização, contendo uma proporção de agricultores familiares inferior em comparação com os demais TI do estado. Consequentemente, o território possui um menor número de organizações vinculadas à agricultura familiar, ocasionando maior fragmentação dos interesses coletivos e, por conseguinte, menor capacidade de agência, refletindo, assim, nos indicadores socioeconômicos desta categoria social. Ou seja, as disputas nas arenas de negociação são maiores, acarretando menor atendimento das demandas da agricultura familiar.

Efetivamente, este TI, apesar de possuir o maior número de municípios, contém apenas 17.083 estabelecimentos da agricultura familiar, enquanto todos os outros sete TC do estado possuem mais de 25 mil unidades (IBGE, 2019). Este quadro, com certeza, dificulta a organização social da agricultura familiar, o que se reflete na menor representação de associações, cooperativas, sindicatos e movimentos sociais do campo no Codeter. Ao todo são 72 membros, dos quais 40 (56%) são integrantes do setor público e 32 (44%) da sociedade civil – único entre os três TI avaliados com representatividade da sociedade civil menor do que a do poder público (Bahia, 2022a). O núcleo diretivo, com base na última atualização disponível, possuía apenas três representantes, dois de entidades públicas e um da esfera civil. Constata-se, também, uma alta concentração dos conselheiros em poucos municípios: apenas 7 (sete) das 26 cidades contavam com representantes da sociedade civil. A grande maioria dos conselheiros se concentra na cidade-sede de Itabuna.

No que se refere à Chapada Diamantina, observa-se que o Codeter é composto por 96 membros titulares, dos quais 42 (44%) representam o poder público e 54 (57%) a sociedade civil (Bahia, 2022b). A Diretoria é formada por 12 membros, com paridade entre sociedade civil e poder público. Seu coordenador é um representante de comunidade quilombola. Do lado do poder

público, convém destacar a participação do CP da Chapada, Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.) e das Secretarias Estaduais de Turismo e Cultura. Já como membros da sociedade civil realçam-se Organizações Não Governamentais, como a Cootraf, (Cooperativa de Assessoria Técnica e Educacional para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar), Inpac (Instituto Pedagógico de Desenvolvimento Agrosocial e Comunitário) e Associações Comunitárias para Manutenção de Sistemas de Saneamento.

O Codeter do Sertão de São Francisco é constituído por 68 membros, sendo 22 (32%) do poder público e 46 (68%) da sociedade civil (Bahia, 2022c). Vale lembrar que o Sertão do São Francisco possui apenas 10 (dez) municípios e, por esta razão, contém uma quantidade menor de integrantes do setor público. A coordenação é compartilhada entre atores sociais e públicos, estes últimos representados pela CAR e Consórcio Público. O núcleo diretivo é composto por 12 pessoas, sendo 7 (58%) representantes da sociedade civil e 5 (42%) do poder público. Além disso, com exceção de Campo Alegre de Lourdes, todos os municípios possuem representantes das esferas pública e civil. Analisando a sua composição por categoria representada, nota-se a significativa presença de organizações da sociedade civil, com 20 conselheiros, o que demonstra a forte mobilização social indicada anteriormente. Trata-se do território com menor número de municípios e maior quantidade de representantes de organizações da sociedade civil.

Torna-se evidente, portanto, a importância das instituições presentes no campo social para o bom funcionamento da política territorial e do processo de desenvolvimento dos territórios. Conforme observado por Bonnal, Cazella e Maluf (2008), o acesso a políticas públicas está diretamente relacionado à capacidade de atuação na arena social. Da mesma forma, Serpa e Borges (2012) averiguam que os maiores avanços nas políticas de desenvolvimento territorial ocorreram em territórios onde o envolvimento, a participação e a organização da sociedade civil estavam mais consolidadas.

Todavia, apesar da regionalização territorial ter contribuindo para a ampliação na forma de pensar e implementar políticas públicas, abarcando, de certa maneira, as especificidades locais, acolher a enorme diversidade

identitária da Bahia é uma tarefa complexa (Dias; Costa, 2018). Por esse motivo, as intervenções precisam ser concebidas de maneira a tratar o contexto sociológico e histórico de modo mais abrangente, a fim de permitir o reconhecimento de atores, interesses, recursos e conflitos envolvidos (Long; Ploeg, 2011).

Uma maneira de superar essas fragilidades é tornar a estrutura colegiada e a sua forma de intervenção mais flexível e criativa (Valencia-Perafán *et al.*, 2020), possibilitando expandir as redes de engajamento social e adaptar as políticas públicas “às especificidades dos territórios em sua implementação, apoiando-se em fatores locais de maneira substantiva e ativa, e não meramente reativa ou instrumental” (Favareto; Lotta, 2022, p. 14). Ou seja, seria necessário reconhecer e incluir a grande heterogeneidade entre os territórios como fator positivo de desenvolvimento (Valencia *et al.*, 2019).

Com essa perspectiva, seria possível romper com a lógica do mesmo padrão aplicado nos diferentes territórios (*one size fits all*), fator que reduz a riqueza multidimensional do patrimônio territorial e a autonomia dos atores locais (Favareto; Lotta, 2022). Com isso, a problemática de transformar as propostas e os projetos locais desenhados pelos atores do território (PTDS) em políticas públicas, apontada por Oliveira e Dias (2015), poderia ser superada, fortalecendo a mobilização e organização social, assim como um melhor funcionamento do território.

Essa nova estrutura mais maleável possibilitaria, também, evoluir para uma abordagem que potencialize as diversidades dos atores, por meio de soluções específicas para os diferentes públicos, como populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, posseiros e assentados da reforma agrária (Medina; Gosch; Delgrossi, 2021). Dessa forma, aqueles atores historicamente marginalizados conseguiriam angariar mais representatividade, protagonismo e influência política e financeira. Esta questão, aliás, foi apontada pelos coordenadores do Codeter e agentes públicos. Apesar dos colegiados terem conseguindo incluir, ao longo dos anos, representantes de outros espectros da agricultura familiar, como assentados da reforma agrária e comunidades quilombolas, a renovação de seus membros é muito baixa, o que significa centralização das discussões nos mesmos atores e grupos.

Nesse sentido, convém ressaltar que, de forma geral, a maioria dos agricultores entrevistados (aqueles que não compunham Diretoria de associação) não conhecia o colegiado local e a Política Estadual de Desenvolvimento Territorial. Estes interlocutores têm conhecimento apenas do nome do seu território, mas não identificam sua relação com a política pública, talvez pela reduzida participação da comunidade nos encontros e reuniões do Codeter. As lideranças das associações entrevistadas, que normalmente são os interlocutores com o Codeter, indicaram essa dificuldade de participar dos encontros. As grandes distâncias e a falta de recursos para custear a viagem impedem o engajamento ativo de muitos membros. Esta limitação foi observada, principalmente, nas comunidades visitadas da Chapada Diamantina e do Sertão do São Francisco, que se situam mais distantes do município-sede do TI. Mas este problema também foi relatado pelas lideranças do Litoral Sul, ao assinalarem que as comunidades distantes do eixo Ilhéus-Itabuna raramente participam das discussões, comprometendo, assim, o engajamento de determinados municípios, comunidades e atores.

Com tais dificuldades, os representantes das comunidades acabam se envolvendo de forma mais ativa apenas durante as Escutas Sociais para a elaboração do PPA-P (a cada 4 anos) ou nas reuniões do Colegiado de averiguação dos projetos da CAR em que sua associação esteja postulando determinado edital, uma vez que o Codeter é responsável por realizar a primeira avaliação dessas propostas. Nos outros encontros do Colegiado, os presidentes das associações revelaram que sua participação, como representantes da comunidade, é indireta, na medida em que são representados por outras lideranças de coletivos, como dos Movimentos de Comunidades Quilombolas e do Movimento de Luta pela Terra (MLT).

Contendas e disputas de poder nas arenas sociais também foram indicadas como fatores limitantes dos Colegiados. Os principais conflitos ocorrem pela diferença de pensamentos e interesses, sobretudo entre poder público local e sociedade civil, acarretando baixo engajamento de prefeituras no Codeter e, consequentemente, limitando o diálogo desta esfera pública com a sociedade civil. Da mesma forma, a falta de articulação entre Consórcios Públicos e

Codeter foi assinalada como outro obstáculo da arena social. Como os CP têm autonomia para realizar suas ações, muitas vezes não consultam os Codeter para executá-las, além de não participarem ativamente deste Colegiado, o que depende praticamente da vontade do secretário executivo do CP. Com efeito, a participação da sociedade civil continua sendo apenas por meio do Colegiado territorial (Fornazier; Perafán, 2018). Por esta razão, Nunes *et al.* (2022) reforçam a pertinência de minimizar as fragilidades das capacidades institucionais dos Colegiados, por meio da redução das assimetrias de poder e capacitação institucional dos membros.

Essas limitações também foram observadas nas outras políticas públicas territoriais do Brasil (Caniello; Piraux; Souza Bastos, 2014; Delgado; Grisa, 2014; Favareto, 2010). Portanto, para uma efetivação mais eficiente das políticas públicas territorializadas, a fim de promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, mudanças mais profundas são desejáveis (Leite, 2020). O resgate desta agenda deve, então, considerar ações diferenciadas e adaptadas às diversas realidades do meio rural brasileiro, assim como fortalecer as instituições e promover uma participação social mais ampla (Leite, 2020).

Considerações finais

O estado da Bahia foi pioneiro na implementação de uma política estadual de desenvolvimento territorial. Essa abordagem iniciou em conjunto com a política territorial de âmbito nacional e, atualmente, após a paralisação dos dispositivos federais, é uma das únicas ações públicas desta natureza em funcionamento de forma institucionalizada no país.

Os resultados da pesquisa mostraram que a política territorial baiana é reconhecida por seus gestores como de extrema importância para o desenvolvimento multidimensional do rural baiano. Pela perspectiva dos atores do território, a territorialização das ações públicas potencializou a implementação de políticas públicas, garantindo mais acesso a direitos e serviços básicos, o que foi evidenciado também em campo com os agricultores.

Sob esta mesma ótica, a política territorial é entendida como fomentadora do capital social dos territórios, empoderando as comunidades para a identificação

de suas potencialidades e demandas, além de incentivar sua organização para atuar coletivamente na governança do território e vigilância da ação pública. Com efeito, nota-se que o desenvolvimento territorial fortalece a capacidade de agência dos atores sociais, promovendo benefícios para o território e mudança na qualidade de vida da população.

No entanto, a política ainda enfrenta importantes desafios, em especial no que tange aos desequilíbrios entre e dentre os TI. Os territórios e Colegiados mais maduros, com grupos sociais fortes, tendem a alcançar melhores resultados. Já os territórios com maior fragmentação de interesses vivenciam mais disputas e conflitos nas arenas sociais, acarretando baixa coesão territorial e, conseqüentemente, efeitos pulverizados. Ou seja, a qualidade da agência humana presente no território também impacta o desempenho da política territorial.

Ademais, o limitado alcance espacial e a pouca renovação dos Codeter prejudicam a efetivação da política territorial baiana. Em importante medida, apesar do esforço da composição dos diferentes TI e valorização da participação social, as ferramentas do arranjo institucional não consideram a heterogeneidade dos territórios e atores.

Assim, para o futuro do enfoque territorial, tanto na Bahia como no Brasil, seria pertinente conceber novas formas de expandir o engajamento social, criando estruturas mais flexíveis e formas de intervenção mais abrangentes, capazes de garantir a participação ativa de uma gama maior de municípios e pessoas, além de reconhecer a diversidades dos campos e domínios sociais existentes em cada localidade.

Referências

AMORIM, Edinéia *et al.* Política pública e agroecologia como incentivos à permanência do jovem no campo de acordo com o Método Lume. *Cadernos de Agroecologia*, São Cristóvão (Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia), v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.abo-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/3913/2953>. Acesso em: 4 set. 2024.

- ANTUNES JUNIOR, Wolney; BORSATTO, Ricardo; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde. “Spaces of Inclusion” in territorial governance: the legacy of Brazilian territorial development policies in the empowerment of smallholder farming. *Jornal Soc. Econ. Dev.*, [s.l.], [s.v.], [s.n], 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40847-024-00330-y>. Acesso em: 14 set. 2024.
- ANTUNES JUNIOR, Wolney; BORSATTO, Ricardo; SOUZA-ESQUERDO, Vanilde. Why is it so difficult to promote territorial development through public policies? The obstacles faced by a Brazilian experience. *World Development Perspectives*, [s.l.], v. 24, e100367, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.wdp.2021.100367>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- BAHIA. Governo do Estado. *Divisão territorial da Bahia: Territórios de Identidade*. Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – Secultba. Salvador, 2024. Disponível em: <https://www.ba.gov.br/cultura/314/divisao-territorial-da-bahia>. Acesso em: 16 ago. 2024.
- BAHIA. Governo do Estado. *Composição Codeter Litoral Sul*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, 2022a. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Composicao_CODETER_litoral-sul-25_08_2022.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BAHIA. Governo do Estado. *Composição Codeter Chapada Diamantina*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, 2022b. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Composicao_CODETER_Chapada_Diamantina-25_08_2022.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BAHIA. Governo do Estado. *Composição Codeter Sertão do São Francisco*. Salvador: Governo do Estado da Bahia, Secretaria do Planejamento, 2022c. Disponível em: https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/Composicao_CODETER_Sertao-do-Sao-Francisco-26_08_2022.pdf. Acesso em: 7 fev. 2024.
- BAHIA. Governo do Estado. *Lei nº 13.214 de 29 de dezembro de 2014*. Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da política de desenvolvimento territorial do estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – Codeters. 2014. Disponível em: https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-13214-2014-ba_279550.html. Acesso em: 19 jul. 2023.
- BAHIA. Governo do Estado. *Decreto nº 12.354 de 25 de agosto de 2010*. Institui o Programa Territórios de Identidade e dá outras providências. 2010. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 19 jul. 2023.

- BALEM, Tatiana; SILVA, Gustavo; FROEHLICH, José Marcos. Limites e possibilidades da política de desenvolvimento territorial: uma análise a partir do Território Central da Cidadania do RS. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 21, p. 198-221, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v21i2.5345>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- BALLESTEROS, Juan Gabriel; HERNÁNDEZ, María. Promoting tourism through the EU LEADER programme: understanding Local Action Group governance. *European Planning Studies*, [s.l.], v. 27, n. 2, p. 396-414, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09654313.2018.1547368>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. 70 ed. (Edição Português). Coimbra: Edições 70, 2009.
- BERDEGUÉ, Julio; FAVARETO, Arilson. *Desarrollo Territorial Rural en América Latina y el Caribe 2030 – Alimentación, agricultura y desarrollo rural en América Latina y el Caribe*. Santiago: FAO, 2019. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca5059es/ca5059es.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.
- BONNAL, Philippe; CAZELLA, Ademir; MALUF, Renato. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/302>. Acesso em: 4 set. 2024.
- BRASIL. Governo Federal. *Cartilha sobre os Territórios da Cidadania*. Brasília: Embrapa, 2008. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355746/30180455/Territ%C3%B3rios+da+cidadania.pdf/b435c5cb-b68a-095f-5e27-caef4e60b044>. Acesso em: 31 maio 2023.
- CANIELLO, Márcio; PIRAUX, Mar; BASTOS, Valério. Identidade e diversidade no Território da Cidadania da Borborema (PB). *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 34, [s.l.], n. 1, p. 24-48, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2014.v34.401>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- CAR – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. *Carta Anual da CAR*. Salvador: CAR, 2020. Disponível em: https://www.car.ba.gov.br/sites/default/files/2021-05/5_Carta%20Anual%20_2020_2021.pdf. Acesso em: 2 set. 2024.
- CARNIELLO, Monica; DOS SANTOS, Moacir José; MÁXIMO PIMENTA, Carlos Alberto. A abordagem territorial do desenvolvimento: um olhar metodológico sobre a dimensão cultural e seus componentes. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [s.l.], v. 18, n. 1, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v18i1.6517>. Acesso em: 6 fev. 2024.

- CARVALHO, Simone; XAVIER, Thiago; PINTO, Fabiane. Trajetória dos consórcios públicos baianos: oportunidades e desafios para uma política de desenvolvimento territorial. In: *Congresso Consad de Gestão Pública*, 9., 2016, Brasília. Artigo completo. Anais [...] Brasília: Consad, 2016. p. 1-27. Disponível em: <http://consad.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Painel-36-02.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- CAZELLA, Ademir *et al.* O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [s.l.], v. 16, n. 3, p. 193-206, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5881>. Acesso em: 2 set. 2024.
- DALLABRIDA, Valdir. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 63-78, 2020. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5395>. Acesso em: 2 set. 2024.
- DELGADO, Nelson; GRISA, Catia. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 132-163, 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/471>. Acesso em: 4 set. 2024.
- DELGADO, Nelson; GRISA, Catia. Institucionalidades, governança e projetos territoriais na política de desenvolvimento rural no Brasil. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Eds.). *Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil*. Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 19), p. 239-274.
- DIAS, Wilson. Uma visão panorâmica dos principais resultados nos 10 anos da política de desenvolvimento territorial na Bahia. In: UZÊDA, Danilo (Org.). *O mundo rural na Bahia: democracia, território e ruralidades*. 1ª ed. Feira de Santana: Z Arte Editora, 2016, cap. 6, p. 95-132.
- DIAS, Wilson. Territórios de Identidade e políticas públicas na Bahia: gênese, resultados, reflexões e desafios. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.
- DIAS, Janaina; COSTA, Frederico. Cultura, território e política regional no estado da Bahia, Brasil. *Córima – Revista de Investigación en Gestión Cultural*, [s.l.], v. 3, n. 4, 2018. Disponível em: <http://corima.udgvirtual.udg.mx/index.php/corima/article/view/7067/pdf>. Acesso em: 4 set. 2024.

- DIAS, Ricardo; SEIXAS, Paulo. Territorialização de políticas públicas, processo ou abordagem? *Revista Portuguesa de Estudos Regionais*, [s.l.], n. 55, p. 47-60, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.59072/rper.vi55.9>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? *Estudos Avançados*, [s.l.], v. 24, n. 68, p. 299-319, 2010a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142010000100021>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FAVARETO, Arilson *et al.* Quince años de desarrollo territorial rural. La experiencia de los programas y planes del estado de Bahía, Brasil. In: BERDEGUÉ, Julio; CHRISTIAN, Constanza; FAVARETO, Arilson (Eds.). *Quince años de desarrollo territorial rural en América Latina: ¿qué nos muestra la experiencia?* 1. ed. Buenos Aires: Teseo, 2020, p. 175-215.
- FAVARETO, Arilson; LOTTA, Gabriela. A longa evolução das ideias sobre Estado, políticas públicas e territórios – para além das políticas e abordagens territorialmente cegas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, [s.l.], v. 24, p. e202229, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202229>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FAVARETO, Arilson; LOTTA, Gabriela. Inovações institucionais nas políticas para o desenvolvimento territorial em três estados brasileiros. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 3, p. 11-38, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i3.10409>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FORNAZIER, Armando; PERAFÁN, Mireya. Os arranjos das Políticas Territoriais no Estado da Bahia. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 17-30, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v14i5.4087>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- FORREST, Ray; KEARNS, Ade. Social Cohesion, Social Capital and the Neighbourhood. *Urban Studies*, [S. l.], v. 38, n. 12, p. 2125-2143, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00420980120087081>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- GONZÁLEZ, Shirley; PEREIRA, Viviane; DAL SOLGIO, Fábio. A Perspectiva Orientada ao Ator em estudos sobre desenvolvimento rural. *Perspectivas Rurales Nueva Época*, [s.l.], v. 13, n. 25, p. 101-121, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/6386>. Acesso em: 4 set. 2024.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE – Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuário/censo-agropecuário-2017>. Acesso em: 10 jun. 2020.
- LEITE, Sergio Pereira. Ruralidades, enfoque territorial e políticas públicas diferenciadas para o desenvolvimento rural brasileiro: uma agenda perdida?

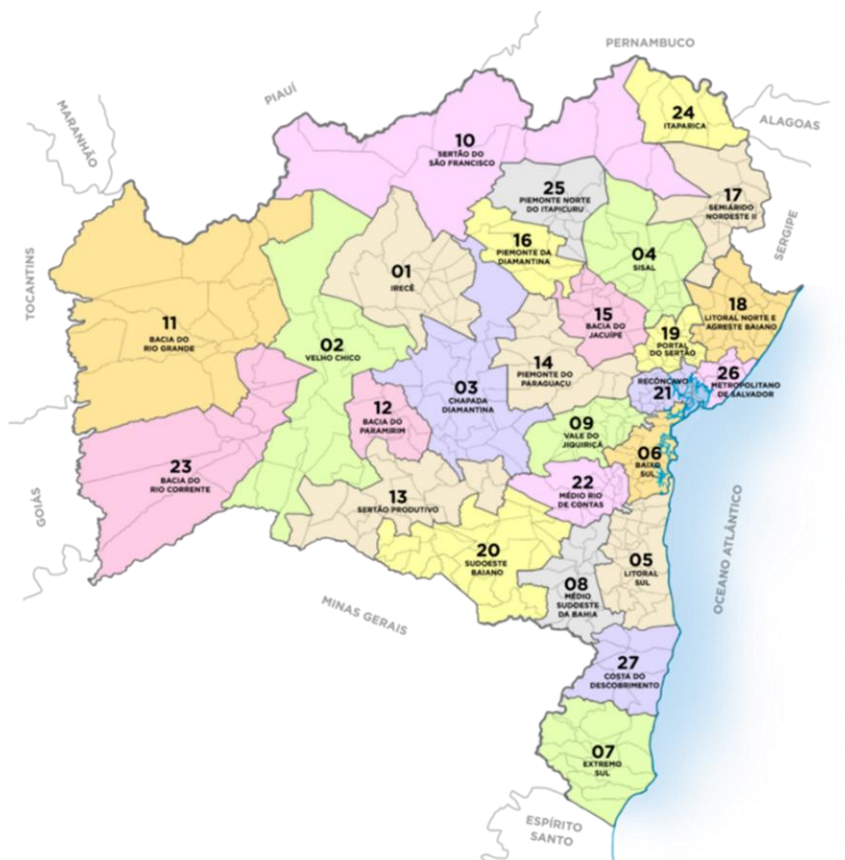
- Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 227-254, fev. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n1-10>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- LONG, Norman. *Development Sociology: actor perspectives*. Londres: Routledge, 2001.
- LONG, Norman; PLOEG, Jan. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Orgs.). *Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, p. 21-48.
- MEDINA, Gabriel; GOSCH, Marcelo; DELGROSSI, Mauro Eduardo. Development pathways for family farmers: lessons from Brazil on the need for targeted structural reforms as a means to address regional heterogeneity. *Geoforum*, [s.l.], v. 118, p. 14-22, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.geoforum.2020.11.008>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- MILANO, Marja; CAZELLA, Ademir. Cooperativismo e associativismo no enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: uma análise a partir da serra catarinense. In: BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar; FERREIRA, Rodrigo (Eds.). *Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul-americanos*. 1. ed. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.
- NUNES, Emanuel Márcio; GONDIM, Maria de Fátima; GODEIRO NUNES, Kaliann; OLIVEIRA, Isabelle; GÓIS, Breno. O índice de capacidades institucionais como mecanismo da gestão social e da governança nos Territórios Rurais. *Planejamento e Políticas Públicas*, [s.l.], n. 42, p. 301-329, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/332>. Acesso em: 4 set. 2024.
- OLIVEIRA, Ildes; DIAS, Acácia. Territórios de Identidade: principais dilemas do processo de gestão – o caso do território do Sisal. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, [s.l.], v. 5, n. 2, p. 127-147, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v5i2.744>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- OLIVEIRA, Cibele *et al.* Relato de experiência técnica da implementação do Projeto Bahia Produtiva no território do Baixo Sul da Bahia. *Cadernos de Agroecologia* (Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia), São Cristóvão, v. 15, n. 2, 2020. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/5939/3117>. Acesso em: 4 set. 2024.
- ORTEGA, Antonio César. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José (Orgs.). *As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia*. Brasília: Ipea, 2016. cap. 2, p. 31-54.
- ORTEGA, Antonio César; CERQUEIRA, Cristiane; SILVA, Felipe. Planejamento, desenvolvimento e descentralização: o papel do Estado no desenvolvimento

- territorial. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José (Orgs.). *As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia*. Brasília: Ipea, 2016a. cap. 1, p. 17-29.
- ORTEGA, Antonio César; CERQUEIRA, Cristiane; SILVA, Felipe. As políticas públicas de desenvolvimento no estado da Bahia: evolução e características. In: ORTEGA, Antonio César; PIRES, Murilo José (Orgs.). *As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia*. Brasília: Ipea, 2016b. cap. 3, p. 55-84.
- PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [s.l.], v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- PICOLOTTO, Everton. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, [s.l.], v. 52, p. 63-84, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- ROSA, Fernando; FERREIRA, Darlene. O programa Territórios da Cidadania: ações e participação social no Pontal do Paranapanema-SP. *Geografia*, Rio Claro, v. 43, n. 1 (*Especial-VI Encontro REA*), p. 185-203, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/geografia.v43i1.13906>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- SABOURIN, Eric; MASSARDIER, Gilles; SOTOMAYOR, Octavio. As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina: uma hibridação das fontes e da implementação. *Mundos Plurales – Revista Latinoamericana de políticas y acción pública*, [s.l.], v. 3, n. 1, p. 75-98, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2016.2319>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Sociologias*, [s.l.], n. 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222004000100006>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- SERPA, Angelo; BORGES, Sérgio. O papel dos agentes públicos e da sociedade civil na implementação de políticas de desenvolvimento territorial no estado da Bahia: uma análise preliminar. *Geografares*, [s.l.], n. 11, p. 31-59, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.7147/GEO11.2123>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- SERPA, Angelo; BORGES, Sérgio; ARAÚJO, Henrique; MONTEIRO, Júlia. Políticas de desenvolvimento territorial e cultural: articulação de escalas geográficas e regionalização institucional no estado da Bahia. In: *Encontro Nacional da Anpur, XIV, 2011*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur), 2011. Disponível em: <https://anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT9-588-246-20110105193049.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024. Acesso em: 6 fev. 2024.

- SOTOMAYOR, Octavio; SAYAGO, Doris; SABOURIN, Eric. Debate sobre el enfoque DTR (Desarrollo Territorial Rural) en América Latina. *Sustentabilidade em Debate*, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 101-112, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v4n2.2013.10050>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território Chapada Diamantina – Bahia*. Seabra: MDA, SDT, CET e Cedeter, 2010. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Territorio-Chapada-Diamantina.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- TERRITÓRIO LITORAL SUL. *Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável Litoral Sul*. Itabuna: MDA; SDT, 2010. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Territorio-Litoral-Sul.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- TERRITÓRIO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável*. Juazeiro: MDA, SDT, SAF, FAO, IRPAA e ASS, 2008. Disponível em: <https://www.seplan.ba.gov.br/wp-content/uploads/PTDS-Sertao-do-Sao-Francisco.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- VALENCIA-PERAFÁN, Mireya *et al.* Políticas públicas para el desarrollo territorial rural en américa latina: balance y perspectivas. *Eutopía – Revista de Desarrollo Económico Territorial*, [s.l.], n. 17 (julio), p. 25-40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17141/eutopia.17.2020.4388>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- VALENCIA-PERAFÁN, Mireya *et al.* Hacia una nueva generación de políticas públicas para el desarrollo territorial rural en América Latina. *Info – Note DTR, Rede PP-Al, Rete*, 2019. Disponível em: <https://agritrop.cirad.fr/595511/1/info%20note%20web-12-11-19.pdf>. Acesso em 8 dez. 2023.
- VEIGA, José Eli da. A face territorial do desenvolvimento. *Interações, Campo Grande*, v. 3, n. 5, p. 5-19, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/interacoes.v3i5.565>. Acesso em: 6 fev. 2024.
- ZIMMERMANN, Silvia *et al.* Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCT91723828>. Acesso em: 6 fev. 2024.

Anexo

1. Mapa dos Territórios de Identidade do estado da Bahia



Fonte: Bahia (2024).

Como citar

SCHIESARI, Carolina; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. O planejamento territorial no estado da Bahia pela perspectiva dos atores do território. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432202, 22.nov.2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Apuntes sobre la construcción de la hegemonía discursiva sobre los agrotóxicos en el agronegocio argentino

Notes on the construction of discursive hegemony on agrotoxins in Argentine agribusiness

 **Paula Aldana Lucero¹**

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_03

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reconstruir cómo se configura la hegemonía discursiva en torno al uso de agrotóxicos en la agricultura extensiva en Argentina. Para ello, se analizan los discursos científicos y sus mecanismos de validación, junto con la literatura gris (aquella que, aunque no sometida a procesos formales de validación científica, circula ampliamente entre diversos actores agrarios) y las Buenas Prácticas Agrícolas (BPA), entendidas como herramientas clave en la construcción de esta hegemonía discursiva. El estudio se llevó a cabo desde una perspectiva cualitativa con enfoque etnográfico, mediante observación participante y entrevistas en profundidad realizadas a productores, trabajadores rurales y profesionales de la salud y la educación, abarcando el período de julio de 2015 a diciembre de 2019. El estudio sugiere que la hegemonía discursiva en torno a los agrotóxicos está profundamente influida por dinámicas de poder que involucran

¹ Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales (UNLPCONICET), Universidad Nacional de La Plata, Argentina. E-mail: paulalucero85@gmail.com.

múltiples actores, incluidas empresas transnacionales y el papel que desempeña la llamada "literatura gris". Asimismo, se exploran las tensiones entre las publicaciones científicas contrahegemónicas y las formas en que estas interactúan con las estructuras del agronegocio. Por otro lado, se analizan las implicancias del enfoque estatal en las Buenas Prácticas Agrícolas (BPA), poniendo en debate hasta qué punto dichas estrategias contribuyen o no a transformar el modelo agrario y sus impactos sobre la salud y el ambiente, y cómo estas políticas podrían estar desplazando el foco hacia responsabilidades individuales en lugar de abordar cuestiones estructurales del modelo productivo.

Palabras clave: hegemonía; discursos; agronegocio; agrotóxicos; literatura gris.

Abstract: This article aims to reconstruct how discursive hegemony is shaped around the use of agrochemicals in extensive agriculture in Argentina. To this end, it analyzes scientific discourses and their validation mechanisms, along with grey literature (understood as documents that, although not subjected to formal scientific validation processes, circulate widely among various agricultural actors) and Good Agricultural Practices (GAP), seen as key tools in constructing this discursive hegemony. The study was conducted from a qualitative perspective with an ethnographic approach, through participant observation and in-depth interviews with producers, rural workers, and health and education professionals, covering the period from July 2015 to December 2019. The study suggests that discursive hegemony regarding agrochemicals is deeply influenced by power dynamics involving multiple actors, including transnational companies and the role played by so-called "grey literature." It also explores the tensions between counter-hegemonic scientific publications and how they interact with agribusiness structures. Furthermore, the implications of the state's focus on Good Agricultural Practices (GAP) are analyzed, questioning the extent to which these strategies contribute to or fail to transform the agricultural model and its impacts on health and the environment. The study also debates whether these policies shift the focus toward individual responsibilities rather than addressing structural issues within the production model.

Keywords: hegemony; discourses; agribusiness; pesticides; gray literature.

Resumo: Este artigo tem como objetivo reconstruir como se configura a hegemonia discursiva em torno do uso de agrotóxicos na agricultura extensiva na Argentina. Para isso, analisa os discursos científicos e seus mecanismos de validação, juntamente com a literatura cinzenta (entendida como documentos que, embora não submetidos a processos formais de validação científica, circulam amplamente entre diversos atores do setor agrícola) e as Boas Práticas Agrícolas (BPA), vistas como ferramentas-chave na construção dessa hegemonia discursiva. O estudo foi realizado a partir de uma perspectiva qualitativa com abordagem etnográfica, por meio de observação participante e entrevistas em profundidade com produtores, trabalhadores rurais e profissionais da saúde e da educação, abrangendo o período de julho de 2015 a dezembro de 2019. O estudo sugere que a hegemonia discursiva em relação aos agrotóxicos é profundamente influenciada por dinâmicas de poder que envolvem múltiplos atores, incluindo empresas transnacionais e o papel desempenhado pela chamada "literatura cinzenta". Também são exploradas as tensões entre as publicações científicas contra-hegemônicas e a forma como elas interagem com as estruturas do agronegócio. Além disso, analisam-se as implicações do enfoque estatal nas Boas Práticas Agrícolas (BPA), questionando até que ponto essas estratégias contribuem ou não para transformar o modelo agrícola e seus impactos sobre a saúde e o meio ambiente. O estudo também debate se essas políticas deslocam o foco para responsabilidades individuais em vez de abordar questões estruturais do modelo produtivo.

Palavras-chave: hegemonia; discursos; agronegócio; agrotóxicos; literatura cinzenta.

Introducción

El objetivo de este artículo es reconstruir cómo se constituye la hegemonía discursiva sobre el uso de agrotóxicos en la agricultura extensiva en Argentina. Para ello, proponemos analizar los discursos científicos y sus mecanismos de validación, junto con la literatura gris (entendida como aquella que no pasa por sistemas de validación científica, sino que circula intensamente entre los distintos actores agrarios) y las Buenas Prácticas Agrícolas (en adelante BPA)

como dispositivos de construcción de hegemonía discursiva. Este artículo forma parte de una investigación más amplia que analizó prácticas y discursos sobre el uso de agrotóxicos en Junín (Buenos Aires), entre los años 1996 y 2019 (Lucero, 2019).

El estudio se realizó desde una perspectiva cualitativa con enfoque etnográfico (Guber, 2016), con observaciones participantes y entrevistas en profundidad a productores, trabajadores rurales, miembros de la comunidad y profesionales de la educación y de la salud durante julio de 2015 y diciembre de 2019.

La investigación se enmarca en el contexto de afianzamiento del agronegocio a nivel mundial y local. Se entiende el agronegocio, “como un proceso solidario y contradictorio entre las existencias técnicas y normativas, heredadas de un pasado remoto o reciente, y las posibilidades de nuestro período” (Silveira, 2011, p. 4). El término "agronegocio" fue acuñado por Davis y Goldberg en 1975, quienes consideraron que los productores agropecuarios utilizaban recursos adicionales para la producción, como maquinaria y fertilizantes. La agroindustria abarcaba empresas dentro y fuera de la explotación, integrando la producción de alimentos con cadenas como el almacenamiento, el procesamiento y la distribución, formando el sistema agroalimentario. Este proceso condujo a la especialización en distintas fases de la producción agrícola, en la que cada parte es interdependiente. Según Silva (1994), en sus inicios, durante la década de 1950, esta noción tenía una dimensión estática y se utilizó para ampliar el concepto de agricultura, especialmente en Estados Unidos, reconociendo su relación con el resto de la economía, especialmente los servicios financieros. La noción de agronegocio ha posicionado la producción agraria como parte del sistema de *commodities*, destacando su relación con las grandes empresas. Aunque esta categoría permite analizar las interacciones entre sectores de manera integral, no considera las diversas dinámicas de las fuerzas sociales, que tienen un peso significativo en la dinámica del agronegocio (Silva, 1994). Esta conceptualización se consolidó en la década de 1970 bajo una perspectiva mercantilizadora de la agricultura, dominada por empresas altamente concentradas. Aunque se presenta como un intercambio simétrico de información, conocimiento y estrategias empresariales, en realidad oculta una dominación ejercida por "grandes empresas agroindustriales transnacionales

que definen las pautas de funcionamiento del sistema en su globalidad" (Giarraca y Teubal, 2008, citado en Palmisano, 2014, p. 29).

Durante el siglo XX, la agricultura argentina experimentó dos grandes transformaciones: una que abarcó el período comprendido entre 1960 y 1990 y otra a partir de 1996, con la introducción de la soja transgénica resistente al glifosato. En la primera fase se produjo un giro hacia la lógica del agronegocio previamente mencionada, lo que llevó a la concentración y especialización de las explotaciones agrícolas, sustituyendo a las explotaciones familiares. Este período también se conoce como la “revolución verde”,² ya que enfatiza el papel de Argentina como proveedor de alimentos y bioenergía. La segunda fase, a mediados de la década de 1990, solidificó la agroindustria, alterando el modelo agroalimentario a nivel nacional y mundial. El desarrollo de la agroindustria ha integrado las finanzas, la tecnología, la ciencia y la información en su proceso organizativo. Los cambios en la gestión de la producción han incluido la lógica financiera y la adopción de prácticas técnico-científico-informativas, como la siembra directa y las semillas modificadas genéticamente. Estas innovaciones, junto con el uso de pesticidas, han permitido cultivar tanto en invierno como en verano, han aumentado la productividad y han facilitado el control de las malezas. En estos territorios donde se instala el agronegocio, se demanda tanto bienes científicos (por ejemplo, semillas GM y agrotóxicos) como asistencia técnica especializada (Reboratti, 2010). Palmisano (2014) propone considerarlo como una lógica organizativa que afecta a ciertos segmentos de la producción agropecuaria e influye en el resto del sector.

El agronegocio es entendido como un modo de acumulación y un marco ideológico que construye sentido y legitima esta nueva lógica productiva (Córdoba, 2015). Gras y Hernández (2013) destacan que este nuevo modo de acumulación se basa en cuatro pilares: el tecnológico, incluyendo la biotecnología; la innovación en maquinaria agrícola y análisis de suelos; el financiero, con la influencia del capital en el agro y la formación de “pools de siembra” que asocian a inversores y contratistas en la renta agraria; el productivo, con la concentración de tierra, principalmente mediante

² El término “revolución verde” fue acuñado en 1968 por William Gaud para describir el aumento de la productividad del arroz, el trigo y el maíz en los países en desarrollo debido a las prácticas modernizadas (Delavanso, 2017).

arrendamientos; y el organizacional, que abarca las estrategias empresariales y los perfiles profesionales. Córdoba (2015) señala que el modelo del agronegocio tiende a desterritorializar gran parte del negocio; sin embargo, los eslabones clave dependen del acceso al territorio, por lo que esta relación es crucial para el éxito del modelo. Según Gras (2012), se está consolidando un nuevo perfil empresarial, caracterizado no por la propiedad de la tierra, sino por su control y gerenciamiento. Este modelo de producción separa la propiedad de la tierra de su producción, involucrando a diferentes actores: el propietario de la tierra y los proveedores de bienes y servicios.

Consideraciones metodológicas

El trabajo de campo de esta investigación se llevó a cabo entre julio de 2015 y diciembre de 2019 en el partido de Junín (Provincia de Buenos Aires, Argentina), empleando un enfoque etnográfico desde una perspectiva cualitativa. Asumimos los aportes de Guber (2016), quien afirma que la etnografía es tanto un enfoque como un método y un tipo de texto que permite comprender cómo los actores sociales interpretan los fenómenos sociales, ofreciendo una descripción teorizada de estos fenómenos desde la perspectiva de los propios actores. Dentro de la perspectiva cualitativa se realizaron entrevistas no directivas con estadías prolongadas en el terreno. La entrevista no directiva es, según Guber (2016), una situación cara a cara en la que se encuentran distintas reflexividades y, a partir de este encuentro, se produce una nueva reflexividad. Las entrevistas no directivas producen una relación social en la que los datos aportados por la persona entrevistada son la realidad que ella construye con quien la entrevista. También se realizaron observaciones participantes, que consiste en observar lo que sucede participando en las actividades de la población (Guber, 2016).

Las entrevistas no directivas y observaciones participantes fueron registradas en un diario de campo. Se realizaron observaciones en fiestas locales, talleres de la escuela primaria y tareas de fumigación. La muestra de informantes locales se conformó a partir de una selección teórica intencional no probabilística. El primer criterio de selección teórica fue residir en el área de estudio y, estar

vinculado a la producción agrícola, además de aceptar participar del estudio. Para tomar contacto con los informantes se utilizó la técnica denominada “Bola de nieve”; en que cada entrevistado recomienda a un nuevo informante para profundizar en el conocimiento de las variables consultadas o de nuevas variables que surjan en el transcurso de la investigación. Los grupos sociales o redes sociales locales se determinaron a partir de las relaciones autorreferenciales entre los distintos grupos de informantes.

En el estudio se analizan las entrevistas realizadas a miembros de la comunidad local, integrantes de la comunidad científica, productores, trabajadores rurales y gerentes de empresas de agroquímicas. También se realizó una lectura pormenorizada y sistematizada de fuentes secundarias, como folletos de empresas de agroquímicos, materiales de CASAFA (Cámara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes), INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria) y artículos científicos publicados. Cabe resaltar que la mayoría de los nombres propios de las personas mencionadas en esta investigación han sido alterados para proteger la privacidad de los informantes. Las categorías nativas se indican en cursiva, mientras que las comillas se emplean para señalar frases o expresiones literales utilizadas en conversaciones y/o entrevistas, seguidas de la fecha en la que se registró dicha conversación en el diario de campo.

Aproximaciones teóricas

Para comenzar este artículo es necesario delimitar algunas aproximaciones teóricas. Una categoría central que atraviesa esta investigación es la categoría de hegemonía, entendida a partir de los aportes teóricos de Gramsci (1975). En sus escritos, no se define en un apartado específico, sino que se construye a lo largo de los Cuadernos de la Cárcel. En los cuadernos 4, 6, 9 y 13 podemos leer algunas ideas del autor que sirven para explicar esta categoría central para pensar el mundo. En ellos, Gramsci define la distinción entre hegemonía y dominación, la construcción del consenso, el rol de los intelectuales y explica la forma en que la hegemonía se materializa en un bloque histórico. Waiman (2019), señala que, en los Cuadernos de la Cárcel, específicamente en el cuarto

cuaderno, Gramsci intenta repensar el lugar de la política, la voluntad y la organización. Gramsci, señala Waiman, describe y analiza distintos momentos en el grado de conciencia y organización de las fuerzas sociales. Afirma que la hegemonía sucede donde un grupo supera los intereses corporativos y los convierte en un interés político que incluye a otros grupos para dirigirlos. Así, la hegemonía aparece cuando determinadas fuerzas sociales pueden universalizar sus intereses y asumir un rol de liderazgo. Al mismo tiempo, Thwaites Rey (1994) asegura que Gramsci quiso destacar que la clase dominante ejerce su poder no solamente por medio de la coerción, sino porque logra imponer su visión del mundo, un “sentido común”. Por lo tanto, a partir de los aportes de Gramsci y de las relecturas de los diferentes autores mencionados anteriormente, podemos definir la hegemonía como la forma en que la clase dominante debe establecer su visión del mundo como la visión dominante, integrando y subordinando las visiones e ideologías de otras clases sociales dentro de un marco cultural.

Por otro lado, Roseberry (2007) sostiene la necesidad de considerar la hegemonía no como una formación cristalizada e inmóvil, sino como un proceso “problemático, disputado y político de dominación y lucha” (2007, p. 120). La hegemonía se entiende entonces como un marco material y cultural común para actuar y hablar (aquí radica la importancia del lenguaje y los discursos de los distintos actores sociales) sobre los órdenes sociales caracterizados. La hegemonía, al ser el marco material y cultural común a todos/as los órdenes sociales, puede pensarse en términos de dominación y lucha. Por lo tanto, donde hay hegemonía existe también la contrahegemonía (Gramsci, 1975).

Estos procesos de construcción de discursos hegemónicos y contrahegemónicos se caracterizarán por entender que, en el agro pampeano, las personas, las empresas y los discursos que los legitiman están atravesados por distintos dispositivos de poder (Foucault, 1976). Entendemos que los dispositivos no son solo las instituciones, las leyes, los enunciados científicos o los discursos en sí mismos, sino también la relación que se genera entre éstos y el poder/saber:

A este conjunto de elementos formados de manera regular por una práctica discursiva y que son indispensables a la constitución de una ciencia, aunque no estén necesariamente destinados a darle lugar, se pueden llamar saber. (...) Un saber es también el espacio en el que el sujeto puede tomar posición para hablar de los objetos de que trata en su discurso. (Foucault, 2010, p. 237)

El autor señala que estos elementos formados regularmente por una práctica discursiva son indispensables a la constitución de una ciencia, aunque no estén necesariamente destinados a darle lugar a ella: “Un saber es también el espacio en el que el sujeto puede tomar posición para hablar de los objetos de que trata en su discurso” (Foucault, [1969] (2010), p. 237). A este respecto, Castro (2016) señala que Foucault pasó de analizar las instancias de poder como productoras del discurso de la verdad a analizar la fuerza de la verdad misma como límite al poder. En cuanto al régimen de la verdad, Castro aclara que corresponde a esta manifestación de la verdad la acción de gobernar. En la política moderna “ya no se trata, entonces, de ver solo cómo determinados dispositivos de poder producen determinadas verdades, sino del modo en que la veridicción, en este caso del mercado, entra en relación con el poder para establecerle límites a su ejercicio” (2016, p. 56). Los distintos actores protagonistas del modelo del agronegocio se han ido acomodando en torno a distintos regímenes de verdad. Tanto las empresas productoras de agroquímicos y semillas GM⁵, como las personas que habitan los pueblos fumigados han encontrado evidencias en distintos grupos de científicos que validan “su verdad”. Esto sucede, en parte, porque estamos inmersos en lo que Foucault (1976) denomina “biopoder”, entendido como elemento indispensable en el desarrollo del capitalismo. Lo biológico se refleja en lo político. Foucault señala que a comienzos del capitalismo ya no bastaba el poder del soberano sobre la muerte, sino el poder sobre la vida, la administración de los cuerpos y la dominación de la vida (Foucault, 1976). El control de lo que se produce y lo que se consume forma parte de la esfera del “biopoder”. Pensando en estas categorías teóricas, es posible afirmar que el vínculo entre las semillas transgénicas, los plaguicidas y la tecnología puesta al servicio de la producción agrícola, retrotrae la mirada hacia los distintos estudios, investigadores y grupos de investigación que lo

avalan. De este modo, cómo este complejo entramado de verdades, contra verdades y saberes logra organizarse y es apropiado por los diferentes dispositivos y actores involucrados en este modelo.

Es a partir del encuentro entre estas perspectivas sobre “la verdad” que comprendemos cómo opera cada uno de los actores sociales en el territorio, y es reconociendo los múltiples dispositivos de poder que podemos analizarlos. Estos grupos clasificaremos en dos categorías: en primer lugar, en la “literatura gris” de las empresas que comercializan agrotóxicos y semillas transgénicas, que incluye folletos, etiquetas, fichas de seguridad de los productos químicos, información oficial, artículos de opinión y datos publicados en variadas páginas web y redes sociales. En segundo lugar, en libros y artículos científicos publicados en revistas arbitradas. En una nota del editor de la Revista Científica “Formación Universitaria” se señala que los documentos o literatura gris son aquellos documentos que no siguen necesariamente las normas de las ediciones tradicionales, como libros y revistas, y no se ajustan a las normas de control bibliográfico, o revisión por pares.³ Por su parte, Laufer (2007) expresa que el concepto de literatura gris se contrapone al de publicaciones científicas (artículos con referato) y que la dificultad para validar la literatura gris existente es la forma en la que se establecen los criterios de admisión o rechazo de material para su indexación en bases de datos.

Dispositivos de validación de las investigaciones científicas sobre agrotóxicos y sus efectos en la salud y el ambiente

En esta sección se examinarán los procedimientos utilizados para construir el conocimiento que rodea al modelo de producción actual del agronegocio. Buscaremos analizar la circulación de estos discursos en el territorio en el contexto de las transformaciones ocurridas a partir de la consolidación del agronegocio. En este estudio, las publicaciones de los científicos sobre los efectos en la salud humana de los productos químicos utilizados en los cultivos transgénicos son, a la vez, una referencia para la-teoría y material-de campo en la investigación etnográfica. Esta afirmación se basa en el reconocimiento de

³ La Literatura Gris: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-50062011000600001. Acceso en: 22 feb. 2023.

que la práctica social de los científicos tiene lugar en el laboratorio y en las publicaciones, por lo que el poder de sus enunciados se basa en el prestigio y circulación de las publicaciones de resultados de campo y laboratorio. Por otra parte, la hegemonía en el modo de acumulación del agronegocio se construye y circula por otros canales: folletos, redes sociales, charlas con “expertos”; la llamada literatura gris.

La forma en que se valida el conocimiento en la comunidad científica implica que debe pasar por un dispositivo de validación, en este caso, una revista científica, preferentemente publicada en inglés, del grupo Q1⁴ y cumplir con el proceso de revisión por pares. Siguiendo a Aguado López y Vargas Arbeláez (2016), podemos afirmar que, en Latinoamérica se han adoptado varios mecanismos para la evaluación del desempeño científico. Esta evaluación privilegia la publicación en revistas de "alto impacto" registradas en bases de datos dominantes, priorizando el uso del idioma inglés. El objetivo es internacionalizar el conocimiento científico, fomentando la competencia por aparecer en un reducido grupo de revistas prestigiosas.

La revista científica es, por lo tanto, un artefacto que valida el régimen de verdad de la ciencia (Latour, 2007), es decir, cumple un papel activo en la construcción de la realidad y la verdad, en un contexto científico (contrahegemónico) que lucha por hacerse un lugar en el cotidiano de la vida social de los productores y trabajadores rurales. Una vez cumplidas estas etapas, que en teoría son garantía de objetividad y validación científica, cesa el cuestionamiento de la verdad.

A continuación, se presentamos un ejemplo sobre el terreno de cómo ese proceso de validación del conocimiento científico afecta a los investigadores que estudian el impacto de los pesticidas:

En la última década se han llevado a cabo distintas investigaciones encabezadas por grupos de trabajo de universidades nacionales que analizan los efectos de los agrotóxicos en la salud y en el ambiente.⁵ En la Universidad

⁴ Para profundizar sobre este tema se recomienda la lectura del artículo publicado en el siguiente blog: <https://www.xataka.com/investigacion/factor-impacto-asi-funciona-numero-que-determina-prestigio-cientificos-controla-a-ciencia>. Acceso en: 15 ene. 2018.

⁵ El científico pionero en estas investigaciones fue el Dr. Andrés Carrasco (Laboratorio de Embriología Molecular, Universidad de Buenos Aires). También son importantes las investigaciones del Grupo de GeMA (Genética y Mutagénesis Ambiental) de la Universidad Nacional de Río Cuarto. Ya en la Universidad Nacional de La Plata, en la

Nacional de La Plata, en la Facultad de Ciencias Exactas, existe el grupo EMISA (Espacio Multidisciplinario de Interacción Socio Ambiental). Este grupo de investigación ha publicado en revistas científicas arbitradas de ecotoxicología e ingeniería química sobre la presencia de glifosato en suelos y cuencas hídricas. Pude contactarme con sus integrantes (en su mayoría becarios y becarias doctorales del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas – CONICET) para dialogar sobre el proceso de construcción, investigación y publicación de artículos:

- Investigadora: Cuando se trata de validar el conocimiento científico existe la necesidad de publicar... ¿Cómo lo manejan? ¿Qué dificultades encuentran?
- Lorena: Es tedioso la parte de ponerte a escribir, como que siempre hablamos, nosotros tenemos un montón de investigación y de información para el proyecto de extensión que quizás son informes más técnicos a la hora de devolver un resultado a la gente, tiene un formato, para pasarlo a un formato de validación que es un *paper* hay que meterle más laburo todavía, y ese tiempo que invertís no está en el marco de tu tesis, tampoco en el marco de extensión. Nosotros lo que estamos haciendo ahora es tratar de publicar los datos para que tengan este rigor científico.
- Gustavo: No pasa desapercibido, siempre nos cuestionamos el modelo científico, este modelo donde tenés que publicar en revistas internacionales *yankees* o europeas en inglés... y no es que publicamos en inglés sin cuestionarnos.
- Lorena: Llegamos a un punto en el que dijimos ¡hay que publicar! porque acá nos están criticando de todos lados, entonces es la forma de decir, lo que hacemos sirve.
- Investigadora: ¿Qué espacios les criticaban?
- Lorena: Y... – duda y mira a su compañero – los mismos investigadores de acá.
- Gustavo: Investigadores cuya única herramienta válida es tener una publicación internacional evaluada por pares y corregida sin ningún tipo de interés etc., etc. No toman en cuenta tu trabajo de divulgación en extensión si no está publicado en una revista internacional. Las revistas donde

Facultad de Ciencias Exactas, existe el grupo EMISA (Espacio Multidisciplinario de Interacción Socio Ambiental), y en la Universidad Nacional de Rosario está el Instituto de Salud Socioambiental que organizó los campamentos sanitarios como práctica final de la Facultad de Medicina (para profundizar sobre estos grupos y sus producciones académicas se recomienda la lectura de Lucero, 2021).

tenés que publicar son revistas internacionales y en inglés.
(Diario de campo, septiembre de 2018)

Lorena y Gustavo reflexionan sobre cómo las desigualdades entre países centrales y periféricos afectan también a los procesos de validación de conocimiento, pero son conscientes de la necesidad de validar los datos de campo a través de las revistas científicas. En una situación de desigualdad, los investigadores necesitan construir legitimidad respetando las reglas del juego a través de los dispositivos de validación internacionales, como las revistas científicas Q1.

En estos procesos de validación científica, no basta con publicar en revistas de prestigio, como se viene afirmando; las relaciones también atraviesan el conocimiento científico: un claro ejemplo de ello es el caso del *paper* publicado por el grupo de investigación francés dirigido por el Dr. Séralini (Séralini *et al.*, 2012). Fue publicado en la revista *Food and Chemical Toxicology* y mencionaba los hallazgos ligados a los daños a la salud sufridos por las ratas de laboratorio luego del consumo de dos productos de Monsanto/Bayer (Maíz GM NK603TM y el herbicida *Roundup Ready*TM). Al poco tiempo de su publicación, este artículo fue retractado por los editores de la revista (en los buscadores académicos el título es “*Retracted*”), alegando que la revista había recibido cartas al editor expresando su preocupación por los hallazgos, la cantidad de ratas utilizadas en el ensayo, y el uso de estas. En la página web de Monsanto/Bayer⁶ hay un apartado respondiendo a este artículo, afirmando que los expertos de Monsanto/Bayer que lo evaluaron encontraron que el estudio encabezado por el Dr. Séralini “no cumple con los mínimos estándares aceptables para este tipo de investigación científica, sus hallazgos no están respaldados por los datos presentados y las conclusiones no son relevantes a efectos de evaluación de la seguridad”.⁷ Por cuestiones de extensión, no se reproducirán aquí todos los puntos relevados por Monsanto/Bayer (aunque pueden consultarse en su totalidad en la página web mencionada en la nota al pie nº 5), pero los

⁶ Disponible en: <http://www.monsantoglobal.com/global/ar/noticias-y-opiniones/Pages/monsanto-responde-estudio-frances.aspx> Acceso en: 20 sep. 2022.

⁷ Disponible en: http://www.monsantoglobal.com/global/ar/noticias-y-opiniones/Documents/Seralini_et_al-SEPT24-2012-final-espa%C3%B1ol.pdf. Acceso en: 20 sep. 2022.

argumentos expuestos por la empresa son los mismos que los divulgados por la revista científica para retirar la publicación.

Sin embargo, a comienzos del año 2018 se publicó un artículo (Novotny, 2018) en que comparaba el ensayo del equipo de Séralini con otro ensayo previamente publicado por científicos de Monsanto/Bayer. Sobre este tema, Novotny (2018) afirma que si bien Monsanto/Bayer en sus estudios concluye que el maíz transgénico es seguro, no investigó los efectos del herbicida glifosato y duró 90 días (un período demasiado corto para evaluar efectos a largo plazo en comparación con el período de dos años del estudio de Séralini). A Dra. Novotny relata que uno de los principales revisores que consultó a Monsanto/Bayer sobre qué decir a modo de denuncia, fue el Prof. Richard Goodman, quien más tarde fue nombrado editor asociado de biotecnología por el editor en jefe de la revista, que había publicado tanto los artículos de Monsanto/Bayer como de Séralini (Watch, 2018).⁸ A su vez, y luego de la publicación de los artículos de Monsanto,⁹ se supo que Monsanto/Bayer había presionado a la revista para que retirara la publicación del equipo francés.¹⁰

De este modo, la investigación científica se considera una actividad social que está influenciada por relaciones de poder y económicas (Heler, 1996). Dado que la industria química es un negocio en constante expansión que requiere un amplio conocimiento especializado, tanto básico como aplicado, y que financia laboratorios de investigación y desarrollo, la investigación científica forma parte integrante de procesos territoriales, sociopolíticos y económicos, tanto hegemónicos como contrahegemónicos (Breilh, 2005).

⁸ Disponible en: http://www.biodiversidadla.org/Documentos/Monsanto_y_el_articulo_de_Seralini_del_2012._Monsanto_orquesto_la_retractacion. Acceso en: 15 dic. 2022.

⁹ "*Monsanto Papers Opération Intoxication*" es una investigación periodística realizada por Stéphane Horel y Stéphane Foucart del diario francés Le Monde. Fue publicada en mayo de 2017 y en ella se reconstruye documentos privados desclasificados a raíz de una demanda colectiva de personas afectadas por el glifosato contra Monsanto. Disponible en: http://www.fondationvarenne.com/sites/default/files/07_-foucart_stephane_lemonde_monsanto_papers_-operation_intoxication_.pdf. Acceso en: 10 nov. 2018. Para profundizar sobre este tema, véase la web de la cooperativa Agencia de Noticias La Vaca, que se ha tomado el trabajo de traducirlos al español: <http://monsantopapers.lavaca.org/>. Acceso en: 10 nov. 2022.

¹⁰ "Sin embargo el científico de Monsanto David Saltmiras admitió haber orquestado esta campaña y, con ayuda de "expertos externos", científicos aparentemente independientes de Monsanto, bombardeó con cartas al editor en jefe de la revista Food and Chemical Toxicology (FCT), A. Wallace Hayes, exigiéndole que se retractara del estudio". Disponible en: <http://monsantopapers.lavaca.org/2018/02/16/monsanto-al-descubierto-la-campana-para-lograr-la-retractacion-del-estudio-seralini/>. Acceso en: 10 nov. 2018.

Además de eso, la práctica científica está atravesada por la particularidad del objeto de estudio, en este caso la relación entre agrotóxicos y afecciones a la salud. En este sentido, Almeida Filho (2011) señala las diferencias entre enfermedades infecciosas y no infecciosas. Las enfermedades no infecciosas se caracterizan por la invasión del organismo por seres parásitos; dentro de las enfermedades no infecciosas podemos encontrar las enfermedades crónicas y otro grupo pequeño de problemas agudos de salud no infecciosos que incluyen accidentes, intoxicaciones y muertes violentas. En estos últimos casos no es posible establecer una asociación con un agente causal, por lo que se habla de probabilidad de la enfermedad y no de certeza de su ocurrencia. No se habla de una única causa, sino que estas afecciones son multicausales, importan los factores de riesgo endógenos y exógenos, pero también los factores culturales y socioeconómicos. A su vez, la latencia de las enfermedades no infecciosas complica la posibilidad de asociar los efectos clínicos a probables factores de riesgo. La causa de una enfermedad crónica debida a una exposición prolongada a plaguicidas es mucho más compleja de probar que una intoxicación aguda causada por la misma sustancia. Por eso, la disputa por “la verdad” es tan intrincada en las investigaciones que se proponen a esclarecer el efecto de los agrotóxicos sobre la salud humana.

En este sentido, un ejemplo más cercano de la relación entre conocimiento, verdad y validación científica puede verse en el contexto del 3º Congreso Nacional de Pueblos Fumigados (octubre de 2015), en el que el grupo EMISA afirmó haber encontrado rastros de glifosato en productos elaborados con algodón, como gasas estériles, algodones y tampones.

Sobre este descubrimiento les pregunté a Lorena y Gustavo:

– Investigadora: ¿Cómo se presentó el descubrimiento del glifosato en el algodón en el Congreso de Pueblos Fumigados de 2015?

– Gustavo: Me echan la culpa a mí, pero me parece que venía de antes, no sé quién habrá sido. Lo que nosotros queríamos hacer era... porque viste que nosotros te dijimos que para el aire se usan estos tachitos con las partículas, después tenés otras partículas en el aire que no tienen el suficiente peso ni volumen como para precipitar o sedimentar, que es material particulado que está en el aire y vos lo tenés que captar con un filtro y hay

otro muestreo que se llama muestreo pasivo, que es con un aparatito como un difusor, que vos lo ponés hacia el aire y el aire pasa y va quedando pegadas las partículas que a vos te interesan, lo respirable, y la idea era usar gasas de algodón para ver si se podía ir colectando el glifosato que está en el aire, las corrientes de aire que pasan naturalmente se quedaban pegadas en la gasa, y al analizar las gasas... siempre que se hace un ensayo vos te quedas con lo que se llama blanco reactivo, (...) o, en este caso, una gasa que no haya sido expuesta para poder contrastar si tu metodología, lo que vos encontraste, no tiene nada que ver con lo que usaste (...). Y analizando esas gasas blancas nos dieron súper positivos también, no teníamos blancos para comparar, nos daban todos positivos y altísimos. ¡Entonces dijimos sí! esto tiene... porque el proceso de esterilización mata todos los microorganismos, entonces había glifosato, pero no había AMPA, o muy poco, porque no se llegó a degradar en la gasa porque las bacterias fueron muertas a través del proceso de esterilización.

– Lorena: La semilla de algodón de acá (Argentina) también es RRTM.

– Gustavo: Y ahí nos dimos cuenta, el algodón de acá es transgénico, se aplica en cantidades exorbitantes, entonces dijimos tiene que haber en el algodón, en hisopos, tampones, toallitas...

– Lorena: Bueno, ese es un caso claro de esto que te decimos de validar información, tenemos pendiente publicar ese *paper* porque hemos sido bastante criticados por ese informe técnico, sin embargo, la facultad lo avaló, lo sacó... ese tema es el que ha recibido más críticas

– Investigadora: ¿Por parte de quiénes?

– Lorena: Ahí no sé si no recibió de algunas empresas... creo que seguro.

– Gustavo: De hecho, cuando se hizo la presentación había que buscar imágenes de algodón para el *PowerPoint* que no tuviera ninguna marca de nada. Entonces dijimos bueno, esta que es "normal". Después nos dimos cuenta de que había una marca... ahí nos mandaron una carta documento y todo. Igual él nunca dijo marcas, porque el problema no es la marca.

– Lorena: “Porque han caído también a ver... que compro, la gente nos preguntaba ¿cuál uso? las empresas mismas, bueno...

¿qué marca era?, querían comercializar su producto como libre de glifosato”. (Diario de campo, septiembre 2018)

Como demuestran en sus relatos, las tensiones en torno a la validación del conocimiento siempre están latentes, y aunque el descubrimiento de “glifosato en el algodón” estaba en toda la web, en los diarios y en las redes sociales,¹¹ la crítica al grupo fue por “no haber publicado un *paper* que lo validara”. En cambio, en el ámbito corporativo la pretensión de verdad es completamente distinta: para empezar, la forma de nombrar al conjunto de productos químicos utilizados en la agricultura pampeana expresa intereses sectoriales. Los actores hegemónicos del modelo que integran las redes de venta, comercialización y uso los denominan “plaguicidas”, “agentes promotores de cultivo” (donde también se incluyen los fertilizantes) o “fitosanitarios”. Es en parte a través de estas formas de nombrar que se construyen los procesos de legitimación simbólica del uso, o no, de los plaguicidas. Los agrotóxicos son validados por las empresas productoras a través de diferentes niveles de discurso y grupos de referencia que se difunden en varios ámbitos, conformando un régimen de verdad. Según Schmidt, Castilla y Toledo López (2022), conceptualizaciones como fitosanitarios o fitofármacos invisibilizan su acción letal y son presentados como remedios. En línea con las autoras, este artículo sostiene la definición de plaguicidas o agrotóxicos, centrándose en su acción biocida y contaminante sobre la salud y el ambiente.

En los sitios web de CASAFE (Cámara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes) y Monsanto/Bayer,¹² hay una sección especial con estudios, notas periodísticas y “preguntas frecuentes” que validan y discuten la inocuidad de sus productos con publicaciones científicas. En otra investigación (Lucero, 2019) se han analizado distintos prospectos y fichas de seguridad de distintos tipos de herbicidas. De ese análisis se desprende la ambigüedad con la que se aclaran

¹¹ Estos son algunos de los portales web en los que puede leerse la noticia: “Encuentran glifosato en algodón, gasas, hisopos, toallitas y tampones”: https://www.exactas.unlp.edu.ar/articulo/2015/10/21/encuentran_glifosato_en_algodon_gasas_hisopos_toallitas_y_tampones; “Hallaron glifosato en algodón, gasas, hisopos, toallitas y tampones de La Plata”: <https://www.infobae.com/2015/10/20/1763672-hallaron-glifosato-algodon-gasas-hisopos-toallitas-y-tampones-la-plata/>; “Hallaron glifosato en algodón, gasas e hisopos en La Plata”: <https://www.infocampo.com.ar/hallaron-glifosato-en-algodon-gasas-e-hisopos-en-la-plata/>.

¹² Monsanto fue comprada por la empresa alemana Bayer el 07/06/2018. Disponible en: <https://www.ambito.com/ambito-biz/bayer-cerro-la-compra-monsanto-us-63000-millones-n4023848>. Cuando se mencione la empresa en años posteriores a la adquisición, se aclara que se trata de Monsanto/Bayer.

algunas cuestiones y se resaltan otras, se minimizan los efectos sobre el medioambiente, y, aunque todos tienen efectos importantes en la flora y la fauna, se desestima que sean cancerígenos. En estos prospectos se esclarece que su toxicidad “se sigue estudiando” y, mientras tanto, se venden a todo aquel que desee comprarlos con la correspondiente receta agronómica. La investigación de estos prospectos permite afirmar que el discurso más común utilizado por las empresas recurre al modelo de autoridad del discurso médico: se trata de “un remedio” contra las “malezas” (consideradas como una metáfora vegetal de la enfermedad).

Uno de los textos más llamativos encontrados es de Avery¹³ (1998). La versión castellana de este libro ha sido editada por CASAFAE y promocionada por el diario argentino “La Nación”.¹⁴ Está publicado en su página web en la sección de publicaciones. En 23 capítulos este autor escribe sobre los beneficios del uso de agroquímicos en la agricultura, basándose en la demanda mundial de alimentos como eje de su análisis, afirma que los cambios agrícolas de la Revolución Verde—permitieron satisfacer esta demanda, generar grandes ganancias y cosechas récord. Con un esquema argumentativo que va del “mito” de los ambientalistas a la “realidad” de la ciencia, el autor afirma los beneficios del modelo y niega las consecuencias de las que le acusan los “alarmistas”. En uno de los apartados señala al DDT^{TM15} “como el primer plaguicida que salvó de la malaria y el tifus a millones de personas” (Avery, 1998, p. 89), insiste en que los “eco-fanáticos” no han podido probar que produzca cáncer, o sea, que es nocivo para la flora y fauna, a su vez desacredita la producción agroecológica y orgánica. En el mismo sitio web de CASAFAE, se encuentran notas sobre el

¹³ Dennis Avery (1936-2020), según Wikipedia, trabajó para el Instituto Hudson (centro de investigación sin ánimo de lucro con sede en Washington y fundado en 1961) y se presenta como un analista de política alimentaria que trabajó para el Departamento de Agricultura de Estados Unidos. Defensor de la biotecnología y escéptico del calentamiento global. Disponible en: https://en.wikipedia.org/wiki/Dennis_T._Avery. Acceso en: 15 feb. 2023. Su libro principal: Avery, D. T. (1998). Salvando al planeta con plaguicidas y plásticos. El triunfo ambiental de la agricultura de altos rendimientos. Cámara de Sanidad Agropecuaria y Fertilizantes, Buenos Aires.

¹⁴ Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/199488-salvando-el-planeta-con-plaguicidas-y-plasticos>. Acceso en: 16 nov. 2021.

¹⁵ DDT (diclorodifeniltricloroetano) es un pesticida que en su día se usó ampliamente para controlar insectos en la agricultura e insectos transmisores de enfermedades como el paludismo (malaria). En 1972 se prohibió su uso por los daños que causa a la vida silvestre, pero todavía se utiliza en una cantidad limitada de países donde enfermedades como el paludismo son un grave problema sanitario. Fuente: Agencia para las sustancias tóxicas y el registro de enfermedades: https://www.atsdr.cdc.gov/es/toxfaqs/es_tfacts35.html. Acceso en: 19 jul. 2024.

trabajo con las BPA en los colegios, y un apartado específico dedicado a la “agricultura sustentable”.

Por otro lado, Monsanto/Bayer afirma que, “los herbicidas a base de glifosato se encuentran entre los herbicidas de menor riesgo en cuanto a sus efectos para la salud y el ambiente”.¹⁶ Señalan que se utilizan en 40 países, que ayudan a prevenir la erosión del suelo, aumentan la fertilidad, conservan los recursos hídricos, y ahorran en maquinarias y combustible (generando menores emisiones de dióxido de carbono). En su página web mencionan que “se ha demostrado mediante diversos análisis que no presenta efectos nocivos, siempre y cuando se utilice correctamente”. No indican cuáles son esos análisis. Sobre el informe de la IARC¹⁷ (Agencia Internacional para la investigación sobre el Cáncer) dependiente de la OMS (Organización Mundial de la Salud) de marzo de 2015, señalan que si bien se caracterizó el glifosato como parte del grupo 2A (probablemente cancerígeno, junto a las carnes rojas, el café y la yerba mate), este organismo no consideró las investigaciones científicas de las agencias reguladoras de todo el mundo e “interpretó selectivamente los datos para llegar a su clasificación del glifosato. Ninguna agencia reguladora en el mundo considera que el glifosato sea un carcinógeno”.¹⁸ Monsanto/Bayer calificó a las conclusiones de la IARC de inconsistentes. También utilizan su plataforma electrónica para responder a los estudios científicos, cuestionando principalmente la metodología y los protocolos de investigación.

Dentro de la estructura de las disputas por las ideas hegemónicas, se les exige a los científicos validar su conocimiento a través de revistas científicas. Los discursos y prácticas hegemónicas dentro de los dispositivos de poder (Foucault, 1976), influyen en la forma en que las personas piensan sobre sus vidas y el mundo que las rodea. Como ya se ha indicado, la verdad no es una entidad objetiva e inmutable, lo que hoy se considera “verdadero” puede no serlo mañana o en otro contexto sociohistórico y político. Es decir, el debate sobre la verdad de la toxicidad de los pesticidas está atravesado por las

¹⁶ Sitio web de Monsanto. Disponible en: <http://www.monsantoglobal.com/global/ar/noticias-y-opiniones/pages/acerca-del-glifosato.aspx>. Acceso en: 15 nov. 2018.

¹⁷ Disponible en: <https://www.iarc.fr/en/media-centre/iarcnews/pdf/MonographVolume112.pdf>. Acceso en: 15 nov. 2018.

¹⁸ Disponible en: <http://www.monsantoglobal.com/global/ar/noticias-y-opiniones/pages/20150320.aspx>. Acceso en: 20 sep. 2018.

relaciones de poder y dominación. Las estructuras de poder ejercen una influencia significativa en la generación y propagación del conocimiento y la verdad. Esto puede evidenciarse en la disparidad entre las expectativas impuestas a los científicos con perspectivas contrahegemónicas, que a menudo se ven obligados a validar exhaustivamente su conocimiento, en contraste con las empresas que, al publicar información en sus sitios web, logran establecerse como fuentes de discurso hegemónico en el ámbito agrícola. Las instituciones, los grupos de poder y el Estado utilizan generalmente la noción de “verdad” para consolidar su autoridad y funcionar como dispositivos de control social. El “biopoder” se ejerce de tal forma, que obstaculiza el debate social sobre lo que comemos y el modelo de producción dominante.

Buenas Prácticas Agrícolas y las esferas estatales: el consenso como dispositivo de ordenación del territorio

Las empresas construyen hegemonía a partir de la literatura gris, pero el entramado institucional también juega un rol importante al momento de construir y perpetuar dicha hegemonía. En las distintas instituciones que integran el Estado, cuando analizamos los informes de investigación y publicaciones sobre agrotóxicos, encontramos que la red institucional que los sustenta y difunde es asimétrica y que el poder del Estado y las jerarquías burocráticas se utilizan para legitimarlos. O'Donnell (1978) concibe al Estado¹⁹ como una relación social y, por lo tanto, como síntesis de una sociedad contradictoria. Por lo tanto, el Estado se ve implicado e influenciado por todos y cada uno de los debates sobre el modelo del agronegocio y la inocuidad o toxicidad de los agrotóxicos. En este sentido, las diferentes esferas del Estado actúan como intermediarias y amortiguadores entre los grupos sociales y las empresas. Pero también, y siguiendo a Thwaites Rey y Ouviaña (2013), el Estado

¹⁹ Sobre esto, O'Donnell (1978, p. 1-2) señala: “Entiendo por Estado el componente específicamente político de la dominación en una sociedad territorialmente delimitada. Por dominación (o poder) entiendo la capacidad, actual y potencial, de imponer regularmente la voluntad sobre otros, incluso, pero no necesariamente, contra su resistencia. Lo político, en sentido propio o específico lo entiendo, entonces, como una parte analítica del fenómeno más general de la dominación: aquella que se halla respaldada por la marcada supremacía en el control de los medios de coerción física en un territorio excluyentemente delimitado. Combinando estos criterios, el concepto de Estado resulta equivalente al plano de lo específicamente político, y éste, a su vez, es un aspecto del fenómeno más amplio de la dominación social”.

entraña una dimensión contradictoria, no es solamente una expresión monolítica de las clases dominantes, se encuentra en permanente disputa.

A continuación, se presentan algunos de estos sectores estatales involucrados en la relación entre el agronegocio y el cuidado de la salud y el ambiente: dentro del Ministerio de Agroindustria²⁰ (como se llamaba en el momento de la investigación de campo), podemos mencionar al SENASA, que es el organismo estatal encargado de clasificar los plaguicidas según su toxicidad y de aprobar nuevos principios activos. Todos los productos utilizados en la agricultura se encuentran dentro de un marco legal y la legitimidad otorgada por este organismo. También debemos mencionar al INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria), como entidad gubernamental donde encontramos dualidades y contradicciones: podemos observar investigaciones que analizan la eficiencia, la deriva y el mejor momento para aplicar “plaguicidas”. Estudios, informes técnicos y folletos que insisten en las BPA (Buenas Prácticas Agrícolas) como método de inocuidad para la salud humana y el ambiente. Investigaciones que analizan el problema de la contaminación ambiental y (en algunos casos) proponen otro modo de producción agrícola (Lucero, 2021).

Las dualidades y contradicciones no solo las encontramos sobre el tipo de investigaciones que realizan, un ejemplo de ello es lo sucedido con el proyecto internacional llamado “Transición Sostenible de Protección Vegetal: Un Enfoque de Salud Global (SPRINT)”, dirigido en nuestro país por la Dra. Virginia Aparicio (investigadora del INTA). El proyecto SPRINT inició en 2008 y es el resultado de una coordinación internacional en la que participan la FAO (*Food and Agriculture Organization*) y once países. El día de la comunicación pública de los resultados, el Director Nacional del INTA, Carlos Alberto Parera,

²⁰ Con la asunción de Juntos por el Cambio en el gobierno presidencial de Argentina, a finales de 2015, se avanzó en una visión más homogénea de este organismo con respecto a la agricultura en pro del agronegocio. Muestra de ello es el cambio en su denominación: antes se llamaba Ministerio de Agricultura, Pesca y Ganadería, pasó a llamarse Ministerio de Agroindustria y, en septiembre de 2018, perdió su carácter ministerial y fue absorbido por el Ministerio Producción y Trabajo. Durante el mismo gobierno de Macri, el 2 de agosto de 2019, recuperó su rango ministerial con la denominación de Agricultura, Ganadería y Pesca. A su vez, durante el gobierno de Alberto Fernández (2019-2023), mediante el decreto 451/2022 publicado en el Boletín Oficial el 03/08/2022, se transfirió el ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca a un único Ministerio de Economía, Desarrollo Productivo y Agricultura, perdiendo así su rango ministerial nuevamente. En abril de 2024, bajo el gobierno del presidente Javier Milei, por decreto 293/2024, la Secretaría de Agricultura, Ganadería y Pesca pasó a denominarse Secretaría de Bioeconomía, bajo la órbita del Ministerio de Economía.

solicitó a la Dra. Aparicio que suspendiera la sesión informativa en la que revelaría los resultados del estudio realizado en 2021 con pobladores de los pueblos fumigados al sur de la Provincia de Buenos Aires. Se analizaron muestras biológicas humanas y el informe preliminar constató la presencia de hasta 18 plaguicidas.²¹ Esta suspensión fue percibida como un acto de censura.

En el régimen de la verdad científica sobre los efectos de los agrotóxicos en la salud humana, animal y ambiental, el sistema de las Buenas Prácticas Agrícolas (BPA) establece una relación entre el Estado, las organizaciones no gubernamentales (ONG) y el sector privado. Cada uno de estos actores colectivos participa del discurso construido por los agentes hegemónicos del agronegocio, que argumenta que se puede reducir el riesgo de intoxicación y contaminación si se manejan de manera adecuada según las BPA. Según CASAFA, las BPA son un conjunto de principios, normas y recomendaciones técnicas aplicables a la producción, procesamiento y transporte de alimentos, orientadas a asegurar la protección de la higiene, la salud humana y el ambiente mediante métodos ecológicamente seguros, higiénicamente aceptables y económicamente factibles. En Argentina, la Red de BPA está conformada por instituciones del sector público y privado, y han publicado manuales y materiales donde se promueve el buen uso y manejo de los productos agrícolas, con el objetivo de reducir los riesgos para la salud y el ambiente.

Sin embargo, es importante destacar que las BPA no afirman la inocuidad de los agrotóxicos, sino que se reducen los riesgos si se manipulan correctamente. En todas las etapas de la cadena, se hace hincapié en el rol de la responsabilidad individual sobre el riesgo para la salud, lo que implica que quien se enferma es quien lo usa mal. En el territorio del agronegocio, la tecnología y la ciencia se orientan hacia la productividad, pero no hacia el trabajador, a quien se le impone la responsabilidad de cuidarse. Le pregunté a Franco (Gerente Comercial de una empresa de agroquímicos) sobre la injerencia de la empresa en las BPA, y su respuesta fue ambigua pero clara: “Nosotros no llegamos hasta el productor, llegamos hasta el agrónomo, o sea, la agronomía que es quien

²¹ Disponible en: <https://www.anred.org/2023/06/28/una-fumigacion-de-censura-el-inta-veta-informe-sobre-el-impacto-de-los-agrotoxicos-en-los-cuerpos/> y <https://agenciatierraviva.com.ar/censura-y-agrotoxicos-en-el-inta-silencio-para-sostener-el-agronegocio/>. Acceso en: 20 jul. 2024.

tiene que tener un agrónomo para que firme la receta. Ese agrónomo debe colaborar.” (Diario de campo, septiembre de 2016)

En la visita de campo a un productor rural de 1000 ha, le preguntamos:

- Investigadora: Ustedes cumplen con las Buenas Prácticas Agrícolas, pero, ¿qué hacen con el resto de los productores que no usan productos adecuados o que no los aplican bien?
- Roberto: Y... bueno, esos son los insolventes... ahí tendría que actuar el Estado y multarlos como corresponde... pero como son insolventes... no les preocupa nada”.
- Investigadora: ¿Qué querés decir con insolventes?
- Roberto: “Que no tienen nada... que no les podés sacar nada, siembran con una máquina destartalada, con una fumigadora destartalada que pierde... lo que pasa es que ahora se contrata y el fumigador contratado negocia su precio... barato... y si tiene que fumigar equis cantidad de hectáreas para que le rinda, entonces... Si hay viento... ¿Qué le importa? ¡Fumiga igual! Fumigan con viento, entonces la gente fumiga igual pero no puede ser. Ahora hay que tener un registro de aplicadores, y tienen que hacer un curso, cosa que no me parece mal ¡Pero tenés que pagar no sé cuánto... ¡1000 mangos! Pero nadie viene y se fija que máquina tenés, si pierde, nada, vas y pagas. Listo. El “Pepe” (un fumigador local) hizo el curso, es prolijo, pero no todos son así”. (Diario de campo, septiembre 2017)

Sobre las BPA una vecina de Morse me decía: “Es muy de los ingenieros agrónomos decir que es inocuo y con las buenas prácticas está todo bien” (Diario de Campo, septiembre de 2017).

En línea con lo estudiado por González (2018) hay dos ideas subyacentes en torno a la aplicación de las BPA. En primer lugar, la noción de que el problema es técnico (por ejemplo: distancia de aplicación, deriva, receta agronómica) y no inherente al modelo del agronegocio. Y, en segundo lugar, la categorización de los sujetos sociales: por un lado, los “responsables” y, por otro, los “insolventes”. El eje del debate se coloca en la responsabilidad individual de las personas (productores y aplicadores) y no en la toxicidad de los químicos.

En una conversación que mantuvimos con Gustavo y Lorena (integrantes del grupo de investigación EMISA), estos reflexionaron sobre la idea de que “está todo bien” con las BPA:

– Gustavo: Digamos, es preferible que se apliquen a que quede a la libre interpretación del productor, aplicador o el vendedor del producto, pero no son la solución al problema. Nos preguntamos eso: ¿por qué te piden que te disfraces como un astronauta sino hace nada el producto?; escuchame!

– Lorena: Sobre las Buenas Prácticas Agrícolas, es mi opinión personal ¡eh! Lo entiendo como un proceso de transición, de pasar del uso al no uso. Va a haber en el medio, siempre para cualquier cambio hay un gris, una transición que obviamente nunca va a estar del todo de acuerdo... Pero bueno, antes que no se hable y que se tome como que el bidón de agrotóxico... es lo mismo que tener un bidón de agua... es preferible... pero bueno, si te están diciendo que te disfraces de astronauta y así no te va a pasar nada, entonces evidentemente estás dando a entender que pasa algo.

– Gustavo: (Empieza a enumerar con los dedos) “Si tenés que controlar como te vestís, el tamaño de la gota, la presión que sale de la máquina, el viento que no puede tener tal velocidad, el bidón que después no podés usarlo más, agujerear y lavar tres veces (igual el agua que lavas no sé dónde la tirás), evidentemente algo hace. Aparte obvio, nunca vas a poder controlarlo del todo, por más que tengas todo eso que te dicen, si el día que aplicaste no va todo al piso porque naturalmente algo va a quedar dando vueltas en la atmósfera y además al otro día ya no lo controlaste, cambió la humedad, hubo un viento que te levantó todo, y todo lo que habías aplicado ahora terminó en lo del vecino, o en la escuela, o en el pueblo. Siempre que Damián (Damián Marino, investigador de CONICET, trabaja la problemática sobre agrotóxicos y coordina el espacio EMISA) habla dice que la aplicación tiene como tres grandes fenómenos: primero esto de las Buenas Prácticas y controlar la aplicación, ponele que eso lo controles y esté genial, después tenés las condiciones ambientales que nadie puede controlar, sólo las podemos empeorar, y las propiedades químicas de las moléculas que va a ser su destino ambiental que tampoco lo vas a poder comprobar. De última, con las Buenas Prácticas de los tres factores poniendo la misma importancia a los tres controlás uno solo”. (Diario de campo, septiembre 2018)

Como ya señalamos, los diferentes sectores que participan en el proceso de distribución, control y aplicación de los agroquímicos culpabilizan a los actores sociales individuales por los daños causados a la salud y al ambiente. Para ellos, la responsabilidad no es estructural ni inherente al modelo de acumulación; no tiene que ver con la cantidad de litros de químicos que se usan, sino que recae sobre cada uno de los actores de la cadena, especialmente sobre el aplicador o la persona a quien se le ha subcontratado la aplicación. En la Provincia de Buenos Aires, las personas que trabajan como aplicadores pueden realizar una capacitación brindada por el Ministerio de Desarrollo Agrario denominada “curso para aplicadores terrestres de fitosanitarios”. El problema radica en que, al no existir una Ley Nacional que regule el uso de agroquímicos (y, por ende, las aplicaciones) y debido a que la Ley Provincial (n° 10.699/88) no regula la figura del aplicador ni las distancias de aplicación, cada municipio de la Provincia de Buenos Aires decide, por medio de ordenanzas, exigir la regulación de las fumigaciones y el registro de aplicadores.²² Por lo tanto, al depender esta capacitación exclusivamente de cada municipio, la forma de aplicar o utilizar los elementos de seguridad queda a merced de cada uno. La mayoría de las veces, el aplicador es un trabajador rural que realiza la tarea de aplicar agrotóxicos y, en muchos casos, no posee capacitación en el manejo correcto de estos o, por diversas cuestiones relacionadas con la productividad y el sentido social del riesgo, termina ignorándolo al momento de la aplicación (Landini, Beramendi y Vargas, 2019; Lucero, 2019; 2021; Schmidt *et al.*, 2018). Este es un ejemplo de cómo el territorio produce y reproduce desigualdades; en este caso específico, la desigualdad se observa en la relación entre rentabilidad y salud.

Coincidimos con Liaudat (2018) en el rol de las BPA y su intención de presentar al agronegocio como una producción sustentable, no solo para mostrar al “campo” como representante del interés general (producir alimentos, combatir el hambre en el mundo, ser el motor del país) sino también

²² Según el Observatorio Técnico de Agroquímicos (creado en 2020), 71 municipios cuentan con ordenanzas que regulan las distancias de aplicación para diversos receptores, 6 municipios tienen ordenanzas relativas al uso y aplicación de agroquímicos, pero no regulan distancias de aplicación, 5 municipios poseen ordenanzas que prohíben la aplicación de productos específicos, 4 municipios cuentan con ordenanzas que adhieren a la Ley 10.699 y a su decreto reglamentario 499/91. Dos de ellos, también regulan distancias de aplicación, 28 no poseen reglamentación específica sobre el uso y aplicación de agroquímicos, 21 municipios aún no disponen de información. Disponible en: <https://miniurl.cl/NormativasOTA>. Acceso en: 20 jul. 2024.

para estar a la altura de las necesidades del mercado frente al creciente demanda de productos sustentables. A su vez, las BPA se enmarcan en la idea de “capitalismo verde”, que implica que se pueden realizar esfuerzos para reducir el impacto ambiental del agronegocio sin cambiar necesariamente el sistema económico subyacente, que es el capitalismo. Sousa Santos (2011, en Liaudat, 2018) argumenta que esto no aborda eficazmente los problemas, ya que no cuestiona la base del problema, que es el propio sistema capitalista.

Hay que mencionar, además que todo el material que circulan sobre las BPA también forma parte de la literatura gris, que hace hincapié en el buen uso en vez de discutir la raíz del problema que es lo que construye la hegemonía en el campo. Como ya se ha argumentado, la responsabilidad es individual, el problema es el “insolvente”, no el modelo.

Reflexiones finales

Al analizar la forma en que se construye la hegemonía discursiva sobre el uso de agrotóxicos en la agricultura extensiva en la zona núcleo de Argentina, una de las conclusiones a las que llegamos es que, en relación con los efectos de los agrotóxicos sobre la salud y el ambiente, la “verdad” foucaultiana se presenta (a primera vista) como imposible de conocer. Aunque las publicaciones científicas juegan un papel crucial a la hora de cuestionar el discurso dominante, se enfrentan a importantes barreras debido al poder de las corporaciones que financian y controlan gran parte de la investigación y la difusión de la información. En este sentido, resulta crucial la participación y el compromiso de espacios de investigación independientes (como los mencionados en este artículo) que desafíen las narrativas establecidas y aborden las relaciones de poder que perpetúan el uso indiscriminado de agrotóxicos, así como los estudios acerca del impacto de estos en la salud y el ambiente.

Los distintos dispositivos de las corporaciones y el énfasis en las Buenas Prácticas Agrícolas abordados en este artículo son los que producen las verdades que se construyen y circulan en el territorio. El biopoder se convierte en un marco para las ciencias y las instituciones que lo ejercen, concediéndoles legalidad y legitimidad. La hegemonía en el modo de acumulación del

agronegocio se construye y circula por otros canales: folletos, redes sociales, charlas con “expertos”; la llamada literatura gris. Esta es fundamental para la difusión del conocimiento a nivel local y puede ser más accesible para las comunidades afectadas. A su vez, las BPA funcionan como aliciente moral de los daños causados por el modelo.

Además, la ciencia no es políticamente neutral, ni es inmune a las relaciones con el poder político y el *lobby* de las empresas trasnacionales. Estas relaciones de poder hacen que el establecimiento de vínculos entre el uso de agrotóxicos y daños a la salud humana y medioambiental (aun cuando aplicados correctamente y en bajas dosis) no quede al margen de las relaciones de poder que existe en las relaciones sociales cotidianas.

Por otra parte, mismo que los investigadores estén obligados a publicar en revistas científicas con referato, poniendo en duda su veracidad, esto no es suficiente para construir hegemonía ni profundizar políticas públicas que mitiguen los efectos de los plaguicidas en la población. A su vez, el rol contradictorio y muchas veces confuso de las distintas esferas del Estado, el énfasis en las BPA (donde la responsabilidad es individual recae en quienes aplican los agrotóxicos) termina beneficiando a las empresas trasnacionales, ya que no se discute el modelo y sus consecuencias, sino la forma de mitigar los daños. Es decir, en lugar de ser un regulador independiente, el Estado a menudo actúa en complicidad con los intereses corporativos al adoptar regulaciones y políticas que no cuestionan el modelo agrícola predominante. Las BPA, promovidas como soluciones responsables, funcionan como herramientas discursivas que desvían la atención de las críticas más amplias sobre los riesgos asociados con el uso intensivo de agrotóxicos.

Sin embargo, al entender estas contradicciones como inherentes a la conformación estatal, consideramos que las investigaciones contrahegemónicas y los límites que se están imponiendo a la fumigación son una herramienta de lucha para los pueblos fumigados de Argentina (franjas de no fumigación, elementos de seguridad obligatorios, y demás cuestiones relacionadas con las BPA). Es en estas contradicciones, en esta lucha por la

transformación, ruptura y continuidad del modelo que se producen los cambios.

Referencias

- AGUADO-LÓPEZ, Eduardo; VARGAS ARBELÁEZ, Esther Juliana. Reapropiación del conocimiento y descolonización: el acceso abierto como proceso de acción política del sur. *Revista colombiana de sociología*, v. 39, n. 2, p. 69-88, 2016.
- ALMEIDA FILHO, Naomar de; DAVID, Luis; AYRES, José Ricardo. Riesgo: concepto básico de la epidemiología. *Salud colectiva*, v. 5, n. 3, p. 323-344, 2009.
- AVERY, Dennis T. *Salvando al planeta con plaguicidas y plásticos: el triunfo ambiental de la agricultura de altos rendimientos*. Indiana, US. Hudson Institute, 1998.
- BREILH, Jaime. *Investigación agraria: ¿por qué la urgencia de una epistemología crítica: ¿Con qué tipo de ciencia queremos trabajar hacia otra realidad agraria?* Universidad Andina Simon Bolivar. 2005. Disponible en: <http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/3512/1/Breilh%20J-CON-137-Investigacion%20agraria.pdf>. Acceso en: 13 sep. 2023.
- CASTRO, Edgardo. La verdad del poder y el poder de la verdad en los cursos de Michel Foucault. *Tópicos*, n. 31, p. 42-61, 2016.
- CÓRDOBA, María Soledad. *Viaje al corazón del negocio agrícola. Dispositivos de legitimación e intervención territorial del modelo de agronegocios en Argentina*. Tesis (Doctorado en Antropología Social), Universidad Nacional de San Martín, Instituto de Altos Estudios Sociales, 2015.
- DELAVANSO, Diego. Aportes de la agroecología extensiva para hacer frente a la crisis civilizatoria. In: FERNÁNDEZ EQUIZA Ana María, (Org). *Debates sobre naturaleza y desarrollo: análisis a distintas escalas*. Tandil: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, p. 83-120, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad I. La voluntad de saber*. México: Siglo XXI Editores, 1976.

- FOUCAULT, Michel. *La arqueología del saber*, segunda edición revisada. México: Siglo XXI Editores, [1969] (2010).
- GOLDBERG, Ray Allan; DAVIS, John Herbert. *A concept of agribusiness*. Boston: Harvard University, 1957.
- GONZALEZ, Diana Victoria. Agronegocio y Estado en la promoción de las "buenas prácticas agrícolas. In: IX JORNADAS DE INVESTIGACIÓN EN ANTROPOLOGÍA SOCIAL SANTIAGO WALLACE, 28-30 noviembre, 2018.
- GRAMSCI, Antonio. *Cuadernos de la cárcel*. México: Ediciones Era, 1975.
- GRAS, Carla. Los empresarios de la soja: cambios y continuidades en la fisonomía y composición interna de las empresas agropecuarias. *Mundo agrario*, v. 12, n. 24, p. 1-32, 2012.
- GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria (Orgs.). *El agro como negocio: Producción, sociedad y territorios en la globalización*. Buenos Aires: Biblos, 2013.
- GUBER, Rosana. *La etnografía: método, campo y reflexividad*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2016.
- HELER, Mario. Ética y ciencia: la responsabilidad del martillo. In: *Ética y ciencia: La responsabilidad del martillo*. Buenos Aires: Biblos, 1996.
- LANDINI, Fernando; BERAMENDI, Maite; VARGAS, Gilda Luciana. Uso y manejo de agroquímicos en agricultores familiares y trabajadores rurales de cinco provincias argentinas. *Revista Argentina de Salud Pública*, v. 10, n 38, p. 22-28, 2019.
- LATOUR, Bruno. *Nunca fuimos modernos: ensayos de antropología simétrica*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.
- LAUFER, Miguel. ¿Qué hacer con la literatura gris? *Interciencia*, v. 32, n. 1, p. 5-7, 2007. Disponible en: http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442007000100001&lng=es&tlng=es. Acceso en: 7 sep. 2023.
- LIAUDAT, María Dolores. *Hegemonía, discursos e identificaciones en el agro pampeano: análisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios*. Tesis (Doctorado) – Universidad Nacional de Quilmes, 2018.
- LUCERO, Paula Aldana. *Fumigado o no fumigado, todos los días me voy al campo: etnografía sobre los sentidos nativos del riesgo de enfermar por agrotóxicos en Morse, provincia de Buenos Aires*. Tesis (Maestría en Antropología Social) – IdES/IDAES, Universidad Nacional de San Martín, 2019.
- LUCERO, Paula Aldana. *Transformaciones territoriales, estrategias de resistencia e integración durante la consolidación del agronegocio en el Partido de Junín, Provincia de Buenos Aires, entre 1996-2016*. Tesis (Doctorado) – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Universidad Nacional de La Plata, 2021.
- NOVOTNY, Eva. Retraction by corruption: the 2012 Séralini paper. *Journal of Biological Physics and Chemistry*, v. 18, pp. 32-56, 2018. Disponible en:

- <http://www.seralini.fr/wp-content/uploads/2018/06/Novotny-JBPC-2018-On-Seralini-FCT-retraction.pdf>. Acceso en: 13 sep. 2023.
- O'DONNELL, Guillermo. Apuntes para una teoría del Estado. *Revista mexicana de sociología*, v. 40, n. 4, p. 1157-1199, 1978.
- PALMISANO, Tomás. (2014) *Los señores de la Tierra. Transformaciones económicas, productivas y discursivas en el mundo del agronegocio bonaerense*. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales) – Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2014.
- REBORATTI, Carlos. Un mar de soja: la nueva agricultura en Argentina y sus consecuencias. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 45, p. 63-76, 2010.
- REY, Mabel Thwaites. La noción gramsciana de hegemonía en el convulsionado fin de siglo. In: FERREYRA, L., LOGIUDICE, E.; REY, Mabel Thwaites. *Gramsci mirando al sur: sobre la hegemonía en los 90*. Buenos Aires: Kai Editor, 1994. p. 15-84.
- REY, Mabel Thwaites; OUVIÑA, Hernán. La estatalidad latinoamericana revisitada. Pensar América Latina. In: REY, Mabel Thwaites (Ed.). *El Estado en América Latina: Continuidades y Rupturas*. Santiago de Chile: CLACSO, 2013. p. 51-86.
- ROSEBERRY, William. Hegemonía y el lenguaje de la controversia. In: LAGOS, María; CALLA, Pamela (Orgs.). *Antropología del Estado. Dominación y prácticas contestatarias en América Latina*. Bolivia: PNUD, 2007. p. 117-137.
- SCHMIDT, Mariana; CASTILLA, Malena; TOLEDO LÓPEZ, Virginia. Agroquímicos/Agrotóxicos. (Siglo XX – comienzos del siglo XXI, América Latina). In: MUZLERA, José; SALOMÓN, Alejandra. *Diccionario del agro iberoamericano – 4ª edición ampliada*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2022. p. 75-82.
- SCHMIDT, Mariana; GRINBERG, Ezequiel; LANGBEHN, Carlos Lorenzo; ÁLVAREZ, Ana Laura; PEREYRA, Horacio. *Riesgos e impactos socio-sanitarios de las fumigaciones con agroquímicos en las provincias de Salta, Santiago del Estero y Santa Fe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Salud de la Nación, Dirección de Investigación en Salud, p.1-38, 2018.
- SÉRALINI, Gilles-Eric; CLAIR, Emilie; MESNAGE, Robin; GRESS, Steeve; DEFARGE, Nicolas; MALATESTA, Manuela; HENNEQUIN, Didier; SPIROUX DE VENDÔMOIS, Joël. Retracted: *Long term toxicity of a Roundup herbicide and a Roundup-tolerant genetically modified maize*, v. 50., n. 11, p. 4221-4231, 2012.
- SILVA, José Graziano da. Complejos agroindustriales y otros complejos. *Agricultura y sociedad*, v. 72, p. 205-240, 1994.
- SILVEIRA, María Laura. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru, v. 15, n. 5(1), p. 4-12, 2011.
- WAIMAN, Javier Ignacio. Las formas de la hegemonía: usos e interpretaciones del concepto gramsciano en los Cuadernos de la Cárcel. Tesis (Maestría en Sociología de la Cultura y Análisis Cultural) – Universidad Nacional de San Martín, IdAES,

2019. Disponible en:

<http://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/801/1/TMAG%20IDAES%202019%20WJI.pdf> Acceso en: 15 sep. 2023.

WATCH, G. M. Monsanto y el artículo de Séralini del 2012. *Monsanto orquestó la retractación, 2018*. Disponible en:

https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Monsanto_y_el_articulo_de_Seralini_del_2012._Monsanto_orquesto_la_retractacion. Acceso en: 13 sep. 2023.

Como citar

LUCERO, Paula Aldana. Apuntes sobre la construcción de la hegemonía discursiva sobre los agrotóxicos en el agronegocio argentino. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432203, 28.nov.2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Agronegocios, actores y territorio: la perspectiva de la población de localidades agrarias de la provincia de Buenos Aires (Argentina, 2022)

Agribusiness, actors and territory: the population opinion of the
agricultural localities of the province of Buenos Aires (Argentina,
2022)



María Dolores Liaudat¹



Manuela Moreno²



https://doi.org/10.36920/esa32-2_04

Resumen: La expansión de los agronegocios en la pampa argentina ha generado importantes consecuencias económicas, sociales y ambientales, que han afectado particularmente a las localidades agrarias, es decir, aquellos espacios locales vinculados a la agroexportación. En este contexto, es importante investigar cómo los/as habitantes de estas localidades entienden la actividad del agronegocio y sus impactos territoriales.

¹ Posdoctorado de Sociología en el Laboratorio de Estudios en Sociología y Economía del Trabajo (LESET-FAHCE) y docente de la Universidad de La Plata (UNLP). Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) e integrante del Instituto de Investigaciones sobre Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea (IESAC-UNQ) y del Programa Hegemonía: cuestiones teóricas, estrategias metodológicas y estudios empíricos, con énfasis en las disputas por la cuestión agraria en la Argentina contemporánea (UNQ). E-mail: doloresliaudat@gmail.com.

² Doctorado en Ciencias Sociales y Humanas y docente de posgrado en la Universidad Nacional de Quilmes (UNQ). Investigadora del CONICET e integrante del Instituto de Investigaciones sobre Economía y Sociedad en la Argentina Contemporánea (IESAC-UNQ) y del Programa Hegemonía: cuestiones teóricas, estrategias metodológicas y estudios empíricos, con énfasis en las disputas por la cuestión agraria en la Argentina contemporánea (UNQ). E-mail: manuelamorano.ls@gmail.com.

A partir de los datos recopilados a través de una encuesta *online* realizada en la provincia de Buenos Aires (principal región productiva de Argentina), identificamos, en primer lugar, que los/as habitantes de las localidades agrarias definen estos espacios por sus particulares formas de sociabilidad y participan de prácticas culturales vinculadas a la vida rural. En segundo lugar, descubrimos que consideran a la agroindustria como la principal generadora de empleo en los territorios, pero no distinguen el “derrame” de las ganancias del sector hacia las comunidades. En tercer lugar, observamos que los encuestados que tienen una imagen bastante positiva de los productores y no reconocen al agronegocio como la causa de los principales problemas locales, si bien existe una opinión mayoritaria sobre sus impactos contaminantes. Por último, analizamos la influencia de determinados temas discursivos en el debate público sobre el agro y, principalmente, de la postura política en sus opiniones.

Palabras clave: agronegocios; consecuencias; territorios; localidades agrarias; percepciones sociales.

Abstract: The expansion of agribusiness in the Argentine Pampas region has generated important economic, social and environmental consequences, particularly affecting agrarian localities, those local spaces linked to agro-exports. In this context, it is relevant to investigate how the inhabitants of these localities understand agricultural activity and its territorial impacts. Based on the data constructed through an online survey carried out in the province of Buenos Aires (main productive region of Argentina), we identified, firstly, that the inhabitants of agricultural localities define these spaces by their particular forms of sociability, and participate in cultural practices linked to rural life. Secondly, we find that they consider agribusiness as the main generator of employment in the territories but do not identify the “spillover” of the sector's profits in the communities. Thirdly, we see that they have a fairly positive image of producers and do not identify agricultural activity as the cause of the main local problems, but there is a majority view of its polluting impacts. And, finally, we identify the influence on opinions of certain discursive topics present in the public debate on agriculture and, mainly, of the political position.

Keywords: agribusiness; consequences; territories; agrarian localities; social perceptions.

Resumo: A expansão do agronegócio na região dos Pampas argentinos gerou importantes consequências econômicas, sociais e ambientais, afetando principalmente as localidades agrárias, aqueles espaços locais ligados às agroexportações. Neste quadro, é relevante investigar como os habitantes destas localidades entendem a atividade agrícola e os seus impactos territoriais. Com base nos dados construídos através de uma pesquisa online realizada na província de Buenos Aires (principal região produtiva da Argentina), identificamos, em primeiro lugar, que os habitantes das localidades agrícolas definem esses espaços pelas suas formas particulares de sociabilidade, e participam nas práticas culturais ligadas ao meio rural. Em segundo lugar, constatamos que consideram o agronegócio como o principal gerador de empregos nos territórios, mas não identificam a “repercussão” dos lucros do sector nas comunidades. Em terceiro lugar, vemos que têm uma imagem bastante positiva dos produtores e não identificam a atividade agrícola como a causa dos principais problemas locais, mas há uma visão maioritária dos seus impactos poluentes. E, por fim, identificamos a influência nas opiniões de determinados temas discursivos presentes no debate público sobre a agricultura e, principalmente, da posição política.

Palavras-chave: agronegócio; consequências; territórios; localidades agrárias; percepções sociais.

Introducción

Las lógicas de producción que se expandieron en las últimas décadas en el agro pampeano argentino, conocidas como agronegocios, generaron fuerte impacto en las localidades agrarias, es decir, aquellos pueblos y pequeñas y medianas ciudades de la región donde la actividad agropecuaria tiene una fuerte incidencia (Albanesi y Propersi, 2022). El desarrollo de nuevas formas de trabajo capital-intensivas, y la aparición de nuevos actores vinculados al capital global y financiero, impulsaron la salida de una parte significativa del excedente generado en los territorios, profundizando la concentración, el despoblamiento rural y el desempleo en los espacios rurales. Al mismo tiempo, estas nuevas

formas de producción causaron graves consecuencias socioambientales que han salido a la luz gracias a las denuncias de colectivos académicos y la ciudadanía.

A su vez, el avance de los agronegocios profundizó dos procesos previos que venían sucediendo en las localidades. Por un lado, la migración del campo a la ciudad de la mayoría de los terratenientes, productores y trabajadores rurales que abandonaron la vida en las explotaciones agrarias. Y, por el otro, la conversión de las localidades en lugares de gestión agrícola, quedando el espacio rural como un mero lugar de producción. A estos procesos, que generaron la disminución de la diferenciación entre el mundo rural y el urbano debido a una mayor interacción entre ambos, se suma la presencia cada vez más fuerte de nuevas empresas globales cuya reproducción no depende de relaciones sociales y económicas locales (Albadalejo, 2013; Moreno, 2022).

En este contexto, marcado por importantes transformaciones en los territorios y por la emergencia de conflictos socioambientales, entendemos que es relevante investigar cómo los/as vecinos/as urbanos de los productores entienden la actividad agropecuaria y sus impactos, y qué influencia tienen los discursos públicos en disputa sobre estos significados. Este último aspecto cobra especial importancia a partir de una serie de resultados de investigaciones recientes realizadas por nosotras. Por un lado, identificamos la hegemonía en la esfera pública de un discurso que celebra el agronegocio y sus beneficios para el conjunto de la sociedad, en particular para las comunidades locales (Liaudat, 2018). Pero este discurso parece contradecir las consecuencias de las lógicas productivas dominantes en los territorios, lo que plantea la cuestión-acerca de su capacidad de generar consenso social en estos espacios. Por otro lado, hallamos que existe un consenso generalizado entre los sujetos agrarios pampeanos sobre la existencia de un supuesto rencor hacia el “campo” entre actores no vinculados con el sector. Esta animosidad estaría relacionada con visiones distorsionadas de la realidad, desconocimiento y prejuicios

alimentados por el discurso nacional-popular desde el denominado “conflicto del campo” del año 2008 (Liaudat, 2023).³

En este contexto, a partir de los datos recabados mediante una encuesta *online* realizada en junio de 2022 a la población residente en una centena de localidades agrarias de la provincia de Buenos Aires (que compone la principal región productiva de Argentina), buscamos responder a los siguientes interrogantes: 1) ¿Qué lugar ocupa “lo rural” en la identidad local? 2) ¿Cuál es la percepción de la población sobre los impactos económicos y sociales de la actividad agropecuaria en los territorios donde viven? 3) ¿Qué visión tienen acerca de los productores? 4) ¿Existen diferencias en estas percepciones según las variables centrales que describen a las/os actores sociales? 5) ¿Qué influencia tienen los discursos públicos en disputa?

A lo largo del artículo, presentamos en primer lugar el enfoque teórico-metodológico de la investigación. A continuación, señalamos los principales antecedentes con los que dialoga este trabajo de investigación. En tercer lugar, presentamos los resultados ordenados en cuatro ejes que fueron identificados como centrales en la revisión bibliográfica previa: el “campo” en la identidad local, su rol en el desarrollo económico de las localidades, la percepción acerca de los productores y las consecuencias de la actividad agropecuaria. Por último, a partir de las principales conclusiones del estudio reflexionamos sobre el consenso social y los puntos de tensión en relación al agro y sus actores en los espacios locales.

Enfoque teórico-metodológico

Los espacios abordados en este trabajo son las localidades agrarias, definidas por Albanesi y Propersi (2022) como pueblos y ciudades que expresan una particular imbricación rural-urbana en un territorio vinculado principalmente a la agroexportación. En este sentido, esta definición supera las conceptualizaciones basadas en criterios censales que diferencian a las

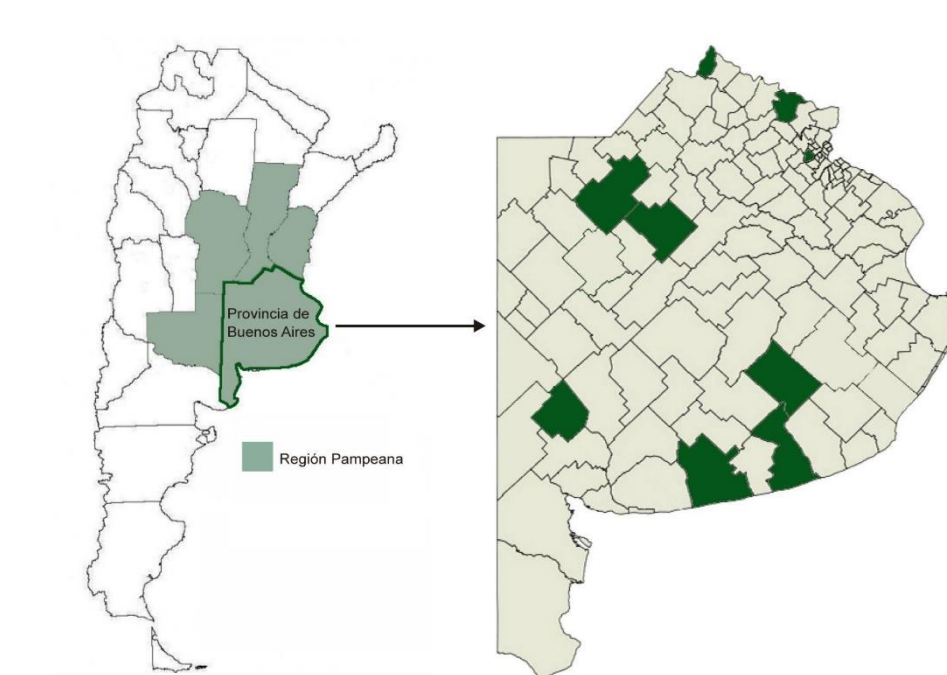
³ Se hace referencia al extenso conflicto entre el gobierno nacional y parte de los productores agropecuarios en torno al establecimiento de retenciones móviles a la soja en el marco de precios internacionales récord. Iniciado en marzo del 2008 se extendió por 129 días en base a medidas como el paro agropecuario y el corte de rutas, generándose una fuerte disputa política en la esfera pública entre la presidenta Cristina Kirchner y los representantes de las entidades patronales agropecuarias.

localidades urbanas de las rurales en función del número de habitantes (más o menos de 2.000 habitantes, respectivamente). El concepto localidades agrarias, por otra parte, implica la idea de territorio entendido como la construcción social e histórica efectuada por la materialización de la actividad humana en un espacio físico determinado. Asimismo, comprende la noción de escala local, descrita por Swyngedouw (1997, p. 40) como el escenario y el momento, tanto discursivo como material, en el que se disputan las relaciones de poder socioespaciales (en este caso, las que regulan el modelo de desarrollo agrícola) y se negocian y regulan los compromisos, y en el que intervienen diferentes actores (como productores, contratistas, asesores, asalariados) con intereses en tensión.

Este concepto de localidades agrarias engloba un vasto conjunto de espacios que presentan importantes diferencias en cuanto a su ubicación geográfica, tamaño, perfil productivo y la infraestructura disponible para el desarrollo económico. En particular, esta investigación analiza las percepciones de las/os habitantes de una amplia gama de localidades agrarias pampeanas a partir de una encuesta *online* implementada en 2022 en la provincia de Buenos Aires (excluyendo los grandes aglomerados urbanos, ya que no se ajustan a la definición). Esta provincia se encuentra dentro de la región pampeana, uno de los epicentros de la dinámica agraria argentina reciente, y, por su extensión y diversidad agroecológica, es representativa del complejo perfil productivo y social de la región (Pucciarelli, 1997).

La encuesta fue respondida por habitantes de más de 100 municipios, de los cuales mencionamos los diez donde obtuvimos una mayor participación en las encuestas: Partido de la Costa, Partido de la Costa, Luján, Necochea, San Nicolás, Tres Arroyos, Zárate, Lincoln, 9 de Julio, Saavedra y Tandil. El siguiente Mapa 1 de la provincia de Buenos Aires muestra brevemente la diversidad de las áreas productivas cubiertas, así como la ubicación geográfica y el tamaño de los distritos.

Mapa 1 – Ubicación de la región pampeana y los 10 de los 100 partidos de la Provincia de Buenos Aires en los que se obtuvo mayor número de casos de la encuesta



Fuente: Elaboración propia.

La encuesta en línea se basó en un cuestionario de 60 preguntas y tuvo como objetivo captar las representaciones sociales sobre el rol del agro en la economía nacional y local, el modelo productivo actual, las dinámicas sociales asociadas a él y el papel del Estado en este contexto, entre otros tópicos. Para este artículo, seleccionamos siete preguntas que giran en torno a asuntos vinculados a grandes temas que, en estudios previos, consideramos relevantes para el análisis de las dinámicas y percepciones de las localidades pampeanas en relación con el agro.

Los cuestionarios fueron aplicados a muestras no probabilísticas construidas por invitación a través de las redes sociales, donde se ofrecía como incentivo a la participación el sorteo una *notebook*. Las invitaciones se realizaron por medio de una campaña publicitaria en Facebook e Instagram utilizando segmentos publicitarios por tipos de partidos y zonas agroecológicas, diferenciando entre tres grupos etarios y los dos géneros principales, con los valores publicitarios

graduados según el peso demográfico de cada segmento, con un reajuste según la tasa de respuesta a mitad de la campaña.

De los casos obtenidos (los que contestaron a la totalidad o a la mayor parte de la encuesta), realizamos una ponderación en los casos en los que la muestra obtenida no reflejaba los parámetros de la población, teniendo como valores de esta última los datos del Censo Nacional del año 2022. En consecuencia, consideramos que los datos obtenidos nos permiten marcar tendencias y estimar la conducta del conjunto de la población, aunque sabemos que en cada coyuntura pueden existir otras variables que no podemos controlar y que inciden en diferencia entre quienes contestaron a la encuesta y quienes no quisieron hacerlo.

La muestra corregida de la encuesta presentada en este artículo está compuesta por 979 casos distribuidos del siguiente modo: mujeres (48%) y varones (51%); menores de 30 años (18%), entre 30 y 65 años (60%) y mayores de 65 años (22%); estudios primarios completos o incompletos (34%), estudios secundarios completos o incompletos (38%) y estudios superiores completos o incompletos (28%). Con el objetivo de lograr una caracterización más profunda de las posiciones de la población, los resultados de las preguntas seleccionadas fueron cruzado con las características del perfil de los encuestados y con otras dos variables que consideramos relevantes para el tema de esta investigación: los vínculos con el agro (que distingue entre quienes tienen actividades laborales relacionadas con el sector agropecuario o familiares que las tienen, y quienes no tienen vínculos laborales ni familiares con el agro) y la identificación política.⁴ En relación con sus vínculos con el agronegocio, el 82% declaró no tener ninguna relación con él, mientras que el 18% sí lo tiene. Entre estos últimos, el 66% son predominantemente los que tienen una inserción económica productiva en el sector (poseen una empresa agropecuaria o de servicios, trabajan para una de ellas, son dueños de tierras que arrendan, o reciben una pensión por su trabajo en el sector); en segundo lugar están los que tienen un familiar directo que trabaja en el agro (26%); y por último, una

⁴ Para controlar la consistencia de los vínculos entre dos variables, las cruzamos con una tercera variable, lo que nos permitió corroborar la relación entre las dos variables originales.

pequeña proporción se dedica a la docencia en escuelas rurales o trabaja en organismos públicos asociados al agro (8%).

Por otra parte, respecto a la variable política, formulamos la pregunta ¿Quién quiere que gane las elecciones presidenciales de 2023? y, para aclarar la explicación, agrupamos las respuestas entre quienes eligieron opciones de izquierda o centroizquierda: alrededor del 27%, que reúne a quienes optaron por la coalición peronista Frente de Todas/os (FdT), el 25%, o el Frente de Izquierda de las/os Trabajadores/as (FIT), el 2%. Y, por otro lado, los/as que eligieron opciones de derecha: cerca del 27%, que incluye a los/as que optaron por Juntos por el Cambio (JxC), el 17%, o la Libertad Avanza (LLA), el 10%, y a los/as que dijeron que ningún candidato les gustaba (37%).⁵

El estudio de la influencia de estas distintas variables en los posicionamientos de las poblaciones locales, nos permite realizar un análisis más profundo, al indagar qué rasgos de los perfiles de las personas están vinculados, y de qué modo, a las representaciones del agro y a las consecuencias de esta actividad en los territorios.

Agronegocios y territorios

La expansión de los agronegocios en la región pampeana argentina generó importantes transformaciones en pequeñas y medianas ciudades vinculadas a la agroexportación. A partir de una revisión de la literatura especializada sobre el tema, distinguimos cuatro dimensiones que han sufrido transformaciones y que decidimos investigar desde la percepción de los habitantes de estos espacios: el lugar del agro en las identidades locales, su papel en el desarrollo económico, la caracterización de los productores y las consecuencias de la actividad agropecuaria.

En lo que respecta al primer eje, el lugar del campo en las identidades locales, algunos estudios han abordado la cambiante fisonomía de las localidades agrarias y su impacto en la reconfiguración del tejido social. Se ha destacado la crisis del mundo rural tradicional como consecuencia del declive y desaparición de pueblos rurales (Benitez, 2000), y la conversión del espacio rural en un

⁵ Cabe destacar que un número significativo de los encuestados (17%) decidió no responder a esta pregunta, por lo que se excluirán del análisis.

espacio estrictamente productivo (o, en ciertos casos, como lugar de residencia de una menor proporción de trabajadores rurales), mientras que el espacio urbano cercano se ha transformado en el lugar de servicios para el sector agrario (Albadalejo, 2013). En este escenario de cambio, algunos estudios profundizaron sobre el rol que las sociedades otorgan al agronegocio, señalando que el "campo" sigue desempeñando un papel central en la definición de las identidades locales y las formas de sociabilidad que las caracterizan (Ratier, 2004; Cloquell *et al.*, 2011 y 2013), a la par que destacan el peso de las instancias rituales tradicionalistas como formas en las que se recrea este sentido de pertenencia en la actualidad (Ratier, 2003). Considerando estos aportes, en esta investigación indagamos sobre el lugar del agro en las identidades locales a través de una serie de preguntas sobre la participación en prácticas culturales ligadas al campo, y los principales aspectos que se valoran en las localidades, así como aquellos que las distinguen de las grandes ciudades.

En relación al papel del agro en las economías locales, diversos autores/as han reflexionado sobre este tema con visiones contrapuestas. Mientras que los defensores del modelo de agronegocios señalan el crecimiento y vitalidad de los territorios, debido principalmente a un esquema productivo flexible que genera nuevas oportunidades laborales (Anlló *et al.*, 2013; Mackeprang, 2002), un gran número de analistas argumentan lo contrario, destacando las consecuencias de un proceso de "modernización excluyente" que implica mayor desempleo, fragmentación y polarización social (Giarraca y Levy, 2004; Neiman *et al.*, 2003; Sili, 2005). Particularmente, los estudios en esta línea han puesto de relieve que una parte significativa de los excedentes generados en los territorios se canaliza por medio de inversiones y flujos financieros fuera de la región de origen (Albadalejo *et al.*, 2013).

En este sentido, también se abordó el punto de vista de los residentes de estos espacios en dos líneas. La primera analizó cómo los actores agrarios ven el impacto de su actividad en la economía local, y mostró la existencia de percepciones diferentes entre los que tienen una inserción global, y los productores familiares y comerciantes locales que se ven perjudicados por la llegada de nuevas empresas desterritorializadas (Albadalejo *et al.*, 2013; Moreno, 2022; Liaudat, 2020). La otra línea de análisis se centró en las

percepciones de las/os residentes locales. Los estudios realizados en pequeños pueblos agrícolas han puesto de manifiesto la existencia de algunas tensiones en relación con el impacto del crecimiento del agro en las localidades (Cloquell *et al.*, 2011 y 2013; Gras y Bidaseca, 2010).

En este estudio, nos interesamos en analizar cómo concibe la relación entre el sector agropecuario y la economía en localidades agrarias de diferentes tamaños y orientaciones productivas, a través de interrogantes que buscan registrar las percepciones acerca de cuál es la actividad que genera más empleos en la localidad y hacia donde se dirigen las ganancias del sector.

Otro aspecto que ha concitado la atención de los analistas es la reconfiguración de la estructura agraria y la visión social sobre los productores agrarios. En este sentido, un nutrido número de estudios han analizado las transformaciones de los sujetos sociales agrarios, en el marco del aumento de la concentración y la creación de nuevas formas de desigualdad social. Entre ellos, se ha distinguido a los actores agrarios que se adaptaron y lograron sobrevivir, e incluso verse beneficiados con la expansión del agronegocio, de los actores agrarios locales que fueron expulsados de la producción y tuvieron que buscarse otros empleos, solicitar ayudas sociales o combinan su actividad agraria con otros trabajos (Albadalejo, 2013; Lucero y Frasco, 2021). En este contexto, algunos estudios señalan las tensiones existentes entre los actores agrarios territorializados y los pools de siembra, para los cuales el territorio se convierte meramente en un recurso funcional para su acumulación de carácter efímero (Gras y Hernández, 2013; Liaudat, 2019), y también de las tensiones a nivel social entre los productores y el resto de la población. Sobre este último punto, se ha destacado la emergencia de críticas a los actores agrarios en el ámbito del “conflicto del campo” del 2008, vinculados al discurso nacional-popular que los caracterizaba como “egoístas”, “quejosos” “sojeros” u “oligarcas” (Gras y Bidaseca, 2010; Liaudat, 2023). Más recientemente, se analizado la percepción de los productores como “contaminadores” en el contexto de las denuncias de colectivos socioambientales sobre los impactos del uso de agroquímicos (Lucero, 2019).

Interesadas en estos aspectos, indagamos en la encuesta sobre cómo se caracterizan a los productores en relación con dos aspectos centrales: el tipo de trabajo que realizan y sus vínculos con la comunidad y los discursos públicos que circulan sobre los mismos.

Finalmente, entre los estudios académicos, se otorgó relevancia al análisis sobre las consecuencias sociales de la actividad agropecuaria en las localidades. Principalmente, su impacto sobre las condiciones de infraestructura de esas áreas (en las rutas y caminos, aumento del tránsito “pesado”, etc.) y, particularmente, en el incremento del costo de vida debido al aumento de los precios de los inmuebles, que se han convertido en una forma de canalizar los excedentes del sector agropecuario, y la subida de precio de los alimentos por la creciente pérdida de diversidad productiva y al uso exclusivo de las tierras a la producción de *commodities* (Albanesi y Propersi, 2022). La visión de la población sobre estas consecuencias sociales también ha sido analizada en algunos pueblos agrícolas específicos de la región pampeana (Cloquell *et al.*, 2011 y 2013; Gras y Bidaseca, 2010).

Asimismo, se prestó mucha atención a las repercusiones sanitarias e medioambientales de la aplicación de un “paquete tecnológico” que es altamente dependiente de los insumos químicos. Los estudios que han analizado la perspectiva social sobre este tema destacan, por un lado, la capacidad interpelativa del discurso del agronegocio en buena parte de los actores agropecuarios pampeanos, que minimiza el impacto del modelo sobre el medioambiente (Liaudat *et al.*, 2021; Lucero, 2019). Por el otro lado, diversos estudios han registrado—percepciones sociales sobre los riesgos de los agroquímicos para la salud y algunas tensiones en las localidades a partir de las denuncias de los colectivos socioambientales (Berger y Ortega, 2010; Cabrini *et al.*, 2018; Lucero, 2019).

En esta investigación, se aborda las consecuencias de la actividad agropecuaria a través de dos variables, una más amplia, que releva los principales problemas que los habitantes perciben en la localidad, y otra que aborda de forma directa la percepción sobre el agro y el problema de la contaminación. De este modo, a partir de los aportes de los estudios previos que han abordado cada una de estas dimensiones en espacios locales específicos,

aquí proponemos analizar dichas problemáticas desde un enfoque más abarcador incorporando la perspectiva de una gran diversidad de pueblos y ciudades ligados a la agroexportación, así como el estudio de diferentes variables que definen los perfiles sociales de los pobladores. Así, se busca identificar si existen puntos de vista comunes que atraviesen al conjunto de localidades agrarias y qué rasgos sociales influyen en sus posicionamientos al respecto.

Análisis de la percepción de los/as habitantes de las localidades agrarias en el contexto actual

El “campo” en la identidad local

Históricamente, los pueblos y pequeñas y medianas ciudades bonaerenses se desarrollaron bajo el impulso de la agroexportación. Sin embargo, a lo largo del siglo XX la estructura socioeconómica de estas localidades cambió. En el contexto de la industrialización sustitutiva de importaciones (ISI), el desarrollo de pequeñas y medianas empresas condujo a una diversificación de la matriz productiva en las diferentes localidades y, a partir de la década de 1970, las políticas neoliberales y la promoción del agronegocio condujeron a una profundización del despoblamiento rural, al aumento del desempleo y a la concentración de la producción. En esas circunstancias, a modo de introducirnos en los imaginarios del agro en las sociedades locales actuales, nos preguntamos: ¿Qué lugar ocupan “el campo” y lo “rural” en la identidad colectiva de los habitantes de estos espacios?

Los estudios que previos que han abordado esta temática identificaron la persistencia de la “huella de lo rural”, y la generación de un “sentido de comunidad” entre los pobladores de pequeñas localidades agrarias pampeanas (Cloquell *et al.*, 2011; Albanesi *et al.*, 2013), así como formas de reproducir esta marca en la actualidad a través de prácticas gauchas⁶ o tradicionalistas que recrean la simbología rural (Ratier, 2003). En este estudio, a partir de la pregunta *¿Qué es lo que más valora de su localidad?*, encontramos que más del

⁶ Los términos “gauchas” y “gauchescas” utilizados en el artículo provienen de “gaucho”, que en Argentina alude a la figura típica del campo argentino, construido como emblema de la tradición y las costumbres rurales (inmortalizado en el libro *El Martín Fierro* de José Hernández), caracterizado por cierta vestimenta, por trabajar sobre todo con el ganado vacuno y por su habilidad como jinete.

70% de los/as encuestadas señalaron algún aspecto relacionado con las formas de vida social. Las principales respuestas fueron la seguridad y la tranquilidad, la cercanía con amigos y familia, y vivir en un lugar donde todos se conocen. De este modo, se otorga un rol importante a las relaciones cotidianas entre vecinas/os como “espacio para la comunidad”, en la misma línea que estudios anteriores (Albanesi *et al.*, 2013). Por el contrario, la relación con la naturaleza, aspecto clave vinculado al lugar que confieren al campo como espacio físico, fue escasamente elegido (alrededor del 11%). Además, con el objetivo de investigar la identidad de las localidades en oposición a las grandes ciudades, preguntamos: *¿Con cuál de estas palabras asocia a la mayoría de la gente de la ciudad de Buenos Aires?* En la encuesta, el 60% sostuvo que son “acelerados”, expresando otra forma de vivir y pasar el tiempo que caracteriza a las grandes urbes y que genera una diferencia clave con los pueblos, y las ciudades pequeñas y medianas. A pesar de que este estudio no solo lo realizamos con habitantes de pueblos rurales, sino también de diversas localidades agrarias de diferentes tamaños y orientaciones productivas, y de que, además, se ha profundizado el proceso de urbanización de los pueblos rurales en la última década, resulta llamativo que las personas encuestadas mostraran una alta valoración de los espacios locales a partir de su particular forma de sociabilidad y ocupación del tiempo.

Para investigar el papel del mundo rural en los aspectos culturales de las localidades, realizamos la pregunta: *¿Le gustan las fiestas tradicionales gauchas de su zona?* Casi el 70% contestó afirmativamente, y el 40% señaló que, además de gustarles suelen participar en ellas. La persistencia y recreación de lo rural se manifiesta en el disfrute y participación en estas prácticas, lo que nos permite inferir la importancia que tienen eventos como los fogones populares, los desfiles tradicionalistas o las jineteadas en la socialización y construcción de identidad local.

Al analizar el peso de las diferentes variables en las respuestas, no observamos ninguna vinculación significativa con las características que definen los perfiles sociales de los/as entrevistados/as. Aún en la pregunta sobre las fiestas tradicionales gauchas, en la que cabría esperar una cierta diferencia de implicación entre quienes tienen vínculos con el sector y quienes no,

tampoco se halló ninguna relación. Exactamente el mismo porcentaje de personas destacó que le gustaban y participaba siempre o casi siempre de la agrupación con y sin vínculos (38% en cada caso). Por otra parte, al cruzar las posiciones políticas con las visiones a respecto a los/as habitantes de las grandes urbes, también encontramos una visión compartida de los sentidos negativos, aunque podemos resaltar la existencia de una visión un poco más crítica por parte de quienes se identifican con posiciones nacional-populares o de izquierda, como podemos percibir en la Tabla 1. Lo que podría inducirnos a suponer la persistencia entre ellos del antagonismo histórico entre el interior y Buenos Aires (Liaudat, 2023).

Tabla 1 – ¿Con cuál de estas palabras asocia a la mayoría de la gente de la ciudad de Buenos Aires? Según preferencia política

		JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno
Sentidos positivos	Modernos	18,1	3,2	5
	Educados	4,1	0,5	2,5
	Emprendedores	5,9	5	6,6
Sentidos negativos	Egoístas	2,3	16	4,1
	Acelerados	55,2	51,6	64,4
	Arrogantes	14,5	23,7	17,4
Total		100	100	100

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

Pero, más allá de esta distinción, en conjunto parece existir ciertos consensos transversales en relación con la forma en que los/as habitantes de las localidades agrarias construyen la identidad local y las prácticas culturales asociadas al agro. A pesar del proceso de cambio de las localidades (creciente urbanización, mayor conectividad, etc.) los/as habitantes tienen una visión que resalta, como positivo y distintivo de estos espacios, una cierta forma de sociabilidad (vinculada a las relaciones personales) y, a diferencia de las grandes urbes, un

modo de pasar el tiempo (asociado a la tranquilidad). A la vez, se reconoce que parte de la forma de vida social se vincula y se reproduce en relación al “campo”, aspecto que identificamos por el gusto y la participación en prácticas rituales gauchescas.

El agro en la economía local

Además de analizar los aspectos sociales y culturales que vinculan al campo con las identidades locales, también indagamos por el lugar que le otorgan las/os habitantes al sector agropecuario en el desarrollo de la economía local. Los datos de una encuesta que realizamos recientemente a nivel nacional nos permitieron establecer que existe un amplísimo consenso en Argentina (88% de los casos) en que la industria genera más puestos laborales que el campo (Liaudat *et al.*, 2024). Sin embargo, en esta investigación, cuando se pregunta qué sector de la economía genera más puestos laborales en la localidad donde reside cada encuestado/a, la opinión es diferente. Al responder a la pregunta *¿Cuál es la actividad en la que trabaja más gente en su partido?*, la mayoría de los/as habitantes sostuvo que era la Agricultura y la Ganadería (39%). Si le sumamos a quienes optaron por Industria de Alimentos (5%), que se vincula directamente al agro, cerca del 45% señaló que el mayor número de empleos en el partido en el que vive proviene de la agroindustria. Cabe agregar que la segunda opción más elegida fue la administración pública, con el 22%, y destacar que solo el 9,7% eligió a la Industria no Alimentaria. Estos resultados actualizan lo observado hace una década por estudios realizados en pueblos de Santa Fe, que señalaban que, a pesar de la presencia de otras actividades económicas no agrarias en los territorios, el agro seguía presentándose en las narrativas locales como estructurante de la vida económica de los pueblos (Cloquell *et al.*, 2011 y 2013; Gras y Bidaseca, 2010).

Con el fin de considerar posibles opiniones contradictorias sobre este aspecto dentro de las mismas localidades, indagamos la incidencia de distintas variables en estas opiniones y observamos que no había diferencias significativas por género, nivel educativo, edad o posición política. Como era de esperar, únicamente se identificó que los/as que tienen vínculos con el agro

señalaron con mucha mayor contundencia que la agroindustria es la principal generadora de empleo en sus localidades (cerca del 70% de las personas entrevistados se posicionó de este modo, como se observa en la Tabla 2). Parece existir un consenso a nivel local respecto a esta idea. A pesar de que, como señalan numerosos estudios, las nuevas formas de producción y de trabajo del modelo del agronegocio suponen cambios profundos en la composición y en el número de trabajadores demandados por la actividad agropecuaria (otrora central para comprender la dinámica económica y social de las sociedades locales) (Albanesi, 2022), la opinión predominante aquí es que el sector agropecuario es el principal generador de empleos locales.⁷

Tabla 2 – ¿Cuál es la actividad en la que trabaja MÁS gente en su partido? Según vínculo con el agro

	Relación con el agro		Total
	Sin vínculo	Con vínculo	
Agricultura y ganadería	34,80%	60,70%	39,30%
Industria de alimentos	3,50%	10,40%	4,70%
Industria de productos no alimentarios	10,90%	4,60%	9,70%
Comercio, turismo y servicios profesionales y técnicos	19,70%	7,50%	17,40%
Construcción y transporte	3,00%	2,90%	3,00%
Administración pública municipal, provincial y nacional	23,80%	12,10%	22,00%
Educación, salud y seguridad	4,30%	1,70%	3,80%
Total	100%	100%	100,00%

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

⁷ Sería interesante en cada localidad en particular el “peso” que efectivamente tiene el sector en la estructura del empleo, como, por ejemplo, lo hicieron Gras y Manildo (2010) y Muzlera (2022) en localidades específicas. Estos datos nos permitirían reflexionar sobre si esta imagen se corresponde con la efectiva demanda que genera el agro en la localidad o si refleja la influencia de los discursos de las principales entidades del sector.

Por otra parte, la percepción del impacto del desarrollo agrario en las localidades se ve problematizada por el vínculo existente entre el crecimiento del agro y la inversión y la circulación de capitales a nivel local. Para explorar esta cuestión, en el estudio planteamos directamente la pregunta: *En su partido, en las épocas de mayor crecimiento del campo ¿Qué hacen los productores con la mayoría de sus ganancias?* La gran mayoría respondió que el aumento de los beneficios del sector no se traduce en mejoras de la economía local. De este modo, se distancian de la opinión de las/os defensoras/es del agronegocio que plantean su efecto potenciador sobre los territorios (Anlló *et al.*, 2013). Las opciones vinculadas a las contribuciones directas a la economía de los partidos (en términos de gastos en comercios y servicios locales, compra de inmuebles en el partido, apertura de negocios) casi no fueron elegidas. La respuesta que más peso tuvo fue que los productores reinvierten “la plata” en la producción (48% sostuvo esta idea, si sumamos el 44% que piensa que la reinvierten en sus campos y el 4% que se expande a otros campos), y un grupo importante declaró que desconocen qué hacen con las ganancias porque los productores casi no viven en el partido (17%). Si a este grupo, le sumamos el 10% que afirmó que las ganancias se invierten fuera de las localidades, se observa que hay un cierto registro de la salida de los excedentes agrarios de los espacios locales, lo que ha sido señalado como una de las principales consecuencias de los nuevos esquemas de agronegocios por algunos estudios (Albadalejo *et al.*, 2013; Gras y Manildo, 2010).

Estas respuestas expresan una clara tensión en relación con el papel que atribuyen al agro en las localidades y se encuentran en sintonía con lo hallado en otras investigaciones que tomamos como referencia. En ellas se señalaba que las/os habitantes percibieron una mayor circulación de dinero en el contexto del denominado “boom sojero”⁸ de la primera década del siglo XXI, pero que esto no se tradujo en beneficios para la comunidad, ya que se concentró en pocas manos – la de los “gringos” que compran 4x4 o propiedades – (Gras y Bidaseca, 2010), o que el crecimiento del sector no se reflejó en obras u otras instancias distributivas de la inversión pública o privada (Albanesi *et al.*, 2013).

⁸ El “boom sojero” se refiere a la gran expansión de la producción de soja transgénica a comienzos del siglo XXI en Argentina, en el marco del aumento del precio internacional de este producto, un entorno legal flexible para la entrada de nuevos capitales y de ventajas tributarias que favorecieron la inversión en el mismo.

Al examinar las diferentes variables que podrían explicar esta visión crítica, observamos que únicamente los vínculos con el sector y la posición política tenían incidencia. Por una parte, en tanto las personas relacionados con el agro señalaron en mayor medida que las/os productoras/es reinvierten sus ganancias fundamentalmente en el campo (64% frente al 43% de los que no poseen vínculo), las no vinculadas al sector agropecuario pusieron mayor peso en respuestas que se asocian a sentidos más críticos, como muestra la Tabla 3. Nos referimos a tópicos, como esta, que se llevan las ganancias afuera de los territorios (porque la invierten en el sistema financiero o compran propiedades en grandes ciudades o directamente porque no viven en los espacios locales); o que compran autos y camionetas 4x4, símbolo de distinción social en las localidades agrarias ya señalado por otros estudios (Bidaseca y Gras, 2009; Cloquell *et al.*, 2013).

Tabla 3 – En su partido, en las épocas de mayor crecimiento del campo ¿qué hacen los productores con la MAYORÍA de sus ganancias? Según el vínculo con el agro

	Sin vínculo	Con vínculo	Total
La invierten en el campo	43,2	63,7	47,3
La invierten en la localidad	15,1	9,5	13,8
La invierten afuera	11,4	8,4	10,7
No sé, porque los productores casi no viven en el partido	18,1	12,5	17,1
Compran autos o camionetas	12,3	6	11,1
Total	100	100	100

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

Pero la posición política de las/los encuestados es aún más determinante en sus respuestas frente a esta pregunta. Al prestar atención a los posicionamientos de las/os seguidoras/es de las fuerzas políticas, observamos que casi el 70% de quienes se identifican con posiciones de derecha (JxC y LLA), sostuvieron que los productores desarrollan inversiones vinculadas al campo (*reinvierten en su campo o se expanden*). En cambio, sólo el 17 % de los/as seguidores/as de-FdT y

FIT asociaron sus respuestas a esta opción, como se puede verificar en la Tabla 4. En este último grupo, por el contrario, más del 70% de las respuestas estaban vinculadas a que las/os productoras/es no invierten en la localidad o en sus campos, sino que lo hacen por fuera de estos espacios o en vehículos, es decir, que desvinculan el crecimiento del agro del aporte que podría generar en las economías locales asociándose con tópicos críticos sobre el sector que utiliza el discurso nacional-popular y de izquierda en la esfera pública nacional (Liaudat, 2023).

Tabla 4 – ¿Qué hacen los productores con sus ganancias? Según preferencias políticas

	JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno
La invierten en el campo	68,9	17	51,4
La invierten en la localidad	13,2	10,2	14
La invierten afuera	1,9	27,4	6,5
No sé, porque los productores casi no viven en el partido	12,7	23,4	17,2
Compran autos o camionetas	3,3	22	10,8
Total	100	100	100

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

En ese caso, podemos señalar que en los espacios analizados en el estudio persiste la percepción de la importancia de lo rural como marca distintiva de las localidades y en el señalamiento de cuál es, a nivel local, la fuente principal de generación de empleo (a diferencia de lo que ocurre a nivel nacional). Pero también es posible identificar una visión crítica respecto al efecto “derrame” de la producción agropecuaria en las localidades, en tanto la percepción mayoritaria es que existe una desvinculación entre el desarrollo local y el crecimiento de la actividad agropecuaria. Mientras que, en un estudio previo (Albadalejo *et al.*, 2013) se había identificado que existían diferentes valoraciones sobre el aporte del sector agropecuario a nivel local en función del

tipo de inserción productiva en el sector agropecuario, en este estudio, que incorpora la visión del conjunto de la sociedad en los espacios locales y múltiples variables de análisis, podemos afirmar el peso de la vinculación con el sector y principalmente de la posición política en las valoraciones de las/os habitantes de las localidades agrarias al respecto.

Las representaciones sobre los productores agropecuarios

La sociabilidad de las localidades agrarias ha estado históricamente influenciada por la dinámica de relaciones sociales agropecuarias (Ratier, 2004; Albadalejo, 2013). Sin embargo, la expansión de los agronegocios ha provocado profundos cambios en la estructura social agraria, con la aparición de nuevos actores deslocalizados, la desaparición de miles de productores y la reconversión de otros en actividades productivas. Asimismo, la modernización tecnológica del sector y el aburguesamiento de los chacareros (que delegan gran parte de las labores en empresas contratistas) han generado importantes cambios en los modos de vida de los actores agrarios (Balsa, 2006). En este contexto nos preguntamos: ¿Qué imágenes tienen las sociedades locales sobre los productores?

Estudios anteriores han señalado la relevancia de los actores agrarios en la escena social y política local (Albadalejo, 2013). Sin embargo, también se ha constatado la existencia de representaciones negativas de estos actores, tanto a partir del “conflicto del campo” de 2008 como con el surgimiento de denuncias de parte de colectivos socioambientales.

En la encuesta, a través de tres preguntas, intentamos averiguar qué imagen existe en las sociedades locales sobre los productores, prestando atención al peso de los discursos críticos que se han instalado a nivel nacional sobre ellos. La primera pregunta planteaba: *Si tuviera que elegir una de las siguientes opciones para describir a los productores agropecuarios de su zona en relación al trabajo que realizan, ¿qué diría?* Las respuestas estuvieron bastante repartidas. La primera opción elegida fue *Que trabajan tanto como cualquier otra persona* (34%), opción que no se posiciona al respecto, seguida de una representación muy positiva de los actores agrícolas, adhiriéndose a la idea de *Que son los*

trabajadores más sacrificados que conozco (30%), un tópico difundido en reiteradas ocasiones por los voceros del sector en la esfera pública, especialmente por la Federación Agraria (Liaudat, 2018). Finalmente, el tercio restante de los entrevistados se mostró más crítico, argumentando que los productores *trabajan bastante pero no son tan sacrificados como otras personas* (18%) o directamente *que son las personas que menos trabajan porque la mayoría de las tareas las realizan otros* (18%).

La segunda pregunta planteaba: *Si tuviera que describir a los productores en relación a cómo son con las demás personas de su localidad, ¿qué diría?* La respuesta con más adhesión fue *Son tan solidarios y egoístas como cualquier otro* (49%), lo que no les posiciona en ninguna de las posturas contrapuestas que existen al respecto. Y, entre los que sí lo hicieron, las respuestas estuvieron bastante repartidas, ya que un poco más de un tercio dijo que *son bastante o muy solidarios* (31%), mientras que casi el 20% dijo que *son bastante o muy egoístas*. A diferencia de lo que indican otros estudios, la crítica al egoísmo de los productores no tiene mucho peso en los espacios locales analizados. Tal vez, la distancia temporal con el denominado “conflicto del campo” haya diluido ciertas tensiones en los espacios locales, que estudios cercanos a este acontecimiento, como el de Gras y Bidaseca (2010), lo habían identificado.

Si las dos preguntas anteriores nos permitieron registrar una visión dividida de los productores, donde el discurso crítico sobre ellos no es muy fuerte, el análisis de la tercera pregunta nos permite afirmar con mayor contundencia que la percepción sobre los productores agropecuarios en las localidades agrarias es mayoritariamente positiva, lo que desacredita la supuesta hegemonía social de una percepción crítica que los actores agrarios perciben sobre ellos en los territorios (Liaudat, 2023). Específicamente, ante la pregunta *con cuál de estas palabras asocia a la mayoría de los productores agropecuarios*, la mayor parte (48%) eligió por definirlos como *el motor del país*, tema central utilizado por las entidades tradicionales del sector, en especial por la Sociedad Rural Argentina, y retomado por los voceros de los agronegocios (Balsa, 2012), en la disputa con los proyectos políticos que históricamente han buscado posicionar al sector industrial como el eje central del desarrollo nacional. Si a los/as que respondieron de este modo se suman quienes escogieron las otras dos palabras

que remiten a calificativos positivos de los productores, también difundidas por diferentes voceros del sector en la esfera pública, cerca del 65% expresó una opinión favorable sobre los mismos. Nos referimos a calificarlos como *Sacrificadores* de su trabajo, propio del discurso de la Federación Agraria que nuclea a los pequeños productores, y como *Innovadores*, concepto ligado a la discursividad del agronegocio (Liaudat, 2018). Por otra parte, alrededor del 30% de las/os encuestados eligió palabras críticas asociadas al discurso nacional-popular, definiendo a los productores como *oligarquías* (15%) y *quejosos* (15%), y solo un pequeño grupo de encuestados/as optó por definirlos con la palabra *Contaminación* (5%), vinculada a las críticas instaladas en el debate público por colectivos socioambientales.

Al analizar la incidencia de las distintas variables en las opiniones, vemos que el género y la edad no influyen en ninguna de las preguntas y, llamativamente, tampoco hay influencia si consideramos el vínculo con el agro. En cambio, sí incide el nivel educativo, como se demuestra en la Tabla 5. Y cuanto mayor es el nivel de estudios, más críticas son las opiniones, ya que-alrededor del 43% de quienes tienen nivel universitario (completo o incompleto) asocia a los productores con sentidos negativos, mientras que solo lo hace el 23% de los/las encuestados que tienen estudio primario.

Tabla 5 – ¿Con cuál de estas palabras asocia a la MAYORÍA de los productores agropecuarios? Según nivel educativo

		Primario	Secundario	Universitario
Sentidos positivos	Motor del país	58,5	46,3	37,9
	Innovadores	3,5	5,7	5,6
	Sacrificio	13,8	9	13,3
Sentidos negativos	Contaminación	6,7	5,1	4,4
	Oligarquía	5,3	17,9	22,2
	Quejosos	12,1	16,1	16,5
Total		100	100	100

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

No obstante, la variable que más peso tiene, a la hora de influir en los posicionamientos sobre las tres preguntas, es la posición política: más del 50% de los/as seguidores/as de FdT y FIT sostuvo que los productores *son las personas menos trabajadoras* que conocen, mientras que el 5% optó por la respuesta contraria, es decir, que son *las personas más sacrificadas* que conocen (Véase Tabla 6). Asimismo, más del 50% de ellos/as argumentó que son *bastante o muy egoístas* y solo el 8% que *son muy o bastante solidarios* (Véase Tabla 7), y los/as asociaron con las palabras *quejosos* (42%) y *oligarquía* (38%), como se ve en la Tabla 8. En este sentido, si bien los actores agrarios se equivocan al afirmar que la visión negativa sobre ellos es mayoritaria en los territorios, no lo hacen asociando esta visión a una fuerza política en particular (el kirchnerismo), como lo identificamos en nuestro estudio anterior (Liaudat, 2023). En cambio, alrededor del 43% de quienes se identifican con JxC y LLA dijeron que *son los trabajadores más sacrificados que conocen*, mientras que menos del 4% eligió la opción contraria, que son *los que menos trabajan* (Véase Tabla 6). También más del 48% sostuvo que son *bastante o muy solidarios* y alrededor del 4% que *son muy o bastante egoísta*, como se verifica en la Tabla 7, y cerca del 94% asoció a los productores con palabras positivas (Véase Tabla 8).

Tabla 6 – Descripción de los productores en relación a su trabajo. Según preferencia política

	JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno
“Que son los trabajadores más sacrificados que conozco, que trabajan de sol a sol”	42,90%	5,40%	35,10%
“Que trabajan bastante pero no son tan sacrificados como otras personas que conozco”	19,80%	14,90%	17,50%
“Que son las personas que menos trabajan, porque la mayoría de las tareas las realizan otros”	3,70%	51,40%	7,90%
“Que trabajan tanto como cualquier otra persona”	33,60%	28,40%	39,50%
Total	100	100	100

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

Tabla 7 – Si tuviera que elegir una de las siguientes opciones para describir a los productores en relación a cómo son con las demás personas de su localidad, ¿qué diría? Según posición política

		JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno	Total
Solidarios	Son muy solidarios	19,90%	1,90%	14,30%	12,50%
	Son bastante solidarios	28,50%	6,10%	20,20%	18,70%
Solidarios y egoístas como otros	Son tan solidarios y egoístas como cualquier otro	47,10%	41,60%	54,30%	48,90%
Egoístas	Son bastante egoístas	3,60%	31,80%	10,10%	14,10%
	Son muy egoístas	0,90%	18,70%	1,10%	5,80%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

Tabla 8 – ¿Con cuál de estas palabras asocia a la MAYORÍA de los productores agropecuarios? Según preferencia política

		JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno
Sentidos positivos	Motor del país	67,3	5,9	57,5
	Innovadores	12,7	0,9	3,1
	Sacrificio	14,1	6,4	14,7
Sentidos negativos	Contaminación	0,5	6,4	8,1
	Oligarquía	2,7	37,9	9,7
	Quejosos	2,7	42,5	7,9
Total		100	100	100

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

De este modo, identificamos la relación entre las opiniones sobre las/os productoras/es y los posicionamientos políticos de los/as habitantes locales. Es

decir, más allá de que se valoren los vínculos “cara a cara”, y las formas particulares de sociabilidad en los territorios, la ideología juega un papel importante en las percepciones acerca de los productores, particularmente las posiciones políticas en el marco de la denominada “grieta política” que configuraba la escena nacional al momento de realizar la investigación. Nos referimos a la división binaria que estructuró el mapa político argentino entre 2008 y 2022 entre los partidarios del “kirchnerismo”, que promueve una economía basada en el aumento del consumo interno y el desarrollo de una industria sustitutiva de importaciones, y el “macrismo” que ubica al sector agropecuario como motor del crecimiento y al Estado como la causa de todos los males (Lattuada, 2021).

Las consecuencias de la actividad agropecuaria

Teniendo en cuenta las consecuencias económicas, sociales y medioambientales del agronegocio en los espacios circundantes, nos interesaba averiguar cómo perciben los/as habitantes locales los impactos territoriales del modelo agrario dominante y qué efectos de la producción agropecuaria consideran problemáticos para el desarrollo de sus comunidades. En la encuesta, las consecuencias de la actividad agropecuaria las abordamos a través de dos preguntas. La primera era: *¿Cuáles son los principales problemas de su localidad?* Descubrimos que las consecuencias negativas vinculadas directamente con la actividad agropecuaria no se encuentran entre los principales problemas a nivel local, según la percepción de sus habitantes (la opción *fumigaciones cerca de la localidad* ocupó el quinto lugar, con el 7%, y en el penúltimo lugar la *circulación de camiones en épocas de cosecha*, con el 2%), a diferencia de lo que otros estudios han enfocado en pueblos agrícolas de la región pampeana (Cloquell *et al.*, 2011). Sin embargo, es importante considerar que la encuesta incluyó a pobladores de diferentes tipos de localidades agrícolas (de diversos tamaños y características agroecológicas), lo que puede haber llevado a sobredimensionar algunos problemas en detrimento de otros, y diluir el peso de los estrictamente vinculados a la agricultura extensiva, que se viven más directamente en los pueblos y pequeñas ciudades de zonas agrícolas.

Por otra parte, de la lectura de los principales problemas identificados (que no aparecen directamente vinculados al agro), es interesante destacar algunas cuestiones. Como se puede observar en la Tabla 9, hallamos que la principal opción elegida (cerca del 28%) fue la *falta de empleo y de oportunidades profesionales*, en espacios donde los/as propios/as entrevistados/as creen que la fuente de empleos la genera el sector. Entonces, pareciera que el sector no logra satisfacer la cantidad o el tipo de puestos de trabajos que los/as residentes locales consideran necesarios o deseados. Además, si consideramos el segundo problema con mayor número de respuestas, este se vincula con las *dificultades de acceso a la vivienda* (alrededor del 19%), lo cual ha sido señalado por la literatura especializada como un aspecto vinculado al incremento de la demanda de bienes inmuebles como forma de inversión por parte de los actores agropecuarios (Albanesi y Propersi, 2022).

Tabla 9 – ¿Cuáles son los principales problemas de su localidad?

		Frecuencia	Porcentaje	Porcentaje válido
Vinculados a la actividad agropecuaria (9%)	Fumigaciones cerca de la localidad	69	7	7,1
	Circulación de camiones en épocas de cosecha	19	2	2
Vinculados a la actividad industrial (5%)	La contaminación de la industria	47	4,8	4,9
Vinculados al empleo, la salud y la educación (34%)	Falta de empleo y de oportunidades profesionales	270	27,6	28
	Problemas de salud o educación	58	5,9	6
Vinculados a la vivienda, la infraestructura y los servicios (26%)	Problemas con los residuos urbanos y la limpieza de los espacios públicos	34	3,5	3,5
	Falta de transporte público	38	3,9	3,9
	Dificultades para acceder a una vivienda	182	18,6	18,9

Vinculados a cuestiones sociales (26%)	Hechos de inseguridad	96	9,8	10
	Casos de violencia de género	7	0,7	0,7
	Falta de gente que quiera trabajar	114	11,7	11,8
	Llegada de personas de otros lugares	31	3,1	3,2
	Total	965	98,6	100
	Perdidos	14		
Total		979		

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

Por otro lado, ante una pregunta que buscaba directamente captar la perspectiva social sobre uno de los temas más críticos en la esfera pública, la cuestión sobre el impacto medioambiental de la actividad agropecuaria, es relevante señalar que la percepción de las/os encuestadas/os sobre este aspecto, aunque dividida, fue mayormente negativa.⁹ Frente a la pregunta *¿Qué opina de que la producción agropecuaria contamine el agua o el suelo?* La mayoría (casi el 58%) sostuvo que es cierto que genera *mucha* (29%) o *bastante* (29%) *contaminación*. Si bien que un grupo significativo (34%) opinó que *no es tan cierto, contamina poco y no más que otras producciones*, solo un pequeño grupo (8%) aseguró que *no es cierto, no contamina nada o casi nada*. Esto demuestra que, a nivel social, existe una base común de acuerdo sobre el efecto contaminante de la actividad agropecuaria, ya que el porcentaje de la población que desconoce la contaminación es muy bajo.

De este modo, una preocupación de las/os habitantes locales que comenzó a aparecer en estudios sobre pueblos rurales agrícolas durante la primera década del siglo XXI (Cloquell *et al.*, 2010) y que ha sido registrada en algunos estudios recientes sobre percepciones ciudadanas acerca del glifosato en territorios específicos (Cabrini *et al.*, 2018; Lucero, 2021), parece tener hoy un peso significativo en localidades agrícolas de diferente tamaño y orientación

⁹ Para un análisis más profundo de las opiniones de los actores locales sobre el impacto contaminante de la actividad agropecuaria a partir de los datos de la encuesta aquí utilizada, se recomienda López Castro y Liaudat (2024).

productiva. Esto puede vincularse con el hecho de que las denuncias sobre los efectos de los agroquímicos recién ganaron peso en la esfera pública a fines de la primera década del siglo XXI (unos quince años después de la expansión de la soja transgénica) como consecuencia de la combinación de algunos factores: la relevancia que asumieron las disputas sobre el sector a partir del denominado “conflicto del campo” en 2008, la publicación de un informe científico en 2009 que advertía de los posibles efectos del glifosato sobre la salud y el ambiente, y especialmente, las denuncias sobre las fumigaciones con glifosato impulsadas por un conjunto de movimientos sociales y ciudadanos.

No obstante, en este estudio, la opción más elegida por las/os encuestados fue *contamina poco y no más que otras producciones* (34%), un tópico que ha sido utilizado por los portavoces del agronegocio en los últimos años para dar respuesta a los discursos críticos. Este discurso combina la concesión de admitir lo que es imposible ocultar, la existencia de contaminación, al tiempo que relativiza la gravedad de la problemática, comparándola con otras producciones o prácticas domésticas (como el uso de insecticidas en los hogares) que serían iguales o peores en términos de contaminación. Esto nos permite señalar, como aspecto a seguir profundizando, que este discurso, que habíamos identificado en un estudio anterior como fuertemente apropiado por los actores agrarios para justificar su actividad (Liaudat *et al.*, 2020), resulta también relevante entre las personas no vinculadas al sector.

Analizando la incidencia de las distintas variables en las opiniones sobre ambas preguntas vemos que no hay diferencias por género o nivel educativo. Por su parte, parece que el eje de la contaminación tiene más eficacia interpelativa en las nuevas generaciones, ya que observamos que a medida que los grupos etarios aumentan en años, decrece la percepción de que el agro contamina bastante o mucho (los grupos de menos de 30, entre 30 y 66 años y más de 66 años, respondieron en el 64%, 59%, 49%, respectivamente). A su vez, la vinculación con el agro incide en este eje, pero menor de lo esperado en base a los resultados de estudios anteriores sobre los actores agrarios. En estos estudios se ha resaltado su negación o relativización respecto al impacto contaminante de la actividad (Liaudat *et al.*, 2021; Lucero, 2019), en cambio

aquí, tal vez por el anonimato de una técnica como la encuesta, se observa que si bien entre las personas no vinculadas al sector predominaron las opciones que consideran contaminante la producción agropecuaria (casi el 60% de ellas respondió así), entre los actores agrarios la perspectiva está sumamente repartida (casi el 51% sostuvo que contamina mucho o bastante).

Por último, la posición política-ideológica parece ser nuevamente la variable con mayor potencial explicativo. En la pregunta sobre los problemas locales, si bien la *falta de empleo y de oportunidades profesionales* fue señalada por todos como la principal problemática, la opción de las *fumigaciones y dificultad para acceder a la vivienda*, dos respuestas directa e indirectamente vinculadas al sector agropecuario, tuvieron mayor peso para las/os partidarios de FdT/FIT que para las/os partidarios de JxC/LLA (18% frente a 2% en el primer caso y 29% frente a 10% en el segundo, como se ve en la Tabla 10). Pero en la pregunta sobre el impacto contaminante de la actividad agropecuaria, la incidencia de esta variable es aún mayor (Véase Tabla 11). Mientras que casi el 70% de los/as seguidores de JxC/LLA afirmaron que *no contamina nada, casi nada o poco más que otras actividades*, casi el 86% de las/os que se identifican con FdT/FIT aseguraron que *genera mucha o bastante contaminación*.

Tabla 10 – ¿Qué opina de que la producción agropecuaria contamina el agua o el suelo? Según posición política

		JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno	Total
No es cierto (42,1%)	Que no es cierto, no contamina nada o casi nada	11,90%	0,50%	12,40%	8,80%
	Que no es tan cierto, contamina poco y no más que otras producciones	57,60%	14,10%	30,70%	33,30%
Es cierto (57,9%)	Que es cierto, produce bastante contaminación	19,00%	34,10%	30,70%	28,50%
	Que es cierto, genera mucha contaminación	11,40%	51,40%	26,30%	29,40%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fuente: Elaboración propia con base en encuesta.

Tabla 11 – ¿Cuáles son los principales problemas de su localidad? Según posición política

		JxC / LLA	FdT / FIT	Ninguno	Total
Vinculados a la actividad agropecuaria (9,3%)	Fumigaciones cerca de la localidad	1,80%	17,80%	4,10%	7,30%
	Circulación de camiones en épocas de cosecha	0,90%	5,00%	0,80%	2,00%
Vinculados a la actividad industrial (31,8%)	La contaminación de la industria	5,50%	2,70%	4,40%	4,30%
Vinculados al empleo, la salud y la educación (33,6%)	Falta de empleo y de oportunidades profesionales	32,10%	25,10%	26,20%	27,50%
	Problemas de salud o educación	9,20%	3,20%	6,10%	6,10%
Vinculados a la vivienda, la infraestructura y los servicios (26,3%)	Problemas con los residuos urbanos y la limpieza de los espacios públicos	1,80%	5,00%	3,90%	3,60%
	Falta de transporte público	3,70%	2,70%	3,60%	3,40%
	Dificultades para acceder a una vivienda	10,10%	28,80%	19,00%	19,30%
Vinculados a cuestiones sociales (26,7%)	Hechos de inseguridad	13,30%	6,40%	12,10%	10,90%
	Casos de violencia de género	0,50%	0,90%	1,10%	0,90%
	Falta de gente que quiera trabajar	17,90%	0,90%	14,00%	11,50%
	Llegada de personas de otros lugares	3,20%	1,40%	4,70%	3,40%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fuente: Elaboración propia con base en la encuesta.

Se ve que en las percepciones de los/as residentes de las localidades agrarias no se expresan de modo manifiesto los efectos de la actividad agropecuaria en los espacios locales, y que solo a través de preguntas directas se expresan de un modo contundente las consecuencias de la producción sobre el medioambiente

y la salud. Nuevamente, como aspecto novedoso, observamos que las opiniones sobre los efectos de la actividad agropecuaria en las localidades agrarias están asociadas a las posiciones políticas de los/as habitantes.

Reflexiones finales

Como consecuencia de la expansión de un modelo de desarrollo agropecuario concentrador y excluyente, que responde a la lógica de acumulación global del capital e impacta negativamente en el bienestar de la población, las localidades agrarias de la región pampeana argentina han sufrido importantes transformaciones en las últimas décadas. Es por esto que, en el presente estudio, nos propusimos conocer las percepciones de las/os habitantes de estos espacios sobre el agro, sus actores y las consecuencias de su actividad, buscando superar visiones estereotipadas y simplificadas de los territorios agrarios. Este estudio lo realizamos mediante una encuesta *online* que nos ha permitido acercarnos a una amplia variedad de localidades agrarias y a los actores sociales que las componen. Sin embargo, también es importante destacar que se trata de un instrumento que presenta algunas limitaciones para acercarse a las percepciones, que se derivan de la propia técnica y, más aún, por tratarse de una encuesta autoadministrada. En este sentido, consideramos que sería interesante complementar este análisis con otras técnicas, como la entrevista en profundidad, que, por las posibilidades que ofrece al entrevistador/a de explayarse y repreguntar a las personas entrevistadas sobre los temas, nos permitiría identificar con mayor profundidad las representaciones y significados que están en juego para los/as habitantes de estas localidades. Teniendo en cuenta esta necesidad de profundizar en el estudio, compartimos algunas de las conclusiones que podemos extraer a partir de los datos de la investigación.

En términos generales, identificamos que el “campo” sigue teniendo peso en las identidades locales de la región pampeana argentina, que el mundo rural forma parte de las prácticas y componentes culturales, y que estos elementos explican las particularidades de las formas de sociabilidad en estos espacios, que se valoran como positivas y contrastan con los modos de vida de las grandes

ciudades. A su vez, a pesar de la caída de la demanda de empleo en el sector, la mayoría de las/os habitantes de estos lugares considera que el agro es la principal fuente de trabajo en estas zonas. Sin embargo, la riqueza generada por la producción agropecuaria no se percibe como redistribuida en los territorios. Es decir, existe un cierto consenso local sobre la relevancia del “campo” en el tejido económico circundante, pero no parece haberse identificado ninguna relación directa (o “derrame” en términos de los promotores del agronegocio) entre crecimiento del agro y el desarrollo local.

Por otra parte, en lo que respecta a los actores que llevan a cabo la producción agraria, sobre los que circulan discursos controvertidos en la esfera pública, no tienen peso las opiniones más críticas. A pesar de los profundos cambios en la estructura social y en la forma de organizar la producción, priman los sentidos que asocian a los productores con el trabajo y el esfuerzo y les otorgan un lugar central en el desarrollo económico nacional. Esta imagen de los actores agrarios refleja una pérdida de importancia respecto a ciertas perspectivas negativas que surgieron en los territorios en el marco del “conflicto del campo” de 2008, que reactualizan sentidos históricos críticos sobre los actores agrarios, entendiéndolos como “oligarcas” o “egoístas”. Al mismo tiempo, pone en evidencia que la percepción que tienen los actores agrarios pampeanos sobre cómo los ven sus vecinas/os urbanas/os no refleja lo que efectivamente ocurre en los espacios locales. La supuesta hegemonía de un discurso crítico sobre ellos no fue corroborada en este estudio.

Por otra parte, cuando preguntamos por un tema que ha ganado protagonismo en el debate público en los últimos años, los impactos socioambientales de los agronegocios, observamos que existe una importante corriente de opinión que reconoce la contaminación generada por la producción agropecuaria. Esta problemática, que reconfigura la actual cuestión agraria en Argentina y a nivel global, al incorporar nuevas dimensiones, parece ser el eje crítico del modelo agrario dominante que mayor eficacia interpelativa tiene en las comunidades locales. En este sentido, como señalan otros estudios (Lucero, 2019), los/as habitantes de las localidades agrarias parecen encontrarse en una encrucijada entre los aspectos económico-productivos vinculados al

modelo agropecuario (en este caso, asociados a la percepción sobre su capacidad de generación de empleo) y su impacto en la salud y el medioambiente, lo que lleva a muchas personas a reconocer la contaminación, pero relativizar su relevancia en sintonía con la construcción discursiva del agronegocio.

Para concluir, nos gustaría resaltar que las narrativas sobre el agro y su papel en el conjunto de la sociedad no se explican por la edad, el género, o los vínculos con el sector. Si bien, este último aspecto influye en determinados posicionamientos, no es determinante en la configuración de puntos de vista opuestos. En este estudio, encontramos que la posición ideológica es la única variable que influye en las valoraciones sobre el agro. Las tensiones políticas en el marco de la denominada “grieta”, que confrontaba a los seguidores del kirchnerismo, asociados a una postura “proindustria”, con los seguidores de la derecha, asociados a una postura “procampo”, se expresan a nivel local en las diferentes visiones sobre el sector agropecuario, sus actores y su papel económico y social. No obstante, es relevante señalar la existencia de un grupo importante que no se identifica con ninguna fuerza política.

A partir del análisis presentado en este artículo, buscamos contribuir a la discusión sobre modelos de desarrollo posibles y deseables en Argentina. La identificación por parte de las sociedades locales del impacto contaminante de los agronegocios y su escaso efecto redistributivo podría ser una puerta de entrada para promover debates ausentes en la discusión política actual. Nos referimos a cuestiones de gran relevancia social, como la captación local de la riqueza generada por la explotación de un bien colectivo, como la tierra, su incidencia en la posibilidad de desarrollo de las localidades, y el tipo de producción que genera mayor bienestar para la población.

Referencias

- ALBADALEJO, Cristophe. Dinámica de la inserción territorial de la agricultura pampeana y emergencia del agribusiness. In: GRAS, Carla y HERNÁNDEZ, Valeria (Coords.). *El agro como negocio: Producción, Sociedad y Territorios en la Globalización*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013.
- ALBADALEJO, Cristophe; PETRANTONIO, Marcela; ISCARO, Mariano. Transformaciones en los territorios rurales a partir del avance de la racionalidad productiva del agronegocio. Los pueblos del sudeste bonaerense en el marco de un nuevo contexto productivo sectorial. In: *JORNADAS INTERDISCIPLINARIAS DE ESTUDIOS AGRARIOS Y AGROINDUSTRIALES*, oct 2013, Buenos Aires, Argentina.
- ALBANESI, Roxana. Mundo del trabajo agrario, heterogeneidad. *Diccionario del Agro Iberoamericano*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022.
- ALBANESI, Roxana; PROPERSI, Patricia. Localidades agrarias. (Región Centro, Argentina, 1990-2020). In: MUZLERA, José; SALOMÓN, Alejandra (Eds.). *Diccionario del Agro Iberoamericano*. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2022.
- ALBANESI, Roxana; NOGUEIRA, María Elena; PROPERSI, Patricia. La gestión territorial de las localidades urbano-rurales en el sur santafesino. In: GASSELIN, Pierre; CLOQUELL, Silvia; MOSCIARO, Mirna (Comps.). *Adaptación y transformaciones de las agriculturas pampeanas a inicios del siglo XXI*. Buenos Aires: Ciccus, 2013, p. 71-90.
- ANLLÓ, Guillermo; BISANG, Roberto; CAMPI, Mercedes. *Claves para repensar el agro argentino*. Buenos Aires: Eudeba, 2013.
- BALSA, Javier. Formaciones discursivas y disputas por la hegemonía en torno a los modelos de desarrollo agrario. In: BALSA, Javier; LÁZARO, Silvia (Coords.). *Agro y política en Argentina*. Buenos Aires: CICCUS, 2012, p. 35-117.
- BALSA, Javier. *El desvanecimiento del mundo chacarero. Transformaciones sociales en la agricultura bonaerense: 1937-1988*. Bernal: UNQ, 2006.
- BENITEZ, Marcela. *La Argentina que desaparece, desintegración de comunidades rurales y poblados en vías de desaparición*. Tesis (Doctorado) - Universidad de Belgrano, Buenos Aires, 1998.
- BIDASECA, Karina; GRAS, Carla. Los gringos y el resto. Fronteras culturales en los procesos de diferenciación social. In: GRAS, Carla; BIDASECA, Karina. (Dir.). *El mundo chacarero en tiempos de cambio. Herencia, territorio e identidad en pueblos sojeros*. Buenos Aires: CICCUS, 2010.
- BERGER, Mauricio; ORTEGA, Francisco. Poblaciones expuestas a agrotóxicos: autoorganización ciudadana en la defensa de la vida y la salud. *Physis: Revista de Salud Colectiva*, Córdoba, v. 20, n. 1, p. 119-143, 2010.
- CABRINI, Silvina *et al.* Percepción sobre el impacto ambiental de la producción agropecuaria de la región pampeana argentina. In: SUAREZ, Francisco; RUGGERIO, Carlos (Comps.). *Los conflictos ambientales en América Latina I: Casos y Reflexiones*. Los Polvorines: UNGS, 2018.
- CLOQUELL, Silvia *et al.* (Coord.). *Pueblos Rurales. Territorio, sociedad y ambiente en la nueva agricultura*. Buenos Aires: CICCUS, 2013.
- CLOQUELL, Silvia *et al.* Las localidades del sur santafesino. Factores favorables y desfavorables de la imbricación urbano-rural. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios* n. 35, 2º semestre, 2011.
- GIARRACA, Norma; LEVY, Bettina. *Ruralidades latinoamericanas: identidades y luchas sociales*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004.
- GRAS, Carla; BIDASECA, Karina. Ruralidades en debate: mutaciones territoriales e identidades en el corredor sojero santafesino. In: GRAS, Carla; BIDASECA, Karina.

- (Dirs.). *El mundo chacarero en tiempos de cambio. Herencia, territorio e identidad en los pueblos sojeros*. Buenos Aires: CICCUS, 2010.
- GRAS, Carla; MANILDO, Luciana. Los pueblos hoy: estructuras sociales, empleo y condiciones de vida. In: GRAS, Carla; BIDASECA, Karina (Dirs.). *El mundo chacarero en tiempos de cambio. Herencia, territorio e identidad en los pueblos sojeros*. Buenos Aires: CICCUS, 2010.
- GRAS, Carla; HERNANDEZ, Valeria. El modelo agribusiness y sus traducciones territoriales. In: GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria (Coords.) *El agro como negocio: Producción, Sociedad y Territorios en la Globalización*. Buenos aires: Biblos, 2013.
- LATTUADA, Mario. *La política agraria en tiempos de la grieta. Argentina (2003-2019)*. Ciudad de Buenos Aires: Teseo – Universidad Abierta Interamericana, 2021.
- LIAUDAT, Dolores. *Hegemonía, discursos e identificaciones en el agro pampeano. Análisis de los agronegocios y su eficacia interpelativa en los actores agropecuarios*. Tesis (Doctorado) – Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, 2018.
- LIAUDAT, Dolores. Nosotros y los Otros. Identificaciones colectivas y construcción de la alteridad en los actores del agro pampeano (Argentina). *Revista Nera*, v. 23, n. 53, 2020.
- LIAUDAT, Dolores; LÓPEZ CASTRO, Natalia; MORENO, Manuela. Agroquímicos, discursos y actores agropecuarios en la pampa argentina. Un estudio a través de grupos focales en Junín (Buenos Aires). *La Rivada*, n. 17, 2021. p. 1-30.
- LIAUDAT, Dolores. “Se dice de mí...” Las tensiones entre el “campo” y el resto de la sociedad en los discursos de los actores agropecuarios pampeanos (2013-2020). *Revista Pampa*, n. 27, en prensa, 2023.
- LIAUDAT, Dolores; LÓPEZ CASTRO, Natalia; MORENO, Manuela. Imaginarios de la sociedad argentina sobre el agro y su lugar en el desarrollo nacional. *Revista Temas y Debates*, n. 47, 2024. p. 119-150.
- LÓPEZ CASTRO, Natalia; LIAUDAT, Dolores. Producción agropecuaria y ambiente. La perspectiva de las agrociudades de la provincia de Buenos Aires (Argentina). *Revista de Ciencias Sociales*; v. 37, 2024. p. 1-27.
- LUCERO, Paula. *Fumigado o no fumigado, todos los días me voy al campo. Etnografía sobre los sentidos nativos del riesgo de enfermar por agrotóxicos en Morse, provincia de Buenos Aires*. Tesis (Maestría en Antropología Social) – IDAES-UNSAM, San Martín, Provincia. de Buenos Aires, 2019.
- LUCERO, Paula; FRASCO ZUKER, Laura. Desigualdad territorial y agronegocio. Estrategias de reproducción social en el agro argentino (Junín e Iguazú, Argentina). *Estudios rurales*, v. 11, n. 21, 2021.
- MACKEPRANG, Horacio. *Fideicomisos agropecuarios. Una alternativa para financiar al sector*. Tesis (Maestría en Agronegocios y Alimentos) – FAUBA, Universidad de Buenos Aires, 2002.
- MORENO, Manuela. *Las relaciones sociales en el agro pampeano. Tipos de vínculos y sujetos sociales en la producción agropecuaria actual*. Editorial UNQ, 2022.
- MUZLERA, José. Agronegocios, distribución y bienestar. Balcarce Provincia de Buenos Aires, Argentina. *Revista de Ciencias Sociales*, v. 35, n. 51, 2019.
- NEIMAN, Guillermo; BARDOMÁS, Silvia; QUARANTA, Germán. El trabajo en el agro pampeano. Análisis de la demanda de trabajadores asalariados. *Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios*, n. 19, p. 41-72, 2003.
- PUCCIARELLI, Alfredo. Estructura agraria de la pampa bonaerense. Los tipos de explotaciones predominantes en la provincia de Buenos Aires”. In: BARSKY, Osvaldo; PUCCIARELLI, Alfredo (Eds.). *El agro pampeano. El fin de un período*. Buenos Aires: FLACSO-UBA, 1997.

- RATIER, Hugo. Estrategias regresivas en la pampa globalizada y las fronteras entre lo rural y lo urbano. *RUNA, Archivo Para las Ciencias del Hombre*, v. 24, n. 1, p. 233-255, 2003. Disponible en: <https://doi.org/10.34096/runa.v24i1.1271>. Acceso en: 20 oct. 2023.
- RATIER, Hugo. *Poblados bonaerenses: vida y milagros*. Buenos Aires: La Colmena, 2004.
- SWYNGEDOUW, Erik. Neither Global nor Local. "Glocalization" and the politics of scale. In: COX, Kevin (Ed.) *Spaces of globalization. Reasserting the power of the local*. New York: Guilford Press, 1997. p. 137-166.
- SILI, Marcelo. *Los Espacios de la Crisis Rural. Geografía de una pampa olvidada*. Bahía Blanca: Editorial UNS, 2005.

Como citar

LIAUDAT, María Dolores; MORENO, Manuela. Agronegocios, actores y territorio: la perspectiva de la población de localidades agrarias de la provincia de Buenos Aires (Argentina, 2022). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432204, 3.dez.2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

**Agronegócio, infraestrutura logística
e dinâmicas fundiárias na Amazônia**

Organizadores

Valdemar João Wesz Junior

(Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu)

Juanita Cuéllar Benavides

(Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu)

Karina Kato

(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro)

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia¹

Agribusiness, logistics infrastructure and land dynamics in the Amazon

 **Valdemar João Wesz Junior**²

 **Juanita Cuéllar Benavides**³

 **Karina Yoshie Martins Kato**⁴

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st01

Resumo: A recente valorização das *commodities* agrícolas e minerais, tanto na sua dimensão produtiva quanto financeira, é uma poderosa força transformadora das economias, especialmente dos países em desenvolvimento. Com enorme potencial transformador essa dinâmica tem alterado a distribuição espacial das atividades extrativas no território. A Amazônia tem sido um dos principais palcos dessas

¹ A seção temática teve o apoio dos seguintes projetos: Faperj E-26/201.409/2022, intitulado A mercantilização da terra e a (re)produção de desigualdades no rural contemporâneo e CNPq 314676/2021-0, intitulado A terra como um ativo: despossessão, investimentos privados e a (re)produção de desigualdades, bem como de Editais de Apoio ao Pesquisador da Unila (n. 77/2022/PRPPG e n. 121/2023/PRPPG).

² Professor da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila) no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA) e nos Programas de Pós-Graduação de Economia (PPGE) e de Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) e pesquisador do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gemap/UFRRJ). E-mail: valdemar.junior@unila.edu.br.

³ Professora do curso de Ciência Política e Sociologia e do mestrado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Latino-Americana (Unila) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gemap/UFRRJ). E-mail: juani24@gmail.com.

⁴ Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ) e pesquisadora do Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Gemap/UFRRJ). E-mail: anirakato@yahoo.com.

mudanças. Nesta apresentação procuramos avançar na análise das dinâmicas contemporâneas que se estabelecem entre os corredores de infraestrutura, os mercados fundiários e as dinâmicas de expansão da fronteira agropecuária. Na primeira seção, discutimos, de uma perspectiva teórica, os corredores de infraestrutura, as fronteiras extrativas e os mercados fundiários. Em seguida, abordamos as principais dinâmicas recentes que afetam a Amazônia Sul-Americana. E, por fim, apresentamos de forma resumida os oito artigos. Nosso objetivo inicial era avançar no desenho de um panorama amplo da Amazônia Sul-Americana, mas isso não foi possível, dado que todos os artigos recebidos versavam sobre a Amazônia brasileira. Esse fato pode ser decorrente de falhas na divulgação ou em virtude do reflexo dessa temática não ter ganho, ainda, centralidade nas reflexões dos países vizinhos. De nossa perspectiva, isso nos evidencia que a ampliação desse diálogo não é apenas necessária, mas urgente, abrindo uma nova agenda de pesquisa.

Palavras-chave: corredores de infraestrutura; mercados fundiários; fronteira extrativa; agronegócio.

Abstract: The recent rise in agricultural and mineral commodities, both in their productive and financial dimensions, is a powerful transformative force for economies, especially in developing countries. With enormous transformative potential, this dynamic has altered the spatial distribution of extractive activities across the territory. The Amazon has been one of the main stages for these changes. In this presentation, we aim to advance the analysis of contemporary dynamics established between infrastructure corridors, land markets, and the dynamics of agricultural frontier expansion. In the first section, we discuss infrastructure corridors, extractive frontiers, and land markets from a theoretical perspective. Next, we will discuss the main recent dynamics affecting South American Amazonia. Finally, we provide a brief overview of the eight articles. Our initial goal was to advance a broad panorama of South American Amazonia, but this was not possible since all the submitted articles focused on the Brazilian Amazon. This may be due to shortcomings in dissemination or reflect the fact that this theme has not yet gained centrality in the reflections of neighboring countries. From our perspective, this highlights that expanding this dialogue is not only necessary but urgent, opening up a new research agenda.

Keywords: infrastructure corridors; land market; extractive frontier; agribusiness.

Introdução

O século XXI foi marcado por profundas transformações na produção, no comércio e na corrida pela apropriação de terra e de recursos naturais (Harvey, 2003; Sassen, 2013). A recente valorização das *commodities* agrícolas e minerais, tanto na sua dimensão produtiva quanto financeira, é considerada uma poderosa força transformadora das economias, especialmente dos países em desenvolvimento, acentuando processos de reprimarização e/ou desindustrialização. Além disso, tem potencial para afetar a configuração territorial, gerando concentração espacial, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental (Borras Jr. *et al.*, 2012; Clapp, 2014; Oliveira; Hecht, 2016; Clapp; Isakson, 2018; Gras; Hernández, 2019).

Análises recentes apontam que o comércio global de *commodities* continuará exercendo uma influência significativa no futuro próximo, condicionando a segurança alimentar e as economias de vários países. Nesse cenário, as Américas emergem como uma das principais regiões produtoras de *commodities*, respondendo por uma parte substancial da produção global de soja (90%) e de proteína animal (41%). O Brasil ocupa uma posição de destaque nessas transações, sendo responsável por 22,8% das exportações líquidas globais (Flexor *et al.*, 2022; Elverdin; Piñero, 2019).

Esse período de intensas transformações é caracterizado pelo crescente peso da economia chinesa no sistema internacional, impactando significativamente as relações comerciais latino-americanas. A China já é hoje um dos destinos indispensáveis das *commodities* produzidas no continente. Entre 2000 e 2020, tornou-se o destino mais importante das exportações brasileiras, com um aumento extraordinário de 6.048%. Essa trajetória recente resultou em uma alteração radical no padrão comercial brasileiro, com uma transição de uma pauta diversificada, que incluía produtos sofisticados como aviões, máquinas e automóveis, para uma predominância de produtos primários, como soja, minério de ferro e petróleo, em 2020. Os principais produtos exportados para a China pelo Brasil em 2020 incluíram soja, minério de ferro, óleos brutos de petróleo, celulose, e carnes bovina, suína e de aves, todos intensivos em recursos naturais (Wesz Jr. *et al.*, 2023).

Essa dinâmica está transformando a distribuição espacial das atividades extrativas no território, reforçando corredores exportadores e ampliando as fronteiras extrativas, o que, por sua vez, intensifica o acesso desigual à terra (Garcia-Arias *et al.*, 2021). A crescente demanda dos mercados internacionais por *commodities* agrícolas tem gerado mais pressão pela intensificação e uma crescente concentração das propriedades e da produção nas áreas já consolidadas. Além disso, a expansão acelerada da fronteira agrícola tem frequentemente resultado em desmatamento e a expropriação de povos e comunidades tradicionais. Por último, vem impulsionando a abertura de novas e mais baratas rotas de escoamento das *commodities*. Esses movimentos são acompanhados por uma intensa pressão para a alteração de marcos regulatórios dos recursos naturais do país, bem como pela implementação de políticas públicas que favorecem investimentos privados.

A Amazônia tem sido um dos principais palcos dessas mudanças, com a expansão do agronegócio – especialmente a pecuária, o cultivo de grãos e a palma africana (dendê) – e os investimentos logísticos – sobretudo hidrovias, rodovias, ferrovias e portos. Esses investimentos afetam diretamente a apropriação, o uso e o mercado de terras nessas áreas, com impactos no desmatamento e nas emissões de gases de efeito estufa (Wesz Jr. *et al.*, 2021; Rodrigues; Nahum, 2023).

Diante desse cenário, esta Sessão Temática busca iluminar os processos sociais, econômicos e político-institucionais que impulsionaram a expansão do agronegócio e a construção de estruturas logísticas na Amazônia, aprofundando as interfaces e os efeitos sobre a dinâmica fundiária. Essa escolha temática é justificada pelo fato de que a Amazônia, além de estar no centro de discussões globais significativas, tem se transformado rapidamente, nos tempos recentes, demandando novas reflexões e enquadramentos.

No Brasil, entre 2000 e 2022, de acordo com o Mapbiomas (2024), a Amazônia foi a região com maior expansão das atividades agropecuárias, com um aumento de 871,5% na superfície cultivada, enquanto a média de crescimento em outros biomas foi de apenas 63,6%. No âmbito logístico, o Arco Norte, que abrange diversas obras de infraestrutura, incluindo hidrelétricas, hidrovias, rodovias, ferrovias e portos na Amazônia brasileira, tem se

consolidado como a principal estratégia estatal e privada nos últimos anos para o escoamento de matérias-primas (Sauer; Pietrafesa, 2013; Sauer, 2018; Lima *et al.*, 2019; Leão *et al.*, 2021; Rodrigues; Nahum, 2023). Segundo a Conab (2024), o Arco Norte, que tinha uma participação modesta nas exportações de soja e milho no início dos anos 2000, já representa quase um terço dessas exportações em 2023.

No que diz respeito à dinâmica fundiária, a Amazônia Sul-Americana constitui um mosaico complexo de usos e formas de posse da terra, concentrando uma vasta extensão de terras públicas (algumas sem destinação), como áreas de proteção e territórios de indígenas e povos e comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, dados dos sistemas de monitoramento no Brasil indicam que a maior parte do desmatamento corrente ocorre nos biomas da Amazônia e do Cerrado, em áreas onde a agricultura em larga escala (soja, cana-de-açúcar e milho) e os rebanhos bovinos têm crescido mais rapidamente (Mapbiomas, 2024). Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe, 2022), com base em imagens de satélite, o desmatamento na Amazônia em 2021 foi o mais alto desde 2006, superando 13 mil km², sendo que os estados que mais contribuíram para esse desmatamento foram Pará, Amazonas, Mato Grosso e Rondônia. Uma tendência semelhante é observada em outros países da região: entre 2001 e 2019, estima-se que 13,96 milhões de hectares foram desmatados na Bolívia, Peru, Colômbia e Equador, sendo 71,4% em estados da Região Amazônica, ao mesmo tempo que se verifica um aumento da exploração de petróleo, minério e palma (Betancourt-Santiago; Rubiños-Cea, 2021).

Porém, a análise dessa tríade – expansão do agronegócio, investimentos logísticos e dinâmicas fundiárias – carece de aprofundamento na literatura existente. Apesar de alguns estudos investigarem os impactos sociais e ambientais decorrentes da expansão da fronteira agrícola, é essencial uma análise atenta sobre as dinâmicas, os instrumentos, os interesses e os atores que promovem o avanço da agropecuária e a infraestrutura para seu escoamento na Amazônia, problematizando especialmente seus efeitos sobre a terra, os mercados fundiários e a desigualdade fundiária.

Corredores de infraestrutura, fronteiras extrativas e mercados fundiários

A partir da década de 1990, a América Latina viu uma crescente valorização da ideia de corredores de infraestrutura, em um contexto em que as economias da região enfrentavam um processo de desregulamentação e abertura, impulsionado pela adoção de políticas neoliberais. No Brasil, observou-se um período de acelerada integração da economia nacional aos mercados globais e de desestatização, marcado pela implementação do Programa Brasil em Ação (1996-1999), cujo objetivo era abordar problemas estruturais e sociais do país por meio da ampliação de parcerias com a iniciativa privada (Brasil, 1998). O programa previa a criação de Eixos de Integração e Desenvolvimento, que se inspiravam nas antigas estratégias de planejamento de infraestrutura implementadas por governos militares com o intuito de fomentar investimentos logísticos para aumentar os fluxos entre regiões produtoras e mercados, bem como garantir a segurança nacional. O foco do período neoliberal, contudo, carregava na tinta da integração com o mercado global e no fortalecimento de vocações e potencialidades regionais. Essa abordagem foi incorporada no Plano Plurianual subsequente, conhecido como “Avança Brasil” (2000-2004), que refletia um alinhamento da lógica governamental com as ideias neoliberais de integração espacial, competitividade, vantagens comparativas e ganhos de eficiência. Eixos prioritários incluíam a conexão com o Atlântico (por meio das hidrovias do Madeira e Amazonas) e o eixo Araguaia (que contempla a Ferrovia Norte-Sul e a Ferrovia Carajás), ambos visando diversificar as rotas de escoamento da produção agropecuária e mineral do país.

Sob a liderança do Brasil, a infraestrutura também emergiu como prioridade regional, culminando com o lançamento do Plano de Ação para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana (Iirsa) no ano 2000, durante a Primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul. Este plano identificou 12 eixos de integração e desenvolvimento, incluindo o Eixo Mercosul-Chile (São Paulo-Montevideu-Buenos Aires-Santiago), o Eixo Andino (Caracas-Bogotá-Quito-Lima-La Paz) e outros que visavam à conexão entre os diversos países da região e os mercados globais. A Iirsa não se limitou à integração física dos países por meio de infraestrutura; propunha também a harmonização de marcos institucionais,

normativos e regulatórios em uma ampla articulação regional. Entre 2003 e 2004, somava um portfólio de 335 iniciativas, totalizando investimentos de US\$ 37.425 milhões. Em 2009, passou para a União das Nações Sul-Americanas (Unasul).

O ano de 2003 marcou o início de um extraordinário aquecimento dos mercados internacionais de *commodities*, resultado do aumento da demanda por esses produtos para diversos fins, como alimentares, energéticos, ambientais e financeiros (este último especialmente após 2008). Esse fenômeno ficou conhecido como o Consenso das *Commodities* (Svampa, 2013; Colque, 2017). Governos da América Latina apostaram na expansão da exploração e exportação de *commodities* agrícolas e minerais, o que rebateu na acentuação do processo de reprimarização de suas pautas exportadoras e economias (Delgado; Leite, 2023; Flexor *et al.*, 2022). O fomento às atividades extrativas (classificadas pela literatura crítica como neoextrativismo) e os investimentos em infraestrutura e corredores de exportação mantiveram-se, agora com um forte protagonismo do Estado (Svampa, 2013; Sauer; Borras Jr., 2016). Coube ao Estado um papel crucial na atração e viabilização desses investimentos extrativos, por meio da reforma e flexibilização dos marcos regulatórios (funditários e ambientais), pela implementação de infraestruturas de escoamento e pelo apaziguamento de contestações (Enns; Bersaglio, 2020; Garcia-Arias *et al.*, 2021; Smalley, 2017; Nogales, 2014). Em uma lógica desenvolvimentista, seus defensores argumentam que essas estruturas contribuem para ganhos de produtividade, aumento da competitividade, atração de capitais, dinamização das atividades econômicas e combate à pobreza rural (Svampa, 2013; Nogales, 2014; Hope; Cox, 2015).

Durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi implementado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo objetivo era retomar o planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura, tanto logísticas quanto energéticas, por parte do Estado. Embora o PAC promovesse parcerias público-privadas, as empresas estatais, como a Valec, e os bancos públicos, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, desempenhavam papel central. Seu objetivo era a interconexão dos setores de *commodities* agrícolas e minerais com mercados globais (Werner, 2020).

Nos tempos recentes, após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, observamos a passagem para governos mais autoritários, reposicionando os projetos extrativistas e os projetos de infraestrutura na agenda política, cada vez mais impulsionados pela flexibilização de marcos regulatórios ambientais/fundiários. O fim da Unasul em 2019 marcou o abandono da estratégia supranacional de investimentos em uma infraestrutura e de articulação regional (Virga; Neves, 2023). Virga e Neves (2023) apontam que as infraestruturas deixaram de ser pensadas de forma articulada e foram submetidas a uma maior influência de interesses internacionais e extrarregionais, com destaque para a China. Um exemplo é o porto de Chancay, no Peru (Cosco Shipping Ports).

A construção de infraestruturas logísticas que conectam os territórios de extração de recursos naturais aos mercados internacionais não é novidade do período recente, suas origens remontam ao período colonial (Enns; Bersaglio, 2020). Ao longo da história, o estabelecimento de rotas logísticas entre áreas de extração e mercados consumidores tem sido comum. Essas estruturas impulsionaram a extração de recursos atendendo à demanda das metrópoles e dos centros capitalistas emergentes, ao mesmo tempo que facilitaram a exploração, o extermínio e a escravização das sociedades indígenas americanas. No século XVI, a chegada dos espanhóis na América e a descoberta de metais preciosos coincidiram com a criação da Carrera de Índias, um eficiente sistema de transporte que cruzava os oceanos Atlântico e Pacífico. De Potosí, os metais eram transportados por lhamas e mulas até o Porto de Arica, de onde seguiam em caravelas ou galeões até Sevilha (Deveza, 2006).

No Brasil, após a extração do pau-brasil pelos portugueses, a implantação dos engenhos de açúcar e das plantações de cana no Nordeste exigiu a criação de rotas de fornecimento de pessoas escravizadas da África e a formação de um complexo sistema de carros de bois, baguês, redes, barcos e caravelas para transportar o açúcar até Portugal. Essas rotas, ao serem traçadas, abriam novos espaços de exploração, processo que ficou conhecido como acumulação primitiva.

A literatura evidencia que a construção (e destruição) de infraestruturas que ampliam e aceleram o fluxo de capitais e mercadorias entre países centrais e periféricos é intrínseca ao capitalismo (Marx; Engels, 1998; McMichael, 2009).

Dorre (2015) nos lembra, à luz de Harvey, que refletir sobre o capitalismo e seu processo de acumulação implica considerar tanto a sua capacidade de produção quanto de destruição do espaço. Em um contexto de crises endêmicas, de sobreacumulação, a renovação dos processos de acumulação de capital requer ajustes espaçotemporais permanentes, que envolvem investimentos em novas áreas geográficas, abertura de novos mercados e novas capacidades produtivas. A acumulação de capital no centro necessita da constante incorporação de áreas externas (menos desenvolvidas), processo que Dorre (2022) designa como *landnahme*, ou regimes de expropriação.

As estruturas de transporte e comunicação envolvem investimentos em transporte, comunicação, energia e indústrias, além de medidas regulatórias específicas, como concessões, subsídios e flexibilizações de normas e marcos regulatórios, voltadas para a conexão entre zonas produtores ou extrativas e mercados consumidores. Nessa direção, os corredores de exportação facilitam a movimentação rápida de bens e mercadorias, “anulando o espaço pelo tempo”, e conectando áreas de extração a mercados globais (Harvey, 2005). Tais estruturas mostram-se intrinsecamente relacionadas à formação de cadeias globais e ao reforço da divisão social do trabalho. Nos territórios, elas aceleram a exploração e o escoamento de recursos naturais, além de desempenharem um papel central na movimentação da fronteira extrativa, podendo gerar novas rodadas de expropriações e violência (Svampa, 2019).

Ao serem postas em operação, entretanto, as novas estruturas logísticas logo criam novas contradições. Sua instalação gera fluxos de capitais e mercadorias, culminando em uma especialização do território que futuramente pode tornar-se barreiras para rodadas futuras de acumulação de capital. Estão sujeitas, portanto, à destruição futuras visando à renovação do próprio processo de acumulação, em um eterno refazer do espaço (Harvey, 2005). Adicionalmente, ao especializarem os territórios em determinadas atividades, elas anulam ou inviabilizam outros caminhos de desenvolvimento.

Mais do que meros dispositivos técnicos, as infraestruturas logísticas envolvem uma rede complexa de atores, tanto públicos quanto privados, o que chama a atenção para a sua dimensão política (Levien, 2014). Estão, portanto,

sujeitas a contradições e conflitos de interesse. As “fricções” com os atores locais onde essas estruturas são implantadas – incluindo diferentes formas de resistência e estratégias de incorporação, bem como as disputas de poder entre os capitais que controlam ou utilizam essas infraestruturas (principalmente entre empresas, bancos e investidores), não podem ser desconsideradas. A delicada relação entre empresas e o Estado também influencia diretamente a forma como são moldadas e operacionalizadas. Portanto, para entender plenamente o papel dessas infraestruturas a partir dos territórios, é essencial estudar como elas são instaladas e geridas, quem se beneficia delas e quais grupos são afetados por sua implementação. É igualmente importante analisar as contradições, incluindo aquelas que se manifestam entre diferentes grupos das elites locais ou na competição por distintas rotas logísticas. Essa abordagem será explorada em diversos artigos desta edição especial.

Sua governança complexa tem no Estado um papel crucial. É ele que viabiliza essas estruturas, por meio de investimentos públicos, contratação de empréstimos, flexibilização de legislações nacionais, realização de concessões e, sobretudo, na criação de uma narrativa legitimadora que promove a aceitação local dessas iniciativas (Levien, 2014). As multinacionais e corporações do setor extrativo são os principais apoiadores desses corredores, atuando como investidoras ou estabelecendo parcerias com o setor público. Pequenos empresários e produtores tendem a apoiá-las motivados pela expectativa de desenvolvimento regional.

Paralelamente, países doadores, organismos internacionais e atores financeiros têm crescentemente priorizado os investimentos em infraestrutura em suas agendas, como demonstrado pelo Banco Mundial e pelo Banco Africano (Enns; Bersaglio, 2020). Dada a sua complexidade, que exige altos investimentos iniciais e apresenta longo prazo de maturação, esses projetos frequentemente necessitam de grandes transações de financiamento e empréstimos de longo prazo. Em geral, as vozes mais críticas vêm de comunidades e grupos locais, ambientalistas, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e comunidades tradicionais e indígenas, que denunciam os potenciais impactos negativos, tanto diretos quanto indiretos, dessas infraestruturas.

Em países em desenvolvimento, os corredores logísticos estão intimamente ligados à expansão da fronteira extrativa e à formação do mercado global de terras, que promovem o reposicionamento dos territórios no globo, transferindo o controle e/ou a propriedade de terras para atores normalmente “ausentes” do território, como corporações, bancos e investidores institucionais (Sassen, 2013, 2016; Clapp, 2014; Flexor; Leite, 2017). Nessa perspectiva, os corredores econômicos conferem materialidade (estruturas e instituições) às interconexões entre a terra, os recursos naturais e os circuitos globais, o que confere a eles um imenso potencial para transformar a paisagem e as dinâmicas territoriais. Uma vez implantadas, funcionam como alavancas para novos investimentos e para a valorização da terra, desconectando o território dos mercados locais e das demandas regionais (Sassen, 2016).

Adicionalmente, o avanço da fronteira, que frequentemente substitui formas mais tradicionais de agricultura e de relação com a natureza, muitas vezes vem acompanhado de expropriações violentas e desmatamento, como discutimos na próxima seção. Sua instalação pode ter desdobramentos importantes na estrutura fundiária, acentuando as desigualdades fundiárias. A presença dessas estruturas amplia a renda da terra e favorece a conformação e o aquecimento dos mercados de terra locais. Isso pode se dar antes mesmo da instalação dessas estruturas, impulsionado pela mera especulação em torno da construção, conforme alertado por Rangel (1986). A valorização e as expectativas de lucro atuam como pressões sobre pequenos produtores e comunidades (indígenas, tradicionais, entre outros), incentivando-os a vender ou arrendar suas terras para empresas interessadas na exploração ou para agentes imobiliários que visam à especulação (Sassen, 2013; Borrás *et al.*, 2012; Edelman, 2015).

Recentemente, as discussões sobre infraestrutura vêm incorporando as temáticas ambientais e as metas de descarbonização, ressaltando o papel das ferrovias, hidrovias, agrocombustíveis e pressionando pela regulamentação do mercado de carbono. Não é à toa que, em 2024, a descarbonização do setor de transportes passou a ser uma das três prioridades do Brasil, durante a presidência do G20, na agenda de transição energética. Atualmente, na

Amazônia brasileira, a Brasil Biofuels avança na produção de biodiesel para abastecer termoeletricas e constrói uma refinaria para a produção de agrocombustíveis para aviação (SAF e HVO), devendo chegar a 100 mil hectares com dendê em Rondônia e Pará. Ao mesmo tempo, tem enfrentado muitos conflitos fundiários com comunidades indígenas e quilombolas e acusações de grilagem. Isso nos leva a refletir se não estaríamos diante de novos casos de *green grabbing* (apropriação verde), inaugurando uma nova rodada de acumulação por despossessão em um contexto de consenso da descarbonização, tal qual colocado por Bringel e Svampa (2023).

Nesta seção temática, buscaremos avançar na análise dessas dinâmicas contemporâneas que se estabelecem entre os corredores de infraestrutura, os mercados fundiários e as dinâmicas contemporâneas de expansão da fronteira agropecuária. Embora não seja nosso foco aqui, é inevitável apontarmos o papel ampliado das infraestruturas, que não se resume somente ao escoamento da produção e aos recursos naturais dos territórios, mas constitui sobretudo elemento central da ampliação da qualidade de vida, de acessibilidade e da mobilidade, bem como de garantia de direitos essenciais das populações que vivem na Amazônia (Enns; Bersaglio, 2020). Isso requer, obviamente, a subversão da lógica que rege os corredores de exportação hoje, centrados no escoamento de recursos naturais, e na inclusão das demandas dos grupos amazônicos no planejamento, na implementação e na operacionalização dessas estruturas.

A partir dessas interfaces entre estrutura logística, expansão agropecuária e dinâmica fundiária, o próximo item foca no avanço do agronegócio na Amazônia Sul-Americana, destacando o processo de territorialização de certas atividades, especialmente a pecuária, o cultivo de grãos e a palma, e as problemáticas decorrentes dessa dinâmica.

Expansão da fronteira agropecuária no bioma amazônico

A expansão do agronegócio em áreas de fronteira é um tema muito presente nos estudos agrários. Para os representantes do setor se trata do avanço da atividade agrícola e pecuária sobre terras “vazias”, onde os “pioneiros” fizeram

a ponte entre o mundo selvagem e a civilização, levando ao progresso. É preciso ponderar, contudo, que, como bem argumenta Bernardes (2005), essas áreas dificilmente são vazias. São áreas em que se estabelecem outros grupos sociais, como indígenas, posseiros, garimpeiros, seringueiros, quilombolas, entre outros. Nesse sentido, como pontua Martins (1996), o avanço da fronteira se caracteriza pela nova racionalidade econômica, pela constituição formal e institucional de mediações políticas recentes, pela expansão dos mercados e pela introdução de novas concepções de vida.

Assim como o tema da fronteira, o termo “agronegócio” também tem múltiplas interpretações. Aqui está se referindo à expansão de um modelo que alude uma lógica de acumulação de capital e que implica a produção em grande escala, o uso de biotecnologias, a conexão com capitais financeiros e a utilização de novas formas de organização da produção (Gras; Hernández, 2019). Este modelo tem gerado um conjunto de posições, oposições e contradições na chamada “sociedade do agronegócio” (Heredia; Palmeira; Leite, 2009), sobretudo porque avança sobre áreas em que estão outros atores, atividades, lógicas produtivas e racionalidades (incluindo econômica), como tem ocorrido quando se estabelece sobre comunidades camponesas, indígenas, quilombolas, entre outras (Sousa, 2019; Monteiro, 2020; Souza; Chaveiro, 2023). Portanto, este modelo de agronegócios não se expande no “vazio”, depara-se no âmbito territorial com um conjunto de matizes sociais, econômico-produtivas e políticas já estabelecidas, o que muitas vezes gera conflitos e tensões (Scantimburgo, 2016; Giorgio, 2024).

O bioma amazônico sul-americano tem sido um dos principais palcos da expansão do agronegócio, ainda que não o único, dado o crescimento da produção agropecuária em grande escala em outras zonas da região, com destaque para os llanos orientais na Colômbia (Cuéllar Benavides, 2023), o Matopiba no cerrado brasileiro (Buzato *et al.*, 2018; Bühler; Oliveira, 2019; Pitta; Mendonça; Boechat, 2017), os bosques secos chiquitanos na Bolívia (Ballivián, 2014; Paraguai (Baumann *et al.*, 2017; Franceschelli; Lovera, 2018; Izá Pereira, 2019; Wesz Jr., 2022) e na Argentina (Krapovickas, 2010; Fehlenberg *et al.*, 2017; Gras; Zorzoli, 2019; Neiman, 2023).

A Amazônia Sul-Americana engloba oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, mais o território ultramarino da Guiana Francesa). A brasileira corresponde a 64,3% da totalidade do território, seguida do Peru, Colômbia e Bolívia. Estima-se que a sua população seja de 37 milhões de habitantes, incluindo 410 grupos indígenas, 82 grupos em isolamento e uma não desprezível parcela de áreas naturais protegidas (Virga; Neves, 2023). Ao longo da sua história, essa região, dotada de elevada riqueza socioambiental, vem sendo transformada por uma combinação de fatores como desmatamentos e queimadas (normalmente associadas à grilagem de terras), pelo avanço acelerado de atividades extrativas (madeireira, agronegócio, pecuária, mineração e extração de petróleo), pela instalação de grandes obras de geração de energia (como hidrelétricas), pelo fortalecimento de rotas ilícitas (tráfico) e pela abertura de vias de transporte, sobretudo rodovias e carreteras, mal planejadas e, em alguns casos, clandestinas (Virga; Neves, 2023). Crescentemente a Amazônia Sul-Americana sofre com ameaças de caráter transnacional e que ultrapassam as suas fronteiras, o que requer um olhar articulado que vá além da perspectiva nacional.

Entender as dinâmicas internas dos países que compõem o bioma amazônico e a forma como elas se refletem no aumento do desmatamento, na ampliação da fronteira agropecuária e nas políticas governamentais de infraestrutura excede a proposta deste artigo introdutório. Contudo, ela nos lembra da importância de que nossas análises procurem problematizar perspectivas locais e dinâmicas internas, próprias de cada um desses países, à luz dos elementos compartilhados por essas nações que conformam o território amazônico mais amplo. Esse olhar permite identificar a complexidade de atores e processos que acontecem na Região Amazônica, sem perder de vista as dinâmicas mais amplas que a acometem como um todo.

Um elemento comum nos países do bioma amazônico se relaciona com o aumento do desmatamento nos últimos anos, especialmente em países como o Brasil, Colômbia, Bolívia, Equador e Peru (Panel Científico por la Amazonía, 2021). Ele articula-se com formas legais e ilegais de apropriação da terra, impulsionados pelo crescimento de atividades extrativistas voltadas à exportação (como os cultivos de coca, soja e palma e a mineração). A pecuária

tem um papel pioneiro, antecede a instalação de monoculturas como a coca que encontra na região uma posição estratégica para comercialização com países vizinhos como a Venezuela e o Brasil. No caso colombiano, soma-se a isso o conflito armado interno. Esses territórios, pouco priorizados pelo Estado na provisão de serviços básicos e na construção de infraestrutura de integração com o mercado interno, reforçaram o seu controle por atores ilegais (Ramírez, 2001; Gutiérrez, 2015).

Mais recentemente, a saída das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc-EP), após o acordo de paz de 2016, provocou a reconfiguração dos atores no território, controlando os cultivos de coca, as rotas de comercialização e aumentando as atividades pecuárias, de mineração, madeiras e do agronegócio. Isso explica o aumento considerável no desmatamento nos últimos anos (Durán, 2022; Fip; Adelphi, 2021), com impactos em países como o Equador, onde o tráfico e a violência se intensificam (Panel Científico por la Amazonía, 2021).

O caso da Venezuela também merece destaque. Desde a década de 1980, com o incremento nos preços internacionais do ouro, vem ocorrendo uma pressão dos projetos de mineração legais e ilegais. A partir desse momento percebe-se a presença de garimpeiros brasileiros, bem como de atores armados colombianos (Mantovani, 2021; Panel Científico por la Amazonía, 2021). Na década de 1990 começa a implementação de um dos projetos de infraestrutura com maior impacto na região, isto é, a instalação de linha de transmissão de energia no Parque Nacional Canaima. O projeto buscava a exportação de energia elétrica para o Brasil, e implicou a afetação dos territórios da comunidade indígena Pemón (Mantovani, 2021). Durante o governo Chávez o extrativismo adquiriu novas dimensões. A queda nas reservas de petróleo e a decisão política de adotar o extrativismo como projeto do socialismo do século XXI tiveram um impacto específico na Amazônia venezuelana, principalmente na região do Arco Minero Del Orinoco. Com a chamada Grande Crise (Mantovani, 2021), que começa em 2013-2014, e a crise nas instituições, as atividades de mineração, principalmente a exploração de ouro, diamantes, ferro, bauxita e coltan, se realizam sob a

chamada *política del saqueo* em que a violência desempenha um papel central (Mantovani, 2021).

A mineração ilegal de ouro também está presente em outros países, como na Amazônia boliviana e peruana (Panel Científico por la Amazonía, 2021). Em muitos casos, ela se articula com o avanço de outro cultivo em expansão na região: a palma africana. Seu crescimento se relaciona com o esgotamento de terras na principal região produtora no mundo, o Sudeste Asiático, e com a busca por novas terras para cultivo (Bennett *et al.*, 2018). Apesar do discurso da sustentabilidade, sua expansão está associada a processos de desmatamento. O Estado incentiva o cultivo com planos de desenvolvimento, venda de terras diretamente a companhias, bem como de políticas que promovem as alianças público-privadas. Uma das principais estratégias utilizadas tem sido a incorporação de pequenos agricultores na cadeia de produção (Bennett *et al.*, 2018; Panel Científico por la Amazonía, 2021; Cuéllar Benavides, 2020). A aquisição de terras por parte das empresas acontece por diversos mecanismos, com destaque para a compra direta das terras de agricultores, em um cenário em que há grande informalidade na posse da terra e nos títulos (Dammert, 2018; Panel Científico por la Amazonía, 2021).

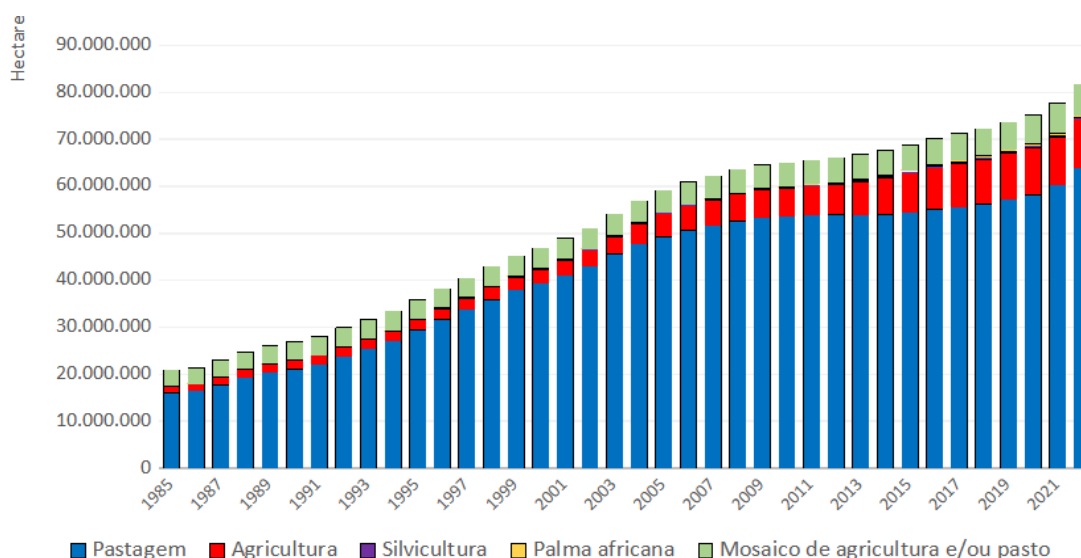
Alguns dados sobre o uso da terra no bioma amazônico da América do Sul permitem dimensionar espacialmente essas diferentes dinâmicas. Segundo o Mapbiomas (2024), as áreas de uso agropecuário saltaram de 20,9 para 81,8 milhões de hectares de 1985 a 2022 (Figura 1), um crescimento de 289,9%. Em termos proporcionais, a área de uso agropecuário passou de 3,0% para 11,8% da superfície total no mesmo período, no qual ainda predomina bosque natural (80,1%), além de também contar com formação natural não florestal (5,6%), corpos de água (2,2%) e área sem vegetação (0,3%).

Embora a superfície agropecuária esteja em constante ampliação na Amazônia, tem variações de intensidade no tempo. Ainda que a taxa anual de crescimento geralmente tenha ficado acima de 4,0% de 1985 a 2004, ela teve uma desaceleração, sobretudo entre 2008 e 2018, quando a variação ficou abaixo de 2,0% ao ano. Depois disso ela voltou a crescer, com destaque para 2021/2022, quando aumentou 5,2%, o maior aumento dos últimos 19 anos (Mapbiomas, 2024).

A participação da agropecuária sobre a superfície total também apresenta variações entre os países. Neste quesito, segundo o Mapbiomas (2024), o Brasil é o campeão no uso agrícola e pecuário, com 20,6% do bioma amazônico em 2022. Na segunda posição está o Equador, cujo percentual alcança 13,7%, seguido por Bolívia (12,4%), Peru (10,2%), Colômbia (9,6%), Venezuela (2,6%), Guiana (1,4%), Suriname (1,1%) e Guiana Francesa (0,5%). Entretanto, se descer na escala de análise, também é possível identificar variações importantes, seja em termos de preservação (como Laranjal do Jari/AP e Atalia do Norte/AM, cuja área agropecuária é inferior a 1,0%), seja em termos agropecuários (como Nova Guarita/MT ou Rio Maria/PA, em que a superfície agropecuária é próxima de 80%). Conforme Castro (2005) e Pereira e Ferreira (2020), apesar de ter ocorrido a expansão do desmatamento em áreas protegidas, as reservas ambientais e indígenas ainda são o principal freio para o avanço da agropecuária na Amazônia.

Dentro das atividades agropecuárias, a pecuária é aquela que mais ocupa terras (Figura 1). Ao longo da série histórica, pelo menos três quartos da superfície destinam-se à criação de gado, ocupando 63.919.419 de hectares em 2022 (similar à soma do território da Alemanha e Itália). Na segunda posição está a agricultura, que ocupa mais de 10 milhões de hectares em 2022, respondendo por 12,6% da área agropecuária, mas que tem crescido de modo expressivo de 2012 a 2022 (61,0%). No entanto, no mesmo intervalo de tempo, quem teve maior expansão territorial foi a palma africana. Embora detenha menos de 500 mil hectares, ela aumentou 135,1% nos últimos 10 anos. Completam a lista, as zonas de produção diversificada e mista, chamadas de mosaico de agricultura e/ou pasto, que respondem por 8,2% da área agropecuária e que vêm apresentando um crescimento mais modesto nos últimos 10 anos (28,9%); e a silvicultura, o grupo menos expressivo territorialmente (0,4% do total) e também com menor variação entre 2012 e 2022 (36,3%) (Mapbiomas, 2024).

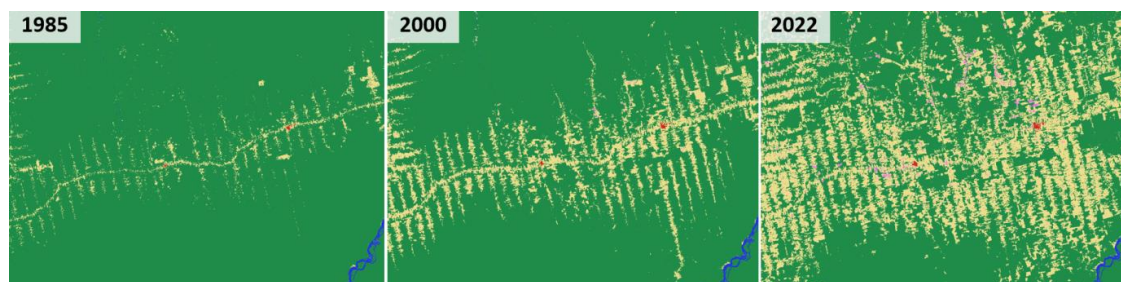
Figura 1 – Área de uso agropecuário na Amazônia sul-americana (1985-2022)



Fonte: Mapbiomas (2024)

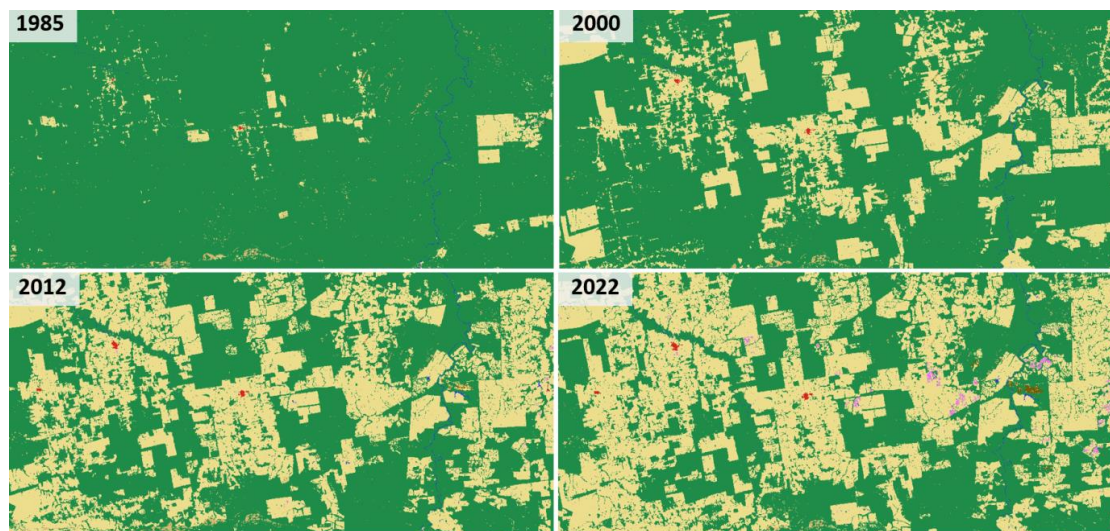
A pecuária está muito presente no Brasil (sobretudo em Mato Grosso, Rondônia, Acre, Pará e Maranhão), na Colômbia (Putumayo, Caquetá, Meta e Guaviare) e na Venezuela (Bolívar). Em algumas situações, ela está associada à abertura de novas áreas de pastagem, colocando a fronteira em movimento e trazendo novas terras para produção (Rivero *et al.*, 2009; Mapbiomas, 2024). Observamos diferentes processos de ocupação do território e usos da terra, prevalecendo dois tipos principais no Brasil. O primeiro padrão, conhecido como “espinha de peixe”, geralmente refere-se à ocupação de pequenos produtores rurais em projetos de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O segundo padrão, predominantemente geométrico, diz respeito às grandes fazendas de gado com produção em larga escala (Saito *et al.*, 2011; Maurano; Escada; Renno, 2019). As Figuras 2 e 3 exemplificam os dois padrões. A Figura 2 refere-se aos municípios de Uruará e Placas, no Pará, cortados pela Rodovia Transamazônica, cujo trajeto já aparece na imagem de satélite de 1985, em que as áreas de pasto (em amarelo) vão ocorrer perpendicularmente ao traçado da estrada. Já a Figura 3, sobre Nova Monte Verde e arredores, em Mato Grosso, indicam um padrão mais geométrico, característicos dos estabelecimentos com grandes extensões.

Figura 2 – Expansão das áreas de pasto (em amarelo) sobre as áreas de floresta (em verde) nos municípios de Uruará e Placas/PA entre 1985 e 2022



Fonte: Mapbiomas (2024).

Figura 3 – Expansão das áreas de pasto (em amarelo) sobre as áreas de floresta (em verde) no município de Nova Monte Verde/MT e arredores entre 1985 e 2022



Fonte: Mapbiomas (2024).

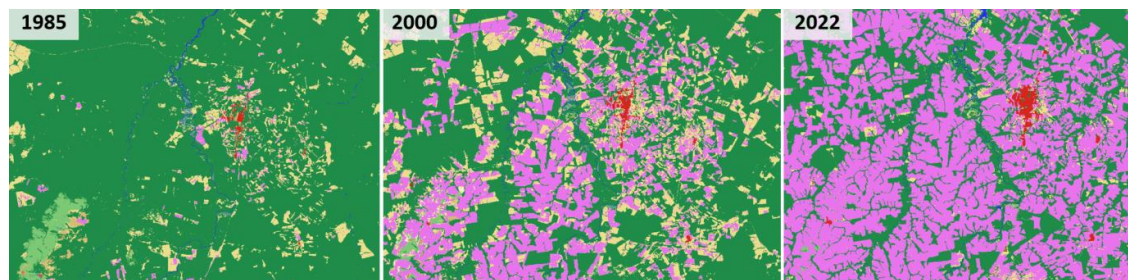
Embora a expansão da pecuária ocorra com produtores de diferentes estratos e perfis, a atividade está muito concentrada entre os grandes pecuaristas. Na região Norte do Brasil, segundo o Censo Agropecuário de 2017, entre os estabelecimentos agropecuários que têm na pecuária sua principal atividade econômica, aqueles com mais de mil hectares respondem por apenas 3% das unidades de produção, mas controlam mais de 50% da área. No outro extremo estão os pequenos pecuaristas, com menos de 50 hectares, que são

praticamente a metade em termos de número (47,8%), mas cuja área fica abaixo de 6,0% (IBGE, 2024).

Em relação à produção de grãos, ela é mais expressiva em duas regiões: Norte de Mato Grosso (Brasil), principal zona produtora no Brasil, e Centro-Oeste de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia). Em ambas é impressionante tanto pela velocidade da expansão da atividade agrícola, marcada principalmente pelo binômio soja-milho, como pela presença massiva dessas atividades no território. Esses elementos podem ser vistos na Figuras 4 e 5, referentes aos arredores de Sinop/MT e de San Julian/Bolívia, respectivamente. Ao mesmo tempo que o monocultivo de soja-milho (em rosa) avança, as cidades também vão crescendo (em vermelho). No Brasil, a soja hoje cresce aceleradamente na Amazônia, avançando em estados como Pará e Roraima e acompanhando a estruturação de uma nova rota logística, o Arco Norte.

Estas “cidades do agronegócio”, como Elias (2010, 2022) vem chamando, são um espaço urbano não metropolitano, resultado dos processos inerentes às novas formas de uso e ocupação do território, associados à reestruturação produtiva da agropecuária e à expansão da economia e da sociedade do agronegócio. Para a autora, essas cidades “constituem um elo entre amplos espaços agrícolas – extremamente racionalizados com altos índices de ciência, tecnologia, informação e capital – e o espaço urbano-regional” (2022, p. 146). É onde geralmente estão localizadas as agroindústrias de processamento, as lojas de insumos e máquinas agrícolas, os bancos especializados em crédito para o agronegócio etc. Para Frederico (2011), as “cidades do agronegócio”, na fronteira agrícola moderna, têm implicado transformações nas novas relações campo-cidade, na dinâmica populacional e do mercado de trabalho e no aprofundamento das desigualdades socioespaciais.

Figura 4 – Expansão das áreas agrícolas (em rosa) sobre as áreas de floresta (em verde) nos arredores do município de Sinop (Mato Grosso) entre 1985 e 2022



Fonte: Mapbiomas (2024).

Figura 5 – Expansão das áreas agrícolas (em rosa) sobre as áreas de floresta (em verde) nos arredores do município de San Julian (Bolívia) entre 1985 e 2022



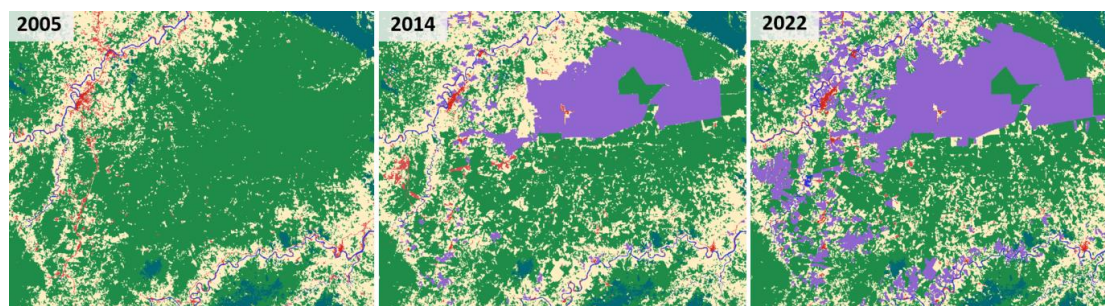
Fonte: Mapbiomas (2024).

A presença do monocultivo de grãos tem sido marcada, nestas e em outras regiões, por intensos processos de mercantilização, concentração, transnacionalização e financeirização das cadeias produtivas. A soja avança, em especial, sobre áreas de pastagem e acompanha a abertura de estradas legais e/ou clandestinas. Uma vez consolidada a produção busca-se a construção e ampliação das rotas logísticas que fomentam mais produção. No segmento de sementes, agroquímicos e máquinas, além do comércio, predominam as empresas líderes mundiais, sobretudo americanas e europeias, e mais recentemente chinesas. Na produção verificam-se intensos processos de exclusão, favorecendo os produtores com maiores áreas, mais capitalizados e com gestão profissionalizada (Oliveira; Hecht, 2016; Buhler, Guibert; Oliveira, 2017; Kato; Leite, 2020; Wesz Jr., 2022). Dado que o setor agroalimentar está cada vez mais corporativo e concentrado, como bem destaca McKay (2020) para

a produção de soja na região de Santa Cruz (Bolívia), novas relações agrícolas e formas de controle emergem no campo, como os vários tipos de agricultura contratual.

No caso da palma africana/dendê têm ocorrido processos similares, ainda que ali o controle das terras geralmente se dê pelas próprias corporações transnacionais. A dendeicultura tem crescido na Amazônia, com destaque para o Nordeste do Pará (Brasil), cuja área cultivada passou de menos de 50 mil para mais de 180 mil hectares entre 2012 e 2022. No Peru o cultivo também é expressivo, principalmente nos departamentos de Ucayali, San Martín, Loreto e Huánuco, onde a superfície saltou de 15 mil para 126 mil hectares nos últimos 20 anos. A Figura 6 mostra essa dinâmica na localidade de Pampa Hermosa, na fronteira entre Loreto e San Martín, em que a palma (em roxo) ganha rápida evidência. No Equador, cuja atividade já estava presente em 1985, também houve uma forte expansão nos últimos 15 anos, superando os 112 mil hectares no norte oriental do país em 2022. Outro país em que o cultivo está ocorrendo é a Colômbia, no departamento de Meta, cuja superfície alcançou, rapidamente, 48 mil hectares (Mapbiomas, 2024).

Figura 6 – Expansão das áreas de palma africana (em roxo) sobre as áreas de floresta (em verde) nos arredores de Pampa Hermosa (Peru) entre 2005 e 2022



Fonte: Mapbiomas (2024).

Embora grande parte desses investimentos no cultivo de palma africana na Amazônia tenha sido alardeada como uma opção “sustentável”, pois dela se produz energia “renovável” (agrocombustíveis), inúmeros estudos apontam

para impactos negativos. Além de algumas iniciativas produtivas ocorrerem por meio da subtração de vegetação nativa, muitos investimentos têm provocado grilagem e concentração de terras, conflitos fundiários, mudança nos modos de vida e de trabalho das populações que já residiam na zona, problemas ambientais decorrentes da contaminação da água e do solo pelos insumos e agrotóxicos, aumento da desigualdade social, perda da biodiversidade, redução da produção de alimentos, entre outros efeitos (Benavides; Holguín, 2012; Nahum; Malcher, 2012; Rojas; Roza, 2018; Dammert, 2018; Souza, 2019; Diaz, 2024). Como pontuam Macedo e Souza (2015, p. 328), a produção de dendê tem criado “novos territórios de exclusão e de reprodução das desigualdades socioterritoriais” em nome da bioeconomia.

Em suma, a expansão do agronegócio no bioma amazônico tem ocorrido de maneira intensa e rápida, tendo em atores privados distintos seu maior elemento impulsionador. Muitas vezes isso acontece com o apoio ou a conivência do Estado, que projeta diferentes modais logísticos para conectar esses territórios com as cadeias globais de valor (Mckay; Colque, 2021; Castro; Castro, 2022; Narváez, 2022). Mesmo quando as questões ambientais, em particular as mudanças climáticas, ganham protagonismo, lógicas de extração e destruição dos recursos naturais a partir das atividades agropecuárias seguem ocorrendo, evidenciando dinâmicas do que Sauer (2024) chama de extrativismo agrário.

Ao longo dessa trajetória de ocupação do território Amazônico Sul-Americano, a logística mostrou-se central na consolidação de zonas produtivas e extrativas, bem como na abertura de novas zonas. À luz dessas dinâmicas macro, ela consolidou-se mais como corredores voltados “para fora”, que priorizam a mobilidade das mercadorias e dos fluxos de capitais, do que como infraestrutura social que procura conectar territórios, promover modos de vida mais territorializados e dar acesso às populações e às comunidades locais a serviços sociais básicos (Virga; Neves, 2023). Diferentes dimensões destes processos são abordadas nos artigos que compõem esta seção temática, como poderá ser visualizado no próximo item.

Amazônia em transformação: dinâmicas do agronegócio, corredores logísticos e mercados fundiários

Como mencionado anteriormente, ao propor esta Seção Temática, o objetivo era abordar um tema atual e central sobre as transformações rápidas e profundas que estão acontecendo na Amazônia, considerando a tríade: expansão do agronegócio, investimentos logísticos e dinâmicas fundiárias, temas que ainda não foram amplamente abordados pelas Ciências Sociais. Assim, a ênfase estava no estudo das dinâmicas, dos instrumentos, dos interesses e dos atores que participam do avanço da fronteira agropecuária e da infraestrutura para escoamento das *commodities* na Amazônia e das transformações que promovem no território.

Os artigos que compõem esta Seção Temática trazem uma diversidade de temas associados aos conflitos fundiários, à ampliação da fronteira agropecuária e às dinâmicas logísticas vinculadas a essa expansão. Da mesma forma, alguns artigos apresentam o impacto dessas ações nas populações locais. Nosso objetivo inicial era avançar no desenho de um panorama amplo dos países que conformam a Amazônia. Isso, contudo, não foi possível, dado que a totalidade dos artigos recebidos se debruçou sobre a Amazônia brasileira. Essa ausência pode ser decorrente de falhas na divulgação da seção temática ou barreiras linguísticas, mas pode também ser um reflexo dessa temática não ter ganho, ainda, centralidade nas reflexões dos países vizinhos. De nossa perspectiva, nossa seção temática evidencia que a ampliação desse diálogo não é apenas necessária, mas urgente, abrindo espaço para uma nova agenda de pesquisa de estudos articulados e/ou comparados. Além disso, uma dimensão importante presente nesta edição especial é a diversidade de abordagens teórico-metodológicas aplicadas aos estudos sobre a Amazônia. Essa variedade nos inspira a avançar em nossas pesquisas, combinando e investindo na aplicação de diferentes perspectivas.

Sob uma perspectiva ampla e atual, o artigo “A ‘Guerra das Rotas’ da soja: da especulação à ‘razão logística’” de Diana Aguiar analisa como o contexto contemporâneo favoreceu a formação de uma nova geografia global da soja, resultando em um redesenho de rotas de comercialização que transformam e tensionam os territórios pelos quais transitam. A expansão da fronteira agrícola e a entrada da soja em outras áreas, como os Cerrados, juntamente com a ascensão da China como principal destino da soja brasileira, provocaram uma

reconfiguração da logística dessa *commodity*, a qual se relaciona com o que se convencionou chamar de Arco Norte no Brasil. A instalação dessas infraestruturas logísticas nos territórios gera disputas e conflitos em torno de rotas e de políticas públicas, um fenômeno que a autora denomina “Guerra das Rotas”. No decorrer de sua análise, Diana Aguiar enfatiza que essa guerra não ocorre sem resistência e tensões territoriais. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de descolonizar o debate das infraestruturas que, mais do que viabilizadoras da mobilidade de *commodities* e fluxos de capital, deveriam priorizar o bem comum, a mobilidade e a soberania dos povos, além de garantir a preservação do ambiente sociocultural.

Na “Guerra das Rotas”, os projetos de ferrovias especializadas em produtos emergem como estruturas essenciais na conexão dos territórios com os mercados globais. O artigo “A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias”, de Rogério Rego Miranda, aborda essa temática sob uma perspectiva histórica, ressaltando como as ferrovias têm sido fundamentais na organização do território amazônico. O autor identifica um primeiro momento que se estende do final do século XIX até a década de 1960, quando a construção das ferrovias foi incentivada para facilitar o escoamento dos produtos. Em um segundo momento, entre a década de 1960 e 1980, ocorreu uma mudança significativa na organização territorial da Amazônia. Durante esse período, políticas de integração regionais foram implementadas, promovendo a colonização da área por meio de incentivos à migração, o que resultou na ampliação das rodovias federais e estaduais em detrimento do desenvolvimento da malha ferroviária. Em conclusão, Rogério Rego Miranda argumenta que as ferrovias ganharam importância no contexto atual como parte da estratégia para aumentar a eficiência e rapidez do transporte de *commodities*, principalmente da soja e produtos minerais, visando à interligação entre rodovias, hidrovias, ferrovias e portos.

No artigo “Os caminhos para a natureza barata: A expansão da fronteira da soja no Brasil”, da autoria de Giacomo Otavio Tixiliski e Paola Huwe de Paoli, a expansão da fronteira da soja é analisada a partir do conceito de Natureza Barata na perspectiva da ecologia-mundo capitalista. Ao interpretar a sociedade do

capital como sistema de exploração e apropriação da natureza, configura-se a natureza barata como sistema de dominação, exploração e apropriação da natureza no marco do Capitaloceno. O artigo mostra como, desde a formação nacional do Brasil, os processos políticos e econômicos foram guiados pela apropriação e exploração da natureza. Enfatizando a expansão atual da soja, justificada a partir da ideia do progresso e do desenvolvimento econômico, os autores chamam a atenção para a degradação do solo e a geração de conflitos. O artigo também destaca o papel do Estado e das empresas, tanto nacionais como multinacionais, no barateamento da natureza, por meio de projetos de infraestrutura. Apesar das resistências de povos indígenas diante de projetos, os autores mostram como a expansão da fronteira é permanentemente recriada.

Tomando como referencial teórico a colonialidade do poder e do saber, o artigo “Corredor logístico, expansão de fronteiras coloniais e territorialidades quilombolas no Maranhão”, da autoria de Cíndia Brustolin, discute a expansão de estruturas logísticas para a escoamento de grãos e minérios sobre territorialidades quilombolas no Maranhão. Desde a década de 1960, a instalação de projetos e programas de desenvolvimento incidem sobre a ordenação territorial desse estado, e foi sendo construída uma imagem de disponibilidade ou estoque de terras a ser explorado, reforçando a ideia de um espaço vazio como forma de atrair capitais do sul e do exterior para a região. Nas últimas décadas, novos conflitos surgiram como resultado de projetos de expansão de monocultivos e de exploração mineral na Amazônia e no Cerrado maranhense, processo que vem acompanhado da necessidade de reorganizar as rotas de escoamento, por meio de projetos de infraestrutura e logística. A autora mostra como o Estado justifica a posição vantajosa do Maranhão para o escoamento de *commodities* agrícolas e minerais para o mercado exterior, justificando assim a construção/ampliação de infraestrutura, como rodovias, ferrovias e portos. Sempre que surgem tensionamentos associados com reivindicações dos direitos territoriais quilombolas, é acionado o discurso do “interesse público” e do “interesse social” das obras. Desta forma, legitimam-se os empreendimentos sobre territórios tradicionais e quilombolas, apagando e silenciando a realidade histórica destes lugares.

Partindo dos pressupostos metodológicos da pesquisa-ação, no artigo “Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: dinâmicas territoriais e conflitos na Calha do rio Madeira”, João Araújo, Luciane Marinho e Rita Clara Vieira da Silva abordam as dinâmicas territoriais e as formas tradicionais de uso dos recursos naturais por parte das comunidades ribeirinhas da Calha do Madeira perante o processo de expansão do agronegócio. A pesquisa estuda o período 2013-2023 na cidade de Humaitá, um dos municípios com maiores taxas de desmatamento, que se consolidou como o maior produtor de grãos do estado do Amazonas nos últimos anos. Os autores dão ênfase ao papel do Estado e das políticas públicas que priorizam ações para o avanço de empreendimentos agropecuários em grandes extensões e projetos de desenvolvimento no Sul Amazonense. Para isso, se desenvolvem estratégias de “invenção” de regiões tradicionais, como é o caso da proposta da criação da Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira, inspirada no modelo da região Matopiba, que provê incentivos governamentais para os empreendimentos agropecuários em municípios localizados no Noroeste de Rondônia, Sul do Amazonas e Leste do Acre. Observando a questão fundiária, os autores mostram a invisibilidade dos povos e comunidades tradicionais diante das políticas de gestão territorial. Resulta daí o aquecimento dos mercados de terras locais, com aumento no preço e na demanda por terras, tendência que se intensificou durante o governo Bolsonaro.

Por outra parte, o trabalho “Acumulação Primitiva no Baixo Amazonas/PA: as disputas territoriais em torno do Lago do Maicá e o Complexo Portuário da Embraps em Santarém/PA”, da autoria de Rogerio Almeida, destaca a questão logística e de construção de infraestrutura para a exportação de *commodities*. Partindo da reflexão sobre acumulação primitiva para resgatar as experiências desenvolvimentistas impostas para a Amazônia, o autor procura refletir sobre o Complexo Portuário da Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps), no lago do Maicá, no município de Santarém, no Oeste do Pará. Este projeto busca anexar espaços não mercantilizados aos circuitos globais e se insere num pacote maior de políticas que procuram transformar essa região num corredor de exportação de *commodities*. Diversos interesses e sujeitos têm se mobilizado

ao redor do projeto do complexo portuário, com destaque para os produtores de grãos do Brasil central que almejam reduzir os custos de exportação. Contudo, no local coexistem populações indígenas, quilombolas e camponesas, que historicamente têm sido apagadas dos planos, programas e políticas de desenvolvimento e que são privadas de seus territórios. Esses sujeitos estão articulados em redes para a defesa dos seus territórios (mas não de forma homogênea) e do projeto ancorado na ideia do Bem Viver, e mobilizam seu caráter de classe e identidade como recurso jurídico para se contrapor a esses projetos.

Em “Dinâmicas da ocupação da logística portuária do agronegócio e seus rebatimentos socioeconômicos e territoriais em Itaituba – Pará”, Márcio Júnior Benassuly Barros aborda, desde uma perspectiva histórica, as dinâmicas de ocupação da logística portuária do agronegócio no município de Itaituba, Pará. Até a década de 1970, o município manteve uma dependência do rio Tapajós e do extrativismo da borracha. Entretanto, a situação mudou com o Programa de Integração Nacional (PIN) que previa a construção da rodovia Transamazônica e a rodovia Santarém-Cuiabá. Este segundo momento de ocupação do território centrou-se no extrativismo vegetal, florestal, mineral e agropecuário. Como resultado das políticas de logísticas de transportes, constata-se uma ocupação intensiva do território. Com a logística associada ao escoamento da produção de *commodities* para o comércio exterior, já no final do século XX, e a instalação, em 2014, de várias estações de transbordo de carga de soja, principalmente no distrito de Miritituba, a região se converteu hoje em um nó logístico, conectando os modais rodoviário-hidroviário do transporte de grãos na Amazônia, com inúmeros impactos territoriais.

Esta seção temática aponta também para novas abordagens e agendas de pesquisa. É o caso do artigo da autoria de Thereza Menezes, “Latifúndios de carbono e moedas virtuais para proteger a Amazônia: a corrida por terras e financeirização da natureza”, que aborda uma problemática contemporânea sobre as novas fronteiras de acumulação derivadas da financeirização da natureza no Sul do Amazonas, nos municípios de Lábrea, Pauini e Apuí. Seu olhar prioriza as novas iniciativas de compensação pela redução de emissões por desmatamento e degradação da floresta (REDD+). São priorizados dois casos:

o primeiro, protagonizado pela empresa Nemus, que constrói ativos digitais ligados à especulação financeira que, por sua vez, lhe garante capital para a posterior expansão territorial. Uma das terras adquiridas está envolvida em processo burocrático de destinação para os povos indígenas, e foi adquirida justamente numa conjuntura política anti-indígena e favorável a essas modalidades de apropriação privada da terra e das florestas. O segundo caso consiste no projeto REDD+, que compreende fazendeiros, impulsionado em um contexto de expansão do mercado de carbono para compensar as emissões de gases de efeito estufa. Uma das empresas parceiras possui quatro projetos em atividade nos estados de Mato Grosso, Amazonas, Acre e na região de Madre de Dios, no Peru. É um mercado ainda não regulado e, por isso, é controlado basicamente por empresas, organizações e pessoas físicas. Com essa pesquisa, a autora chama a atenção para as recentes demandas que recaem sobre a terra e a Amazônia, agora conectadas com os atuais mercados verdes, em que o Brasil se candidata a grande *player global*. Trata-se de novas estruturas e mercados que abrem diferentes fronteiras de exploração da Amazônia, agora sob a justificativa da economia verde. Desejamos uma ótima e inspiradora leitura, seja para avançar nos estudos sobre expansão do agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia, seja para impulsionar outras questões de pesquisa e aprofundamentos teórico-analíticos.

Referências

- BALLIVIÁN, Enrique Castañón. Cuando la soya se impone: transformaciones en las comunidades campesinas y sus implicaciones alimentarias. *Cuestión Agraria*, v. 1, n. 1, p. 27-56, 2014.
- BAUMANN, Matthias *et al.* Deforestation and cattle expansion in the Paraguayan Chaco 1987-2012. *Regional Environmental Change*, v. 17, p. 1179-1191, 2017.
- BENAVIDES, Lucy Santacruz; HOLGUIN, Lorena Flórez. Desplazamiento forzado en la Región Andina: entre el conflicto armado y la ocupación territorial violenta en Colombia, Ecuador y Perú. *Andina Migrante*, n. 12, 2-12, 2012.
- BENNETT, Aoife; RAVIKUMAR, Ashwin; PALTÁN, Homero. The Political Ecology of Oil Palm Company-Community partnerships in the Peruvian Amazon:

- Deforestation consequences of the privatization of rural development. *World Development*, v. 109, p. 29-41, 2018.
- BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 mato-grossense. In: BERNARDES, Júlia Adão; FREIRE FILHO, Osni de Luna (Orgs.). *Geografia da soja BR-163: fronteiras em mutação*. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p. 13-38.
- BETANCOURT-SANTIAGO, Milson; RUBIÑOS-CEA, Simon. Colonialidad territorial y conflictividad. Disputas globales-locales en la Amazonía Andina (Colombia, Ecuador, Perú y Bolivia). Em: *Amazonía y expansión mercantil capitalista*. Nueva frontera de recursos en el siglo XXI. Clacso, Cedla, 2021. p. 315-375.
- BORRAS JR., Saturnino M.; KAY, Cristobal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.
- BRASIL. Presidência da República. *Programa Brasil em Ação – dois anos*. Brasília: Presidência da República, 1998.
- BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del ‘Consenso de los Commodities’ al ‘Consenso de la Descarbonización’. *Nueva Sociedad*, n. 306, p. 51-70, 2023.
- BÜHLER, Eve Anne; GUIBERT, Martine; OLIVEIRA, Válder Lúcio de (Orgs.). *Agriculturas empresariais e espaços rurais na globalização: abordagens a partir da América do Sul*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2017.
- BÜHLER, Eve Anne; OLIVEIRA, Válder Lúcio de A neoliberalização da natureza na fronteira agrícola do Cerrado nordestino. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, v. 39, n. 2, p. 262-288, 2019.
- BUZATO, Heidi Cristina *et al.* A soja no Matopiba: contradições do modelo de desenvolvimento, riscos e perspectivas para a conservação do cerrado. *Sustentabilidade em Debate*, v. 6, 2018.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. *Novos Cadernos NAEA*, v. 10, n. 2, p. 105-126, 2009.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de; CASTRO, Carlos Potiara. Desmatamento na Amazônia, desregulação socioambiental e financeirização do mercado de terras e de commodities. *Novos Cadernos Naea*, v. 25, n. 1, 2022.
- CLAPP, Jennifer. Financialization, distance and global food politics. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, 2014.
- CLAPP, Jennifer; ISAKSON, S. Ryan. Risky returns: the implications of financialization in the food system. *Development and Change*, v. 49, issue 2, p. 437-460, 2018.

- COLQUE, Gonzalo. *Patrón de acumulación extractivista y sus limitaciones*. Fundación Tierra, 2017.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Anuário Agrologístico*. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/outras-publicacoes>. Acesso em: 20 jul. 2024.
- COTULA, Lorenzo; Vermeulen, Sonja; Leonard, Rebeca; Keeley, James. *Land Grab or Development Opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa*. Londres/Roma: IIED/FAO/IFAD, 2009.
- CUÉLLAR BENAVIDES, Juanita. El modelo del agronegocio y su expansión en la región de la Altillanura colombiana. *Campo Território*, v. 18, n. 50, p. 1-25, 2023.
- CUÉLLAR BENAVIDES, Juanita. *Neoliberalismo y transformaciones en la agricultura colombiana: ¿Hacia la construcción hegemónica del agronegocio?* Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- DAMMERT, Juan Luis. El crecimiento de la palma aceitera en la Amazonía peruana y su impacto en los bosques. In: CHIRIF, Alberto (Ed.). *Deforestación en tiempos de cambio climático*. Lima, 2018, p. 45-59.
- DELGADO, Guilherme Costa; LEITE, Sergio Pereira. O agro é tudo? Financeirização como novo atributo da economia agrária. *Le Monde Diplomatique*. 21 de dezembro de 2023.
- DEVEZA, Felipe. O caminho da prata de Potosi até Sevilha (séculos XVI e XVII). In: *Navigator*, n. 4, p. 79-87, 2006.
- DIAZ, Jhorman Angel. Palma Aceitera en Ecuador: Análisis de la relación socioambiental sobre la expansión del monocultivo de la provincia de Esmeraldas. *Eutopía – Revista De Desarrollo Económico Territorial*, n. 25, p. 79-99, 2024.
- DORRE, Klaus. A nova expropriação capitalista: dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. In.: DORRE, Klaus. *Teorema da expropriação capitalista*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- DURÁN, Angie Lorena Guerrero. Tenemos todo y no tenemos nada: Conflictos socioambientales en la amazonía colombiana. *V Congreso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales*. Democracia, justicia e igualdad. Flacso. Uruguay, 2022.
- EDELMAN, Marc *et al.* *Global land grabs: history, theory and method*. Londres: Routledge, 2015. Introdução.
- ELIAS, Denise. O Brasil agrícola com áreas urbanas: a cidade do agronegócio. In OLIVEIRA, José Aldemir (Org.). *Cidades brasileiras*. Manaus: UFAM, 2010. p.147-164.

- ELIAS, Denise. Pensando a operacionalização de estudos sobre cidades do agronegócio. *Revista Tamoios*, v. 18, n. 1, p. 144-164, 2022.
- ELVERDIN, Pablo; PIÑERO, Martín. Papel dos países do Cone Sul na geopolítica dos alimentos. In: VIEIRA, Pedro Abel *et al.* (eds.). *Geopolítica do alimento: o Brasil como fonte estratégica de alimentos para a humanidade*. Brasília, DF: Embrapa, 2019.
- ENNS, Charis; BERSAGLIO, Brock. On the coloniality of 'new' megainfastructure projects in East Africa. *Antipode*, v. 52, n. 1, 2020. p. 101-123.
- FEHLENBERG, Verena *et al.* The role of soybean production as an underlying driver of deforestation in the South American Chaco. *Global Environmental Change*, v. 45, p. 24-34, 2017.
- FIP, Adelphi. *Un clima peligroso: Deforestación, cambio climático y violencia contra los defensores ambientales en la Amazonía colombiana*. WWF Alemania: Berlim, 2021.
- FLEXOR, Georges; KATO, Karina; LEITE, Sergio Pereira. *Transformações na agricultura brasileira e os desafios para a segurança alimentar e nutricional no século XXI*. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2022.
- FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, maio/ago. 2017.
- FLEXOR, Georges Gérard; KATO, Karina; LEITE, Sergio Pereira. Agri-food globalization and food security in Brazil: recent trends and contradictions. *Journal of Peasant Studies*, p. 1-24, 2023.
- FRANCESCHELLI, Inés; LOVERA, Miguel. *Neoliberalismo y neosaqueo: Bahía Negra bajo ataque*. Asunción: Iniciativa Amotocodie, 2018.
- FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 33, p. 5-23, 2011.
- GARCIA-ARIAS, Jorge *et al.* When Land Meets Finance in Latin America: Some Intersections between Financialization and Land Grabbing in Argentina and Brazil. *Sustainability* 2021.
- GIORGIO, Olivia del. A framework for understanding land control transfer in agricultural commodity frontiers. *Journal of Agrarian Change*, v. 24, n. 1, p. e12560, 2024.
- GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. *Radiografía del nuevo campo argentino: del terrateniente al empresario transnacional*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2019.
- GRAS, Carla; ZORZOLI, Facundo. Ciclos de acaparamiento de tierra y procesos de diferenciación agraria en el noroeste de Argentina. *Trabajo y sociedad*, n. 33, p. 121-130, 2019.

- GUTIÉRREZ, Francisco. *Una historia simple? In: Contribución al entendimiento del conflicto armado en Colombia*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2015. p. 521-561.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. *O 'novo' Imperialismo: acumulação por espoliação*. Nova Iorque: Oxford, 2003.
- HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sergio Pereira. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, 2010.
- HOPE, Albie; COX, John. *Development Corridors. Economic and Private Sector Professional Evidence and Applied Knowledge Services*. Coffey International Development. Londres: EPS, 2015.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Economia e Estatística. *Banco de dados agregados*. 2024. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *Monitoramento do desmatamento da floresta amazônica brasileira por satélite*. 2022. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> Acesso em: 10 jul. 2022.
- IZÁ PEREIRA, Lorena. Matopiba: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. *Revista Nera*, (47), 2019. p. 9-21.
- KATO, Karina; LEITE, Sergio Pereira. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da Anpege*, v.16, n.29, p.452 - 483, 2020.
- KATO, Karina *et al.* Reprimarização, corredores logísticos e dinâmicas da soja. *Le Monde Diplomatique*, ed. 168, 2021 (matéria de capa).
- KRAPOVICKAS, Julieta. Cambio socio-ambiental en el Chaco Argentino y su relación con la expansión de soja en la década de 1990. *Población y Sociedad*, v. 17, n. 2, p. 191-194, 2010.
- LEÃO, Andréa *et al.* Projeto de infraestrutura no Tapajós: pressões do agronegócio. *In: PINTO, Daniela Gomes et al. Monitoramento territorial independente na Amazônia: reflexões sobre estratégias e resultados/organização*. São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas-FGVces, 2021.
- LEITE, Sergio Pereira; DELGADO, Guilherme Costa. O agro é tudo? Pacto do agronegócio e reprimarização da economia. *Le Monde Diplomatique Brasil*. 20 de dezembro de 2023.
- LEVIEN, Michael. Da Acumulação Primitiva aos Regimes de Desapropriação. *Sociologia e Antropologia*, v. 4, n. 01. jun. 2014. p. 21-53.
- LIMA, Maria do Socorro B. de.; SILVA, Ana Maria Paula; NOGUEIRA, Ricardo José Batista. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia Setentrional: a expansão da soja

- em Roraima (Brasil). In. SILVA-MATOS, Raissa Rachel Salustriano da; ANDRADE, Hosana Aguiar Freitas de.; MACHADO, Nítalo André Farias (Orgs.). *A face multidisciplinar das ciências agrárias*, v. 3. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019, p. 170-190.
- MACEDO, Cátia Oliveira; SOUSA, Rafael Benevides de. Novos projetos, velhas práticas: os impasses entre agricultura camponesa e agronegócio do dendê em terras amazônicas. *Tempos Históricos*, v. 19, n. 1, p. 302-331, 2015.
- MANTOVANI, Emiliano Terán. Amazonía expuesta en la gran crisis venezolana (2013-2020): Extractivismo predatorio, economías ilícitas y gobernanzas híbridas. *Revista Académica Plustrabajo*, n. 4, 2021.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998 (1. ed.).
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MAURANO, Luis Eduardo Pinheiro; ESCADA, Maria Isabel Sobral; RENNO, Camilo Daleles. Padrões espaciais de desmatamento e a estimativa da exatidão dos mapas do Prodes para Amazônia Legal Brasileira. *Ciência Florestal*, v. 29, n. 4, p. 1763-1775, 2019.
- MCKAY, Ben M. *The political economy of agrarian extractivism: Lessons from Bolivia*. Blackpoint and Winnipeg: Fernwood Publishing, 2020.
- MCKAY, Ben M.; COLQUE, Gonzalo. Extractive dynamics of agrarian change in Bolivia. In: *Agrarian Extractivism in Latin America*. Routledge, 2021. p. 45-63.
- MCMICHAEL, Philip. A Food Regime Genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.
- MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Terra, poder e violência: conflitos no Mato Grosso do Sul e a relação do agronegócio com os Kaiowá e Guarani. *Confin*, n. 45, 2020.
- NAHUM, João Santos; MALCHER, Antonio Tiago Corrêa. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). *Confin*, n. 16, 2012.
- NARVÁEZ, Luis Alfredo de Burbano. Dinámicas y conflictos por acaparamiento de la tierra en la Orinoquía y Amazonía colombiana. *Revista Kavilando*, n. 14, v. 1, p. 40-51, 2022.
- NEIMAN, Melina. Disputas territoriales del agronegocio. Las producciones de soja y algodón en la provincia de Chaco, Argentina. *Trabajo y Sociedad*, v. 24, n. 41, p. 227-244, 2023.
- NOGALES, Eva Gálvez. *Making Economic Corridors Work for the Agricultural Sector*. Agribusiness and Food Industries Series, n. 4. Roma: FAO, 2014.

- OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, 251-285, 2016.
- PANEL CIENTÍFICO POR LA AMAZONÍA. *Informe de evaluación de Amazonía 2021*. In: NOBRE Carlos, et al. (Eds.). United Nations Sustainable Development Solutions Network. Nova York, USA. 2021.
- PÊGO, Bolívar; CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva. Introdução. In: PÊGO, Bolívar; CAMPOS NETO, Carlos Alvares da Silva (Orgs.). *Infraestrutura Econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025*. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro, livro 6, v. 1. Brasília: Ipea, 2010.
- PEREIRA, Jorge Luis Gavina; FERREIRA, Leandro Valle. Suscetibilidade das áreas protegidas da Amazônia Legal ao desflorestamento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi-Ciências Naturais*, v. 15, n. 2, p. 445-463, 2020.
- PINTO, Eduardo Costa Dinâmica Econômica e Regional no Brasil dos anos 2000: efeito China, desconcentração espacial e bloco no poder. In. Brandão, Carlos; Siqueira, Hipólita (Orgs.). *Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- PIRAS, Simone; WESZ Jr., Valdemar João; GHINOI, Stefano Soy expansion, environment, and human development: an analysis across Brazilian Municipalities. *Sustainability*, v. 13, p. 7246, 2021.
- PITTA, Fabio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa; BOECHAT, Cássio Arruda. A produção do espaço na região do Matopiba: violência transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. *Estudos Internacionais*, v. 5, n. 2, p. 155-179, 2017.
- POLAIN DE WAROUX, Yann et al. Land-use policies and corporate investments in agriculture in the Gran Chaco and Chiquitano. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 113, n. 15, p. 4021-4026, 2016.
- RAMÍREZ, Maria Clemencia. *Entre el estado y la guerrilla: Identidad y ciudadanía en el movimiento de los campesinos cocaleros del Putumayo*. Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH). Bogotá, 2001.
- RANGEL, Ignácio. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, 1986.
- RIVERO, Sérgio et al. Pecuária e desmatamento: uma análise das principais causas diretas do desmatamento na Amazônia. *Nova Economia*, v. 19, p. 41-66, 2009.
- RODRIGUES, Jondison Cardoso; NAHUM, João Santos. Expansão e territorialização de infraestruturas portuárias no Brasil e na Amazônia Legal (1993 a 2022). *Novos Cadernos Naea*, v. 26, n. 1, 2023.
- ROJAS, Juan-Carlos; ROZO, Carmenza Castiblanco. Variabilidad espacial y análisis multitemporal sobre los cambios en las coberturas de la tierra ocasionados por la expansión del cultivo de la palma de aceite en los años 1985, 2000 y 2016 en el

- municipio de San Carlos de Guaroa (Colombia). *Gestión y Ambiente*, v. 21, n. 1, p. 59-68, 2018.
- SAITO, Erika Akemi *et al.* Efeitos da mudança de escala em padrões de desmatamento na Amazônia. *RBC – Revista Brasileira de Cartografia*, v. 63, p. 401-414, 2011.
- SASSEN, Saskia. A Savage Sorting of Winners and Losers: contemporary versions of the primitive accumulation. *Globalizations*, v. 7, n. 1, p. 23-50, 2013.
- SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 2016.
- SASSEN, Saskia. Land Grabs Today: feeding the disassembling of national territory. *Globalizations*, v. 10, 2013. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14747731.2013.760927?journalCode=rglo20>. Acesso em: maio 2017.
- SAUER, Sérgio. Questão eco-agrária: extrativismo agrário, mudanças climáticas e desmatamento no Brasil. *Nera*, v. 27, n. 2, 2024.
- SAUER, Sérgio. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. *Land Use Policy*, v. 79, p. 326-338, 2018.
- SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino. ‘Land grabbing’ e ‘green grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Campo – Território*, v.11, n.23, 2016.
- SAUER, Sérgio; PIETRAFESA, José Paulo. Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará. *ACTA Geográfica*, v. 7, p. 245-264, 2013.
- SECEX – Secretaria de Comércio Exterior. *Indicadores e Estatísticas de Comércio Exterior*. 2014. Disponível em: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- SMALLEY, Rebecca. *Agricultural Growth Corridors on the Eastern Seaboard of Africa: an overview*. Working Paper 1 Agricultural Policy Research in Africa. 2017. Disponível em <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/bitstream/handle/123456789/13564/Agricultural%20Growth%20Corridors.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: jul. 2018.
- SOUZA, Rafael Benevides de. Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense. *Revista Nera*, n. 49, p. 244-270, 2019.
- SOUZA, Lucas Barbosa e; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Território, ambiente e modos de vida: conflitos entre o agronegócio e a Comunidade Quilombola de Morro de São João, Tocantins. *Sociedade & Natureza*, v. 31, p. e42482, 2023.
- SVAMPA, Maristella. ‘Consenso de los Commodities’ y Lenguajes de Valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, n. 4, mar./abr. 2013.

- SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo em América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências*. Bielefeld Univ. Press, 2019.
- TAVARES, Jeferson Cristiano. Eixos: novo paradigma do planejamento regional? Os eixos de infraestrutura nos PPAs nacionais, na IIRSA e na macrometrópole paulista. *Caderno Metropolitano*, v. 18, n. 37. São Paulo: 2016, p. 671-695.
- VIRGA, Thais; NEVES, Bárbara Carvalho. Infraestrutura de transportes e o papel brasileiro na Amazônia Sul Americana, uma concentração necessária: governar, integrar, preservar. *Revista Tempo do Mundo*, n. 30, p. 163-200, 2023.
- WERNER, Deborah. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestrutura e o “efeito-China” no Brasil pós-1990. *EURE*, v. 46, n. 139, p. 143-162, 2020.
- WESZ JR., Valdemar João. Soybean production in Paraguay: Agribusiness, economic change and agrarian transformations. *Journal of Agrarian Change*, v. 22, n. 2, p. 317-340, 2022.
- WESZ JR., Valdemar João; ESCHER, Fabiano; FARES, Tomaz Mefano. Why and how is China reordering the food regime? The Brazil-China soy-meat complex and Cofco’s global strategy in the Southern Cone. *The Journal of Peasant Studies*, p. 1-29, 2023.
- WESZ JR., Valdemar João *et al.* Dinâmicas recentes do agronegócio no Oeste do Pará (Brasil): expansão da soja e estruturação de corredores logísticos. *Mundo Agrario*, v. 22, n. 50, 2021.

Como citar

WESZ JUNIOR, Valdemar João; CUÉLLAR BENAVIDES, Juanita; KATO, Karina Yoshie Martins. Agronegócio, infraestrutura logística e dinâmicas fundiárias na Amazônia. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432205, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st01.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

A “Guerra das Rotas” da soja: da especulação à “Razão Logística”

Soy’s “War of Routes”: from speculation to “logistics rationale”

 **Diana Aguiar**¹

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st02

Resumo: O presente artigo analisa como a transformação da geografia global da soja e o consequente redesenho das rotas de comercialização da *commodity* encontram interesses e frentes especulativas previamente estabelecidas nas regiões de fronteira, gerando disputas e estratégias de sujeitos locais e regionais que buscam adaptar-se e responder a estes processos globais, a partir dos limites da sua agência em relação a eles. A primeira seção explora como, além dos determinantes globais, a definição dos projetos logísticos tem sido moldada por disputas entre oligarquias locais em dinâmica altamente especulativa, configurando o que denominamos de “Guerra das Rotas”. Na segunda seção, analisamos como essas disputas, embora imprevisíveis e especulativas, revelam uma “Razão Logística”, alinhada à racionalidade neoliberal, que domina a relação entre os agentes do agronegócio e o Estado brasileiro. Essa “lógica das práticas”, resultante do confronto na reconfiguração das rotas, busca continuamente moldar o Estado a serviço dos interesses empresariais rurais. O artigo conclui

¹ Professora adjunta no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia (IHAC/UFBA) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI/UFBA). Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). Coordenadora do Núcleo de Estudos em Ecologia Política e Territorialidades da Universidade Federal da Bahia (Néctar/UFBA). E-mail: diana.aguiar@ufba.br.

propondo pistas para superar essa lógica por meio de agendas participativas de infraestrutura.

Palavras-chave: infraestrutura logística; soja; racionalidade neoliberal.

Abstract: This article analyzes how transformation of the global geography of soy and the subsequent retracing of trade routes for this commodity encounters previously established interests and speculative flows in frontier regions, generating disputes and strategies for local and regional actors that seek to adapt and respond to these global processes as they are able. The first section explores how in addition to global determinants, logistics projects have been defined by disputes between local oligarchies in highly speculative dynamics that configure what we call the “War of Routes.” The second section analyzes how these unpredictable and speculative disputes reveal a “logistics rationale” aligned with the neoliberal rationality that dominates the relationship between agribusiness agents and the Brazilian government. This “logic of practices” resulting from confrontation as routes are reconfigured continually tries to mold the government in order to serve agribusiness interests. We conclude by proposing ways to overcome this logic through participatory infrastructure agendas.

Keywords: logistics infrastructure; soy; neoliberal rationality.

Introdução

No início do século, a geografia global da soja se transformou e com ela um processo de redesenho das rotas de comercialização da *commodity* ganhou força em virtude da confluência de diversos processos, como a ascensão chinesa, a ascensão da soja ao posto de principal *commodity* agroalimentar global e a expansão da fronteira agrícola no Brasil. Esse redesenho de rotas reflete as repercussões territoriais, regionais e nacionais da dinâmica da geopolítica das *commodities* e das infraestruturas em uma era de ascensão chinesa.

Compartilhamos a leitura de David Harvey (2013a) que defende que, a partir da década de 1970, os problemas crônicos de superacumulação que surgiram no campo da reprodução ampliada geraram, em resposta, diversas tentativas de ajustes espaçotemporais. Embora não tenham conseguido resolver tais problemas, estes “ajustes” tiveram o efeito de abrir novas áreas ao desenvolvimento capitalista e às formas capitalistas de mercado, incorporando-as na esfera da acumulação de capital.

Assim, esses ajustes espaçotemporais resultaram na expansão espacial da esfera de acumulação, ou seja, a reorganização da geografia da acumulação capitalista, o que por sua vez implicou contradições em relação ao tempo de circulação do capital e a necessidade de buscar melhorias no transporte em razão das escalas expandidas da circulação. A ênfase no favorecimento dos fluxos, superando as barreiras espaciais, dependia contraditoriamente da implementação da infraestrutura de transporte: materialidade fixa no espaço para permitir a mobilidade do capital através do espaço.

Outra dimensão dessa contradição entre fixidez e fluidez é que, à medida que se cria ambientes construídos para servir aos imperativos de superar as barreiras espaciais e anular o espaço pelo tempo, mais capital fica imobilizado no ambiente construído e deixa de estar disponível como meio direto de produção (Ghosn, 2010). Soma-se a isso a natureza específica de muitos desses investimentos – uso compartilhado e a dificuldade de cobrar pelo uso na medida da necessidade de retorno do capital – e tem-se a redução do interesse e a capacidade de capitalistas individuais de realizar tais investimentos, levando à criação de “formas organizacionais novas e específicas (sociedades por cotas ou ações, empresas estatais ou mistas)” (Harvey, 2005b, p. 136). Assim, a participação ativa do Estado e a ativação de mecanismos financeiros são fundamentais nessa esfera de produção.

A “importância do Estado como arcabouço territorializado no interior do qual agem os processos moleculares de acumulação do capital” (Harvey, 2013a, p. 79) implica o impulso em moldar o Estado como provedor de parte relevante das infraestruturas sociais e físicas necessárias às atividades capitalistas, o que

Dardot e Laval (2016) denominaram ironicamente de “bens comuns do capital” (p. 284). Dito de outra maneira:

A condição preferida para a atividade capitalista é um Estado burguês em que instituições de mercado e regras contratuais (incluindo as do contrato de trabalho) sejam legalmente garantidas e em que se criem estruturas de regulação para conter conflitos de classe e arbitrar entre as reivindicações de diferentes facções do capital (por exemplo, entre interesses mercantis, financeiros, manufatureiros, agrários e rentistas). (Harvey, 2013a, p. 80)

Esse papel do Estado, fundamental para as atividades capitalistas, ainda que imanente à própria emergência do **Estado-nação**, sofreu um aprofundamento radical a partir da década de 70 do século XX, naquilo que Dardot e Laval (2016) chamaram de “a grande virada”. Harvey atribui a instauração da “doutrina neoliberal” – ou, como parece mais preciso, da “nova razão do mundo” (Dardot; Laval, 2016) – como uma resposta convergente com as necessidades capitalistas de responder à crise geral de superacumulação no âmbito da reprodução expandida que se estabeleceu a partir de então (Harvey, 2013a).

Assim, torna-se imperativo que o Estado assuma a tarefa de viabilizar (diretamente ou como estruturadora/garantidora de última instância de mecanismos financeiros) as infraestruturas incorporadas à terra necessárias à circulação de mercadorias e capital. Ao mesmo tempo, a necessidade de possibilitar financeiramente os diferentes projetos implica atrair cada vez mais investimentos, com o envolvimento direto do Estado nos processos de financeirização de infraestruturas. Em uma era de ascensão chinesa, as condições para satisfazer esta necessidade estão atravessadas pela geopolítica de infraestrutura da própria China, que incide sobre este processo como parte da estratégia para garantir rotas de abastecimento estáveis para *commodities* estratégicas e, ao mesmo tempo, outro destino para o ajuste espaçotemporal massivo de seus capitais superacumulados (Zhang, 2017), expandindo na América do Sul a lógica da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, na sigla em inglês), popularmente conhecida como “Nova Rota da Seda”.

Esse processo só pôde ocorrer em razão da “revolução logística” (Cowen, 2014, p. 23, tradução nossa) – entendida como uma “revolução no cálculo e organização do espaço econômico” – na ciência da gestão a partir dos anos 1960, que passou a ser amplamente adotada, primeiro pelas grandes corporações e depois por qualquer organização no mundo empresarial, ou mesmo instituições públicas operando cada vez mais de acordo com as técnicas empresariais. A antiga arte militar de mover soldados e suprimentos para o *front* sofisticou-se na primeira grande guerra movida a petróleo (a Segunda Guerra Mundial). No pós-Guerra, os usos gerenciais da logística estiveram na linha de frente da pesquisa que desembocou na gestão empresarial. Essa ciência emergente teve um papel fundamental na “invenção da cadeia de suprimentos [*supply chain*] contemporânea e na reorganização das economias nacionais em sistemas transnacionais” (Cowen, 2014, p. 5-6, tradução nossa). Logística e gestão da cadeia de suprimentos (*supply chain management*) são amplamente utilizadas como termos intercambiáveis. Assim, a revolução logística “transformou inteiramente os modos por meio dos quais as corporações imaginam, calculam, planejam e constroem espaços de produção e de distribuição e gradualmente reconstruiu a economia global” (Cowen, 2014, p. 6, tradução nossa).

Em um mundo de hegemonia dos fluxos, a promessa da logística e das finanças “é impulsionada por, ao mesmo tempo que produz fantasias de, eliminar a fricção e a resistência. A soberania absoluta do capital que ambas projetam é talvez a mais tenaz e hiperbólica dessas fantasias” (Mezzadra; Neilson, 2015, p. 7). Essa promessa nunca plenamente realizável enfrenta, a cada momento e a cada ponto no espaço logístico, a ameaça e a ocorrência de fricções.

Analisamos essas dinâmicas com base em suas dimensões geopolíticas e multiescalares em outros trabalhos (Aguiar, 2017). Aqui, quisemos concentrar esforços em explicitar a dinâmica muitas vezes esquecida de como essa expansão espacial do capitalismo, ao incorporar novas áreas, encontra interesses econômicos e frentes especulativas previamente estabelecidas nas regiões de fronteira, gerando disputas e estratégias de sujeitos locais e

nacionais que buscam adaptar-se e responder a esses processos globais, a partir dos limites da sua agência em relação a eles, produzindo tensões e fricções.

Além da revisão de bibliografia concernente a essas dinâmicas, as análises contidas neste artigo partem de pesquisa de campo, análise documental e mapeamento de notícias realizados durante a pesquisa de doutorado da autora. Do ponto de vista da análise documental, foram incluídos relatórios dos projetos e rotas logísticas específicas, tanto de agentes públicos como privados, e materiais digitais dos programas públicos de infraestrutura. Dentre outras coisas, dessa análise resultou o entendimento de que os projetos logísticos prioritários são basicamente os mesmos nos programas de sucessivos governos ao longo dos últimos vinte anos – o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e o Programa de Investimento em Logística (PIL) de Lula da Silva e Dilma Rousseff e o Programa de Parceria de Investimento (PPI) de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Evidencia-se que poucos interesses capitalistas são tão imunes a mudanças de governo e tão plasmados na agenda pública quanto os logísticos. Ao mesmo tempo, fica explicitado que a mera presença de muitos projetos em sucessivos programas não implica sua automática consecução. Vários jamais saíram do papel e outros têm obras que se arrastam por anos sem finalização, o que aponta para um ambiente de baixa previsibilidade e de grande instabilidade.

A pesquisa de campo consistiu principalmente na participação, entre 2014 e 2019, em reuniões e audiências públicas e em encontros de movimentos sociais no Oeste do Pará, onde incide a expansão do corredor logístico multimodal que envolve hidrovias e portos no rio Tapajós, escoamento com caminhões via a BR-163 e o projeto da Ferrogrão. Também houve a oportunidade de participação em atividades de campo em regiões de incidência de outros corredores logísticos do chamado Arco Norte, como a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) no Oeste da Bahia e, no Maranhão, diversos encontros e visitas associados à Ferrovia Carajás, Ferrovia Norte-Sul, BR-135 e Porto São Luís. Nesse processo, não foi somente a resistência das populações atingidas que se sobressaiu, mas também as disputas entre forças econômicas locais e regionais em relação aos projetos. A mera existência do projeto ou mesmo sua presença reiterada nos

programas públicos não implica consenso a respeito dele nas regiões de incidência, nem mesmo entre as elites locais. As percepções sobre perdas e ganhos associados aos projetos são múltiplas e remontam a velhas disputas locais.

O mapeamento de notícias consistiu no estabelecimento de alertas de notícias, no mecanismo Alertas do Google, com palavras-chaves dos múltiplos projetos e programas. O principal ponto de interesse foi a imensa variedade de notícias em mídias locais e regionais, em direta contradição com os anúncios federais. A proximidade desses meios de comunicação com as forças econômicas locais e regionais aponta para um uso especulativo dessas plataformas no contexto das tensões em torno dos projetos e da percepção de que sua presença nos programas não seja garantia de sua realização, de modo a gerar informações que acirrem o debate local e incitem interesses variados na incidência sobre os programas públicos.

A partir desse contexto teórico-metodológico, este artigo está dividido em duas seções. Como discutimos na primeira seção, embora fomentados por determinantes transescalares, a definição de rotas em expansão e os projetos de novas rotas privilegiados em programas públicos de infraestrutura têm respondido sobretudo às disputas entre oligarquias locais no Brasil para viabilizar diferentes projetos logísticos de seu interesse. Estas disputas constituem o processo altamente especulativo que denominamos de “Guerra das Rotas”.

Na segunda seção, analisamos como, apesar da imprevisibilidade e da especulação inerentes a essas disputas, subjacentes a elas, se configurou uma “Razão Logística”, espelho da racionalidade neoliberal, como lógica dominante da relação dos agentes do agronegócio com o Estado brasileiro. Isto não quer dizer que as estratégias desencadeadas por esta diversidade de agentes, por terem uma lógica comum, respondam às intenções plenas de um estrategista identificável ou de um conjunto de sujeitos. Pelo contrário, são estratégias que se estabelecem a partir de uma “lógica das práticas” (Dardot; Laval, 2016), derivada do próprio confronto no processo emergente de (re)desenho de rotas

e, na sua dimensão mais estruturante, procuram moldar continuamente o Estado para estar a serviço dos interesses dos empresários rurais.

Concluimos o artigo com algumas pistas para a superação desta “Razão Logística” por meio de agendas participativas de desenho de infraestruturas dos povos.

A ‘Guerra das Rotas’: especulação nas disputas pelas novas rotas da soja

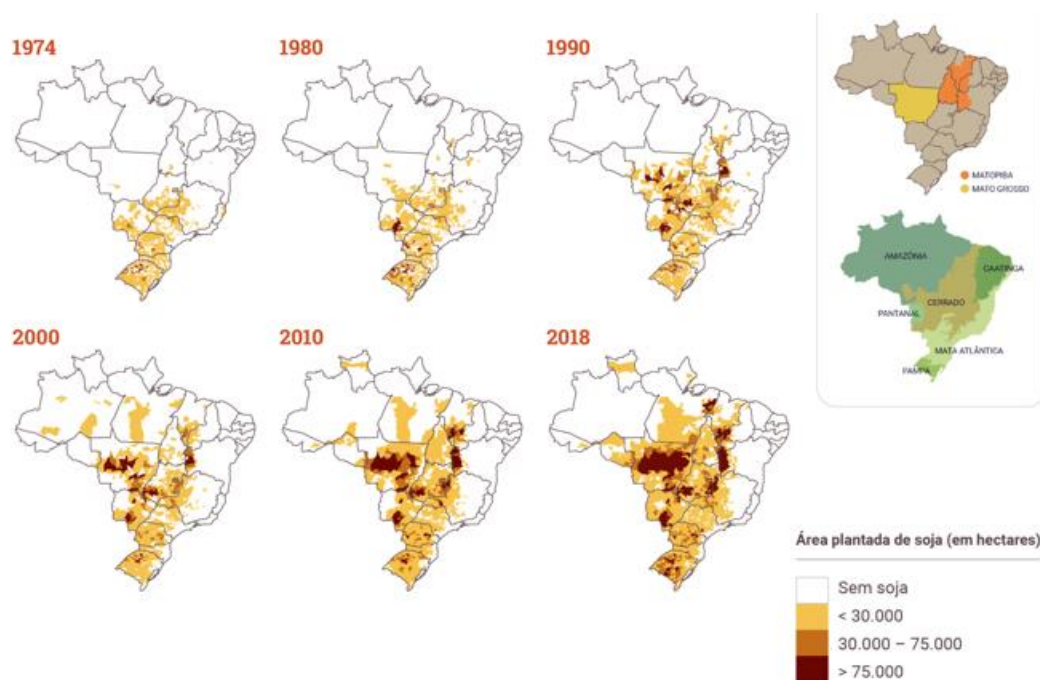
Nos vinte anos entre 2001 e 2021, houve um crescimento de 145% no volume de soja (em grãos ou processada) circulando nos mercados internacionais, atingindo 223 milhões de toneladas (MT) na safra 2020/2021,² tornando-a a principal *commodity* do regime alimentar corporativo global altamente financeirizado (McMichael, 2009). As exportações brasileiras representaram 58% desse aumento, com o país passando de 28% para 45% do total comercializado internacionalmente em vinte anos.³ No mesmo período, a União Europeia (UE) deixou de ser o maior importador de soja brasileira (68% do total exportado pelo Brasil em 2001), enquanto a China assumiu esta posição, importando 58,6% do total exportado em 2021.⁴

O grau de aumento do volume de produção e exportação de soja no Brasil por si só teria sido motivo suficiente para gerar uma demanda para a expansão da infraestrutura logística existente, mas a transformação da geografia da soja implica que não seria suficiente ampliar a capacidade das rotas consolidadas. Com o processo de tropicalização da soja (sua expansão em direção ao Centro e Norte do país) ocorreu que as principais áreas produtoras de soja se distanciaram cada vez mais dos portos historicamente consolidados no Sul e Sudeste do país, como Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná).

² Análise com base em dados agrícolas do USDA (United States Department of Agriculture). USDA. *Fornecimento de produção e distribuição on-line*. consulta personalizada. Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Serviço Agrícola Estrangeiro – produção, abastecimento e distribuição. USDA, Washington, DC, 2022. Disponível em: <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/advQuery>. Acesso em: 30 abr. 2022.

³ Análise com base em dados agrícolas do USDA, supracitados.

⁴ Análise a partir dos dados do Sistema de Estatísticas de Comércio Exterior (Comex Stat), pertencente, em 2022, ao Ministério da Economia e, a partir de 2023, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Brasil. Ministério da Economia. Comex Stat. *Gov.br*, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Figura 1 – A invasão do Brasil Central por monocultivos de soja

Fonte: Aguiar (2021, p. 15).

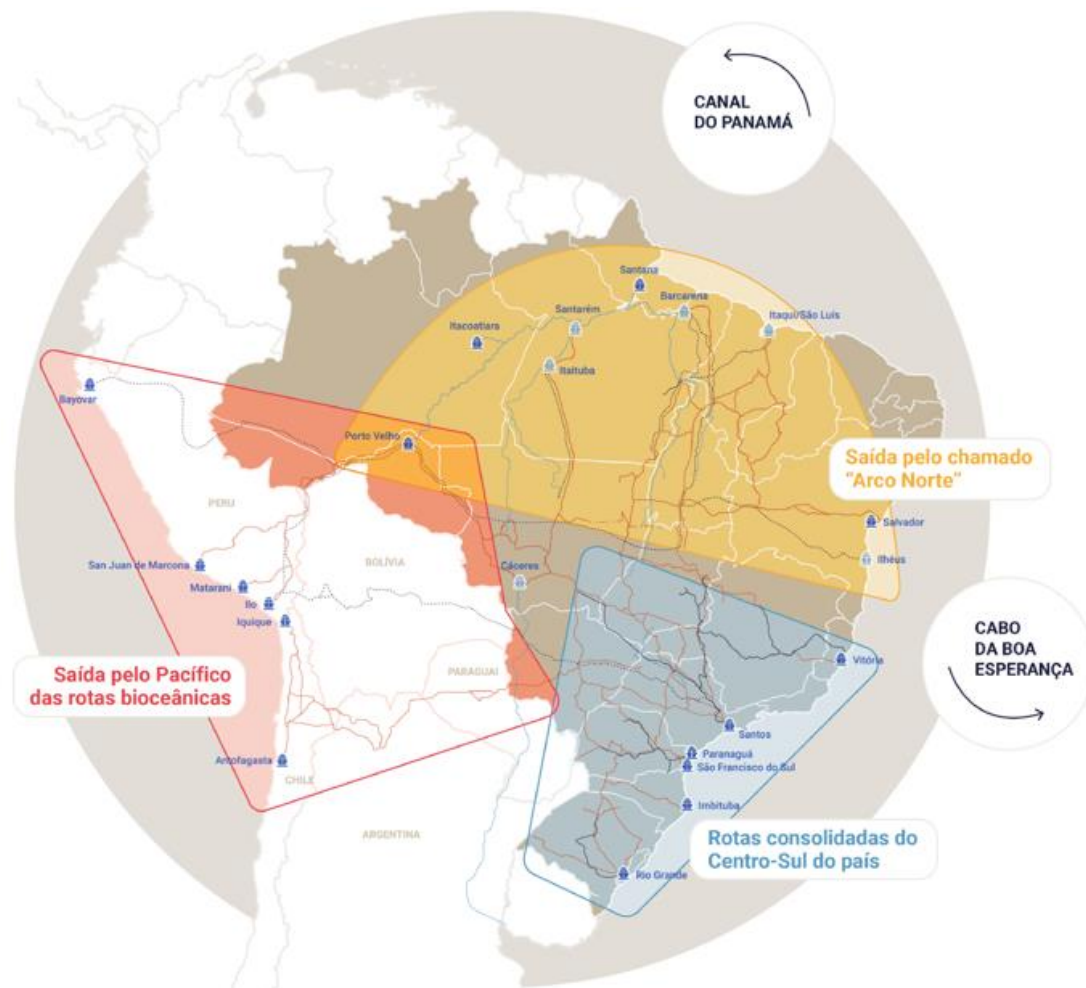
Ao mesmo tempo, sendo a China o principal destino emergente e prioritário da soja, é no Pacífico e não no Atlântico que se estabelece o vértice das rotas comerciais desta *commodity*. Associa-se isso ao impulso fundamental, em escala global, ao consumo de *commodities* minerais e energéticas que a ascensão da China representa, e há um processo acelerado e sem precedentes de redesenhar as rotas comerciais, tendo o Pacífico como espinha dorsal.

A ‘Nova Rota da Seda’ e as novas rotas da soja

Em que pese a necessidade de redesenho das rotas, persistia a logística da soja alinhada com a realidade anterior, quando a UE era o maior importador mundial. Na realidade que surgiu no início do século, entre as colheitadeiras do Brasil Central e sua utilização majoritária como ração animal na China, a soja transmutada em *commodity* passou a percorrer um caminho cada vez mais longo, precisando fazê-lo ao menor custo, reduzindo o tempo de sua circulação

no espaço. Esse movimento resultou no surgimento de diferentes projetos em disputa de “novas rotas da soja”.

Figura 2 – Diversos sentidos de rotas da soja (existentes e projetos)



Fonte: Aguiar (2021, p. 25).

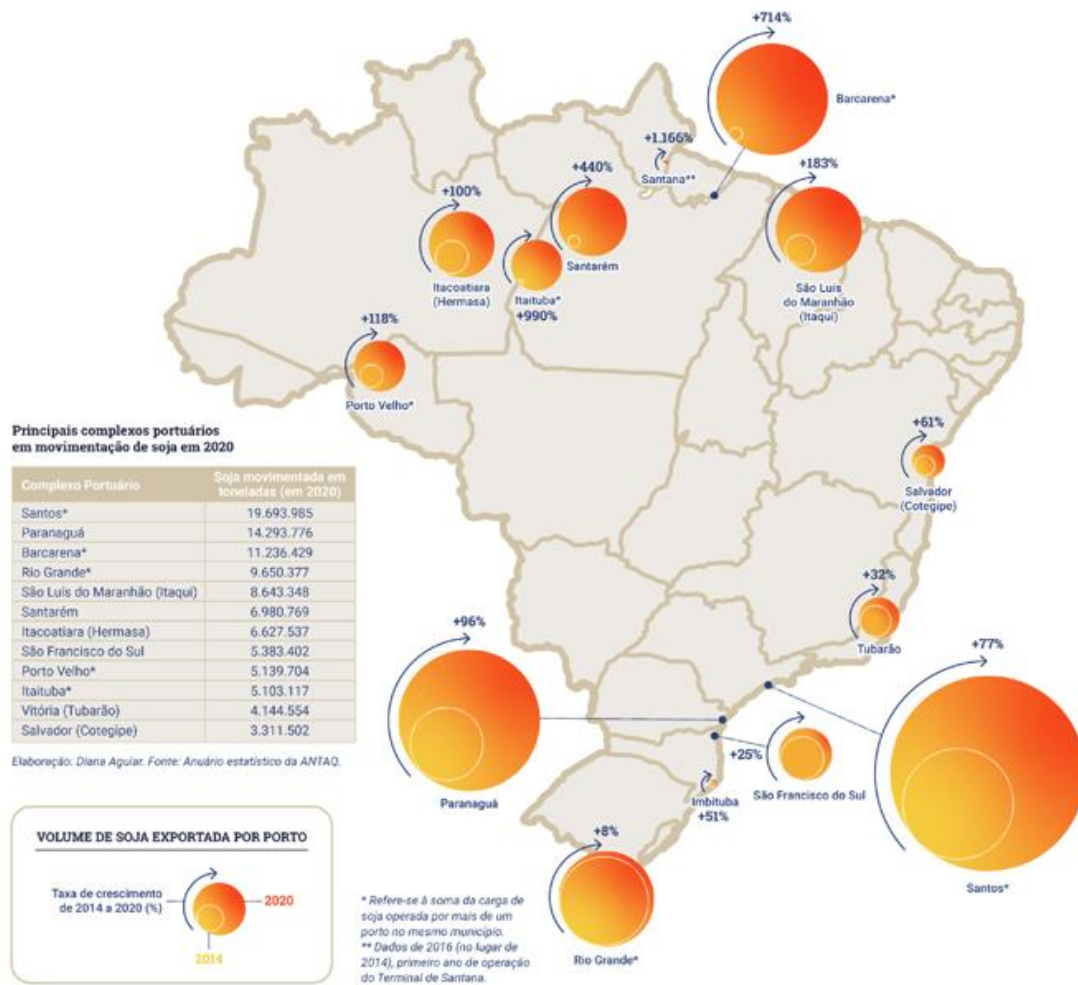
Embora, como mostra o mapa na Figura 2, tenham sido propostas rotas terrestres em direção à costa do Pacífico no Peru ou no Chile, ou o reforço de rotas historicamente consolidadas na costa do Atlântico no Centro-Sul do Brasil, são as novas rotas em direção à costa do Atlântico no Norte e Nordeste do país (para a partir daí atravessarem o canal do Panamá em direção à China), aquelas que mais se expandiram e continuam em expansão no período. O mapa de 2021, na Figura 3, enfatiza essas rotas do chamado Arco Norte.

Figura 3 – Principais rotas da soja em expansão



Fonte: Aguiar (2021, p. 32).

Em que pese muitos desses projetos não terem sido sequer iniciados ou não estarem em operação plena, a expansão da comercialização pelos diferentes portos no Brasil no período entre 2014 e 2020 dá a dimensão da explosão de escoamento pelos portos da Amazônia, os quais registraram aumento de 990%, 714% e 440%, respectivamente, em Itaituba (PA), São Luís do Maranhão e Santarém (PA), enquanto em Santos (SP) apresentaram crescimento de 77% e, em Paranaguá (PR), 96%, no mesmo período.

Figura 4 – Portos do Norte em acelerada expansão

Fonte: Aguiar (2021, p. 29).

Embora o Brasil também exporte volumes significativos de outras *commodities* para a China (em especial, minério de ferro e petróleo), é o escoamento da soja, pelas suas características, que tem impulsionado a incidência privada na agenda pública de infraestrutura logística. Por um lado, ao contrário do petróleo (explorado especialmente *offshore*), a soja exige uma considerável logística terrestre ou fluvial para chegar aos portos de exportação. E, diferentemente do minério de ferro explorado de forma mais concentrada no espaço (onde estão localizadas as jazidas) por pouquíssimas empresas (em especial, a Vale S.A.) e que, portanto, tem a logística como processo-chave associado ao negócio extrativo e normalmente implementada

e gerida pela própria mineradora, a soja é produzida em uma extensão geográfica muito mais ampla e envolve uma multiplicidade de grupos econômicos, a maioria dos quais preferindo aproveitar a infraestrutura viária mantida por terceiros.

Assim, o agronegócio procura influenciar a definição da agenda pública de infraestrutura para garantir a promessa de circulação fluida por meio de corredores de exportação. Esta incidência é imperativa para os diversos agentes das rotas em disputa por uma série de razões. Em primeiro lugar, de acordo com a legislação em vigor, é prerrogativa do Estado fazer as concessões e licenças necessárias para a construção e operação de infraestruturas de transporte. Em segundo lugar, o montante de investimento necessário para a execução de projetos de infraestruturas de transporte, o longo tempo necessário para a rentabilidade dos projetos e a baixa liquidez do investimento tornam pouco atrativo o compromisso com este tipo de projetos, especialmente para agentes cuja liquidez se mede pelo tempo de uma safra. Essa limitação de interesse procura-se solucionar globalmente por meio da engenharia financeira (Hildyard, 2016). Além disso, o caráter difuso da utilização desse tipo de infraestrutura entre diversos produtores e algumas empresas comercializadoras (*tradings*) – no caso do agronegócio – implica um desvio dos interesses imediatos de investimento de agentes privados isolados, que preferem pagar frete pela utilização de vias de escoamento. No caso de agentes de maior porte como as *tradings*, esse uso ocorre ao mesmo tempo que investem (ou compartilham investimento) em infraestruturas de armazenamento e terminais portuários para uso privado.

Neste contexto, quando um projeto entra na carteira de programas públicos de infraestrutura, sejam nacionais, regionais, bilaterais ou multilaterais, e nas carteiras de investimentos de bancos públicos (ou multilaterais), o Estado (ou Estados) indica(m) a priorização de sua execução, seja por meio da alocação massiva de recursos públicos ou combinações com o capital privado. A proliferação de projetos (desenhando rotas em direções distintas, bem como enfatizando modais de transporte específicos) gerou uma dinâmica de disputa

entre diferentes forças políticas. Essas dinâmicas são em geral impulsionadas pela percepção de vantagens ou desvantagens de determinados projetos para os locais geográficos de onde emana a base social ou material do poder político-econômico de cada grupo. Esses diversos projetos são produto de inter-relações e conflitos, com desvios e continuidades. Por trás de cada um deles é possível identificar forças políticas que atuam como agentes e estratégias destinadas a dar impulso a eles.

Consequentemente, a ascensão de algumas forças políticas no cenário nacional, em detrimento de outras, tem impacto direto no avanço dos projetos por elas agenciados. Alguns projetos são percebidos como complementares, enquanto outros são tratados como rivais, seja porque dependem de financiamento restrito para sua viabilidade, seja porque o estabelecimento de uma das rotas tornaria a outra praticamente inviável, uma vez que a carga a ser transportada seria insuficiente para alimentar mais de uma rota e uma delas ficaria excessivamente ociosa.

Desta forma, por um lado, agentes com interesses diversos pressionam pela inclusão de projetos que favoreçam as suas rotas de fluxo prioritárias, muitas vezes competindo entre si no que chamamos de “Guerra das Rotas”. Por outro lado, estes agentes permanecem atentos aos anúncios de projetos, formando frentes especulativas que apostam na valorização dos terrenos ao longo do seu eixo, entre outras possibilidades de negócios associadas.

A dimensão especulativa como estratégia de coexistência com a imprevisibilidade

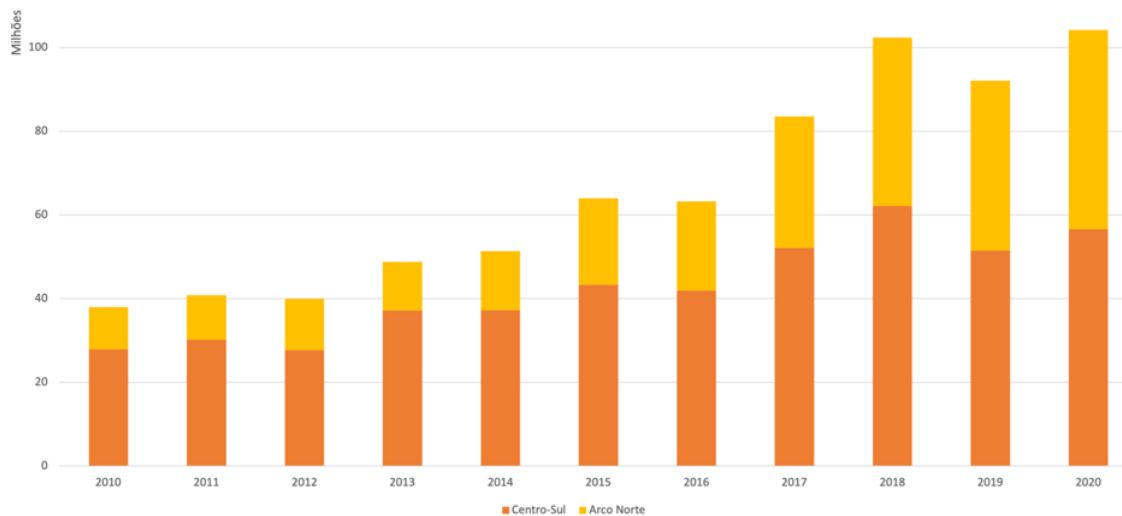
Enfatizar a dimensão especulativa nos permite revelar os limites das intenções capitalistas e mesmo do planejamento estatal. O que é projetado a partir de Brasília ou, em alguns casos, dos órgãos governamentais das unidades federativas, dos corredores parlamentares e dos escritórios das associações empresariais rurais ou das empresas transnacionais de comercialização de grãos não é materialmente traduzido por decreto. A transmutação da intenção em planejamento e, mais ainda, em materialidade está sujeita a muitos retrocessos e é atravessada por conflitos acirrados. Não existe laboratório controlado e,

portanto, qualquer previsão deve ser lida com cautela, sob o risco de provável obsolescência do que foi anunciado a cada momento durante a concepção de um programa ou projeto.

Analisando essas dinâmicas, defendemos que a especulação é, em si, uma estratégia de coexistência com a imprevisibilidade inerente aos megaprojetos, especialmente no capitalismo periférico em que a subordinação dos interesses locais à lógica dos fluxos financeiros transnacionais é exacerbada. Esta imprevisibilidade aprofunda-se ainda mais nas regiões de fronteira da expansão capitalista, onde normalmente há forte resistência por parte dos sujeitos insurgentes afetados por tais projetos – como os povos indígenas e as comunidades camponesas, entre outros. Além disso, nestas regiões de fronteira, as técnicas de governo disponíveis para serem ativadas pelo Estado são reduzidas e neutralizadas pela instabilidade inerente a elas.

Justamente por isso, muitos projetos de ferrovia propostos nos últimos anos não saíram do papel ou estão em construção há anos, com o transporte circulando principalmente por caminhões enfrentando estradas em mau estado e engarrafamentos frequentes. Ou seja, a expansão de novas rotas ocorreu muito mais porque as *tradings* construíram portos em novas regiões – especialmente na Amazônia –, apropriando-se de estradas já existentes, sem que o Estado necessariamente fizesse adaptações ou mitigações quanto às consequências do aumento da intensidade do tráfego. A Cargill, por exemplo, inaugurou seu porto em Santarém (PA) em 2003, anos antes do projeto de pavimentação da BR-163 tomar impulso, apostando na futura consolidação desta rota de escoamento. A Ammagi iniciou as operações do porto de Itacoatiara (AM) em 1997, apostando no escoamento via os rios Madeira e Amazonas e basicamente inaugurando este corredor (Corredor Noroeste de Exportação).

O Gráfico 1 dá a dimensão do crescimento do volume da soja exportado entre 2010 e 2020 pelos portos do chamado Arco Norte em relação aos demais.

Gráfico 1 – Participação dos portos do Centro-Sul e Arco Norte na exportação do complexo soja (em milhões de toneladas)

Fonte: Elaboração da autora a partir de consulta à Antaq (2021).⁵

Enquanto isso, as comunidades rurais e urbanas atravessadas por essas estradas sofrem com poluição constante, atropelamentos e aumento da exploração sexual de crianças, como é o caso da BR-163 (Aguilar, 2017). Além disso, muitas das necessidades de trânsito local são suplantadas pelos imperativos logísticos da economia exportadora de soja, como foi exposto no caso de uma enfermeira que, em fevereiro de 2021, decidiu não esperar pelo longo congestionamento de caminhões carregados de soja e deixou a ambulância a pé, empurrando por dois quilômetros pela rodovia BR-163 – próximo ao município de Itaituba no Pará, onde fica um dos complexos portuários da soja com maior expansão na Amazônia – a maca de um paciente de Covid-19 em estado grave (Cavaleiro, 2021).

Assim, do ponto de vista dos territórios atingidos, preocupam tanto a ameaça dos megaprojetos como a concretização caótica de rotas sem grande planejamento. Porém, apesar dos graves danos socioambientais, essas situações são capturadas principalmente pelo próprio agronegócio para reivindicar a necessidade da ampliação planejada das rotas e implementação dos projetos

⁵ Análise a partir dos dados da Antaq. Ver: Antaq. *Estatístico Aquaviário*: consulta personalizada. Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Brasília, 2021. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/index.html#pt>. Acesso em: 30 abr. 2021.

previstos. Dessa forma, marcadas por contratempos e imprevisibilidades, as rotas se expandem em resposta a disputas e confluências de intenções e interesses geridas por uma diversidade de agentes.

Dentre estes se encontram desde empresários rurais mais ou menos ligados a certas oligarquias regionais e organizados em associações empresariais; aos parlamentares e governos das unidades da federação, respondendo em geral aos interesses das associações empresariais rurais das regiões de onde emana sua base de poder político; até empresas nacionais e transnacionais de comercialização de grãos (*tradings*) com instalações em regiões específicas onde apostaram que as rotas convergiriam (como a Cargill e Ammagi, mencionadas anteriormente). Toda esta constelação de interesses molda a “Guerra das Rotas”. No caso das apostas diferenciadas entre Cargill e Ammagi, por exemplo, mais tarde, a Ammagi estabeleceria também um porto em Itaituba no Pará em *joint-venture* com a *trading* Bunge, o que alimentaria disputas políticas típicas da “Guerra das Rotas”: Blairo Maggi teria pressionado para que as obras de pavimentação da BR-163 fossem somente até Miritituba (em Itaituba), excluindo 172 km até Santarém e isolando o porto da Cargill (Torres; Branford, 2017).

Os principais projetos logísticos das novas rotas da soja em pauta são resquícios de outros que não foram concluídos no passado. Os projetos em disputa são em grande parte os mesmos há 20 anos, embora, como analisamos em outros trabalhos (Aguiar, 2021), o processo de neoliberalização que orienta as tentativas de implementá-los tenha se aprofundado.

Na disputa entre projetos, os diferentes agentes utilizam frequentemente recursos discursivos para dar um enquadramento de maior legitimidade pública e mesmo inevitabilidade a uma determinada rota. O primeiro deles é o recurso de reivindicar uma certa “vocação” que viria de condições “naturais”. A profundidade das águas da baía de São Marcos em São Luís do Maranhão, as conexões ferroviárias já existentes e a proximidade geográfica ao hemisfério norte e ao canal do Panamá são características frequentemente nomeadas para apontar a “vocação portuária” do Maranhão (Imirante, 2022).

Em outros casos, busca-se associar um projeto a um antecedente distante para dar a ele legitimidade e reivindicar sua “vocação” histórica. Um paralelo a isto foi a própria articulação discursiva da China de que a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) reivindicava a antiga Rota da Seda como antecedente (Zhang, 2017). No caso de alguns projetos em disputa no Brasil, a reivindicação de antecedentes em projetos idealizados por figuras públicas no país na primeira metade do século XX tem sido um recurso frequentemente utilizado.

O projeto da Ferrovia Transoceânica, em alguma medida, remonta a um projeto da década de 1950 do engenheiro e deputado federal pela Bahia, entre 1971 e 1990, Vasco Azevedo Neto, batizado à época de Ferrovia Transulamericana. Sem avançar durante décadas, foi transformado em parte na Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) – entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA) –, também batizada de Ferrovia Engenheiro Vasco Azevedo Neto (em homenagem ao idealizador do seu suposto antecedente histórico). Com a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) – entre Goiás e Mato Grosso – comporia boa parte da conexão bioceânica no território nacional. Porém, a incredulidade de parte do setor agropecuário com o trecho rumo ao Pacífico da ferrovia é notória. O projeto da Transoceânica é tratado como megalomaniaco e pouco exequível – um “conto chinês” (Rittner, 2017). Preferem concentrar esforços em outros que não envolvam a complexa engenharia de cruzar os Andes (Barros, 2015).

Outro exemplo do recurso a antecedentes históricos para dar legitimidade é a Ferronorte, projeto promovido na década de 1970 pelo então deputado federal pelo estado do Mato Grosso Vicente Vuolo, mas já em um contexto dominado pelo rodoviarismo. Incluía a ligação ferroviária entre São Paulo e Cuiabá e uma segunda fase que visava a estender a ferrovia em duas conexões a partir de Cuiabá: a Santarém e a Porto Velho. O projeto, nunca executado em sua inteireza, tornou-se objeto de disputa entre forças políticas do Mato Grosso. Nas narrativas de legitimação a esse projeto, é comum atribuir-se a Euclides da Cunha o posto de seu entusiasta por uma menção a este traçado ferroviário em um texto de 1901 (Assembleia, 2013, p. 4).

Em outros casos, o projeto anterior é de tal forma reapropriado – e a sua história apagada – que a referência a qualquer projeto “original” desaparece

completamente. Mais uma vez a Ferronorte ilustra isso. O projeto original da ferrovia – desenhado com base em uma lógica integrativa do estado do Mato Grosso com o Norte do país (Santarém e Porto Velho) a partir de Cuiabá como centro de comando da drenagem do Norte do estado e conectado prioritariamente com a malha paulista rumo a Santos – perdeu espaço para projetos de costas para Cuiabá. Estes últimos são traçados para conectar o “Nortão” (como os ruralistas se referem ao Norte do Mato Grosso) diretamente aos portos do Arco Norte – tal como o Corredor Noroeste (rodo-hidroviário) e o projeto da Ferrogrão, desenhado para conectar Sinop (MT) e Itaituba (PA). Incidiu sobre essa disputa, a ascensão política e econômica da família Maggi diante dos grupos que conceberam e tocaram o projeto da Ferronorte – o ex-senador Vicente Vuolo e o então detentor do título de “maior produtor de soja do mundo”, Olacyr de Moraes, que obteve a concessão daquela ferrovia em 1988.

Ao longo deste caminho de disputas, surgem velhas queixas e acusações entre as forças políticas e empresários locais. Um exemplo disso é a queixa de políticos e empresários paraenses de que a União teria favorecido outras regiões no passado. Na audiência pública da Ferrovia Paraense S.A. (Fepasa), o senador Flexa Ribeiro falou da “dívida histórica” de Brasília com o Pará representada pela escolha de São Luís e não de Belém como vértice Atlântico da Ferrovia Carajás, o que teria tornado o Sudeste Paraense, alegava, uma plataforma de extração do minério de ferro, que é então rapidamente levado para o estado vizinho do Maranhão para exportação. Na ocasião, o senador era veementemente apoiado por outros presentes como o representante da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa). Em relação ao projeto da Ferrogrão, pensado para o Oeste do Pará, ambos condicionavam seu apoio à garantia por parte do governo federal de que viabilizaria o projeto da Fepasa, conectando Belém ao Sul do estado do Pará, que julgavam não só fazer mais sentido econômico, como servir de reparação à “injustiça” atribuída por eles à escolha do traçado de Carajás. Durante a audiência, políticos paraenses acusavam a Ferrogrão de ser um projeto de ferrovia desenhado a partir de

Brasília para atender aos interesses do agronegócio do Mato Grosso, tratando o Oeste do Pará como mera rota de passagem.⁶

Assim, a “Guerra das Rotas” é, em certa medida, também passional, embora a paixão mobilizada seja igualmente, pode se dizer, parte da atuação pública dos agentes nela envolvidos, precisamente por seu caráter fortemente especulativo. Os investimentos pioneiros, recursos discursivos e boicotes mútuos buscam consolidar certas apostas especulativas como fato consumado, tornando-as profecias autorrealizáveis.

Na defesa de projetos específicos que disputam a “Guerra das Rotas”, o predomínio da especulação relega para segundo plano a racionalidade, que só é percebida como lógica subjacente ao todo. Analisamos a seguir como, associada à “Guerra das Rotas”, às suas continuidades por intermédio de governos de diferentes matizes e ao seu caráter de imprevisibilidade e especulação, uma “Razão Logística” se consolidou, como espelho da racionalidade neoliberal na determinação da agenda pública de infraestrutura.

A ‘Razão Logística’ como racionalidade para moldar o Estado

Como vimos, os diversos projetos em disputa na “Guerra das Rotas” são agenciados por diferentes forças políticas, respondendo às suas próprias agendas. Porém, nem tudo é específico. Em comum, uma lógica subjacente, que evoca um suposto “imperativo logístico” para atribuir racionalidade e legitimidade à sua expressão no debate público, processo ao qual chamamos de “Razão Logística”. Na sua essência está a tentativa de moldar o Estado para servir estes imperativos.

Pierre Dardot e Christian Laval (2016) nos oferecem uma chave de leitura ao defenderem que o objetivo neoliberal de estabelecer uma nova regulação por meio da concorrência não consistia em uma intenção pré-formulada por um “Estado-Maior”, mas sim em uma estratégia que se constituiu no próprio processo de confronto da luta neoliberal contra o Estado de bem-estar social. De forma correlata, o fato de que as ações de agentes múltiplos para incidir sobre a agenda pública de infraestrutura terem uma lógica comum não significa

⁶ Anotações da autora em pesquisa de campo em Belém do Pará, em 2017.

que respondam às intenções plenas de um estrategista identificável ou de um conjunto de sujeitos. Pelo contrário, são estratégias que se estabelecem a partir de uma “lógica das práticas”, derivada do próprio confronto no processo emergente de (re)desenho de rotas e, na sua dimensão mais estruturante, procuram moldar continuamente o Estado para estar a serviço dos interesses dos empresários rurais. Nas palavras de Dardot e Laval:

Para tentar explicar esse surgimento do objetivo a partir das condições de um confronto já iniciado, devemos recorrer a outro sentido do termo “estratégia”, um sentido que não a faz proceder da vontade de um estrategista nem da intenção de um sujeito. Essa ideia de uma “estratégia sem sujeito” ou “sem estrategista” foi elaborada por Foucault.

... O que se trata de pensar aqui é certa “lógica das práticas”: primeiro, há as práticas, frequentemente díspares, que instauram técnicas de poder (entre as quais, em primeiro lugar, as técnicas disciplinares) e são a multiplicação e a generalização de todas essas técnicas que impõem pouco a pouco uma direção global, sem que ninguém seja o instigador desse “impulso na direção de um objetivo estratégico”. (2016, p. 192)

A racionalidade neoliberal vai se constituindo gradativamente como uma “conduta de condutas”, uma “governamentalidade”, no sentido de Foucault, ou uma “ação sobre as ações de indivíduos supostamente livres em suas escolhas, [que] permite redefinir a disciplina como uma técnica de governo próprio das sociedades de mercado” (2016, p. 215). Essa governamentalidade vai delimitando o próprio modo de funcionamento do Estado e dos sujeitos (desde servidores públicos até cidadãos transformados em empreendedores de si mesmos) com base nos imperativos do mercado. Nessa trajetória, inspira políticas concretas e “nega-se como ideologia, porque ele é a própria *razão*” (2016, p. 242) e vai se conformando como uma pragmática geral, transversal a governos de matizes distintos, manifestando sua imensa plasticidade. Como parte deste processo, ocorre a “produção e difusão maciça de um léxico homogêneo, verdadeira *língua franca* das elites modernizadoras, [que] acabaram por impor o discurso ortodoxo da gestão” (2016, p. 231).

No caso da “Razão Logística” – lógica subjacente à “Guerra das Rotas” que vai além da defesa de projetos específicos em disputa –, um léxico comum (“déficit logístico”, “gargalo logístico”, “Custo Brasil”) se repete à exaustão, ganhando ares de naturalidade e, em última instância, de legitimidade inquestionável. Fora deste léxico estão os discursos irracionais daqueles que não se guiam pelo imperativo da eficiência.

Uma situação dá a dimensão deste enquadramento dos termos do debate baseado em uma lógica que exclui outras necessidades que não o imperativo logístico. Tendo em vista o processo de preparação, em 2019, do leilão para a concessão da Ferrovia Norte-Sul no trecho entre os municípios de Uruaçu (Goiás) e Porto Nacional (Tocantins), um membro do Ministério Público propôs ao Tribunal de Contas da União revisar a convocação para incluir a exigência de que a concessionária vencedora do processo ofereça trens regulares para passageiros. A proposta foi descrita pelo então ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, como “quixotesca” e “sem sentido”:

O [procurador] Júlio Marcelo queria trem de passageiro lá, mas não tem demanda para isso. Ele imagina uma pessoa viajando, trabalhando em seu notebook e seu Wi-Fi, mas não estamos fazendo o trajeto de Londres a Paris. Na verdade, a gente está indo de Uruaçu (GO) a Porto Nacional (TO). Você já marcou uma festa com a sua família em Porto Nacional? Não? Eu também não. O que vai passar lá é carga, grão, líquido, fertilizante. É isso que temos de resolver, essa é a vocação da ferrovia. (Estadão, 2019)

Em resposta à declaração do ministro, os prefeitos de Uruaçu e Porto Nacional reagiram dizendo que nessas regiões vivem pessoas que não fazem festa em Londres ou Paris, mas sim em suas cidades e que poderiam se beneficiar dos trens de passageiros (Estadão, 2019).

Dentre as expressões mobilizadas pelo léxico da Razão Logística está a ideia de “gargalo”. No jargão da administração de produção, se refere ao elo menos eficiente da cadeia produtiva, no qual o esforço de “anular o espaço pelo tempo” e realizar o valor mais rapidamente se vê travado pela falta de competitividade de alguma parte necessária ao metabolismo do capital. Em junho de 2016, um

banco de investimento holandês especializado em *commodities* agrícolas, Rabobank, lançou um relatório voltado aos seus clientes, analisando o panorama e as tendências do investimento em logística portuária no Brasil e seus prováveis impactos na exportação de *commodities* agrícolas brasileiras. A narrativa de que há um subinvestimento histórico em logística no país, com consequentes gargalos para a inserção mais eficiente da produção brasileira de grãos nas cadeias globais de valor, era enfatizada para apontar um novo horizonte: as mudanças na legislação portuária brasileira em 2013 teriam aberto caminho para a instalação de novos portos privados, e os corredores do Arco Norte despontavam como as rotas mais dinâmicas em termos de crescimento do comércio para exportação (Rabobank, 2016). Segundo o relatório do Rabobank, o gargalo de escoamento das *commodities* agrícolas seria tão considerável que qualquer ganho marginal com novos portos rapidamente se esvai com o aumento do volume produzido que eles ativam nas áreas do entorno, causando nova saturação.

De acordo com esta lógica, a margem de expansão dos corredores logísticos ainda é grande: “Construa e eles virão”, diz o título e as conclusões do relatório do banco de investimento holandês, apontando os gargalos como um problema, mas, sobretudo, uma oportunidade de investimento para seus clientes no Brasil e de ganhos tanto no aumento da produção de grãos quanto na exploração comercial de portos nos novos corredores logísticos (Rabobank, 2016). O crescimento do investimento privado no setor portuário pode estar mais consolidado do que no restante dos modais da cadeia logística, mas a tendência dos programas governamentais e multilaterais aponta para o aprofundamento da participação privada em toda a cadeia de transporte multimodal, bem como na infraestrutura como um todo (Silva Filho, 2014).

O Banco Mundial é um dos promotores da “aniquilação do espaço pelo tempo” (Harvey, 2005a) em escala global, formulando políticas e imperativos de desenvolvimento que têm o disciplinamento territorial como uma das suas principais chaves (Hildyard, 2016). O Banco publica o Índice de Desempenho Logístico (LPI, na sigla em inglês), comparando 160 países em um *ranking*

global.⁷ Em 2018, o Brasil apareceu na posição 56. Como qualquer *ranking* global que opta por reduzir o conteúdo qualitativo a números e ignorar as históricas relações de poder que causaram o desenvolvimento desigual (Peck, 2017) e a possibilidade de que outras variáveis ou índices possam ser mais relevantes, o LPI serve, sobretudo, para justificar o aprofundamento do modelo celebrado no topo.

No Brasil, essa lógica ganhou evidência no debate público a partir da expressão “Custo Brasil”. A definição da Confederação Nacional da Indústria (CNI)⁸ resume os termos:

Custo Brasil é a expressão usada para se referir a um conjunto de dificuldades estruturais, burocráticas, trabalhistas e econômicas que atrapalham o crescimento do país, influenciam negativamente o *ambiente de negócios*, encarecem os preços dos produtos nacionais e *custos de logística*, comprometem investimentos e contribuem para uma excessiva carga tributária. (grifos nossos)

A CNI também constrói uma narrativa de que se trata de um “problema” que atinge a todos indistintamente:

Do cidadão comum ao setor produtivo, todos sofrem as consequências do Custo Brasil: um sistema tributário complexo, com excesso de burocracia, enormes gargalos logísticos e uma insegurança jurídica que não impulsiona investimentos ao país. Isso tudo faz com que, há mais de 20 anos, o Brasil ocupe posições desfavoráveis nos principais *rankings* internacionais de competitividade.

O imperativo de “aniquilar o espaço através do tempo” não é exclusivo da moderna cadeia agroindustrial da soja, mas certamente é nesta complexa miríade de agentes capitalistas – desde empresários rurais mais ligados a dinâmicas locais até empresas transnacionais com maior controle sobre as cadeias – que esse imperativo é verbalizado com mais frequência no país, em sua prosaica tradução política (“Custo Brasil”), para influenciar a agenda pública de

⁷ Ver: World Bank Group. Logistics Performance Index. Disponível em: <https://lpi.worldbank.org/>. Acesso em: 21 jan. 2019.

⁸ Portal da Indústria. Entenda o que é o Custo Brasil e como ele impacta o país. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/o-que-e-custo-brasil/>. Acesso em: 10 abr. 2022.

infraestrutura, em um debate que mobiliza recursos narrativos carregados de interesses privados.

Na mesma toada, é comum que os empresários rurais afirmem que o agronegócio brasileiro é eficiente “da porteira da fazenda para dentro” e que perde competitividade “da porteira da fazenda para fora”. Assim, o “Custo Brasil” está associado ao espaço de circulação, público e (mal) regulado por um Estado ineficiente, comparado ao espaço de produção privado, moderno e tecnológico.

Da “porteira pra dentro” – espaço da grande porção de terra cercada e transmutada em propriedade privada – os empresários rurais se veem como soberanos, apesar de todos os incentivos históricos do Estado brasileiro que resultaram no cercamento de terras e na viabilização da produção, como a pesquisa pública de variedades de soja adaptadas a baixas latitudes. Da “porteira pra fora” está o espaço das estradas de ligação aos silos e armazéns, das estradas, hidrovias e terminais portuários, aos portos de embarque para exportação, gerida e viabilizada como espaço público ou como espaço público cedido ao setor privado para atender interesses privados, em que o agronegócio reivindica a “Razão Logística” como coincidente com a “razão do Estado”. A própria narrativa que descreve a “porteira pra dentro” como o espaço da eficiência privada e a “porteira pra fora” como o espaço da ineficiência pública é mobilizada para moldar o significado do Estado a partir da lógica empresarial, tornando-se uma expressão do transbordamento da “nova razão do mundo” (neoliberal) (Dardot; Laval, 2016) sobre o planejamento público de infraestrutura.

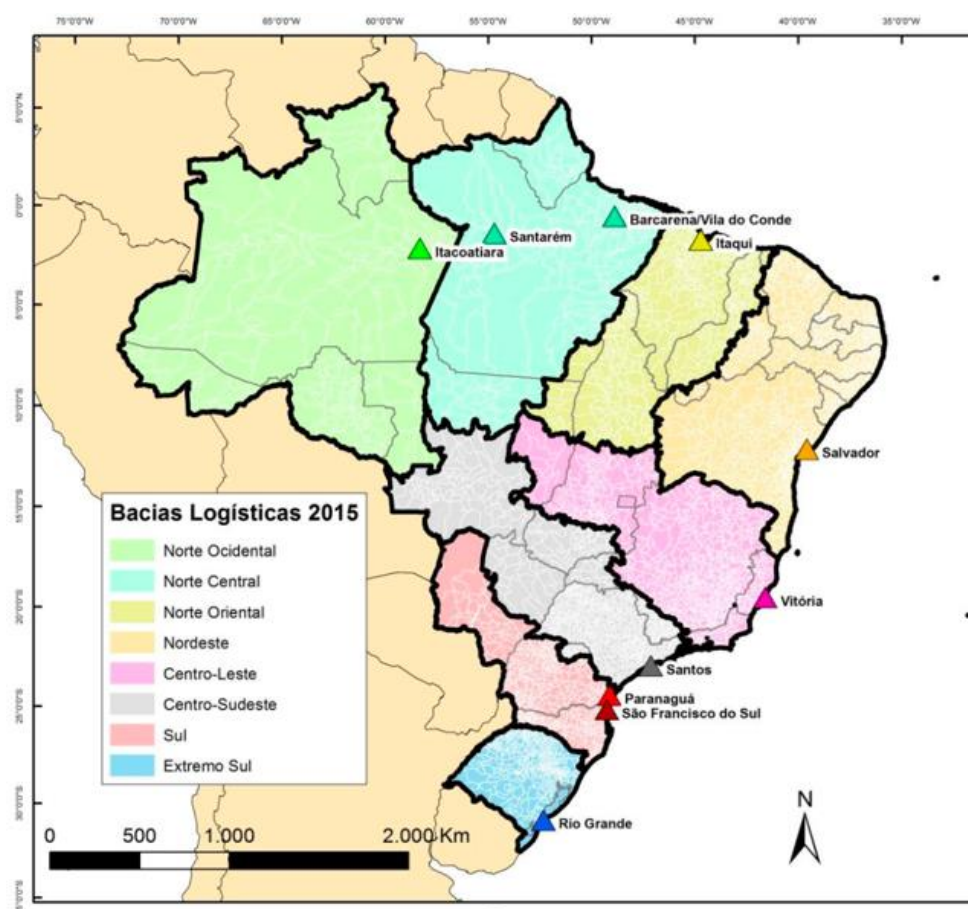
Nesse mesmo sentido, entre 2015 e 2017, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) realizou uma série de estudos reunidos no portal Macrologística⁹ para abordar o problema assim descrito:

A agricultura e a pecuária brasileira têm elevado suas produtividades ano após ano, com adoção de tecnologias e práticas para aumento da eficiência. Mas quando a produção cruza a porteira, parte desses ganhos se perde devido a deficiências na infraestrutura de escoamento da safra pelo território.

⁹ Embrapa Territorial. Sistema de Inteligência Territorial Estratégica da Macrologística Agropecuária brasileira (Site-MLog). Campinas, 2020. Disponível em: www.embrapa.br/macrologistica. Último acesso: 24 abr. 2022.

Como parte das propostas de solução, a Embrapa zoneou o território nacional em diferentes “Bacias Logísticas”, segundo seus proponentes, “um conceito equivalente ao de bacias hidrográficas” (Castro *et al.*, 2018, p. 2). Este tipo de mapeamento dos “espaços de circulação”, defendemos, é parte fundamental da “produção profundamente política e contestada do espaço logístico” (Cowen, 2014, p. 4, tradução nossa).

Figura 5 – As ‘Bacias Logísticas’ da Embrapa



Fonte: Embrapa Territorial (Castro *et al.*, 2018, p. 17).

Ao delimitar “bacias logísticas” associadas a diferentes rotas, a Embrapa reconhece áreas de influência de alguns dos corredores em disputa na “Guerra das Rotas”, ignorando outras que se projetam. Chama a atenção que, apesar do destino prioritário dessas *commodities* ser a China e de se falar naquela época em projetos de rotas bioceânicas, as “bacias logísticas” da Embrapa estão de

costas para o resto da América do Sul e para o Pacífico, naturalizando os portos do Atlântico como ponto de exportação de *commodities* agrícolas.

Além disso, ao afirmar a defesa das “bacias logísticas”, a Embrapa enfatiza a oposição entre eficiência (domínio privado) e ineficiência (domínio público): “Apesar do alto índice tecnológico empregado nestas culturas [soja e milho] dentro das propriedades rurais, os fatores conhecidos como ‘pós-porteira’ trazem ineficiência à cadeia, reduzindo sua competitividade e margem de lucro” (Castro *et al.*, 2018, p. 1).

Contudo, a própria produção do espaço “da porteira pra dentro” impõe uma lógica de produção do espaço “da porteira pra fora”. A grande propriedade agroexportadora produz uma divisão espacial altamente funcionalizada: as fronteiras agrícolas são destinadas à produção em larga escala de poucos bens (monoculturas) para serem transformados e consumidos em locais distantes. O espaço de circulação exigido pelas regiões estruturadas em grandes propriedades é o dos longos circuitos de comercialização. Ao não promover sistemas produtivos territorialmente irradiados – que mobilizam diversidade produtiva, de usos e de destinos –, o latifúndio impõe a produção de espaços logísticos de longa distância associados a cadeias produtivas de *commodities* e não o estabelecimento de circuitos curtos (ou de proximidade), que estimulam intensas atividades intralocais e fluxos intrarregionais.

Assim, a crítica inscrita na “Razão Logística” manejada pelos agentes do agronegócio e pela Embrapa, de que o “Custo Brasil” é a marca da ineficiência do Estado, esconde os elementos que são estruturantes desse “custo”, advindos da forma de organização espacial do capital. É uma crítica alinhada com a razão neoliberal sistematizada por Dardot e Laval (2016, p. 273):

A principal crítica que se faz ao Estado é sua falta global de eficácia e produtividade no âmbito das novas exigências impostas pela globalização: ele custa caro demais em comparação com as vantagens que oferece à coletividade e põe entraves à competitividade da economia.

Porém, ao mesmo tempo, essa crítica neoliberal não pode prescindir do Estado. Ao contrário, o pressiona a cumprir funções que estão longe de se configurarem como uma retração do seu papel. Diferente do que assumem as

caracterizações mais banais do neoliberalismo, que o equiparam a uma ideia de Estado mínimo, “o mais importante na virada neoliberal não foi tanto a ‘retirada do Estado’, mas sim a modificação das suas modalidades de intervenção em nome da ‘racionalização’ e da ‘modernização’ das empresas e da administração pública” (Dardot; Laval, 2016, p. 231).

Neste sentido, trata-se, portanto, de transformar o Estado em um Estado empresarial a serviço das empresas. E, como parte deste processo, um Estado que garanta a infraestrutura necessária à acumulação de capital:

A norma da concorrência generalizada pressiona os Estados, ou outras instâncias públicas, a produzir condições locais ótimas de valorização do capital, o que poderíamos chamar, não sem certo paradoxo, de ‘bens comuns do capital’. Estes bens são o resultado de investimentos em infraestruturas e instituições necessárias para atrair capitais e assalariados qualificados num regime de concorrência exacerbada. [...] A] condição da mobilidade do capital é a implantação por parte do Estado de infraestruturas fixas e móveis. (Dardot; Laval, 2016, p. 284)

O Estado empresarial a serviço das empresas tem os imperativos logísticos plasmados em seu planejamento: escoar *commodities* para os mercados globais está no cerne da atração de divisas ao país e, nesse sentido, deixa de ser interesse dos grandes produtores e das *tradings* para ser alçado ao patamar de interesse nacional. Encontrar soluções aos obstáculos espaciais desse escoamento adquire preponderância inquestionável. Em razão disso, é tão comum mudarem governos e manterem-se projetos, vistos com *status* estratégico de Estado.

A linha de continuidade ou mudança é, muitas vezes, mais determinada pela correlação de forças do próprio setor privado. Como visto, alguns projetos estão associados a microrregiões ou ruralistas de campos opostos e tendem a ascender ou afundar aos sabores das disputas entre estes. As viabilidades orçamentárias ou de financiamento dos projetos são, em alguns casos, mais determinantes do que a viabilidade de engenharia ou os danos socioambientais potenciais de cada projeto.

É a partir dessa captura do interesse público pelos empresários rurais que a agenda de infraestrutura costuma ser forjada. É assim que o léxico comum de

“déficit logístico”, “gargalo logístico” e “Custo Brasil” tornam-se determinantes naturalizados desta agenda. É desse modo que as entidades públicas mobilizam estudos para propor “soluções” que atendam à “Razão Logística”, como as “bacias logísticas” da Embrapa.

Consequentemente, a “Razão Logística” que se alimenta da geografia da soja – permeada pela necessidade de “longos circuitos” de circulação – torna-se “razão de Estado” e se traduz em agendas públicas estruturadas pela ênfase em megaprojetos, que permitem conectar regiões destinadas à produção com portos de exportação, percorrendo longas distâncias no menor tempo possível.

Comentários finais: rompendo com a ‘Razão Logística’

A Guerra das Rotas não ocorre sem resistência. Na projeção e materialização destes corredores logísticos se inscrevem inevitáveis e conflituos encontros de temporalidades e racionalidades, que produzem tensões territoriais – uma guerra *contra as rotas* capitalistas que é dimensão intrínseca da própria Guerra das Rotas. Em um contexto em que tantas estradas e ferrovias são desenhadas para o transporte da soja, os destinos de muitos territórios estão sendo aprisionados para dar viabilidade e expansão a um modelo econômico monocultural.

Em certo sentido, é fundamental descolonizar o pensamento quando se fala de infraestruturas, desassociando-as do Estado e das grandes infraestruturas. A infraestrutura está presente em toda parte no ambiente construído e é a base material para a organização de diversas atividades, não só de produção, comercialização e transporte, mas também de lazer, culturais, habitacionais, rituais, entre outras.

Algumas características importantes das infraestruturas dos povos são a descentralização e a priorização do bem comum (diante da concentração de poder, da exclusão de acesso e da ênfase no lucro), a promoção da autonomia e a soberania dos povos (diante do aprofundamento da dependência de pacotes tecnológicos, de esquemas financeiros ou da lógica paternalista de favores políticos) e a especificidade cultural e a adaptação a diferentes agroecossistemas

(em oposição a fórmulas únicas, aplicadas de forma massiva, indistinta e devastadora).

Os dois paradigmas de infraestrutura (para a vida ou para o lucro) estão profundamente interligados em dinâmicas conflitantes. A oposição insurgente à logística da soja (além da denúncia fundamental dos danos socioambientais dos projetos e das ameaças aos direitos territoriais) também pode construir agendas alternativas que enunciem as infraestruturas que dinamizariam sistemas produtivos diversos, irradiados territorialmente e inscritos em outras lógicas de fazer, viver e criar em regiões específicas. Os programas “públicos” de infraestruturas, cada vez mais centrados em longos circuitos de *commodities* que servem a interesses privados, podem ser então contrastados com o desenho participativo e popular de projetos que correspondem à lógica da reprodução da vida. Não se trata, porém, de deixar de disputar a agenda pública de infraestrutura, e sim de buscar ao mesmo tempo fortalecer a autonomia e incidir para ganhar escala, fazendo com que o Estado direcione recursos para ampliar o número e a abrangência das infraestruturas a serviço de lógicas emancipatórias, como forma de impor obstáculos aos imperativos da acumulação de capital.

Referências

- AGUIAR, Diana. *Dossiê Crítico da Logística da Soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural*. Rio de Janeiro: Fase, 2021.
- AGUIAR, Diana. *A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira*. Rio de Janeiro: Fase e Action Aid, 2017.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO. *Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária* do dia 5 de março de 2013. Disponível em: https://www.al.mt.gov.br/docs/doc_1452.pdf. Acesso em: 14 fev. 2019.
- BARROS, Bettina. Ferrovias até o Peru é recebida com ceticismo por traders. *Valor Econômico*, São Paulo, 21 maio 2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/agro/4059496/ferrovia-ate-o-peru-e-recebida-com-ceticismo-por-tradings>. Acesso em: 14 fev. 2019.

- CAVALEIRO, Dominique. Enfermeira que caminhou empurrando paciente em maca na BR-230 é homenageada: 'o mundo precisa de mais pessoas assim'. *G1*, Santarém, 14 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2021/02/14/enfermeira-que-caminhou-empurrando-paciente-em-maca-na-br-163-e-homenageada-o-mundo-precisa-de-mais-pessoas-assim.ghtml>. Acesso em: 14 fev. 2021.
- CASTRO, Gustavo Spadotti Amaral *et al.* Macrologística da Agropecuária Brasileira: Delimitação das Bacias Logísticas. Campinas: Embrapa, 2018. Disponível em: https://www.embrapa.br/documents/1355154/32186845/Estudo2-delimitacao-da-bacia_web.pdf/820d8c6c-ec45-ae20-bd90-c3fade537f20. Acesso em: 14 fev. 2019.
- COWEN, Deborah. *The Deadly Life of Logistics: Mapping Violence in Global Trade*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESTADÃO CONTEÚDO. Prefeitos querem transporte de passageiros na Ferrovia Norte-Sul. *O Estado de Minas*, [s.l.], 8 fev. 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/08/internas_economia,1029061/prefeitos-querem-transporte-de-passageiros-na-ferrovia-norte-sul.shtml. Acesso em: 14 fev. 2019.
- GHOSN, Rania. Flow and Its Others: Fixity, Fragmentation and Friction. *Proceedings of the Association of Collegiate Schools of Architecture*, 2010, p. 244-249.
- HARVEY, David. A opressão via capital. In: *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013a, p. 77-114.
- HARVEY, David. A acumulação via espoliação. In: *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2013b, p. 115-148.
- HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005a, p. 39-71.
- HARVEY, David. A geopolítica do capitalismo. In: *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005b, p. 125-160.
- HILDYARD, Nicholas. *Licensed Larceny: Infrastructure, Financial Extraction and the Global South*. Manchester: University Press, 2016.
- IMIRANTE. Terminal de Grãos do Maranhão: Tegram é reconhecido no cenário portuário do Brasil e continua em expansão. *Imirante*, [s.l.], 29 abr. 2022. Disponível em: <https://imirante.com/noticias/sao-luis/2022/04/27/tegram-e-reconhecido-no-cenario-portuario-do-brasil-e-continua-em-expansao>. Acesso em: 20 out. 2024.

- MCMICHAEL, Philip. A Food Regime Genealogy. *Journal of Peasant Studies*, 2009, v. 36, n. 1, p. 139-169.
- MEZZADRA, Sandro; NEILSON, Brett. Operations of Capital. *South Atlantic Quarterly*, v. 114, n. 1, p. 1-9, 2015.
- PECK, Jamie. Uneven Regional Development. In: RICHARDSON, Douglas *et al.* (eds). *International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2017.
- RABOBANK. Build it and They Will Come – The Impact of Port Expansion on Brazilian Soybean Output. *Rabobank Industry Note*, n. 558. Utrecht (Holanda): jun. 2016, p. 1-7.
- RITTNER, Daniel. Bioceânica, orçada em R\$ 155 bi, se torna ‘conto chinês’. *Valor Econômico*, Brasília, 14 ago. 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/brasil/5078372/bioceanica-orcada-em-r-155-bi-se-torna-conto-chines>. Acesso em: 21 jan. 2019.
- SILVA FILHO, Edison Benedito da. Financiamento da infraestrutura no Brasil: limites dos mecanismos convencionais e alternativas a partir do investimento estrangeiro e do mercado de capitais. In: MONASTERIO, Leonardo Monteiro; NERI, Marcelo Côrtes; SOARES, Sergei Suarez Dillon (Eds.). *Brasil em desenvolvimento 2014: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2014, p. 169-196.
- TORRES, Mauricio; BRANFORD, Sue. Desmatamento S/A: de Sorriso a Santarém, indústria da soja transforma bacia do Tapajós em um tabuleiro de grandes obras. *The Intercept*, [s.l], 20 fev. 2017.
- ZHANG, Xin. Chinese Capitalism and the Maritime Silk Road: A World-Systems Perspective. *Geopolitics*, 22(2), p. 310-331, 2017.

Como citar

AGUIAR, Diana. A “Guerra das Rotas” da soja: da especulação à “Razão Logística”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432206, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st02.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias

The territorial (re)organization of the Amazon based on the railroads

 **Rogério Rego Miranda**¹

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st03

Resumo: O presente artigo analisa como a transformação da geografia global da soja e o consequente redesenho das rotas de comercialização da *commodity* encontram interesses e frentes especulativas previamente estabelecidas nas regiões de fronteira, gerando disputas e estratégias de sujeitos locais e regionais que buscam adaptar-se e responder a estes processos globais, a partir dos limites da sua agência em relação a eles. A primeira seção explora como, além dos determinantes globais, a definição dos projetos logísticos tem sido moldada por disputas entre oligarquias locais em dinâmica altamente especulativa, configurando o que denominamos de “Guerra das Rotas”. Na segunda seção, analisamos como essas disputas, embora imprevisíveis e especulativas, revelam uma “Razão Logística”, alinhada à racionalidade neoliberal, que domina a relação entre os agentes do agronegócio e o Estado brasileiro. Essa “lógica das práticas”, resultante do confronto na reconfiguração das rotas, busca continuamente

¹ Docente no curso de licenciatura e bacharelado em Geografia, na Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC), e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea/UFPA). E-mail: rogeriomir@ufpa.br.

moldar o Estado a serviço dos interesses empresariais rurais. O artigo conclui propondo pistas para superar essa lógica por meio de agendas participativas de infraestrutura.

Palavras-chave: infraestrutura logística; soja; racionalidade neoliberal.

Abstract: This article analyzes how transformation of the global geography of soy and the subsequent retracing of trade routes for this commodity encounters previously established interests and speculative flows in frontier regions, generating disputes and strategies for local and regional actors that seek to adapt and respond to these global processes as they are able. The first section explores how in addition to global determinants, logistics projects have been defined by disputes between local oligarchies in highly speculative dynamics that configure what we call the “War of Routes.” The second section analyzes how these unpredictable and speculative disputes reveal a “logistics rationale” aligned with the neoliberal rationality that dominates the relationship between agribusiness agents and the Brazilian government. This “logic of practices” resulting from confrontation as routes are reconfigured continually tries to mold the government in order to serve agribusiness interests. We conclude by proposing ways to overcome this logic through participatory infrastructure agendas.

Keywords: logistics infrastructure; soy; neoliberal rationality.

Introdução

Muitos trabalhos importantes e de grande relevância sobre a Amazônia discutiram essa região enfatizando a sua organização espacial de caráter ribeirinho e/ou a partir da dinâmica das rodovias (Becker, 1990, 1997, 2004; Corrêa, 1987, 2001; Porto-Gonçalves, 2001; Oliveira, 2000; Silva, 2006; Trindade Jr., 2005, 2006, 2010; Trindade Jr.; Tavares, 2008), alçando mostrar a sua diversidade geográfica e as transformações pelas quais vem perpassando, as

quais imprimem ao espaço regional uma simultaneidade de temporalidades e espacialidades que coexistem.

Nessa perspectiva, entende-se que entre esses “mundos” que se (des)encontram, um outro tem uma grande relevância à geografia amazônica, qual seja, aquele construído ao longo das ferrovias, cujas paradas deram origem às colônias agrícolas e/ou às cidades de pequeno e médio porte. Essa dinâmica espacial foi explorada por alguns autores de maneira pontual (Marin, 2002; Conceição, 1990, 2002; Cruz, 1955, 1958, 1967; Lacerda, 1992, 2006; Miranda, 2009; Penteado, 1967).

Neste artigo, objetivou-se compreender a importância da ferrovia na organização territorial da Região Amazônica, considerando momentos diferentes de sua história recente, assim como as intencionalidades político-econômicas que atravessam a via férrea. Desta forma, destaca-se neste artigo três períodos distintos, mas articulados dialeticamente, na composição geográfica da Amazônia.

No primeiro momento, referente ao final do século XIX até o início de 1960, com o intento de modernizar a Amazônia e construir um meio de circulação para escoar os produtos agrícolas e, principalmente, extrativistas, construiu-se a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1912-1972), a Estrada de Ferro Bragança (1883-1965) e a Estrada de Ferro Tocantins (1885-1974).

No segundo período, entre 1960 e 1980, há uma relativa estagnação da ferrovia como meio de circulação, em função da construção e/ou ampliação das rodovias federais e estaduais.

E, por fim, no terceiro momento, referente ao contexto atual, as estradas de ferro ganharam importância, ao compor um projeto de circulação intermodal, com vistas a garantir eficiência e rapidez ao transporte de *commodities*, com destaque para a soja e os diversos minérios existentes na Amazônia. Desta feita, foi construída a Estrada de Ferro Carajás (inaugurada em 1985), a Estrada de Ferro do Amapá (funcionando desde 1957), a Estrada de Ferro Jari (de 1979 até o presente momento), a Estrada de Ferro Trombetas (colocada em funcionamento em 1978) e a Estrada de Ferro Norte-Sul (iniciada em 1987).

Essa periodização indica a importância da ferrovia, ao lado da via fluvial e rodoviária, no processo de organização e transformação regional em face de sua inserção na economia nacional-global.

Circulação e território: alguns apontamentos teóricos

É determinante considerar primeiramente que a ferrovia, como uma infraestrutura no capitalismo, fornece as bases materiais e imateriais à circulação de toda ordem. Como advertem Werner e Brandão (2019), parte da riqueza social é direcionada para esses meios “indiretos” de produção, com vistas à construção de sistemas de provisão para viabilizar o processo de circulação e de reprodução social.

Com efeito, as infraestruturas, dentre elas as ferrovias, desenvolvem um ambiente construído e estruturam a configuração espacial de longa duração que permite a rotação de capitais, contudo, contraditoriamente, essas infraestruturas produzem “paisagens encrustadas em um período para que em outro se transforme em barreira à circulação em um novo ciclo posterior de produção do espaço social” (Werner; Brandão, 2019, p. 288), logo, há “processos de valorização e de desvalorização dos quadros espaciais produzidos a cada rodada de acumulação ou investimentos em determinada paisagem” (Werner; Brandão, 2019, p. 288).

Para os autores citados, a produção social do espaço capitalista necessita da circulação de excedente, ao passo que permanece concentrada em locais selecionados, em outras palavras, precisa de fixos (infraestrutura) para possibilitar os fluxos (informações, pessoas, mercadorias, etc.).

Para esse fim, a infraestrutura destinada à circulação é construída em pontos específicos do território, tendo em vista o desenvolvimento desigual do capitalismo.

Destarte, a ferrovia, bem como outros meios de transporte, corresponde a um capital fixo cuja peculiaridade da forma de circulação reside no fato de que continua a circular como valor na medida em que persiste materialmente

contido nos limites do processo de produção como um valor de uso (Werner; Brandão, 2019).

Em segundo lugar, é salutar compreender que a circulação, de acordo com Harvey (2005), apresenta dois aspectos, a saber: o movimento de mercadorias do local de produção ao local de consumo; e o custo relativo ao tempo de consumo e às mediações sociais fundamentais para que haja o consumo da mercadoria produzida. O primeiro aspecto integra o processo produtivo, logo, gera valor; enquanto o segundo é um custo necessário de circulação, embora não gere valor, assim, é deduzido do excedente, visto que o capitalista precisa pagar.

Os meios de transporte necessários à circulação, por serem constituídos de capital imobilizado, apresentam leis específicas de realização, visto que se originam do fato do transporte ser produzido e consumido simultaneamente no momento do seu uso. Assim, apesar da indústria do transporte potencialmente gerar mais-valia, o capital geralmente não é atraído para a sua produção, a não ser que situações favoráveis sejam ofertadas a ele, daí o Estado ser o principal produtor das infraestruturas de transporte (Harvey, 2005).

O custo do transporte, a capacidade de volume transportado, a amplitude territorial alcançada pelo meio de transporte e a capacidade de coleta em distintos locais e de envio para locais mais longínquos impactam diretamente nos preços das matérias-primas e de bens acabados, assim, prima-se pelo melhoramento tecnológico dos transportes para a consequente redução dos custos de circulação que, por sua vez, reduz o preço dos elementos do capital constante e expande geograficamente o mercado (Harvey, 2005).

Nesse contexto, é fundamental o aperfeiçoamento do transporte, bem como a sua ampliação no âmbito global, com vistas a conectar os diversos pontos do planeta e viabilizar a circulação de mercadorias em um tempo cada vez mais reduzido, isso porque, para a acumulação ocorrer, é imperativo a superação das barreiras espaciais, contribuindo assim para que o produto seja consumido em mercados distantes e em quantidades crescentes. Assim, a redução nos custos de realização e circulação “ajuda a criar espaço novo para a acumulação de

capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se adianta a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte” (Harvey, 2005, p. 50).

O acesso aos novos mercados, fontes de matérias-primas e oportunidades para o emprego de força de trabalho sob relações sociais capitalistas, resulta na elevação do tempo de giro do capital, a não ser que exista o aperfeiçoamento na velocidade de circulação. Isso porque o tempo de giro de um dado capital é inversamente proporcional ao rendimento anual da mais-valia. Deste modo, a redução no tempo de circulação eleva a produção do excedente e massifica o processo de acumulação, isso porque o “aumento da ‘velocidade de circulação do capital’ contribui para o processo de acumulação” (Harvey, 2005, p. 50).

Destarte, o mais relevante não é a posição do mercado no espaço e sim a velocidade com a qual ele pode ser alcançado, e por esse motivo há um estímulo em relação à redução do tempo de circulação, pois impactaria no período de movimentação da mercadoria.

Com efeito, a necessidade de redução dos custos e do tempo do movimento, como um imperativo da acumulação, incide sobre a necessidade de “anular o espaço pelo tempo” (Marx, 1973, p. 539 *apud* Harvey, 2005, p. 51), em virtude do anseio por desobstruir toda e qualquer barreira geográfica com vistas à realização da troca e, assim, expandir o mercado em âmbito planetário.

Esse processo de anulação do espaço pelo tempo, em parte, é compensado pelo sistema de crédito, responsável por viabilizar a expansão geográfica do mercado mediante a continuidade no emprego do capital no ínterim entre o momento da produção e o seu consumo em locais longínquos, o qual gera um intervalo de tempo para o giro do capital.

No intuito de reduzir esse tempo de giro e os custos de circulação, há a aglomeração da produção em determinados centros urbanos. “A ‘anulação do espaço pelo tempo’ se realiza, nesse caso, pela localização ‘racional’ das atividades, uma em relação às outras, a fim de reduzir, em particular, os custos de movimentação dos produtos intermediários” (Harvey, 2005, p. 52).

Um terceiro aspecto a respeito da circulação se refere à advertência tecida por Vallaux (1914), ao ressaltar que geralmente se interpreta a circulação como um fenômeno eminentemente econômico, em face da sua íntima relação com a troca tecida entre determinados locais, a partir de necessidades sociais. Contudo, há igualmente uma intencionalidade política, particularmente do Estado, no sentido de construir as redes de transporte com o propósito de controle territorial, ainda que a justificativa seja econômica.

Diante disso, é inconcebível que uma forma de circulação artificial, como a ferrovia, surja espontaneamente ou de interesses unicamente privados, isso porque é necessário “um pensamento coletivo e uma força social capaz de fazer e manter a estrada” (Vallaux, 1914, p. 269) que adviria da sociedade política. Em outras palavras:

A circulação terrestre tem um caráter político, mesmo quando tem objetivos puramente econômicos. A razão mais forte é uma das manifestações externas da atividade do Estado, quando ele pretende transmitir o pensamento e a vontade coletiva em todos os pontos de um território e quando coloca em movimento, para fins de ataque e defesa, a riqueza nacional e as forças militares. Em uma palavra, a circulação política se mistura na terra com quase todos os fenômenos gerais da circulação econômica, o que não impede que a circulação tenha, em geral, seus próprios traços e suas próprias formas particulares. (p. 272)

Por fim, Arroyo (2015) destaca que no mundo globalizado a circulação se alarga em termos planetários, o que reforça o controle sobre os fluxos, visto que nenhum movimento é totalmente livre, pois comumente há uma instância de supervisão, de regulação, de normas as quais a circulação deve se submeter, assim, cria-se mecanismos (a exemplo de legislações) que ora potencializam os fluxos, ora os vigiam e, se necessário, os impedem, o que ocorre no âmbito territorial, por exemplo, nas fronteiras dos países.

Esse controle territorial sobre a circulação é exercido há tempos pelos governos, isso porque, de acordo com Gottman (1952), a circulação é uma das condições para que um dado produto oriundo da natureza se torne um recurso,

ou seja, a exploração de um determinado artigo não é suficiente para a acumulação, visto que é importante também o seu deslocamento para que tenha utilidade econômica.

Nas palavras de Gottman (1952, p. 162), “não pode haver recurso sem que haja a possibilidade de produção conhecida, seja ela a de deslocamento. (...) Deslocamento na ordem natural, troca na ordem social, a ideia de recurso no espaço organizado e diferenciado exige movimento, circulação”. Em seguida o autor argumenta que:

Os recursos exercem, desta forma, uma influência sobre a política pela maneira com a qual eles são distribuídos. A potência política de uma nação dependerá assim das faculdades de deslocamento no espaço e de deslocamento no interior dos ciclos naturais dos quais ela dispõe. Essas faculdades recairão em grande parte, em termos concretos, na organização da circulação (o que fará da posição do território um recurso importante, dentre todos, para quem souber explorá-lo) e nas técnicas em geral. (p. 187)

Assim, Gottman (1952) aponta para a compreensão do recurso como um definidor da política, sendo a própria posição territorial um recurso central, tendo em vista o grau, a frequência, a densidade e o alcance das articulações/interações que permitem estabelecer no espaço, outrossim, “a importância do espaço no esforço de deslocamento pôde criar o sentimento de que possuindo mais ‘lugar ao sol’, se tornaria mais potente, tornando possível ir mais longe e dominar os outros” (Gottman, 1952, p. 188).

Esse território, como um recurso imponente em face das condições espaciais que apresenta para a realização da circulação hoje, ganha um componente técnico, uma vez que os territórios mais adensados tecnicamente (ferrovias, aeroportos, rodovias, infovias, dentre outros), em função de interesses econômicos e políticos, participam mais ativamente das redes econômicas globais, pelas quais atravessam os principais fluxos de pessoas, mercadorias, informações, ordens, recursos, entre outros.

Com a expansão capitalista e a ampliação dos transportes, há um processo induzido por grandes empresas globais, com anuência dos estados, da especialização dos lugares, sem que precisem produzir tudo para a sua reprodução, concorrendo para uma crescente divisão territorial do trabalho, ao passo que há também um maior intercâmbio entre os lugares, em uma escala planetária (Arroyo, 2015). Assim,

à medida que o movimento se estende, a diferenciação dos lugares aumenta, gerando novas valorizações e desvalorizações. A especialização produtiva pode acarretar a desvalorização de certas áreas em favor das que acolhem o desenvolvimento de novas atividades ou a modernização de outras já instaladas. (p. 41)

Arroyo (2015) salienta ainda que essas redes técnicas (a exemplo das ferrovias), ao fazerem parte dos meios de produção, alavancam a expansão da produção em consonância com os interesses capitalistas e promovem o processo de valorização do espaço. Nesse sentido, os lugares mais dotados dessa infraestrutura serão mais disputados pelas empresas, contribuindo para a existência de uma hierarquia dos lugares. Destaca-se ainda que essas redes são atravessadas por relações de poder, visto que as vias de circulação são “entendidas como linhas de poder estratégico que configuram os territórios; e a participação do Estado é considerada central no traçado, construção e gestão da infraestrutura de transporte” (Arroyo, 2015, p. 42-43).

A reordenação territorial e o projeto de modernidade a partir das ferrovias na Amazônia oriental

Com a intenção de destacar as ferrovias como um importante eixo de organização/conexão/transformação territorial amazônico, realizou-se uma apresentação analítica da introdução das vias férreas ao longo de momentos histórico-geográficos de (des)continuidades econômico-políticas em âmbito regional.

A locomotiva havia se tornado um dos principais meios de integração das cidades e países na Europa após a Revolução Industrial, período em que a

tecnologia do ferro obteve grandes avanços. Acerca desse processo, Hobsbawm (2002), ao discutir sobre a unificação econômica mundial, mediante a expansão do mercado, ao menos daqueles países mais industrializados europeus, no período de 1848 a 1875, aponta que esse mercado se amplia em virtude dos avanços tecnológicos na área de comunicação (telégrafo) e transporte (navio a vapor e ferrovia).

Com relação a essa logística, o autor mostra que a ferrovia teve uma grande importância, pois a locomotiva se destacava pelo aumento da velocidade dos fluxos e pela extensão que ela alcançava na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países do mundo, como o Brasil. E nas palavras de Hobsbawm (2002, p. 86), “o penúltimo quarto do século XIX era, em termos quantitativos, a primeira autêntica idade das estradas de ferro”. Entretanto, como ele mesmo observa, em termos gerais, as redes de troncos ferroviários continuavam suplementares à navegação internacional. Isto porque a via férrea, no âmbito econômico, tinha por objetivo a interligação entre uma dada área produtora de bens primários e um porto, no qual esses produtos faziam o transbordo para uma área industrializada do mundo, fato que ocorre no Brasil com o café e, na Amazônia, com a castanha-do-pará e o látex, sendo a ferrovia da Zona Bragantina, no nordeste paraense, o diferencial, pois servia para o escoamento de cultivos agrícolas até o mercado de Belém.

De acordo com Silveira (2003), no Brasil foi elaborado o Decreto nº 101, de 31 de outubro de 1835, ainda no Império, que expunha a importância da construção de uma rede ferroviária, o que foi levado a cabo pela Lei nº 641, de 26 de julho de 1852, que deu início às inversões nas construções férreas, isto porque concedia às empresas uma zona de 33 km, juros de 5% sobre o capital empregado (o qual foi posteriormente expandido para 9%), a exploração dos recursos naturais existentes ao longo da ferrovia, além de isenção de impostos para os equipamentos importados.

Fato que atraiu capitais para a execução do empreendimento, com a construção de estradas de ferro que articulassem a capital do Império às províncias mais proeminentes no âmbito econômico, quais sejam, São Paulo,

Minas Gerais, entre outras. Entretanto, poucas companhias investiram no setor e, no início do Brasil República, existiam apenas 9.076 km de linhas. Com a maior participação do país na economia mundial, mediante as suas exportações, especialmente do café, investe-se mais na criação de uma rede ferroviária ligada aos portos, a partir do século XIX (Silveira, 2003).

Assim, a introdução da via férrea foi motivada pelos interesses da classe dos fazendeiros cafeicultores, alcançando eficiência na circulação da produção e participação política. Deste modo, em 1852, o governo autorizou a construção da estrada de ferro no Brasil, iniciando a modernização do país a partir da ferrovia (Lacerda, 1992).

A circulação pelas estradas de ferro se tornou um pressuposto da produção, em virtude deste meio de transporte colocar a “circulação material como um fator da produção na medida em que a circulação social significa a totalidade do ato de troca” (Lencioni, 1985, p. 36). Destarte,

as estradas de ferro passaram a diferenciar os valores adicionais às mercadorias, não no âmbito do processo imediato de produção, mas no processo geral de produção no momento em que tornaram possível a transformação de uma mercadoria potencial, o café produzido cada vez mais distante do porto exportador, em mercadoria real para o mercado de consumo mundial. A mercadoria café no porto de Santos tendia a se apresentar para o mercado mundial com um preço homogêneo indiferente à distância do local de produção. (p. 36-37)

Na Amazônia, especificamente, a introdução desse meio de transporte se deu entre 1870 e 1880. Suas construções mais importantes foram: a Madeira-Mamoré, ao longo dos rios Madeira e Mamoré (fronteira com a Bolívia), cujo principal objetivo era ligar as áreas produtoras de látex e, assim, escoar essa produção; a Estrada de Ferro Tocantins, interligando Tucuruí (antiga localidade de Alcobaça) a Jatobal, cujo plano era articular Belém à capital goiana, de forma a viabilizar o acesso aos minérios paraenses; e a Estrada de Ferro Bragança (EFB), com uma extensão de 247 km (Marin, 2002).

Assim, a seguir, irá se discutir cada uma dessas ferrovias, entretanto, o debate central se refere ao processo de reordenamento territorial que imprimem à Região Amazônica.

Estrada de Ferro Bragança (EFB)

No anseio de modernizar e levar o “progresso” a Bragantina,² introduziu-se na região um dos símbolos destes ideais na época, a locomotiva a vapor, ícone tecnológico do século XIX que antes mesmo da implementação da colonização na área já era pensado, por representantes políticos da Província do Grão-Pará, como meio de transporte a ser utilizado para integrar os núcleos agrícolas e escoar a produção até Belém.

Diferentemente de São Paulo, a introdução da ferrovia na Bragantina, embora almejassem integrar os núcleos agrícolas, transportava produtos sem grande repercussão econômica no mercado internacional; ao contrário, a lógica produtiva se pautava no mercado regional, ou melhor, na consolidação deste.

A estruturação deste mercado interno foi produzida a partir da potencialização da sociedade mercantil já existente na época, com base na recuperação da economia amazônica por meio do extrativismo, entre 1840 a 1880, havendo um aumento considerável de embarcações (com destaque ao navio a vapor) e de produtos transportados por meio do Porto de Belém, proporcionando uma revolução no comércio, especialmente da borracha. Nessa época, havia, também, a presença dos regatões que, após a proibição de circulação, continuaram na clandestinidade (Marin, 2002).

Esse mercado interno ganhou força, igualmente, pela produção efetuada nas colônias agrícolas cujos produtos eram vendidos em Belém e nas estações de parada do trem, ponto de encontro de pessoas e troca de mercadorias.

² A Bragantina na época corresponde ao que denominamos em trabalho anterior (Miranda, 2009) de área de colonização antiga do Pará, referente ao trecho entre Belém e Bragança, referindo-se aos atuais municípios que tiveram sua origem atrelada ao projeto de colonização implementado pelo governo do estado do Pará no final do século XIX, interligados na época pela Estrada de Ferro Bragança, quais sejam: Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Castanhal, São Francisco do Pará, Igarapé-açu, Santarém Novo, Peixe-Boi, Santa Maria do Pará, Bonito, Nova Timboteua, Capanema, Quatipuru, Primavera, Tracuateua, Bragança e Augusto Correa. Todos estes municípios eram reconhecidos como pertencentes à microrregião Bragantina até o início da década de 1990.

Tendo em vista a formação desse mercado regional, fortaleceu-se a produção advinda pelos rios, mas, também, nas terras altas da Bragantina, onde se introduziu a Estrada de Ferro Bragança, objetivando-se, como já foi dito anteriormente, a integração dos pontos de produção agrícolas criados pela Província e, por conseguinte, a circulação dos cultivos até Belém, que centralizava os fluxos produtivos nesse período.

As colônias agrícolas, ao longo da região estudada, antes da introdução da via férrea, estabeleciam a comunicação com a capital paraense por meio dos rios, tornando bastante dificultosa a circulação das pessoas e dos produtos, problema que seria sanado, em parte, pela construção da ferrovia. Esta, uma vez estabelecida, desarticulou, embora não totalmente, o padrão de organização rio-várzea-floresta proposto por Porto-Gonçalves (2002) no sentido de explicar a dinâmica socioespacial amazônica.

A construção da Estrada de Ferro Bragança iniciou-se em 1883, e a conclusão da primeira parte da obra, que ligou Belém a Benevides, levou aproximadamente um ano. Nos anos subsequentes, seus trilhos iam chegando aos mais longínquos lugares. Em 1886, a ferrovia alcançava a colônia do Apeú, estendendo-se, posteriormente, ao trecho mais central da Bragantina. Em função de uma situação financeira pouco favorável ao governo do Pará, a construção da via férrea foi acontecendo mais lentamente, chegando apenas em 1893 a Castanhal; em 1897, a Jambú-Açu; em 1903, ao Livramento; em 1907, a Capanema; e, finalmente, em 1908, a Bragança (Penteado, 1967).

Como percebe-se, nesse momento há uma colonização efetiva da Bragantina que, embora tenha sido efetuada de modo precipitado, rápido e improvisado (Penteado, 1967), proporcionou a produção de um espaço ímpar na realidade amazônica, demarcado pela grande imigração nordestina e pela introdução de uma agricultura familiar e diversificada, desenvolvida nos vários núcleos agrícolas que margeavam a ferrovia, em pleno funcionamento na época, dando origem ao “campesinato bragantino” (Hébette, 2004).

Com relação a esta via férrea, é bom salientar que ela foi construída a partir do financiamento relativo ao extrativismo da borracha, tendo em vista que parte

dos excedentes do comércio gomífero, ligados aos impostos, foi direcionada aos cofres públicos, transformada, por conseguinte, em investimentos de infraestrutura na Bragantina, contribuindo tanto para a imigração estrangeira e nordestina quanto para a construção da Estrada de Ferro de Bragança, instaurando um padrão de organização socioespacial pautado na *cidade-estrada-colônia*, em virtude da inter-relação existente entre a cidade de Belém, área de polarização dos fluxos de mercadorias, pessoas e investimentos; na Estrada de Ferro Bragança, meio de circulação das mercadorias, pessoas e informações; e nas colônias, onde os camponeses produzem seu espaço de vivência.

Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFM-M)

Embora a Estrada de Ferro Bragança e a Estrada de Ferro Tocantins estejam ligadas ao contexto da economia gomífera amazônica por questões específicas, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré esteve mais diretamente atrelada a essa economia, pois foi construída exatamente para o escoamento do látex.

Essa economia da borracha se desenvolve no momento em que o látex retirado da árvore de seringueira,³ prática comum entre os nativos, ganha grande valorização no mercado internacional. Isso acontece, especialmente, entre 1840 e 1910, em decorrência do fato de a Revolução Industrial implementar uma série de avanços técnicos, dentre eles, a vulcanização da borracha, matéria-prima utilizada na produção de determinados produtos industrializados, como na fabricação de pneumáticos.

Nesse momento, a organização socioespacial da Amazônia caracterizava-se principalmente em função das atividades econômicas desempenhadas por uma grande valorização do rio (circulação e alimentação), da várzea (cultivo, por exemplo, da juta) e da floresta (extrativismo, sobretudo da borracha). Essa relação está materializada na rede urbana regional que “não é mais do que a cristalização no espaço do sistema de ‘aviamento’, que se tem um padrão de circulação marcado pela rede de drenagem regional, assumindo assim uma

³ Árvore da família das euforbiáceas (*Hevea brasiliensis*).

forma dendrítica” (Corrêa, 2001, p. 48), cujas principais cidades correspondem a Belém e Manaus.

Entretanto, vinculada a esse padrão de organização se desenvolve a ferrovia Madeira-Mamoré, cuja construção teve início em 1877 e objetivava interligar Porto Velho (RO) a Guajará-Mirim (RO), para o escoamento da goma existente na porção limítrofe do Brasil com a Bolívia e ao norte do estado do Amazonas.

Ela fora idealizada no ano de 1869 e a concessão de sua construção foi passada para a empresa Madeira-Mamoré Railway Co. Ltda., presidida e criada por George Earl Church, pelo governo Imperial brasileiro, no ano de 1870. As cláusulas desse acordo disponibilizaram uma exclusividade de cinquenta anos para a construção e posse da ferrovia, além de benefícios de servidão e mineração e um controle territorial de uma área de 1.394 km² nos arredores da linha férrea (Hardman, 2005).

A sua construção mobilizou uma forte migração de mão de obra, que era subdividida entre os trabalhadores qualificados (administradores, engenheiros, entre outros) e os não qualificados. Nesse último grupo, entre os nativos e os estrangeiros, o contrato de trabalho era igual ao dos seringueiros da Amazônia (sistema de aviamento), e os indivíduos estavam sujeitos a condições bastante insalubres e doenças (especialmente a febre amarela), o que resultou em diversas mortes de operários, daí a via férrea ser denominada *ferrovia do diabo* (Hardman, 2005).

Esta ferrovia enfrentou diversas dificuldades de execução no século XIX e, quando finalmente foi concluída, em 1912, coincidiu com o período em que a economia da borracha entrou em colapso, assim, deixou de ser um projeto economicamente viável e, com o passar dos anos, foi cedendo lugar às rodovias, fazendo parte apenas do imaginário regional (Hardman, 2005).

A construção da ferrovia, por sua vez, possibilitou a colonização de uma vasta área do interior amazônico, e em suas paradas surgiram povoados, depois elevados à condição de cidades, entre elas Porto Velho, fundada em 1907.

Estrada de Ferro Tocantins (EFT)

A Estrada de Ferro Tocantins foi criada no sudeste paraense, sub-região amazônica que apresenta uma singularidade quanto ao contexto da economia da borracha. Isso porque, nesse momento em que o látex se encontrava valorizado no mercado internacional, havia privilégio de sua exploração e, em menor proporção, da castanha-do-pará.

Entretanto, nessa porção geográfica paraense a goma era retirada de árvores de caucho, as quais deveriam ser derrubadas para a extração do produto, havendo uma baixa produtividade em relação a outras áreas amazônicas, e a borracha, então, começa a ser explorada já no final do apogeu da economia gomífera. Logo a castanha passa a ser bastante utilizada economicamente nas primeiras décadas do século XX, sendo uma atividade inicialmente interessante para o “desafogo” da crise vivenciada em virtude do declínio da borracha (Emmi, 1999).

Os castanhais eram de propriedade particular e, em sua grande maioria, terras públicas da esfera municipal e federal, disponibilizadas em forma de arrendamento àqueles que tivessem interesse em explorar a área. A coleta e negociação da castanha era voltada principalmente, na época, ao mercado externo dos Estados Unidos e da Inglaterra. Sua negociação estava pautada nos mesmos padrões de comercialização da borracha, sendo feita por meio de casas aviadoras e de firmas exportadoras, que tinham o monopólio da venda (Dias, 1959).

O transporte da castanha ocorria sobretudo pela rede hidrográfica do Araguaia-Tocantins, especialmente nos períodos de cheias, ficando extremamente difícil sua navegabilidade nos meses de estiagem (nessa estação, que vai de julho a dezembro, o produto em destaque ficava geralmente armazenado), além de apresentar trechos encachoeirados.

Para transpor esses obstáculos, foi construída em 1894 a Estrada de Ferro Tocantins (EFT) que, com seus 115 km, contornava a margem esquerda do rio Tocantins, e seguia de Jatobal (vilarejo à época pertencente a Marabá e que foi submerso pelo represamento feito pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí) para

Alcobaça (atualmente Tucuruí), e de lá os produtos extrativistas seguiam até Belém pelos rios (Dias, 1959).

As estradas de ferro e a formação territorial da Amazônia oriental antes de 1970

O Mapa 1 especializa as ferrovias existentes no Brasil na década de 1960, mas destaca as três ferrovias existentes na Amazônia, quais sejam: EFB (nordeste paraense), EFT (sudeste paraense) e EFM-M (porção meridional da Amazônia).

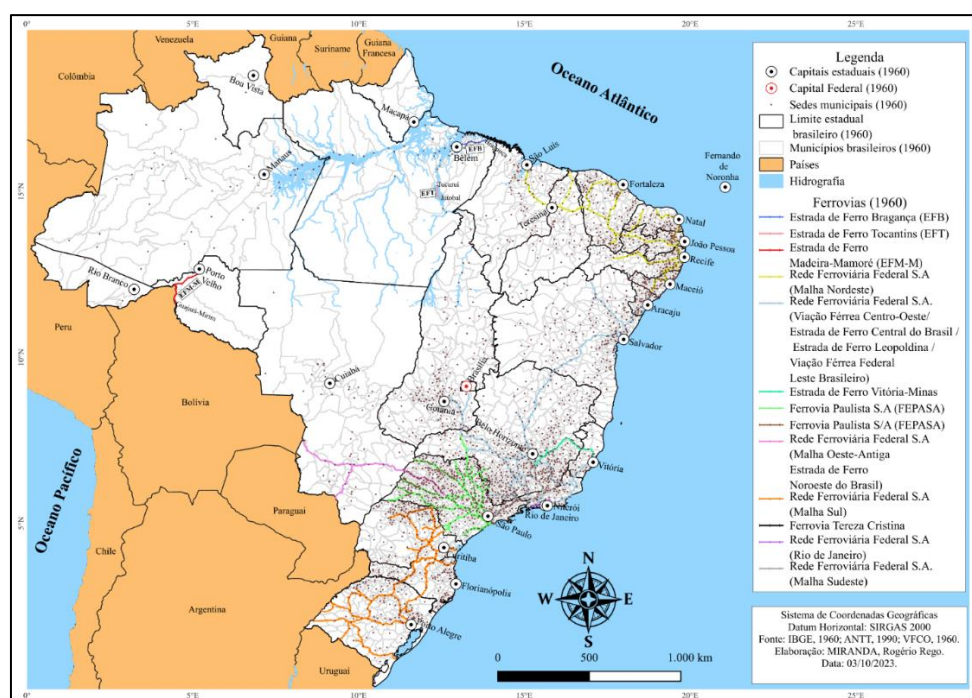
Embora constituam uma rede ainda bastante precária, como salienta Silva (1954), pois não são articuladas entre si nem com as demais ferrovias do Brasil, as vias férreas representam um projeto territorial no âmbito estatal.

Isso porque a EFB e a colonização da zona bragantina foram desenvolvidas a partir dos recursos financeiros da borracha, cujos montantes convertidos em impostos foram utilizados pela elite agrícola em declínio, mas que ainda ocupava os cargos políticos da província paraense, para permanecer com seu *status quo*. A EFT viabilizou a circulação da castanha durante o ano inteiro e consolidou o poder político da elite castanheira no governo, por resolver um problema de fluxo de mercadorias que poderia levar posteriormente a uma crise econômica periodicamente, ou seja, nos momentos de estiagem do rio Tocantins e Itacaiúnas, ocasionando um problema igualmente político, em razão do possível questionamento da ação do Estado; e, por fim, a EFM-M favoreceu a colonização do interior da Amazônia, ampliando a presença mais concreta do Estado nessas áreas, contribuindo inclusive para anexação do Acre ao Brasil, visto que umas das cláusulas do acordo bilateral entre Bolívia e Brasil era exatamente a construção de uma via férrea que pudesse favorecer a ambos.

Destarte, a implantação das ferrovias na Região Amazônica, assim como no restante do país, teve um componente econômico, mas igualmente político, alinhado aos interesses das elites regionais e/ou do Estado brasileiro no intuito de consolidar e integrar seu território nacional, com vistas a melhor controlá-lo em termos da apropriação, exploração e circulação dos seus recursos, os quais eram voltados, geralmente, ao mercado externo.

Esse processo se aprofunda após a década de 1960, em que os territórios nacional e regional são dotados de redes técnicas articuladas entre si, com a intenção de ampliar e conectar as áreas de exploração e reduzir o tempo de circulação, mediante a introdução de transportes mais rápidos e eficientes, com a capacidade de escoamento cada vez maior e com um grau de alcance territorial planetário, com introdução de um sistema de transporte intermodal, no qual as ferrovias são articuladas a rodovias e portos, que funcionam como portas de entrada e saída de mercadorias de toda ordem, mas, no caso amazônico, sublinha-se as *commodities*, em destaque a soja e os minérios, sobretudo de ferro.

Mapa 1 – Rede ferroviária brasileira, 1960



Fontes: IBGE, 1960; ANTT, 1990; VFCO, 1960.

Processo de transição para a modernização da Amazônia a partir das rodovias

A partir da segunda metade da década de 1960, evidencia-se concretamente a mudança de padrão de organização territorial da Amazônia, momento em que

a Estrada de Ferro Bragança é desativada, mais especificamente em 1965,⁴ além das demais, como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, que teve sua desativação em 1972 e a Estrada de Ferro Tocantins em 1974, para ceder lugar à rodovia, seguindo o modelo de circulação proposto na escala nacional.

Do ponto de vista histórico-geográfico, Silveira (2003) mostra essa mudança do padrão de circulação ferroviário para o rodoviário no território brasileiro, indicando que ao final do século XIX os juros concedidos às empresas construtoras das ferrovias eram altos, o que fez o governo comprar grande parte das linhas ferroviárias.

Entretanto, o Estado não querendo a responsabilidade administrativa das ferrovias começou a arrendar muitas delas para companhias, em sua grande maioria estrangeiras. Assim, entre 1889 e 1930, há o domínio dos governos federal e estadual sobre as ferrovias, ou seja, em 1889 existiam no Brasil 34 empresas ferroviárias administradas pelo poder público, em 1941, o Estado aumenta sua propriedade para 61, sendo que 41 eram arrendadas, e, em 1930, das 68 empresas públicas, 16 foram arrendadas. A década de 1930 representa o início da estagnação ferroviária brasileira, pois é o começo do modelo rodoviarismo-automobilístico no Brasil, pelo fato de o Estado entender ser a forma mais eficaz de integrar com rapidez o mercado nacional, além da indústria que estava está se desenvolvendo (Silveira, 2003).

No período da década de 1930, ainda havia o predomínio das ferrovias sobre as rodovias no Brasil, que apresentava a maioria da população rural e a economia agroexportadora. Mas a partir desse momento observa-se gradualmente a introdução de outra lógica de organização do território nacional, pois “no futuro do Brasil caberia ao modal rodoviário papel de destaque nesse processo, alicerçado pelo binômio industrialização-urbanização com a incorporação gradativa de variáveis relativas à expansão da fronteira agrícola e ao deslocamento espacial da força de trabalho” (Huertas, 2013, p. 14).

Esse projeto é levado a cabo pelos governos de Getúlio Vargas (1930-1945), que institui o Plano Geral de Viação Nacional, em 1934, que claramente prioriza

⁴ A EFB ficou sob a responsabilidade do governo paraense até 1936, período que passou para a competência da União, constituindo-se, em 1957, uma das ferrovias que conformavam a Rede Ferroviária Federal, sendo desativada em 1965.

o setor rodoviário, mediante a criação de órgãos competentes e a abertura de estradas, além de um Fundo Rodoviário Nacional.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) não é diferente, continua o incentivo e a abertura de estradas de rodagem, especialmente com a construção de Brasília. Fato que se manteve no regime militar (1964-1985) e ganhou um contorno cada vez mais geopolítico em virtude da necessidade de integrar e ocupar o território nacional mediante a implementação rodoviária (Huertas, 2013), pois “mas do que vias circulatórias, os transportes tornam-se um amálgama entre interesse, segurança e integração nacional, setor tido como altamente estratégico ao desenvolvimento nacional” (Huertas, 2013, p. 22).

Desta feita, observa-se que principalmente nos anos de 1960, o crescimento das estradas de rodagem e a preferência estratégica do governo em instalar montadoras, fez com que o mesmo propusesse a extinção das ferrovias, consideradas pouco lucrativas pela Rede Ferroviária Federal S.A.⁵ Assim, cerca de 4.985 km de trilhos foram desativados pelo Brasil (Gomes, 2005).

Esse momento é marcado pelo projeto “desenvolvimentista” implementado pelo governo militar que ambicionava integrar o Brasil através da malha rodoviária. No que concerne à Amazônia, objetivava modernizá-la e integrá-la ao Centro-Sul, pois esta região, além de fornecedora de matérias-primas, deveria cumprir o papel de mercado consumidor (Brito, 2001).

Nesse contexto, instala-se na Amazônia um conjunto de redes técnicas representadas pelas hidroelétricas, ferrovias e, principalmente, pelas rodovias que têm o seu incremento inicial na região a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961). Este, baseado no projeto de “Energia e Transporte” e de “Cinquenta anos em cinco”, implantou as rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (Becker, 2004).

⁵ A sessão pública de fundação da Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) realizou-se no dia 30 de setembro de 1957, no auditório do Ministério da Viação e Obras Públicas, no Rio de Janeiro, a qual passou a gerenciar as seguintes linhas ferroviárias: 1) EF Madeira-Mamoré; 2) EF Bragança; 3) EF São Luís – Teresina; 4) EF Central do Piauí; 5) Rede de Viação Cearense; 6) EF Mossoró – Souza; 7) EF Sampaio Correia; 8) Rede Ferroviária do Nordeste; 9) VF Federal Leste Brasileiro; 10) EF Bahia – Minas; 11) EF Leopoldina; 12) EF Central do Brasil; 13) Rede Mineira de Viação; 14) EF Goiás; 15) EF Santos – Jundiaí; 16) EF Noroeste do Brasil; 17) RV Paraná – Santa Catarina; 18) EF Dona Teresa Cristina. Esta rede foi desativada no ano de 2006 passando à iniciativa privada muitas das estradas de ferro ainda ativas no país (Brasil, 2007).

Mas essa mesma malha ganhou dimensões cada vez maiores no governo militar com a construção, por exemplo, da Brasília-Cuiabá-Santarém e a Brasília-Cuiabá-Porto Velho-Rio Branco, além da Transamazônica. Logo, “a estrada agora é construída na terra firme por grandes empresas de construção civil, essa aliada umbilical dos militares na construção do ‘Brasil Grande’” (Porto-Gonçalves, 2002, p. 102).

Mas, como afirma Becker (1997), essa rede técnica é também política, servindo como elemento desarticulador das relações de poder regional, visto que nas estradas federais uma faixa de terra de 100 quilômetros de ambos os lados pertencia agora ao governo federal, diminuindo a expressão política das elites locais, sendo muitas dessas margens apropriadas, posteriormente, por grandes projetos agropecuários, beneficiados por incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

Deste modo, houve uma reordenação do espaço amazônico, com o privilégio das rodovias em detrimento dos rios, ou mesmo das ferrovias anteriormente existentes amparadas por outra lógica produtiva. Houve, inclusive, uma redução nos investimentos no transporte fluvial e uma deterioração da infraestrutura portuária (Marin, 2002).

Nesse momento em que há um claro objetivo geopolítico e econômico em torno das rodovias na Amazônia, inicia-se de forma embrionária um recrudescimento das ferrovias, atreladas, entretanto, às áreas de mineração, como ocorreu ainda na década de 1950 no Amapá, e do agronegócio, conforme está destacado a seguir.

Estrada de Ferro Amapá (EFA)

A Estrada de Ferro do Amapá (EFA), que interliga a Serra do Navio até o porto em Santana, começa a entrar em funcionamento a partir de 1957, essencialmente para o transporte do minério de Manganês. O empreendimento foi construído pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi), no Amapá e foi o prenúncio da nova lógica que viria a ser seguida pela ferrovia no Brasil, e

particularmente na Amazônia, marcada pela ação da iniciativa privada, em especial do capital estrangeiro, em áreas de exploração mineral.

O ex-território federal do Amapá,⁶ um dos polos do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia),⁷ constitui-se uma das áreas de exploração mineral mais antigas da Amazônia.

Esse empreendimento ainda é considerado o mais produtivo, duradouro e importante do antigo território Federal do Amapá e do atual estado do Amapá. Ele era composto pela EFA, e também pelas instalações industriais da mina de manganês em Serra do Navio e pelo Porto de Santana, conformando uma rede geográfica na porção central do referido estado que, seguindo a linha férrea, articula até hoje, em uma área de aproximadamente 200 km, locais de extração mineral do interior do Amapá até a porção portuária do município de Santana (Silva, 2011).

A Icomi encerra as suas atividades no ano de 1997, porém a EFA, no momento, ainda serve para transportar minério de ferro da área central do Amapá até o Porto em Santana, estando ambos sob a concessão da MPBA (Mineração Pedra Branca do Amapari). Existem na ferrovia composições para o transporte de passageiros, para o trajeto entre Santana e Serra do Navio, mas a viagem demora em média cinco horas, percurso que pode ser feito pela rodovia em duas horas em meia, logo, existe uma preferência pela segunda modalidade de transporte e, embora existam projetos turísticos, esse serviço ainda é pouco demandado no estado (Silva, 2011).

⁶ O Decreto Federal nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, criou o ex-Território Federal do Amapá, como uma estratégia de proteção dessa área fronteira da Amazônia brasileira. A partir desse momento, passa a receber uma série de ações públicas com o intuito de modernizar o território, e assim implementar uma política de ocupação, defesa e integração por meio do incremento de grandes projetos (Silva, 2011).

⁷ O Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia) correspondeu a um programa da União no período da ditadura militar que se baseava em instalar Polos de Crescimento (entre 1970 e 1980), cujo fundamento era o estabelecimento de polos de desenvolvimento em locais estratégicos, visto que deveriam irradiar progresso ao seu entorno. A ideia era aproveitar as vantagens comparativas da região em termos de seus potenciais minerais, hídricos e energéticos de baixo custo, o que favoreceria as atividades voltadas ao mercado externo (Trindade Jr.; Madeira, 2016).

Projeto atual de reorganização territorial da Região Amazônica a partir das ferrovias

A partir do final da década de 1970 se observa o aprofundamento do processo de globalização, ou melhor, da ampliação da difusão (ainda que de maneira seletiva territorialmente) do meio técnico-científico-informacional (Santos, 2002b), no qual os sistemas de objetos técnicos tendem a ser igualmente informacionais, pois a intencionalidade de sua produção e localização acaba surgindo como informação. Neste sentido, a ciência, a tecnologia e a informação correspondem à base da produção e do uso do espaço, constituindo-se seu substrato.

Destarte, no caso brasileiro, ressalta-se, em função do meio técnico-científico-informacional, o desenvolvimento de uma nova configuração territorial, formada pelo conjunto de sistemas de engenharias instalados pelo homem. Isso cria verdadeiras próteses que superpõem à natureza de modo a criar condições de trabalho adequadas à época atual. Destacam-se nesse cenário o acentuado arranjo de transporte, telecomunicações e de energia; o desenvolvimento da produção material de cunho industrial e agrícola que se moderniza e muda sua estrutura de circulação, distribuição e de consumo; o desenvolvimento de novas formas econômicas, em especial, aquelas produções não materiais, como saúde, educação, lazer e informação; difundindo-se formas não materiais de consumo pelo território nacional (Santos, 2005).

Nesse contexto, existe um aumento da especialização dos territórios, base das complementaridades regionais que seguem uma vasta tipologia produtiva que é técnica, mas também socioeconômica. Desse modo, há uma subdivisão e diferenciação elevadas das produções que são cada vez mais capitalistas (Santos, 2005).

Com efeito, essa instância técnica do território, pela sua condição seletiva, por parte dos atores hegemônicos, articula-se dialeticamente com o estado da política, pois essa seletividade espacial desses objetos técnicos e informacionais compreende o princípio da hierarquia, na medida em que os outros lugares são

avaliados e devem se reportar àqueles constituídos de técnicas hegemônicas (Santos, 2002a).

Na Amazônia, esses objetos técnicos hegemônicos foram distribuídos estrategicamente, de forma a atender ordens externas ao lugar, pois segundo Santos (1995, p. 15) “no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam”. Esses lugares correspondem às áreas dos “Grandes Projetos”, implantados intencionalmente nas sub-regiões amazônicas mais ricas em recursos naturais, com destaque aos minérios.

Daí haver uma mudança na disposição territorial das estradas de ferro, efetuada em um primeiro momento pelo Estado, mas motivada por empresas multinacionais e, em um momento posterior, pela iniciativa privada.

As antigas vias férreas eram dispostas para atender uma economia extrativista e agrícola e situavam-se em função destas atividades. Hoje, todas já desmontadas, cedem lugar a novas ferrovias, mais modernas e articuladas à exploração mineralógica e do agronegócio, e intimamente atreladas ao mercado internacional.

Essas vias férreas atuais em sua grande maioria construídas entre as décadas de 1970 e 1980, com exceção da Estrada de Ferro Amapá, de 1957, foram implementadas com recursos do governo federal e pertenciam ao Estado, além de muitas das empresas que detinham a concessão das estradas de ferro serem *joint ventures* (capital misto).

O aprofundamento da globalização e das políticas neoliberais trouxe consigo, uma mudança no papel do Estado, que ao necessitar dar respostas às mudanças no mercado e a reestruturação produtiva, busca estratégias de integração de mercado e investimentos em infraestrutura objetivando potencializar os empreendimentos, a desregulamentação e o enxugamento da máquina funcional (Castro, 2001). Em outras palavras:

O Estado nacional está sendo levado, de mais a mais, a ceder uma parte de seu controle político sobre o território às potências mundiais e, numa primeira percepção, a essas

agências que regulam o jogo monetário, como o FMI, o Banco Mundial e o sistema financeiro internacional. Isso impõe a necessidade de repensar o Estado e seu papel de definir e implementar políticas públicas, bem como a análise dessas políticas públicas em relação às mudanças exigidas no próprio aparelho do Estado. Tais transformações não são impulsionadas pela dinâmica interna da sociedade nacional, mas correntemente pelas regulações derivadas da dinâmica global e dos interesses dos grandes grupos e grandes potências mundiais. (Castro, 2001, p. 15)

É nesse contexto que se inicia as privatizações das empresas estatais e da infraestrutura nacional (setor de energia, telecomunicação e transporte), ou se desenvolve as chamadas Parcerias Público Privado (PPP). As empresas de mineração e todo o seu complexo logístico passam para a iniciativa privada, com destaque para as ferrovias de cargas.

Desta feita, no ano de 1992 foi realizada a inclusão da Rede Ferroviária Federal S.A (RFFSA) no Programa Nacional de Desestatização, por meio do Decreto nº 473/1992, culminando na transferência das malhas ferroviárias para a iniciativa privada, durante um período de 30 anos, podendo ser prorrogável por mais 30 anos. Em 7 de dezembro de 1999 deixa de existir a RFFSA e as concessões das malhas ferroviárias acontecem entre 1996 e 1998. Para regular as estradas de ferro, assim como o transporte rodoviário e dutoviário, foi criada a ANTT (Agência Nacional de Transporte Terrestre), por meio da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e implantada mediante edição do Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002. Essa agência fiscaliza 12 concessões ferroviárias,⁸ das quais sete são provenientes da RFFSA (ANTT, 2014).

Diante do exposto deve-se entender o desenvolvimento da malha ferroviária amazônica dentro desse novo contexto, primeiramente de maneira individual

⁸ ALLMO – América Latina Logística Malha Oeste S.A.; FCA – Ferrovia Centro-Atlântica S.A.; MRS Logística S.A.; FTC – Ferrovia Tereza Cristina S.A.; ALLMS – América Latina Logística Malha Sul S.A.; Ferroeste – Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A.; EFVM – Estrada de Ferro Vitória a Minas; EFC – Estrada de Ferro Carajás; TLSA – Transnordestina Logística S.A.; ALLMP – América Latina Logística Malha Paulista S.A.; ALLMN – América Latina Logística Malha Norte S.A.; FNS – Ferrovia Norte Sul S.A.

e, posteriormente, de forma conjugada, com o intuito de compreender as principais mudanças na organização territorial da Amazônia.

Estrada de Ferro Trombetas (EFT)

No vale do Trombetas foi alocado outro polo agromineral do Polamazônia, pelo fato de ser uma região de grande concentração de bauxita-alumínio, além de outros minerais como cobre, tantalita, columbita, calcário e chumbo.

Essa área ficou sob a responsabilidade do complexo da Mineração Rio do Norte, que explorou a jazida de bauxita situada a 30 km do rio Trombetas (localizado no Pará), distância percorrida pela Estrada de Ferro Trombetas, além da usina de beneficiamento próxima ao porto. Este conjunto logístico tem o objetivo de abastecer a Albras e a Alunorte (localizado no município de Barcarena-Pará) e exportar em média 8 a 10 milhões de toneladas/ano de bauxita, sendo integrado ao Projeto Grande Carajás (Oliveira, 1987).

A MRN produziu entre os anos de 1990 e 1996 mais de cinquenta e seis milhões de toneladas de bauxita, colocando-a como a terceira maior produtora de bauxita do mundo e responsável pela produção de 65,82% do total produzido no Brasil (Trindade, 2001).

É importante salientar que na década de 1990 ocorre o período de privatizações das empresas estatais no Brasil, dentre elas a CVRD, logo a infraestrutura passa para a iniciativa privada, como a Estrada de Ferro Trombetas. Essa via férrea passou para a concessão da empresa MRN pelo Decreto de Outorga nº 81.889, de 5 de julho de 1978, o qual dava a ela plenos direitos de construção, uso e gozo da estrada de ferro, que interliga as minas de bauxita da Serra de Saracá, município de Oriximiná (PA), ao Porto de Trombetas (PA).

Estrada de Ferro do Jari (EFJ)

Semelhante ao que ocorreu com as demais ferrovias instaladas na Amazônia, especialmente após a década de 1970, a Estrada de Ferro Jari, foi construída para atender o Projeto da Jari Celulose S.A.

Segundo Silva (2011), esse projeto se originou a partir da informação da progressiva diminuição das reservas de madeira dos produtores de celulose, cujos produtores tradicionais tinham de esperar em média 25 anos para explorar. Nesse contexto, o empresário norte-americano Daniel Keith Ludwig implantou, no ano de 1967, um extenso projeto florestal no vale do rio Jari.

O projeto Jari localiza-se na foz do rio Amazonas, entre os municípios de Almeirim (PA) e Mazagão (AP), tendo como sede a Vila de Monte Dourado. Este empreendimento, além da exploração da celulose, propunha um projeto agropecuário para produção de arroz, a criação de gado e a extração mineral de caulim e bauxita, gerenciada pela Mineração Santa Patrícia Ltda. (de propriedade de Ludwig), com um potencial de 150 milhões de toneladas (Oliveira, 1987).

O projeto atualmente perfaz uma área de 1,3 milhão de hectares, sendo 55% de suas terras no Pará e 45% no Amapá, cortadas pelo rio Jari, o qual limita os dois estados. A região do Jari distribui-se entre as cidades de Monte Dourado (Pará), Laranjal do Jari (Amapá), Vitória do Jari (Amapá) e Almeirim (Pará).

A sede do projeto localiza-se no distrito industrial de Munguba, distante 18 km de Monte Dourado e às margens do rio Jari, com uma posição geográfica estratégica, pois fica próxima dos mercados consumidores da Europa, América do Norte e Ásia e apresenta uma pequena distância entre a floresta, a fábrica e o porto fluvial privado, que tem capacidade de receber navios de até 200 metros (Silva, 2011).

O complexo do Jari é composto por uma fábrica de celulose, uma usina termelétrica com 55 MW de potência, a *Company Town* de Monte Dourado (PA), um porto fluvial (Porto da Jari), o aeroporto de Serra do Areão (Monte Dourado-PA) e a Estrada de Ferro Jari (Silva, 2011).

Essa via férrea entrou em operação em 1979, para o transporte da madeira utilizada na fabricação da celulose e, hoje, interliga Manguba a Monte Dourado, com um trecho de 68 km de extensão, transportando também bauxita refratária.

Estrada de Ferro Carajás (EFC)

Na porção oriental da Amazônia, está a sua estrada de ferro mais imponente, seja pelos seus 892 km de extensão ou pela quantidade de cargas transportadas, que aumenta exponencialmente ao longo dos anos, com destaque ao minério de ferro.

Ela corresponde à Estrada de Ferro Carajás (EFC), que interliga a Floresta Nacional de Carajás,⁹ que integra a Serra dos Carajás¹⁰, em Parauapebas, e Canaã dos Carajás – PA, ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luiz – MA. Essa ferrovia fazia parte do Programa Grande Carajás (PGC), que compreendia também a mina da Serra dos Carajás (Projeto Ferro Carajás), a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) e a Albras-Alunorte.

Um dos empreendimentos do Programa Grande Carajás era o Projeto de Ferro Carajás, sob a coordenação da CVRD, almejando a exploração de ferro, ouro, manganês, dentre outros minérios.

Para o transporte do minério, a antiga CVRD optou pela ferrovia, pelo fato de ter interesse em transportar, além do minério de ferro, outros artigos não minerais, como a soja do Centro-Oeste, para o mercado transoceânico; e também pelas pressões dos financiadores japoneses, que alegavam ser a via férrea mais vantajosa em termos de volume e velocidade, o que era bastante necessário em termos competitivos no mercado externo, e naquele momento

⁹ Essa área corresponde à Flona de Carajás e “trata-se de uma unidade de conservação na qual é assegurado o direito de lavra do ferro e outros minérios identificados sobre os mesmos 411.948,87 ha, objeto de concessões anteriores pelo Congresso Nacional, comprometendo-se com a proteção ambiental e a realizar a exploração mineral com a manutenção do equilíbrio ambiental. Com a criação da Flona de Carajás, passível de contestações (Éleres, 1999, p. 5), a CVRD privatizada procura se proteger de possíveis invasões de garimpeiro e de ex-camponeses ou trabalhadores rurais sem terra, dos protestos que podem ameaçar a gestão de um território, e se livrar dos processos estaduais que tentam provar a não validade do ato jurídico ou da forma como foi gerada a área objeto de sua concessão” (Coelho *et al.*, 2006, p. 423).

¹⁰ A Serra dos Carajás se localiza na Região Centro-Sul do estado do Pará e “estende-se por cerca de 355 km no sentido aproximadamente leste-oeste, atravessando partes dos municípios de Marabá, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Parauapebas e São Felix do Xingu. Do ponto de vista geomorfológico, trata-se de um conjunto de platôs associados a colinas alongadas, com relevos que se destacam sobre a topografia regional. Certas áreas de platôs onde aflora o minério de ferro são cobertas por coureiras ferruginosas (canga), nas quais se desenvolvem apenas vegetação arbustiva e gramíneas. Nessas áreas são encontrados lagos rasos, formados pela retenção de água da chuva em depressões circulares do terreno. A maioria dos platôs, no entanto, é coberta por solos parcialmente lateritizados, em que predomina a floresta pluvial. Em algumas bordas de platôs aparecem penhascos e paredões verticais de rocha exposta, que podem atingir 300 metros de altura” (Teixeira; Lindenmayer, 2006, p. 63). “A rocha que posteriormente deu origem ao minério de ferro de alto teor da Serra dos Carajás é a formação ferrífera bandada da Formação Carajás. Trata-se de uma sequência de sedimentos químicos depositada no período de 2.750 a 2.740 milhões de anos e que atingiu a espessura máxima de 400 m” (Teixeira; Lindenmayer, 2006, p. 63).

os japoneses eram importantes compradores de ferro e visavam ampliar as suas importações de grãos brasileiros (Coelho *et al.*, 2006).

A Estrada de Ferro Carajás teve sua construção iniciada em 1979 e entrou em funcionamento em 1985, apenas com o transporte de cargas. O serviço de transporte de passageiros teve início em 1986. A via férrea apresenta uma extensão de 892,5 km e é composta por 44 pátios de cruzamento distribuídos pela ferrovia para o desenvolvimento de operações de carga. Em 1999, possuía 83 locomotivas e tinha a capacidade de transportar 35 milhões de toneladas anuais. Em sua extensão foram implantados sete núcleos populacionais de apoio à ferrovia, com destaque ao Núcleo Urbano de Carajás (*Company Town*), disponibilizado aos funcionários de apoio administrativo e operadores de mina de ferro da CVRD, localizada em Parauapebas (Coelho *et al.*, 2006).

A EFC faz conexão em Açailândia com a Ferrovia Norte-Sul, no trecho do quilômetro 107, e estende-se até os dois portos da baía de São Marcos, no Maranhão, quais sejam: Porto da Ponta da Madeira e o Porto de Itaqui, que suportam a navegação de navios graneleiros de até 420 mil toneladas de porte bruto (Coelho *et al.*, 2006).

Com a implantação do PGC e da política de migração do governo federal houve um substancial crescimento populacional ao longo da EFC, aumentando a concentração demográfica nas cidades de Marabá (PA), Imperatriz e Açailândia, ambas no Maranhão, além de antigos povoados de Parauapebas (atualmente elevada à condição de cidade), km 30 (hoje Curionópolis) e km 30 (Eldorado de Carajás), esses últimos localizados próximos às áreas de lavra da CVRD e de garimpos (a exemplo de Serra Pelada), interligados pela PA-275 e suas vicinais (Coelho *et al.*, 2006).

No ano de 1997 entrou em processo a privatização da Vale, fato que gerou questionamentos jurídicos sobre o tempo de concessão de direito de uso da empresa, firmado em 1986, posto que a sua venda invalidaria aquela concessão, o que levou o então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) a assinar outro decreto concedendo o direito de uso da Vale sobre a área de 411,948 hectares. Essa ação foi invalidada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), visto

que após a Constituição de 1988 apenas o Congresso Nacional teria competência para realizar tal concessão (Coelho *et al.*, 2009).

Isso fez com que o governo federal alterasse a situação jurídica da área de atuação da Vale, optando pela criação de Unidades de Conservação Federais, a exemplo da Floresta Nacional (Flona) Carajás, instituída em 1998, que acabou correspondendo à área de uso real da empresa, a qual passa para a responsabilidade da União, que teria a prerrogativa legal de estabelecer normas de uso da área, contudo, efetivamente continua sendo um território da Vale, hoje uma empresa privada, em virtude do que ficou firmado no decreto de criação da Flona, no que tange à pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte e comercialização dos minerais ali existentes (Coelho *et al.*, 2009).

Com a privatização, a Vale obteve um novo contrato firmado com a União em 27 de junho de 1997, referente à concessão da exploração dos serviços de transporte de cargas e passageiros da EFC. Atualmente, a via férrea transporta minério de ferro, ferro gusa, manganês, cobre, soja, outros combustíveis e derivados perigosos. Para esse fim, a EFC foi duplicada, apresentando 3.500 metros de extensão, compostos por 330 vagões, que transportam cerca de 120 milhões de toneladas de minério de ferro por ano.

Estrada de Ferro Norte-Sul (FNS)

A malha ferroviária Norte-Sul, igualmente conhecida como FNS, foi concebida no ano de 1987, pelo Decreto nº 94.813, de 1º de setembro de 1987, conforme disposto no *Diário Oficial* de 2 de setembro de 1987. Nele outorga-se à Valec Engenharia e Construções Ltda. a concessão para construção, uso e gozo dos acessos ferroviários, destinados ao transporte em geral, na região do Araguaia-Tocantins (Brasil, 1987).

Até o presente momento foi construído o trecho entre Açailândia, interligando a EFC e o Porto de Itaqui, no Maranhão, e Palmas (TO). Alguns desses trechos foi objeto de subconcessão, a saber: 225 km entre Açailândia (MA) e Aguiarnópolis (TO), construídos pelo governo federal; 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), igualmente construídos pelo governo

federal; 213,2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos do Contrato de Subconcessão e do governo federal e, por fim, 148,3 km entre Guaraí (TO) e Palmas, construídos com dinheiro proveniente do Contrato de Subconcessão e do governo federal (PWC, 2012).

Hoje, essa via férrea tem 723 km de extensão, 3.200 vagões e capacidade de transportar cinco bilhões de TKU, com destaque ao escoamento de produtos agrícolas (farelo de soja, soja e milho), industrializados (combustíveis e celulose) e siderúrgicos (PWC, 2012).

Essas ferrovias, construídas a partir do final da década de 1970 na Amazônia, atualmente integram um projeto de integração do Brasil com o mercado internacional, visando uma circulação intermodal no território.

Uso das ferrovias a partir de um modelo intermodal de transporte e a relação circulação e território no contexto da globalização na Amazônia oriental

As ferrovias existentes na Amazônia, no contexto atual, embora mostradas individualmente, conformam um projeto de ordenamento territorial implementado pelo Estado e a iniciativa privada, particularmente grandes empresas globais. Esse projeto objetiva desenvolver uma rede de transportes intermodal na escala nacional, mas igualmente regional, interligando rodovias, hidrovias, ferrovias e portos (ver Mapa 2). O propósito é promover maior integração com os mercados externos europeus e asiáticos, além da América do Sul.

O contexto de sua produção inicial está no Programa denominado “Avança Brasil”, gestado no primeiro governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC), e depois modificado no seu segundo mandato para Programa Plurianual de Ação (PPA), mais conhecido como “Avança Brasil”, que tinha por finalidade criar Eixos de Integração e Desenvolvimento, voltados para a integração internacional, a exemplo do eixo que liga Manaus a Boa Vista e daí se articula com a Venezuela pela rodovia BR-174 ou pela rede de transmissão de energia que conecta Boa Vista ao Complexo Hidrelétrico de El Guri (bacia do vale do rio Caroni, afluente do Orenoco); e do eixo de integração do Madeira e do

Araguaia-Tocantins, que apresentam áreas de cerrados (Porto-Gonçalves, 2001).

Segundo Castro (2001), o Estado pretende com esse Programa de Eixos de Integração estimular o desenvolvimento econômico e uma nova dinâmica nas relações internacionais, de forma a envolver os países próximos e aumentar a condição hegemônica do Brasil no continente, especialmente porque na América do Sul existem diversas riquezas naturais. Logo, objetiva-se tornar esses recursos naturais em mercadorias de circulação por meio dos grandes eixos de transportes, a exemplo de carvão e ferro na Colômbia e Venezuela. Este último também possui estoques de petróleo, além do gás natural de Trinidad e Tobago, Colômbia, Venezuela e Bolívia e suas respectivas biodiversidades, bastante valorizadas atualmente.

No programa de investimento do período de 2000 a 2003, os eixos de desenvolvimento seguiam como meta, apresentando quatro variáveis, ou seja, rede multimodal de transportes, hierarquia funcional das cidades, definição de centros dinâmicos e os ecossistemas. Na Amazônia os projetos se concentravam no eixo Arco-Norte, que vai do vale do rio Madeira ao do Amazonas (Castro, 2001).

Esse projeto é levado a cabo pelo governo do PT (Partido dos Trabalhadores) por meio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que investe substancialmente nas rodovias, energia (hidrelétricas), portos e em ferrovias, especialmente a Estrada de Ferro Norte-Sul, que se interliga à EFC e se conectará à ferrovia Transnordestina.

Embora as ferrovias sejam secundárias em relação às rodovias, elas compõem esse eixo de integração do mercado nacional ao internacional, atreladas especialmente aos modernos portos, onde se realiza o transbordo de grãos do agronegócio e do minério.

Diante do exporto e com base nos dados da ANTT, dentre as ferrovias existentes na Região Amazônica a que mais se destaca em termos de extensão, integração à rede ferroviária nacional, volume transportado, tempo e

frequência do transporte e articulação com os principais portos do país está a EFC.

A Tabela 1 produzida a partir de informações obtidas na ANTT demonstra que dentre os produtos escoados pela EFC se destaca o minério de ferro, perfazendo 99% do transporte.

Tabela 1 – Principais produtos transportados pela EFC, 2023

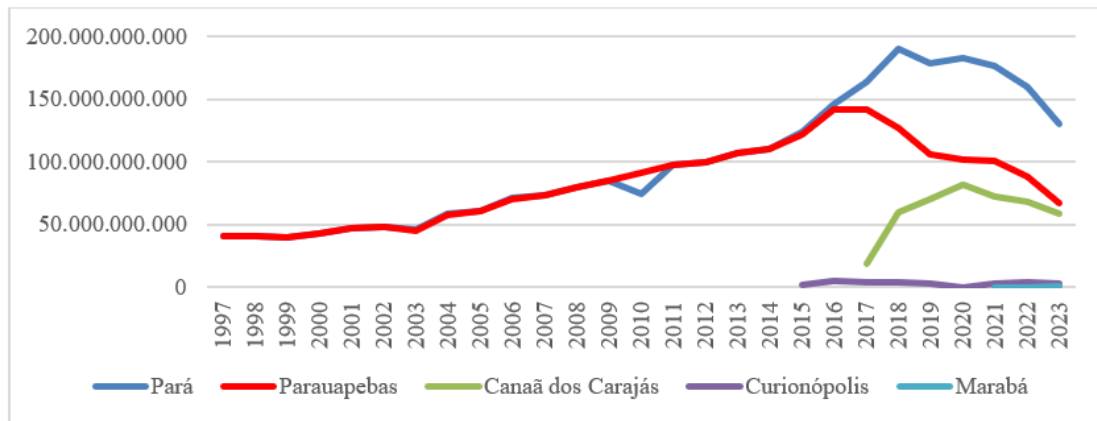
Produtos escoados pela EFC até o Porto de Itaqui (MA)	Região de Carajás (PA)	Açailândia (MA)	Região de Carajás (PA)	Açailândia (MA)	Região de Carajás (PA)	Açailândia (MA)	Total	
	2021 (TU)		2022 (TU)		2023 (TU)*		Abs	%
Cobre	455.489	-----	426.760	-----	468.554	-----	1.350.803	99
Manganês	165.625		298.336	-----	134.095	-----	598.056	0,49
Ferro Gusa	237.245	127.523	277.279	304.232	230.523	59884	1.236.686	0,33
Minério de Ferro	92.795.556	-----	171.661.435	-----	138.134.706	247.293	402.838.990	0,30
Escória	-----	14.124	-----	21.913	-----	-----	36.037	0,15
Combustível	-----	856.774	-----	911218	-----	232608	2.000.600	0,01

* Os dados referentes ao ano de 2023 são relativos aos meses de janeiro a outubro.

Fonte: ANTT, 2023.

A maior parte desse minério de ferro, bem como dos demais, como cobre e manganês, advém da região de Carajás, no sudeste paraense, onde existe o monopólio da Vale S.A. por meios dos seus projetos minerários, principalmente nos municípios de Parauapebas (Mina Serra Norte) e Canaã dos Carajás (Mina Serra Sul), e, em menor proporção, Curionópolis (Mina Serra Leste) e Marabá, conforme se observa no Gráfico 1.

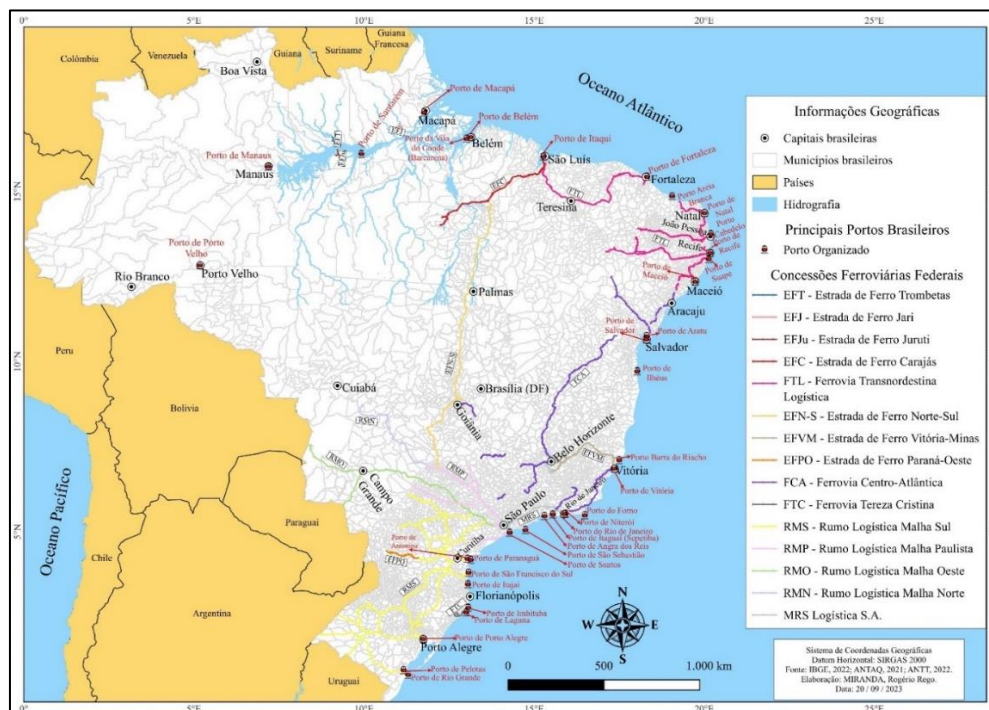
Gráfico 1 – Exportação do minério de ferro por KG líquido, 1997-2023



* Os dados referentes ao ano de 2023 são relativos aos meses de janeiro a outubro.

Fonte: MDIC (2023).

Mapa 2 – Rede Ferroviária Brasileira, 2023



Fontes: IBGE, 2022; Antaq, 2021; ANTT, 2022.

Ao longo da ferrovia há um processo de valorização do espaço que implica a especulação fundiária, bem como a expulsão de povos e comunidades

tradicionais e assentamentos que possuem seus territórios “rasgados”/violados e relativamente controlados pelo Estado e pela iniciativa privada coercitivamente em nome do progresso e interesse econômico nacional.

Conclusões

Na Amazônia as ferrovias tiveram no passado uma grande importância quanto à organização territorial da região, pois corresponderam a um projeto de modernização desenvolvido pelo Estado, visando uma ação política de expansão, integração e colonização de áreas interioranas, visto que esse sistema de circulação estava atrelado a uma intencionalidade de consolidação de uma dada elite política no poder e igualmente se articulava a uma base produtiva de caráter extrativista, a exemplo da EFM-M e da EFT, e agrícola, como a EFB.

Essa rede ferroviária era ainda pouco desenvolvida, pois não se tinha articulação entre as malhas regionais e a nacional, mas foram importantes na integração entre as áreas de produção de bens agroextrativistas e Belém e/ou o mercado externo, por meio de portos, onde era realizado o transbordo dos produtos, embora os fluxos ainda não fossem satisfatoriamente rápidos e fáceis de serem executados; em suas margens, diversos povoados foram sendo criados, alguns chegando a condição de cidades, instaurando um padrão de organização territorial diferenciado nas áreas em que foram construídos.

Na zona Bragantina foi marcante o padrão *colônia* (local de produção agrícola) – *Estrada de Ferro* (a EFB foi a principal via de circulação e articulação entre as colônias agrícolas) – *cidade* (corresponde a Belém, centro político e econômico da Amazônia Oriental).

Na porção meridional da Amazônia foi adotado o padrão *rio-ferrovia-floresta-cidade*, sendo o rio Madeira-Mamoré importante para a navegação e circulação de produtos, mercadorias e pessoas, o qual se integrou à EFM-M, idealizada para o escoamento da produção gomífera. A floresta era o local de retirada do látex, considerado na época o ouro branco, e a cidade,

correspondia ao centro de poder econômico, onde se negociava a borracha, podendo ser Manaus ou Belém.

No sudeste paraense, igualmente, tem-se o padrão *rio-ferrovia-floresta-cidade*, em que os rios Tocantins e Itacaiúnas assumem uma importância fundamental para a circulação de produtos variados, com destaque para a castanha do Pará que, retirada da floresta, era escoada pelos rios e pela EFT, até a cidade de Belém, de onde era vendida para o exterior.

Na década de 1970, teve início o processo de reorganização territorial da região, visto que nesse período, pelo projeto desenvolvimentista do Estado, extinguem-se todas as ferrovias citadas anteriormente e instaura-se o modelo de circulação pautado na rodovia, como uma estratégia geopolítica de integrar a Amazônia ao restante do país e, ao mesmo tempo, colonizá-la por meio de políticas de incentivo à migração e, assim, ocupá-la, desconsiderando os diversos povos e comunidades tradicionais ali existentes.

O desenvolvimento proposto estava alicerçado na política de internacionalização da economia regional por meio dos diversos projetos agropecuários e minerais. Desta feita, a partir de interesses de empresas multinacionais, selecionou-se áreas de grandes riquezas naturais, em especial de caráter mineral, para implantar um conjunto de infraestruturas modernas, dentre elas, novas ferrovias, utilizadas para viabilizar a circulação da produção de *commodities* realizada nesses locais.

A exemplo de Amapá (Projeto da Icomi e Jari), Oriximiná – PA (Projeto Trombetas) e sudeste paraense (Projeto Ferro Carajás). Nessas realidades, construiu-se um padrão *rio-ferrovia-estrada-cidades dos grandes projetos*. Isso porque as rodovias são utilizadas para o transporte de pessoas e mercadorias, mas se integram às ferrovias, cujo uso principal é a circulação de produtos agropecuários e minérios, como manganês, cobre, bauxita, ferro, entre outros, que saem das cidades dos grandiosos projetos, em direção aos portos existentes nos rios de grande calado existentes na porção oriental da Amazônia.

Por serem vias férreas modernas, desenvolvem o transporte de produtos dia após dia, ininterruptamente, de maneira rápida e eficaz e, hoje, encontram-se mais articuladas a outras malhas ferroviárias nacionais, conformando uma rede mais densa, especialmente a EFC, que se integra à FNS, a qual possui um planejamento de articular Barcarena (nordeste paraense) ao sudeste paraense, e essa realidade ao Tocantins, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e Rio Grande do Sul, os quais vão poder escoar seus produtos até o porto existente em São Luís do Maranhão.

Essas estradas de ferro compõem, ainda que de maneira secundária, um planejamento estatal de uma circulação territorial intermodal, projetada na Amazônia e no Brasil.

Referências

- ARROYO, Mônica. Redes e circulação no uso e controle do território. In: ARROYO, Mônica; CRUZ, Rita de Cássia A. da. *Território e circulação: a dinâmica contraditória da globalização*. São Paulo: Fapesp/PPGH/Capes/Annablume Geografias, 2015. p. 37-49.
- ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres. *Evolução do transporte ferroviário*. Brasília: ANTT, 2014.
- BRASIL. *Inventaria da extinta Rede Ferroviária Federal S.A.* 2007. Disponível em: www.rffsa.gov.br. Acesso em: 20 out. 2007.
- BRASIL. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, 2 set. 1987.
- BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: Naea/UFGA, 2001.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Fronteira amazônica: questões sobre a gestão do território*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1990.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BECKER, Bertha Koiffmann. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- CASTRO, Edna. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2001. p. 7-47.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, ano 49, n. 3, p. 39-68, 1987.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- COELHO, Maria Célia N. *et al.* Impactos ambientais da Estrada de Ferro Carajás no sudeste do Pará. In: TEIXEIRA, João Batista Guimarães (Org.). *Carajás: geologia e ocupação humana*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.
- COELHO, Maria Célia N. *et al.* Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, Antonio José Teixeira (Org.). *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 67-112.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. da. *Políticas e colonos na Bragantina, estado do Pará: um trem, a terra e a mandioca*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. da. Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. Belém: Edufpa, 2002.
- CRUZ, Ernesto. *A Estrada de Ferro de Bragança*. Belém: Falângola, 1955.
- CRUZ, Ernesto. *Colonização do Pará*. Belém: INPA; Falângola, 1958.
- CRUZ, Ernesto. *As obras públicas do Pará*. Governo do Estado do Pará. Pará: Secretaria do Estado da Viação e Obras Públicas, v. 1. Belém: Governo do Pará, 1967.
- DIAS, Catarina V. Marabá – Centro Comercial da Castanha. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XX, n. 4, p. 383-428, 1958.
- DIAS, Catarina V. Aspectos geográficos do comércio da castanha no médio Tocantins. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXI, n. 4, p. 517-531, 1959.
- EMMI, Marília F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Naea/Ufpa, 1999.
- GOMES, Benedita de S. *A extinção da Estrada de Ferro de Bragança (1960 a 1965)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Belém: UFPA, 2005.

- GOTTMAN, Jean. *La politique des États et leur Géographie*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*, v. III. Belém: Edufpa, 2004.
- HOBSBAWM, Eric. *A era do capital (1848-1875)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. *Território e circulação: transporte rodoviário de carga no Brasil*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LACERDA, Franciane Gama. *Nos trilhos da modernidade, instalação da Estrada de Ferro de Bragança (1870/1907)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História. Belém: UFPA, 1992.
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. 2006. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LENCIONI, Sandra. *Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar*. 1985. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.
- MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. *Civilização do rio, civilização da estrada: transportes na ocupação da Amazônia nos séculos XIX e XX*. In: SITREAMA, 1., 2002, Belém. *Anais...* Belém, 2002.
- MIRANDA, Rogério Rego Miranda. *Interfaces do rural e do urbano em área de colonização antiga na Amazônia: estudo de colônias agrícolas em Igarapé-Açu e Castanhal (Pa)*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1987.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.
- PARÁ. *Boletim da Mineração 2023*. 2023. Disponível: [https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Boletim%20da%20Minera%C3%A7%C3%A3o%202023%20\(vers%C3%A3o%2017.04.2023\)%20EXPEDIENTE.PUBLICA%C3%87%C3%83O.pdf](https://www.fapespa.pa.gov.br/sites/default/files/Boletim%20da%20Minera%C3%A7%C3%A3o%202023%20(vers%C3%A3o%2017.04.2023)%20EXPEDIENTE.PUBLICA%C3%87%C3%83O.pdf). Acesso em: 20 jun. 2023.
- PENTEADO, Antônio Rocha. *Problemas de colonização e de uso da terra na região Bragantina do estado do Pará*. Vol. 1 e 2. Belém: UFPA, 1967.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PWC – Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes. *Ferrovias Norte-Sul S.A.: relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2012*. Belo Horizonte: PWC, 2012.
- SANTOS, Milton. Os grandes projetos: sistemas de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna (Org.). *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Edufpa, 1995. p. 13-20.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2002a.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002b.
- SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da. *A cidade vista através do porto: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- SILVA, Moacir M. Fernandes. Geografia das estradas de ferro brasileiras em seu primeiro centenário (1854-1954). In: *Brasil. I Centenário das ferrovias brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954. p. 1-85.
- SILVA, Emmanuel Raimundo Costa. Grandes projetos e produção do espaço amazônico: integração regional, infraestrutura e transportes no estado do Amapá. In: SILVEIRA, Márcio Rogério (Org.). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 427-462.
- SILVEIRA, Márcio Rogério. *A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- TEIXEIRA, João Batista Guimarães; LINDENMAYER, Zara Gerhardt. Fundamentos Geológicos da Serra dos Carajás. In: TEIXEIRA, João Batista Guimarães (Org.). *Carajás: geologia e ocupação humana*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.
- TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da. Grandes Projetos, Urbanização do Território e Metropolização na Amazônia. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais ...* São Paulo: USP, 2005.
- TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da. Pensando a concepção de Amazônia. In: SILVA, José Borzachiello da (Org.) *Panorama da geografia brasileira I*. SP: Annablume, 2006. p. 355-364.

- TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os 'grandes objetos' como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, v. 51, p. 113-137, 2010.
- TRINDADE JR., Saint Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti Costa (Orgs.). *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém: Edufpa, 2008.
- TRINDADE JR., Saint-Clair Cordeiro da; MADEIRA, Welbson do Vale. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. *Pracs*, Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, 2016.
- TRINDADE, José Raimundo Barreto. Racionalização econômica e programa de qualidade na Mineração Rio do Norte, um caso modelo de reestruturação produtiva. In: COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional*. Belém: Cejup, 2001. p. 79-94.
- VALLAUX, Camillo. *Geografia social: El suelo y el Estado*. Madri: Daniel Jorro, 1914.
- WERNER, Deborah; BRANDÃO, Carlos. Infraestrutura e produção social do espaço: anotações sobre suas principais mediações teóricas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, [s.l.], v. 15, n. 5, 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5045>. Acesso em: 6 ago. 2020.

Como citar

MIRANDA, Rogério Rego. A (re)organização territorial da Amazônia a partir das ferrovias. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432207, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st03.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Os caminhos para a Natureza Barata: a expansão da fronteira da soja no Brasil

Pathways to cheap nature: expansion of the soybean frontier in Brazil

 Giacomo Otavio Tixiliski¹

 Paola Huwe de Paoli²

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st04

Resumo: Este artigo objetivou investigar a expansão da fronteira da soja no Brasil e sua produção de Natureza Barata na Ecologia-Mundo capitalista. Para isso, usamos a perspectiva da Ecologia-Mundo, que identifica a sociedade do capital como um sistema de exploração e de apropriação da natureza. O método é dedutivo e os processos metodológicos são a revisão de literatura e a análise qualitativa de dados. O artigo estrutura-se em três seções principais: a primeira apresenta a produção de Natureza Barata pela perspectiva da Ecologia-Mundo; a segunda observa a expansão da fronteira da soja no Brasil como um espaço de fluxo; e a terceira analisa a relevância dos projetos de infraestrutura para a construção do espaço como lugar. O principal resultado da pesquisa é a constatação de que a produção de Natureza Barata ocorre na contradição da expansão-fixação da fronteira da soja. Em outras palavras, os caminhos abertos pelos projetos de infraestrutura fixam a fronteira como um lugar e a expandem como um fluxo. Esse processo é alimentado pela violência e degradação ecológica. É preciso

¹ Doutorando em Relações Internacionais no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA). E-mail: giacomotix@gmail.com.

² Doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: p.huwe@live.com.

refinar essa contribuição inicial com pesquisas de outros projetos de infraestrutura para compreender sua limitação explicativa.

Palavras-chave: Natureza Barata; soja; Brasil; Ecologia-Mundo; fronteira.

Abstract: This article investigates the expansion of the soybean frontier in Brazil and its production of cheap nature within capitalist world-ecology. This is done via the world-ecology perspective, which identifies capital society as a system for exploiting and appropriating nature. A deductive method was used, along with literature review and qualitative analysis. The article is structured into three main sections: the first presents the production of cheap nature from the world-ecology perspective, the second observes the expansion of the soybean frontier in Brazil as a flow space, and the third analyzes the relevance of infrastructure projects for the construction of space as a place. The main finding is that cheap nature is produced within the contradiction of the expansion-establishment of the soybean frontier: in other words, the pathways created by infrastructure projects establish the border as a place and expand it as a flow, in a process fueled by violence and ecological degradation. This initial contribution needs to be refined with research into other infrastructure projects to understand its explanatory limitations.

Keywords: Cheap nature; soybean; Brazil; world-ecology; frontier.

Introdução

A globalização do século XXI tinha como premissa a diminuição do espaço-tempo, mas revelou a exaustão planetária. O Sistema Terra está desde 1950 em um processo de rápida mudança geológica causada pela ação humana, segundo as correntes das ciências naturais que conceituam esse período como Antropoceno. O conceito liga as inovações da Primeira Revolução Industrial do século XVIII ao aumento do consumismo e à crescente emissão de gases tóxicos no planeta. As explicações são diversas, mas, em geral, compreende-se que o humano é o principal responsável pela degradação ambiental, seja pelo consumo ou pela produção sintética da natureza (Andrés, 2022).

Moore (2017) critica a conceituação e o início da nova era geológica do Antropoceno. Para ele, a exaustão do planeta está nas bases formadoras da Ecologia-Mundo capitalista. Em outras palavras, é o Capitaloceno – a Era do Capital –, que desde a expansão europeia modifica e degrada a natureza. O Capitaloceno transpassa todos os seres humanos e não humanos, o que faz com que a dicotomia Humano/Natureza não exista, ou pelo menos seja desafiada. Moore (2015) se afasta da proposição das ciências naturais e propõe a socialização do Antropoceno por meio da teia da vida, a qual o capitalismo (des)organiza.

A partir desses conceitos principais, outros tantos foram inventados para explicar as mudanças climáticas de um planeta que aspira ser universal para todos os seres que nele residem, mas que não observam sua finitude. Haraway (2015) provoca todas as concepções mediante a perspectiva pós-moderna, mas que está em constante conversa com os antropogênicos e os capitalogênicos. Para ela:

Todos os milhares de nomes são muito grandes e muito pequenos; todas as histórias são muito grandes e muito pequenas. Como Jim Clifford me ensinou, precisamos de histórias (e teorias) que sejam grandes o suficiente para reunir as complexidades e manter as margens abertas e ávidas por conexões surpreendentes, novas e antigas”. (Haraway, 2015, p. 160, tradução nossa)³

Este artigo segue a premissa de Haraway (2015), mas faz uma escolha. O Brasil nasce com a expansão europeia no século XVI (Quijano; Wallerstein, 1992). Ao longo da formação nacional, todos os processos políticos e econômicos foram, em certa medida, guiados pela apropriação e exploração da natureza. Até hoje, o Brasil se sustenta sobre a ideia da integração e dominação da natureza, dos espaços vazios, dos povos “incivilizados” ao processo civilizatório, que em algum momento foi entendido como brasilidade. A questão humana é, sem dúvida, importante para as pressões climáticas no

³ Trecho original: All the thousand names are too big and too small; all the stories are too big and too small. As Jim Clifford taught me, we need stories (and theories) that are just big enough to gather up the complexities and keep the edges open and greedy for surprising new and old connections.

Brasil, mas é o capitalismo como Ecologia-Mundo o motor da busca pela ordem e pelo progresso.

Para compreender parte desse processo, para não contar uma história grande demais, analisamos a expansão da produção agrícola. Nos últimos anos, o Brasil se tornou um dos principais exportadores de *commodities* agroalimentares do mundo, principalmente em relação à soja. O grão é importante no processo de barateamento da natureza por ser transformado em insumo para a indústria alimentícia, para a produção de proteína animal e como composição do biodiesel. Os defensores do agronegócio argumentam que o setor é responsável pela sustentação econômica do país (FPA, 2021). A soja, por exemplo, surge como o principal produto na balança comercial brasileira, auxiliando a visão otimista do setor. No entanto, os críticos ao modelo produtivo vigente ampliam o debate sobre os impactos contraditórios do setor que passam pela desindustrialização, desmatamento e emissão de gases tóxicos no planeta (FAO, 2023), risco de saúde pública e a existência de povos tradicionais.

A criação agrícola é essencial para a produção do espaço, seja como fábula ou como perversidade, nos termos de Milton Santos (2000). A fábula está na utilização do conceito de agronegócio, uma ideia de progresso agrário de estilo fordista capaz de trazer desenvolvimento econômico se interligado com os interesses internacionais (Oliveira; Hecht, 2016). Já a perversidade está justamente no seu modelo produtivo de larga escala monocultor que domina o horizonte, degrada o solo e gera conflitos no campo. O ceticismo na fábula gera a seguinte questão: como a fronteira da soja se expande no Brasil e produz a Natureza Barata na Ecologia-Mundo capitalista? A principal hipótese, avaliada na segunda e terceira seção deste artigo, é de que a participação ativa do Estado, de empresas nacionais e de multinacionais na expansão da fronteira econômica produz traçados por meio de obras de infraestrutura que expandem o barateamento da natureza em suas margens, ocorrendo assim um processo de modificação do espaço na expansão-fixação da fronteira da soja.

Para responder à questão e confirmar a hipótese, a metodologia utilizada é a dedutiva, ou seja, partimos da noção de barateamento da natureza para

analisar o caso brasileiro. Os métodos de pesquisa auxiliares são a revisão bibliográfica e a análise qualitativa de dados. Em relação à forma, o artigo entrelaça as discussões conceituais com a análise empírica. A primeira seção apresenta uma recapitulação das principais ideias da perspectiva da Ecologia-Mundo, principalmente aquela relacionada à produção de Natureza Barata presente nos trabalhos de Jason Moore. A segunda seção descreve a expansão da fronteira da soja no Brasil como espaço de fluxos por meio de uma análise qualitativa de dados e processos históricos. Já a terceira seção avalia como as obras de infraestrutura são importantes para a construção de espaços como lugares. Por último, as considerações finais sintetizam os resultados da pesquisa.

Este artigo visa contribuir, modestamente, com as pesquisas sobre os desafios socioambientais brasileiros no século XXI por meio de conceitos pouco utilizados na academia brasileira. Tivemos em vista utilizar o debate conceitual da perspectiva da Ecologia-Mundo para aplicar à realidade específica do Brasil, especialmente no caso da soja. A partir dessa apropriação conceitual conseguimos esboçar novas ideias, nomeadamente: a concepção de que os projetos econômicos e políticos de diversos atores nacionais e internacionais reproduzem dois tipos de espaço, o primeiro como fluxo e o segundo como lugar. Essa ideia ainda precisa ser analisada por mais pesquisas transversais e, principalmente, por aquelas que utilizam perspectivas críticas aos modelos dominantes.

A produção de Natureza Barata pela perspectiva da Ecologia-Mundo

A perspectiva da Ecologia-Mundo deriva da Economia Política dos Sistemas-Mundo (EPSM), um movimento social intelectual que se consolida pela crítica aos axiomas basilares das ciências sociais modernas. Tendo em vista que a EPSM concebe a sociedade do capital como um Sistema-Mundo, que se estrutura em uma Economia-Mundo marcada pela divisão do trabalho, pela competição interestatal e pela acumulação incessante de capital, a interpretação da Ecologia-Mundo aproveita os axiomas da EPSM para analisar tanto a relação dialética entre poder, capital e natureza estabelecida na sociedade do capital

quanto identificar as origens da tríplice emergência planetária contemporânea (Wallerstein, 2004; Moore, 2017).

Na medida em que observa a crise estrutural do Sistema-Mundo Moderno – que se revela pelo esgotamento de suas múltiplas tendências seculares, em especial a ecológica – e constata a imprescindibilidade de articular novas concepções para responder ao novo tempo do mundo que se apresenta no horizonte, a interpretação da Ecologia-Mundo manifesta-se também como um movimento epistêmico-político (Aráoz; Navarro, 2020).

No entanto, salienta-se que a perspectiva da Ecologia-Mundo escapa do pós-modernismo: reconhece que não é necessário seguir uma ideia de “pluriverso” para a construção de interpretações pós-cartesianas ao qual se propõe; ao contrário, é no materialismo histórico, no pós-colonialismo e na teoria feminista que a perspectiva se desenvolve (Martín, 2023; Rojas, 2016).

De acordo com a interpretação da Ecologia-Mundo, é com a emergência da geocultura⁴ do Sistema-Mundo Moderno que se separa e se compartimentaliza, epistemologicamente, a espécie humana da teia da vida: consolida-se não somente no imaginário popular, como também no imaginário científico, que a espécie humana habita a “Sociedade” e atua sobre a “Natureza” ou sucumbe às forças desta. “Sociedade” e “Natureza” recebem as iniciais em maiúsculo, pois representam *abstrações mortas*, as quais expressam causa e consequência em vez de relações constitutivas (Moore, 2015, 2017).

Concomitantemente, a separação entre a espécie humana e a teia da vida é também ontológica, visto que parcela dos seres humanos – a depender do gênero, raça, nação, classe, entre outras – e o resto da natureza convertem-se em forças de produção, portanto transmutam para o domínio da “Natureza” para servir à “Sociedade”. Nessa direção, “Natureza” e “Sociedade” constituem não somente abstrações mortas, mas também *abstrações reais* (Aráoz; Navarro, 2020; Moore, 2015, 2017).

Ao passo que racionalidade moderna – ocidentocêntrica, patriarcal, colonial e capitalista – reduz a natureza a uma massa de recursos, um objeto passivo que mantém-se externo aos sistemas sociais, a perspectiva da Ecologia-

⁴ Geocultura refere-se à estrutura ideológica de um sistema histórico – um conjunto de concepções, valores e regras amplamente aceitos que limitam a ação social em um determinado Sistema-Mundo (Wallerstein, 2011).

Mundo considera a natureza como uma matriz, um composto de matéria viva (humana e extra-humana) em constante evolução, “na qual nós humanos agimos e somos através do mundo, e na qual o mundo – o resto da vida – também se move através de nós” (Aráoz; Navarro, 2020, p. 11, tradução nossa).⁵ Na reconstrução de processos históricos realizados por meio da interpretação da Ecologia-Mundo, portanto, a natureza ganha relevância. Não obstante, Cox (2015) alerta que a desconstrução dos “sistemas de verdade” do imaginário ocidental hegemônico é tarefa árdua e complexa.

Considerando a concepção da natureza como matriz, a perspectiva da Ecologia-Mundo formula a noção de *oikeios* – uma simplificação do vocábulo *oikeios topos*, que significa lugar auspicioso, cujo filósofo e botânico Teofrasto empregava para apontar a relação entre uma espécie de planta e o meio. Isto posto, *oikeios*, para a interpretação da Ecologia-Mundo, refere-se à relação histórica e dialética entre a espécie humana e o resto da natureza, de maneira que as relações de classe, capital e império, as quais integram uma sociedade, constituem configurações de natureza humana e extra-humana (Moore, 2015; Aráoz; Navarro, 2020). Segundo Moore (2015),

o *oikeios* é um espaço dialético de várias camadas, que inclui a flora e a fauna, mas também as múltiplas configurações, ciclos e movimentos geológicos e biosféricos do nosso planeta. Por meio dos *oikeios*, formam-se e reformulam-se as relações e condições que criam e destroem o mosaico de cooperação e conflito da humanidade: o que normalmente é chamado de organização “social”. A natureza-como-*oikeios* não é, portanto, oferecida como um fator adicional, a ser colocado ao lado da cultura, da sociedade ou da economia. Em vez disso, a natureza se torna a matriz na qual a atividade humana se desenvolve e o campo no qual a agência histórica opera. (Moore, p. 46, tradução nossa, grifos nossos)⁶

⁵ Trecho original: “En la que los humanos actuamos y somos a través del mundo, y en la que el mundo – el resto de la vida – se mueve también a través de nosotros.”

⁶ Trecho original: “The *oikeios* is a multi-layered dialectic, comprising flora and fauna, but also our planet’s manifold geological and biospheric configurations, cycles, and movements. Through the *oikeios* form and re-form the relations and conditions that create and destroy humanity’s mosaic of cooperation and conflict: what is typically called “social” organization. Nature-as-*oikeios* is, then, not offered as an additional factor, to be placed alongside culture or society or economy. Nature, instead, becomes the matrix within which human activity unfolds, and the field upon which historical agency operates”.

Em síntese, a vida planetária, assim como os processos políticos, econômicos e sociais, está envolvida no e pelo *oikeios*, de maneira que a natureza se manifesta como produto e, ao mesmo tempo, como produtora de projetos civilizacionais. Não obstante, em pesquisas das *Duas Culturas*⁷ predomina a *Aritmética Verde*, a noção de que a “Sociedade” somada à “Natureza” equivale ao “Todo”, isto é, a “Sociedade” é independente da “Natureza”. Destarte, a *Aritmética Verde* considera a acumulação incessante de capital um processo social que apresenta consequências ambientais, em vez de uma forma de inter-relação da espécie humana com o resto da natureza (Moore, 2015, 2017; Aráoz; Navarro, 2020).

Nessa sequência, a interpretação da Ecologia-Mundo atenta que a sociedade do capital gera modificações na teia da vida, da mesma forma que esta gera modificações na sociedade do capital, em uma relação dialética. Sendo assim, o Sistema-Mundo Moderno não se configura como um sistema socioeconômico, mas como uma forma (invariavelmente destrutiva) de organizar a natureza que se consolida entre os séculos XV e XVIII (Moore, 2015, 2017, 2022). A sociedade do capital desenvolve-se com a mobilização do trabalho da natureza a baixos custos de dinheiro e de energia; é, portanto, um sistema de Natureza Barata. Para a perspectiva da Ecologia-Mundo, enquanto o projeto (des)civilizador do capital contrapõe-se invariavelmente à sustentabilidade ecológica e à reprodução da vida planetária, verifica-se que a gênese da tríplice emergência planetária contemporânea se encontra nos padrões de poder, capital e natureza que despontam no século XVI. À vista disso:

A origem da crise socioecológica contemporânea (o limiar da manifesta insustentabilidade terminal em que nos encontramos) não recai sobre um suposto aspecto inato do ser humano como espécie, mas, ao contrário, tem como centro da questão a dinâmica da acumulação capitalista e sua capacidade de romper os padrões biológicos, geofísicos e termodinâmicos do planeta em larga escala. (Aráoz; Navarro, 2020, p. 13, tradução nossa)⁸

⁷ Divisão epistemológica entre Ciências Sociais e Ciências Naturais que se institucionaliza no século XIX. A EPSM alega que a compartimentalização dos saberes nas *Duas Culturas* impede o meio científico de constatar e solucionar devidamente os complexos problemas da humanidade. Como alternativa, a EPSM propõe a unidisciplinaridade (Wallerstein, 2011).

⁸ Trecho original: “El origen de la crisis socioecológica contemporánea (el umbral de manifesta insustentabilidad terminal en el que nos hallamos) no recae sobre un presunto aspecto innato de los seres humanos como especie,

No que concerne ao campo da história mundial moderna, o Capitaloceno (Era do Capital)⁹ expressa um novo momento das inter-relações entre a espécie humana e o resto da natureza: representa a sociedade do capital como um sistema de poder, lucro e (re)produção na teia da vida; um período histórico que se particulariza pela acumulação incessante de capital, uma teia de dependências interespecies que forma e é formada pelo capital. Isto posto, ressalta-se que o Capitaloceno não constitui um sistema fechado que se relaciona com o resto da natureza, mas consiste em uma Ecologia-Mundo que representa a humanidade-na-natureza e a natureza-na-humanidade.

O Capitaloceno contrapõe-se ao Antropoceno (Era do Homem), que organiza a natureza por meio do binômio “Sociedade” e “Natureza” e percebe o *Anthropos*, isto é, a espécie humana como um todo genérico, sem recortes de classe, raça, gênero, nação, cultura, entre outros, como o responsável pela queima de combustíveis fósseis (a contar da Revolução Industrial no século XVIII) e suas consequências ambientais. Nessa sequência, verifica-se que o Antropoceno deriva da própria estrutura político-epistêmica que origina a tríplice emergência planetária, portanto não colabora para solucionar o problema (Moore, 2017).

Por outro ângulo, Román e Molinero-Gerbeau (2023) alegam que o Capitaloceno é antes de tudo Ocidentaloceno de seres e espaços, que encontra na apropriação da natureza na Europa pré-capitalista os seus fundamentos materiais e filosóficos. Tendo em vista que a filosofia grega forja o ideário de autonomia humana diante da natureza e o cristianismo justifica a globalização deste projeto durante a expansão no século XVI, “o sonho de governar tudo com o poder concedido pelo conhecimento das coisas divinas e dos segredos da

sino, por el contrario, como lo muestra Moore, tiene en el centro de la cuestión la dinámica de acumulación capitalista y su capacidad de trastornar a gran escala las pautas biológicas, geofísicas y termodinámicas del planeta”.

⁹ Chakrabarty (2018) é cético ao entendimento do Capitaloceno por conta da utilização dos preceitos europeus de modernização por classes médias e líderes políticos do sul global, principalmente nos objetivos do neodesenvolvimentismo de Estados como Índia e Brasil. Para ele, não é possível determinar os acontecimentos atuais simplesmente pela explicação histórica do capitalismo como sistema por haver na agência humana a dicotomia intrínseca com a natureza. Nem mesmo entender a cosmologia de outras realidades como superadoras do obstáculo da urgência climática, pois a humanidade como espécie dominou o planeta (Chakrabarty, 2018). Na mesma linha, Latour (2016) entende que o Capitaloceno fortalece a naturalização do capitalismo como ação do *Homos Economicus*, que se estende para a totalidade planetária. Isso faz com que o *Homo sapiens*, agente principal, seja ignorado nas análises de mudança climática e na construção da política internacional. As categorizações dos seres vão além da pura identidade e da materialidade dos processos de acumulação de capital. Wilson (2022) mostra que existem seres humanos que podem ser descritos em categorias universais (ex.: trabalhador), mas com características insurgentes (ex.: povos originários), auxiliando na conexão epistemológica entre Ecologia-Mundo e correntes pós-modernas.

natureza encontra na tecnologia o ponto de apoio para mover efetivamente o mundo, até mesmo para modificá-lo geologicamente” (Román; Molinero-Gerbeau, 2023, p. 16, tradução nossa).¹⁰

Com a separação epistêmica entre a espécie humana e o resto da natureza e a compartimentalização do *oikeios* em “Sociedade” e “Natureza”, consolida-se a Natureza Barata, um sistema de dominação, exploração e apropriação da natureza no Capitaloceno. Sendo assim, a Natureza Barata organiza e valora corpos da espécie humana, de maneira que uma fração considerável de indivíduos se converte em força de produção para servir a impérios e capitalistas. Barateia-se a natureza humana tanto em relação ao preço, para reduzir custos no processo de valorização do capital, quanto no que tange ao plano ético-político, para retirar a dignidade e o respeito de indivíduos. De igual forma, integram a Natureza Barata indivíduos explorados que não são contabilizados no custo da operação da produção de mercadorias – como o trabalho doméstico e as populações que resistem a esse processo (Moore, 2016, 2017).

Além da força de trabalho humana, manipulam-se matérias-primas, alimentos e energia para convertê-los em capital. Nessa direção, força de trabalho, matérias-primas, alimentos e energia compõem os Quatro Baratos da Natureza Barata. A conversão da natureza em Natureza Barata implica não somente a violência simbólica, material e física da modernidade ocidentocêntrica, patriarcal, colonial e capitalista, como também demonstra a origem da tríplice emergência planetária contemporânea.

Como práxis ontológica, a Natureza Barata é imprescindível para a reprodução do capital; manifestou-se como condição vital para a acumulação de capital, seja no período histórico da hegemonia holandesa no século XVII, seja na década de 1970 com a ascensão do neoliberalismo (Moore, 2022). Desse modo, “a ruptura ontológica/material é a expressão simbólica da separação dos produtores diretos dos meios de produção. Juntos, esses movimentos constituem as origens do capitalismo não apenas como um sistema-mundo,

¹⁰ Trecho original: “The dream of governing everything with the power granted by the knowledge of divine things and the secrets of nature finds the fulcrum to effectively move the world, even to modify it geologically, in technology.”

mas também como uma formação ontológica: como uma *Ecologia-Mundo*” (Moore, 2017, p. 601, tradução nossa, grifos nossos).¹¹

Com vistas à conversão de natureza em Natureza Barata, a produção primária da sociedade do capital expande-se geograficamente para as *fronteiras de mercadorias*, espaços de mercantilização mínima e de apropriação máxima, além de reduzida capacidade de resistência. Tal movimento assegura as condições de acumulação incessante de capital, porém também manifesta contradições, visto que a natureza é limitada e o seu esgotamento em uma região específica compele a uma expansão geográfica renovada e à produção de novas Naturezas Baratas, em um processo contínuo (Aráoz; Navarro, 2020; Moore, 2017b; Beckert *et al.*, 2021). Nesse sentido,

Novas fronteiras precisam ser apropriadas, para que o problema do capital excedente não se intensifique. Essa dinâmica nunca pode ser reduzida a um modelo interno/externo, pois os domínios ‘internos’ do trabalho não remunerado também são progressivamente capitalizados, principalmente devido às contínuas lutas ‘fronteiriças’ por justiça. (Moore, 2017b, p. 30, tradução nossa)¹²

Em síntese, as fronteiras de mercadorias revelam-se como um modelo histórico-geográfico de sobreapropriação sequencial. Por outro prisma, as fronteiras de mercadorias não correspondem somente à *commodificação* da natureza para sustentar o processo de valorização do capital, como também expressam uma hierarquização da natureza humana e não humana, que divide quem explora de quem é explorado (Moore, 2017b). A formulação do território globalizado de Santos (2000) apresenta aspectos em comum com tal interpretação da Ecologia-Mundo, já que “os territórios tendem a uma compartimentação generalizada, onde se associam e se chocam o movimento geral da sociedade planetária e o movimento particular de cada fração, regional ou local, da sociedade nacional” (Santos, 2000, p. 39).

¹¹ Trecho original: “This ontological rift is the symbolic expression of the separation of the direct producers from the means of production. Together, these moments constituted the origins of capital-ism not only as world-system but as ontological formation: as a World-Ecology.”

¹² Trecho original: “New frontiers must be appropriated, lest the problem of surplus capital intensify. That dynamic can never be reduced to an inside/ outside model, for ‘internal’ domains of unpaid work are also progressively capitalized, not least because of ongoing ‘boundary’ struggles for justice.”

De modo geral, a perspectiva da Ecologia-Mundo oportuniza a análise da inter-relação entre a produção de Natureza Barata, as fronteiras de mercadorias e a origem da tríplice emergência planetária no Capitaloceno. Não obstante, é preciso avançar a investigação em espaços geográficos cuja fronteira da expansão capitalista continua ativa, como o Brasil. A produção de Natureza Barata não é linear para todo o globo terrestre; regiões do Sul Global ainda apresentam fronteiras de mercadorias intocadas pelo Capitaloceno. Nesse sentido, as lacunas deixadas pela interpretação do Antropoceno, hegemônica em pesquisas das *Duas Culturas*, revelam-se essenciais para demonstrar os processos de exploração e de apropriação da natureza pela sociedade do capital e suas implicações na própria tríplice da emergência planetária. A produção do espaço por meio da expansão da fronteira agrícola e os projetos de infraestrutura materializam os processos de exploração e de apropriação da natureza no Brasil, vistos a seguir.

A expansão da fronteira da soja e o barateamento da natureza no Brasil

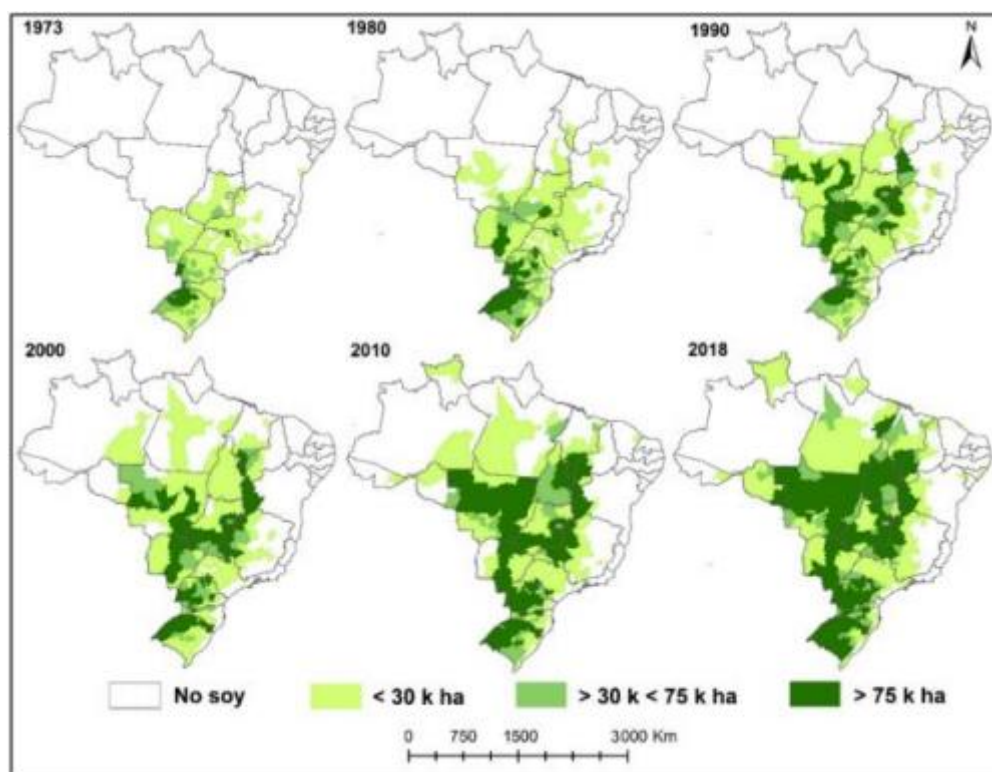
O Brasil é uma fronteira da Ecologia-Mundo capitalista. Para Quijano e Wallerstein (1992), a América é parte intrínseca da expansão capitalista, das divisões raciais e sexuais que sem elas o capitalismo fracassaria. Em resumo, a criação do Brasil é parte do processo da expansão do sistema capitalista pelo globo. A produção da cana-de-açúcar, por exemplo, expandia a presença portuguesa pelo litoral brasileiro, principalmente no Nordeste. Os 350 engenhos da colônia brasileira produziam, ancorados no trabalho escravo, mais de 20 mil toneladas de açúcar por ano. A economia escravagista fez com que o Brasil fosse o centro da produção açucareira da época (Moore, 2000; Schwartz, 2008). A fronteira do açúcar exemplifica a produção da Natureza Barata, pois: “A produção de açúcar se expandiu principalmente porque cada vez mais terras foram violentamente retiradas de seus habitantes nativos, cada vez mais trabalhadores foram escravizados e cada vez mais capital foi

transferido da Europa para locais distantes” (Beckert *et al.*, 2021, p. 442, tradução nossa).¹³

Os processos de barateamento da natureza foram sendo modificados ao longo do tempo, mas sempre focando na exploração do trabalho e do espaço. A última grande modificação foi com a Revolução Verde, iniciada na década de 1960 nos Estados Unidos e transposta por todo o globo, tinha como objetivo o aumento da produção agrícola por meio de novas tecnologias e sementes geneticamente modificadas para a manutenção da comida barata nos centros urbanos. Para isso, os dissidentes políticos do campo (camponeses, povos tradicionais, entre outros) deveriam ser suprimidos (Patel; Moore, 2017). No Brasil, o avanço da fronteira agrícola rompida pela produção da soja foi expansivo e intensivo. Com a expansão geográfica da produção do Sul para o Centro-Oeste houve uma mudança ampla e a utilização de máquinas, agroquímicos e novas técnicas de produção tem características intensivas (Langthaler, 2020). O aumento da produção da soja no Brasil passa pela utilização do grão para a alimentação animal, a produção de produtos alimentares apoiadas pelas políticas públicas do Estado e a participação massiva de empresas transnacionais por toda a cadeia mercantil (Eloy; Wesz Jr.; Bühler, 2022).

Em 1996, a produção da soja foi de 23 milhões de toneladas, em 2002 esse número ultrapassou os 43 milhões de toneladas. Após esse período se deu o início do *boom das commodities*, o que aumentou significativamente a produção da soja brasileira, ultrapassando 60 milhões de toneladas em 2007. Em 2020, menos de 15 anos depois, a produção chegou a 120 milhões de toneladas (Conab, 2020). A Figura 1 mostra a expansão da produção da soja pelo território brasileiro ao longo do tempo. Nota-se o aumento da produção no Centro-Oeste brasileiro em direção à Amazônia Legal, principalmente no Mato Grosso, Rondônia e Pará.

¹³ Trecho original: Sugar production principally expanded because ever more land was violently taken out from underneath its native inhabitants, ever more workers were enslaved, and ever more capital moved from Europe into distant locations.

Figura 1 – Expansão territorial da produção da soja (1973-2018)

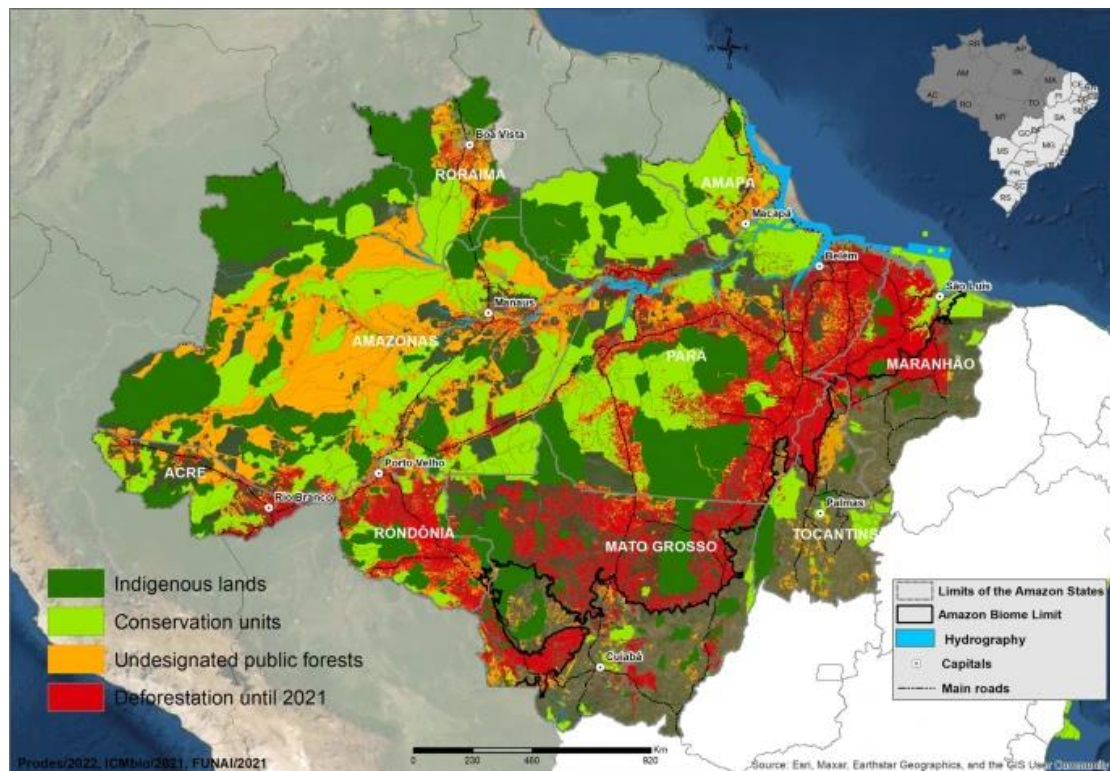
Fonte: Piras; Wesz Jr.; Ghinoi, 2021.

A expansão produtiva é acompanhada pelo desmatamento e pela grilagem. Grosso modo, o aumento do desmatamento segue o seguinte fluxo: primeiro são desmatadas ilegalmente áreas públicas (florestas públicas não designadas), depois são utilizadas para a pastagens de bovinos, após um período, são vendidas e cadastradas legalmente como propriedades privadas (Azevedo-Ramos *et al.*, 2020). De 2010 a 2020, as terras da Região Centro-Oeste tiveram uma valorização de 254%, mais que o dobro da valorização média nacional (Escher; Wilkinson, 2019). Além das áreas não designadas, dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) mostram que a grilagem de terra cresceu 105% nas áreas indígenas de 2016 a 2020 (Fellows *et al.*, 2021).

O desmatamento também cresceu nos últimos anos, com mais de 11.000 km² desmatados na Amazônia Legal em 2022 (Inpe, 2023). Mato Grosso e Pará são os estados que mais desmatam na região, os dois têm a soja como principal cultura agrícola. No Mato Grosso, 27% do desmatamento foi realizado em

fazendas de produção de soja no período de 2012-2017 (Vasconcelos, *et al.*, 2020). A Figura 2 corrobora esse argumento, mostrando o intenso desmatamento no estado. Nota-se também um arco de desmatamento, com seu ápice entre os estados de Rondônia, Pará, Tocantins e Maranhão.

Figura 2 – Mapa do desmatamento na Amazônia Legal



Fonte: Moutinho; Azevedo-Ramos, 2023.

Legenda em português: verde-escuro – terras indígenas; verde-claro – unidades de conservação; laranja – florestas públicas não destinadas; vermelho – desmatamento até 2021.

A exploração da terra pela grilagem e desmatamento significa a retirada de diversas famílias e comunidades tradicionais de seus territórios por meio do aumento do valor da terra e do conflito (Sauer, 2018). Em 2022, em torno de 800 mil pessoas foram envolvidas em conflitos no campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra (2023). A Região Norte do país teve em suas terras 626 conflitos, o dobro do registrado em 2013. Os indígenas são os mais afetados, com 423 conflitos em 2022, muito acima dos 145 conflitos de 2013. Nos conflitos

de 2013 a 2022, 424 pessoas morreram (CPT, 2023). Esses dados mostram que o Capitaloceno e suas fronteiras insaciáveis se abastassem de guerra e sangue.

Para Araújo (2017), essa é uma guerra contra agroculturas ligadas aos diversos modos de vida e de produção que estão mais próximas da natureza. É uma guerra que envolve o desejo de desenvolvimento econômico por espaços entendidos como vazios. No Brasil, a conquista da Amazônia produziu políticas públicas e criou um ideário de Nação (Hecht, 2005). O agronegócio, principalmente os ligados à soja, como importante produto para a balança comercial (Mapa, 2023) e para a formação do Produto Interno Bruto (PIB), é considerado o responsável pelo crescimento econômico do Brasil na atualidade (FPA, 2021). A retórica de uma agricultura sustentável é cooptada por grupos aliados ao agronegócio e até mesmo nos discursos oficiais do presidente Lula (Brasil, 2023b).

No entanto, não é possível existir uma exploração da natureza de forma sustentável no Capitaloceno. Há uma necessidade inerente de maior destruição que, paradoxalmente, desafia a própria Ecologia-Mundo capitalista pelas mudanças não lineares da biosfera, do aumento do custo da produção e pela concentração massiva de acumulação de capital (Moore, 2015). As utilizações massivas de agrotóxicos e de sementes transgênicas são exemplificações do primeiro ponto. O uso de sementes modificadas está em mais de 90% das lavouras brasileiras. Essas sementes tinham como premissa o aumento da produtividade e a diminuição no uso de agrotóxico, porém, na realidade, houve a expansão da utilização de herbicidas e pesticidas. No Brasil, o emprego de agrotóxicos ultrapassou as 600 mil toneladas em 2020, das quais 54% foram utilizadas nas lavouras de soja (Hess; Nodari, 2022).

O escândalo da liberação de mais de 2 mil agrotóxicos pelo governo Bolsonaro (2018-2022), não modificou o apoio ao Projeto de Lei nº 6.299/2002 pelo atual governo federal. O Projeto de Lei, de autoria do ex-senador e proprietário da Amaggi, Blairo Maggi, visa flexibilizar a liberação de comercialização de agrotóxicos no Brasil por meio da decisão unilateral do Ministério da Agricultura (Resende; Clavery, 2023; Salati, 2023). O modelo de agricultura empreendida pelo Estado brasileiro observa a natureza como um espaço a ser preenchido por instrumentos e insumos exógenos a ela, ou seja,

pelas inovações biotecnológicas que saem dos laboratórios para o campo (Pellizzoni, Centemeri, 2022).

Os grãos transgênicos colhidos do campo protegido por herbicidas e pesticidas são comercializados, majoritariamente, por cinco grandes empresas: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company, conhecidas como “ABCD”, e, mais recentemente, a chinesa China Oil and Foodstuff Corporation (Cofco). Existem poucas empresas brasileiras com expressiva participação na comercialização do grão, porém, é preciso destacar as cooperativas e o grupo Amaggi entre os principais exportadores de soja do Brasil. Os padrões de produção e comercialização das empresas brasileiras seguem o mesmo padrão do ABCD, que intensificou sua participação durante a promoção de abertura da década de 1990.

Com uma política empresarial de integração vertical (participação da empresa em diversos nódulos da cadeia mercantil por meio de aquisições e fusões) e interferência na formulação de políticas nos países em que atuam, o ABCD efetivou sua posição oligopolista na cadeia mercantil da soja, cooptando os produtores rurais com contratos financeiramente desfavoráveis, que englobam o apoio tecnológico, produtivo e comercial na produção (Wesz Jr., 2016). Essas empresas são também agentes da expansão da fronteira de mercadoria no Brasil, por exemplo, a Bunge e a Cargill operam portos em Itaituba, Pará. As duas empresas e seus empreendimentos logísticos são alvos de denúncias de Organizações Não Governamentais pela exploração inadequada dos territórios utilizados (Terra de Direitos, 2023; De Olho nos Ruralistas, 2023).

A fronteira da soja não seria possível sem os interesses de acumulação de capital pelas multinacionais e dos objetivos políticos de manutenção de comida barata do Estado brasileiro. A visualização do processo por meio do barateamento da natureza faz com que os processos de exploração sejam vistos como parte das etapas produtivas, antes ignoradas. A soja por essa perspectiva mostra a formação de espaço de fluxos comerciais, sociais e ecológicos, bem como a consolidação de espaços como lugar de sociabilidade. A próxima seção

buscou descrever a importância das obras de infraestrutura para a consolidação da fronteira da soja como lugar.

Projetos de infraestrutura: fixar para expandir a Ecologia-Mundo capitalista

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil construía uma ferrovia na Amazônia. A estrada de ferro Madeira Mamoré tinha como objetivo escoar a produção de borracha para o mercado internacional. O empreendimento, financiado com dinheiro estadunidense, foi um fracasso total. As mortes causadas pela construção e os prejuízos em sua utilização fizeram com que o traçado fosse conhecido como “ferrovia do diabo”. Getúlio Vargas, ao chegar ao Executivo, mandou trocar a ferrovia por rodovia (Biblioteca Nacional, 2020).

O período varguista (1934-1945/1951-1954) aumentou a presença do Estado no Centro-Oeste brasileiro, com o *slogan* “Marcha para o Oeste”. O projeto de Vargas tinha como ideário político a dominação do sertão pela brasilidade dos neobandeirantes. Era a tarefa mais importante do século XX, na qual, era preciso “[...] conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada” (Dias; Miziara, 2022, p. 10). O corolário da era Vargas foi a construção da nova capital, Brasília, no centro do Brasil, em 1960. O número de propriedades rurais aumentou em 60% entre os anos 1940 e 1960, e o rebanho de gado cresceu 20% no mesmo período. Este número representou a intensificação da demanda externa de carne bovina e o processo de colonização interna empreendida pelo governo (Prado Jr, 2012).

Juscelino Kubitschek (1956-1961) em seu plano de metas aumentou as rodovias em 14.000 km, um feito gigantesco que teve apoio do capital estrangeiro do setor automobilístico e de máquinas. As empresas multinacionais se beneficiaram com a expansão da malha rodoviária e das facilidades na importação de máquinas para a produção interna de automóveis urbanos e máquinas agrícolas. A participação da Caterpillar, empresa estadunidense de máquinas pesadas, representou mais de 9% do capital

estrangeiro no setor, mostrando a integração entre os interesses da expansão nacional por meio de obras de infraestrutura e a acumulação de capital (Caruso, 2015).

A transbrasiliana, que liga Brasília a Belém, foi o símbolo dessa expansão no governo JK. O discurso do governo se repetia com os novos projetos, a dominação da natureza pela presença humana era o mote para a construção da rodovia, em que as máquinas Caterpillar eram o início do desenvolvimento da natureza (Andrade, 2019). Na ditadura empresarial-militar (1964-1984) não foi diferente. A colonização interna do Brasil foi ampliada com o Plano de Integração Nacional de 1970, abrindo novos caminhos para o escoamento da produção. O governo federal acreditava que a expansão da fronteira por meio de obras de infraestrutura seria a construção de um novo país no imenso e inóspito paraíso, ou inferno verde, a depender da narrativa, que é a Amazônia. Esse país serviria para os objetivos máximos da Nação, a ordem e o progresso.

Além das questões de desenvolvimento, a ditadura acreditava que a região precisava de presença humana civilizada para a manutenção das fronteiras e por questões geopolíticas que envolvem a região. Para isso, foram criadas redes de colonização no traçado de duas rodovias: a Transamazônica, que liga a Região Nordeste ao Acre, e a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém (Santana, 2009; Souza, 2020). As duas rodovias ainda são os caminhos que os governos federais buscam para melhorar a infraestrutura do país e garantir o crescimento econômico. Castro (2012) mostra que os projetos do Estado brasileiro no final da década de 1990 até a década de 2010 visam ao retorno dos objetivos logísticos e geopolíticos do século XX. Os projetos formam um eixo de desenvolvimentos iniciados com megaprojetos de infraestrutura que servirão de rotas de escoamento de *commodities*. Para a autora, há um processo de desenvolvimento econômico que reduz a sociabilidade dos povos tradicionais e aumenta os impactos ambientais.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), idealizado nos governos Lula (2003-2010) e seguido pelos governos Dilma (2011-2016), exemplifica a problemática da criação do espaço como lugar para a expansão das fronteiras. Foram mais de R\$ 2 trilhões de reais investidos pelo Estado e por grupos

privados nacionais e internacionais nas obras do setor energético, logístico, urbano e da administração pública (Vicentini; Albuquerque, 2021). A obra mais emblemática do PAC foi a construção da Usina Hidroelétrica de Belo Monte, no Pará. O alagamento de quatro aldeias indígenas, os problemas de seca do rio Xingu e a migração massiva de trabalhadores para a cidade de Altamira tornaram a região uma das mais insalubres e violentas do país. Os planos de proteção ambiental e social de responsabilidade do consórcio detentor da Belo Monte não foram seguidos, causando dezenas de processos na Justiça brasileira e o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal que a obra foi inadequada. O monstro hidrelétrico volta à política nacional com o vencimento da licença ambiental e, novamente, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) decidirá sobre a continuidade da produção barata da natureza (Palmquist, 2023).

A BR-163 também segue os mesmos problemas ambientais e sociais. A rodovia foi alvo de disputa territorial entre os diversos povos indígenas da região e os colonos vindos com a expectativa do progresso individual. Desde a ditadura militar, o governo federal equilibra o conflito, mas nunca consegue resolvê-lo. Os colonos bloquearam a estrada e fizeram intensos protestos contra a demarcação de terras indígenas na região e de unidades de conservação no primeiro governo Lula. Já os indígenas, lutam para que os planos de proteção ambiental sejam realizados, o que nunca aconteceu (Lacerda, 2022). A dualidade dos protestos demonstra a luta para a criação do espaço como lugar, interrompendo momentaneamente o fluxo de mercadorias pela fronteira. A rodovia BR-163 é essencial para compreender a expansão da fronteira da soja e demais *commodities* no Brasil contemporâneo, pois:

A rodovia BR-163 representa hoje a espinha dorsal de um dos corredores mais importantes e dinâmicos na Amazônia brasileira. Por um lado, sugere um “corredor de modernização”, onde grandes empresas, em parte de capital estrangeiro, apoiaram o surgimento de espaços globalizados e que, sem dúvida, contribuem significativamente para o sucesso das exportações agrícolas brasileiras. Por outro, retrata um “corredor de destruição”, onde grandes áreas intactas de paisagem natural foram exploradas para a extração de madeira e

transformadas em áreas de monocultura ou pastagens artificiais.
(Coy; Klinger, 2014, p. 4)

A região é tão importante para sedimentar a soja como símbolo do progresso agrário do século XXI (Oliveira; Hecht, 2016) que a duplicação da rodovia e a criação de uma ferrovia ao lado estão no centro do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) do governo federal. A Ferrogrão, como ficou conhecida a EF-170, tem extensão de 933 km e um investimento estimado em mais de R\$ 25 bilhões. O trecho se inicia em Sinop, no Mato Grosso, e termina em Miritituba, no Pará. Além do traçado principal, a rodovia terá dois ramais: o primeiro com 32 km de extensão entre Rurópolis e Itaituba e, o segundo, com 11 km de extensão no distrito Tapacurá, na cidade de Itaituba, ambos no Pará (Brasil, 2023). O ponto final em Miritituba ficará próximo dos portos de Barbacena, no Pará, Itacoatiara, no Amazonas, Santana, no Amapá e Santarém, no Pará. A ferrovia corta o interior do Mato Grosso e do Pará, passando por portos privados, por fazendas e centro de armazenamento das grandes empresas do agronegócio. O mesmo traçado tem em seu caminho unidades de conservação ambiental e territórios indígenas.¹⁴ O Parque Nacional do Jamanxim, no Pará, está no traçado da Ferrogrão e é o primeiro impasse jurídico do projeto. O STF impediu que houvesse a retirada de 800 hectares do Parque para a passagem dos trilhos da ferrovia (Subtil, 2021).

Os discursos de sustentabilidade do modal perante os efeitos negativos gerados pela BR-163 até agora enfrentam resistências, principalmente dos povos indígenas da região, que não foram consultados. Segundo Costa *et al.* (2021), a Ferrogrão terá um impacto muito além dos 10 km observados pelos estudos do governo federal. A criação de terminais de transbordo, o desmatamento e a construção de novas pontes irão pressionar as terras indígenas da região. Os povos indígenas já informaram ao governo federal que não irão aceitar novos projetos de infraestrutura realizados unilateralmente (Costa *et al.*, 2021). No entanto, a história da região mostra que a expansão da fronteira não se estanca, ao contrário, com o passar do tempo, mais espaços são

¹⁴ Ver traçado e sobreposições de áreas protegidas em: <https://xingumais.org.br/observatorios/degradacao>.

consumidos sem consulta prévia, lugares são recriados e povos, modos de vida e a biodiversidade são destruídos.

O encontro dos diversos grupos políticos e econômicos presentes na região aumenta a tensão, principalmente em um período de pressão para a diminuição dos direitos dos povos indígenas. Além disso, a participação da China acirra ainda mais a disputa pela expansão da fronteira. Os chineses buscam formar um consórcio para garantir o controle da Ferrogrão, um empreendimento que será concedido por desejo dos investidores chineses do ramo de concretos e aço que buscam formar um consórcio para angariar a ferrovia (Abdenur; Santoro; Folly, 2021; Reuters, 2017). Os investimentos chineses são parte do interesse no controle dos corredores de escoamento das regiões produtoras de grãos ampliadas para garantir maior autonomia ante as empresas tradicionais (Gaudreau, 2019).

A busca pelo controle da produção do espaço é também a dominação da velocidade da expansão da fronteira e do barateamento da natureza. Santos (2000) já falava sobre os processos de lutas contra a verticalização do espaço pela organização horizontal do território. No caso das obras de infraestrutura da fronteira da soja, a fixação vertical por meio de rodovias, ferrovias e portos produzem um território alheio ao povo que ali vive. A lógica da expansão da soja é oriunda de outras partes do globo, mas é estruturado internamente pelos diversos agentes políticos e econômicos interessados na reprodução da Ecologia-Mundo capitalista.

Considerações finais

O artigo analisou a expansão da fronteira da soja no Brasil a partir da perspectiva da Ecologia-Mundo. Os conceitos de fronteira expansiva e de Capitaloceno foram essenciais para a compreensão da formação de espaços como fluxo e como lugar no Brasil. Durante a história brasileira diversas fronteiras foram expandidas. Nos primeiros séculos da colonização, a fronteira do açúcar fomentou o fluxo de pessoas e de mercadorias. É possível observar que nesse primeiro ato expansivo já estavam os mecanismos de barateamento da natureza que observamos posteriormente. Obviamente que, com o passar do

tempo, as ferramentas de exploração foram atualizadas e reinventadas para suprir a diminuição da capacidade de acumulação de capital, como a utilização tóxica da biotecnologia.

É interessante notar como a expansão das fronteiras, desde o século XX, tem a Região Amazônica como a maior ambição de diversos governos brasileiros. Os agentes políticos e econômicos tentam submeter a região ao processo “civilizatório” que dá substância ao caráter de Nação e ao próprio sistema capitalista. O processo modifica todo o espaço e as subjetividades em uma dominação da sociedade sobre a natureza humana e extra-humana. No século XXI, o binário Sociedade/Natureza ganha impulso com a fronteira expansiva e intensiva da soja. O grão possibilitou novos projetos de expansão comercial e novos caminhos para o escoamento da produção para o mercado internacional. A alta demanda externa, a produtividade crescente, a presença massiva de políticos ligados ao agronegócio no Congresso Nacional e a governança verticalizada do grão por grandes empresas multinacionais são características dessa fronteira.

Todavia, a simples constatação da expansão de fluxos comerciais e financeiros não foi suficiente para o entendimento da fronteira da soja como espaço produtivo de Natureza Barata no Brasil. Foi preciso descrever como as fronteiras são fixadas por meio de projetos de infraestruturas através das principais rodovias e projetos ferroviários que ligam a Região Amazônica ao resto do país e ao sistema-mundo capitalista. Como resultado, notou-se que as rodovias, ferrovias e portos traçam a expansão do barateamento da natureza que se tornam fixos no tempo, produzindo novas cidades com sociabilidades conflitivas entre os habitantes locais e os agentes externos. São pelas margens dos traçados desses projetos que acontecem os conflitos do campo e as recorrentes revoltas dos povos impactados, como demonstrado nos dados de especulação e no conflito, muitas vezes mortais, pela terra.

Em resumo, ao mesmo tempo que as obras fixam, elas expandem o processo de exploração capitalista do trabalho/energia/biofísica dos seres humanos e extra-humanos. O Capitaloceno cortou a sociabilidade entre os povos no *oikeios*, gerando conflitos cada vez mais violentos e complexos de resolução. É

necessário estudos específicos para a compreensão dessa sociabilidade complexa a fim de aprofundar as análises sobre a Ecologia-Mundo capitalista. Além dos resultados principais, este artigo compreende a produção da Natureza Barata como um ato violento, que extermina espécies, seja no curto e no longo prazo.

Referências

- ABDENUR, Adriana Erthal; SANTORO, Maurício; FOLLY, Maiara. O que os negócios ferroviários ensinaram aos chineses e brasileiros na Amazônia. *Carnegie*, 2021. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2021/08/04/what-railway-deals-taught-chinese-and-brazilians-in-amazon-pub-85088>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- ANDRADE, Rômulo de Paula. Vencidas a distância e a floresta!: a Transbrasiliana e a Amazônia desenvolvimentista. *Tempo*, v. 25, n. 2, 2019.
- ANDRÉS, Roberto. La geología del Antropoceno: investigación, genealogía y controversia sobre el impacto humano contemporáneo en el ambiente global. *Alai*, 2022. Disponível em: https://www.alai.info/wp-content/uploads/2022/05/La-geologia-del-Antropoceno_Roberto-Andres-2022_-Biblioteca-ALAI.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.
- ARÁOZ, Horacio Machado. ‘América Latina’ y la Ecología Política del Sur. Luchas de re-existencia, revolución epistémica y migración civilizatoria. In: ALIMONDA, Hector; PÉREZ, Catalina Toro; MARTÍN, Facundo. *Ecología Política Latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Buenos Aires: Clasco, 2017. p. 193-224.
- ARÁOZ, Horacio Machado; NAVARRO, Mina Lorena. *La trama de la vida en los umbrales del capitaloceno: el pensamiento de Jason W. Moore*. Buenos Aires: Bajo Tierra Ediciones, 2020.
- BECKERT, Sven; BOSMA, Ulbe; SCHENEIDER, Mindi; VANHAUTE, Eric. Commodity Frontiers and the Transformation of the Global Countryside: a research agenda. *Journal of Global History*, v. 16, n. 3, 2021, p. 435-450.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Madeira Mamoré, a ferrovia do diabo*. 2020. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/madeira-mamore-ferrovia-diabo>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BRASIL. *Ferrogrão-EF-170*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/antt/pt-br/assuntos/ferrovias/novos-projetos-ferroviarios/ferrograo-ef-170>. Acesso em: 25 jun. 2023.

- BRASIL. *Pronunciamento do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Bahia Farm show*. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/pronunciamento-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-feira-bahia-farm-show>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- CARUSO, Melina Bioni. *Considerações sobre o capital estrangeiro e a industrialização no Plano de Metas (1956-1961)*. 2015. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. *Caderno CRH*, v. 25, n. 64, p. 45-61, 2012.
- CHAKRABARTY, Dipesh. Planetary Crises and the Difficut of Being Modern. *Millenium*, v. 46, n. 3, 2018, p. 259-282.
- CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. *Safra brasileira de grãos*. 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- COSTA, William *et al.* *Ferrogrão com terminal de Matupá partirá ao meio terras indígenas do Xingu*. Centro de Sensoriamento Remoto – UFMG. 2021.
- COX, Christopher. Faulty propositions and false dichotomies: the problematic nature of ‘the Anthropocene’. *Telos*, v. 172, p. 59-81, 2015.
- COY, Martin; KLINGER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR-163 e os desafios socioambientais. *Revista Território e Fronteiras*, v. 7, n. 1, p. 1-26, 2014.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos no campo 2022*. CPT Nacional: Goiânia, 2023. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14302&catid=41&m=0>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DE OLHO NOS RURALISTAS. *Os invasores: quem são os empresários brasileiros e estrangeiros com mais sobreposições em terra indígenas*. 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2023/04/Os-Invasores-2023.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DIAS, Denise Oliveira; MIZIARA, Fausto. O governo de Getúlio Vargas e a política de expansão de fronteiras no Brasil Central (1930-1945). *Research, Society, and Development*, v. 11, n. 6, p. 1-16, 2022.
- EDKINS, Jenny. Poststructuralism. In: GRIFFITHS, Martin. *International Relations Theory for the Twenty-First Century: an introduction*. Nova York: Routledge, 2007.

- ELOY, Ludivine; WESZ JR, Valdemar João; BÜHLER, Eve-Anne. A expansão da soja na América do Sul: uma proposta metodológica baseada na abordagem territorial. In: GRISA, Catia *et al.* *Sistemas alimentares e territórios no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. p. 37-63.
- ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, p. 656-678, 2017.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *Emissions due to agriculture: global, local and country trends (2000-2018)*. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb3808en/cb3808en.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- FELLOWS, Martha *et al.* *Amazônia em chamas – desmatamento e fogo em terras indígenas*: Nota Técnica n. 6. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2021. Disponível em: <https://ipam.org.br/bibliotecas/amazonia-em-chamas-6-desmatamento-e-fogo-nas-terras-indigenas-da-amazonia/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- FPA – Frente Parlamentar da Agropecuária. *A importância da soja para o Brasil*. 2021. Disponível em: <https://fpagropecuaria.org.br/2021/10/18/importancia-da-soja-para-o-brasil/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- GAUDREAU, Matthew. State Food Security and People's Food Sovereignty: competing visions of agriculture in China. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 40, n. 1, p. 12-28, 2019.
- HARAWAY, Donna. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: making kin. *Environmental Humanities*, v. 6, p. 159-165, 2015.
- HECHT, Susanna B. Soybeans, Development and Conservation on the Amazon Frontier. *Development and Change*, v. 36, n. 2, p. 375-404, 2005.
- HESS, Sonia Corina; NODARI, Rubens. Agrotóxicos no Brasil, panorama dos produtos aprovados entre 2019 e 2022. *Ambientes em movimento*, v. 2, n. 2, 2022.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *TerraBrasilis – Desmatamento*. 2023. Disponível em: http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/rates. Acesso em: 25 jun. 2023.
- LACERDA, Renata Barbosa. Revoltas do povo da BR-163 contra crises da ambientalização do governo. *Anuário Antropológico*, v. 47, n. 1, p. 19-43, 2022.
- LANGTHALER, Ernst. Soy expansions: China, EUA and Brazil in comparison. In: KOMLOSY, Andrea; MUSIC, Goran. *Global Commodity Chains and Labor Relations*. Leiden: Brill, 2020. p. 55-80.
- LATOUR, Bruno. Onus Orbis Terrarum: about a possible shift in the definition of sovereignty. *Millennium*, v. 44, n. 3, p. 305-320, 2016.
- MARQUES, Luiz. *Capitalismo e colapso ambiental*. Editora da Unicamp, 2018.

- MARTÍN, Facundo Nahuel. Critical Realism and the Ontology of Eco-Marxism between Emergence and Hybrid Monism. *Journal of Critical Realism*, v. 22, n. 2, 2023.
- MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. *Agrostat*. 2023. Disponível em: <https://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- MOORE, Jason W. Anthropocene, Capitalocene and the Flight From World History: dialectical universalism and the geographies of class power in the capitalist world-ecology, 1492-2022. *Nordia Geographical Publications*, v. 51, n. 2, p. 123-146, 2022.
- MOORE, Jason W. *Capitalism in the Web of Life: ecology and the accumulation of capital*. Nova York: Verso Books, 2015a.
- MOORE, Jason W. Cheap Food and Bad Climate: From Surplus Value to Negative Surplus Value in the Capitalist World-ecology. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 1, 2015b.
- MOORE, Jason W. Sugar and the expansion of the early modern world-economy: Commodity frontiers, ecological transformation, and industrialization. *Review*, v. 23, n. 3, p. 409-433, 2000.
- MOORE, Jason W. *Antropoceno ou capitaloceno. Natureza, história e a crise do capitalismo, organizado*. São Paulo: Elefante, 2022.
- MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 3, p. 594-630, 2017a.
- MOORE, Jason W. The Capitalocene, Part II: accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 2, p. 237-279, 2017b.
- MOUTINHO, Paulo; AZEVEDO-RAMOS, Claudia. Untitled Public Forestlands Threaten Amazon Conservation. *Nature Communications*, v. 14, 2023.
- OLIVEIRA, Gustavo; HECHT, Susanna. Sacred groves, sacrifice zones and soy production: globalization, intensification and neo-nature in South America. *The Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 251-285, 2016.
- PALMQUIST, Helena. A hora é agora: Lula terá que decidir sobre Belo Monte. *Samaúma*, 07.mar.2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626714-em-edicao-a-hora-e-agora-lula-tera-que-decidir-sobre-belo-monte>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- PATEL, Raj; MOORE, Jason W. *A History of the World in Seven Cheap Things: a guide to capitalism, nature, and the future of the planet*. Oakland: University of California Press, 2017.

- PELLIZZONI, Luigi; CENTEMERI, Laura. Trackling Material Dependency in Sustainability Transition: rationales and insights from the agriculture sector. *Journal of Environmental Policy and Planning*, v. 22, n. 3, p. 355-366, 2022.
- QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. La Americanidad como concepto, o América em el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 134, p. 583-592, 1992.
- RESENDE, Sara; CLAVERY, Elisa. Com respaldo do governo, senadores devem destravar o PL do veneno, que tramita a 21 anos. *G1*. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/31/com-respaldo-do-governo-senadores-devem-destravar-o-pl-do-veneno-que-tramita-ha-21-anos.ghhtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- REUTERS. Estatais chinesas buscam formar consórcio para Ferrogrão, diz secretário do PPI. *Reuters*. 2017. Disponível em: <https://jp.reuters.com/article/transportes-chineses-ferrograo-idBRKBN1CW2SN-OBRS>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- ROJAS, Cristina. Contesting the Colonial Logics of the International: toward a relational politics for the pluriverse. *International Political Sociology*, p. 1-14, 2016.
- ROMÁN, Álvaro San; MOLINERO-GERBEAU, Yoan. Anthropocene, Capitalocene or Westernocene? On the ideological foundations of the current climate crisis. *Capitalism Nature Socialism*, v. 34, n. 4, 2023.
- SALATI, Paula. Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003. *G1*. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghhtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- SANTANA, Arthur Bernady. A BR-163: ‘ocupar para não entregar’, a política da ditadura militar para a ocupação do ‘vazio’ amazônico. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009. *Anais ...* Fortaleza, 2009.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record: São Paulo, 2000.
- SAUER, Sergio. Soy Expansion into the Agriculture Frontiers of the Brazilian Amazon: the agribusiness economy and its social and environmental conflicts. *Land Use Policy*, v. 79, p. 326-338, 2018.
- SOUZA, Matilde de. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 1, 2020.
- SUBTIL, Mayara. Ferrogrão: entenda sobre o projeto de ferrovia que pretende impulsionar o escoamento de grãos pelo Norte, mas enfrenta impasse legal. *G1*. 2021. Disponível em:

- <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/07/11/ferrograo-entenda-sobre-o-projeto-de-ferrovia-que-promete-impulsionar-o-escoamento-de-graos-pelo-norte-mas-enfrenta-impasse-legal.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- TERRA DE DIREITOS. *Sem licença para destruição*: Cargill e a violação de direitos dos Tapajós (PA). 2023. Disponível em: <https://semlicencaparacargill.org.br/assets/relatorio-cargill-itaituba.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- VASCONCELOS, André *et al.* *Illegal Deforestation and Brazilian Soy Exports: the case of Mato Grosso*. Trase, 2020. Disponível em: http://resources.trase.earth/documents/issuebriefs/TraseIssueBrief4_EN.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.
- VICENTINI, Juliana; ALBUQUERQUE, Caroline de. O discurso desenvolvimentista sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Desenvolvimento em Questão*, v. 19, n. 59, p. 28-47, 2021.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems Analysis: an introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914*. Oakland: University of California Press, 2011.
- WESZ JR., Valdemar João. Strategies and hybrid dynamics of soy transnational companies in the Southern Cone. *The Journal of Peasant Studies*: v. 43, n. 2, p. 286-312, 2016.
- WILSON, Japhy. The insurgent universal: between eurocentric universalism and the pluriverse. *Nordia Geographical Publications*, v. 51, n. 2, p. 153-162, 2022.

Como citar

TIXILISKI, Giacomo Otavio; PAOLI, Paola Huwe de. Os caminhos para a Natureza Barata: a expansão da fronteira da soja no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432208, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st04.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Corredor logístico, expansão de fronteiras coloniais e territorialidades quilombolas no Maranhão

Logistics corridor, expanding colonial borders and Quilombola territories in Maranhão

 **Cíndia Brustolin¹**

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st05

Resumo: O trabalho discute a expansão de estruturas logísticas de escoamento de grãos e minérios sobre territorialidades quilombolas no Maranhão. Em discursos governamentais e empresariais, o Estado aparece como um lugar em potencial para consolidação de um importante “Corredor Logístico”, em virtude da localização geográfica privilegiada. São projetados cenários de geração de empregos e de desenvolvimento, conferindo uma super-representatividade às propostas de empreendimentos como geradores de benefícios “públicos”. As características socioespaciais privilegiadas e a importância social dos empreendimentos são acionadas como dispositivos de colonialidade na valorização dos empreendimentos e no deslocamento dos pleitos de comunidades quilombolas para lugares menores. As discussões realizadas partem do acompanhamento de reuniões e de *lives* envolvendo

¹ Professora Associada do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cindiabrustolin@gmail.com.

conflitos relacionados à duplicação da BR-135, à análise de documentos e à realização de conversas com quilombolas em Itapecuru Mirim – MA.

Palavras-chave: expansão logística; quilombolas; conflitos.

Abstract: This paper discusses the expansion of logistics structures for the flow of grains and minerals over Quilombola territories in Maranhão. This state is depicted in government and business discourse as a potential site for consolidating an important “logistics corridor” because of its location; scenarios involving job creation and development are projected and strongly represent proposals for enterprises as generating “public” benefits. Advantageous socio-spatial characteristics and the social importance of these enterprises are used as devices of coloniality in boosting their value and shifting demands from Quilombola communities to smaller places. Discussions were held based on meetings and live broadcasts involving conflicts related to the widening of the BR-135 highway, document analysis and conversations with Quilombolas in Itapecuru Mirim, Maranhão.

Keywords: logistics expansion; Quilombolas; conflicts.

Introdução

As comunidades quilombolas na luta em defesa de seus territórios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em especial nas regiões da Amazônia Legal e do Cerrado, têm se confrontado com a intensificação de projetos de exploração econômica vinculados à expansão de monocultivos, à extração mineral e à construção de logísticas de escoamento de grãos e minérios para os mercados externos (duplicação de rodovias, ampliação de estradas de ferro, construção de novos portos). Os empreendimentos e obras que avançam sobre os territórios tradicionais derivam de programas e projetos desenvolvimentistas do Estado brasileiro intensificados a partir da década de

1970 e de novos projetos, de Parcerias Público-Privadas e de investimentos estrangeiros.²

As configurações de poder ligadas aos projetos desenvolvimentistas implementados na Amazônia brasileira durante o período ditatorial, os investimentos mais recentes a partir de planos governamentais e empresariais, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e o avanço da fronteira agrícola para o Nordeste e Norte permitem contribuir na discussão sobre a não afirmação de direitos territoriais aos quilombolas no Brasil. O reconhecimento formal de direitos territoriais aos grupos negros e a inexpressiva titulação dos territórios, com a morosidade e/ou paralisação de processos de regularização fundiária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e nos órgãos dos estados, estão ligados à herança do processo de estruturação da nação brasileira sob o regime escravista, como os efeitos da Lei de Terras de 1850 sobre o regime territorial e as políticas de branqueamento; à concentração fundiária; à violência no campo; ao racismo estrutural que persiste reproduzindo hierarquias e encontrando solo fértil nas ações estatais e empresariais; aos projetos e programas de exploração que continuam se projetando sobre territórios negros por meio de agroestratégias e políticas governamentais (Almeida; Marin, 2010).

No cenário de desvantagem estrutural em que são colocados os pleitos quilombolas, dispositivos políticos facilmente (re)produzem uma série de classificações que vinculam a expansão do modelo de extrativismo predatório (muitas vezes classificado de “desenvolvimento”) ao “bem público”, “à proteção”, “ao emprego”, “à segurança” e à “vocação natural” do lugar. Nesse sentido, há algo mais nobre e amplo que os direitos territoriais quilombolas, há uma normatividade superior a ser protegida, propondo uma representatividade excessiva a um modelo,³ como gerador de benefícios universais    população (Escobar, 1996). A proteção formal aos territórios negros e de outras

² Estudos realizados pelo Instituto Socioambiental (ISA) e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) mostram que 98,2% dos territórios quilombolas com limites oficialmente reconhecidos (485) são pressionados por obras de infraestrutura, mineração e imóveis privados, grande porcentagem no Norte e Nordeste (Oviedo; Lima; Souza, 2024).

³ Pompeia (2020) promove uma discussão sobre a produção de uma legitimidade abrangente do agronegócio no Brasil, que engloba setores diversos e não identificados como agronegócio, como uma estratégia de construção em que “se confunde a parte com o todo”.

territorialidades específicas então parece estar sempre em desvantagem e sujeita a mecanismos que desestabilizam as poucas garantias institucionalizadas. Neste sentido, O'Dwyer (2016), discutindo a morosidade dos processos de regularização fundiária dos territórios quilombolas, no livro *Direitos quilombolas & dever do estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*, coloca em discussão os impedimentos à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação Territorial (RTIDs) dentro de instâncias do Estado relacionados a situações definidas como as que “deem problema para o governo” (O'Dwyer, 2016, p. 261).

O avanço das obras sobre territórios quilombolas no Maranhão projetadas em anúncios, representadas em falas, documentos e notícias, e materializadas em canteiro de obras e deslocamentos, relacionadas ao “desenvolvimento”, ao uso dos “recursos”, à “tecnologia”, seguidamente retira as comunidades negras da condição de sujeitos de direitos e as situa na condição de “populações administráveis”, como salienta Dos Anjos (2018), escancarando a face racista e autoritária do poder soberano. E mostrando os limites modernos de uma “política étnica” que sempre esbarra “nos fundamentos” (De La Cadena, 2020). Dimensões de uma colonialidade persistente no gerenciamento de vidas e territorialidades negras no Brasil.

As possibilidades de representação de empreendimentos que avançam sobre territórios como modelos de desenvolvimento estão relacionadas ao racismo estrutural e à cisão hierárquica das discussões, dos espaços de enunciação e do exercício da violência. Em recintos específicos são afirmadas realidades em que os empreendimentos se apresentam como caminho de mão única, reforçando o “consenso de *commodities*” discutido por Svampa (2012), operado a partir de “promessas” de segurança à população e de progresso vinculadas principalmente à extração mineral, à produção agrícola, à exploração de petróleo e gás. Em conjunto, é fortalecido um “consenso da infraestrutura”, como reflete Aguiar (2021), como o caráter imprescindível de obras e do estabelecimento de logísticas para o escoamento de produtos que domina a política de infraestrutura brasileira nos últimos anos. Consensos que produzem o silenciamento de perspectivas negras que denunciam os problemas, a relativização de direitos formalizados e a desqualificação contínua de

questionamentos, a partir da tentativa de fechamento do recinto de produção, da inaudibilidade (“não ouça”), da invisibilização ou da desqualificação de proposições, dos fatos ou daqueles que os emitem. De uma impossibilidade de representação.

Este artigo discute a desqualificação de pleitos territoriais quilombolas no curso da construção de obras logísticas de escoamento de grãos e minérios no Maranhão a partir de dispositivos que podem ser pensados dentro dos marcos da colonialidade do poder e do saber, como elementos constitutivos do padrão mundial de acumulação do poder capitalista (Quijano, 2010; Lander, 2005) e dos rearranjos locais, das controvérsias em que se organizam. A fragilidade da segurança jurídica dos territórios quilombolas precisa ser pensada a partir do passado colonial das *plantations* e do legado das formas de habitar e de ocupar a terra. O término da situação colonial, como enfatiza Quijano (2010), não significou o rompimento com padrões de dominação que operam num sistema de classificação em que estão relacionadas variáveis raciais e as possibilidades de subjugação que orquestram o avanço da exploração capitalista.

O discurso hegemônico do avanço de empreendimentos sobre territorialidades negras pode ser pensando nos marcos de um processo civilizatório em que se afirma a proteção à população a partir de “valores básicos da sociedade liberal moderna no que diz respeito ao ser humano, à riqueza, à natureza, à história, ao progresso, ao conhecimento e à *boa vida*” (Lander, 2005, p. 21). Trata-se de um legado epistemológico “que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3).

Com trezentos e noventa e oito processos de regularização fundiária de territórios quilombolas abertos no Incra,⁴ o estado do Maranhão contabiliza mais mortes de quilombolas do que territórios titulados nas últimas décadas,⁵ mais conflitos do que a criação de políticas públicas eficazes. E, apesar destes números, é apresentado como o lugar de um privilegiado “Corredor Logístico”

⁴ Disponível em: www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/quilombolas. Acesso em: 20 fev. 2024.

⁵ Diversas reportagens denunciam a violência no campo maranhense e apresentam número de morte, destacamos: ‘Falta de titulação faz do Maranhão estado mais perigoso para quilombolas’, de Letícia Queiroz, Escola de Ativismo, 9 maio 2024. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/falta-de-titulacao-faz-do-maranhao-o-estado-mais-perigoso-para-quilombolas/>. Acesso em: 20 jul. 2024.

principalmente vinculado ao “Arco Norte”, agregando expansão portuária e ampliação de rodovias e ferrovias. Neste arranjo, o Estado reivindica seu lugar, a partir do incentivo à logística, corroborando a “visão triunfalista do agronegócio” ancorada no agenciamento de estatísticas “sobre as participações do agronegócio no PIB e nos empregos”, acionados na esfera pública como geradores de benefícios para “todo o mundo” (Pompeia, 2020, p. 210).

O trabalho discute a expansão logística no Maranhão e o atravessamento de territorialidades quilombolas a partir de revisão bibliográfica e documental, da participação em reuniões no Ministério Público Federal, na Defensoria Pública da União e na sede da Polícia Rodoviária Federal durante os últimos cinco anos e da interlocução com lideranças de comunidades quilombolas e tradicionais em conflitos relacionados à ampliação do Corredor Carajás, com foco na duplicação da BR-135 e principalmente no diálogo com lideranças do quilombo Santa Rosa dos Pretos, de Itapecuru Mirim, Maranhão.

Desenvolvimento e Invisibilidade: o vazio territorial e a constante produção do ‘não ser’

A instalação de projetos e programas de desenvolvimento tem incidido fortemente sobre a ordenação territorial do Maranhão desde a década de 1960. Inicialmente, sob o argumento de racionalizar o uso da terra, integrar economicamente a região aos centros comerciais brasileiros e internacionais, fomentar as exportações e criar uma balança comercial favorável e ainda apaziguar conflitos no campo, que apontavam em diferentes regiões do estado, foram criados projetos de colonização,⁶ realizada a atração de investidores, a comercialização das terras públicas e a legalização de terras que não possuíam registros.

Os planos governamentais nos anos 1970 visavam estabelecer maior controle sobre as terras no estado, que oficialmente eram apresentadas como extensas áreas “livres”. Em 1980, foi iniciada a implantação na Amazônia Oriental, que

⁶ Em 1971, o governo do Maranhão cria a Comarco (Companhia Maranhense de Colonização), que teria como objetivos enfrentar as tensões entre o campesinato e os latifundiários direcionando posseiros aos projetos de colonização (projetava assentar 10 mil famílias) e destinando áreas devolutas para a implantação de projetos agropecuários e a consequente modernização do setor primário com o apoio da Sudene ou da Sudam (Almeida; Sá Mourão, 2017, p. 81). No ano seguinte, o governo federal cria a Colone (Companhia de Colonização do Nordeste), sob a coordenação da Sudene e com empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) (Almeida; Sá Mourão, 2017, p. 86).

inclui a Pré-Amazônia Maranhense, de um ambicioso projeto que envolvia a extração do minério de ferro no Pará, a criação de estrutura logística para seu escoamento pela capital maranhense (estradas de ferro, portos), a construção de hidrelétricas e investimentos produtivos. A instituição do Programa Grande Carajás (PGC) previa a ocupação e exploração de um vasto espaço territorial.

As vendas e legalizações de terras, as empresas de colonização, as ações realizadas para a implementação do PGC pouco levaram em conta a existência de um campesinato comunal nas áreas de ocupação antigas no estado e as frentes de expansão camponesa que haviam migrado de outros estados nordestinos, ocupado áreas de floresta e aberto os centros.⁷ Classificados muitas vezes como invasores, camponeses perderam terras, ficando em espaços reduzidos ou nas margens de fazendas, ampliando situações de moradia, agravando as cobranças de foro para o cultivo ou sendo expulsos da terra.

Como destacam Almeida e Mourão (2017), a baixa densidade populacional e a quantidade de terras públicas disponíveis, sugeridas no Censo Demográfico da Fibge e em materiais cartográficos disponíveis, contribuíram para a construção da imagem de um estoque de terras a ser explorado, um espaço territorial “vazio”, a ser destinado a atividades que permitissem um uso racional dos recursos. Entre os objetivos, estava o de garantir o assentamento de foreiros e posseiros que estavam em situações de conflito com o latifúndio em regiões ocupadas nas décadas de 1950/1960 pelas frentes camponesas que migravam de outros estados do Nordeste para o Maranhão e nas regiões de ocupação camponesa mais antiga, do vale do Itapecuru e da Baixada Maranhense, onde os latifundiários impunham cobranças de foro, pagamentos pelos roçados e pelas moradas em suas propriedades e por vezes expulsavam antigos foreiros, que cultivavam arroz, milho, mandioca há gerações. Estava em jogo “a existência de um considerável estoque de terras disponíveis no Maranhão, avaliado entre 90.000 km² de terras devolutas na região ‘Pré-Amazônica’ (Plano

⁷ Almeida e Mourão (2017) destacam que “o significado de camponês nesta situação social tanto abrange as unidades familiares das regiões de ocupação antiga, submetidas ao aforamento e designadas como foreiros ou moradores foreiros, quanto aquelas das áreas de ocupação recente, denominadas de posseiros.” Muitos desses grupos que aparecem na literatura das ciências sociais das décadas de 1970-1980 como camponeses de regiões de ocupação mais antiga, nas décadas posteriores a 1980, se autodefiniram como comunidades quilombolas e alguns como indígenas.

de Governo, 1971/1974, p. 174) e ‘100 mil km² de terras sem ocupação’ (Tribuzzi, 1970, p. 4)” (Almeida; Mourão, 2017, p. 79).

O “Maranhão Novo” ou o “Maranhão Carajás” emergia em várias políticas, em investimentos, em legislações, como observa Asselin (2009, p. 148). A disponibilização de um estoque de terras buscava atrair capitais do Sul e do exterior para a região. “Foi o tempo da construção das estradas que cortaram o estado, ligando, em primeiro lugar, a capital São Luís, às capitais vizinhas, e depois penetrando nas regiões do Pindaré e do Tocantins” (Asselin, 2009, p. 148). Uma série de atos jurídicos integram os projetos, como o Decreto nº 3.831, de 6 de dezembro de 1968, do governador Sarney, que criou a Reserva Estadual de Terras e, no ano seguinte, a Lei Sarney de Terras (Lei nº 2.979/1969, regulamentada pelo Decreto nº 4.028, de 28 de novembro de 1969).

O projeto de conciliar harmonicamente o estoque de terras entre camponeses e fazendeiros e empresas agrícolas fracassou. Gistelinck (1988) destaca que após os projetos de colonização, “tanto grileiros, como os donos de grandes projetos começaram, partir dos anos 1970, a expulsar sistematicamente os posseiros encontrados na área com muita violência, praticada por grupos de pistoleiros e pela polícia” (Gistelinck, 1988, p. 15-16).

O Programa Grande Carajás, instituído pelo governo do presidente João Figueiredo, por meio do Decreto-Lei nº 1.813/1980, estabeleceu um regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do programa e delimitou uma área de mais de 900.000 km² da Amazônia Oriental, abrangendo espaços territoriais nos estados do Pará, do Maranhão e de Goiás (Ibase, 1983, p. 56). As primeiras cláusulas do programa, cuidaram de centralizar as decisões e de delimitar “um espaço supostamente homogêneo, instituído para fins administrativos, financeiros e fiscais”, fornecendo coordenadas geográficas à criação, ou seja, a possibilidade de uma região propícia à extração mineral e às logísticas de exportação constarem no mapa (Projeto Vida de Negro, 1993, p. 19) de modo muito específico.

No relatório realizado pelo Ibase, “Carajás, o Brasil hipoteca seu futuro”, de 1983, o Programa Grande Carajás é descrito como um dos grandes projetos de investimento do governo brasileiro naquele momento, juntamente com outros empreendimentos, que chegariam a caracterizar “um enclave econômico

multissetorial com possíveis reflexos até na soberania territorial da área atingida” (Ibase, 1983, p. 14), tamanha a transformação que almejava e a atração de investimentos externos. O texto apresenta as dimensões do PGC em termos de investimentos, diversidade de setores a serem explorados e a extensa abrangência territorial: extração de minérios, levantamento de áreas propícias ao aproveitamento agropecuário, rodovias, ferrovias, portos marítimos, um porto fluvial, hidrelétrica.

Os empreendimentos ligados ao programa Grande Carajás alteraram profundamente povoados ao longo do Corredor Carajás, com as siderurgias no Sul do Maranhão, como em Açailândia e Imperatriz, bem como com o entupimento de igarapés, a eliminação de espaços de roças, os atropelamentos nos povoados em que os trilhos de ferro cruzam o chão. Foi inaugurada também a expansão de empreendimentos na zona rural II de São Luís, fortalecendo uma “vocação portuária”   cidade e abrindo possibilidades para a criação de um distrito industrial sobre áreas rurais próximas ao centro urbano. Dois grandes empreendimentos inicialmente foram instalados na zona rural: a Companhia Vale do Rio Doce, com seus terminais ferroviários e portuários, e uma usina de produção de ferro gusa, que se constitui na primeira e mais poluente etapa da produção do a o, e o Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar), com seu porto e uma planta industrial ... (Sant’ana Junior, 2016).

A construção provocou inúmeras situações de deslocamentos de povoados rurais secularmente presentes nas áreas que foram destinadas a essas empresas. Os processos de expansão industrial sobre a zona rural de São Luís não cessaram desde a década de 1970. Nos anos 1990, as lideranças da região e aliados mobilizaram-se contra a criação de um polo siderúrgico. Em 2011, “iniciou-se a instalação da Termelétrica Porto do Itaqui, pela empresa MPX”. A comunidade de Vila Madureira foi deslocada para o Residencial Nova Can a, em Paço do Lumiar, a 40 quilômetros de seu local de origem, distante do mar e do campo agrícola disponibilizado para os moradores realizarem seus cultivos (Sant’ana Júnior; Pereira; Alves, 2010).

As projeções de investimentos, juntamente com a existência de uma área delimitada e os canteiros de obras emergencialmente abertos, criaram a região

de Carajás, ao mesmo tempo que procuraram ocultar e inviabilizar a existência camponesa nessa região. O não registro, as propostas de negociação individuais com algumas famílias e uma série de ações diretas e violentas integram dispositivos que operam no avanço dos empreendimentos. Como destaca Almeida (1993), “os extermínios, os massacres e os genocídios ao destruir a possibilidade da existência coletiva também significam metaforicamente ‘apagar do mapa’, que seria um eufemismo indicativo da supressão do território do outro” (Almeida, 1993, p. 25).

Comunidades quilombolas, direitos territoriais e visibilidade

A invisibilidade das situações territoriais de povos e comunidades tradicionais, em especial as comunidades negras, nos aparatos burocráticos jurídicos está relacionada em parte ao não reconhecimento dos “sistemas de usufruto comum da terra” no ordenamento oficial agrário brasileiro, e às transformações provocadas pelos novos ordenamentos territoriais impostos com o avanço das fronteiras de exploração, a partir de empreendimentos públicos e privados sobre essas terras. Controlar, esquadrihar o espaço, projetá-lo, ou seja, as marcas colocadas nas projeções territoriais correspondem a classificações espaciais como tecnologias políticas que estão no cerne da colonialidade do poder (Haesbart, 2021).

Laís Sá Mourão (1974) discute as formas de apropriação comunal das “terras de santa” pelos camponeses da região de Alcântara e Bequimão e suas variações. Menciona que durante seus trabalhos, na década de 1970, o governo resolveu desmembrar “as terras sob controle comunal do campesinato (nos municípios de Alcântara e Bequimão) e, declarando-as terras devolutas, promover a venda de parcelas àqueles dentre seus ocupantes que desejassem e pudessem comprá-las” (Sá Mourão, 2007, p. 30).

As formas jurídicas não contemplavam as terras comunais, permanecendo extensas áreas rurais ocupadas por um campesinato secular no Maranhão na clandestinidade em relação aos formatos legalmente existentes, como as terras públicas e a propriedade privada individual. Conforme Almeida, “a situação dominial geralmente indefinida e as dificuldades de reconstituição das cadeias

dominiais tornavam estas áreas preferenciais à ação dos grileiros e de novos grupos interessados em adquirir vastas extensões” (Almeida, 2010, p. 107-108).

Por um lado, a não existência nos planos formais oculta essas situações nos cadastros públicos como formas de ocupação e vida nos espaços rurais e urbanos quando da implantação de empreendimentos, reforçando a perspectiva de um “vazio demográfico” e mais do que isso de um “vazio humano” a ser ocupado, jogando-as para a condições de inexistência ou de ilegalidade ou de inferioridade no plano jurídico e ético, como “invasores” ou “posseiros/foreiros”, a serem deslocados/eliminados. Como destaca Almeida,

os sistemas de usufruto comum da terra por colidirem flagrantemente com as disposições jurídicas vigentes e com o senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas, a despeito de factualmente percebidos, jamais foram objeto de qualquer inventariamento. As extensões que lhes correspondem nunca foram catalogadas, quantificadas ou sujeitas às técnicas dos métodos estatísticos e de cadastramento de imóveis adotadas pelos órgãos de planejamento da intervenção governamental na área rural. (2010, p. 105-106)

A não formalização e a não existência em cadastros, que jogam para a informalidade, abrem espaços para a legitimação de distintos processos de violência, a grilagem, os deslocamentos forçados a partir de dispositivos de poder coloniais e raciais que se atualizam nos projetos desenvolvimentistas. Neste sentido, ao analisar políticas e projetos de integração regional na América Latina, como a IISRA, Porto Gonçalves (2018) enfatiza a lógica da colonialidade do poder e do saber na tomada de grandes áreas do espaço geográfico como “vazios demográficos” e na centralização das discussões relacionadas à expansão das estruturas logísticas aos problemas de engenharia, ou seja, às possibilidades de “obstáculos naturais” que precisariam ser superados.

A não formalização das territorialidades em planos estatais opera juntamente com o fato de serem classificados como um resquício do passado no plano econômico e civilizatório, isto é, como “sistemas tidos como ‘obsoletos’”. Representariam, sob este prisma, anacronismos mais próprios de crônicas históricas, de documentos embolorados de arquivos, de verbetes dos

dicionários de folclore e de cerimônias religiosas e festas tradicionais” (Almeida, 2008, p. 135). Almeida (1993) assevera que o desconhecimento das realidades locais e a desinformação pelas instituições públicas e pelos organismos de planejamento permitem afirmar que “o descontrole funcionaria como uma forma de controle social”. Estas terras progressivamente serão palco de conflitos e muitas incorporadas aos cadastros de proprietários privados, de grandes empresas e do próprio Estado.

O senhor Justo Evangelista, importante liderança quilombola da região de Itapecuru Mirim, lembra da Ação Discriminatória da terra realizada no município de Santa Rita no “tempo maior da grilagem”, em que fazendeiros alegavam nos processos jurídicos constantemente a não existência de comunidades nos espaços rurais por eles requeridos:

Bom, em 1981, teve no município de Santa Rita, e aqui no município de Itapecuru Mirim, um movimento, não foi movimento não, pelo estado, uma ação discriminatória da terra, pra ver quem eram os proprietários, se tinha proprietário ou não, se tinha morador, porque os proprietários gostavam quando se dizia que uma terra não tinha morador, porque era o tempo maior da grilagem. Então, nesse tempo, um bispo falou comigo perguntando se tinha morador nessas áreas no município de Itapecuru Mirim e de Santa Rita, aí eu entrei nessa luta. Em Rosário, que era comarca que hoje tem Santa Rita, nós fizemos a declaração no cartório, como existia morador dentro uma terra, 120 famílias dessa região de Santa Rita. Depois passamos aqui para o Itapecuru Mirim, fazendo a declaração no cartório, que existia família porque os proprietários diziam que não tinha, que era pra eles poderem se apoderar da terra, nós fizemos aqui. Agora nós tínhamos um apoio grande da CPT (Comissão Pastoral da Terra), da arquidiocese de São Luís e também já tinha CPT diocesana da diocese de Coroatá. (Entrevista, janeiro de 2019)

Os conflitos no campo eclodiram dando visibilidade à situação de ocultamento que os projetos e programas insistiam em projetar. A violência no campo ganhou a cena pública nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, pela repressão da polícia e de jagunços às lutas empreendidas contra o avanço da

grilagem, à atuação dos movimentos ligados à Igreja Católica, à atuação do Centro de Cultura Negra nas comunidades negras. Os camponeses organizam-se para resistir: entidades confessionais agregaram camponeses em torno das ações da ACR, das Comunidades Eclesiais de Base, da CPT e dos sindicatos de trabalhadores rurais.

Nos *Cadernos Conflito no Campo*, organizados pela CPT anualmente desde 1985, o Maranhão despontou como um dos estados com maior número de conflitos no campo na década de 1980. Em 1985, o *Caderno* registra 99 casas de camponeses destruídas, 19 mortos e 40 feridos no estado, registra ainda o que seria um “terrorismo de estado ... tal o envolvimento direto do governo maranhense” (CPT, 1985, p. 18) nos conflitos.

Na década de 1980, o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), com o Projeto Vida de Negro, iniciou os mapeamentos das terras de preto no Maranhão. A relação com as entidades que já estavam nas lutas localizadas foi fundamental para os mapeamentos iniciais. Em 1986, o CCN organizou o I Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão, na cidade de São Luís (Projeto Vida de Negro, 2002, p. 30), dois anos depois, o II Encontro de Comunidades Negras Rurais do Maranhão.⁸ O Projeto Vida de Negro (PVN) na sua primeira fase de atuação obteve informações sobre 97 situações de terras de preto, a partir da observação *in loco* e da consulta a fontes secundárias. As situações foram classificadas como “terras ditas tituladas” (pois as lideranças mencionavam serem proprietárias e terem títulos, mas não possuíam os papéis) (Projeto Vida de Negro, 2005).

Uma década após a oficialização do Programa Grande Carajás, no relatório que auxilia a leitura do mapa temático preparado para o *Seminário Carajás: desenvolvimento ou destruição?*, publicado como “*Carajás, a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?”*”, Almeida destacava que ainda era difícil precisar a sobreposição do Programa às “terras de preto”:

⁸ “Nos contatos institucionais a partir de abril de 1988, quando ocorreu a primeira discussão formal para planejar a ação do PVN, os sindicatos de trabalhadores rurais foram eleitos como mediadores iniciais, secundados por entidades confessionais” (Projeto Vida de Negro, 2005, p. 16).

Mediante o caráter fragmentário dos dados e a polêmica em torno da disposição constitucional, torna-se difícil precisar a extensão total que correspondia fidedignamente a tais situações sociais. As estimativas disponíveis referentes apenas ao estado do Maranhão assinalam que as chamadas “terras de preto” ultrapassam a um milhão de hectares, ou seja, 1,1% da região de abrangência do PGC. (Almeida, 1993, p. 181)

Na década de 1980, com a atuação do CCN e a organização do PVN, juntamente com outras frentes do movimento negro nacional, as comunidades negras iniciaram um processo de organização da luta em torno da titulação dos territórios quilombolas. A emergência das comunidades negras como sujeitos de direitos, que tem como marco a Constituição Federal de 1988, e os mapeamentos e a abertura de processos em órgãos públicos passaram a tencionar nas décadas seguintes a chegada de empreendimentos, mesmo com a morosidade dos processos de regularização fundiária, e com a violência persistente, esses grupos passaram a ocupar mapas e cadastros.

Diferentemente do período de chegada dos empreendimentos (em 1970-1980), em que as formas de apropriação territorial do campesinato comunal não tinham correspondência em registros oficiais, no caso das comunidades negras, o Incra tem registro de 399 processos de regularização fundiária no Maranhão e o Iterma informa uma lista de 71 comunidades quilombolas tituladas pelo estado.⁹

Muitos empreendimentos têm suas obras projetadas justamente sobre os territórios titulados ou reivindicados por esses grupos, que se encontram com processos formais de reconhecimento territorial em órgãos públicos, como os casos que ganharam mais visibilidade pública: a ampliação da Base de Lançamento de Alcântara sobre territórios quilombolas; a duplicação da Estrada de Ferro Carajás e as afetações aos quilombos cortados pela estrada; a construção do Porto São Luís e os deslocamentos de famílias no território do Cajueiro; a previsão de construção do Porto do Cajual em Alcântara.

⁹ Disponível em: <https://www.ma.gov.br/noticias/governo-avanca-no-processo-de-regularizacao-e-reconhecimento-de-terras-quilombolas-garantindo-direitos-a-comunidades-tradicionais-no-maranhao#:~:text=O%20Iterma%20j%C3%A1%20emitiu%20e,Ros%C3%A1rio%2C%20Peritor%C3%B3%2C%20Presidente%20Juscelino%2C>. Acesso em: 10 jun. 2024.

Desenvolvimento, bem público e silenciamento

Novos conflitos eclodiram no curso de programas e projetos de expansão de monocultivos e de exploração mineral nas últimas duas décadas na Amazônia e no Cerrado maranhense. O projeto S11 da mineradora Vale S.A. começou a ser implantado a partir de 2004, com o objetivo de aumentar a extração e o transporte de minério de ferro a partir da exploração de uma nova mina no Pará e da duplicação da EFC. O Matopiba avançou como nova fronteira agrícola, com incentivo à expansão das lavouras de soja em regiões de ocupação camponesa e também fomentando a organização de novas estruturas logísticas para o escoamento de grãos. A soja, conforme demonstra Aguiar (2021), teve uma expansão na região Norte e Nordeste centrada principalmente na extensão da área plantada. Portanto, no avanço da ocupação territorial com áreas de plantio, chegando a representar, juntamente com o milho, 90% da safra de grãos colhida em 2020 no Brasil (Aguiar, 2021).

Acompanham a expansão da exploração agrícola e mineral, a necessidade de reorganizar as rotas de escoamento. Com o avanço da soja, o escoamento pelos portos do Arco Norte “cresceu aceleradamente, de cerca de 1/4 em 2010 para quase metade do total em 2020”. No Porto do Itaqui, em São Luís, o transporte da soja compartilha a estrutura da EFC com o minério de ferro. “Parte da soja chega ao porto via a Ferrovia Norte-Sul e a partir de Açailândia (MA) usa direito de passagem na Ferrovia Carajás, ambas sob controle da VLI Multimodal S.A.” (Aguiar, 2021).

Nesse cenário de expansão de projetos extrativos e da infraestrutura e logística, agroestratégias tensionam os processos de reconhecimento e de regularização fundiária dos territórios quilombolas. Conforme Almeida e Marin (2010), produzem uma equação em que a afirmação de projetos de exploração é operada na medida da desterritorialização de povos e comunidades e da desqualificação de seus pleitos. No processo de expansão da logística que envolve a ampliação do Corredor Carajás –rodovias, ferrovias e portos – operam estratégias difusas e complementares, das quais evidenciamos: a) o discurso desenvolvimentista nas projeções do estado como projeto universal e destino para todos, produzindo uma super-representatividade das

propostas; b) a cisão de espaços e a afirmação de um bem maior, o bem público, que permitiria a relativização de direitos aos quilombolas; c) o fechamento de recinto para uma pluralidade de vozes, em prol de classificações dos quilombolas e de suas ações.

Dispositivos políticos produzem suporte para o avanço das obras sobre territórios quilombolas no Maranhão atuando na relativização de direitos territoriais, produzindo um deslocamento desses grupos da condição de sujeitos de direitos ao de populações passíveis de serem deslocadas e cederem seus espaços, quase sempre para obras inscritas como “públicas” ou de “interesse público”. A negação da existência territorial quilombola nos marcos da proteção jurídica dos territórios, mesmo com direitos territoriais reconhecidos, se inscreve então em dispositivos de poder que se assentam em estruturas da colonialidade, que permitem diferenciar o que deve ser protegido, escutado, respeitado, daquilo que pode ser pormenorizado. Os dispositivos firmam uma série de hierarquias ao informar o lugar natural das coisas, “as vocações”, “as necessidades” para a população e para o estado do Maranhão e, com isso, apresentam os desejos de inscrever os “destinos” de terras e regiões, de povos e comunidades, na certa ordem evolutiva da história.

Logística, desenvolvimento e emprego

A duplicação da Estrada de Ferro Carajás e da Rodovia Federal Br-135 e a expansão portuária em São Luís estão vinculadas à racionalização da logística de escoamento de *commodities* agrícolas e minerais para mercados internacionais, permitindo fluxo das mercadorias do interior do país pelo Corredor Carajás até a embarcação no litoral de São Luís e fazendo outras conexões. São três vias ferroviárias que se conectam com a região portuária de São Luís: a Ferrovia Transnordestina e as duas linhas férreas da Estrada de Ferro Carajás (EFC). A EFC também possui uma ligação com a Ferrovia Norte-Sul, que cruza cinco estados brasileiros e liga o Porto de Santos (SP) ao Porto do Itaqui (MA), formando o Corredor Centro-Norte. A bacia de São Marcos, transformada em região portuária em São Luís, comporta o Porto Público do Itaqui e os terminais de uso privado da Alumar e da Vale S.A., e tem iniciada a

implantação do Porto São Luís e a projeção de um novo porto em Alcântara, o Porto do Cajual.

Ted Lago, diretor da Emap (Empresa Maranhense de Administração Portuária), no evento Diálogos Capitais, do Consórcio Nordeste – Infraestrutura e Logística, promovido pela revista *Carta Capital*, em São Luís, em 2021, alertava sobre a importância destas estruturas para o Maranhão: “estamos aqui com dois parceiros importantes, as rodovias e as ferrovias, porque sem elas não somos nada”.¹⁰ Na agenda desenvolvimentista brasileira, o Maranhão assume importância com a reorganização socioespacial em curso, que liga a região portuária por meio de ferrovias e rodovias à nova fronteira agrícola, e a intensificação da extração mineral. É nesse sentido que Carlos Brandão, atual governador do Maranhão e, na época do evento Diálogos Capitais, vice-governador no governo Flávio Dino, entendia como “dever de casa”, a organização de mão de obra especializada para dar suporte no estado às possibilidades de avanço de empreendimentos que potencializassem a “localização geográfica diferenciada” do Maranhão, o fato do estado estar “mais próximo da Europa, dos Estados Unidos, dos grandes mercados consumidores, se a gente utilizar o canal do Panamá, mais perto da Ásia, que é o grande centro consumidor do mundo”.¹¹

A vantagem estratégica da localização geográfica, como lugar de passagem para grãos e minérios, também foi enfatizada pelo ministro de Infraestrutura e Transporte, em 2021, que assinalava a importância da duplicação da BR-135 para a nova fronteira agrícola, para o “desenvolvimento do estado” e para o acesso à Ferrovia Norte-Sul.¹² A ampliação de rodovias na sua relação com a expansão portuária, em São Luís, é mencionada na página do governo federal: “a sua localização, próxima dos mercados da Europa, América do Norte e do canal do Panamá, por onde é possível alcançar mais rapidamente os países da Ásia”.¹³

¹⁰ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=718675701984546&ref=watch_permalink. Acesso em: 20 ago. 2021.

¹¹ Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=718675701984546&ref=watch_permalink. Acesso em: 20 ago. 2021.

¹² Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/transito-e-transportes/2020/10/br-135-no-maranhao-passa-por-obras-de-duplicacao-e-restauracao>. Acesso em: 26 ago. 2021.

¹³ Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/br-135-316-ma>. Acesso em: 8 nov. 2020.

As projeções de novos investimentos aparecem ainda como “compromissos” e motivos de comemoração:

Um mês muito especial para o Porto do Itaqui. Tivemos três grandes inaugurações: o terminal de combustível da Raízen; o Berço 99, feito pela Suzano; e agora o investimento da Granel Química, com mais seis tanques de combustível. Não tenho dúvida de que novos investimentos virão. Tem o Porto São Luís, o Porto de Alcântara, que está sendo projetado. O Maranhão vai crescer, se desenvolver, muito em função de sua logística.¹⁴

Em julho de 2024, na “missão” realizada pelo governador do estado no canal do Panamá, juntamente com o presidente da Emap, foi destacado o lugar privilegiado do Maranhão com “o maior porto público do Norte-Nordeste, e o quarto maior do país em movimentação de cargas”¹⁵ e os objetivos de captação de investimentos para ampliação das capacidades. A notícia da viagem de Brandão ao canal do Panamá, publicada pela *Mirante*,¹⁶ em 10 de julho de 2024, destaca o diferencial da “conectividade” da logística do porto com as “três ferrovias (Norte-Sul, Transnordestina e Carajás) e rodovias” para a eficiência e oportunidades de negócios diante do mercado global.

A projeção da região como um vantajoso corredor de escoamento de produtos para o mercado exterior soma-se à possibilidade das obras e investimentos como geradores de empregos, renda, superação de situações de crise econômica. No cenário ideal de crescimento, geração de empregos, investimentos, aproveitamento das “vocações naturais”, as situações conflitivas geradas com as comunidades tradicionais e as questões ambientais que acompanham a expansão logística desaparecem formando recintos particulares de composição de projetos de governo.

¹⁴ Disponível em: <https://www.zecasoaes.com/2022/03/25/carlos-brandao-inaugura-expansao-de-terminal-no-porto-do-itaqui/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://carlosbrandao.com.br/carlos-brandao-busca-novas-parcerias-para-o-porto-do-itaqui-durante-visita-ao-canal-do-panama/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

¹⁶ Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2024/07/brandao-busca-mais-investimentos-para-o-maranhao-durante-agenda-de-encontros-com-autoridades-panamenhas/>. Acesso em: 1 ago. 2024.

De estradas e portos para o agronegócio e a mineração à proteção do ‘interesse público’

O “vazio social” projetado sobre as terras de pretos quando da implantação de uma série de estruturas logísticas no estado, entre as décadas de 1970-1980, não se sustenta facilmente após as lutas negras por direitos territoriais e pela operacionalização dos preceitos constitucionais aos quilombolas. Apesar dos limites das representações territoriais quilombolas em recintos oficiais, reivindicar a condição de sujeitos que podem reclamar direitos territoriais, produz uma série de tensões. Quando as tensões são expostas, os discursos em torno da representação das obras logísticas precisam ser filtrados. Então, de um projeto específico de desenvolvimento ligado a setores econômicos e políticos como o agronegócio e a mineração, passa a ser acionado o interesse público destas obras como forma de proteção social da população.

Numa reunião realizada por meio virtual em 2020, um pequeno grupo de aliados técnicos avisaram a algumas lideranças da região que restavam apenas “os corpos” para o enfrentamento. Os caminhos jurídicos pareciam esgotados e, portanto, as possibilidades de uma saída na justiça contra o avanço indevido das obras eram inviáveis. Mais uma vez, seriam os corpos negros que precisariam ser colocados na linha de frente contra a expansão de um empreendimento sobre suas terras. “É preciso se organizar!”. Se organizar faz parte da trajetória da liderança Anacleto, do quilombo Santa Rosa dos Pretos,¹⁷ que viveu o “tempo maior da grilagem” no Maranhão. No entanto, mesmo carregando as marcas e as experiências de todos os enfrentamentos, foi inevitável a perplexidade diante da possibilidade do avanço da obra ocorrer no contexto da pandemia da Covid-19, fortalecendo a face do que chama de “escravidão silenciada”,¹⁸ a forma como essas “moléstias” são vivenciadas pelos negros nessa região com os ataques que não param de chegar.

Anacleto já havia se colocado na frente da escavadeira, juntamente com outras lideranças, em 2017, para barrar a máquina que iniciava uma escavação sobre as terras quilombolas para a duplicação da BR-135. Após esse episódio,

¹⁷ O território de Santa Rosa dos Pretos é atravessado por estruturas logísticas desde a década de 1950: Br-135 em duplicação, a EFC já duplicada, a Ferrovia Transnordestina, linhas de energia da Eletrobras e da Cemar.

¹⁸ Importante conceito de Anacleto Pires para explicar a situação de violência vivenciada no quilombo de Santa Rosa dos Pretos.

ocorreram mobilizações de territórios quilombolas na região nos anos de 2018 e 2019 que colocaram na cena pública uma série de questionamentos, ensejaram reuniões na DPU, representantes do Dnit tiveram que se sentar algumas vezes, foram provocadas reuniões no MPF, por fim, a obra foi institucionalmente paralisada após as mobilizações.

Como nessa situação vivenciada em Santa Rosa dos Pretos, nos quilombos da região, na maior parte das vezes, as obras ligadas aos empreendimentos públicos e privados iniciam sem chamadas, sem avisos, “vão entrando”, abrindo o espaço e ocupando. Em 2019, Seu Tinoco, liderança do território de Santa Maria dos Pinheiros, em Itapecuru Mirim, avistou uma área sendo desmatada dentro do quilombo, na continuação das torres dos linhões de energia que atravessaram o território há mais de uma década. Tratava-se da “limpeza” do lugar para a instalação de mais um linhão, sem comunicação, sem mitigação. As famílias do território nunca receberam nada pela passagem dos linhões em suas terras, em suas roças, nos igarapés, nem mesmo foram contempladas com a energia elétrica, que chegou muito depois e apenas com programas específicos de eletrificação rural do governo federal.

A dor sentida por Anacleto na reunião vem da reflexão apurada da necessidade de concentrar energia vital mais uma vez na luta pela permanência naquela terra diante do conhecimento da Decisão Interlocutória proferida em 8 de junho de 2020, no curso da Ação Judicial movida pelo MPF contra o Dnit – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes e o estado do Maranhão. A decisão autorizou o reinício das obras da BR-135 no “subtrecho” de 18 quilômetros entre os municípios de Bacabeira e de Santa Rita. A liderança sabe muito bem que “a obra é uma só” e mais do que isso, que um mesmo “igarapé corta Santa Rosa e Cariongo”. A estratégia de dividir trechos e subtrechos é para “comer pelas beiradas”, estrangular a resistência, desarticulá-la.

No curso da Ação Judicial, representações de associações quilombolas que participaram das reuniões de 2017 e que vinham pleiteando direitos negados no processo de licenciamento pelo Dnit, por meio da Defensoria Pública da União, alegaram principalmente as dificuldades e os perigos da retomada das obras no contexto de pandemia da Covid-19 e na necessidade de cumprir ritos que estavam sendo desrespeitados no âmbito administrativo. Foram apontados: a

existência de territórios quilombolas, que nunca foram consultados sobre o empreendimento, como prevê a Convenção nº 169 da OIT, e que já sofrem com a passagem de outros empreendimentos; a precariedade dos estudos realizados no âmbito do licenciamento ambiental (com fotos que não correspondiam aos quilombos da região, outras retiradas de documentos de terceiros conhecidos pelas lideranças) e a necessidade de novos estudos; a não realização de audiências públicas; a contestação à exigência, por parte do Dnit, de considerar atingidas apenas as comunidades quilombolas que estão no raio de 10 quilômetros do empreendimento, desconsiderando os 40 quilômetros, conforme regulamentado para rodovias na área de abrangência da Amazônia Legal.

A decisão judicial anunciada na reunião virtual permitia o prosseguimento das obras no trecho entre Bacabeira e Santa Rita. A “pressa” de execução da obra, no contexto de pandemia da Covid-19, foi justificada em virtude do perigo de devolução de recursos públicos, destinados à obra, para a União. O risco de perder recursos é associado ao fato de que os trabalhos a serem executados na duplicação do trecho não desconsiderariam “a observância das regras e diretrizes das autoridades sanitárias, com o fim de garantir a segurança e saúde das pessoas impactadas”. Momento em que o “interesse público” é acionado na controvérsia constituída no recinto jurídico em contraposição aos direitos das comunidades quilombolas.

A controvérsia concreta estabelecida a respeito da retomada da obra, no trecho específico de 18 km entre os municípios de Bacabeira e Santa Rita, revela nítida hipótese de colisão entre o direito fundamental à consulta livre, prévia e informada das comunidades tradicionais potencialmente afetadas pelo empreendimento e o **interesse público no efetivo prosseguimento da obra** de infraestrutura, no trecho específico indicado pelo primeiro corrêu (Dnit), de 18 km, em cujo raio de 10 km para realização da consulta e elaboração do estudo do componente quilombola se encontram quatro comunidades tradicionais. (Santana [Rosário], Santa Rita do Vale, Nossa

Senhora da Conceição [Recurso] e Ilha das Pedras, grifo nosso)¹⁹

O interesse público aparece relacionado ao “direito fundamental de ir e vir” das pessoas e a segurança que o Estado deve garantir à população. A possibilidade se abre pela proteção da população, como mencionado na decisão em letras destacadas.

O interesse público relativo à retomada imediata da obra – de forma que não haja a perda de vultosos recursos públicos para sua realização – deve ser compreendido como um interesse público primário, assim entendido – NESTE CASO CONCRETO – AQUELE VOLTADO À REALIZAÇÃO DAS FINALIDADES PRECÍPUAS DO ESTADO, COMO A GARANTIA DE EXISTÊNCIA DE UMA RODOVIA COM CONDIÇÕES ADEQUADAS DE INFRAESTRUTURA E, PORTANTO, SEGURANÇA PARA O TRÁFEGO DE VEÍCULOS E PESSOAS, a fim de possibilitar o adequado exercício do direito fundamental de ir e vir, com a redução dos notórios e evidentes riscos à incolumidade física [...] considerado um dos mais perigosos do estado – integra uma rodovia já existente há décadas, e que constitui o único acesso à ilha de Upaon Açu [...].²⁰

A proteção requerida aos quilombolas é tensionada com a proteção do “interesse público”, bem como o “interesse social”, apresentados como interesses maiores que a afirmação territorial dos grupos negros em diversas instâncias, como no âmbito jurídico. Esses interesses maiores dos empreendimentos são acionados na produção da legitimidade da obra, jogando com a fraca possibilidade de representação destes coletivos a partir de processos de silenciamento.

Mesmo que a produção da ausência (o vazio social) não possa mais ser condição para a passagem de empreendimentos, o silenciamento e o apagamento da realidade histórica dos territórios quilombolas no estado, permanecem como dinâmicas centrais desse processo. Rafael, advogado da CPT que acompanha situações de conflito envolvendo a duplicação da BR-135 destaca:

¹⁹ Trecho decisão, PROCESSO: 1024159-16.2019.4.01.3700.

²⁰ Trecho decisão, PROCESSO: 1024159-16.2019.4.01.3700.

Esse distanciamento, essa estratégia de distanciamento, ela silencia por exemplo uma coisa fundamental que quando se vai ou se vive no quilombo se sabe, que é o seguinte: os quilombolas quando a rodovia foi construída nos anos 50 elas já estavam a gerações lá, seu Libânio pai de dona Anacleta fala que viu a obra chegando... são vidas anteriores, é uma história anterior que ela atravessa, então essa faixa de domínio se sobrepõe ao território tradicional, ela atravessa, ela invade a vida quilombola... pode se apresentar a justificativa... o processo... a ilha... mas a questão é que é uma realidade que essas comunidades foram atravessadas... portanto elas não podem ser invasoras do que as invadiu... mas isso é colocado no processo, o silenciamento das vozes quilombolas, silencia essa realidade histórica.²¹

O silenciamento de vozes das comunidades em instâncias importantes de decisão compactua com a “associação entre o neoextrativismo e a derrubada das fronteiras da democracia”, em que as obras se expandem controlando decisões coletivas, operando “sem consentimento social, sem consulta à população, sem controle ambiental e com escassa presença do estado, ou mesmo com ela” e com “aumento da violência estatal e paraestatal” (Svampa, 2019, p. 32). Nestes recintos, com os conflitos mediados a partir de um discurso de proteção da população que produz silenciamentos, a expansão logística é projetada sobre territórios tradicionais e quilombolas como caminho inquestionável de mão única.²²

‘Comendo pelas beiradas’: processos que nunca são processos

O avanço das obras de duplicação da BR-135 assume uma configuração específica, dificilmente discutida nos recintos e pelos representantes de órgãos públicos envolvidos em reuniões, talvez mencionado em algum documento de

²¹ Transcrição da fala na */live* realizada pelo YouTube: @encontrosmarginais, 17 de julho de 2023, 19 horas.

²² O início da limpeza da “faixa de domínio da rodovia” pela escavadeira, espaço de terras lateral à rodovia, que o Dnit considera sua, marca o apagamento necessário para que a expansão da estrada sobre territórios quilombolas fosse construída como “legítima” (a área do Dnit), situação somente tornada possível com a retirada das árvores, muitas centenárias, quase sempre plantadas pelos quilombolas, pelo entupimento dos igarapés, ou seja, na tentativa de quebra da relação entre a vida, a memória e o lugar, contraposta pelas evidências materiais, pelas histórias e imagens que acompanham a afirmação corrente entre as famílias de que “nós estávamos aqui antes da BR”, “antes do primeiro pico”, o território é que foi travessado.

denúncia das comunidades, transposta em alguma peça técnica, ou discutida nos corredores. Uma série de acontecimentos modificam a estrada, como sua ampliação ou alteração em pontos específicos dos territórios negros ou em áreas contíguas que exigem mudanças na vida quilombola. Algumas obras da duplicação avançam de um lado e de outro dos territórios, em espaços onde existem fazendas não desapropriadas ou desapossadas, muitos reconhecidos como territórios, mas não delimitados nem em posse das famílias negras. Produzindo uma transformação socioterritorial em que o “mundo quilombola” é levado a recuar. São situações em que vão “comendo pelas beiradas”, como mencionam lideranças a partir das experiências, ou seja, “avançando” em lugares “menos conflitivos” até produzirem uma situação em que não tenha mais sentido “não terminar” o que está já em andamento. Situação possível porque a titulação dos territórios quilombolas se arrasta nas instituições públicas. Porque a proteção é precária. As obras avançam até restar “apenas” os lugares “mais difíceis” ou onde “não dá para conversar”.

Em 10 de outubro de 2023, a BR-135 foi interrompida próximo ao quilômetro 88 por famílias de Santa Rosa dos Pretos com madeiras, pneus e fogo, num dos trechos em que atravessa suas terras. As famílias protestavam contra a retirada dos quebra-molas que freavam os carros e facilitavam o trânsito das famílias no território entrecortado pela estrada. Numa das “arrumações” da rodovia realizada pelo Exército a serviço do Dnit, os quebra-molas foram retirados e nenhum tipo de barreira para diminuir a velocidade foi colocada no lugar, fazendo com que atravessar a rodovia para frequentar a escola, ir à igreja do Divino, jogar futebol se tornassem um perigo ainda maior do que o já enfrentado. O bloqueio deu origem a uma reunião na sede da Polícia Rodoviária Federal na cidade de São Luís no mesmo dia. Bloqueios e reuniões estão relacionados há bastante tempo na região à possibilidade de fala e negociação. Encontraram-se às 14 horas numa sala da PRF: representantes do quilombo (trazidos no carro da Polícia Rodoviária Federal de Itapecuru Mirim a São Luís), da PRF, do Dnit, da CPT e do GEDMMA-UFMA.

Na mesa de discussões instalada, duas questões primordiais foram colocadas pelos quilombolas, convidados a iniciar as falas. Seu Elias mencionou a presença antiga da comunidade na região, “anterior” à estrada, afirmando assim o direito

de serem ouvidos e respeitados. Uma tentativa de estabelecer o lugar de sujeitos de direitos dos quilombolas e não mais o de “invasores” que ainda pontuam documentos recentes. A obra também é denunciada em sua pretensão universal, seria um estabelecimento específico (com finalidades) que não podem ser consideradas “maiores” que os direitos quilombolas.

Uma coisa que o Dnit tem que entender é que quando o Dnit passou na nossa comunidade nós já estávamos lá... não foi nós que invadimos a área do Dnit, o Dnit cortou a nossa comunidade, a comunidade é nossa, a terra é nossa, é bom a BR estar lá... é uma via de acesso, agora ninguém diz para nós que o interesse maior aí é o agronegócio... hoje você confere um carro pequeno e cinquenta carretas.. confere dois ônibus e cem carretas... tudo vem para cá... o porto em São Luís...

Nós também não vamos sair assim não, não vamos ser expulsos de nossa área e nem deixar que acabe o nosso território pelo interesse maior, o interesse do Estado... o estado que se vire da maior forma possível e que arranje outro meio de passar as coisas dele... no nosso território tem que ser também do nosso jeito, porque senão não dá certo... o nosso acordo aqui são as lombadas... se as lombadas voltarem... nós não vamos interditar... (Transcrição da reunião, fala do Sr. Elias)

Outra questão levada para a discussão pelos quilombolas foi a necessidade de priorizar a “vida”. Não estavam ali para pedir “um favor”, dizia Dona Maria, mas para exigir o direito a “nossas vidas”. As lombadas e os quebra-molas eram parte de um acordo anterior, quando uma Hilux atropelou uma menina no acostamento.

Nós não estamos aqui pedindo favor, nós estamos aqui reivindicando as nossas vidas. Nós somos vida, nós moramos é ali.... nós queremos pelo amor de Deus pressa. Ele só tinha uma filha, a Hilux pegou ela no acostamento [...]. Aí botaram uma barreira eletrônica ... Agora nós não temos nada... A maior maravilha do mundo [para eles], e para nós só tristeza. (Transcrição da reunião, fala de Dona Maria)

Se depois de décadas de desconsideração e violência, de ausência em registros públicos, é possível sentar numa mesa e exigir a consideração de seus

direitos territoriais perante a um empreendimento, novas formas de relativização ainda são acionadas. “Ouvir, mas não escutar”, garante a impossibilidade do diálogo. As impossibilidades de que a exigência dos quilombolas ressoe nas arenas públicas diante de consensos, é fortemente enunciada também no *blog* Consulta Prévia pela jovem liderança quilombola Zica Pires, depois de sair de uma reunião de discussão da Duplicação da BR-135 no MPF em 2019: “Quando uma pessoa quilombola faz um apelo ancestral – pare de me matar! –, é possível ouvir esse apelo de qualquer lugar, porque se trata de um grito infinito. Mas escutar esse grito não é pra todo mundo. Se fosse, já teriam parado de nos matar há séculos.” Ouvir, segundo a jovem quilombola, não é apenas captar o som, “mas se abrir ao seu significado”.²³

Se a tradução de demandas para alguns recintos a partir de mediadores sociais se constitui num problema; se o silenciamento se compõe como regra do processo; numas das raras situações em que os quilombolas se sentaram na mesa com o Dnit, exige-se que os quilombolas “conversem”. “Conversar” aparece quase como sinônimo de que os quilombolas devem “entender” a duplicação e antônimo de agir bruscamente, como bloquear a passagem. Entender que se trata de algo “maior” e voltar ao seu lugar, parece a medida exigida.

Aquela rodovia não aguenta mais... [...] nós estamos há pelo menos quatro anos tentando dialogar com a comunidade – Dnit e comunidade. [...] eu entendo o que Elias falou... ‘eu já estava lá antes da rodovia’... certo, só que a rodovia está lá agora! E a gente precisa resolver essa situação por conta exatamente do que tu falou agora... eu ando nessa rodovia e não ficou só na superintendência... e vejo exatamente o que você falou, o trânsito de veículos é gigante e nós estamos tentando desde 2017 duplicar a rodovia... vai duplicar o problema, não sabemos... eu tenho certeza de que não... nós vamos amezinhar o problema. [...] Nós temos contratado por decisão judicial, desde 2019, vai fazer 3 anos, para uma empresa fazer exatamente esses estudos e definir a necessidade das comunidades, não é só Santa Rosa, é Cariongo, Fé em Deus... [...] A empresa não consegue, ela chega em Santa Rosa para

²³ Disponível em: <https://consultapreviaquilombola.wordpress.com/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

fazer qualquer tipo de consulta ou qualquer tipo de trabalho, ela é abordada, ela é solicitada que envie um e-mail informado o que vai fazer... para aguardar autorização, a gente aguarda autorização e ela não vem. [...] Então assim, é necessário que a gente se comprometa a resolver o problema [...] quem sofre realmente é quem tá lá... [...] Os carros não vão deixar de passar, porque não tem outro caminho, aqui infelizmente no MA só tem um caminho para chegar a capital... [...] É preciso dialogar, eu digo sinceramente, o Dnit tem tentado demais. [...] A gente não consegue avançar. (transcrição da reunião, fala do representante do Dnit)

As vozes que problematizam, se opõem e portam outros entendimentos, principalmente, que emergem de povos e comunidades tradicionais, quando não estão completamente ausentes de determinados espaços, são geralmente inaudíveis ao dividirem as salas. O silenciamento ou a desqualificação de uma pluralidade de vozes que ecoam em distintos espaços, mas não são ouvidas, talvez seja a estratégia mais eficaz das estruturas da colonialidade que operam na justificação dos projetos desenvolvimentistas e estejam fortemente enraizadas no presente colonial de desqualificação de pessoas, projetos e lugares.

Considerações finais

A extensa territorialidade negra da região de Itapecuru Mirim, constituída nos séculos XVIII e XIX, passou a ser atravessada e ameaçada por um Corredor Logístico de transporte de *commodities* agrícolas e minerais para exportação, a partir da década de 1950. A perspectiva desenvolvimentista (Escobar, 1996; Esteva, 2000), como um importante dispositivo de poder colonialista, produz a percepção do avanço de empreendimentos de exploração como melhor destino para região, sem instalar o debate. Num cenário consensual a respeito da importância das atividades econômicas, a reivindicação de direitos territoriais específicos das comunidades negras é constantemente desconsiderada ou relativizada.

A rodovia avança em discursos, nas obras e nas decisões políticas e judiciais, silenciando e invisibilizando as territorialidades negras. A duplicação da

rodovia nesta região, e anos antes da ferrovia, é operada com a colocação de placas em árvores (indicando que vai ser cortada), nos canteiros de obras, na retirada de quebra-molas, na chegada de funcionários solicitando assinaturas em papéis, na chegada de novos fazendeiros, no entupimento de igarapés, na retirada de casas. A existência no mundo de papel, a visibilidade institucional que a questão quilombola ganhou a partir das lutas negras, não se traduz facilmente em proteção do Estado no chão do território, quando envolve empreendimentos ligados à exportação de *commodities*, principalmente, com o avanço da fronteira da soja. E não parece permitir um alargamento da arena pública, uma distância dificilmente transponível permanece, continua a ser alimentada, entre o lugar dos acontecimentos e a representação no mundo dos papéis.

O universo do conflito envolvendo grandes empreendimentos, como estruturas construídas em “nome do progresso” sobre povos, não possibilita a afirmação de nenhum compromisso com os grupos. É possível pensar o reconhecimento da territorialidade quilombola, amparada pelo Direito brasileiro após 1988, como uma afirmação jurídica que permite claramente uma mudança nas concepções de apropriação territorial envolvendo grupos negros no Brasil. No entanto, como problematizam Gomes e Cunha (2007), para o contexto da libertação dos escravos no final do século XIX, possivelmente a lógica dessa mudança “esteja muito mais próxima da conquista, do convencimento e da contínua produção de interpretações outras, por meio das quais a crença no estatuto jurídico igualitário seja possível” (no caso, do reconhecimento da forma específica de apropriação territorial e de produção da vida seja possível), e ainda complementaríamos, das muitas lutas.

Desde 2017, lideranças de comunidades quilombolas de Itapecuru Mirim, Santa Rita, Anajatuba e Miranda questionam e denunciam fortemente o projeto de duplicação da Rodovia BR-135 no Maranhão, pelas irregularidades cometidas nos processos de licenciamento e pela própria finalidade das obras. A rodovia construída na década de 1940 é um importante caminho “por terra” a ligar o interior do estado à ilha de São Luís e está no cerne de uma série de transformações que marcam o lugar. Segundo Libânio Pires, a estrada amparou a chegada das fazendas, o carregamento dos trilhos para a construção das

ferrovias Carajás, os linhões de energia, ou seja, todas as “mazelas” que acompanharam os projetos desenvolvimentistas instalados e que estão no cerne da perda de terras, dos problemas ambientais, de conflitos envolvendo a expansão de empreendimentos e os territórios negros.

A estrada se constitui menos em “caminho” para os quilombolas e mais em realidade da pressão por transformações que sofrem os territórios negros, vivenciada desde os primeiros picos e com conotações dramáticas mais recentemente, quando começa a ser duplicada. Na *live* realizada com mulheres quilombolas pelo Instituto de Assessoria as Comunidades Remanescentes de Quilombo (Iacoreq), Anacleto Pires falou que a pandemia da Covid-19 precisava trazer uma face de alerta, que apenas a abertura do espaço público às vozes que constantemente se perdem no ruído estrondoso poderia provocar: “A gente ouve as pessoas às vezes dizendo o mundo parou, o mundo não parou, o mundo silenciou... Se você não faz silêncio no espaço vivido, você não vai conseguir ouvir o que estão falando para você, seja o humano, seja o papel, seja a nossa natureza...”.²⁴ Marras (2021) também coloca uma questão que se agrega à provocação de Dona Ana quando pergunta pelas “motivações dessa surdez tão generalizada que impede ouvir as vozes ditas naturais” (Marras, 2021, p. 39). Ouvindo atentamente este chamado para a escuta, é possível pensar que a constante produção de consensos em torno da soja e das logísticas e os silenciamentos provocados pelas lutas dos quilombolas talvez seja a chave para pensar a colonialidade persistente. O barulho das obras continua projetando um “futuro” único e ensurdecendo os lugares, que vozes quilombolas não cansam de denunciar e apontar as arbitrariedades.

²⁴ PIRES, Anacleto. Fala proferida na *live*: “Mulheres quilombolas: olhares femininos e vozes de resistência”, realizada pela ONG Iacoreq no dia 25 de julho de 2020. Disponível em: www.facebook.com/moderador.iacoreq/videos/3216109425117110. Acesso em: 25 jul. 2020.

Referências

- AGUIAR, Diana. *Dossiê crítico da logística da soja: em defesa de alternativas à cadeia monocultural*. Rio de Janeiro: FASE, 2021.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás, a guerra dos mapas: repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?”*, 1993.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA-UFMA, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: DELGADO, Nelson Giordano (Coord.). *Brasil rural em debate: coletânea de artigos*. Brasília: Condraf/MDA, 2010. p. 104-136.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SÁ MOURÃO, Laís. *Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo*. Manaus: UEA Edições, 2017.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MARIN, Rosa Acevedo. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi; CASTRO, Edna; VEJMEKKA, Marcel (Orgs.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.
- ASSELIN, Victor. *Corrupção e violência em terras do Carajás*. Imperatriz: Ética, 2009.
- CPT – Comissão Pastoral da Terra. *Conflitos de Terra no Brasil – Comissão Pastoral da Terra, 1985*. [S.l.]: CPT, 1985. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=266&catid=41&m=0>. Acesso em: 2 jan. 2024.
- DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. *Maloca Revista de Estudos Indígenas*, Campinas, v. 2, p. e019011, 2020.
- GISTELINCK, Frans. *Carajás usinas e favelas*. São Luís: Gráfica Minerva, 1988.
- ESCOBAR, Arturo. *La invención del tercer mundo: construcción y desconstrucción del desarrollo*. Barcelona: Grupo Editorial Norma, 1996.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução de Vera Lúcia Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
- GOMES, Flávio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Quase cidadão – histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina*. Buenos Aires: Clacso; Niterói: UFF, 2021.
- IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. *Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro*. [S.l.]: Ibase, 1982.

- LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. *Perspectivas latinoamericanas*. In: LANDER, Edgardo (Org.). Colección Sur Sur. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 21-53.
- MARRAS, Stelio. O Vozeria da pós-verdade e suas ameaças civilizacionais. In: MARRAS, Stelio *et al.* *Vozes Vegetais: diversidade, resistências e histórias da floresta*. São Paulo: Ubu, 2021.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. Uma nova forma de fazer história: os direitos às terras de quilombo diante do projeto modernizador de construção da Nação. In: OLIVEIRA, Oswaldo Martins (Org.). *Direitos quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: ABA, 2016. p. 257-274
- OVIEDO, Antônio; LIMA, P. Willian; SOUZA, Francisco das Chagas. As pressões ambientais nos territórios quilombolas no Brasil. [S.l.]: Instituto Socioambiental; Conaq, 2024. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/mais-de-98-dos-territorios-quilombolas-no-brasil-estao-ameacados>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- POMPEIA, Caio. 'Agro é tudo': simulações no aparato de legitimação do agronegócio. *Revista Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 26, n. 56, p. 195-224, 2020.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 3-5.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. Vida de Negro no Maranhão: uma experiência de luta, organização e resistência nos Territórios Quilombolas. *Coleção Negro Cosme*, v. IV. São Luís: SMDH/CCN-MA/PVN, 2005.
- PROJETO VIDA DE NEGRO. Terras de Preto no Maranhão: quebrando o mito do isolamento (Levantamento Preliminar em 1988/1989 da situação atual das chamadas 'Terras de Preto' localizadas no estado do Maranhão.) *Coleção Negro Cosme*, v. III. São Luís: SMDH/CCN-MA/PVN, 2002.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Manuel de (Eds.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SÁ, Laís Mourão. *O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luís: Edufma, 2007.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29. n. 77, p. 281-294, 2016.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; PEREIRA, Carla Regina Assunção; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais no Maranhão. *Teoria e Sociedade*, Belo Horizonte, p. 94-113, 2010.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *In: Movimientos socioambientales en América Latina*, n. 32. [S./l.]: Clacso, 2012.

Como citar

BRUSTOLIN, Cíndia. Corredor logístico, expansão de fronteiras coloniais e territorialidades quilombolas no Maranhão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432209, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st05.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Comunidades ribeirinhas amazônicas: dinâmicas territoriais e conflitos na calha do rio Madeira

Amazon riverside communities: territorial dynamics and social
conflicts in the Madeira River Valley

 **João Maciel de Araújo**¹  **Luciane Silva da Costa Marinho**²
 **Rita Clara Vieira da Silva**³

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st06

Resumo: O artigo busca refletir sobre as dinâmicas territoriais e as formas tradicionais de uso dos recursos naturais por comunidades ribeirinhas da Calha do Madeira, diante do processo de expansão do agronegócio no Sul do Amazonas, tomando como base a década que compreende o período de 2013 a 2023. Esta pesquisa, de abordagem qualitativa, utilizou os pressupostos metodológicos da pesquisa-ação que busca compreender a realidade a partir do envolvimento e das visões de mundo dos sujeitos sociais pesquisados. O trabalho de campo foi realizado nas comunidades ribeirinhas Paraíso Grande, Paraisinho e Santa Rosa, localizadas no município de Humaitá (AM), região do médio rio Madeira. A coleta de dados deu-se por meio da realização de

¹ Docente no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam). Doutorado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: joaomaci@hotmail.com.

² Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: marinho.sociais@gmail.com.

³ Mestrado em História da Amazônia pelo Programa de Pós-graduação em História da Amazônia da Universidade Federal de Rondônia (PPGHAM/Unir). E-mail: ritaclavieira@gmail.com.

oficinas, entrevistas abertas, conversas informais e observações diretas por meio da participação em reuniões das associações das referidas comunidades e outras situações ocasionais. Os levantamentos bibliográficos e documentais sobre as ações do Estado evidenciaram políticas e processos de gestão territorial que visam atender aos interesses dos agentes do desenvolvimento econômico a partir de atividades de base agropecuária e florestal nesta região da Amazônia Ocidental, como a proposição da Zona de Desenvolvimento Sustentável de Abunã-Madeira. Concluimos que as políticas públicas e o entusiasmo de agentes políticos expressam a priorização dos organismos de Estado para o avanço de empreendimentos agropecuários de grandes extensões e outros projetos de desenvolvimento no sul amazonense, que restringem o acesso a terra e a recursos naturais, agravando ainda mais a insegurança fundiária, territorial e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais da Calha do Madeira.

Palavras-chave: comunidades tradicionais; Amazônia; desenvolvimento; conflitos.

Abstract: This article reflects on the territorial dynamics and traditional forms of using natural resources by riverside communities in the Madeira River Valley as agribusiness expands in southern Amazonas state, focusing on the ten-year period from 2013 to 2023. This qualitative research utilized the methodological assumptions of action research that seeks to understand reality based on the involvement and worldviews of the social subjects under study. The fieldwork was carried out in the riverside communities of Paraíso Grande, Paraisinho and Santa Rosa, located in the municipality of Humaitá (AM), region of the Middle Madeira River. Data was collected through workshops, open interviews, informal conversations and direct observations via participation in meetings of associations in these communities and other situations. Bibliographical and documentary surveys on government actions highlighted territorial management policies and processes intended to serve the interests of economic development agents through agricultural and forestry activities in this region of the Western Amazon, such as the proposed Abunã-Madeira Sustainable Development Zone. We conclude that public policies and enthusiasm from political agents express government priorities for advancing large-scale agricultural enterprises and other development projects in southern Amazonas that restrict access to land and natural resources, further aggravating land and territorial insecurity and threatening traditional ways of life for the people and communities of the Madeira River Valley.

Keywords: traditional communities; Amazon; development; conflicts.

Introdução

Na Amazônia, as queimadas têm relação direta com o desmatamento. O fogo é utilizado para “limpar” o solo desmatado que passa a ser utilizado para o cultivo agrícola e a formação de pastagens para a pecuária bovina de corte na forma extensiva. Segundo dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), dos dez municípios da Amazônia Legal com maior área sob alerta de desmatamento em 2023, quatro estão no Sul do estado do Amazonas, incluindo Humaitá.

O avanço recente da fronteira agrícola para a produção de grãos na região Sul do Amazonas é considerado, por agentes políticos e empresariado local e de outras regiões, como uma potencial matriz econômica do estado. Este discurso é propagado desde os anos 1990 (Lima, 2008), mas inegavelmente foi revigorado a partir do ano de 2019, em razão da conjuntura política nacional (Oliveira, 2021). Dentre os municípios da Calha do Madeira, Humaitá destaca-se por possuir uma dinâmica territorial incentivada para o mercado de *commodities* e a expansão do agronegócio, mediante investimentos públicos e privados, como o projeto de infraestrutura do governo estadual, o “cinturão da soja”, inaugurado em 2022. Existe ainda o Projeto Zagaia, protocolo assinado entre o governo do estado do Amazonas para a construção e implantação de um polo industrial e agrotecnológico em Humaitá.

Situado às margens do rio Madeira, no entroncamento das rodovias BR-319 (Manaus-Porto Velho) e BR-230 (Transamazônica), o município de Humaitá consolidou-se como o maior produtor de grãos do estado nos últimos cinco anos. Quando considerada uma porção do território de Canutama, recortado pela BR-319 no trecho entre Porto Velho e Humaitá, as áreas mecanizadas com monocultivo de soja nesta região do Amazonas saíram de praticamente zero em 2018 para 2.500 hectares em 2019, alcançando um pouco mais de 5.500 hectares em 2022 (dados da Produção Agrícola Municipal do IBGE). Parte substancial dos estabelecimentos onde se cultiva o grão, recebe apoio de crédito do Banco da Amazônia por meio do Fundo Constitucional do Norte (FNO), conforme indicam as placas afixadas em seus portões de entrada. O rio Madeira é a segunda mais importante hidrovia da região Norte, sendo esta

vital para o transporte de grãos e outras mercadorias, ficando atrás somente da hidrovia do rio Amazonas. A partir de 2021, uma conhecida empresa do ramo agropecuário e logístico passou a operar um porto rodofluvial graneleiro no município, escoando também parte da produção de Rondônia. Assim como as fazendas que cultivam soja, a empresa teve incentivo por meio de créditos e benefícios fiscais tanto na infraestrutura das instalações quanto nas operações.

Na mesorregião tem destaque também a pecuária bovina de corte, difundida a partir da malha rodoviária composta por duas rodovias federais e uma densa rede de vicinais abertas e mantidas tanto pelo poder público quanto privado. Como resultado do trabalho dos órgãos estaduais de fiscalização sanitária animal, coordenado a partir dos interesses dos pecuaristas, em agosto de 2020, 13 municípios do Amazonas foram reconhecidos pelo Ministério da Agricultura e Organização Mundial da Saúde Animal como área livre de aftosa sem vacinação, aumentando as perspectivas de ampliação de mercados. Todos os municípios do Amazonas com territórios situados no eixo da Transamazônica foram contemplados pela medida, o que, segundo a própria Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (Adaf), teria impulsionado o aumento de 9,5% no quantitativo do rebanho em 2020, com especial destaque para o distrito de Santo Antônio do Matupi que, embora situado no município de Manicoré, mantém laços comerciais com Humaitá e Porto Velho (RO).

Existem áreas protegidas como Terras Indígenas e uma Floresta Nacional – Flona. A Flona de Humaitá é a primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável autorizada para concessão florestal no Amazonas, com estimativa para que sejam retirados 104,5 mil m³ de madeira em tora por ano, conforme o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). O processo de leilão e contratação da empresa ganhadora do certame foi concluído em 2023, sob a expectativa do estabelecimento de algumas medidas compensatórias, ante das restrições de uso dos recursos naturais e circulação de comunidades tradicionais nas áreas incluídas no Plano de Manejo.

Diante deste cenário econômico e das assimetrias históricas entre os diferentes agentes imbricados aos processos a ele relacionados, a pesquisa que

gerou este artigo buscou investigar os efeitos e impactos sobre os modos de vida dos povos indígenas e populações tradicionais, mediante estratégias [recentes] de desenvolvimento que legitimam a “invenção” de regiões territoriais que atendem às reivindicações do setor agropecuário, como é o caso da proposta de criação da Zona de Desenvolvimento Abunã-Madeira/Amacro.

Este artigo também teve o objetivo de refletir sobre as dinâmicas territoriais e as formas tradicionais de uso dos recursos naturais das comunidades ribeirinhas do rio Madeira, perante a este processo de territorialização do agronegócio no Sul do Amazonas. Logo após a exposição dos aspectos metodológicos utilizados na pesquisa, a seguir, descrevemos e discutimos na Seção 2 as especificidades da vida ribeirinha, com base em nossa pesquisa nas comunidades Paraíso Grande, Paraisinho e Santa Rosa, localizadas em Humaitá. Neste sentido, a seção busca oferecer elementos que permitam compreender os modos de produção, territorialidades e os conflitos sociais que conformam as estratégias de reprodução social destas comunidades diante da pressão sobre os territórios e modos de vida.

Nas seções seguintes, mapeamos os argumentos que permeiam os discursos de uma “Amazônia globalizada” nos projetos de desenvolvimento econômico, nas ações do Estado e outros grupos socioeconômicos no Sul do Amazonas, considerando os diferentes momentos que se sucederam na produção histórica desta região, conforme abordado na Seção 3. Em continuidade, na Seção 4, buscamos dar relevo ao município de Humaitá, considerado o projeto-piloto para as ações da ZDS Abunã-Madeira. Passamos então à identificação e à discussão de algumas consequências do estímulo do Estado e seu ideal de produção agropecuária em larga escala para a região, enfatizando a existência dos diferentes agentes no meio agrário e os reflexos dessas políticas e discursos sobre a estrutura fundiária regional. Dessa forma, recorreremos a conceitos de fronteiras, comunidades e territórios que aportaram à pesquisa.

Por fim, nas considerações finais, falamos resumidamente sobre os impactos da promoção e implantação de diferentes categorias de gestão territorial do Estado para as comunidades ribeirinhas amazônicas, entre 2013 e 2023. E se

esses “territórios inventados” têm provocado mudanças nas formas tradicionais de uso dos recursos naturais nos “beiradões”, denominação das territorialidades tradicionais onde estão localizadas as comunidades ribeirinhas da calha do Madeira.

Aspectos metodológicos

Este trabalho expressa resultados parciais de uma pesquisa que engloba casos de comunidades ribeirinhas situadas nos vales dos rios Madeira e Purus. Conforme mencionado, esta região está sob influência da iniciativa Amacro. Em dezembro de 2021, a Amacro foi introjetada ao governo federal, envolvendo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Ministério do Desenvolvimento Regional, sendo denominada em instâncias oficiais como Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã/Madeira. Seu lançamento se deu com a presença do então vice-presidente Hamilton Mourão e dos governadores dos três estados, num evento em Porto Velho/RO. Inspirada no modelo da região Matopiba, esta seria uma área para intensificação de incentivos governamentais aos empreendimentos agropecuários de grande porte, num território correspondente 454.220 km², abrangendo 32 municípios localizados no Noroeste de Rondônia, Sul do Amazonas e Leste do Acre. Embora não tenha sido editado o Decreto da efetiva criação da ZDS Abunã-Madeira, os agentes do agronegócio seguem mobilizados em prol de sua causa.

As comunidades que constituem o *lôcus* empírico da pesquisa foram definidas a partir de critérios de acessibilidade (distância da cidade e custos de deslocamento) e através de inserção pré-exploratória, por meio de visitas aos municípios de Humaitá, Lábrea e Boca do Acre, para a realização de entrevistas e reuniões com agentes institucionais de assessoria a organizações de ribeirinhos (Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Ribeirinha). Especificamente para o recorte empírico aqui considerado, os primeiros contatos com as comunidades ribeirinhas se deram mediante reuniões realizadas pelas próprias associações

comunitárias de cada comunidade e/ou pelas intermediações da Pastoral Ribeirinha de Humaitá.

Este artigo trata dos dados coletados na região do rio Madeira, nas comunidades Paraíso Grande, Paraisinho e Santa Rosa, no município de Humaitá. Seguindo os pressupostos da pesquisa-ação (Brandão; Borges, 2009), entre as técnicas empregadas na pesquisa estão atividades de reuniões comunitárias. Essas atividades que foram iniciadas em março de 2023 e com previsão de término em novembro de 2024, promovem a reflexão acerca da conjuntura e a proposição de medidas para contornar as dificuldades percebidas pelos diferentes atores em cada comunidade. A pesquisa encontra-se em seu último semestre de execução.

Conforme se perceberá ao longo do trabalho, grande parte dos dados apresentados deriva de depoimentos dos moradores das comunidades. Foram realizadas entre 4 e 5 entrevistas individuais e comunitárias. Dentre esses participantes, destacam-se lideranças, moradores mais antigos de ambos os sexos e representantes da juventude. As entrevistas foram realizadas com perguntas abertas por meio da equipe de pesquisadores que organizaram as reuniões comunitárias, bem como os encontros entre comunitários e pesquisadores que também ocorriam na sede da cidade. Todavia, a técnica de coleta de dados que fornece a maior parte dos dados aqui apresentados foi feita a partir de um conjunto de reuniões que surgiram tanto de entrevistas individuais como de reuniões realizadas para a elaboração do Diagnóstico Comunitário. O Diagnóstico Comunitário consiste em dois instrumentos de levantamento de informações. Um com informações socioeconômicas, políticas, culturais, ambientais de cada comunidade, constando a coleta de dados individualizados por meio de um formulário com perguntas acerca das atividades produtivas e condições materiais de vida das famílias. O outro instrumento se dá por meio de uma oficina comunitária, na qual, através de atividades participativas, os moradores produzem cartazes para expressarem visualmente as informações sobre a realidade na qual estão inseridos coletivamente.

Figura 1 – Trabalho em grupo para produção de Mapa da Comunidade, durante Oficina de Diagnóstico para o PDC – Comunidade Paraíso Grande



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

As informações básicas expressadas nos cartazes produzidos são sobre a Linha do Tempo da Comunidade, Mapa Comunitário, Rede de Parentesco, Calendário Comunitário Anual e Diagrama de Relações Institucionais. A produção, visualização e discussão sobre estes instrumentos permitem a extração de dados e a reflexão coletiva dos moradores a respeito de mudanças e continuidade de vários aspectos do espaço social no qual estão inseridos. Um exemplo é o Calendário Comunitário Anual, que ao listar o desenvolvimento de várias atividades distribuídas ao longo do ano, revela as alterações ocorridas na forma de organização da produção e emprego do trabalho de uma geração a outra. Ou ainda, o Mapa Comunitário, que ao demonstrar a disposição das áreas utilizadas para a pesca ou coleta de produtos extrativos (castanha, açaí, madeira para uso doméstico, entre outros), revela que no período de uma década houve

uma considerável redução do espaço geográfico no qual transitavam com segurança.

Para esta comunicação, foram também consultados bancos de dados de órgãos governamentais, por exemplo, o portal de acervo fundiário do Incra, o Deter do Inpe, relatórios do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (Idam). Tais órgãos possuem livre acesso através da internet, sendo que são complementadas e checadas as informações relativas ao objeto da pesquisa. De igual forma, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito da região e suas populações.

É importante salientar que o projeto que originou os dados discutidos neste estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Ifam, em abril de 2023, sob o Parecer nº 6.029.869. Portanto, os dados oriundos do desenvolvimento da pesquisa com seres humanos, neste caso, as populações tradicionais ribeirinhas amazônicas, são legais e respaldados por tal órgão responsável por mensurar os impactos do contato entre pesquisadores e seres humanos, isto é, os sujeitos da pesquisa.

Ao final da pesquisa, prevista para novembro de 2024, será dada publicidade aos Planos de Desenvolvimento Comunitário (PDC) formulados em cada comunidade participante. O PDC é um instrumento técnico de apresentação de informações sociodemográficas, econômicas e territoriais, assim como das diretrizes para a ação governamental, formuladas na colaboração entre comunidade e pesquisadores. Sendo assim, alinha-se, portanto, com os pressupostos da metodologia de pesquisa-ação (Brandão; Borges, 2009), uma vez que pretende alterar a realidade, solucionando o que os sujeitos entendem por indesejáveis. Cada PDC foi organizado mediante dados coletados nas oficinas que foram realizadas durante a pesquisa. Nele, constam a história de organização da comunidade, a sua fundação até os dias atuais, as principais demandas em relação ao trabalho, saúde, educação, direitos dos comunitários com o poder público. Complementarmente, constam dados secundários para o diagnóstico, que foram levantados em órgãos como o IBGE.

No passado ‘Soldados da Borracha’, no presente ‘arrendatários’: o modo de vida dos ribeirinhos das comunidades Paraíso Grande, Paraisinho e Santa Rosa

As comunidades ribeirinhas Paraíso Grande, Paraisinho e Santa Rosa estão localizadas às margens do rio Madeira e próximas à sede do município de Humaitá. Situadas na área rural ribeirinha, o acesso às comunidades pode ser através dos meios de transporte fluvial (barcos, lanchas e canoas), com duração que vai desde alguns minutos até a algumas horas, dependendo da embarcação utilizada. É possível chegar às áreas de florestas, lagos e igarapés considerados pertencentes aos “territórios de uso” das comunidades Paraíso Grande e Paraisinho, por via terrestre através da BR-230 (Transamazônica, trecho Humaitá-Apuí) e pela BR-319 (trecho Humaitá-Manaus), via localidade Puruzinho para chegar à comunidade Santa Rosa. De acordo com as lideranças comunitárias, estes acessos são mais difíceis, porém, são utilizados por pessoas de fora da comunidade.

Paraisinho é a comunidade ribeirinha mais próxima do perímetro urbano. Ela possui moradias estabelecidas na margem oposta, ou seja, à margem direita, praticamente em frente à orla e ao porto fluvial da cidade de Humaitá. Paraíso Grande também está situada à margem direita, porém, subindo o rio Madeira em direção a Porto Velho. Já Santa Rosa fica à margem esquerda descendo o rio Madeira em direção a Manaus. Essas duas últimas comunidades, embora em direções opostas, possuem quase a mesma distância de Humaitá. A viagem em lancha do tipo “voadeira” com motor de média potência tem o tempo de duração da viagem entre a cidade e Paraíso Grande.

A Comunidade Paraíso Grande possui 33 moradias (casas/domicílios) e 40 famílias. A Comunidade Paraisinho tem 28 moradias e 40 famílias. Por último, a Comunidade Santa Rosa conta com 34 moradias e 42 famílias. Neste trabalho, o termo “família” designa a “família conjugal”, isto é, um conjunto de pessoas organizadas a partir de uma união matrimonial (nem sempre na forma do código civil ou nos termos religiosos) reconhecida pela comunidade, o que impõe a seus membros a expectativa de atendimento a certos padrões de comportamento, direitos e obrigações. Há moradias que abrigam mais de uma família, situação comum nas comunidades ribeirinhas amazônicas, mas nas

supracitadas, dentre outros motivos, este fato relaciona-se com a insegurança jurídica no reconhecimento de posse da terra onde vivem. Abordaremos essa questão mais adiante no presente texto. As casas estão distribuídas na “territorialidade” de cada comunidade ribeirinha, dispostas lado a lado e com a fachada voltada para o rio. Comum às três comunidades, destacamos a eletrificação rural, a existência de um sistema de distribuição de água (caixa d’água central e tubulação para boa parte das casas/água encanada), um campo de futebol e uma Igreja Católica.

Paraisinho não possui escola desde 2014, ano de uma das maiores enchentes do rio Madeira. No entanto, esta comunidade possui uma sede comunitária onde são realizadas as reuniões da Associação dos Agricultores do Paraisinho (AAP). Além das reuniões supracitadas, também ocorrem atividades festivas da comunidade e a celebração chamada de “Dia Alegre”, em comemoração ao início do festejo anual da Imaculada Conceição na Catedral de Humaitá, no mês de dezembro. Na comunidade Santa Rosa não existe sede comunitária e a Associação da Comunidade, criada no ano 2000, interrompeu o seu funcionamento em 2014, devido ao extravio da documentação em razão da grande cheia. As reuniões comunitárias geralmente ocorrem na Escola da Comunidade. Paraíso Grande conta com o funcionamento da Associação dos Produtores do Paraíso Grande (Apropag) e no local onde era a sede da comunidade, em 2017 foi construída uma escola, onde na atualidade acontecem as reuniões comunitárias.

A enchente do rio Madeira (2014)

“O número de famílias vivendo na comunidade já foi maior”, comenta o professor José Francisco, explicando que algumas famílias não reconstruíram suas casas após a sua destruição causada pela enchente de 2014, na comunidade Paraíso Grande. Foi o caso dos seus pais, que conseguiram comprar um terreno na localidade do Igarapé do Beem e se mudaram da comunidade para a cidade. Fato que não interferiu no sentimento de pertencimento à comunidade e não os impede de participarem das ações da comunidade e das reuniões mensais da Associação dos Produtores do Paraíso Grande (Apropag).

Para as três comunidades investigadas, a enchente do rio Madeira de 2014 foi um marco divisor no modo de produção e na vida das comunidades ribeirinhas. Momento lembrado pelas lideranças comunitárias com tristeza e medo, sobretudo, quando as suas moradias, a escola, as suas plantações e os seus cultivos foram completamente perdidos e inundados. A subida das águas neste episódio trouxe prejuízos imensuráveis e muitas dificuldades não contornadas até o presente. As seringueiras morreram. Chegou uma espécie de aterro (sedimento) que poluiu a área dos açais e por cinco anos foi observado que árvores morreram. O repique, movimento de elevação e redução relativamente repentinos do nível do rio e que acontecia duas vezes ao ano, não ocorre mais, como contam a senhora Deuci e o senhor Francisco, ambos da Comunidade Paraíso Grande.

“Foi um momento de grande perda dos plantios, muitas famílias tiveram que se abrigar na cidade”, comenta o senhor Evandro (Comunidade Santa Rosa). As famílias ribeirinhas ficaram desabrigadas e tiveram que abandonar suas comunidades. A maioria teve que ir para a casa de parentes na cidade ou ficou em abrigos improvisados pelo poder municipal. Outras famílias, durante meses, moravam em suas balsas de garimpo, utilizadas como casas flutuantes até as águas do rio Madeira baixarem.

A dinâmica enchente, cheia, vazante e seca do rio Madeira estabelece as formas de reprodução social dos ribeirinhos e regula a vida dos povos e comunidades tradicionais amazônicas. Segundo relatos de ribeirinhos mais idosos das áreas de estudo, os “ensinamentos” aprendidos com seus pais e por eles transmitidos para seus filhos e netos, consistiam em afirmar que a cada quatro anos poderia ocorrer uma enchente. Este era o ritmo esperado para o preparo e plantio da terra e definição das atividades de trabalho familiar. Todavia, o comportamento do rio foi alterado, já que, em grande medida, o volume de água que percorre seu leito na região geográfica onde estão as comunidades, depende da vazão das comportas do sistema de barragens das Usinas Hidrelétricas localizadas em Rondônia.

Com a instalação das Usinas Hidrelétricas (UHE) em Porto Velho e a abertura das comportas destas no ano de 2014 e mesmo as comunidades ribeirinhas de Humaitá não estando localizadas no entorno deste

empreendimento, neste caso, a uma certa distância, ainda assim, seus territórios foram atingidos. O descontrole, a mudança de orientação e o aumento do volume das águas do rio de modo rápido e inesperado causaram mudanças que desestruturaram todos os sistemas sociais das comunidades da calha do Madeira.

Territorialidade ribeirinha e conflitos sociais

Em Paraíso Grande, Paraisinho e Santa Rosa, são os processos de ocupação dos territórios e a ancestralidade das famílias ribeirinhas que delimitaram sua territorialidade e consequentemente os seus limites. Por meio do exercício de mapeamento do uso dos recursos naturais construídos pelos ribeirinhos em bases metodológicas da cartografia social, durante as oficinas promovidas para o levantamento de dados para o embasamento da formulação do diagnóstico para os PDCs, foi possível compreender esses territórios e suas abrangências, mas também foi evidenciado como certos limites espaciais têm sido redimensionados pelo uso exploratório dos recursos naturais e conflitos sociais por pessoas que não são das comunidades.

O lago Redondo e o lago dos Reis, até o igarapé Repartimento, foram citados no mapa da comunidade Paraíso Grande como áreas de uso comum para pescar, plantar banana e retirar açaí, principalmente na área denominada pela comunidade de “terra alta”. Próximo a área do lago dos Reis, com acesso pela BR-230, foi relatado que existem conflitos de terra, em virtude de um processo de arrendamento para o qual, segundo informado por esses “arrendatários” de fora da comunidade, possuiriam anuência do Incra. Os ribeirinhos dizem que não se sabe até onde a informação do suposto arrendamento pelo Incra é verdadeira. Todavia, lotes foram demarcados em torno do lago dos Reis e estas áreas e recursos naturais, que antes a comunidade Paraíso Grande e outras comunidades ribeirinhas vizinhas utilizavam como local de pesca ou para a retirada de açaí e outros recursos florestais, diante das ameaças e dos conflitos de terra, não são mais utilizados.

No mapa da comunidade Paraisinho, os ribeirinhos indicaram que utilizam os lagos Redondo de Baixo e Paraisinho e seus arredores, próximos ao fundo da

comunidade, para pescar e retirar açaí. Nossos interlocutores comentaram que nos últimos dois anos, a comunidade não coleta mais açaí nos arredores dos lagos Redondo e Paraisinho, na porção da margem acessível por meio da BR-230. Isso ocorreu, pois ribeirinhos da comunidade chegaram a ser ameaçados por pessoas que em tempos recentes se estabeleceram às margens do dito lago, apropriando-se das áreas e interditando seu acesso.

Outros lagos, como o lago da Bolívia e o lago dos Reis, eram considerados, há mais ou menos 10 anos, também parte da comunidade Paraisinho. Todavia, nos últimos anos, com a chegada das “pessoas de fora”, as famílias da comunidade evitam transitar por essas áreas por medida de segurança, em razão dos frequentes conflitos e ameaças, considerados um risco de morte em consequência de algumas situações, conforme os ribeirinhos entrevistados relataram.

As “pessoas de fora”, que os comunitários identificam como vindos do Distrito de 180 – Santo Antônio do Matupí, foram se instalando nessas áreas que antes eram consideradas pelas comunidades como sendo de uso comum. No caso do lago dos Reis, essa classificação tanto era feita por moradores de Paraíso Grande quanto de Paraisinho que por lá transitavam. As “pessoas de fora” são consideradas “invasoras” e “predadores” pelos ribeirinhos. Em oposição, os “de dentro”, embora este termo não seja utilizado com frequência, são aquelas pessoas percebidas como as que ocupam ou descendem das que ocuparam essas áreas desde a época da exploração da borracha nos antigos seringais. Neste sentido, embora sendo de comunidades diferentes, entre os moradores de Paraíso Grande e Paraisinho, neste caso percebem-se como uma só comunidade “de dentro”.

Antes de passarmos à discussão sobre as consequências da redução do espaço compreendido como territórios de uso das comunidades, prosseguimos falando brevemente a respeito da discussão sobre quem é percebido como fazendo parte da comunidade, portanto, “de dentro”, desta feita, para salientar que a comunidade não constitui uma formação sociocultural e espacial fechada em si, mas é compreendida como fluxo organizado de pessoas (Vincent, 1987). Conforme mencionado anteriormente, estas comunidades têm muita proximidade de Humaitá e algumas pessoas, cuja única residência é aí

estabelecida, mantêm fluxos diários de mobilidade e intercâmbios sociais e comerciais. Este é o caso de crianças e jovens da comunidade Paraisinho que frequentam escolas situadas na cidade de Humaitá.

Outra situação a considerar é a de uma geração de jovens adultos que mantêm moradia na cidade de Humaitá, onde estudam e trabalham (no comércio, serviço público, entre outros), mas que cultivam os vínculos de participação ativa na vida comunitária, seja por meio da cooperação relacionada ao trabalho com a família da qual descendem (trabalhando nas roças esporadicamente, anunciando e intermediando a comercialização da produção agrícola e de pesca proveniente da comunidade etc.), seja pela participação nos momentos anuais de celebração e lazer promovidos na comunidade. Estas pessoas se posicionam como sendo “de dentro” e assim são reconhecidas por aquelas que têm moradia fixadas nas comunidades. Esta configuração nos remete à análise feita por Comerford (2015) que, ao estudar comunidades camponesas na Zona da Mata Mineira, se deparou com a gestão de redes de translocais de famílias e parentesco distribuídas entre as comunidades, pequenas cidades da região e até grandes cidades distantes das localidades.

Voltando à questão da redução espacial do território de uso, em razão das restrições causadas pela ocupação recente de algumas áreas antes de acesso franqueado, esta mudança na territorialidade ribeirinha impacta diretamente no modo de produção e consequentemente na comercialização dos produtos agroflorestais da comunidade. Coercitivamente, inicia-se uma reorganização espacial dos sistemas produtivos das comunidades. Nos terreiros, além das culturas temporárias, têm sido plantadas as culturas permanentes como o cacau, a banana e o açaí. Para a coleta do açaí nativo, como a comunidade tem sido impedida de utilizar as áreas que iam antes, na época de seus pais, foi preciso pensar em outras estratégias. Nas comunidades Paraisinho e Paraíso Grande, perante o recuo forçoso de seus territórios, uma alternativa que surge é o plantio de mudas de açaí para mais próximo de suas casas, ou seja, nos seus terreiros, demonstrando assim uma tentativa de evitar confrontos com as pessoas “de fora” que se dizem autorizadas pelos ditos “donos da terra” da área de conflito citada.

No mapa da comunidade Santa Rosa, referente ao uso dos recursos naturais, foi relatado pelo senhor Evandro Saraiva que os limites da comunidade se iniciam do Igarapé do Puruzinho, passando por toda a extensão da ilha da Pupunha, localizada no centro do leito do rio Madeira. Para pescar, além do rio Madeira e da ilha da Pupunha, os ribeirinhos de Santa Rosa vão para áreas dos denominados bamburrais (uma espécie de mangue, como foi descrito pelos presentes nas oficinas de diagnósticos), localizados na parte do fundo da territorialidade da comunidade. Nas áreas de floresta, os ribeirinhos plantam cacau, colhem açaí e praticam também a caça.

Os roçados ficam em territórios organizados próximos às suas casas, localizados em áreas de terra firme. Esses roçados são estruturados por famílias, ou seja, cada família tem delimitada sua área de plantação. Essa divisão não possui cercamento e cada família ainda possui seu terreiro, local onde são criados animais como galinhas, patos e porcos. São nos terreiros que são cultivadas as plantas medicinais, os canteiros de hortaliças e está localizada a casa de farinha de alguns ribeirinhos.

Insegurança fundiária e suas consequências

O auge do ciclo da borracha, entre o final do século XIX e o início do século XX, trouxe cerca de 100 mil “soldados da borracha” para a Amazônia. Os seringueiros eram nordestinos fugidos da seca e da miséria, em busca de terras e riquezas na desconhecida e temida Floresta Amazônica. “Era aparentemente livre, mas a estrutura concentrada do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão. Endividado, não podia mais escapar, se tentava a fuga, isso podia significar a morte ou castigos corporais rigorosos” (Souza, 2001, p. 183). Os beiradões foram povoados e administrados pelos coronéis de barranco, os seringalistas.

O seringal “Paraíso” no rio Madeira em Humaitá, retratado na obra de Ferreira de Castro, *A selva* (1976), funcionava onde estão localizadas as comunidades Paraíso Grande e Paraisinho. Ribeirinhos mais idosos que foram “soldados da borracha”, como o senhor João Mendonça, com mais de 90 anos,

nascido no Seringal Paraíso, e fundador da comunidade Paraisinho, são testemunhas da história das famílias que trabalhavam na extração da borracha.

A partir da década de 1970, com o apoio da Igreja Católica, no processo de evangelização das famílias, a Diocese de Humaitá, na época Prelazia, mobilizou as famílias que viviam na região do Seringal Paraíso e assim formaram diversas comunidades. Uma capela em devoção à Nossa Senhora da Conceição já existia desde a época dos seringais, onde os seringueiros rezavam por uma vida melhor.

As comunidades ribeirinhas continuam a ocupar os espaços dos Beiradões com uma territorialidade baseada na sua ancestralidade e tendo que se encaixar em ações de tantos projetos de desenvolvimento econômico para a Amazônia. O ribeirinho, o agricultor familiar das várzeas e terras firmes, antes seringueiro, descendente de povos originários que habitavam o rio Madeira, pessoas escravizadas que aqui chegaram, mesmo que marginalizadas pelas políticas governamentais, persistem em viver às margens dos rios. É notória a invisibilidade desses povos e comunidades tradicionais diante das políticas de gestão territorial do Estado, que não garantem o direito de posse das comunidades ribeirinhas com a regularização fundiária destes territórios. Mas o que impede a regularização fundiária no Amazonas?

Na última década (2013-2023), sendo este o marco temporal desta pesquisa, as comunidades ribeirinhas foram pontualmente beneficiadas com a aprovação de projetos de recursos governamentais e não governamentais. Alguns agricultores familiares do Paraisinho, por intermédio de sua Associação (regularizada) e do contrato de comodato emitido pelo “dono da terra”, acessam o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) do governo federal. Ambos os programas incentivam e compram a produção de alimentos da Agricultura Familiar dos agricultores locais, beneficiando-os diretamente, segundo as lideranças comunitárias.

Os acanhados apoios governamentais voltados para a agricultura familiar, chegam por meio de associações comunitárias e de agricultores que possuem a titulação de suas áreas e estejam com suas Associações regularizadas. Porém,

com a falta de documento de posse do território onde vivem e a Associação com pendências documentais, por várias razões, algumas comunidades não são beneficiadas, como as comunidades Paraíso Grande e Santa Rosa. Paraíso Grande está em processo de regularização fiscal de sua Associação e Santa Rosa encontra-se atualmente com a Associação desativada.

A situação sobre a quem pertence os territórios das comunidades ribeirinhas revela-se como uma incógnita. Nossos interlocutores da Paraíso Grande, nos disseram que pessoas de fora da comunidade dizem que a área do fundo da comunidade antes utilizada pelos ribeirinhos é: “do Incra, de proprietários particulares e que eles (os de fora) têm permissão para demarcar os lotes”. Por conta disso, ocorreram conflitos entre os “de dentro” e os “de fora” e a comunidade Paraíso Grande, assim como a comunidade Paraisinho, também não utiliza mais essas áreas do fundo localizadas no entorno do lago dos Reis, por serem consideradas perigosas. Toda extensão do lago dos Reis e seu entorno foram territórios de uso de toda a comunidade desde sua formação, no entanto, essas áreas têm sido diminuídas.

Os ribeirinhos das três comunidades investigadas não possuem documento da área onde estão suas casas e seus sistemas produtivos. Nas comunidades Paraíso Grande e Paraisinho, parte do “Seringal Paraíso”, os moradores mais antigos têm um contrato de comodato com um empresário que vive na cidade de Humaitá que, segundo nossos interlocutores, seria o arrendador/detentor da área dos herdeiros legítimos. Na comunidade Santa Rosa, os ribeirinhos mais antigos também possuem um contrato do mesmo tipo, no entanto, com outro empresário e político de Humaitá que se intitula proprietário da área.

Tivemos acesso a um destes “instrumentos jurídicos” e pudemos observar que o documento denominado “contrato particular de arrendamento” e suas cláusulas versam sobre a “permissão” da “área arrendada” para ser utilizada pelo ribeirinho arrendatário apenas para a agricultura familiar e o extrativismo. Como forma de pagamento, o arrendatário deverá pagar 5% de toda a sua produção em produto ou dinheiro e cuidar da área, protegendo-a de invasores, sendo que o usufruto dos recursos é autorizado apenas para pessoas com contrato. O tamanho da área arrendada descrita neste documento é de 3 hectares, portanto, inferior à fração mínima de parcelamento de imóvel rural

(de 4 hectares) prevista no índice básico de governança territorial, visto que o módulo fiscal na região é de 100 hectares, conforme Instrução Especial nº 5 do Incra, expedida em 29 de julho de 2022, pelo governo Bolsonaro.

Sobre o valor a ser pago pelo arrendamento da área, os ribeirinhos afirmam que o “dono da terra” não cobra essa obrigatoriedade e que se dá de maneira “simbólica”, pois não é seguida, não é habitual. No entanto, foi nos relatado que os ribeirinhos agricultores familiares levam seus produtos para serem vendidos na cidade em locais como o mercado, a feira localizada em frente do escritório local do Idam; alguns agricultores levam produtos agrícolas de sua produção mensal para o arrendador, ou seja, o “proprietário da terra”. O arrendador também costuma ir aos locais onde os ribeirinhos estão comercializando e geralmente recebe “simbolicamente” alguns produtos. Prática que evidencia que o pagamento da produção da terra arrendada de alguma maneira ocorre.

O contrato de comodato ainda prevê que o arrendatário não pode subarrendar o terreno do contrato e colocar pessoas estranhas no imóvel. Não tem direito nas benfeitorias que implantou na propriedade e caso cometa crime ambiental, será de sua responsabilidade. Todavia, há relatos de que alguns ex-moradores das comunidades já venderam suas benfeitorias, inclusive para pessoas da cidade.

Em dois dos três casos aqui considerados, os referidos contratos outrora tiveram prazo de validade de até cinco anos, mas nos últimos três anos a duração foi reduzida para apenas dois anos. Na terceira comunidade, o último contrato assinado pela comunidade tinha validade de quatro anos. As Associações atualizam a lista de associados-moradores das comunidades e repassam para o arrendador. Estes proprietários/detentores emitem a autorização da área arrendada apenas para os ribeirinhos (arrendatários) que estiverem nas listas de sócios ativos das Associações representativas dos moradores das comunidades.

A respeito da emissão de novos documentos (contratos), há um crescente incômodo dos moradores com o fato de os detentores das áreas (arrendadores) dificultarem e até suspenderem o reconhecimento dos filhos e netos dos ribeirinhos arrendatários originários. Nos últimos três anos, esta geração de

ribeirinhos constituiu família, mas não tem permissão de construção de novas moradias. Os detentores das áreas justificam seu posicionamento acusando os moradores de tentarem vender as casas após algum tempo, trazendo pessoas de outras localidades e lhes causando problemas. Todavia, seu posicionamento acarreta não somente o bloqueio na formação de uma nova unidade doméstica, mas também o bloqueio no acesso a algumas políticas públicas, já que o contrato de comodato muitas vezes é utilizado para comprovar local de moradia para acesso a benefícios de políticas públicas de programas socioassistenciais, como Bolsa Família e Auxílio Maternidade. Existe um posicionamento dos detentores de que os filhos, netos dos arrendatários e novos moradores da comunidade não poderão ter a “autorização” de uso da terra no futuro.

Por não serem proprietários dos territórios onde trabalham e vivem, os ribeirinhos foram impossibilitados de efetuar a inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Conforme a Portaria da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo – SAF do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, nº 242, de 8 de novembro de 2021, este cadastro substituiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP. Esta situação trouxe bastante desgaste e desestímulo em relação à continuidade da produção agrícola. Segundo a referida portaria, para o cadastramento das unidades familiares (como pessoa física) para realizar a inscrição no “novo” CAF, a partir de 2021, são necessários os seguintes documentos: comprovante de identificação de todos os membros da unidade familiar, inclusive os menores de idade com CPF, comprovante de endereço de residência, comprovante das áreas exploradas, comprovante dos rendimentos de todos os membros e dos rendimentos do estabelecimento.

O recrudescimento das regras de uso e concessão de autorização de moradia e permanência das novas gerações, tornando incerta a sucessão entre os ribeirinhos, tem relação direta com o aumento recente da demanda por terras na mesorregião. O contexto de estímulos pelo Estado ao agronegócio na região tem atraído investidores de outras regiões e elevou o preço da terra, mas também atraiu trabalhadores desempregados em busca de ocupação, muitos camponeses de outras localidades em busca de “terras livres”.

Como empreendimentos familiares, por meio de associações (pessoa jurídica), necessitam de uma série de documentação das associações de produtores e agricultores em dia, estes não conseguem adquirir o CAF. Conforme os ribeirinhos das comunidades estudadas, o custo para manter a Associação regularizada é alto. São muitas taxas cartoriais que devem ser pagas e atualizações documentais que necessitam ser feitas, sobretudo, no processo recente de informatização desses documentos que precisam do acesso à internet e obrigam a Diretoria da Associação e seus sócios a possuírem um certo letramento digital. Mesmo que as comunidades estejam relativamente próximas do perímetro urbano, não possuem internet permanente, como Paraíso Grande, e nas que possuem esporadicamente, como Paraisinho e Santa Rosa, não há inclusão e letramento digital para operação de sistemas complexos de burocracia estatal.

Sem o CAF, os ribeirinhos estão sendo impedidos de participar das políticas públicas voltadas à agricultura familiar. Consequentemente, não conseguem acessar o Pnae e tantas outras políticas públicas que deveriam incluí-los, no entanto, acabam fazendo o oposto. Até o final de 2023, o Idam, órgão responsável pelo CAF em Humaitá, não aceitava o contrato de arrendamento para a inscrição neste cadastro, apenas a certidão de propriedade particular ou emissão de órgão governamental responsável pela área.

Portanto, os ribeirinhos que são os antigos moradores continuam a procurar o empresário arrendador para ele emitir o documento, denominado Contrato Particular de Arrendamento, para que este sirva, em alguns casos, como declaração de residência para garantirem auxílios assistenciais como Bolsa Família, saúde, aposentadoria, entre outros.

O contrato de comodato, conforme pudemos observar, não se trata de um instrumento cuja finalidade maior seja a de extração de renda por parte do suposto proprietário, mas um instrumento que visa legitimar o domínio jurídico deste proprietário/detentor sobre a terra e, mais ainda, um instrumento que impõe ao ribeirinho uma declaração de que ele não é proprietário da terra. Isto se comprova quando verificamos que, durante anos, o arrendador e sua decisão por expedir, ou não, novos contratos, figura como

intermediário determinante no acesso dos moradores aos direitos previstos em políticas socioassistenciais.

Desta forma, por meio do contrato de comodato, os proprietários/detentores, muitos deles herdeiros de seringalistas que exploraram a região no período da borracha, têm garantida sua intenção de manter sob controle a terra que muitos deles dispõem apenas como fonte de poder político e reserva de valor. Esta última função é cada vez mais fortalecida com a expectativa de transformação da região numa área de produção de grãos.

A respeito da pressão exercida por pessoa “de fora” sobre os territórios nos quais historicamente transitaram, os diretores da Associação dos Produtores do Paraíso Grande – Apropag relatam que em momentos de conflitos, durante os quais acentuam-se as invasões para retirada de madeira das margens dos lagos, pesca ilegal no período de defeso, ameaças nas áreas de limite da comunidade com as “terras do Incra”, chegaram a imaginar que o ICMBio (órgão federal gestor da Flona de Humaitá) pudesse ajudá-los, agindo como órgão fiscalizador. Todavia, em reunião do Conselho Consultivo da Flona Humaitá, em junho de 2023, servidores do ICMBio deixaram claro que não é responsabilidade deste órgão atuar em áreas de entorno, como as da comunidade Paraíso Grande.

Nota-se que as políticas públicas para os povos e comunidades tradicionais ainda não consideram as especificidades das comunidades ribeirinhas que ocupam as áreas de várzea e terra firme nas margens dos rios da Amazônia, sobretudo nas zonas mais afetadas diretamente pelas consequências da atração de investimentos e pessoas influenciadas pela promessa de criação de um polo do agronegócio. Historicamente, essas populações vivem da combinação do extrativismo, da pesca e da agricultura e quase sempre não possuem uma declaração de um órgão governamental para desenvolver essas atividades, razão da insegurança fundiária que nos últimos anos revela-se agravada.

Até o momento de nossa pesquisa, nos chama a atenção de como nesta parte da Amazônia se entrelaçam dois dos fatores mais críticos da região: o desmatamento e o garimpo. A redução paulatina dos territórios que viabilizam as atividades extrativas e os entraves para o acesso às políticas de apoio à agricultura familiar se constituem mecanismos de desmotivação de parte dos

jovens a dedicarem-se às atividades tradicionalmente realizadas. Tal desestímulo, há algum tempo, tem encontrado como válvula de escape o recrutamento para serviço temporário no Exército (há um batalhão da corporação no município), a busca de trabalho em posições do comércio na cidade, ou a dedicação à atividade do garimpo e suas enganosas promessas de ganho fácil.

Não temos a menor pretensão de aprofundar nesta comunicação, as consequências do garimpo a estas comunidades, mas é preciso anotar que: i) as gerações mais velhas relatam que para elas, em sua juventude, o garimpo não era percebido como alternativa de trabalho e até era diretamente associada a uma atividade perigosa que gerava medo e deveria ser rejeitada; ii) o garimpo nesta região funciona a partir de uma complexa rede formada por integrantes que sequer são seus habitantes, como financiadores, compradores e exportadores, entre outros, na qual o garimpeiro é submetido a um trabalho extenuante com ganhos quase sempre apenas suficientes para manutenção da família; e iii) esta atividade tem gerado atritos sem precedentes entre órgãos de fiscalização e moradores das comunidades que se veem perseguidos. Durante as operações de combate ao garimpo realizadas pela Polícia Federal e o Ibama, instala-se um clima de tensão e terror entre os moradores destas comunidades.

Antes “soldados da borracha” nestes territórios, agora “arrendatários”. Talvez o aviamento não tenha acabado já que o ribeirão ainda é dependente, seja do patrão seringalista ou do patrão arrendador. Quando a sua ancestralidade, os seus processos de ocupação e seu trabalho terão valor como comprovação de sua existência? Atesta-se que o olhar exógeno nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar permanece.

Humaitá: dos seringais ao maior produtor de grãos do estado do Amazonas

Antes de ser um seringal, um destacamento, uma missão jesuítica, o território que hoje compreende o município de Humaitá foi habitado por povos indígenas. Por ser uma região cercada por rios, como os rios Madeira, Maici e Marmelos, foi abrigo de diversas etnias, tais como os Tenharim, Parintintin,

Torá e Mura. Atualmente, parte dos remanescentes e descendentes dessa ocupação inicial, como os Tenharim, Jiahui e Parintintin (do tronco Kagwahiva) ocupam as Terras Indígenas Nove de Janeiro e Tenharim Marmelo, situadas ao longo da BR-230. Sobre a ocupação indígena, há pouco registro oficial e os grupos remanescentes continuam lutando para manter a posse de suas terras, agora, contra outros colonizadores. Indivíduos de tal finalidade (colonização) apareceram por essas terras, hoje chamadas de Humaitá, por volta do século XVII. Segundo registros oficiais da colonização portuguesa, mais precisamente no ano de 1693, com a fundação da missão jesuíta de São Francisco, no rio Preto, afluente do Madeira.

No século XIX, antes da missão ser transformada em Freguesia, chegou à região o comendador Francisco Monteiro, comerciante português que seguia em busca de enriquecimento por meio da exploração do “ouro branco”, a borracha. O comerciante se instalou em um local chamado “Pasto Grande”, na missão de São Francisco, mas, pouco tempo depois, mudou-se para o local em que hoje está a sede do município de Humaitá, alegando a impossibilidade de permanência no rio Preto em razão do grande número de ataques indígenas (Affonso, 2004).

Por isso, atribui-se a ele o título de fundador de Humaitá. Em 15 de maio de 1869, ao chegar à região e instalar-se, Francisco Monteiro escolheu a área para fixar-se definitivamente (Affonso, 2004). A influência de Francisco Monteiro nas autoridades regionais, fez com que em 1888, por força de lei, fosse transferida a sede da Freguesia de São Francisco para a região que batizou de Humaitá, inicialmente chamada por ele de Freguesia de Nossa Senhora do Belém de Humaitá. O município de Humaitá foi criado oficialmente apenas em 1890, já durante a República, pelo Decreto nº 31, de 4 de fevereiro de 1890, quando seu território fora também desmembrado do município de Manicoré, sua antiga Comarca (Almeida, 1981). Com o auge do primeiro surto econômico da borracha amazônica, o município ganhou destaque nacional, sendo elevado à categoria de cidade em 1894.

Neste período áureo de exploração gomífera, chegou um grande número populacional à região com a vinda de seringueiros para o trabalho nos seringais do comendador Monteiro. Essa mão de obra explorada pelo primeiro ciclo da

borracha compôs o primeiro grupo a ser denominado “ribeirinhos” nesta região (Almeida, 1981).

As ilhas asiáticas superaram a produção nativa de borracha brasileira, e a população seringueira passou a viver da agricultura e do extrativismo até que, em 1942, com a entrada dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram assinados com o Brasil, por intermédio do governo de Getúlio Vargas, os “Acordos de Washington”, enviando 25 mil soldados da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para a frente italiana, para combater com os Aliados e incontáveis homens, batizados de “Soldados da Borracha” para a Amazônia. O que gerou um novo surto da economia gomífera na região e um novo fluxo populacional.

O novo surto durou apenas até o fim da Segunda Guerra (1945), mas trouxe para o território milhares de “Soldados da Borracha”, que ao seu fim permaneceram em maioria na região amazônica, abandonados pelo governo que lhes prometeu a riqueza no alistamento para a Amazônia. Esses novos seringueiros que ficaram conhecidos como Soldados da Borracha e que permaneceram aqui, formaram a maioria das comunidades ribeirinhas à margem dos rios amazônicos, e a extração do látex nunca parou de ocorrer na localidade, mesmo tendo grande diminuição de demanda pelo mercado internacional.

O período pós-segundo ciclo da borracha é visto como um grande período de letargia econômica para a Amazônia. Os governos posteriores tentaram implantar as colônias agrícolas, mas a maioria não prosperou, o que forçou essa população da região procurar sobreviver do extrativismo da borracha e de outros produtos como a castanha, a copaíba, o açaí e tantos outros, como também a viver da pesca e das pequenas roças na várzea e na terra firme, de acordo com as regras dos rios. O seringal virou cidade e o seringueiro virou o ribeirinho, vivendo às margens dos rios amazônicos, algumas vezes ainda em propriedades de ex-seringalistas que se tornaram fazendeiros (Santos, 2002). Fato é, que a concentração de terras permaneceu na mão de poucas famílias de muita influência na região, colocando as populações ribeirinhas sempre em risco habitacional e de sobrevivência econômica.

As rodovias trouxeram o novo colonizador. Como uma proposta de integrar e “povoar” as regiões mais “afastadas” do Brasil, os governos da ditadura militar (1964-1985) investiram na construção e pavimentação de rodovias, entre elas está a BR-319, conhecida também como Rodovia Federal Álvaro Maia ou apenas, Manaus-Porto Velho.

A referida estrada foi construída entre os anos de 1968 e 1972, mas só foi inaugurada oficialmente em 1976, e sua construção fazia parte do Projeto de Integração Nacional (PIN). Ela garantiu um grande fluxo de pessoas entre Porto Velho e Manaus, mas também um grande avanço do processo de ocupação ilegal de territórios amazônicos, com atividade de exploração madeireira e criação de gado bovino de corte. A BR-319 somente permitiu trafegabilidade plena até 1988, deteriorando-se daí em diante suas condições, alternando curtos períodos de tráfego.

No entanto, mesmo estando desativada por um longo período de tempo, ela cumpriu o seu objetivo real de construção, isto é, o de levar ocupação colonizadora para dentro das áreas da Floresta Amazônica ainda não ocupadas nesse período. Os governos posteriores, da Redemocratização e atual Nova República, tentaram colocar em pauta a retomada das obras para a sua reativação, mas muitos grupos dentro dos próprios governos e os órgãos ambientais lutam contra esse processo, estimando que o desmatamento da Amazônia ocorrerá cada vez mais “ágil e feroz”, caso a estrada fique em boas condições.

Durante o segundo governo Lula (2006-2010), o trecho da BR-319, que vai da capital Porto Velho – RO até a cidade de Humaitá – AM foi asfaltado novamente, fazendo parte de obras que foram previstas e financiadas pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Nesse mesmo programa, foi construída a ponte Rondon-Roosevelt, acabando com a necessidade de balsas atravessadores entre Porto Velho e a estrada para Humaitá (Alencastro Graça; Fearnside, 2009). Havia naquele momento da história econômica do Brasil, além da construção civil, o crescimento do agronegócio, então, revitalizar a estrada era uma tentativa de agilizar o escoamento de grãos de soja que já eram produzidos em Mato Grosso e Rondônia.

Os grandes produtores tomam conta da região, alguns chegaram ainda nos idos das décadas de 1970 e 1980, construíram patrimônio e mantêm-se em seu lugar de poder social e político na localidade. Na primeira década dos anos 2000, chegaram os grandes produtores representados por nomes de expressivos conglomerados produtores de grãos, principalmente de soja e arroz. O pequeno produtor, o ribeirinho, as comunidades indígenas estão cada vez mais espremidos por essas amplas propriedades de agricultura mecanizada e criação de gado. Lutando para permanecerem ao menos com o direito ao seu pedaço de terra.

Algumas comunidades são reconhecidas e assentadas e, mesmo assim, enfrentam problemas com ocupação ilegal, em virtude da falta regular de fiscalização dos órgãos responsáveis. Porém, algumas outras ainda são de importantes proprietários de terras que “cedem” a terra (que em maior parte já foi seringal) para a sobrevivência dos ribeirinhos organizados em comunidades e que cada vez mais perdem seus espaços e produtos de extrativismo, buscando emprego na cidade ou arriscando suas vidas no garimpo para sobrevivência.

Segundo dados do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB, de julho de 2023, Humaitá ocupa o lugar de maior produtor de soja do estado do Amazonas. Esta relevante informação é alarmante, pois, ao mesmo tempo que põe o município em destaque nacional e internacional pela produção da venda de commodities, elevando o Produto Interno Bruto (PIB), tem provocado o aumento da pobreza em comunidades ribeirinhas na região com a escassez de recursos naturais, através da exploração ilegal de madeira, contaminação do solo por metais pesados e mesmo a utilização da mão de obra ribeirinha como análoga à escravidão. Esses fatos foram denunciados pelos próprios comunitários em duas reportagens, uma de maio de 2024, e outra, muito mais recente, de julho de 2024, lançadas no canal “Repórter Brasil” no YouTube.

Conforme o Sistema Prodes do Inpe, na região Amacro (ZDS Abunã-Madeira) foram 7.055 alertas e 231.955 hectares desmatados em 2022, somando 11,3% da área desmatada no Brasil. Portanto, a ZDS Abunã-Madeira garante seu *status* de “fronteira do desmatamento”, caracterizada com ações que dizem estar aliadas à conservação e à manutenção das florestas e biodiversidade da

Amazônia, a partir da junção de fronteiras dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia. Com destaque para o Amazonas, onde o desmatamento mais cresceu no ano de 2022. Após o retrocesso de quatro anos com a anulação e revogação de resoluções da legislação ambiental garantidas pelo governo federal que possuía um pacto com o setor empresarial.

Comunidades, território e fronteiras sociais: reflexos da expansão do agronegócio na rígida estrutura fundiária amazônica

Crispim (2022) analisa comparativamente o pensamento de quatro pesquisadores brasileiros no campo das ciências sociais que se debruçaram sobre o estudo da Amazônia como fronteira: o antropólogo Otávio Guilherme Velho, o sociólogo José de Souza Martins, o também antropólogo João Pacheco de Oliveira e a geógrafa Bertha Becker. A autora concluiu que uma das características apontadas pelos quatro autores, ainda que por caminhos e de formas diferentes, é que na fronteira encontra-se um campesinato; que coexistem diferentes sistemas de relações sociais; que o Estado possui uma presença determinante quanto aos aspectos sociais e econômicos e, alinhando-se à nossa perspectiva, o meio agrário exerce funções estruturantes das feições econômicas, sociais, culturais e políticas.

Para além de uma zona espacial específica, na chamada Amazônia Ocidental, aqui representada numa faixa territorial que compreende os limites entre os estados do Acre, Amazonas e Rondônia, na qual agentes econômicos buscam incorporar e submeter os recursos naturais aos circuitos de reprodução e acumulação de capital, a fronteira é entendida como lugar em que se cruzam e contrastam diferentes grupos, onde a divergência e o conflito são latentes.

... a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz ela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. ... O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História. (Martins, 1996, p. 27)

Nos municípios localizados nesta zona, empresários e políticos estabelecidos nas capitais de um ou outro estado têm notória influência e seus negócios muitas vezes ultrapassam as linhas divisórias entre estes. Portanto, esta região constitui-se um *locus* que vai além de uma linha de demarcação física (nos limites territoriais do estado do Amazonas, ou Rondônia, por exemplo), onde tais agentes pretendem realizar seus interesses diretamente vinculados à acumulação de capital. As articulações do patronato ruralista da região e o pomposo evento de internalização pelo governo federal, em 2021, do projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia (Amacro), com o nome alterado, neste mesmo ano, para Zona de Desenvolvimento Sustentável Abunã-Madeira é um dos indicadores destas relações.

As transformações nas atividades produtivas desta região remontam aos planos de integração nacional e de desenvolvimento concebidos autoritariamente pelo regime militar, a partir dos anos 1960. Contudo, como apontou Oliveira (2021), há de se considerar que a ascensão do governo Bolsonaro e seu discurso de exaltação às práticas autoritárias e predatórias implícitas durante os governos da ditadura militar em relação à Amazônia, revigoraram o movimento de expansão agropecuária nos moldes concentradores de terra na região, conforme comprovam os índices crescentes de desmatamento dos últimos quatro anos, nos municípios situados na região estudada pelos autores.

Os privilégios baseados no domínio da terra se revigoram com o advento do ideário do agronegócio na localidade. O modelo produtivo exaltado nos discursos de agentes políticos e estímulos fiscais e creditícios oficiais é baseado no uso de maquinaria agrícola em larga escala. Tal fato tem consequências que concorrem para a manutenção e ampliação da grande propriedade, com repercussões diretas e indiretas sobre o modo de vida das comunidades ribeirinhas. Especialmente nos últimos cinco anos, os incentivos ao ideário do agronegócio tanto têm levado antigos proprietários (herdeiros de seringais) à conversão, com financiamento estatal, de áreas de floresta para agropecuária, quanto tem movimentado um sempre espinhoso e especulativo mercado de

terras na região. Considerando que nesta região, boa parte das comunidades ribeirinhas não tem direitos territoriais reconhecidos, por meio de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, ou outras formas de segurança fundiária, esta situação resulta na interdição e/ou no recrudescimento das regras de uso de áreas de floresta costumeiramente acessadas por ribeirinhos na extração vegetal (açaí, castanha do Brasil, entre outros).

Figura 2 – Fotografia aérea de fazenda de cultivo de grãos às margens da Rodovia BR-319, nas imediações de Humaitá (AM)



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Assim sendo, a expansão do agronegócio na região acarreta a redução de áreas e recursos naturais que historicamente viabilizam os sistemas produtivos dos ribeirinhos, como expressão do campesinato regional. Embora reiteradamente secundarizados por agentes do Estado, registram-se outros sistemas produtivos no meio agrário regional: os de pequena escala, desenvolvidos pelo campesinato. Coexistem na mesorregião aqui considerada dois sistemas básicos e relativamente distintos de produção camponesa, correspondentes ao que analiticamente podemos classificar como um campesinato ribeirinho (das várzeas), cuja formação remonta ao período de declínio da borracha, conforme abordamos neste trabalho, e um campesinato

da lavoura, semelhante ao identificado e descrito por Silva (2004) ao estudar a porção mais ao Sul da Amazônia Ocidental (das terras firmes), no estado do Acre.

O campesinato ribeirinho consiste na existência de milhares de famílias que formam as comunidades estabelecidas às margens dos rios Purus e Madeira, lagos e seus afluentes. De maneira geral, a produção destes camponeses consiste na combinação da:

I) agricultura de várzea, a partir de cultivares e técnicas repassadas tradicionalmente (banana, mandioca para produção de farinha de mandioca, milho, feijões, melancia, hortaliças e outras culturas anuais). Quando há terras firmes acessíveis, a agricultura também ocorre por meio do cultivo de espécies perenes. Normalmente, a agricultura viabiliza a produção de aves e suíno;

II) no extrativismo vegetal de açaí, castanha e outras espécies nativas para consumo, nas (e quando há) áreas de terra firme disponíveis às comunidades; e

III) na pesca artesanal nos rios e lagos de ambos os vales.

Além das trocas internas (de trabalho e de bens) entre famílias que integram uma mesma comunidade e de trocas intercomunitárias, as relações mercantis deste campesinato se dão com os intermediários que, sendo a produção para consumo local, ou para outras regiões, geralmente são comerciantes estabelecidos nas sedes dos municípios. A pesquisa de campo com as comunidades já mencionadas, revelam que este campesinato vive uma realidade na qual é cada vez mais acentuada a restrição no acesso a áreas e recursos de terras firmes para cultivo de culturas perenes e aos produtos florestais extrativos, desestabilizando a combinação das atividades historicamente desenvolvidas, o que tem levado muitos jovens a buscarem alternativas, deixando as comunidades, ou dedicando-se ao garimpo.

No segundo grupo, encontram-se as famílias inseridas em projetos de assentamentos criados pelo Incra a partir dos anos 1970, no intuito de atingir a meta dos governos militares relacionadas ao deslocamento de pessoas de outras regiões para colonizar a região. Mas estão também um número cada vez mais crescente de camponeses que, nos anos recentes, ao conseguirem capitalização com a venda de suas terras em outros estados, se apropriam de áreas de

floresta mais afastadas, convertendo-as em pastagens para integrarem-se à cadeia produtiva da pecuária bovina de corte, ou implantando lavouras de café. São agentes da nova territorialização da fronteira com sua existência associada à abertura das estradas (Silva; Araújo; Silva, 2024). Esta variante do campesinato da lavoura, em boa medida oriunda do estado de Rondônia (o “pessoal de Rondônia”, na representação corrente na região), é especialmente relevante na configuração social, econômica, cultural e política de povoados, na forma jurídica de distritos como Santo Antônio do Matupi (Km 180) no eixo da BR 230, entre Humaitá e Apuí e Distrito de Realidade, no eixo da BR-319, em direção a Manaus. Estas são regiões marcadas pela grilagem que pressiona Unidades de Conservação e Terras Indígenas, com intenso desmatamento por meio do corte raso de árvores que sustentam a atividade das serrarias instaladas nestes Distritos, produzindo e exportando madeira. A dinâmica concreta que envolve estas localidades expressam uma das condições elencadas por Oliveira como característica das formações de fronteira:

A descrição da formação de uma fronteira deve incluir não somente o conjunto das condições econômicas e políticas que precisam existir em cada uma das áreas consideradas isoladamente, como também o conjunto de agentes e de atividades por meio das quais tais partes são concretamente interligadas. Na tradição antropológica, essa tem sido a função do “empresário” (*entrepreneur*), aquele que, segundo Barth (1970:168-172), consegue maximizar seus ganhos manipulando com a diferença entre o valor dos recursos definidos segundo as regras tradicionais de seu próprio sistema social e seu valor registrado em outros sistemas. (2016, p. 129)

Em comum, o campesinato presente na região tem a falta de assistência técnica e apoio do Estado para viabilizar a expansão de suas atividades e garantir a permanência na terra e a dificuldade no acesso a serviços de saúde e educação. Trata-se, pois, de uma situação na qual a probabilidade de migração (para a cidade ou outras áreas rurais no interior da microrregião) jamais sai do horizonte e na qual se instala um tensionamento nas relações entre os dois tipos que aqui consideramos, bloqueando, à primeira vista, uma unidade que culmine em lutas políticas em favor dos trabalhadores do campo. Em ambos os

casos, observa-se uma condição camponesa cada vez mais multifacetada, com membros da família em constante mobilidade espacial, seja em busca de trabalho, ou em busca de serviços básicos de cidadania.

As comunidades ribeirinhas da calha do Madeira, assim como de outros rios da Amazônia, apresentam traços comuns que também são perceptíveis na história de formação e organização social das diferentes expressões de sociedades agrárias, como comunidades camponesas, não somente no Brasil. Em sua gênese, está a produção material e social do espaço à base de atividades realizadas em estreita proximidade com a natureza, por agrupamentos de trabalhadores integrados direta, ou indiretamente, aos domínios territoriais de exploração realizados por agentes que concentram poder político e acumulam riqueza (fazendeiros, seringalistas, entre outros). Adicionalmente, é fundamental levar em conta, conforme apontou Cruz (2023), que é intrínseco ao campesinato ribeirinho da Amazônia uma delicada e contraditória relação com o mercado, que em boa medida exerce influência em suas decisões de alocação de trabalho e uso dos recursos aos quais dispõe.

No caso brasileiro, estes contextos engendraram, histórica e dialeticamente, a formação de um campesinato diversificado, que incorpora aos seus universos simbólicos e práticos, as variações do tempo histórico e espaço ecológico, ao mesmo tempo que se opõem de maneira aberta, ou silenciosa, aos grupos dominantes que se associam ao que a historiografia classifica como ciclos econômicos predominantes em cada região. Diversos exemplos que confirmam este processo ocorreram tendo como elemento estruturante a luta pela terra, pela possibilidade de ter acesso a áreas que permitam a produção agrícola, pastoril e extrativista. A partir da última metade do século XX, o processo de criação de comunidades camponesas, seja pela mediação de partidos políticos, ação da Igreja Católica, movimentos sociais, ou mesmo ONGs, passa a estruturar-se também na demanda de direitos sociais e políticos.

Vincent aponta que essas análises tradicionais sobre as sociedades camponesas desconsideram a necessidade de um exame da interação política cotidiana, gerada por processos intersubjetivos e atividades de indivíduos em fluxo,

... um *focus* de investigação centrado no movimento dos indivíduos (e não na sua atividade em lotes fixo de terra) e nas relações sociais que se estabelecem em função de sua interdependência econômica permite estruturarem – se padrões de carreira individual, que se entremeiam dentro e fora da textura da vida rural local regional, para dentro das periferias e dos bairros urbanos. Paradoxalmente, esse *focus* em indivíduos, e não nas relações entre homem e terra, tão familiares na literatura, incita a um exame mais detido da essência supostamente estável dessas relações, permitindo-nos perceber mudanças e avaliar a ilusória aparência de estabilidade estrutural, enquanto o conteúdo está em fluxo”. (1987, p. 381)

A noção de conceito de comunidade utilizada é a baseada na relação social que orienta a ação social dos indivíduos, fundamentada num sentimento de solidariedade resultante de um sentimento de pertencimento, uma espécie de ligação emocional (Weber, 1968). Todavia, não se trata de um grupo homogêneo, harmônico e integrado, delimitado por um “território fechado e limitado”. Ao contrário, a territorialidade das comunidades ribeirinhas sofre alterações em virtude dos conflitos de terra, das consequências dos grandes projetos energéticos, da expansão do agronegócio e das catástrofes provadas pelas mudanças climáticas nos últimos anos.

No que diz respeito às “comunidades ribeirinhas”/“comunidades tradicionais”, é importante ressaltar que algumas abordagens clássicas as enquadram com uma lógica “tradicional” que pressupõe imobilidade histórica e atraso econômico. Comumente, este registro pode ser encontrado com maior ou menor ênfase, ou mesmo de maneira implícita em algumas análises superficiais de viés estritamente preservacionista. A noção de lugar ou localidade também se expressa nos valores diferenciados que um grupo social atribui aos aspectos distintos de seu ambiente. Entretanto, as relações específicas imbuídas nessa noção não devem ser confundidas com as da noção de originalidade. Ou seja, pertencer a um lugar significa que os grupos sociais são oriundos de local específico, sejam eles os pioneiros ou não.

Em boa medida, as comunidades tradicionais amazônicas projetaram-se a partir de conflitos envolvendo a reivindicação do direito ao território – água,

floresta, agricultura, extrativismo –, indispensável para a manutenção de seus modos de vida. Em muitos casos esta reivindicação culminou com o estabelecimento de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, representando transformações significativas nas estruturas fundiárias de certas regiões, evitando a expropriação de populações camponesas e retirando áreas de terra/floresta da circulação no mercado. Contudo, por uma série de fatores, nem todos os casos de ameaça e expropriação de camponeses foram evitados, assim como o fato da delimitação de territórios que reconheçam os direitos de permanência dessas populações não representa necessariamente a garantia de melhoria das condições de vida, já que existem outras demandas que requerem o concurso da ação do Estado. Ademais, nas regiões de expansão do agronegócio, tanto há uma ação coordenada (por fazendeiros) de combate à criação de áreas protegidas quanto parte de populações expropriadas nas adjacências recorre às unidades demarcadas na tentativa de trabalho, uma vez que o setor de serviços nessas cidades não absorve os desempregados.

Considerações finais

Quem trafega atento por uma das principais vias da cidade de Humaitá, a avenida 5 de setembro, pode perceber que no muro do estádio municipal de futebol está pichada a seguinte frase: “O caboclo ribeirinho amazônico é antes de tudo um forte.” O desconhecido autor teve o cuidado de acrescentar uma referência ao título do livro de Euclides Cunha, *Os Sertões* (2003), no qual o escritor carioca disserta sobre o sertanejo. Conforme demonstra este trabalho, o intrépido e letrado pichador de Humaitá sintetiza na paráfrase a Euclides da Cunha a trajetória de mais de um século da população ribeirinha do rio Madeira e de outros rios da região.

Especificamente sobre o período que aqui consideramos, vimos que nos últimos anos acentuaram-se as pressões externas que tensionam e comprometem a continuidade e atualização de seus modos de vida. Em contextos citadinos como os de Humaitá, embora numa região de fronteira, a influência do modo de vida ribeirinho se mostra indelével, por todas as partes

do espaço social: na linguagem oral e corporal, gastronomia, festividades esportivas e religiosas.

Além da habilidade para conviver com as variações anuais do regime de chuvas e dos níveis de elevação do rio, desenvolvendo técnicas adequadas para caça e pesca, cultivo agrícola de várzeas, técnicas de edificações de casas e fabricação de embarcações de variados portes, extração racional de espécies nativas, conciliando o fazer produtivo com o culto religioso, as gerações atuais de ribeirinhos são compelidas a conviver com os efeitos do que o senso comum afirma não ter nenhuma relação com sua organização: o incentivo estatal à expansão o agronegócio. Seja por meio da expropriação direta, seja pela pressão e restrição de uso dos recursos naturais, seja pela tentativa de invalidação do potencial de suas práticas e simbolismo na construção de um modelo diferencial de desenvolvimento para a região, as comunidades testemunham a renovação do incentivo estatal à concentração fundiária e à destruição ambiental. Especialmente durante os anos de governo Bolsonaro e seu discurso pró agronegócio e contra as leis ambientais e áreas protegidas, a região que descrevemos neste trabalho atraiu milhares de pessoas ainda na ilusão de encontrar “terras livres”, com rebatimento sobre os territórios ribeirinhos.

Conforme demonstrado na vivência das comunidades ribeirinhas do rio Madeira, faz-se necessário (re)pensar a ruralidade amazônica no âmbito das Ciências Sociais, o que implica problematizar sua relação com a terra sob a tensão de projetos governamentais que buscam aliar sustentabilidade ambiental ao desenvolvimento econômico, de acordo com critérios globais contraditoriamente preservacionistas e desenvolvimentistas. Entre outros limites, tais critérios se mostram incapazes de assimilar os fluxos de pessoas e relações que se espriam em translocalidade nos processos atuais de reprodução do campesinato ribeirinho.

No diz respeito aos processos de desenvolvimento da sociedade agrária, mostra-se totalmente pertinente a crítica às abordagens tradicionais do campesinato que as classifica como a-políticas e a-estruturais, pois desconhecem a dinâmica das sociedades complexas modernas. Essas abordagens tradicionais do campesinato tratam as “comunidades” como

sistemas lentos e previsíveis, ou como espaços a serem colonizados pelas necessidades de expansão do capital e dos jogos de poder político da cidade.

Entender os processos de construção da territorialidade ribeirinha, evidencia a complexidade das formas de uso dos recursos naturais de seus territórios que têm sido diminuídos espacialmente, obrigando-os a mudar e reinventar suas estratégias de sobrevivência. Não ser o dono da terra, onde vivem há décadas, e nesse caso a terra inclui as florestas, lagos e igarapés, direciona o ribeirinho para o trabalho nas águas do rio Madeira. É absolutamente necessário ter em consideração que, no contexto analisado, o garimpo surge como a forma de trabalho, mesmo que ilegal. Diante da redução territorial e dos recursos disponíveis no passado e da falta de apoio estatal em seus sistemas produtivos, antes de representar unicamente uma atividade de retorno financeiro rápido, já que o rio não tem dono e “não existe” a obrigatoriedade da permissão para seu uso, com toda a controvérsia que paira sobre ela, esta atividade tem sido de extrema relevância para o atendimento das necessidades básicas de manutenção de muitas famílias.

Ter uma balsa torna-se um bem almejado, principalmente para os jovens ribeirinhos que esperam o verão para trabalhar nas dragas, motivados pela esperança de adquirirem sua própria balsa. O trabalho da agricultura e da pesca tem sido realizado pelas gerações mais velhas que buscam manter seu modo de produção familiar, mesmo perante tantas dificuldades, potencializadas em 2023 por questões climáticas, como a seca severa que alterou profundamente o cotidiano das comunidades.

Agradecimentos

Os autores dedicam este trabalho ao senhor João Mendonça, fundador da Comunidade Paraisinho, falecido em 18 de agosto de 2024.

Referências

- AFFONSO, Almino Monteiro Álvares. *Comendador Monteiro – tronco e ramagens*. 1. ed. Manaus: Valer/UniNorte/Governo do Estado do Amazonas, 2004.
- ALENCASTRO GRAÇA E FEARNSIDE, Paulo Maurício Lima de; Philip M. Br-319: a Rodovia Manaus-Porto Velho e o impacto potencial de conectar o arco de desmatamento à Amazônia Central. *In: Novos Cadernos Naea*, v. 12, n. 1, p. 19-50, 2009.
- ALMEIDA, Raimundo Neves de. *Retalhos históricos e geográficos de Humaitá*. 1. e 2. eds. Porto Velho: 1981 e 2005.
- ALMEIDA, Raimundo Neves de. *Na beira do barranco – estórias, crendices, sentimentos e humor de caboclos do Madeira*. 1. e 2. ed. Porto Velho: 2005.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 31 de 4 de abril de 1890. *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/>. Acesso em: 1 ago. 2023.
- BENTES, Dorinethe dos Santos; ROLIM, Amarildo Rodrigues. *O Amazonas no Brasil e no mundo*. Manaus: Mens'sana, 2005.
- CASTRO, Ferreira de. *A selva*. Barcelos: Guimarães, 1976.
- COMERFORD, John. Onde está a 'comunidade?': conversas, expectativas morais e mobilidade em configurações entre o 'rural' e o 'urbano'. *Ruris*, Campinas, v. 8, n. 2, 2015.
- CRISPIM, Cleidianne Novais Sousa. Quatro visões sobre a Amazônia como fronteira: diversidades e semelhanças. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 27. Uberlândia, 2022. *Anais...* Uberlândia: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2022. Disponível em: https://www.sep.org.br/01_sites/01/index.php/enep-2/trabalhos-aprovados#ordinarias. Acesso em: 30 jan. 2023.
- CUNHA, Euclides da. *Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos*. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. Caboclos-ribeirinhos: camponeses na Amazônia. *Revista Geonorte*, v. 14, n. 46, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21170/geonorte.2023.V.14.N.46.278.297>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- GALUCH, Mariana Vieira; MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 388-412, jun. 2020. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/esa28-2_06_da_reforma. Acesso em: 23 dez. 2023.

- GALUCH, Mariana Vieira; COSTA, Auriedia Marques da. Trajetórias e (des)ocupação: migrações, conflitos e expansão da fronteira agropecuária no Sul do Amazonas. *Amazônica – Revista de Antropologia*, [s.l.], v. 15, n. 1, p. 72-95, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/12625>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- LIMA, Maria do Socorro Bezerra. *Políticas públicas e território: uma discussão sobre os determinantes da expansão da soja no Sul do Amazonas*. 2008. 448 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.
- MORAIS, Fernando. *Transamazônica*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- OLIVEIRA, João Pacheco. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: 'pacificação', regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, João Pacheco. A reabertura da fronteira amazônica, os dragões da maldade e as perspectivas da democracia brasileira. *Confluenze. Rivista Di Studi Iberoamericani*, v. 13, n. 1, p. 77-104, 2021.
- PINTO, Emanuel Pontes. *Rondônia, evolução histórica: a criação do território de Guaporé, fator de integração nacional*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.
- ROCHA, Hélio. *Coronel Labre*. São Carlos: Scienza, 2016.
- ROCQUE, Carlos. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém: Amel, 1968.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, n. 1, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988>. Acesso em: 13 set. 2023.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Corrêa. Criar com o outro – o educador do diálogo. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 7, n. 1, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20096>. Acesso em: 13 set. 2023.
- SANTOS, Nilton. *Seringueiros da Amazônia: sobreviventes da fatura*. 2002. 330 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2002.
- SILVA, Silvio Simione da. *Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia- acreana*. 2004. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.
- SILVA, Silvio Simione da; ARAÚJO, João Maciel de; SILVA, Rita Clara Vieira da. Novas territorializações da fronteira econômica amazônica: o eixo da Transamazônica de Lábrea a Apuí – o agronegócio, conflitos e impactos

ambientais. *Revista Geonorte*, v. 15 n. 47, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.21170/geonorte.2024.V.15.N.47.57-80>. Acesso em: 20 ago. 2024.

SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos*. São Paulo: Editora Global, 1987. p. 375-402.

WOORTMANN, Klass; WOORTMANN, Ellen F. *Amor e celibato no universo camponês*. Campinas: Nepo/Unicamp, 1990.

Como citar

ARAÚJO, João Maciel de; MARINHO, Luciane Silva da Costa; SILVA, Rita Clara Vieira. Comunidades ribeirinhas amazônicas: dinâmicas territoriais e conflitos na calha do rio Madeira. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432210, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st06.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Acumulação primitiva no Baixo Amazonas/PA: as disputas territoriais em torno do lago do Maicá e o Complexo Portuário da Embraps em Santarém – PA

Primitive accumulation in the Lower Amazon, Pará: territorial disputes around Lake Maicá and the Embraps port complex in Santarém, Pará

 **Rogério Almeida¹**

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st07

Resumo: O debate em torno da acumulação primitiva é a baliza teórica na reflexão sobre as situações de disputas territoriais e de projetos de desenvolvimento na região do Planalto Santareno, em particular, no espaço denominado lago do Maicá, no Baixo Amazonas, ou o Oeste do Pará. No lócus em questão coexistem populações indígenas, quilombolas e camponesas, estas, alvo da sanha do capital encarnado, entre outros setores, pela Embraps (Empresa Brasileira de Portos de Santarém), que visa edificar na região um complexo portuário. O projeto integra um pacote de macropolíticas de desenvolvimento que ambiciona consolidar o Baixo Amazonas como um corredor de

¹ Doutorado em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente pela Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa). E-mail: araguaia_tocantins@hotmail.com.

exportação de *commodities*. A reformulação de Planos Diretores consta entre as medidas mobilizadas pelas forças do capital em aliança com setores conservadores da região, como recurso jurídico em direção à incorporação de espaços aos circuitos da agricultura capitalista, a partir de grandes obras de infraestrutura. É justo sobre as situações antagônicas embutidas no espaço do lago do Maicá que reside o objetivo do presente artigo. Ele resulta, além de revisão bibliográfica e análise documental, a exemplo do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), do projeto e do Plano Diretor, de atividades de campo sistemáticas na região antes da pandemia do coronavírus, e esporádicas, após o período de isolamento, e de observações em eventos locais que contemplavam o tema em questão.

Palavras-chave: acumulação primitiva; Amazônia; desenvolvimento.

Abstract: The debate around primitive accumulation serves as a theoretical guide for reflecting on situations of territorial disputes and development projects in the Planalto Santareno region, particularly the space known as Lago do Maicá in the Lower Amazonas and western Pará. Here Indigenous, Quilombola and peasant populations coexist, and are the targets of intensive capital efforts including plans by Embraps (Empresa Brasileira de Portos de Santarém) to build a port complex in the region. The project is part of a package of macro-scale development policies to consolidate the Lower Amazon as a commodity export corridor. Reformulation of master plans is just one of the measures mobilized by the forces of capital, in alliance with conservative sectors in the region, as a legal resource to incorporate spaces into the circuits of capitalist agriculture through large infrastructure projects. This article focuses on the antagonistic situations embedded within the space of Lago do Maicá. In addition to a bibliographical review and analysis of documents like the project's environmental impact report and the master plan, the findings are derived from systematic field activities in the region prior to the coronavirus pandemic and sporadic efforts after social isolation efforts, as well as observations at local events covering this topic.

Keywords: primitive accumulation; Amazon; development.

“As armas e os barões assinalados
Que da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca dantes navegados
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram”.

Luiz Vaz de Camões

Introdução

É o porto um espaço de fluxo e refluxo de mercadorias, pessoas e informações; ou um testemunho concreto de um determinado período histórico de um modo de produção; espaço de trabalho e de grupos em confrontos em um tempo acelerado pela intervenção da técnica e das tecnologias; seria uma encruzilhada de trocas materiais e simbólicas em uma acumulação desigual de tempos; ponto de chegada ou de partida, ou um horizonte de esperança para quem migra e, ainda, um espaço que conecta realidades díspares em determinada totalidade?

Em remotas eras do processo do modo de produção capitalista, o de *Liverpool*, por exemplo, se consolidou como estratégico e fundamental no aprofundamento das trocas desiguais na fase mercantil do capital. A que conectou o Velho Mundo – África – Novo Mundo no processo de tráfico negreiro e o saque de riquezas das colônias, transferidas para dinamizar a industrialização europeia e incrementar o que se convencionou classificar de modernidade.

O período é categorizado por Marx (2018) como acumulação primitiva ou originária. “... O comércio trilateral entre África, Europa e América constituía um circuito de polos que se alimentavam reciprocamente, permitindo a expansão continuada da acumulação capitalista”, defendem Gonçalves e Costa (2020, p. 48), em revisão sobre o conceito. Por sua vez, Moraes (2011, p. 51) considera ser “um movimento pluriescalar e espacialmente desigual e combinado, que desconhece distensão em seu percurso histórico”. O introito anterior evidencia o viés marxista como parâmetro para a presente análise.

Ao iluminar a questão, tendo como recorte espacial as Américas e Antilhas, Ianni (1978) calcula que, entre os séculos XVI e XIX, os movimentos, as articulações e as rearticulações, internas e externas, nas formações sociais e escravistas foram determinadas, em variáveis graus, pelas exigências da reprodução do capital europeu. No primeiro momento, o capital internacional mercantil e, em segundo plano, o capital internacional industrial. Operação realizada política, econômica e culturalmente sob o signo de violências.

Em ambiente histórico mais recente, Harvey (2009) defende a tese da acumulação por despossessão. A interpretação reside no fato de que a acumulação ancorada na violência não representa um fenômeno restrito a sua “fase originária”, um ato pretérito. Mas trata-se de um processo de permanência no percurso do modo de produção capitalista. Mesmo na presente fase, marcada pela financeirização, que não cessa em incorporar espaços não mercantilizados ao sistema da economia mundial.

Por seu turno, Gonçalves e Costa (2020) avaliam que ao longo do percurso histórico dos processos de acumulação do capital, as categorias sociais se interpenetraram no aprofundamento das desigualdades entrelaçadas. Os padrões de poder, mando e obediência (classe, raça e etnia) permanecem nas relações em uma sociedade marcada historicamente pelo patrimonialismo, clientelismo, autoritarismo e rupturas democráticas.

No caso aqui em voga, o projeto do porto do Maicá, no município de Santarém – PA, Oeste Paraense, a sociodiversidade experimenta, desde sempre, processos de apagamento em planos, programas, políticas e cartografias dos projetos de desenvolvimento; para não falar nos meios de comunicação. Trata-se de recursos mobilizados no sentido de legitimar a integração subordinada do espaço composto por indígenas, quilombolas e camponeses – entre outros sujeitos – aos circuitos globais de *commodities*. E, ainda, abarcar espaços não mercantilizados à economia global.

Os sujeitos historicamente alçados à condição de subalternização e não reconhecidos em planos, programas e políticas públicas desenvolvimentistas e dos registros de aventureiros e pesquisadores se identificam, tanto como classe trabalhadora quanto mobilizam o critério de identidade. No caso de classe trabalhadora, assumem-se como pescadores, trabalhadores rurais,

profissionais da educação ou saúde, artistas. No que tange ao aspecto identitário despontam como indígenas, quilombolas, extrativistas, camponeses, a partir de uma cosmologia que não dissocia homem e natureza, como o fez o conjunto de ideias da modernidade.

Nas pelepas recentes entre a sociodiversidade local e o grande capital, tem sido a mobilização a partir do critério de identidade, amparada juridicamente a partir da Convenção 169,² o principal recurso normativo de defesa dos territórios³ na Panamazônia. Um instrumento diante da agenda de grandes obras de infraestrutura, das quais o Baixo Amazonas integra a cartografia, organizada em plano macro a partir da Iniciativa de Integração de Infraestrutura Sulamericana (Iirsa). Este replicado no PAC (Plano de Aceleração do Crescimento) e outras políticas. O imperativo recai sobre Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enids), em que a região do Baixo Amazonas⁴ desponta como estratégica para a redução dos custos de escoamento da produção de *commodities* do Brasil Central.

No que tange ao aspecto metodológico, o horizonte do trabalho almejou realizar uma análise crítica a partir da totalidade e das contradições referentes ao recorte espacial adotado pelo presente artigo. Ele partiu da materialidade da vida do homem em sociedade e as situações de conflito a ela inerentes em busca de uma realidade para além das superficialidades (materialismo histórico). Além de revisão bibliográfica e análise documental, a exemplo do Relatório de Impacto Ambiental (Rima), do projeto e do Plano Diretor, de atividades de campo sistemáticas na região realizadas antes da pandemia do coronavírus, e esporádicas, após o período de isolamento, ocorreram observações diretas em eventos locais que contemplavam o tema em questão. Parcialmente aqui registradas.

Neste sentido, a investigação adota como amparo teórico o debate sobre a acumulação primitiva defendido em Marx (2018), Gonçalves e Costa (2020),

² Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação. Carlos Frederico Marés de Souza Filho; Liana Amin Lima da Silva; Rodrigo Oliveira; Carolina Motoki; Verena Glass (Orgs.) São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Cepedis, 2019. A obra agrupa o uso da Convenção com os movimentos sociais, em particular na Amazônia.

³ É compreendido como uma tentativa de um indivíduo ou grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, por meio da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. É regido pela disputa do poder, em múltiplas faces, escalas e dimensões, revisa Haesbaert (2002).

⁴ A instalação do empreendimento da Ford no século passado representa um divisor de águas, literalmente. A primeira genuinamente capitalista sob os auspícios do imperialismo, como reflete Francisco de Assis Costa (1998).

Oliveira (1994), Harvey (2009) e Ianni (1978), em que argumenta o modelo de acumulação referido como elemento de permanência que estrutura as experiências desenvolvimentistas impostas para a Amazônia. Em contraponto, sublinha algumas formas de r-existência das populações locais por ele afetadas. Além da breve introdução anterior, este artigo apresenta a reflexão sobre o conceito marxista e suas derivações. Em seguida, descortina parte das racionalidades da região do Baixo Amazonas, sobre o lago do Maicá, para logo após apresentar o projeto do complexo portuário e o processo de revisão do Plano Diretor do município. Revisão que consagrou a territorialização do capital, e encerra com algumas considerações inconclusivas.

Acumulação primitiva

Argumentamos que a acumulação primitiva se materializa como um conceito-chave para o entendimento sobre as experiências desenvolvimentistas impostas para a Amazônia. Nesta direção, a mediação do Estado (autoritário)⁵ a favorecer institucionalidades e políticas de financiamento, ombreadas por políticas de renúncia fiscal (isenção de imposto de renda e Lei Kandir, por exemplo), opera na territorialização do grande capital.

No campo da desregulamentação, a revisão de planos diretores de cidades consideradas fundamentais para a expansão do capital, tem sido a página recente que desponta nesta aquarela de pilhagem. Medida ancorada no discurso do mercado pela necessidade de segurança jurídica. Argumento amplificado pela mídia empresarial. Processos que transcorrem em tênue fronteira entre o público e privado, o lícito e o ilícito, como veremos ao longo deste trabalho.

As experiências desenvolvimentistas para as Amazônias têm tido como consequência a expropriação das populações locais, a apropriação privada dos dividendos, do conhecimento ancestral, e a socialização de toda ordem de

⁵ É compreendido para além das rupturas de processos democráticos, em que Fernandes (2005), em consonância com Coutinho (1979), realça a nossa herança colonial para avaliar o *ethos* autoritário, racista e oligarca de toda evolução econômica, política, social e cultural do percurso da formação do Brasil, bem como a fragilidade da nossa democracia formal liberal, eivada de vícios patrimonialistas, patriarcais e clientelistas, em que são recorrentes momentos de rupturas ou ameaças (parlamentar ou militar), como verificado nos capítulos infelizes recentes da nossa história política. Vale ainda ressaltar o conceito de Estado contrainsurgente, elaborado Rui Mauro Marini, no qual o economista busca analisar a imposição da ideologia desenvolvimentista dependente de uma burguesia nacional-liberal subordinada aos interesses das forças hegemônicas internacionais imperialistas, como revisa Silva (s/d).

mazela ambiental e social engendradas pelo processo. O que representa uma profunda modificação do metabolismo da natureza, e implicações danosas sobre todos os ciclos de reprodução da vida. No aspecto social, opera no rompimento dos laços de solidariedade, compadrio e vizinhança das populações locais, como reflete, entre outros autores, Jean Hébert (2004). Privar é a ordem do dia.

Privados de seus territórios, os segmentos sociais acima mencionados têm a sua reprodução econômica, política, social e cultural posta em risco. Em contrapartida, mobilizam esforços na organização de instituições e ações em rede em defesa dos seus territórios. Com relação às suas manifestações culturais, via de regra, são cooptadas ou incorporadas à lógica do marketing empresarial, quando as empresas do grande capital empenham recursos em patrocínio, como ocorre no município de Juruti, com o Festival das Tribos,⁶ patrocinado pela Alcoa.⁷

Outro elemento a ser considerado recai sobre o pico da instalação dos grandes empreendimentos, estruturado pela concentração de capitais em espaços específicos. Um momento marcado pela precarização do mundo do trabalho, em que a terceirização é o recurso adotado. O fato representa um instrumento a mais de apropriação do mais valor. Uma caracterização da acumulação primitiva no presente contexto histórico, como argumentam Gonçalves e Costa (2020). Outro componente é a ausência de organização política do setor, uma representação de classe que possa confrontar a superexploração do trabalho.

A presença de empresas terceirizadas implica situações de tensão no campo cultural e do trabalho, em que “os peões” uniformizados, os veículos de empresas com as suas marcas estampadas, a construção de canteiros de obras traduz a diferenciação nos espaços nos quais são instalados e entre os moradores.

⁶ O festival ocorre desde 1994, no município de Juruti, no final de julho e começo de agosto, e envolve a disputa entre as agremiações Muirapinima e Munduruku. A iniciativa integra uma geografia de grandes festivais da região, onde se registra ainda o Festival de Bois-Bumbá, na cidade de Parintins – AM, e o Festival dos Botos (Çairé), em Santarém – PA, além de outros com menor visibilidade. As manifestações exaltam a força da cultura local e seus protagonistas, indígenas, caboclas, quilombolas, entre outros.

⁷ Expediente equivalente foi usado quando da implantação da empresa em São Luís (MA), nos anos de 1980.

O movimento da instalação de grande projeto (capital) promove a expropriação – exército de reserva – que em parte é incorporada à iniciativa como operário terceirizado no pico de construção da obra. A expansão do capital sobre a fronteira amazônica provoca uma confluência de estranhos de temporalidades heterogêneas (capital, técnico, funcionário público, peão do trecho, povos originários, trabalhadores terceirizados, pesquisadores, etc.), como adverte, entre outros, José de Souza Martins (1993). Riomares nunca dantes navegados. Tensões. Agruras. Fissuras em dinâmico processo de territorialização, reterritorialização, desterritorialização do que se convencionou etiquetar de globalização.

Ao interpretar o fenômeno sob o princípio de totalidade e suas contradições, Santos (2013, p. 49) assevera que:

... o espaço é teatro de fluxos como diferentes níveis, intensidades e orientações. Há fluxos hegemônicos e fluxos hegemonzados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos. O espaço global é formado de todos os objetos e fluxos. A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quanto mais seus objetos dão prova de mais inovação.

Por sua vez, Oliveira (1994, p. 8), ao tratar sobre os processos de integração da Amazônia, realça os diferentes mecanismos acionados pelas violências na inserção subordinada aos circuitos econômicos mundiais:

Uma invasão, uma descoberta, ocupa terras vazias, ou ocupadas por não gente, incapaz de cuidar de si própria. Oferece perigo pela sua vulnerabilidade, pela sua incapacidade cultural – segundo os critérios dos brancos – de cuidar de vastas riquezas; não são propriamente inimigos. A prática neste caso é de acumulação primitiva. ... Apropriação de terras, garimpagem, exploração da madeira, são os lados “produtivos” da perversidade fáustico genocídio de indígenas, da devastação florestal, da contaminação dos recursos hídricos, da destruição dos modos de vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros, dos seringueiros.

A respeito da acumulação primitiva, a ação em rede e a tênue fronteira entre o público e o privado, o lícito e o ilícito, Oliveira (1994, p. 12) enuncia que:

Criam-se redes interativas de circulação mercantil, que é a única esfera onde a acumulação primitiva se deixa revelar, e que servem para todas as transações: o mesmo canal que serve para desovar cocaína, desova ouro, cassiterita, madeiras, lava dólares do tráfico, subfatura nas exportações e superfatura nas importações da Zona Franca de Manaus. A promiscuidade mercantil parece apenas uma irmandade da ilegalidade, de fato é sua natureza de apropriação violenta que as equaliza. Numa ponta, um alto executivo da Paranapanema, na meia direita, um deputado federal ligado ao narcotráfico (que combina com o exercício de pastor de almas), na meia esquerda, o contrabandista do garimpo e o madeireiro, e na ponta esquerda o cartel de Medellín.

Em seguida, arremata:

É desse cipoal de violência privada, que forja representações de interesses (pois elege deputados e senadores) no Congresso e nas grandes empresas estatais, Passarinhos, Barbalhos e Mestrinhos, elegantes e refinados Lacombe, Associações de Empresários da Amazônia (que têm sede em São Paulo), ações na bolsa entre as mais valorizadas, que se arma o Leviatã. Insistindo, o monopólio legal do Estado é ao mesmo tempo, cobertura e impotência, não é ausência do Estado, como uma hipótese generosa poderia propor.

No campo discursivo, o horizonte da construção de sentidos reside em desenvolver, fazer progredir e modernizar a Amazônia. A janela discursiva ratifica a categorização da região como vazia e atrasada, os estereótipos atribuídos a seus habitantes (bárbaros ou selvagens) como inaptos na gestão da riqueza e as suas formas de vida inadequadas para a racionalidade do modo de produção capitalista, como suscitam as inquietações de Porto Gonçalves (2001, 2017) ao criticar os pilares da modernidade.

Na dinâmica de expansão do capital, o imperativo das violências da acumulação primitiva tem como premissa subordinar outros espaços na edificação do que se estipulou como modernidade. Permanências. O capital não

se reproduz sem lançar mão de formas não capitalistas de produção. No caso amazônico, o fenômeno exacerba, como bem indicam ao longo da história a catequese, a escravização de indígenas, negros e outras categorias, prisões, tortura, assassinatos e chacinas de defensores da reforma agrária, meio ambiente e direitos humanos, e seus apoiadores, e mesmo a criminalização da luta popular,⁸ seja na esfera jurídica ou midiática.

Nesta racionalidade imposta, o porto tende a anexar espaços não mercantilizados aos circuitos globais, a partir de uma complexa conjuntura que mobiliza variados sujeitos, temporalidades e escalas. Como já colocado, em uma fronteira tênue entre o público e o privado, entre o lícito e o ilícito, que conjuga recursos antigos a “novos”, apontam Gonçalves e Costa (2020) sob a transpiração em Marx e outros autores que debatem a acumulação primitiva, a exemplo de Rosa Luxemburgo, David Harvey, Klaus Dörre e Virgínia Fontes.

Os autores elaboram a categoria de acumulação entrelaçada, compreendida como “a interconexão e a interpenetração, não só das regiões do mundo, mas também, de diferentes épocas históricas e distintas dimensões da expropriação capitalista” (2020, p. 32).

O modelo é entendido pelos pesquisadores como a produção de novos espaços capitalistas que viabilizem a reprodução continuada e ampliada do capital. A reelaboração da conjuntura construída se materializa mediante as reconfigurações legais, sociais e culturais, que amalgamam antigas formas às novas, em ação que tende a aprofundar as assimetrias sociais e as discontinuidades espaciais.

Na questão aqui posta, no aspecto normativo, a revisão do Plano Diretor do município de Santarém foi um dos elementos mobilizados pelo setor interessado na construção do porto no lago do Maicá, um espaço ainda não plenamente mercantilizado. Cumpre aqui uma ressalva. Ainda que a região esteja incorporada aos circuitos da economia global desde o século passado, a fagocitação se dá na seleção do espaço, fragmentação. Incorpora-se o espaço que é estratégico. Passível de exploração, como tentamos apresentar a seguir.

⁸ No corredor de Carajás, entre o Pará e o Maranhão, a Vale processa mais de 100 pessoas, entre educadores, indígenas, camponeses e quilombolas, recupera reportagem do site da Agência Pública.

Baixo Amazonas: entre rios, circuitos econômicos e r-existências

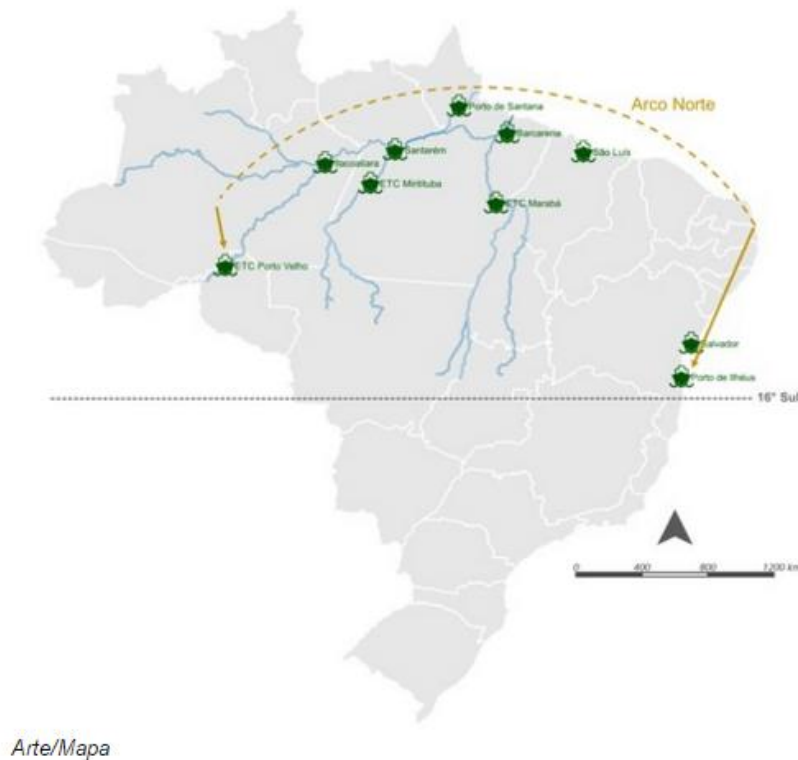
Um porto não protagoniza uma iniciativa isolada. A ela somam-se o modal de transporte (hidrovia, rodovia e ferrovia) e complexos hidroelétricos. Uma convergência de interesses capitais de diferentes setores. Uma cartografia da expropriação, como se verifica no projeto Arco Norte, representado na Figura 1. O conjunto da obra configura efeitos cumulativos sobre a natureza e a sociedade. Reconfigurações econômicas, políticas, culturais e sociais e uma infinidade de situações de conflitos de heterogêneas nuances.

No Baixo Amazonas, o projeto Arco Norte⁹ encarna o documento normativo que almeja consolidar a região como um corredor de circulação de *commodities* do Brasil Central. Uma geografia do saque, descortinada no âmbito econômico e político do país lá pelo século XVI, quando da anexação subordinada do porto da cidade do Rio de Janeiro, aos caminhos e descaminhos das dinâmicas da acumulação global.

Conforme atesta a representação a seguir, o Pará concentra o maior número de portos. No conjunto de dez, quatro estão no estado, projetados, já instalados, ou em fase de ampliação em Marabá, Santarém, Barcarena (Vila do Conde) e Itaituba (distrito de Miritituba). Ainda que normatizados em 2016, mobilizações pretéritas e outros documentos produzidos pelos interessados no projeto que servem de base, já sinalizavam para a estrutura do projeto. Neste sentido, o objetivo do trabalho foi refletir sobre o projeto de instalação de um complexo portuário na cidade de Santarém – PA, em uma região denominada lago do Maicá, espaço que abriga indígenas, quilombolas e camponeses.

⁹ O estudo sobre o Arco Norte é o sexto volume da série *Estudos Estratégicos*, sob a responsabilidade do Cedes (Centro de Estudos e Debates Estratégicos). O estudo calçado em dados de consultorias internacionais sob os auspícios da Confederação Nacional de Transportes (CNT), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) salienta a fragilidade da infraestrutura do país, considerada uma das piores do mundo, o que onera em demasia o escoamento da produção do agronegócio nacional, em particular, do Brasil Central. O documento teve como relatores os deputados federais pelo Pará, Lúcio Vale (PR/PA) e Remígio Monai (PR/RR), e como consultor técnico o atual governador do estado de São Paulo, Tarcísio de Freitas. O PR, nos dias atuais, atende pela legenda PL. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30939>. Acesso em: 11.nov.2023.

Figura 1 – Mapa do Arco Norte



Fonte: Ministério da Infraestrutura, 2016.

A Embraps é a empresa interessada no empreendimento. Ela é composta por “empresários” do Mato Grosso, alguns envolvidos em grilagem de terras, conforme análises de Oliveira (2005). Ituqui, Curuá Una, Trombetas, Erepecurú e Maicá são alguns dos rios que colaboram para a formação do rio Amazonas, em sua parte, por onde percorre em terras paraenses do Baixo Amazonas, região considerada como de colonização pré-colombiana, Amazônia, em sua parte Oriental. Nesta latitude corre em paralelo com o Tapajós. Um tem a feição das águas barrentas, enquanto o outro, um tom azulado.

As águas dos caudalosos rios Tapajós e Amazonas ajudam a conformar as gigantes bacias hidrográficas homônimas que embelezam a frente da cidade de Santarém. As águas, uma azul e outra barrenta, não se misturam. Contudo, os circuitos econômicos externalizados às margens dos rios representam uma

totalidade do processo de avanço do capital sobre a fronteira, como pontuado anteriormente por Santos (2013).

O circuito local fica ao rés do chão, expresso na feira do Mercado 2000 e seu entorno. Pescado, carnes, artesanato e hortifrutigranjeiros conformam um comércio alimentado pela produção local de um pujante e diversificado campesinato, este territorializado em diferentes modalidades espaciais (terra firme, várzea e ilhas). Neste conjunto encontramos ocupações, projetos de assentamentos de diferentes categorizações (reforma agrária, projeto de desenvolvimento sustentável, projeto de desenvolvimento agroextrativista), sob diversa responsabilidade (União ou estado). E, ainda em territórios indígenas, em reservas extrativistas, em quilombos e áreas periurbanas (produtores de hortifrutigranjeiros). Trata-se de uma sociodiversidade tributária de saber milenar (Almeida, 2021). Saber amiúde desconsiderado.

Noutro extremo, emerge o porto da multinacional Cargill, que conecta o local ao global, a partir da exportação de *commodities* de grãos, soja em particular, sob a égide de uma nova divisão internacional do trabalho. Embarcações modestas e navios graneleiros representam outra diferenciação das dinâmicas da região. A partir de uma conformação marcada por circuitos, redes, espaços, temporalidades e racionalidades antagônicas. Os sujeitos em oposição colocam em xeque o valor de uso e o valor de troca das riquezas inerentes à região, Almeida (2021).

O trabalhador informal é típico da orla das cidades ribeirinhas da Amazônia. À beira dos rios, os trabalhadores fazem a estiva de variados produtos oriundos de diferentes locais do município de Santarém e cidades do entorno. É o braçal que carrega produtos em carroças feitas de madeira e dois pneus. Rústica arquitetura. Na carroça da beira do cais, o homem ocupa o lugar do animal. Trata-se de trabalho extenuante, de baixa remuneração, desprovido de contrato social e realizado sob um sol inclemente ou chuva torrencial, como atesta o registro na Figura 2. Nestas paragens, o transporte fluvial rivaliza com o rodoviário. O rio é a rua, Almeida (2021).

Figura 2 – Orla de Santarém/PA



Fonte: Trabalho de campo (registro do autor, 2017).

As embarcações nativas carregam, além de mercadorias, pessoas. As pessoas viajam em redes. Rede¹⁰ é uma questão-chave dos circuitos equidistantes que conformam a totalidade da dinâmica local. Se o braçal coopera para a circulação de mercadorias do circuito local, as esteiras mecanizadas da empresa Cargill ativam o deslocamento dos grãos dos silos até os navios, que dali ganham os mares até alcançarem o velho mundo, os Estados Unidos e a Ásia, em particular. Antes, porém, registrem-se as carretas a cortarem a BR-163 (Cuiabá-Santarém), e as balsas que percorrem o Tapajós, do polo produtor do Brasil até alcançar o porto da Cargill, em Santarém.

Formas de usos das riquezas naturais, escalas e tempos de cada circuito estão diametralmente em oposição. As bolsas de valores internacionais não fazem cotação dos produtos oriundos da cadeia local, mas, sim, do segundo, mobilizado pelas grandes corporações. Tanto um quanto o outro se encontram mundialmente articulados em redes. O primeiro em defesa de seus territórios e das riquezas naturais, enquanto o segundo, pela apropriação e controle das

¹⁰ Sob a transpiração dos tratados do sociólogo Manuel Castells (*A sociedade em rede*), Santos (1999) considera dois elementos centrais em torno de debate sobre a rede, a realidade no campo da técnica (material) e a social, aquela materializada pela infraestrutura existente na composição do espaço, em que a cooperação entre equipamentos aciona o fluxo de matérias (bens), de informação, de energia e de pessoas, a partir de uma totalidade marcada pela hierarquia de pontos de acesso (origem) e terminais (destino).

terras ancestrais e das riquezas existentes, numa equação que acentua a condição colonial da região, a distribuição desigual dos ativos e passivos oriundos do processo do modo capitalista de produção, como projetado para o lago do Maicá. Tem-se assim uma totalidade contraditória, como esboçado nas primeiras páginas deste trabalho. Adiante, apresentamos melhor o *locus*.

O lago do Maicá

Por estas barrancas, o tempo corre lento. Tributário de beleza exuberante, o lago do Maicá resulta da confluência dos rios Tapajós e Amazonas, na região de várzea de Santarém, município cravado na Amazônia Oriental, no Baixo Amazonas paraense. A região ganhou notoriedade após a sua reinserção nos circuitos mundiais de troca desigual, a partir do projeto da construção do porto da Cargill, lá pelo começo da década de 2000. Uma obra realizada com total indiferença às normas nacionais do campo ambiental. Desprezo que permanece no processo de revisão da licença, como denunciam relatórios produzidos pela ONG Terra de Direitos, em 2021 e 2024 (Martins; Schramm; Ramos, 2024).

A empresa estadunidense privou a população do uso coletivo da praia da Vera Paz, e igualmente subjugou parte do sítio arqueológico nomeado de Porto. Espaço que rivaliza em importância com o sítio Aldeia. Em síntese, toda a região é ímpar nestes registros, em particular, o município de Santarém.

A pesquisa de 2021, escrita por Schramm *et al.*, esclarece que, além da ETC (Estação de Transbordo de Cargas) na orla na cidade, no encontro dos rios Tapajós e Amazonas, em 2010, a Cargill instalou um armazém de grãos e cereais na comunidade de Cipoal, às margens da BR-163, ainda em Santarém. O armazém conta com uma estrutura de silos com capacidade de armazenamento de 30 mil toneladas de grãos e uma área de pátio para carreta.

Na memória de abusos da Cargill, a pesquisa da Terra de Direitos relata que em 2012 foram realizadas as obras de ampliação, com a implementação de um silo com capacidade para 30.000 toneladas de grãos na área retroportuária da empresa. Já em 2014, a expansão continuou com a instalação de três silos metálicos, com capacidade de armazenamento para 54.000 toneladas, um píer flutuante coberto para recebimento de barcas e um descarregador de rosca

(Barge Unloader) com capacidade de movimentação de 1.500 toneladas/hora. A ampliação foi concluída em 2017, com investimento total de R\$ 240 milhões. O que aumentou a capacidade anual de escoamento de dois para cinco milhões de toneladas de grãos. O processo se deu tendo como base um EIA-Rima precário.

Entre as irregularidades cometidas pela Cargill, o documento sublinha: i) invisibilização de povos e comunidades tradicionais; ii) fragilidades nos diagnósticos de uso e ocupação dos solos; iii) omissões quanto aos processos de organização social das áreas de influência da ETC; iv) não realização de consulta prévia e informada a povos e comunidades tradicionais; v) frágeis análises de questões ambientais; vi) diagnósticos elaborados predominantemente com dados secundários.

Martins, Schramm e Ramos (2024) sublinham a presença de outros projetos portuários, igualmente instalados com indiferença às normas jurídicas, tanto na cidade de Santarém como em Itaituba e Rurópolis, onde, além de terminais, almeja-se a criação de um pacote de PHC (Pequenas Centrais Hidroelétricas). No caso da cidade de Santarém, vale colocar em relevo os portos erguidos ao arrepio da Lei, a exemplo da empresa Atem's Distribuidora de Petróleo S/A. Ela instalou o porto distinto das informações que tramitaram do processo de licenciamento, no qual constava operação com cargas não perigosas. Desde 2020 a empresa vem sendo autuada por diversas infrações.

Ainda conforme a mesma fonte, há irregularidades cometidas pela Dinizia Trading Importação e Exportação Ltda., que operou sem a licença de operação emitida pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. Em 2018 foi punida, após nova autuação, a pagar 20 mil UPFs (Unidade de Padrão Fiscal), estimada em R\$ 4.578,20. Soma-se ainda à constelação de infratores a Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda., que controla uma rede de postos de gasolina no município e região. Coleciona autos de infração desde 2007, com multas que variam de R\$ 50 a 5 mil UPFs. Além dos crimes cometidos, o relatório da ONG Terra de Direitos alerta sobre a ausência de transparência de informação sobre os processos de licenciamentos ambientais. É notório, no conjunto dos empreendedores, a indiferença aos marcos legais, que ameaça o ecossistema local, entre eles, o lago do Maicá. Violências e violações que integram o repertório do conceito aqui posto em debate.

O lago do Maicá localiza-se à margem direita do rio Amazonas. Ele faz parte de um complexo ecossistema, composto por ilhas, e uma parte de “terra firme”, que se encontra adjacente às áreas de várzea. Ao longo do seu leito e ao redor de seus braços, o lago do Maicá banha inúmeros territórios que recebem o nome de bairros ou comunidades, conforme sua localização. Em toda essa área, conhecida como “região do Maicá”, esparramam-se os bairros Mararú, Diamantino, Maicá, Pérola do Maicá, Jaderlândia, Urumanduba (Lei Municipal nº 18.051/2006)⁹ e as comunidades Murumurutuba, Bom Jardim, Açaizal, Igarapé-Açú, Ipaupixuna, Santa Cruz, Santos da Boa Fé, São Raimundo da Palestina, Tiningu, Miritituba, Areião e São Francisco da Cavada.¹¹

As comunidades Murumurutuba, Tiningu, Bom Jardim e Pérola do Maicá (Arapemã) são consideradas como terras de remanescentes de quilombos, e todas são elas devidamente filiadas à Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS). Estas comunidades quilombolas são os principais sujeitos no enfrentamento contra a construção do complexo portuário, bem como o povo Munduruku aldeado na região.

A Empresa Brasileira de Portos de Santarém (Embraps), dona do CNPJ nº 15.302.195/0001-00, localizada na avenida Mendonça Furtado nº 1680, Ponto 1, bairro Santa Clara, Santarém – PA, é quem pleiteia a construção do complexo portuário no Maicá, composta por empresários do Mato Grosso. O capital social declarado na Receita Federal é de R\$ 17 milhões. O conjunto de sete sócios declarados tem como representante legal o senhor Pedro Riva. Os demais sócios são Wagner Riva, José Luiz Ruaro Baggio, Fábio dos Anjos Souza, Cristiano Zortea, Rogério Luiz Delfino e Ennes Zortea.

A respeito de Pedro Riva, no site da Receita Federal, consta que é proprietário ou sócio de empresas que operam no ramo de comércio, categorizadas como microempresas nas cidades de Ipiranga do Norte, Taupah e Sorriso, e de loteamento e incorporadoras. Na cidade de Sinop, é sócio da empresa Pedro Riva & CIA Ltda., que opera desde 2005 e é responsável pelo Loteamento

¹¹ VIEIRA, Judith Costa. Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao território do Quilombo do Maicá em Santarém – PA. *In. Sociologia, antropologia e culturas jurídicas*. [Recurso eletrônico on-line.] Organização: Conpedi/ Unicritiba; coordenadores: José Alcebíades de Oliveira Junior, Regina Lucia Teixeira Mendes, Maria Luisa Scaramella. Florianópolis: Funjab, 2013. p. 40-73.

Menino Jesus. Wagner Riva e Ronaldo Riva são os demais sócios. Soa no mínimo estranho um declarado microempresário ser o principal representante da proposta do complexo portuário.

O sobrenome Riva é recorrente em investigações do professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2005) sobre grilagens de terra no Mato Grosso. A família também exerce poder na política local, a exemplo do deputado José Geraldo Riva que, em 2018 foi condenado a 26 anos de prisão por formação de quadrilha e peculato, pelo desvio de mais de R\$ 36 milhões da Assembleia Legislativa. O político, à época, respondia a mais de 100 ações na Justiça. Fato amplamente divulgado na imprensa.

O projeto do Complexo Portuário da Embraps

O complexo portuário do Maicá está projetado para ocupar parte do território da região do município de Santarém, denominada Grande Área Verde do Maicá, em particular, o bairro Área Verde. O empreendimento da Embraps tem como principal propósito a exportação de grãos do Brasil Central (soja e milho).

O complexo é composto por terminal fluvial com capacidade de ancoragem de navios do tipo Panamax (260m), considerado um dos maiores na classificação de navios – a classificação é uma referência ao canal do Panamá –, os quais só atracam em porto de grande calado (12 metros). O terminal graneleiro ocupará área total de 151.640 m², conforme consta no Relatório de Impacto Ambiental (Rima, 2014) da Embraps, produzido pela agência de fomento à pesquisa no estado, Fadesp,¹² e sinalizado na Figura 3, a seguir.

Ainda conforme o mesmo documento, a estrutura será composta por um pátio com capacidade para receber 938 carretas tipo bitrem, quatro pátios com capacidade de 110.000 toneladas cada, com estimativa de movimentar até 7.920.000 t de soja por ano. O tombador de carretas terá dois edifícios, cada um

¹² É uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objetivo apoiar o desenvolvimento científico, social e tecnológico da Amazônia. Criada em 1977 para dar suporte às atividades da Universidade Federal do Pará (UFPA), atualmente, é um dos grandes agentes estratégicos da região Norte. A Fadesp atua na gestão de projetos de pesquisa, ensino, extensão e inovação da UFPA, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade do Oeste do Pará (Ufopa), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Instituto Evandro Chagas (IEC), Instituto Federal do Pará (IFPA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa – Amazônia Oriental), além de outras instituições parceiras.

equipado com quatro tombadores, com a capacidade de descarga de 150 t/h e recebimento de 1.200 t/h, e mais dois elevadores modalidade caneca, com capacidade de 600 t/h cada. A Figura 3 exibe a configuração do complexo e a tabela da projeção do movimento da produção.

Figura 3 – Complexo Portuário da Embraps de Santarém – PA



Fonte: Rima, 2014.

O Quadro 1 a seguir detalha a capacidade anual projetada de movimentação de produtos.

Quadro 1 – Capacidade de Movimentação anual

CAPACIDADE DE MOVIMENTAÇÃO ANUAL			
	FASE I (ton/ano)	FASE II (ton/ano)	TOTAL (ton/ano)
SIST. DE ARMAZENAMENTO	3.960.000	3.960.000	7.920.000
SIST. DE EXPEDIÇÃO *	7.920.000	7.920.000	7.920.000
SIST. DE RECEPÇÃO	4.147.000	4.147.000	8.294.000
OBS*: Taxa de ocupação da Fase I 30 %			
OBS*: Taxa de ocupação da Fase II 59 %			

Fonte: Relatório de apresentação da Embraps, 2014.

O Rima (2014) indica que:

A construção do terminal está programada para duas fases: a primeira fase das obras e serviços deve durar vinte e quatro meses para finalização a partir do recebimento da Licença de Instalação. Ao término desta fase, as operações de movimentação de grãos no empreendimento deverão iniciar. O terminal da Embraps planeja movimentar no seu primeiro ano de operação 4,8 milhões de toneladas/ano de grãos soja. (p. 13)

O mesmo documento atesta que o carregamento dos graneis será feito por três torres metálicas com pescante móvel, com capacidade nominal mínima de 3.000 t/h, e vai operar 24 horas. O documento alerta que a Embraps pretende adquirir novas áreas com vistas à ampliação. O Rima do projeto relata que a capacidade anual de exportação em sua primeira fase será de 4,8 milhões de toneladas de grãos de soja.

O Complexo Portuário do Maicá – fases e processos

O projeto do Complexo Portuário mobiliza uma imbricada rede de interesses e sujeitos em variadas escalas no recente contexto de reinserção da Amazônia aos circuitos globais, notadamente, tendo como base a exportação de produtos primários. A iniciativa é uma demanda dos produtores de grãos do Brasil Central, com vistas a reduzir os custos de exportação, a partir de um corredor na região Norte, em detrimento dos portos Paranaguá (PR) e Santos (SP).

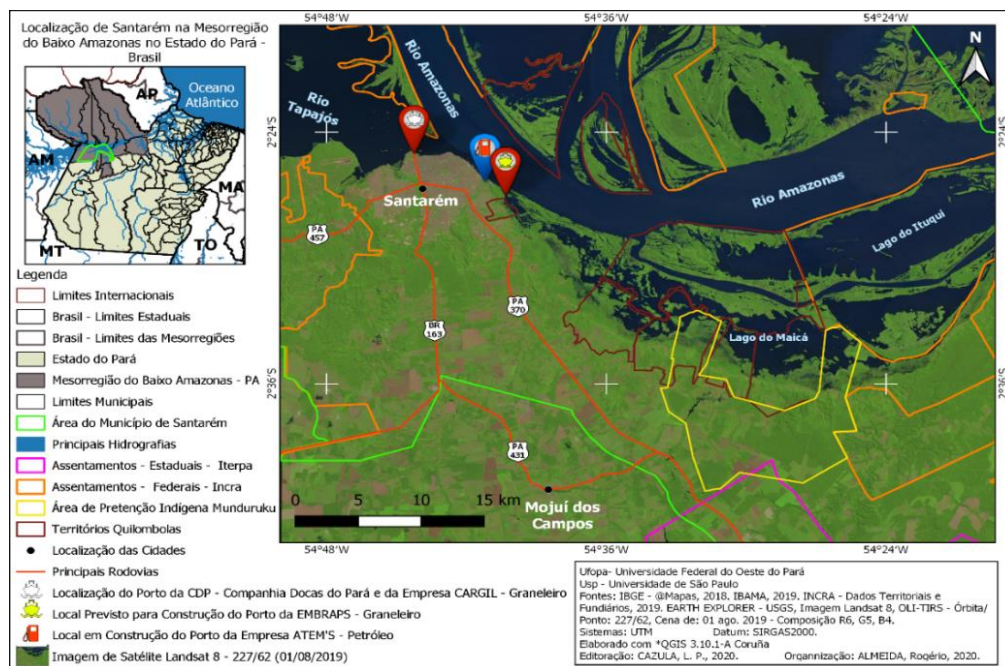
No lago do Maicá, no campo popular, articulados em redes locais, nacionais e internacionais em defesa de seus territórios – mas não de forma homogênea – e das riquezas que eles agregam, e mobilizados a partir da condição de classe e de critérios identitários, podemos realçar os seguintes sujeitos: Colônia de Pescadores Z-20, Federação dos Quilombolas de Santarém (FOQS), Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Pastorais Sociais da Igreja Católica, ONGs, associação de moradores, pesquisadores, Central de Associação de Moradores da Grande Área do Lago do Maicá. Além de igrejas evangélicas e terreiros de umbanda, sobre um território heterogeneamente

configurado pela presença de projetos de assentamentos, territórios indígenas (Munduruku), quilombolas e extrativistas (Almeida, 2021).

Na referida área, além de assentamentos urbanos formais e informais, habitam populações ribeirinhas e quilombolas, as quais desenvolvem relação direta com o lago Maicá e com o rio Ituqui, canal formado a partir do rio Amazonas. Observa-se no entorno do projeto do terminal, várias comunidades quilombolas em diferentes fases de titulação do território e Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) criados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), conforme demonstra o mapa na Figura 4.

Em oposição a estas territorialidades, a Embraps, por sua vez, planeja a construção de um pátio regulador de cargas, que estabelecerá o fluxo de carretas, previsto para ser implantado à margem esquerda da rodovia estadual PA-370, também nas proximidades de comunidades quilombolas.

Figura 4 – Configuração Territorial do Planalto Santareno



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

A gênese burocrática do Complexo Portuário do lago do Maicá tem como marco legal a elaboração do Termo de Referência pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Semas/PA). A problemática sobre o projeto tem

início a partir daí: a quem caberia a responsabilidade sobre o processo, sendo que o rio Amazonas é de responsabilidade federal?

Data de março de 2013 a solicitação de licença ambiental da Embraps para a Semas/PA, bem como a apresentação do referido estudo. Em novembro do mesmo ano, a Semas publicou o Termo de Referência para a elaboração do EIA-Rima pela Embraps, que contratou a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadesp) (Cunha *et al.*, 2016).

O Termo de Referência exigiu que o EIA-Rima identificasse, na área de influência da obra, “todas as áreas legalmente protegidas (Áreas de Preservação Permanente, Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, Reservas Legais, Quilombos, Reservas Indígenas) e ambientalmente sensíveis” Cunha *et al.* (2016, p. 105). Também conta como exigência a identificação e caracterização das populações tradicionais existentes na área de influência do empreendimento e as possíveis interferências nos respectivos grupos.

Enquanto os estudos ambientais (EIA) ainda estavam em curso, a Embraps ingressou com pedido de autorização para a construção e exploração de terminal privado na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq). O empreendimento foi considerado “apto” pela agência reguladora, que logo em seguida comunicou à Secretaria de Portos da Presidência da República: “... a habilitação da Empresa Brasileira de Portos Santarém Ltda., única participante do Anúncio Público nº 23/2014, realizado em 12 de dezembro de 2014”.¹³

Cunha *et al.* (2016), ao construírem a linha do tempo sobre o processo burocrático jurídico, informam que a Semas tornou público, em seu site, o Rima elaborado pela Fadesp, em outubro de 2015. Ele atesta a presença do Território Quilombola [TQ] do Arapemã, localizado em ilha homônima, do lado oposto do rio Amazonas, distante 4 km da área de interesse da Embraps. O referido território foi reconhecido pela Fundação Palmares em 2004. O EIA-Rima declara que o TQ está fora da área de influência direta do empreendimento. A Figura 5 demonstra as incongruências e, a seguir, as rotas de navegação do projeto do terminal portuário. Assim como Cunha *et al.* (2016), Arco (2017),

¹³ CANDIDO, Cunha *et al.* Consulta prévia, livre e informada: o caso da construção do complexo portuário do Maicá, no município de Santarém, Pará. In 21º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. Teses de Estudantes de Graduação/Papers of Law School Studentsp, p. 87-101. São Paulo, 2016, p. 89.

Santos e Martins (2018) sinalizam para uma inconsistência sobre os referidos documentos elaborados pela Fadesp sob a encomenda da Embraps.

Enquanto o Rima indica que o TQ não será afetado pelo complexo portuário, o EIA sinaliza que, na área diretamente afetada pela implantação do Porto da Embraps, no bairro Área Verde, não foram encontradas populações tradicionais legalmente reconhecidas. No entanto, no lado oposto do rio Amazonas, a cerca de 4010 metros de distância do indicado no projeto, localiza-se o Território Quilombola do Arapemã, reconhecido no ano de 2004, o qual merece algumas considerações por se situar na Área de Influência Direta da Obra.

Estas “imprecisões” serão usadas pelas representações das comunidades quilombolas no sentido de provocar o MPF sobre o processo de licenciamento ambiental do projeto, bem como as normativas estipuladas na Convenção nº 169 da OIT, que consagram a necessidade da Consulta Prévia, Livre e Informada das comunidades a serem afetadas pelo empreendimento.

Ainda segundo Cunha *et al.* (2016), Santos e Martins (2018), em fevereiro de 2016 os MPs Federal e Estadual interpelam na Justiça Federal, no município de Santarém, Ação Civil Pública (ACP) contra a Embraps, a Antaq, o estado do Pará e a União, na qual pedem a “suspensão do licenciamento para a construção do Terminal Portuário”.

A ACP argumenta que a Fadesp invisibilizou as comunidades remanescentes de quilombos e outras modalidades equivalentes a grupos sociais, na qual consta:

Em síntese, sustentam que o procedimento de implantação do terminal portuário se encontra viciado porque o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental não previram corretamente a presença de comunidades tradicionais e quilombolas na área de influência do empreendimento e não foi providenciada a consulta prévia, livre e informada a estes grupos populacionais. (Convenção OIT nº 169; ACP, 2016, p. 1)

Com base na documentação produzida pelo Incra sobre a existência de comunidades tradicionais na grande Área do Maicá, onde consta a presença de

comunidades quilombolas que serão diretamente afetadas pelo empreendimento, a ACP ressalta:

Trata-se de demanda na qual o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL alega vícios no procedimento de implantação de terminal portuário na grande área do Maicá, na cidade de Santarém, ao argumento de que não foi providenciada a consulta prévia, livre e informada das comunidades tradicionais e quilombolas situadas na área de influência do empreendimento. (2016, p. 2)

O documento mencionado alerta para o contrassenso produzido pelos estudos ambientais assinados pela Fadesp:

... conforme Portaria Interministerial nº 60/2015, dos Ministérios do Meio Ambiente, da Justiça, da Cultura e da Saúde, presume-se que há influência a comunidades quilombolas quando o empreendimento portuário, situado na Amazônia, estiver localizado a menos de 10 (dez) quilômetros destas. Ora, o próprio Rima consigna que há comunidade quilombola a 4 (quatro) quilômetros do local de sua implantação. (2016, p. 3)

Cunha *et al.* (2016), ao cruzarem as informações cartográficas dos relatórios da Embraps e as bases de dados do Incra, evidenciam as situações de conflitos e de influência direta do projeto, em que merecem destaque os territórios quilombolas do Arapemã e Saracura, localizados na área de influência direta do Terminal Portuário.

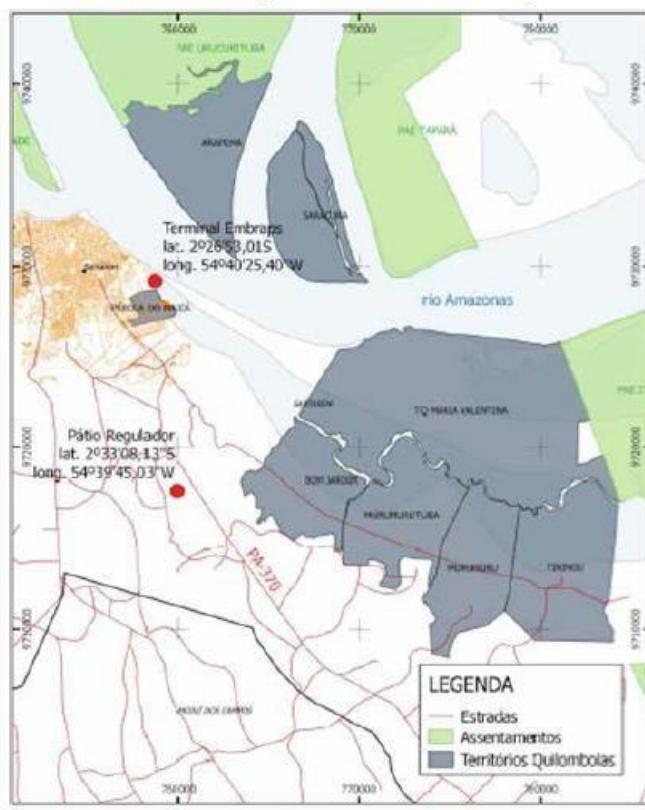
Sarmento, em construção da linha do tempo, assim sintetizou o percurso do projeto:

- a) Em 2013, a Embraps apresentou estudo ambiental e fez o pedido de licença ambiental junto à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará (Semas/PA) para instalação portuária;
- b) Em novembro de 2013, a Semas/PA publicou o Termo de Referência (TR) para elaboração de EIA e respectivo Rima (p. 140 e ss. da ACP);
- c) Em abril de 2014, a Embraps ingressou com pedido de autorização para construção e exploração de terminal de uso

privado junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq);

d) Em 12/12/2014 foi realizado o Anúncio Público n. 23/2014 para referida construção; a Embraps foi a única participante e sagrou-se habilitada. (2019, p. 76)

Figura 5 – Localização do Complexo Portuário da Embraps e suas incongruências com a territorialização local



Fonte: Incra, 2015. In MPF e MPE-PA, 2016; Cunha *et al.*, 2016, p.100.

A ACP, com base no escopo da Convenção nº 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário, promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004, impõe que as comunidades consideradas tradicionais que estejam sob a área de influência direta do projeto sejam previamente ouvidas e consultadas, conforme normativa suprallegal (art. 5º, § 2º, da Constituição), que dispõe:

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

- a) Consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
 - b) Estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
 - c) Estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.
2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Desde a efetivação da liminar assinada pelo juiz federal, o processo de licenciamento encontra-se suspenso. No entanto, a suspensão não implicou a imobilização dos setores alinhados ao projeto, dentre eles, o sindicato dos ruralistas do município, que mantém diálogo constante com os setores do Mato Grosso, e a interferirem no processo de revisão do Plano Diretor do município.

Revisão do Plano Diretor da cidade como instrumento de territorialização do capital

O capítulo recente sobre o processo de licenciamento do Complexo Portuário recai sobre a revisão do Plano Diretor da cidade. A Assembleia-geral da revisão do Plano, ocorrida no ano de 2017, decidiu, após uma grande mobilização dos setores populares aglutinados a partir do Movimento Tapajós Vivo, pela não implantação do complexo portuário no lago do Maicá.

Em contrapartida, a Câmara de Vereadores, ao apagar das luzes do ano de 2018, dias antes do recesso, a despeito da consulta pública, encaminhou o pleito em favor da Embraps. Decisão imediatamente endossada pelo prefeito Nélio Aguiar (DEM). Um favorecimento à territorialização do capital. Uma trama de verve econômica, jurídica e, sobretudo, política. Uma trama categorizada como

acumulação primitiva entrelaçada, como debatido anteriormente por Gonçalves e Costa (2020).

Por ironia, a decisão contraria o art. 3º do Plano Diretor “Participativo” do Município de Santarém, no qual constam: i) justiça social; ii) respeito à diversidade étnica, social, cultural, econômica e de gênero; e iii) inclusão social, compreendida como garantia de acesso a bens, serviços e políticas sociais a todos os munícipes. E, no item X – participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão pública municipal. Um requinte formal da democracia burguesa liberal.

A revisão do plano diretor,¹⁴ no sentido de facilitar a incorporação de espaços não mercantilizados, tem se materializado como fenômeno recente na região. O caso da cidade de Santarém foi precedido pela experiência do município de Itaituba, que abriga no distrito de Miritituba um mosaico de complexos portuários de empresas multinacionais do setor de grãos. Uma tênue convergência entre interesses públicos e privados, entre o lícito e o ilícito, como evidenciam as interpretações de Oliveira (1994), Rodrigues e Rodrigues (2015) e Gonçalves e Costa (2020).

Neste sentido, tanto as interpretações de Gonçalves e Costa (2020) sobre a acumulação primitiva entrelaçada quanto as reflexões sobre agroestratégias de Almeida (2010) e Santos (1999, 2013) podem ser mobilizadas para a análise do caso em tela, bem como as inquietações que giram em torno do debate do conjunto de ideias que gravitam sobre a colonialidade que favorece a reflexão sobre padrões hierárquicos de poder, com proeminência sobre classe, raça etnia e gênero. E, ainda, algo que conforma a formação histórica do país, que recai sobre o patrimonialismo como recurso de reprodução econômica, política e social de classe, como atesta a composição do Legislativo de Santarém, dono de clara tez conservadora, conforme o mostra o Quadro 2.

O Legislativo, composto em sua maioria por homens brancos, tributários de perfil conservador, procrastinou o quanto foi possível o processo de revisão do Plano Diretor. Na última sessão do mês de dezembro de 2018, ocorrida no dia

¹⁴ Sobre a revisão do Plano Diretor da cidade de Santarém – PA, ver REIS, Ana Beatriz e RODRIGUES, Yuri (Orgs.). *A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém – PA. Fase*, Santarém – PA, 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/10/D_L_PLANO-DIRETOR-E-DIREITO-A-CIDADE_EBOOK2-1.pdf. Acesso em: 20.nov.2023.

11 – quando os movimentos sociais estavam desmobilizados por conta do fim de ano –, por unanimidade, a Câmara aprovou um plano contrário ao processo homologado da Assembleia Final, que decidira pela não construção do complexo portuário do lago do Maicá. Sublinhe-se que a presença dos edis no percurso de audiências públicas foi insignificante, quase nula.

Quadro 2 – Composição da Câmara de Santarém em 2018

Nº	Vereador (a)	Partido
1	Antonio Rocha	MDB
2	Alaércio Magalhães Cardoso (Drogamil)	PRP
3	André Nobre Pastana (André do Raio X)	PSDC
4	Antonio Alysson Cunha Pontes	PSD
5	Dayan Serique dos Santos	PPS
6	Emir Machado de Aguiar	PODEMOS
7	Francisco de Sousa (Chiquinho)	PSDB
8	Henderson Lira Pinto	MDB
9	José Maria Júnior Pereira Tapajós	PR
10	Maria José Maia da Silva	MDB
11	Rogério Cebuliski (Gaúcho)	PSB
12	Ronan Manuel Liberal Lira JR	MDB
13	Silvio dos Santos Neto	PTB
14	Tadeu Elmano da Cunha Pereira	DEM
15	Valdir Matias Azevedo Marques JR	PV
16	Jander Ilson Pereira	PSDB
17	Jardel Luís Castro Guimarães	PODEMOS
18	Orlanei Amaral Santana (Ney Santana)	PSDB
19	Raimundo Feleol Cardoso (Didi Feleol)	PDT
20	Sílvio Lopes Amorim	PSC
21	Yangler Glay Santos Matos (Mano Dadai)	PRTB

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

A composição da Casa expressa ainda a representação de troncos familiares que hegemonizam o poder econômico e político no município, onde possuem relevo as famílias Rocha, Tapajós, Liberal e Maia. E, em oposição, não consta nenhuma representação do campo popular, trabalhador urbano ou rural, indígena ou quilombola, extrativista ou pescador. Categorias que fazem parte da sociodiversidade local, e materializam o perfil territorial do município, a partir de terras indígenas, projetos de assentamento, territórios quilombolas, reservas extrativas, dentre outras modalidades, como já citado. Assimetrias capitais. Registre-se ainda que, a única mulher da Câmara integra o clã Maia, a ex-secretária de Educação e ex-vice-prefeita (2013-2016), Maria José Maia, que vem a ser irmã do ex-prefeito e ex-deputado federal (DEM), Lira Maia.

O referido político, em 2014, quando saiu candidato a vice-governador em chapa de Helder Barbalho, era o parlamentar com o maior número de processos criminais no STF (Supremo Tribunal Federal), 14 ações, e outras 24 no Ministério Público Federal (MPF). No portfólio criminal de Maia constavam, à época, sete procedimentos por crime de responsabilidade, infrações administrativas atreladas ao exercício da função pública na condição de prefeito (1997-2004).

Maia também é acusado de peculato, um eufemismo para explicar a apropriação de recurso público. Na ação de número 524 do MPF, Lira Maia é acusado de irregularidades em 24 processos na compra de merenda escolar. Em valores da época, o desvio beirava a casa de R\$ 2 milhões. Em 2016, o político foi condenado a sete anos e seis meses de prisão pelo crime de apropriação e desvio de recursos. A árvore deu frutos.

Em dias atuais, pesa sobre a família a acusação de nepotismo. Em 2021, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), entrou com uma ação civil pública, na qual constam como arrolados Maria Renilza Maia Matos e Rodrigo José Maia da Silva. Os citados ocupavam cargos de confiança da Secretária de Educação, chefiada por Maria José Maia, na gestão de Nélcio Aguiar (DEM). A primeira vem a ser sobrinha e, o segundo, filho de Maria José Maia. Insistências patrimoniais.

O juiz Diego Belchior Santana, além de pedir o afastamento da parentela, estipulou em R\$ 200 mil a causa. Assim como Nélcio Aguiar, em segundo mandato, o ex-prefeito Alexandre Von é considerado afilhado político de Lira, bem como Henderson Lira Pinto, hoje deputado federal em primeira legislatura. A eleição de chefes do Executivo representa garantia de assentos do clã em secretarias, a exemplo do controle das pastas de finanças e da educação na gestão de Aguiar.

Após este longo parêntese dessa página infeliz da nossa história, marcada pelo patrimonialismo, voltemos à ata do dia 11 de dezembro de 2018. A última sessão do ano de 2018 foi presidida por Antonio Rocha, chefe do Legislativo, como atesta a ata da casa. Empresário do ramo de transporte fluvial, ex-deputado estadual e ex-vice-prefeito, responde a processo na Operação Perfuga, acusado de fraude em processo de licitação da Casa Legislativa. Chegou a ficar afastado por 180 dias, por ordem da Lei.

Apesar de não concorrer a nenhum cargo, Antonio Rocha elegeu o filho, Erlon Rocha, ao cargo de vereador. Foi o mais votado no pleito de 2020. Em outro extremo, Marcos Antonio Vinhote Rocha, outro filho, passou a cumprir pena de quatro anos de prisão por tráfico de drogas, a partir de 2018.

No mesmo pleito, a família Tapajós elegeu dois dos seus, Junior (reeleito) e Angelo. Junior Liberal conseguiu mais um mandato. A exceção da composição do Legislativo foi o PT ter eleito dois representantes, Carlos Martins e Biga Kalahari (influencer). Em legislatura pretérita, o partido chegou a eleger a dirigente sindical ligada à reforma agrária e à defesa do meio ambiente, Ivete Bastos. Por conta de sua atuação, por vários anos viveu sob escolta policial, em virtude de ameaças de morte. As ameaças continuam. O partido chegou a governar o município entre 2004 a 2012, na gestão da promotora pública do Pará Maria do Carmo Martins. Martins foi a primeira mulher a governar Santarém. Atualmente, é deputada estadual. É irmã de Carlos Martins, eleito como vereador.

Na última sessão da Câmara do ano 2018, entre moções de aplausos, ordem do dia e expediente, cumpre sublinhar umas ironias. É digno destaque à moção de aplausos do vereador Alysson Pontes (PSD), pela passagem dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no mesmo dia em que aprovaram

a revisão do Plano Diretor, contrariando a decisão popular. Tem-se ainda a iniciativa contra os movimentos sociais realizada pelo delegado Jardel Castro Magalhães.

A ata registra que o parlamentar solicitou a criação de uma comissão especial de estudos de parlamentares para investigar o que ele denominou de “proliferação” de grupos étnicos e territoriais no município. Sendo que a região possui relevância mundial, justo pela presença de sociedades complexas desde a era pré-colombiana, em que Santarém é considerado um relevante sítio arqueológico, pesquisado dentro e fora do país.

Acusado de envolvimento com quadrilhas de grileiros de terras, o superintendente de Polícia Civil do Baixo Amazonas foi suspenso do cargo. Em dezembro de 2023, a casa do delegado foi alvo da operação “Retomada II” da Polícia Federal. Sem êxito, o policial foi candidato ao Senado no último pleito pelo Podemos. O envolvimento do delegado em grilagem de terras com pessoas oriundas do Mato Grosso repercutiu nacionalmente. As redes de tramas em diferentes dimensões abordadas anteriormente dialogam com as interpretações de Oliveira (1994), em que estão entrelaçadas a política, inúmeras modalidades de crimes, as disputas territoriais e de sentidos sobre a Amazônia e as políticas de desenvolvimento, bem como as assimetrias entre os sujeitos envolvidos nas disputas.

Manifestações contra o processo de revisão do Plano Diretor e R-existências populares

Por conta da decisão dos poderes Legislativo e Executivo do município, considerada arbitrária, vários setores da sociedade produziram notas em oposição ao desfecho. Neste conjunto, temos desde frações da Igreja Católica, setores ligados ao urbanismo, professores de universidades centrais do país, a exemplo da USP, Ufscar, grupo de professores da Ufopa, ONGs, entre outros. Conseguimos acessar 15 destas notas, e destacamos algumas que consideramos relevantes.

Quanto à decisão do Legislativo e do Executivo local, o Sindicato dos Sociólogos do Estado do Pará (2018) critica:

A Câmara de vereadores de Santarém ao decidir pela autorização de obras portuárias no Maicá, passou por cima da Plenária final de Revisão do Plano Diretor Participativo, que reprovou a ideia. De nada valeram meses de intensos debates entre os mais diversos setores da sociedade – empresariais, acadêmicos, entes públicos e organizações sociais. Com a decisão, a Câmara demonstra não ter compromisso com os anseios da população e atua na contramão do desenvolvimento com sustentabilidade social, econômica e ambiental.

Já o manifesto animado pela professora da USP, Ermínia Maricato, que contou com a adesão de professores da UFRJ, Adauto Cardoso, UFPR, José Ricardo Vargas de Faria, UFSC, Maria Inês Sugai, entre outros, declara que:

A conferência municipal ocorrida nos dias 23 e 24 de novembro de 2017 foi, sem dúvidas, o fórum mais representativo do exercício da cidadania ativa pelas moradoras e moradores de Santarém. Estiveram presentes diversos segmentos da sociedade civil: associações de moradores, empresários, ambientalistas, pastorais, movimento indígena, quilombola, diversos coletivos, estudantes, professores, entre outros. Todas essas pessoas construíram esse espaço como forma de contribuir para discussões acerca do planejamento urbano da cidade, ações que impactam diretamente em suas vidas cotidianas. Nesse fórum, ficou registrada a rejeição do projeto de transformar a Área de Proteção Ambiental do Maicá em área portuária devido às evidentes consequências predatórias ao meio ambiente e às populações cujo sustento depende dos recursos naturais existentes na área.

A nota de repúdio da Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém (Famcos), entidade que integrou a comissão executiva do processo de revisão do Plano Diretor, salienta que, dos 21 vereadores que compõem a Câmara Municipal, somente três participaram de forma esporádica das jornadas de debates. A Famcos esclarece que:

Na Conferência final do processo de revisão do Plano Diretor, duas propostas divergentes e relacionadas à questão portuária foram apresentadas. Numa delas, o agronegócio queria para si o lago do Maicá, especificamente para a construção de um complexo portuário. Na outra proposta, defendida pela

sociedade civil organizada e pelos movimentos sociais, priorizava-se o lago do Maicá como área de pesca artesanal, turismo de base comunitária e também para embarque e desembarque de pequenos barcos. E foi esta segunda proposta a aprovada pela ampla maioria das pessoas presentes, em sintonia com as regras e com a dinâmica do Plano Diretor Participativo (PDP) que estava sendo conduzido pela própria prefeitura de Santarém. A vitória da proposta defendida pelos movimentos sociais não foi digerida pelos representantes do agronegócio que saíram ameaçando reverter a situação quando a votação do texto final na Câmara de Vereadores.

A decisão da Câmara de Vereadores em atender a demanda do setor da agricultura capitalista, e o respectivo endosso do prefeito Nélio Aguiar, resultam do contexto da fragilidade da democracia nacional, e ilustram o ambiente de reinserção da região aos circuitos mundiais de trocas desiguais, no qual é premissa pétrea a fragilização dos marcos jurídicos formais que, de certa forma, garantem os processos democráticos de revisão do Plano Diretor municipal. Como bem analisado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, ao tratar de agroestratégias, o setor visa fragilizar ou suprimir os direitos das populações consideradas tradicionais, destaque aqui para os remanescentes de quilombolas.

Ao longo das jornadas, o campo popular tem realizado uma série de ações. O movimento social da região promoveu, dentro da pauta de debates do Dia da Mulher, um ato contra o projeto. Os indígenas, por sua vez, implementou um evento no campus da Ufopa de Santarém, organizado pelo Fórum Amazônia Oriental (Faor), o coletivo Tapajós Vivo e o Xingu Vivo, no arcabouço do projeto Mãe da D'água, que congrega mulheres indígenas e do qual fazem parte a Associação Wakomboru (Munduruku), a Associação Parerip (Munduruku do Médio Tapajós), o Conselho Indigenista Tapajós Arapiuns (CITA), o Conselho Gestor do Povo Ka'apor, as Guerreiras da Floresta (Guajajara) da TI Caru. Na ocasião, indígenas, quilombolas, camponeses e pesquisadores debateram, nos dias 27 e 28 de abril de 2019, sobre os possíveis impactos do projeto, caso ele venha a ser efetivado. Na ocasião, a liderança Munduruku, Alessandra Korap, ao refletir sobre a agenda desenvolvimentista, avaliou:

O que o governo tem apresentado a nós é um pacote de morte. Há anos brigamos pelo reconhecimento de nossos territórios, e o avanço é bem pequeno. O governo não entende e não respeita que cada povo tem seu modo de vida, o seu modo de lutar e viver (Seminário sobre Grandes Projetos no Baixo Amazonas, 27 abr. 2019).

A liderança alerta para as ações desleais das empresas em processos de licenciamento, e para a necessidade dos sujeitos locais protagonizarem pesquisas:

As empresas que sem permissão dos povos tendem a fotografar e filmar os mesmos e usar os registros para legitimar audiências e o endosso dos empreendedores. “A gente precisa intensificar o nosso trabalho de educação de base e protagonizar pesquisas para que o nosso povo não seja enganado (Seminário sobre Grandes Projetos no Baixo Amazonas, 27 abr. 2019).

Daniela Pinto, quilombola e estudante da Ufopa, advertiu sobre os impactos que os moradores do lago do Maicá estão sofrendo por conta do anúncio do projeto, e os embates já travados entre os moradores e a Embraps. “Nosso povo está adoecendo e já notamos o consumo de drogas em nossa comunidade. Este modelo de desenvolvimento é insustentável”, salienta a estudante, que defende a necessidade de união entre indígenas e quilombolas para o enfrentamento das ameaças dos grandes projetos. A seguir, registro do seminário realizado na Ufopa, em 2019.

Em maio de 2016, um conjunto de movimentos sociais que agrupou indígenas, quilombolas e camponeses, ao lado de estudantes, realizou um ato público contrário ao projeto e em defesa do lago do Maicá. Em marcha, decidiram pela obstrução de um trecho de confluência da avenida Tapajós com a rodovia Cuiabá (BR-163), nas proximidades do porto da Cargill, cujo objetivo residia em tornar lento o deslocamento das carretas de soja que abastecem o porto da empresa estadunidense.

O seminário realizado na Ufopa soma-se a outras ações de resistência, em oposição à agenda de grandes projetos na região. No decorrer dos anos, o coletivo Tapajós Vivo tem produzido documentos (cartilhas, livros e vídeos), manifestos, eventos de formação política com o conjunto dos movimentos

sociais voltados para os mais variados segmentos. Registre ainda ações de massa como a Romaria da Terra e das Águas e formações políticas que gravitam em torno do conjunto de ideias que norteiam o Bem Viver como oposição ao desenvolvimentismo.

Debates sobre os impactos dos grandes projetos têm ocorrido na região, tanto dentro quanto fora da universidade. Uma infinidade de mediações faz parte destas intervenções, nas quais constam parcelas da Igreja Católica, pesquisadores da região e fora dela, universidades, ONGs, movimentos sociais e redes de outras regiões, tanto do próprio estado quanto regional, e mesmo de outros países, por conta dos diálogos possibilitados pela Rede Fórum Panamazônico. Na Figura 6, o registro de peça de comunicação do movimento.

Figura 6 – *Flyer* da manifestação pela passagem do Dia da Mulher contra o Projeto da Empresa Embraps



Fonte: Redes sociais, 2016.

Os debates e trocas de experiências a partir do Fórum Panamazônico têm sinalizado para formas de r-existências em defesa dos territórios das populações locais. A imagem pela passagem do Dia da Mulher, na Figura 6, na qual

indígenas e quilombolas ocupam lugar central, tem como propósito manifestar a oposição ao projeto do Complexo Portuário no lago do Maicá.

Considerações inconclusivas

Ao longo dos séculos, não há nenhuma experiência desenvolvimentista imposta sobre a Amazônia que não possa ser enquadrada como acumulação primitiva, independente da coloração ideológica do governo. Talvez a exceção resida no apagar das luzes da década de 1980, quando da redemocratização, momento em que setores historicamente marginalizados conseguiram, em certa medida, ter algumas demandas atendidas, cujo ponto de inflexão para que isso ocorresse tenha sido a execução do extrativista Chico Mendes. Violências estruturais.

Naquela quadradura histórica, instituições foram criadas, políticas, programas e planos elaborados, em que o ponto de destaque recai sobre a efetivação das Reservas Extrativistas. A reforma agrária da Amazônia. O ser humano ao centro, sem dissociar da natureza.

O presente artigo buscou refletir sobre a acumulação primitiva mobilizada a partir de um projeto de construção de um complexo portuário, o da região do lago Maicá, na cidade de Santarém, no Oeste do Pará. Região considerada estratégica na geografia da agricultura capitalista, com relevo à produção do Brasil Central, onde o primordial é consolidar o Baixo Amazonas como um corredor de exportação de *commodities*.

O projeto portuário integra um pacote de obras de infraestrutura organizado a partir do Arco Norte, no qual estão previstas obras de modal de transporte (ferrovia, rodovia e hidrovía), além de grandes e pequenas hidroelétricas. Projetos que ameaçam territorialidades já existentes, entre outras, de indígenas, quilombolas, extrativistas e camponeses. Os sujeitos envolvidos nas disputas territoriais e de sentidos sobre a Amazônia aqui elencados estão articulados em redes de diferentes níveis e escalas em defesa de seus territórios e um projeto em desenvolvimento ancorado na ideia do Bem Viver, entre outras. Este conjunto de sujeitos tem no campo jurídico a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) como recurso no enfrentamento

contra o capital. Apesar de toda a abissal assimetria em relação aos seus opositores.

A partir do exposto, é possível evidenciar a centralidade do papel do Estado autoritário na dinâmica da construção de projetos de desenvolvimento, a presença das diferentes frações de classes, bem como o avanço da territorialização do grande capital sobre as terras públicas e os territórios já conformados segundo o uso de diferentes territorialidades da sociodiversidade local.

A conjuntura, assim como em tempos coloniais, tende a expropriar as populações locais que, alijadas de suas condições de reprodução econômica, política, social e cultural empreendem, a partir da mediação de inúmeros sujeitos, barricadas de enfrentamento em defesa de seus territórios, em uma tentativa de contrariar a agenda das grandes corporações do capital mundial, como as agências multilaterais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e mesmo fundos de pensão de trabalhadores, a exemplo da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e da Petrobras, que despontam como financiadores destes empreendimentos, como adverte Carlos Walter Porto-Gonçalves.

Nestes embates, o caráter de classe e identitário e o vetor ambiental costumam ser mobilizados como ferramentas políticas contra aqueles que cobiçam a terra, o subsolo, a floresta e os rios. O porto tende a anexar espaços não mercantilizados aos circuitos globais, com base em uma complexa conjuntura que mobiliza variados sujeitos, temporalidades e escalas em uma fronteira tênue entre o público e o privado, entre o lícito e o ilícito, que conjuga recursos antigos a “novos”, como apontam Gonçalves e Costa (2020).

Tem-se assim, na fronteira, o desencontro de temporalidades mobilizadas por sujeitos que se opõem e se complementam nas disputas territoriais e de sentidos, a partir de uma totalidade contraditória, em que a reprodução ampliada do capital coexiste com formas de acumulação primitiva em suas diferentes nuances de análise.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização – direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner *et al.* *Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- ALMEIDA, Rogério. *Entre o rio e o asfalto: as disputas territoriais nas comunidades quilombolas do Planalto Santareno, em Santarém – PA, no contexto do avanço do grande capital*. 2021. 285 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- ANJOS, Lislaine dos. Réu em mais de 100 ações na Justiça, ex-deputado é condenado a 26 anos de prisão por desvio na ALMT. *G1*, 5 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/reu-em-mais-de-100-acoes-na-justica-ex-deputado-e-condenado-a-26-anos-de-prisao-por-desvio-na-almt.gh.html>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- ARCO, Diego Pérez Ojeda del. *As comunidades quilombolas de Santarém – PA e o Porto de Maicá: os efeitos sociais de um empreendimento anunciado*. 2017. 98 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de Antropologia Instituto de Ciências, História e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2017.
- BRASIL. *Arco Norte: o desafio logístico*. Câmara dos Deputados, Centro de Estudos e Debates Estratégicos, Consultoria Legislativa; relatores Lúcio Vale, Remídio Monai; Tarcísio Gomes de Freitas, Alberto Pinheiro. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/estudo-arco-norte>. Acesso em: 15. nov. 2020.
- CAMPELO, Lilian. Vale processa professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. *Brasil de Fato*, 10 nov. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/11/10/vale-processa-professor-da-universidade-federal-sul-e-sudeste-do-para>. Acesso em: jul. 2023.
- CARMO, Wendal. MT: Justiça torna réu ex-deputado por supostamente tentar ‘comprar’ vaga para a esposa no TCE. *Carta Capital*, 21 fev. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/mt-justica-torna-reu-ex-deputado-por-supostamente-tentar-comprar-vaga-para-a-esposa-no-tce/>. Acesso em: 22 fev.. 2024.
- CARNEIRO, Jeso. Apoiador de Bolsonaro, delegado Jardel foi um dos alvos da operação da PF hoje. Santarém, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/seguranca-publica/apoiador-de-bolsonaro-delegado-jardel-foi-um-dos-alvos-da-operacao-da-pf-hoje-video.html>. Acesso em: 13 fev. 2024.

- CARNEIRO, Jeso. MP investiga suposto caso de nepotismo que envolve secretária de Educação. Santarém, 30 ago. 2021. Disponível em: <https://www.jesocarneiro.com.br/santarem/mp-investiga-suposto-caso-de-nepotismo-que-envolve-secretaria-de-educacao.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.
- CARTA de Repúdio do Sindicato dos Sociólogos(as) do Oeste do Pará – Sinsop. Santarém/PA, dez. 2018.
- CONDENADO por associação para o tráfico de drogas, gerente de embarcação já está no presídio de Santarém. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/condenado-por-associacao-para-o-trafico-de-drogas-gerente-de-embarcacao-ja-esta-no-presidio-de-santarem.ghtml>. Acesso: 10 maio 2023.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A democracia como valor universal*. [S.l.]: Marxists Internet Archive, 1979.
- COSTA, Francisco de Assis. Grande empresa e agricultura na Amazônia: dois momentos, dois fracassos. *Paper do Naea*, v. 94, 1998.
- CUNHA, Candido *et al.* Consulta prévia, livre e informada: o caso da construção do Complexo Portuário do Maicá, no município de Santarém, Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL, 21., São Paulo, 2016. *Anais...* São Paulo, 2016.
- DOMINICI, Thiago. *Processados pela Vale*: moradores que protestam acabam virando alvo de mineradora. [S.l.]: 24 nov. 2017. Disponível em: <https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2017/11/processados-pela-vale-moradores-que-protestam-acabam-virando-alvo-de-mineradora/>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- FADESP – Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa. *Relatório de impacto ambiental (Rima) do Terminal Portuário da Embraps*. Belém: Fadesp, 2014.
- FAMCOS – Federação das Associações de Moradores e Organizações Comunitárias de Santarém. *Nota de Repúdio da Famcos à Câmara Municipal de Santarém*. Santarém, dez. 2018.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.
- FILHO de vereador é preso por tráfico de drogas em Santarém. *Santarém Surreal*, 15 jul. 2018. Disponível em: <https://www.santaremsurreal.com.br/2018/07/filho-de-vereador-e-preso-por-trafico.html>. Acesso em: maio de 2023.
- GONÇALVES, Leite Guilherme; COSTA, Sérgio. *Um porto no capitalismo global*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Rio de Janeiro: Contexto, 2002.
- HARVEY, David. The ‘New Imperialism’: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, v. 40, p. 63-87, 2009.

- HÉBETTE, Jean. *Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia*. Belém: Edufpa, 2004.
- IANNI, Octavio. *Escravidão e racismo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- MANIFESTO contra a revisão do Plano diretor da cidade que favoreceu a embraps encaminhado ao prefeito nélio aguiar. Ermínia Maricato/USP e outros professores. São Paulo, 18 dez. 2018.
- MARTINS, José de Souza. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, Pedro Sérgio Vieira; SCHRAMM, Franciele Petry; RAMOS, Lanna Paula (Orgs). *Portos e licenciamento ambiental no Tapajós* [livro eletrônico]: irregularidades e violação de direitos. Santarém: Terra de Direitos, 2024.
- MARX, Karl. *O Capital. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Annablume, 2011.
- MPF – Ministério Público Federal. Sentença. Processo 0001836-74.2000.4.01.3902. [S.l.], 20 maio 2016. Disponível em: https://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2016/sentenca_1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.
- MPPA denuncia presidente da Câmara de Santarém e juiz determina afastamento do cargo. [S.l.], 14 dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/12/14/mppa-denuncia-presidente-da-camara-de-santarem-e-juiz-determina-afastamento-do-cargo.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005. p. 67-185
- OLIVEIRA, Francisco de. A reconquista da Amazônia. *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, p. 3-14, 1994.
- PARÁ. Poder Legislativo. Câmara Municipal de Santarém. *Ata da Quadragésima Sessão Ordinária do Segundo Período da Segunda Sessão Legislativa da Décima Oitava Legislatura*. Santarém, 11 dez. 2018.
- PARÁ. Ministério Público Federal. *Ação Civil Pública 0377-75.2016.4.01.3902*. Santarém: EMPRAPs, 2016.
- PARÁ. Tribunal Regional da 1ª Região. Agravo de Instrumento nº 0027843-13.2016.4.01.0000. Empresa Brasileira de Portos de Santarém. Ministério Público do Estado do Pará. Relator: Desembargador Federal Souza Prudente. Brasília, 31 maio 2016. *Diário Oficial da União*. Brasília: DOU, 2017.
- PF combate quadrilha que provocou o maior desmatamento da Amazônia no Pará; superintendente da PC em Santarém está entre os investigados. *Estado do Pará Online*, 6 dez. 2023. Disponível em: <https://estadodoparaonline.com/pf-combate-quadrilha-que-provocou-o-maior-desmatamento-da-amazonia-no-para->

- superintendente-da-pc-em-santarem-esta-entre-os-investigados/. Acesso em: 17 dez. 2023.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia – encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTARÉM. *Projeto de Lei nº 189*, de 11 de dezembro de 2018. Institui o plano diretor participativo do município de Santarém. Santarém, 11 dez. 2018.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de *et al.* (Orgs.). *Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.
- REIS, Ana Beatriz; RODRIGUES, Yuri (Orgs.). A luta pelo direito à cidade na Amazônia: o processo de revisão do Plano Diretor de Santarém – PA. Santarém: Fase, 2019. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2019/10/D_L_PLANO-DIRETOR-E-DIREITO-A-CIDADE_EBOOK2-1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.
- RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; RODRIGUES, Jondison Cardoso. A produção de complexos portuários no município de Itaituba, Oeste do Pará: lógicas e contradições das políticas públicas. *Caminhos de Geografia*, v. 16, n. 56, p. 1-21, 2015.
- RÔNEY, Rodrigues. A vida de Maria Ivete dos santos amazônicos. *Outras Palavras*, São Paulo, 25 out. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/terraeantropoceno/a-vida-de-maria-ivete-dos-santos-amazonicos/>. Acesso em: 13 dez. 2023.
- SANTOS, Layza Queiroz; MARTINS, Pedro Sergio Vieira. Pluralismo jurídico e a construção do Protocolo de Consulta: a experiência da Federação Quilombola de Santarém, Pará. In: ALMEIDA, Rogerio Henrique *et al.* (Orgs.). *Dossiê Baixo Amazonas. Terceira Margem Amazônia*, v. 3, n. 11. São Paulo: Outras Expressões, 2018. p. 118-134.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- SARMENTO, Ana Maria Silva. *Protocolo de consulta prévia: instrumento de diálogo e de fortalecimento das comunidades quilombolas do Maicá, Santarém – PA*. 2019. 217 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento, Pós-graduação e Inovação Tecnológica, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

- SEM Licença para Destruição Cargill e Violação de Direitos no Tapajós. *Terra de Direitos*, 2021.
- SILVA, Maicon Cláudio. *As contribuições de Ruy Mauro Marini sobre o Estado dependente latino-americano*. [S.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/MM/MM2023/AnaisMM2023/43_MM2023_IDENT.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.
- TEÓFILO, Sarah. Maior devastador da Amazônia usava laranjas e gerou danos de R\$ 116 mi. Brasília, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/maior-devastador-da-amazonia-usava-laranjas-e-gerou-danos-de-r-116-mi>. Acesso em: 30 de dezembro de 2023.
- VIEIRA, Judith Costa. Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao Território do Quilombo do Maicá em Santarém-PA. In: OLIVEIRA JUNIOR, José Alcebíades de; MENDES, Regina Lucia Teixeira; SCARAMELLA, Maria Luisa. *Sociologia, antropologia e cultura jurídica*. Florianópolis: Funjab, 2013. p. 40-73.
- VIEIRA, Silvia. Ex-prefeito de Santarém é condenado a 7 anos de prisão por fraudes em licitações. Santarém, 26 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/09/26/ex-prefeito-de-santarem-e-condenado-a-7-anos-de-prisao-por-fraudes-em-licitacoes.ghtml>. Acesso em: 9 jul. 2023.

Como citar

ALMEIDA, Rogério. Acumulação primitiva no Baixo Amazonas/PA: as disputas territoriais em torno do lago do Maicá e o Complexo Portuário da Embraps em Santarém – PA. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432211, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st07.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Dinâmicas da ocupação da logística portuária do agronegócio e seus rebatimentos socioeconômicos e territoriais em Itaituba – Pará

Dynamics of occupation for agribusiness port logistics and territorial and socioeconomic repercussions in Itaituba, Pará

 **Márcio Júnior Benassuly Barros¹**

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st08

Resumo: O município de Itaituba, localizado na região do Tapajós no estado do Pará, abriga atualmente em seu território um conjunto de terminais portuários graneleiros usados no transbordo da produção de soja, que tem como origem o estado de Mato Grosso e como destino portos do Pará e Amapá, antes de serem exportados para o mercado internacional. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as dinâmicas da ocupação da logística portuária do agronegócio e seus rebatimentos socioeconômicos e territoriais em Itaituba – Pará. A metodologia consistiu de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, com levantamento documental, bibliográfico,

¹ Professor do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências da Sociedade da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGCS/Ufopa). Doutorado em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: marcgeo2000@yahoo.com.br.

trabalho de campo e registro fotográfico. Os principais resultados indicam que até a década de 1970, Itaituba mantinha uma dependência do rio Tapajós e da produção da borracha, situação que foi mudada com a abertura da rodovia Transamazônica, na década de 1970, e com a instalação de cinco estações de transbordo de cargas de soja no distrito de Miritituba-Itaituba a partir de 2014, evento que implicou profundos impactos socioeconômicos e territoriais nesta localidade.

Palavras-chave: logística; portos; Itaituba.

Abstract: The town of Itaituba in the Tapajós region of Pará state currently has several bulk grain ports used for transshipment of soybeans produced in Mato Grosso state that stop in ports in Pará and Amapá before export to the international market. This study analyzes the occupational dynamics for agribusiness port logistics and territorial and socioeconomic repercussions in Itaituba. The study was qualitative and quantitative and involved bibliographic and documental surveys, fieldwork and photographic records. The main findings indicate that up to the 1970s, Itaituba was dependent on the Tapajós River and rubber production, a situation that changed with the creation of the Transamazonian highway in the 1970s and establishment of five soy transshipment stations in the Miritituba district from 2014, an event with profound territorial and socioeconomic impacts.

Keywords: Logistics; ports; Itaituba.

Introdução

Desde 1812, a cidade de Itaituba, no estado do Pará, já era conhecida como centro de exploração e comércio de especiarias do alto Tapajós, com fortes ligações de caráter econômico com o estado de Mato Grosso. Em sua história econômica, o território de Itaituba tem profundas ligações com o extrativismo vegetal, como a borracha presente no município, com grandes seringais, e o extrativismo mineral, com a extração de ouro em garimpos, principalmente ao longo do rio Tapajós (IBGE, 1962).

Em 1836, Itaituba figurou como um aldeamento indígena no qual foi instalado um destacamento militar no contexto da revolta da Cabanagem. Em 1854, ocorreu a criação do município de Itaituba por meio da Lei nº 266, estabelecendo os domínios territoriais itaitubenses. Quando da criação do município, a sede escolhida foi a vila de Brasília Legal que, em função do pouco desenvolvimento do sítio urbano, foi transferida para o local onde atualmente se encontra a cidade de Itaituba, fato ocorrido em 1856 (IBGE, 1962).

Em 1890, o município foi elevado à categoria de comarca; dez anos depois, em 1900, ocorreu a elevação à categoria de cidade. Do ponto de vista da ocupação econômica municipal, até a década de 1950, a economia local estava ancorada no extrativismo vegetal, com destaque para a borracha e a castanha do Pará (IBGE, 1962).

Desde a sua ocupação pelos colonizadores portugueses no século XVIII até o século XX, mais precisamente até a década de 1970, Itaituba manteve uma dependência do rio Tapajós como único elemento de transporte de acesso ao núcleo do município. Esta situação de dependência do rio mudou com a abertura da rodovia Transamazônica, evento que implicou profundas transformações para o município em questão.

Com a construção da Transamazônica (BR-230), foi implantado no trecho paraense desta rodovia federal, entre Marabá e Altamira, o Projeto de Colonização Integrada (PIC), o PIC Itaituba, com várias agrovilas como a de Miritituba, localizada às margens do rio Tapajós em frente à cidade de Itaituba (Barros, 2019).

A abertura da rodovia Transamazônica permitiu o acesso ao sistema rodoviário nacional, fazendo com que o município passasse a receber em seu território grandes investimentos em diversos setores. Cabe destacar que Itaituba recebe ainda fortes influências da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), que, à altura do município de Rurópolis, se conecta com a rodovia Transamazônica. Na atualidade (2024), o município de Itaituba é apontado para receber grandes empreendimentos como: hidrelétricas, ferrovias, portos, projetos de mineração, dentre outros.

O objetivo desta pesquisa foi analisar as dinâmicas da ocupação da logística portuária do agronegócio e seus rebatimentos socioeconômicos e territoriais em Itaituba – Pará. A metodologia de trabalho está fundamentada em uma pesquisa quantitativa e qualitativa, o que consistiu no levantamento documental, bibliográfico e na realização de dois trabalhos de campo em 2018 e 2023, com observação da realidade local, executados na cidade de Itaituba e no distrito de Miritituba. Trata-se de um estudo de caso.

Este artigo está dividido em cinco seções, incluindo a introdução e as considerações finais. Na primeira seção, tratamos da introdução na qual apresentamos uma descrição da ocupação de Itaituba desde 1812 até a atualidade (2024).

Na segunda seção, intitulada “Fluidez territorial e logística de transportes”, abordamos as bases conceituais da pesquisa.

Na terceira seção, “Dinâmicas da ocupação da logística de transporte rodoviária e portuária posterior à década de 1970 em Itaituba – Pará”, tratamos da ocupação de Itaituba depois da década de 1970 no contexto da execução das políticas de logística de transportes.

Na quarta seção, intitulada “Miritituba: de agrovila a nó logístico do agronegócio na conexão dos modais rodoviário-hidroviário na Amazônia”, discutimos as transformações em Miritituba, com a implantação de cinco estações de transbordo de cargas. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

Fluidez territorial e logística de transportes

O período atual do capitalismo globalizado tem como uma de suas características a fluidez territorial de bens, serviços, pessoas e capital em escala mundial. Milton Santos (2008a), refletindo sobre este período do capitalismo, destaca:

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos e dinheiro, interessando aos atores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são os suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez,

levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. Criam-se objetos e lugares destinados a favorecer a fluidez: oleodutos, gasodutos, canais, autopistas, aeroportos, teleportos”. (p. 274)

Na obra *Por uma outra globalização*, Santos (2000) menciona que, a partir da globalização, o território passou a ser usado por grandes empresas segundo uma lógica que obedece a uma racionalidade hegemônica de mercado. Para ele, “nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque ... a quebra da solidariedade social” (Santos, 2000, p. 85). A ação das empresas hegemônicas no território provocou uma mudança na realidade local que passou a depender das ações que ali são deliberadas.

No atual período da globalização, o *imperativo da exportação* descrito por Milton Santos (2002) coloca a necessidade de exportação como uma imposição no comércio global, em que a fluidez territorial torna-se um elemento da competitividade entre os países no mundo.

O imperativo da exportação, sugerido a todos os países como uma espécie de solução salvadora, é uma verdade ou apenas um mito? Afirma - se, com muita força, que os países que não exportam não têm presente nem futuro, sem explicar cabalmente porque. (p. 87)

Para Santos e Silveira (2001), na obra *O Brasil território e sociedade no início do século XXI*, a circulação de pessoas, mercadorias, dinheiro e produtos são elementos que marcaram a competitividade dos países no mundo, conforme destacada por estes autores:

Uma das características do presente período histórico é, em toda parte, a necessidade de criar condições para maior circulação dos homens, dos produtos, das mercadorias, do dinheiro, das informações, das ordens etc. Os países distinguem-se, aliás, em função das possibilidades abertas a essa fluidez. Por isso um dos capítulos mais comuns a todos ele é a produção do seu equipamento, isto é, da criação ou

aperfeiçoamento dos sistemas de engenharias que facilitam o movimento. (p. 261)

Mônica Arroyo (2001), em sua tese de doutorado intitulada *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*, ressalta a importância dos fixos e fluxos como elementos importantes da fluidez territorial, em que os sistemas de engenharia como os portos são essenciais para as conexões das escalas local-global no comércio exterior entre os países.

A base material que cria as condições para que as mercadorias circulem e, portanto, se formem os fluxos internacionais de comércio é formada por diversos sistemas de objetos de ordem técnica, cumprindo cada um deles uma função determinada, entre eles, portos, aeroportos, ferrovias, armazéns etc. os fluxos de mercadorias se organizam através de redes, para multiplicar-se e intensificar-se dependem de eficácia desses fixos. Estes últimos são verdadeiros sistemas de engenharia que atuam de forma independente e que, por sua vez, acarretam uma divisão territorial do trabalho bem definida. (p. 105)

A autora conceitua fluidez territorial como:

Partimos do conceito de fluidez territorial para definir aquela qualidade dos territórios nacionais que permite uma aceleração cada vez maior dos fluxos que o estruturam, a partir da existência de uma base material formada por um conjunto de objetos concebidos, construídos e/ou acondicionados para garantir a realização do movimento. Esses fixos produtivos servem nos diferentes momentos do processo produtivo: na produção propriamente dita (*stricto sensu*), na distribuição, na troca, no consumo. (p. 105)

Entre os fixos do sistema de engenharia, destacam-se os portos que certamente são elementos que permitem esta conexão de mercadorias entre a escala local e global.

Os portos e aeroportos internacionais são aqueles macrossistemas técnicos que, além de cumprir as funções para facilitar o escoamento das mercadorias, albergam uma função normativa particular, exercida pelo sistema de alfândegas. (Arroyo, 2001, p. 105)

Os portos brasileiros são os principais fixos por onde fluem as mercadorias destinadas ao comércio exterior do Brasil (Arroyo, 2001). As bases da fluidez territorial (Arroyo, 2001) têm nos portos do *Arco Norte* importantes fixos por onde flui a produção graneleira da região Centro-Oeste do Brasil.

Daniel Huertas (2009), ao dissertar sobre a fluidez territorial do transporte rodoviário e portuário, destaca que:

Os caminhos, as pontes, os portos, a pavimentação ou não de uma via são elementos que acabam se transformando em determinações territoriais cuja capacidade reside exatamente em condicionar (ou ao menos estabelecer) as variáveis intrínsecas a fluidez territorial- intensidade, qualidade e natureza dos fluxos que expressam o poder de definir e limitar os sistemas de ações e de objetos dos agentes sociais. (p. 178)

O desenvolvimento dos transportes a partir do século XVIII, principalmente da ferrovia e do navio a vapor, promoveu uma verdadeira revolução na relação tempo-espço. Desta maneira, a técnica empregada nos transportes ferroviários e marítimos promoveu uma mudança radical na indústria. Por intermédio destes meios, a produção pôde ser comercializada em territórios cada vez mais distantes, assim como matérias-primas puderam ser acessadas de locais que antes não seria possível. Desta forma, o desenvolvimento dos meios de transportes foi peça fundamental na formação de um mercado cada vez mais ampliado em escala mundial de circulação.

Milton Santos nos chama a atenção para a existência dos sistemas de engenharias. Para ele, “o conjunto de fixos, naturais e sociais, forma sistemas de engenharia, seja qual for o tipo de sociedade” (Santos, 2008b, p. 87). Os sistemas de engenharia são constituídos fundamentalmente pelos objetos técnicos construídos pelo homem, como ferrovias, portos, pontes, aeroportos, estradas, cidades, entre outros. Estes conjuntos de objetos formam a configuração territorial de um país.

A partir da década de 1970, o Estado promoveu a implantação de um sistema de engenharia de portos no Brasil favorecendo o imperativo da exportação (Santos, 2002). Na década de 1990, já no período da economia do agronegócio

(Delgado, 2012), o Estado implementou uma ampla melhoria técnica dos portos do Brasil visando atender à crescente demanda de exportação de produtos primários como soja e minérios.

A logística na globalização passou a ser um elemento de competitividade corporativa no mercado global, conforme descreve Barat (2007).

A logística empregada para o agronegócio globalizado tornou-se vital para o escoamento da produção de grãos para o comércio exterior.

Logística, na migração do sentido militar para o empresarial, tornou-se um termo escorregadio e polissêmico, empregado para designar variadas formas de prestação de serviços, condições gerais de produção, setor de atividade econômica, ramo de investimentos públicos entre outras. Na tentativa de compreender o termo em sua dimensão geográfica, propomos, por ora, defini-lo como o conjunto de competências infraestruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público privadas, agências reguladoras setoriais, tributação) e estratégicas (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que reunidos num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos trata-se da versão atual da circulação corporativa. (Castillo, 2007, p. 23)

Ainda segundo Castillo (2011):

A logística torna-se, assim, a expressão de uma organização e de um uso do território, voltados, na linguagem corporativa (que também é da grande mídia), para a superação dos gargalos da circulação, para se evitar os “apagões” (portuárias, ferroviários, de armazenamento, etc.) e para se reduzir o “custo país”. (p. 339)

A logística de transporte no Brasil, com o ingresso do país no período da globalização, passa por profundas mudanças em sua base técnica, com os reflexos na modernização técnica dos portos brasileiros. A respeito desta

dinâmica nas inovações técnicas portuárias no Brasil, Santos e Silveira (2001) destacam que:

Em meados da década de 1990, inovações técnicas concorrem para garantir a fluidez dos intercâmbios. A informatização do controle aduaneiro das cargas desembarcadas e destinadas aos terminais retroportuários alfandegados aperfeiçoa a fiscalização sobre os fluxos e elimina viscosidade burocrática. (p. 59)

Para estes autores, “o movimento de mercadorias nos portos brasileiros ajuda a entender o ingresso do país no mundo globalizado (Santos; Silveira, 2001, p. 180).

Júlia Adão Bernardes (2010), ao descrever a situação da logística de transporte usada pelo estado de Mato Grosso, destaca as dificuldades do escoamento da produção de soja neste estado e o peso no custo do transporte.

No que diz respeito à logística, as formas e condições de acesso aos mercados internos e externos constituem dificuldades para a colocação de soja de Mato Grosso a nível competitivo, uma vez que a produção se afasta dos tradicionais portos e centros consumidores. Se a capacidade empresarial no complexo da soja está amplamente demonstrada, se os problemas de ordem tecnológica foram superados o peso do custo do transporte na composição global de custos da soja e seus derivados afeta o sucesso da expansão já que as condições de mobilidades entre centros de produção e consumo constituem um fator desfavorável a competitividade. (p. 353)

A implantação de grandes objetos (Santos, 1995) presentes na criação de portos graneleiros ao longo do rio Tapajós (Santarém e Itaituba), no estado do Pará, faz parte de um processo que busca a redução do valor do frete principalmente da produção graneleira do estado de Mato Grosso em direção aos portos do estado do Pará.

Dinâmicas da ocupação da logística de transporte rodoviária e portuária posteriores à década de 1970 em Itaituba – Pará

As dinâmicas da ocupação de Itaituba até a década de 1970 têm no rio o seu principal sistema de comunicação interno e externo. O mais importante objeto de engenharia que marca esta comunicação é o trapiche municipal, construído de madeira e que representava um símbolo da conexão com o mundo dos rios. Nesse período, o extrativismo vegetal, com destaque para a borracha, era a fonte de renda primordial dos munícipes itaitubenses.

No período áureo da borracha (1880-1910), Itaituba comandava uma vasta produção de látex, contando com seringais espalhados pelos principais rios e afluentes do município. O transporte e a comunicação com a sede municipal ocorriam por meio dos rios e sua vasta bacia hidrográfica.

Nesse período, havia em Itaituba grandes seringalistas, o mais importante, sem dúvida, foi Raimundo Pereira Brasil, que revelou em suas publicações a dinâmica da economia, o ambiente social e o território da produção da borracha no vale do rio Tapajós (Brasil, [1910] 2014a, [1925] 2014b, 1913).

As dinâmicas da ocupação em Itaituba até a primeira metade do século XX ocorreram em função dos seringais existentes na região do rio Tapajós e seus afluentes. Na sequência, as dinâmicas da ocupação no município passaram para as atividades ligadas à extração madeireira, à descoberta do ouro, à abertura das rodovias BR-230 e BR-163, entre outras.

Durante o período da borracha, Itaituba se destacou como grande produtor de látex de seringa, possuindo em seu território extensos seringais. Nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX, o município recebeu muitas levadas de migrantes nordestinos para trabalharem nos seringais do rio Tapajós.

Com a decadência da borracha, a economia local passou para a exploração de atividades ligadas a outros produtos extrativistas como castanha-do-pará, peles de animais etc. A partir da década de 1950, mais precisamente em 1958, com a descoberta do ouro por Nilçon Pinheiro, a atividade do extrativismo mineral começou a ganhar força nas centenas de garimpos que foram abertos no município de Itaituba.

O ciclo do ouro em Itaituba teve seu auge na década de 1980, quando o município passou a figurar como um dos maiores produtores de ouro do Brasil.

Em 1986, foi criada, pelo Ministério das Minas e Energia (MME), a Reserva Garimpeira do Tapajós, que procurava ordenar a atividade de extração de ouro na região. Até o ano de 1992, Itaituba era o único produtor de ouro do Tapajós, mas depois desta data, com a fragmentação territorial do município dando origem aos municípios de Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, a produção passou a ser realizada e compartilhada com os novos municípios emancipados de Itaituba (CPRM, 1996).

O segundo período de ocupação do território de Itaituba teve início a partir da década de 1970, com o anúncio do Programa de Integração Nacional (PIN), que previa a construção da rodovia Transamazônica (BR-230) e da rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163), que cortam o município de Itaituba. A construção destas rodovias em Itaituba representou mudanças significativas na ocupação e uso do território municipal.

Depois da década de 1970, teve início no município um modelo de ocupação centrado nas estradas e no extrativismo vegetal, florestal, mineral e na agropecuária. Neste contexto, ocorreu a abertura das rodovias, a chegada de construtoras, as instalações de vários órgãos públicos, com destaque para os federais, e projetos de colonização, oficialmente comandados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) às margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.

Como desdobramento regional do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (I PDA), com vigência entre 1972-1974, traçou como objetivo:

Descolocar a fronteira, notadamente, a fronteira agrícola para as margens do rio Amazonas, realizando, em grande escala e numa região com importantes manchas de terras férteis, o que a Belém-Brasília e outras rodovias de penetração vinham fazendo em pequenas escalas e em áreas menos férteis. (Sudam, 1973, p. 1)

Na estratégia global do I PDA, previa-se “a integração física, econômica, cultural, ocupação econômica e desenvolvimento” (Sudam, 1973). No plano da integração física, foram colocadas em prática a construção das rodovias

Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) e a aplicação da política de colonização ao longo destas rodovias.

No plano energético, foram construídas as hidrelétricas de Curuá-Una, em Santarém (PA), e Coaracy Nunes (AP). No plano rodoviário, durante o I PDA, foram realizadas ações nas rodovias: asfaltamento na Belém-Brasília, construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Caracas (Venezuela), Macapá-Oiapoque, Rio Branco-Brasília-Assis Brasil. Durante a vigência do I PDA foram executadas obras de melhorias nos portos de Santarém e Itaituba, no Pará (Sudam, 1973).

No decorrer do II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), entre os anos 1975-1979, foi constatada a existência de um setor de economia tradicional (extrativismo) ao lado de um setor moderno na Amazônia.

Ao longo do II PDA, foram programadas e executadas diversas ações como o Projeto Radam Brasil, que consistiu no levantamento aerofotogramétrico por meio de radar e outros sensores da Amazônia e da fotointerpretação das imagens obtidas nos campos da geomorfologia, geologia, solos, vegetação e uso da terra. Este projeto revelou uma Amazônia com grande potencial em recursos naturais (Sudam, 1975).

O projeto Radam Brasil indicou uma capacidade mineral expressiva na Amazônia em minério de ferro, manganês, bauxita, cassiterita, ouro, diamante, salgema, calcário, caulim, gipsita, urânio, titânio, carvão, prata, cobre, chumbo, cromo, zinco, mercúrio, níquel e nióbio (Sudam, 1976).

O maior projeto do II PDA foi o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), que visava promover o aproveitamento integrado dos recursos florestais, minerais, agropecuários, agroindústrias e das atividades urbanas (Sudam, 1975).

Com a abertura das rodovias BR-230 e BR-163, ocorreram a ocupação intensiva do território municipal e a integração regional e nacional de Itaituba à região Norte do Brasil. No trecho paraense da rodovia Transamazônica, foram criados três Projetos Integrados de Colonização (PIC), tendo como centro as cidades de Altamira, Itaituba e Marabá (Incra, 1972; Barros, 2019).

O município de Itaituba foi profundamente afetado pelas políticas de logísticas de transportes da década de 1970.

O impacto causado em Itaituba com o advento da estrada pode ser evidenciado pelo fato de que o município, em 1970, de acordo com dados do censo, possuía uma população de 12.836 habitantes e três anos depois as autoridades locais estimam a população em 20.000 habitantes. (Sudam, 1976, p. 82)

Neste sentido, a primeira política de logística de transporte que teve fortes impactos em Itaituba foi o PIN, durante a década de 1970. No decorrer da década de 1990, no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), na edição do Programa Brasil em Ação (1996-1999), foram criados os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (Enid), que transformaram as rodovias e as hidrovias nacionais em corredores de exportação de *commodities*.

A trajetória dos eventos do escoamento de soja do Mato Grosso pelo porto de Miritituba, usando a BR-163, teve início em 1999, durante o segundo governo de FHC, na gestão do ministro dos Transportes Eliseu Padilha. Nesse ano foi realizado o primeiro embarque de soja no porto de Miritituba procedente de Mato Grosso. Neste evento, acompanhado pelo setor graneleiro, estavam presentes em Miritituba o então ministro dos Transportes e senadores do Mato Grosso e Pará (Senado Federal, 4/5/1999).

Desde então, um conjunto de ações técnicas de melhoria do asfaltamento da BR-163 foi realizado pelos governos posteriores a FHC, bem como a partir de 2014 teve início a implantação de várias estações de transbordo de cargas de grãos em Miritituba.

Durante o governo FHC (1996-2002), foi colocado em execução o corredor de exportação Madeira-Amazonas, operado pela Amaggi desde 1997 em Itacoatiara, no Amazonas. Com a entrada da Amaggi na rota de exportação pela hidrovia Madeira-Amazonas, em 2003, a Cargill iniciou as operações do Terminal Graneleiro de Santarém com grãos oriundos de Rondônia e Mato Grosso que chegam em Santarém por barcas usando a hidrovia Madeira-Amazonas-Tapajós e pela rodovia BR-163.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), um conjunto de ações estatais foi colocado em prática para o desenvolvimento da logística portuária nacional. Em 2007, ocorreu a criação da Secretaria de Portos (SEP), ligada à Presidência da República, tendo como objetivo formular e acompanhar a

execução das políticas portuárias no Brasil. Neste ano, foi lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que incluía a execução de um conjunto de obras como ferrovias, rodovias, portuárias com fortes rebatimentos em Itaituba.

Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), foi aprovada a lei de modernização dos portos (Lei nº 12.815/2013), que trouxe uma série de mecanismos como a criação do Terminal de Uso Privado (TUP) e das Estações de Transbordo de Cargas (ECT), que fez com que várias empresas não tivessem que depender dos portos organizados (portos públicos). Com a entrada em vigor desta lei, ampliou-se a solicitação pelas empresas para a criação de TUP e ETC, principalmente no Norte do Brasil.

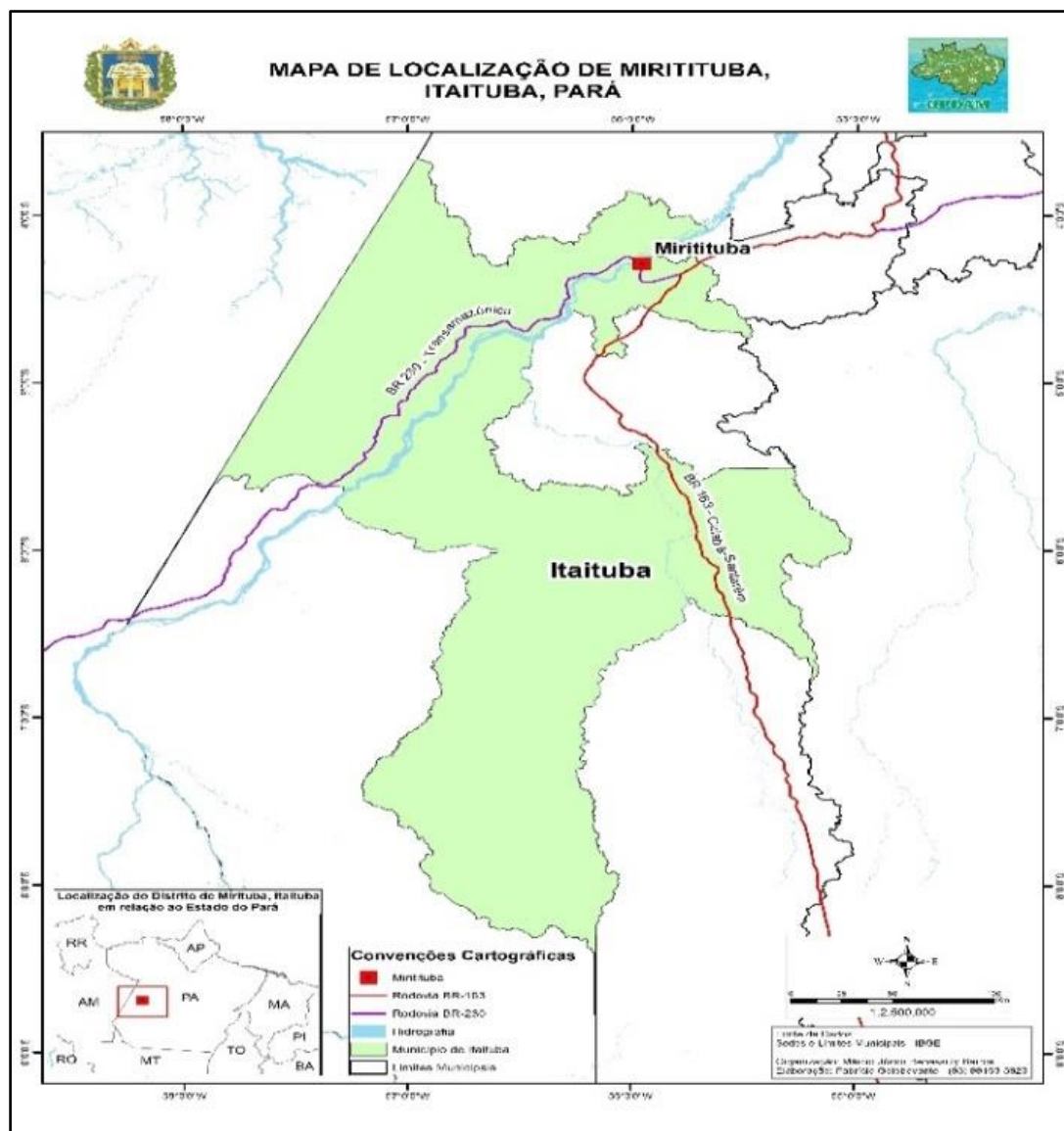
Na gestão de Dilma, em 2015, foram criados o Programa de Investimentos em Logística (PIL) e o Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP) pela então Secretaria de Portos da Presidência da República. Este último documento contém a realização de um conjunto de ações estatais do setor, bem como da infraestrutura portuária nacional.

No decorrer do governo Michel Temer (2016-2019), um conjunto de ações estatais foi colocado em prática pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação (MTPA), como o prosseguimento do asfaltamento da BR-163. Nesse governo, foram elaborados vários documentos visando encontrar alternativa para a superação do escoamento de grãos do Centro-Sul do Brasil, além da viabilidade econômica do uso rodoviário da BR-163 e das Estações de Transbordo de Cargas (ETC) instaladas desde 2014 em Miritituba. Ainda no governo Temer, a construção da Ferrogrão foi inserida no Programa de Parcerias Público-Privadas (PPP), ligando Lucas do Rio Verde (MT) a Miritituba (PA).

Miritituba: de agrovila a nó logístico do agronegócio na conexão dos modais rodoviário-hidroviário na Amazônia

Miritituba tem suas origens no século XVIII quando ali habitavam os índios Mundurucu e os primeiros colonizadores portugueses, em uma área localizada em frente à cidade de Itaituba, na margem direita do rio Tapajós.

Figura 1 – Mapa de localização de Miritituba, Itaituba – Pará



Fonte: Organização própria.

Em 1972, com o início da construção da rodovia Transamazônica, foram criadas instalações do Departamento Nacional Estradas e Rodagens (DNER) neste local onde seria posteriormente construída pelo Inbra a agrovila de Miritituba. Durante as décadas de 1970 e 1980, foram estabelecidos também na localidade o escritório do Inbra, instalações do DNER, da Companhia do 8º Batalhão de Engenharia do Exército, do Terminal de Combustível da Petrobras (diesel e gasolina) e do Porto da Companhia das Docas do Pará (Sudam, 1976).

Figura 2 – Casa da agrovila de Miritituba – Itaituba



Fonte: Acervo GPDAM/Ufopa, 2018.

Em 1895, o geógrafo francês Henri Coudreau esteve em Miritituba realizando pesquisas ao longo do vale do rio Tapajós. O resultado desta viagem de exploração foi publicado na França em 1897 e traduzido para o português e publicado no Brasil em 1977 com o nome de *Viagem ao Tapajós* (1977).

Em 1909, João Palma Muniz, na obra *O município de Itaituba*, também citou a localidade de Miritituba evidenciando que ela possuía mais de 100 anos de existência. O início da ocupação de Miritituba ocorreu pelo rio Tapajós onde atualmente existe o bairro Buritizal, no qual foram construídas residências pelos primeiros moradores, tendo o rio como meio de transporte e comunicação com o mundo exterior. Na localidade, à beira rio, foi então fundada a vila de Miritituba, cuja construção de habitações começou a ser realizada por comerciantes, pescadores, caboclos e índios aculturados.

Pelos relatos coletados de moradores em trabalho de campo em 2019 na localidade, na década de 1970, Tibiriçá Cunha, ex-prefeito de Itaituba, mantinha uma grande fazenda onde, a partir de 1972, foi construída a agrovila de Miritituba.

Em 1993, Miritituba foi transformado em distrito de Itaituba por meio da Lei Municipal nº 1.178, de 19 de outubro de 1993. Em 2012, mediante a Lei Municipal nº 2.308/2012, a Prefeitura criou a Zona Comercial, Industrial e Portuária (ZCIP) no distrito de Miritituba (Prefeitura Municipal de Itaituba, 2012).

Com a abertura da rodovia Transamazônica em 1972, foi criado o Projeto Integrado de Colonização Itaituba (PIC Itaituba), e a sua primeira sede foi em Miritituba. Atualmente, a sede do projeto foi transferida para Rurópolis. No local existe um escritório do Incra que é usado para atendimento das demandas de Itaituba. Na década de 1970, havia um campo de pouso de pequenas aeronaves bastante movimentado, que dava apoio logístico às ações da agrovila e das atividades econômicas da região (DNPM, 1975).

Atualmente, Miritituba possui vários bairros como: Jardim do Éden, Buritizal, Barreiras, Bem Bom e Nova Miritituba. Nesse lugar, a pesca tem muita importância, principalmente por moradores do bairro Buritizal. A atividade madeireira em Miritituba foi bastante intensa, com a presença de várias serrarias. Esta atividade funcionou com intensidade até meados da década de 2000, quando as ações de combate ao desmatamento na região fecharam várias serrarias em Itaituba. Na localidade, assim como em vários distritos da região do Tapajós, não possui serviços de saneamento básico nas ruas.

O distrito de Miritituba foi escolhido para abrigar as instalações de transbordo de cargas graneleiras pelos seguintes fatores: a) possui localização estratégica à margem direita do rio Tapajós, onde é possível realizar o transbordo de cargas do modal rodoviário para o modal aquaviário; b) está conectado às rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica; c) o rio Tapajós neste trecho é navegável de onde a carga pode ser transportada via barcas para os portos de Santarém (PA), Vila do Conde (PA) e Santana (AP).

Figura 3 – Barcaça transportando soja no rio Tapajós de Miritituba para Santarém



Fonte: Acervo GPDAM/Ufopa, 2021.

A área escolhida para abrigar os portos localiza-se às margens do rio Tapajós, a oeste do núcleo urbano de Miritituba. Nesse local, funcionavam antigas serrarias e fazendas que foram adquiridas pelas empresas graneleiras como Cianport, Bunge, Hidrovias do Brasil e Cargill.

Miritituba recebe milhares de caminhões de soja todos os anos. Desde 2014, com a inauguração do primeiro porto graneleiro na localidade pela Bunge-Amaggi (ETC Miritituba), tornou-se um importante nó logístico (Barros, 2019) dos modais rodoviários e hidroviários na Amazônia.

Ao longo do percurso entre Campo Verde e Miritituba, os caminhões fazem paradas nos postos de triagem para controle dos grãos por parte das empresas graneleiras. O posto de triagem de Campo Verde possui uma estrutura moderna que contrasta com a pobreza das residências dos moradores do lugar. Uma vez que os caminhões entram nas estações de transbordo de cargas das empresas, passam por uma pesagem e controle de qualidade da carga, sendo em seguida armazenados nos silos existentes para depois serem transportados por um

sistema de correias até as barcaças posicionadas na estação de transbordo no rio Tapajós.

Quando a carga já se encontra nas barcaças, segue pela hidrovía Amazonas-Tapajós até Barcarena (PA), Santana (AP) ou Santarém (PA). As estações de transbordo chamam a atenção pelo tamanho da estrutura com silos e esteiras que se destacam na paisagem. O eixo logístico portuário do Tapajós, a partir de 2014, tem recebido um conjunto de obras de empresas graneleiras na construção de infraestrutura de escoamento da produção de grãos.

Com o avanço da produção agrícola de grãos em direção ao Centro-Oeste, Nordeste e Norte, aliado ao estrangulamento das operações dos portos do Sul (Paranaguá) e Sudeste (Santos), novas rotas de corredores logísticos do complexo de soja e milho da produção agrícola em direção aos portos do Arco Norte têm sido cogitadas por parte do Estado e do setor privado.

No documento intitulado Corredores logísticos estratégicos: complexo de soja e milho, elaborado pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA, 2017) sobre os custos logísticos através do Corredor Norte-Tapajós para o escoamento da produção agrícola com origem em Sorriso no Mato Grosso, em direção aos portos Santarém (PA), Santana (AP) e Barcarena (PA), com transbordo da carga em Miritituba, consta que o menor custo ficou no modal rodoviário-hidroviário com valor de R\$ 235,27, conforme podemos constatar no Quadro 1.

Quadro 1 – Custos logísticos usando o Corredor Norte-Tapajós

Rota de escoamento	Modais	Distâncias (km)	Transbordo	Valor de movimentação pela rota (R\$)
Sorriso (MT) – Santarém (PA)	Rodoviário	1375	–	298,19
Sorriso (MT) – Santarém (PA)	Rodo-hidro	1358	Miritituba	235,27
Sorriso (MT) – Santana (AP)	Rodo-hidro	1905	Miritituba	247,2
Sorriso (MT) – Belém-Barcarena (PA)	Rodo-hidro	2185	Miritituba	262,39

Fonte: MTPA, 2017. Modificado pelo autor.

Segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), complementados por trabalho de campo em 2019 e 2022, existem seis terminais portuários graneleiros instalados no município de Itaituba, sendo cinco somente em Miritituba: Estações de Transbordo de Cargas (ETC) da Cargill, Cianport, Bunge-Amaggi, Bertolini, Hidrovias do Brasil (Quadro 2). As instalações da empresa Caramuru Alimentos estão localizadas no km 28 da rodovia Transamazônica, sentido Itaituba-Jacareacanga. Esta empresa construiu um porto de transbordo de farelo de soja que transporta para sua unidade de Santana (AP).

Quadro 2 – Estações de transbordo de cargas de grãos registradas na Antaq localizadas em Itaituba-Pará

Estações portuárias	Empresa autorizada	Município	Estado	Empresas atendidas por movimentação de cargas
ETC – Cargill	Cargill	Itaituba	Pará	Cargill, Louis Dreyfus Company
ETC Cianport	Cianport	Itaituba	Pará	Cianport
ETC Bunge – Amaggi	Bunge Alimentos	Itaituba	Pará	Bunge Amaggi
ETC Bertolini	Bertolini	Itaituba	Pará	ADM Glencore
ETC Hidrovias do Brasil	Hidrovias do Brasil	Itaituba	Pará	Multigrain, Cofco, Agri e Nidera.
Porto de Itaituba	Caramuru Alimentos	Itaituba	Pará	Caramuru Alimentos

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Antaq, 2020a. Trabalho de Campo, 2019, 2022.

O Quadro 3 mostra os terminais privados graneleiros e de combustíveis autorizados pela Antaq, localizados em Itaituba – Pará em 2023. Os terminais privados graneleiros autorizados são: Cargill Agrícola – ETC Miritituba, Estação Cianport Miritituba, ETC Miritituba, Hidrovias do Brasil Miritituba e Porto de Itaituba da Caramuru Alimentos. Os terminais privados de combustíveis autorizados são: ABI Miritituba, Atem Miritituba, Base de Distribuição Secundária de Itaituba, Petróleo Sabba – Itaituba e Petróleo Sabba – Miritituba. O terminal privado de adubos autorizado é o Terminal UNI-Z, que

possui autorização para funcionamento no setor de adubos, conforme podemos verificar no Quadro 3.

Quadro 3 – Terminais privados graneleiros e de combustíveis autorizados pela Antaq localizadas em Itaituba – Pará em 2023

Nome do terminal	Perfil da carga	Grupo de mercadorias
ABI Miritituba	Granel líquido e gasoso	Combustíveis minerais, óleos minerais etc.
Atem Miritituba	Granel líquido e gasoso	Combustíveis minerais, óleos minerais etc.
Base de distribuição secundária de Itaituba	Granel líquido e gasoso	Combustíveis minerais, óleos minerais etc.
Cargill Agrícola – ETC Miritituba	Granel sólido	Cereais, sementes e frutos oleaginosos, grãos sementes.
Estação Cianport Miritituba	Granel sólido	Cereais, sementes e frutos oleaginosos, grãos sementes.
ETC Miritituba (Bunge – Amaggi)	Granel sólido	Cereais, sementes e frutos oleaginosos, grãos sementes
Hidrovias do Brasil Miritituba	Granel sólido	Cereais, sementes e frutos oleaginosos, grãos sementes
Petróleo Sabba – Itaituba	Granel líquido e gasoso	Combustíveis minerais, óleos minerais etc.
Petróleo Sabba – Miritituba	Granel líquido e gasoso	Combustíveis minerais, óleos minerais etc.
Porto de Itaituba da Caramuru alimentos	Granel sólido	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares
Terminal UNI-Z	Granel sólido	Adubos (fertilizantes)

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anuário Estatístico Aquaviário 2023. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/Relatorio.html#pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

O Quadro 4 mostra os investimentos em terminais privados graneleiros e de combustíveis autorizados pela Antaq localizados em Itaituba – Pará em 2023.

Quadro 4 – Investimentos em terminais privados graneleiros e de combustíveis autorizados pela Antaq localizados em Itaituba-Pará em 2023

Nome do terminal	Investimentos previstos	Data do instrumento original	Endereço
ABI Miritituba	R\$ 184.079,59	22.10.2019	Gleba Santa Cruz, distrito de Miritituba – Itaituba
ATEM Miritituba	R\$ 1.596.639,66	01.01.2018	Rua projetada, distrito de Miritituba – Itaituba
Base de distribuição secundária de Itaituba	R\$ 30.000,00	01.01.2015	Estrada do quadragésimo terceiro bis, cidade de Itaituba
Cargill Agrícola – ETC Miritituba	R\$ 2.360.700,78	15.01.2021	Margem direita do rio Tapajós, distrito de Miritituba – Itaituba
Estação Cianport Miritituba	R\$ 438.690,00	05.08.2014	Margem direita do rio Tapajós, distrito de Miritituba – Itaituba
ETC Miritituba (Bunge – Amaggi)	R\$ 505.050,00	01.01.2014	Margem direita do rio Tapajós, distrito de Miritituba – Itaituba
Hidrovias do Brasil Miritituba	R\$ 1.988.000,00	01.01.2014	Margem direita do rio Tapajós, distrito de Miritituba – Itaituba
Petróleo Sabba – Itaituba	R\$ 13.250,00	14.01.2021	Estrada do quadragésimo terceiro bis, cidade de Itaituba
Petróleo Sabba – Miritituba	R\$ 900.000,00	15.01.2021	Margem direita do rio Tapajós, distrito de Miritituba – Itaituba
Porto de Itaituba da Caramuru alimentos	R\$ 157.998,19	01.01.2019	Rodovia Transamazônica, Itaituba
Terminal UNI-Z	R\$ 7.600	11.09.2020	Margem direita do rio Tapajós, distrito de Miritituba – Itaituba

Fonte: Elaborado pelo autor com base no painel de monitoramento de instalações privadas da Antaq 2023. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/Relatorio.html#pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

O Quadro 5 apresenta com mais detalhes as rotas de transporte de grãos usadas pelas empresas graneleiras a partir de Miritituba.

Quadro 5 – Rota das empresas graneleiras que operam com Estações de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, em 2020

Empresa	Estação de Transbordo de Cargas usadas	Rota do Mato Grosso até Miritituba (PA)	Rota depois de Miritituba (PA)
ADM	ETC Bertolini	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós-Amazonas, via barcas até Barcarena (PA)
Amaggi	ETC Miritituba	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós-Amazonas, via barcas até Barcarena (PA)
Bunge	ETC Miritituba	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós-Amazonas, via barcas até Barcarena (PA)
Cargill	ETC Cargill	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós via barcas até Santarém (PA)
Cianport	ETC Itaituba	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós-Amazonas, via barcas até Santana (AP).
Hidroviás do Brasil	ETC Tapajós	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós-Amazonas, via barcas até Barcarena (PA)
Louis Dreyfus Company	ET Cargill	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós via barcas até Santarém (PA)
Glencore	ETC Bertolini	BR-163 por caminhões	Hidrovia Tapajós-Amazonas, via barcas até Barcarena (PA)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Antaq, 2020b. Trabalho de campo, 2019, 2022.

O Quadro 5 mostra que Miritituba se transformou, em curto espaço de tempo, em um grande nó logístico, realizando a conexão dos modais rodoviário-hidroviário do transporte de grãos na Amazônia brasileira.

Com grandes investimentos realizados nos portos de Itaituba, uma série de mudanças no entorno destes portos foi constatada pela presente pesquisa. Estas mudanças foram: a) elevação dos preços dos terrenos localizados próximos aos portos; b) restrição com a proibição do acesso da população aos locais onde

foram implantados os portos; c) aumento do fluxo de caminhões pelo perímetro urbano onde as estruturas portuárias estão localizadas; d) intensificação da poluição sonora; e) restrição da pesca próximo aos portos.

Figura 4 – Estações de transbordo de cargas em Miritituba – Itaituba



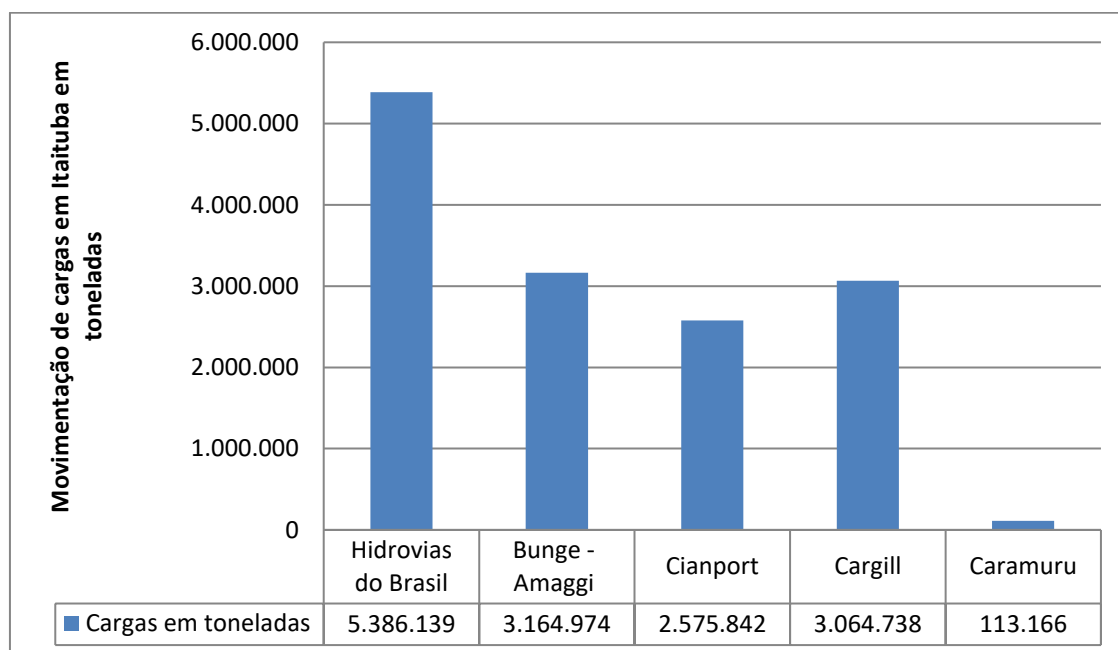
Fonte: Acervo GPDAM/Ufopa, 2021.

No rio Tapajós, em frente ao distrito de Miritituba, várias barcaças com empurradores aguardam a vez para realizarem o carregamento de grãos rumo a um porto da região (Santarém, Vila do Conde e Santana) onde a carga é transferida para silos e é realizado o embarque em navios do tipo Panamax, com dimensões e tamanhos- limite para passar pelas eclusas do canal do Panamá. Em 2016, este canal foi ampliado para receber navios classificados como Pós-panamax com dimensões maiores que os Panamax.

Segundo a *Anuário Estatístico Aquaviário*, editado pela Antaq em 2023, a movimentação de cargas registrada nos portos de Itaituba foi realizada pelas empresas: Hidrovias do Brasil, que movimentou 5.386.139 toneladas de grãos; Bunge – Amaggi, que movimentou 3.164.974 toneladas de grãos; Cianport, que

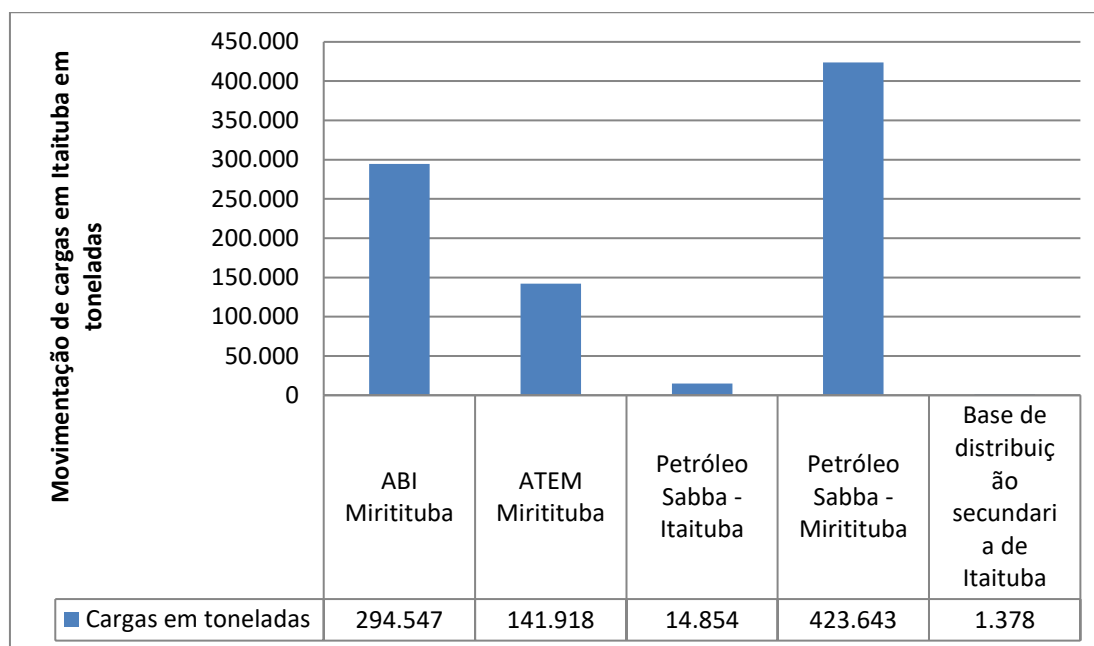
embarcou 2.575.842 toneladas pelo porto de Miritituba; Cargill, que movimentou 3.064.730 toneladas; e pela Caramuru, que movimentou 113.166 toneladas, conforme podemos verificar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Movimentação de cargas por empresas graneleiras em Itaituba em 2023



Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anuário Estatístico Aquaviário 2023. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/Relatorio.html#pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Em 2023, de acordo com a Antaq, na publicação *Anuário Estatístico Aquaviário*, a movimentação de combustíveis registrada nos portos de Itaituba foi efetuada pelas empresas: ABI Miritituba, que movimentou 294.547 toneladas de combustível; Atem Miritituba, que movimentou 141.918 toneladas; Petróleo Sabba Itaituba, que movimentou 14.854 toneladas; Petróleo Sabba Miritituba, que movimentou 423.643 toneladas; e pela Base de distribuição secundária de Itaituba, que movimentou 1.378 toneladas, conforme podemos verificar no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Movimentação de cargas por empresas de combustíveis em Itaituba em 2023

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Anuário Estatístico Aquaviário 2023. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/Relatorio.html#pt>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Toda a produção de grãos que chega em Miritituba vem de carretas do estado de Mato Grosso pela BR-163, acessando pequeno trecho da BR-230 até as ECT dessa localidade. A 30 km de Miritituba, em Campo Verde, foi montada uma grande estrutura para receber os caminhões que seguem para os portos do local. Nesse município existem modernos restaurantes, postos de combustíveis e pátios de caminhões que aguardam para seguir viagem até Miritituba, pois centenas de caminhões chegam todos os dias nesse ponto no período da safra de soja.

Assim que os caminhões com carga chegam em Miritituba, muitos ficam esperando o horário para realizar o descarregamento da carga no posto de triagem localizado na rodovia Transportuária.

O acesso ao perímetro urbano da rodovia Transamazônica, em Miritituba, até as estruturas portuárias das empresas é realizado por uma estrada aberta para este fim, chamada localmente de Transportuária. Esta estrada de terra, no período da safra, quando os caminhões chegam, fica congestionada.

Figura 5 – Caminhões na transportuária em Miritituba – Itaituba



Fonte: Acervo GPDAM/Ufopa, 2021.

No núcleo urbano de Miritituba, existem dois postos de combustíveis: o posto Mimoso e o posto Samuel, que abastecem os caminhões que veem do Mato Grosso e servem de pátios de estacionamento para parte dos que chegam carregados com soja para serem embarcados pelas empresas portuárias.

A Cargill está presente no Tapajós desde 1999, quando venceu uma licitação de arrendamento de parte do porto de Santarém promovida pela Companhia Docas do Pará (CDP). Em 2003, a empresa inaugurou em Santarém o Terminal de Granel Sólido (TGS), com uma estrutura formada de silos para o armazenamento de grãos e um porto capaz de receber navios de grãos do tipo Panamax, nos quais são embarcados grãos com destino à América do Norte, à Europa, à Ásia, entre outros continentes. Em Miritituba, a empresa inaugurou uma ETC em 2016, que recebe grãos do norte do Mato Grosso através da BR-163.

Quando a carga chega à localidade, ela é transportada por barcaças que seguem pelo rio Tapajós com destino ao terminal de Santarém, onde o produto é transportado para o mercado externo. No ano de 2023, a ETC Cargill movimentou 3.064.738 toneladas de grãos em Miritituba. A Louis Dreyfus Company também utiliza esta ETC para movimentar suas cargas para o porto de Santarém.

A Bunge foi a empresa pioneira a inaugurar, em 2014, o Complexo Portuário Barcarena-Miritituba, com investimentos no Terminal Portuário em Barcarena (Terfron), na Estação de Transbordo de Miritituba e em empurradores e barcas para realizar o transporte de cargas de Miritituba para o porto de Vila do Conde, no município de Barcarena (PA), pela hidrovia Tapajós-Amazonas.

A ETC da Bunge-Amaggi, em Miritituba, conta com uma estrutura que dispõe de silos de armazenamento e estrutura de embarque de cargas que seguem para a Vila do Conde, onde a mercadoria é embarcada em grandes navios do tipo Panamax rumo ao mercado consumidor externo. No ano de 2023, a ETC Bunge-Amaggi de Miritituba embarcou 3.164.974 toneladas (Antaq, 2024)

A Hidrovia do Brasil inaugurou sua ETC em Miritituba em 2016, e conta com uma estrutura com silos e estrutura de embarque. No ano de 2023, a ETC Hidrovias do Brasil de Miritituba embarcou 5.386.139 toneladas com destino ao porto de Vila do Conde (Antaq, 2024)

A Cianport inaugurou sua ETC em Miritituba em 2016, com uma estrutura composta de silos e instalações de embarque de grãos. Em 2023, a Cianport movimentou 2.575.842 toneladas de grãos pela ETC dessa localidade. A Cianport é a única empresa instalada em Miritituba que não exporta a produção de grãos por portos instalados no Pará; ela exporta sua produção na planta construída em Santana, no Amapá (Antaq, 2024).

A Bertolini iniciou as suas operações em Miritituba em 2015. Em 2022 a ETC Bertolini movimentou 2.000.000 toneladas de soja e milho. Já a Caramuru deu início ao transporte de cargas em Itaituba em 2017. Em 2023 a empresa movimentou 113.166 toneladas de farelo de soja (Antaq, 2024).

Considerações finais

O processo de ocupação do território de Itaituba no espaço-tempo consolidou-se em dois modelos. O primeiro modelo tem no rio e no extrativismo vegetal, principalmente da borracha, o seu ponto de referência. Esse período, que durou até a década de 1970, rendeu para a Região Amazônica uma política federal de valorização do extrativismo da borracha, visto que foram criadas ações governamentais para o fortalecimento da produção extrativa regional. Em

Itaituba, depois da crise da borracha, a atividade do garimpo de ouro passou a responder pelas dinâmicas econômicas do município itaitubense.

No começo da Operação Amazônia, em 1966, que criou várias instituições, como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e o Banco da Amazônia (Basa), teve início uma política de diversificação econômica, com o incentivo à pecuária, à mineração, à agricultura, à indústria, dentre outras. Neste contexto, em 1972, foi implantado o I PND com vistas a promover o deslocamento da fronteira agrícola nacional para a Amazônia. No entanto, as mudanças econômicas mais significativas para a Região Amazônica ocorreram a partir de 1975, com o II PND, sendo criado o PIN, responsável pela abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, afetando diretamente o município de Itaituba.

A partir de 1999, em Itaituba, quando foi realizado o primeiro embarque de soja, ocorreu a implementação de um conjunto de políticas de logística portuária do agronegócio objetivando o escoamento da produção agrícola do norte de Mato Grosso, utilizando a BR-163 até o porto de Miritituba, em Itaituba. A partir de 2013, com o avanço do asfaltamento da BR-163 e da aprovação da lei de modernização dos portos (Lei nº 12.815/2013), criaram-se as condições para a instalação de cinco Estações de Transbordo de Cargas (ETC) em Miritituba, transformando o lugar em nó logístico do agronegócio na conexão dos modais rodoviário e hidroviário na Amazônia.

Com o anúncio da instalação dos portos graneleiros em Miritituba, em 2013, vários foram os impactos na área da instalação dos empreendimentos, como a elevação dos preços dos terrenos localizados à margem direita do rio Tapajós, além da chegada de investidores e contratados.

A partir de 2014, com o início do funcionamento dos primeiros portos graneleiros em Miritituba, surgiu uma série de transformações socioeconômicas territoriais na localidade. Com a chegada desses empreendimentos portuários, houve uma mudança na ocupação e na utilização do território.

Antes da chegada das empresas portuárias em Miritituba, o local onde foram instaladas as ETC eram propriedades de antigas empresas de beneficiamento de madeira e fazendas que possuíam um uso restrito. Com a criação do distrito

portuário de Miritituba, por meio da Lei Municipal nº 2.308/2012, pela Prefeitura de Itaituba, houve a transformação do local em área portuária para a instalação de Estação de Transbordo de Cargas (ETC).

A chegada das empresas portuárias à antiga agrovila de Miritituba causou profunda alteração na dinâmica da população que lá residia, como a especulação imobiliária.

Na fase de construção dos portos, entre 2012 e 2016, o fluxo de caminhões aumentou em Miritituba por conta da entrega de materiais para a construção da parte física das instalações e equipamentos necessários para o funcionamento do empreendimento. No período inicial das operações, com a entrada do funcionamento da primeira ETC da Bunge em 2014, começou a intensificação do movimento de caminhões carregados com grãos no norte de Mato Grosso com destino ao distrito de Miritituba.

No caso das ETC instaladas em Miritituba, sujeitos como índios, pescadores e ribeirinhos vêm se organizando em várias entidades com o objetivo de reduzir os impactos que a instalação desses portos tem causado no modo de vida deles.

Referências

- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. *Anuário Estatístico Aquaviário 2023*. Brasília, 2024. Disponível em: <https://web3.antaq.gov.br/ea/sense/Relatorio.html#pt>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. *Instalações portuárias autorizadas até 18/7/2017*. Brasília, 2020a.
- ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. *Lista de estações de transpondo de cargas*. Brasília, 2020b.
- ARROYO, Maria Mónica. *Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX*. 2001. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-20042022-165056/pt-br.php>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BARAT, Josef (Org.). *Logística e transporte no processo de globalização: oportunidades para o Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007.

- BARROS, Márcio Júnior Benassuly. De agrovila a nó logístico do agronegócio na Amazônia: o caso de Miritituba, Itaituba, Pará. *Geosul*, Florianópolis, v. 34, n. 71, Dossiê Agronegócios no Brasil, p. 382-406, 2019.
- BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital o complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. *Brasil: questões atuais da reorganização do território*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRASIL, Raimundo Pereira. Os sertões do rio Tapajós. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós*, ano II, n. 2, 2014a.
- BRASIL, Raimundo Pereira. *O rio Tapajós na exposição nacional de borracha de 1913 no Rio de Janeiro*. Belém: [s.n.], 1913.
- BRASIL, Raimundo Pereira. O vale do Tapajós. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Tapajós*, ano II, n. 2, 2014b.
- CASTILLO, Ricardo. Agronegócio e logística em áreas de cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. *Revista da Anpege*, v. 3, 2007.
- CASTILLO, Ricardo. Agricultura globalizada e logística nos cerrados brasileiros. In: Silveira, Márcio Rogério (Org.). *Circulação, transportes e logística: diferentes perspectivas*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- COUDREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. São Paulo: Edusp, 1977.
- CPRM – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais. *Programa de Integração Mineral no Município de Itaituba*. Belém: CPRM, 1996.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- DNPM – Departamento Nacional da Produção Mineral. *Projeto Radam: Folha SB. 21 Tapajós*. Rio de Janeiro: DNPM, 1975.
- HUERTAS, Daniel Monteiro. *Da Fachada atlântica à imensidão Amazônica: fronteira agrícola e integração territorial*. São Paulo: Annablume, 2009.
- IBGE. *Sistema de Recuperação Automática – Sidra*. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadcm>. Acesso em: 20 fev. 2024.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Altamira – 1*. Brasília: Incra, 1972.
- MPTA – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. *Corredores logísticos estratégicos: complexo de soja e milho*. Brasília: MPTA, 2017.
- MUNIZ, João de Palma. *O município de Itaituba*. Pará: Typ. Guttenberg, 1906.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA. *Lei municipal nº 2.308/2012. Cria a zona comercial, industrial e portuária (ZCIP) no distrito de Miritituba*. 2012. Disponível em: <https://www.itaituba.pa.leg.br/leis/legislacao-municipal/leis-ordinarias-de-2012/leis-ordinarias-da-2012-9>. Acesso em: 10 ago. 2020.

- SANTOS, Milton. Os grandes projetos: sistema de ação e dinâmica espacial. In: CASTRO, Edna; MOURA, Edila Arnaud Ferreira; MAIA, Maria Lucia. *Industrialização e grandes projetos: desorganização e reorganização do espaço*. Belém: Gráfica e Editora da UFPA, 1995.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SANTOS, Milton. Guerra dos lugares. In: SANTOS, Milton. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 2008b.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 2008c.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENADO FEDERAL. *Pronunciamento de Luiz Otávio em 4/5/1999*. Brasília, 1999. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/pronunciamento/244433>. Acesso em: 14 jul. 2024.
- SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Plano Regional de Desenvolvimento 1972/74: avaliação preliminar*. Belém: Sudam, 1973.
- SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *II Plano de Desenvolvimento da Amazônia*. Belém: Sudam, 1975.
- SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. *Polamazônia Tapajós*. Belém: Sudam, 1976.

Como citar

BARROS, Márcio Júnior Benassuly. Dinâmicas da ocupação da logística portuária do agronegócio e seus rebatimentos socioeconômicos e territoriais em Itaituba – Pará. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432212, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st08.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Seção Temática

Agronegócio, Infraestrutura Logística e Dinâmicas Fundiárias na Amazônia

Latifúndios de carbono e moedas virtuais para proteger a Amazônia: a corrida por terras e financeirização da natureza

Carbon estates and NFTs: the land rush and financialization of nature in the southern Amazon basin

 **Thereza Cristina Cardoso Menezes¹**

 https://doi.org/10.36920/esa32-2_st09

Resumo: O texto propõe uma reflexão sobre o desenvolvimento amazônico tomando como suporte empírico duas experiências em curso de financeirização da natureza em propriedades rurais no Sul do Amazonas situadas nos municípios de Lábrea, Pauini e Apuí. Nos casos em análise, tratamos de iniciativas de compensação pela redução de emissões por desmatamento e degradação floresta (REDD+) e de novas práticas de conservação implementadas nessa região que vem enfrentando grande avanço do desmatamento. No primeiro caso, analisamos uma área em processo de demarcação de Terra Indígena vendida a uma empresa que comercializa desde 2021 NFTs (Non-Fungible Token, na sigla em inglês), ou Tokens não Fungíveis (em português)

¹ Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRJ). Doutorado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN-UFRJ). E-mail: therezaccm@uol.com.br.

lastreados em itens reais da fauna e flora locais, um tipo de moeda virtual para proteger a Amazônia. No segundo caso, examinamos a formação de sociedades de fazendeiros que estão certificando milhares de hectares de áreas preservadas para a comercialização de créditos de carbono. O objetivo do texto é apontar as dinâmicas em curso do mercado de terras na fronteira agropecuária sul-amazônica derivadas de novas possibilidades de lucro obtido com a financeirização da natureza em áreas da Amazônia que têm sido duramente atingidas pelo desmatamento.

Palavras-chave: financeirização da natureza; Amazônia; créditos de carbono; NFT.

Abstract: This text reflects on Amazonian development based on two ongoing situations involving forest financialization currently underway on rural properties in southern Amazonas (Lábrea, Pauini and Apuí). We examine compensation schemes for reducing emissions from clearing and degradation of forests (known locally as REDD+) and new conservation practices in a region where deforestation is advancing significantly. The first case involves an area in the process of demarcation as an Indigenous territory which was sold to a company that since 2021 has been selling non-fungible tokens (NFTs) backed by real local fauna and flora items as a type of virtual currency to protect Amazonia. The second case involves societies of farmers forming to certify thousands of hectares of preserved areas to sell carbon credits. Our goal is to point out the current dynamics of the land market for the agricultural frontier in southern Amazonia that are resulting from new possibilities for profit arising from the financialization of environmental protection in areas of the Amazon hit hard by deforestation.

Keywords: Financialization; Amazon; carbon credits; NFT.

Introdução

Por muito tempo o desenvolvimento significou a promoção de políticas públicas, que produziram grande impacto em áreas ambientalmente preservadas do país. Em meados da década de 1960, os governos militares, sob o lema “integrar para não entregar”, elegeram a Amazônia como região

estratégica para alavancar o crescimento econômico do país, tornando-a objeto de novos programas de governo e megainvestimentos. Uma oferta vultuosa de subsídios fiscais foram disponibilizados para atrair capitais privados para a região, oferecendo o suporte necessário para tornar o Norte do país um novo polo de desenvolvimento nacional.

A partir da II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, o conceito de desenvolvimento sustentável se consolidou, tendo como premissa de desenvolvimento a necessidade premente de conciliar o crescimento da economia com a conservação ambiental. No âmbito desta reorientação de paradigmas, o Brasil abandonou o perfil defensivo adotado até então e passou a protagonista internacional nas questões ambientais. A partir da década de 1990, a Amazônia constituiu-se numa região estratégica no debate sobre o desenvolvimento planetário e atraiu vultuosos recursos para a preservação da floresta,² impondo ao governo brasileiro compromissos para a redução do desmatamento na região.

A combinação de maiores investimentos com compromissos políticos permitiu vitórias expressivas da política ambiental brasileira praticada nas últimas décadas. Iniciativas como o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), com aumento da fiscalização e do monitoramento, permitiram períodos com queda acentuada das taxas anuais do desmatamento da Amazônia Legal³ no período entre 2004 e 2014. Tal sucesso deve-se não apenas às ações estatais, mas a combinação de múltiplas variáveis relacionadas às vicissitudes do avanço da fronteira agropecuária nesse período referentes à dinâmica de preços, oscilações de câmbio e oferta de créditos para a produção das *commodities* agrícolas (Menezes, 2022).

No período que abarcou os dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) houve um crescimento exponencial da produção agrícola na Região

² Refiro-me aqui especialmente ao Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PPG7), lançado em 1993. O programa aprovou recursos que totalizaram US\$ 250 milhões e constitui-se num dos maiores projetos ambientais implementados em um único país.

³ Área correspondente a nove estados do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão), totalizando cerca de 61% do território brasileiro.

Amazônica ancorado na conjuntura externa muito favorável às *commodities* agrícolas e minerais que, por sua vez, foram alavancadas pelo expressivo desenvolvimento da economia chinesa em virtude da crescente demanda por esses produtos (Carvalho, 2018).⁴

O período foi marcado por uma forte pressão do setor agropecuário por mudanças normativas que permitissem maior produção como a segurança da expansão territorial do setor por meio da aceleração da destinação de terras públicas regularizadas na Amazônia. Refletindo esta demanda, em 2009 foi lançado o Programa Terra Legal, criado sob pretexto da promoção da regularização fundiária e da segurança territorial de pequenos agricultores e, posteriormente, a regularização de grandes apossamentos rurais que reforçaram as desigualdades no acesso à terra no universo rural da Amazônia Legal (Campbell, 2015, p. 162).

A regularização fundiária impôs-se como uma inflexão no discurso para o progresso da região e um operador conceitual que conciliava desenvolvimento, segurança ambiental e propriedade privada. Considerando este novo imperativo da apropriação privada da terra, a reforma agrária deixou de ser prioridade política e houve uma drástica redução da criação de assentamentos rurais. A regularização fundiária ganhou também a adesão de organizações socioambientais internacionais, que passaram a enfatizá-la juntamente com as ferramentas de vigilância e digitalização do território como um recurso eficaz e possivelmente mais ágil para a redução dos conflitos fundiários, monitoramento e punição do desmatamento ilegal da Floresta Amazônica (Menezes, 2023).

A partir dos anos de 2019-2022, período do governo de Jair Bolsonaro, o bioma Amazônico começou a registrar os piores índices de desmatamento da última década, além da multiplicação de garimpos ilegais, resultantes de medidas administrativas que paralisaram as ações de fiscalização e medidas punitivas às infrações ambientais. A título de exemplo, entre janeiro e dezembro de 2021 foram destruídos mais de 10.000 km² de mata nativa,

⁴ A partir de 2003, a política internacional brasileira caracterizou-se pelo alinhamento Sul-Sul, permitindo a abertura de novos mercados receptores dessas mercadorias dentro de um cenário internacional favorável ao comércio dos produtos *in natura*. Houve um estreitamento das relações com a China, por exemplo, garantindo superávits consideráveis à balança comercial brasileira.

tendência que se manteve ao longo do ano de 2022, que registrou recorde da série histórica com a destruição de 10.267 km² de florestas, superando índices registrados em todos os anos anteriores.⁵

O Amazonas, estado historicamente mais preservado da Região Amazônica, superou índices históricos de devastação e se tornou o segundo estado que mais destruiu florestas em 2021, com a devastação concentrada em florestas públicas não destinadas, áreas privadas e assentamentos da reforma agrária situados nos municípios do Sul do estado, faixa que integra uma região de pungente desenvolvimento agropecuário denominada Amacro⁶ (união das iniciais dos três estados AM, AC, RO). Em 2021, mais de 80% do desmatamento no estado do Amazonas se concentraram na região abarcada pela Amacro, segundo dados do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe) e análise do Ipam (Sul, 2021).

A região da Amacro reúne municípios que se tornaram o epicentro do agronegócio dos três estados, registrando, por sua vez, os mais altos índices de desmatamento destes estados. Dentro do perímetro da Amacro estão cerca de 77% do desmatamento em Rondônia, 63% no Acre e 82% no Amazonas, reunindo em seus 454 mil km² mais de 35 abatedouros e 8 milhões de cabeças de gado, quantidade que supera, em aproximadamente cinco vezes, a população residente na região.

Tomando este contexto como ponto de partida, este artigo propõe uma reflexão a partir de dados etnográficos e documentais sobre experiências de financeirização da natureza em grandes propriedades rurais situadas em três municípios do Sul do Amazonas, localizados no arco do desmatamento,⁷ apontando a interrelação entre dinâmicas agropecuárias tradicionais e inovadoras de apropriação da terra que apostam na rentabilidade das florestas, sinalizando a presença de uma rede complexa de novos atores do universo empresarial e financeiro que atuam apoiados por formas ilegais de

⁵ Dados respectivamente divulgados pelo Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), e do Sistema Deter-B, do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe).

⁶ O nome Amacro foi inspirado na região agropecuária denominada Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), designativo da então nova grande fronteira agropecuária do país.

⁷ Faixa da Região Amazônica que concentra os maiores índices de destruição florestal provocada por queimadas e desmatamento e que tem sido acometida de secas cada vez mais severas e frequentes. O arco do desmatamento corresponde a cerca de 500 mil km² e vai do Oeste do Maranhão e Sul do Pará em direção ao Oeste da Amazônia, passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre.

apropriação de terras, bem como ações estatais no plano executivo e legislativo que facilitam o acesso aos recursos naturais na fronteira amazônica.

A incorporação de incentivos econômicos às políticas ambientais é um tema que vem sendo longamente discutido no campo dos estudos sobre conservação ambiental e objeto de debates em fóruns internacionais. A título de exemplo, em 2001, a Organização das Nações Unidas (ONU) já sugeria a incorporação de incentivos econômicos às políticas ambientais (Constanza *et al.*, 2014) e, em 2005, a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC, sigla em inglês) propôs um sistema de compensação de emissões de carbono denominado REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

A possibilidade de compensar danos ambientais representou uma reorientação no debate a respeito da relação desenvolvimento e meio ambiente, ou seja, o desenvolvimento econômico poderia continuar de forma galopante mediante o pagamento de danos provocados por meio da contribuição para a preservação, valorando-se, portanto, os serviços ambientais prestados para a preservação de ecossistemas sensíveis.

A seguir, dados sobre a aéreas pesquisadas no Sul do Amazonas. Destaco que a perspectiva teórica adotada para interpretar os dados empíricos é inspirada em Grillo (1997), que propõe uma abordagem do desenvolvimento como um campo discursivo heterogêneo, plurivocal, ainda que hierárquico, mas profundamente condicionado por dinâmicas multiescalares permeadas por considerável influência das singularidades relacionadas a dinâmicas históricas e sociais locais. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa sobre o tema das práticas de desenvolvimento atualmente em curso na Amazônia é desafiadora e exigiu as práticas tradicionais de trabalho de campo em comunidades ribeirinhas, indígenas e propriedades rurais, bem como gestores de instituições e organizações ambientais sediados no Sul do Amazonas. A pesquisa se estendeu ainda na internet, especialmente em sites com entrevistas e divulgação de empresas no Youtube e manifestações em redes sociais como Twitter, Facebook e Instagram. Acompanhei ainda as postagens, declarações e material da imprensa local que mencionavam os

diversos atores e empresas que integram a rede do mercado verde atuante no Amazonas.

Ao longo do texto, apresento brevemente a região, situando o atual padrão de desenvolvimento em curso nesta nas últimas décadas e, em seguida, analiso novos investimentos emergentes na região ancorados na financeirização da natureza em latifúndios com áreas de floresta remanescentes oportunizados pela possibilidade de recompensa financeira pela manutenção de florestas/estoques de carbono para a mitigação do aquecimento global.

O foco do texto recai sobre iniciativas em andamento nos municípios sul-amazonenses de Lábrea, Apuí e Pauini, localizados na fronteira do Amazonas com Rondônia, Acre e Mato Grosso, que despontaram recentemente nos *rankings* de desmatamento na Amazônia, especialmente durante os anos do governo de Jair Bolsonaro.

Experiências de financeirização no Sul do Amazonas

A mesorregião Sul do Amazonas se divide internamente nas seguintes microrregiões e seus respectivos municípios: Boca do Acre (Boca do Acre e Pauini), Purus (Canutama, Lábrea e Tapauá) e Madeira (Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã). Esta é considerada a região economicamente mais promissora do agronegócio no estado do Amazonas, além do seu potencial hidrelétrico, em mineração e manejo florestal. Cerca de 1/3 das terras do Sul do Amazonas são legalmente protegidas por Terras Indígenas e Unidades de Conservação, restando, portanto, uma quantidade substantiva de terras públicas e privadas potencialmente disponíveis para outros fins (Santos; Pizziol, 2016).

Municípios vizinhos da região pesquisada, como Humaitá, vêm assumindo um papel produtivo cada vez mais evidente na economia regional, em razão do crescimento acelerado da produção de soja, arroz e milho, cultivos estes que têm se expandido além das áreas de pastos. Em 2021, a unidade local do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas estimava o crescimento do plantio do município em 3 mil

hectares de soja, 2,1 mil hectares de arroz e 400 hectares de milho (Idam, 2022). Municípios como Humaitá tornaram-se polos centrais de articulação do corredor logístico regional, transformando-se em área para o escoamento da soja produzida na região por meio de importantes investimentos públicos em infraestrutura como o Porto Graneleiro de Humaitá e o Anel Viário de Humaitá, que proporcionaram mais eficiência e agilidade para o escoamento da produção entre Rondônia/Sul do Amazonas para o Porto de Itacoatiara,⁸ beneficiando e modernizando a cadeia produtiva regional.

O agronegócio brasileiro vem seguindo uma trajetória de crescimento de longo prazo, com expansão anual significativa das exportações. Em 2022, o setor era o responsável por aproximadamente um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) e participação em 20% do mercado de trabalho do país.⁹ Desde a década de 1970, o rebanho bovino brasileiro cresceu cerca de dez vezes, alargando as exportações de carne bovina em um movimento impulsionado pelo crescimento econômico e a alta demanda chinesa por carne. A Amazônia foi responsável por mais de 90% desta expansão, ao custo do aumento de apossamentos ilegais de terra e a multiplicação de queimadas e desmatamentos em terras públicas e áreas de floresta.

O Sul do Amazonas concentra a maior parte do rebanho do estado, e se expandiu a partir da prática da “limpeza de terras”, ou seja, a supressão florestal com a venda de madeira, seguida da criação de pastos que agregam valor para a futura comercialização da terra. A aceleração deste processo na região pesquisada se deu a partir de áreas-vetores de expansão da fronteira agropecuária originadas em Rondônia e Acre (via regiões de Ponta do Abunã e Boca do Acre, por exemplo), tornando municípios como Lábrea¹⁰ possuidor do maior rebanho bovino do estado, com 329.800 cabeças de gado em 2022.¹¹ Nesse mesmo ano, Lábrea ostentou a trágica colocação no primeiro lugar no

⁸ A extensão navegável do rio Madeira é de 1.060 km, entre Porto Velho (RO) e a foz, em Itacoatiara (AM). Destes, aproximadamente 180 km estão dentro dos limites do estado de Rondônia e 876 km no estado do Amazonas.

⁹ O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro é calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea – Esalq/ USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Cepea/USP e CNA (2021)

¹⁰ Lábrea possui 12 Terras Indígenas, duas Reservas Extrativistas, duas Florestas Nacionais e um Parque Nacional.

¹¹ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/cidades). No *ranking*, Lábrea é seguida de Boca do Acre e Apuí.

ranking de municípios com maior área desmatada no Brasil, superando pela primeira vez o município de Altamira (PA).

Tal desmatamento atingiu especialmente assentamentos rurais, terras públicas e propriedades privadas no entorno da rodovia Transamazônica, que corta o município, atingindo ainda que em menor grau áreas protegidas do município, como as Reservas Extrativistas (Resex) do Médio Purus e Ituxi, a Floresta Nacional (Flona) do Iquiri e a Terra Indígena (TI) Jacareúba-Katawaxi.

A crescente relevância do Sul do Amazonas como polo de desenvolvimento agropecuário deriva do preço comparativamente reduzido da terra nesta área em relação aos municípios produtores de ocupação mais antiga, como Rondônia, o que vem tornando a região muito atrativa para investidores do mercado de terras e do setor agropecuário, pressionando a ampliação de áreas previamente desmatadas em direção às florestas.¹² O período de pesquisa de campo em Lábrea evidenciou esta dinâmica frenética de apropriação de terras, por meio de um movimento intenso de pick-ups potentes circulando na sede municipal e no trecho da rodovia Transamazônica que leva ao município, assim como um tráfego incomum de pequenas aeronaves no aeroporto da cidade que, desde a pandemia, teve uma drástica redução da quantidade de voos regulares.

O município de Apuí, vizinho ao de Lábrea, tem uma dinâmica semelhante, tornando-se o campeão de desmatamento na Amazônia em 2022, com 586 km² de florestas devastadas, em um ano em que todo o estado do Amazonas registrou a destruição de 2.071 km² de florestas. A devastação galopante e a multiplicação de focos de incêndios detectados por satélites neste município em grandes áreas florestais foram amplamente noticiadas pela imprensa, deflagrando-se uma enorme pressão internacional sobre o governo brasileiro, que foi duramente criticado pela incapacidade de conter a devastação da Floresta Amazônica.

¹² Informação obtida por meio de entrevistas durante trabalho de campo realizado entre maio e julho de 2023 com pessoas que adquiriram terras em Lábrea, majoritariamente provenientes de Rondonia. Tal informação foi pesquisada e confirmada pelos sites de imóveis que vendem fazendas e sítios em Lábrea.

Os incêndios em Apuí tornaram-se notícia recorrente, e o município foi alvo em 2019, 2020 e 2021 de três operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), uma medida extrema de emprego das Forças Armadas, quando há o esgotamento das forças tradicionais de segurança pública diante de situações de grave perturbação da ordem,¹³ risco para a integridade da população ou para o funcionamento das instituições.

O uso da GLO para combater emergências ambientais foi um fato inédito até 2019, uma vez que a medida costumava ser adotada previamente¹⁴ para situações como a segurança de grandes eventos ou graves explosões de violência. Como previamente assinalado, durante o governo de Jair Bolsonaro a fiscalização ambiental foi drasticamente reduzida na Amazônia, ao passo que multiplicaram-se as operações de GLO que aconteceram em 16 dos 34 meses do governo Bolsonaro. Na Amazônia, respectivamente, houve três GLO: Operação Verde Brasil (agosto a outubro de 2019), Verde Brasil 2 (maio a abril de 2020) e Operação Samaúma (junho a agosto de 2021), missões estas que drenaram cerca de R\$ 550 milhões de verbas públicas para combate a emergências ambientais e que pouco redundaram em redução do desmatamento.

Os anos de crise ambiental na Amazônia foram também de crescente rentabilidade para as produções agrícolas no país, pressionando o alargamento de áreas produtivas e, conseqüentemente, a elevação do preço da terra. Os anos do governo Bolsonaro foram marcados pelo desmonte da fiscalização ou punição ambiental, favorecendo a ampliação do arco do desmatamento no Sul do Amazonas e o aquecimento do mercado de terras nesta região, especialmente no entorno da rodovia Transamazônica e BR-319, áreas com pastagens formadas ou propícias ao cultivo de grãos. O momento foi fortemente marcado pelo crescimento da apropriação ilícita de terras,

¹³ A respeito dos incêndios no Sul do Amazonas, especialmente sobre a importância de Apuí na deflagração do “dia do fogo” na Amazônia, ver Menezes (2022).

¹⁴ A GLO está prevista no Texto Constitucional de 1988 e foi regulamentada por lei complementar em 1999 no governo de Fernando Henrique Cardoso. Antes da lei complementar, as operações de GLO foram convocadas em 1994, para garantir a segurança durante a conferência da ECO-92 e, em 1996, após os assassinatos no campo em Eldorado dos Carajás/PA.

amparada por documentos falsos e facilidades para realizar registros em cartórios locais e no Incra¹⁵ de fazendas situadas nas áreas federais.

Simultaneamente às formas tradicionais de expansão da fronteira agropecuária anteriormente descritas, o período mencionado foi pontuado pela emergência de novas modalidades de uso das grandes propriedades rurais na região para fins de apropriação da terra e seus recursos para propósitos ambientais (Corson; Macdonald, 2012, p. 263), como uso das florestas nas propriedades rurais para a produção de créditos de carbono e demais produtos verdes valorizados pelas agendas ambientais e discursos de mudança climática. Tal fenômeno vem sendo conceituado pela literatura como apropriação verde e grilagem verde (*green grabbing*), ou seja a “mercantilização da natureza, e sua apropriação por um vasto grupo de atores, para uma variedade de usos – atual, futuro e especulativo – em nome de ‘sustentabilidade’, segundo Fairhead, Leach e Scoones (Corson; Macdonald, 2012, p. 238).

Além de grandes oportunidades de lucro, os produtos verdes resignificam a natureza a partir de uma lógica mercantil e privatista em que ela é constituída como um capital e alicerce da economia verde (Corson; Macdonald, 2012, p. 241). As mercadorias verdes transitam fundamentalmente em um universo virtual e adquirem valor a partir de narrativas políticas e éticas da recuperação, resgate e responsabilidade que atraem muitos investidores que procuram eficácia e um papel ativo na governança ambiental do planeta.

A financeirização é resultante dessa teia de agentes e motivações que resignificam a natureza como um capital financeiro. Os efeitos políticos mais evidentes da operação de máquina é o deslocamento da governança ambiental global dos estados para o mercado e a sociedade civil (investidores) na qual redes transnacionais de organizações privadas tornam-se formuladores de políticas ambientais internacionais (Corson; MacDonald, 2012).

¹⁵ Em 2021, por exemplo, a Justiça atendeu à solicitação da Procuradoria Federal de cancelamento das matrículas e registros dos seguintes imóveis registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Lábrea/AM: Fazenda Brasileira II; Fazenda Brasileira I; Fazenda Brasileira III; Fazenda Ferrari; Fazenda Ômega; Fazenda Boa Vista; Fazenda Terra Boa; Fazenda Santa Rosa; Fazenda América parte I; Fazenda América parte II; Fazenda Canaã; Fazenda Boa Fé; Fazenda Panorama; e Fazenda Recanto.

Durante o trabalho de campo realizado em 2023, adquiriu-se conhecimento sobre a compra de duas grandes propriedades na região, uma de 41 mil hectares e outra de 150 mil hectares, respectivamente adquiridas por um “fazendeiro de São Paulo” e um “empresário do setor madeireiro que atuava no Acre”. Ambos estavam buscando ampliar essas áreas adquiridas mediante a compra de novas terras nos municípios de Lábrea, Pauini e Apuí para investimento em créditos de carbono e NFTs, fato que apontava uma inflexão na dinâmica de investimentos em terras na região.

Esse movimento no mercado de terras manifesta o crescimento do mercado voluntário de crédito de carbono que vem aumentando globalmente nos últimos anos, impulsionado por empresas interessadas em compensar suas emissões de gases do efeito estufa. Em 2021, esse mercado decolou e quadruplicou em relação ao ano anterior, movido pela oferta de diversas empresas que desenvolveram projetos, especialmente na Amazônia (Silveira; Oliveira, 2021). No caso dos projetos baseados em desmatamento evitado, o desenvolvedor precisa comprovar que a floresta da região sofre grande risco de ser desmatada e que seu projeto é fundamental para manter a sua integridade ambiental, uma vez que as reduções de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) associadas a um crédito de carbono não teriam ocorrido sem os recursos fornecidos pelo projeto de carbono. A seguir, dois estudos de caso no Sul do Amazonas.

NFTs em terras Apurinã: o caso Nemus

A empresa brasileira Nemus (Nemus Earth) está no centro de um conflito envolvendo a compra de milhares de hectares de terras tradicionalmente ocupadas em Pauini (área de fronteira com Lábrea) para a geração de ativos digitais no perímetro territorial pertencente a indígenas da etnia Apurinã,¹⁶ cujos recursos naturais estariam sendo explorados sem a adoção dos devidos trâmites de consulta livre, prévia e informada. A empresa Nemus está operando na área destinada à Terra Indígena Baixo Seruini/ Baixo Tumiã, situada entre os

¹⁶ Os Apurinã se autodenominam Pupŷkary.

municípios de Lábrea e Pauini, o qual se encontra em processo de reconhecimento.

A presença Apurinã nessa região é muito antiga, com registros de viajantes deste povo desde meados do século XIX, assim como dos demais coletivos indígenas da região do médio Purus como os Deni, Paumari, Jamamadi, Jarawara, Suruahá, Hi-Merimã e Banawá. A história Apurinã foi marcada por conflitos que caracterizaram a abertura de seringais. Os seringueiros organizavam expedições armadas denominadas “correries” para invadir aldeias sob justificativa de responder aos ataques indígenas ou se apossar de seus territórios (Schiell, 1999, 2004).

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) teve um posto em funcionamento por mais de duas décadas na região do rio Seruini, afluente do rio Purus, chamado Posto Marienê, criado em 1913 e desativado na década de 1940, por ocasião de um histórico de conflitos com seringueiros que resultou na morte de dezenas de Apurinã.¹⁷

Em 1975, período do governo militar, a Funai permitiu a compra dessa área de presença indígena pela empresa Madeireira Nacional, conhecida como Manasa,¹⁸ atestando formalmente não haver conhecimento da existência de aldeamentos indígenas na área, permitindo, inclusive, que a empresa captasse recursos com incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) para expandir suas atividades. A Manasa compreendia uma imensa área que abrangia parte das atual TI Tumiã, a foz do rio Seruini e a TI Guajahã, o que pressionou o reconhecimento e a demarcação de terras pelos indígenas.

No caso da área da Terra Indígena Seruini-Tumiã, desde 2012, o povo Apurinã aguarda a conclusão do processo de demarcação da sua terra. O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTDI) foi concluído, mas até

¹⁷ A região que envolve a calha do rio Purus tornou-se mais intensamente povoada em virtude da grande exploração dos seringais, iniciada na década de 1870. Com a Segunda Guerra Mundial e o aumento da demanda da borracha, cerca de 50 mil nordestinos foram transportados para o Amazonas, em meados do século XX, para trabalhar como seringueiros, denominados então “soldados da borracha”.

¹⁸ A Manasa foi criada em São Paulo em 1940 para comercializar madeira, possuindo uma unidade operacional em Guarapuava (PR). Em 1991, a Manasa fundou a Frutasa, produtora de maçãs, sediada nesse município paranaense, e, em 2001, a empresa assumiu o controle da Samco, empresa exportadora de madeiras de pinus. Em 2004, a Manasa informou a venda de parte de suas florestas maduras (com mais de cinco anos) para a americana Viking Global Timber Fund, sediada em Boston, por US\$ 32,891 milhões, com o objetivo de pagar dívidas com seus acionistas

2023 ainda não havia sido avaliado pela Presidência da Funai, criando uma situação de grande insegurança e ameaça aos indígenas desse território.¹⁹

No final de 2021, a propriedade registrada em nome da madeireira foi vendida à Nemus, negócio possivelmente estimulado pela prerrogativa política de “demarcação zero” de terras indígenas e de prioridade ao agronegócio, eixos do programa de governo de Jair Bolsonaro, expressos em medidas infralegais publicadas durante sua gestão, como a liberação, em 2020, da certificação de propriedades rurais pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) dentro de terras indígenas ainda não homologadas.²⁰ No início de 2022, a empresa Nemus foi autorizada a entrar na Terra Indígena pela Assessoria de Acompanhamento de Estudos e Pesquisas da Funai (Aep),²¹ então chefiada por um policial federal, sob protestos dos funcionários da Coordenação Regional da Funai do Médio Purus, situada em Lábrea.²²

A empresa Nemus iniciou já em 2022 o comércio de NFTs (Tokens não Fungíveis)²³ em áreas bem conservadas ambientalmente da antiga madeireira, localizadas no município de Pauini, se comprometendo com os compradores a manter a integridade da proteção ambiental da área. Os tokens são lastreados em itens reais da fauna e flora locais da região, e a empresa pretende impulsionar, além dos NFTs, a produção de castanha para exportação e abrir uma pista de pouso entre os rios Seruini e Pauini. Segundo informações do site da empresa,²⁴ há quatro grandes porções (*drops*) de terra disponíveis para comercializações próximas ao rio Purus (ver Mapa 1 a seguir que mostra a terra indígena Baixo Tumiã/Baixo Seruini e a área dos NFTs anunciados pela Nemus). No decorrer da pesquisa, apenas um dos “drops”, com cerca de 10 mil

¹⁹ Em identificação pela Portaria nº 425, de 23 de abril de 2012. Já estive duas vezes na região acompanhando assembleias e reuniões da Comunidade Limeira (Resex Médio Purus), situada dentro do rio Seruini e vizinha de aldeias da Terra Indígena Seruini. O uso de castanhais da área da Manasa tem sido frequente objeto de disputa entre comunidades extrativistas da Resex e indígenas, e tal rivalidade vem sendo instrumentalizada pela empresa Nemus, por meio da cooptação de lideranças pertencentes aos dois grupos, com promessas de desenvolvimento das comunidades.

²⁰ Instrução Normativa nº 9, de abril de 2020, publicada pela Funai.

²¹ Há o Ofício nº 32/2022, de 17 de março de 2022, da Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas (Aep), então chefiada pelo delegado da Polícia Federal Alexandre Rocha dos Santos que, embora não autorize textualmente o ingresso, não o proíbe, liberando na prática a entrada na TI Baixo Tumiã/Baixo Seruini.

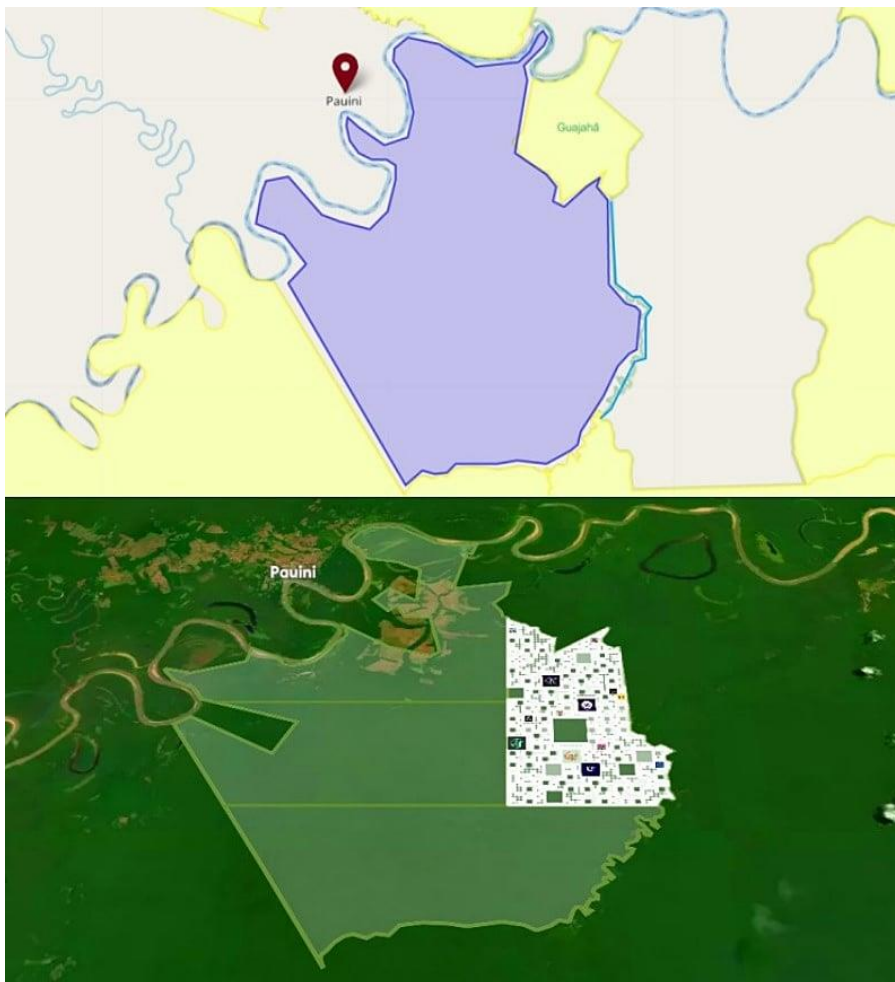
²² Durante a pandemia, a entrada em terras indígenas foi proibida pela Portaria nº 419/2020, assinada pelo presidente da Funai Marcelo Xavier. A norma impedia a entrada de não indígenas nas comunidades e previa que as exceções à regra deveriam ser autorizadas pelas Coordenações Regionais (CRs) da Funai.

²³ Cada token possui a arte de uma planta ou animal da Amazônia, realizada pela Concept Art, empresa com sede em São Francisco, que desenvolve conteúdos de NFTs.

²⁴ Disponível em: https://nemus.earth/pt_br/. Acesso em: 10 dez. 2023.

NFTs possuíam fichas digitais disponíveis para compra imediata (Bispo, 2023). A compra de um NFT não implica a posse física da terra, mas uma representação simbólica e virtual do território real.

Mapa 1 – Área aproximada da Terra Indígena Baixo Tumiã/Baixo Seruini e área dos NFTs anunciadas pela Nemus



Fonte: Reprodução (Pajolla, 2022).

Os ativos digitais NFT da Nemus são vendidos on-line por valores entre 150 dólares e 51.000 dólares em moedas virtuais, de acordo com o site da empresa disponível em 12 idiomas. Desde 2021, esses tipos de ativos digitais ganharam destaque no mercado, movimentando bilhões de dólares. A valorização está ancorada na exclusividade e confiança da autenticidade, além da possibilidade de rastreabilidade associada à tecnologia *blockchain*, que permite mais controle

sobre a prática de fraudes relacionadas a operações de compra e venda. Os desenvolvedores de projetos NFTs podem limitar o número de uma propriedade digital específica, impulsionando o valor em função da sua escassez. É um negócio de natureza especulativa cujos preços e interesse dependem do valor socialmente atribuído e da cobiça por bens exclusivos com grande retorno financeiro por parte dos investidores.

A Nemus negociou em apenas um dia 10% de sua oferta inicial de Tokens não Fungíveis disponibilizados, ativos que representavam 8 mil hectares florestais, sinalizando a perspectiva promissora para a conversão de terra preservada em ativos digitais NFT. Os lotes à venda têm tamanhos variados entre um quarto de hectare e 81 hectares (0,6 a 200 acres), os compradores podem localizá-los por meio de mapas on-line disponíveis e o seu dono poderá acompanhar em tempo real os projetos de conservação e atividades economicamente sustentáveis.

A Nemus é dona de uma área de 41 mil hectares de floresta no estado do Amazonas rica em madeiras e castanhais e com a expectativa de negociar aproximadamente US\$ 5 milhões com a venda de NFTs. Com o lucro, a empresa pretende investir na compra de mais 2 milhões de hectares de terra no município de Pauini para expandir o negócio e apoiar o desenvolvimento sustentável e a bioeconomia (castanha e, possivelmente, madeira, mediante planos de manejo) em uma região fortemente pressionada pelo desmatamento.

O caso da empresa Nemus evidencia a corrida empresarial para emissão de créditos de carbono nas terras preservadas no entorno das áreas mais ameaçadas da Amazônia, gerando ativos lastreados na floresta e na produção extrativista. Destaque-se que o benefício à comunidade da localidade é pedra angular da valorização das NFTs pelos compradores. A Nemus adquiriu um latifúndio envolvido em um moroso processo burocrático de destinação para os povos indígenas, fato possibilitado por uma conjuntura política anti-indígena e muito favorável a modalidades de apropriação privada da terra e das florestas, avaliadas neste momento como produto lucrativo no mercado financeiro diante da emergência climática e do evidente fracasso do Estado brasileiro na missão de proteger suas florestas e respectivas populações.

Para além da propaganda positiva de sustentabilidade e respeito às comunidades divulgada aos clientes, a narrativa da Nemus se apoia em uma proposta de governança territorial e social para uma vasta área do município de Pauini, baseada em ações de restauração florestal, incentivo ao extrativismo sustentável e com valor agregado e, sobretudo, na promessa de gestão empresarial do mundo social no município de Pauini, com investimento em infraestrutura e serviços, como na construção de clínicas e escolas comunitárias e na geração de empregos.

A Nemus foi criada por um grupo de empresários brasileiros do setor de manejo florestal sustentável. Entre seus principais fundadores está Flavio de Meira Penna, CEO da Nemus, 65 anos, nascido em Nova York, mas com longo período de residência no Rio de Janeiro, o que permitiu a sua fluência em português. Em entrevistas, disponíveis no YouTube,²⁵ ele se autodefine como *treehugger* (abraçador de árvores), empreendedor e conservacionista, possuindo no currículo profissional cargos de gerência em grandes empresas da área de Tecnologia da Informação, bancos, startups e iniciativas empresariais no ramo madeireiro. Nas décadas de 1980 e 1990 Penna trabalhou com Organizações Não Governamentais captando recursos externos para investimento em projetos ambientais.

Além da *expertise* obtida no universo do financiamento ambiental, Flavio Penna tem na sua trajetória profissional a aquisição e recuperação de empresas falidas, iniciando suas incursões empresariais na Amazônia com a compra e recuperação de uma empresa madeireira em Xapuri/AC, que atualmente exporta 98% da produção (produtos de madeira legalizada) para a Europa e os Estados Unidos. Em entrevistas concedidas à imprensa especializada em finanças, Flavio Penna costuma atribuir à influência dos seus filhos o seu interesse recente no investimento em NFTs. Sua filha é funcionária do governo norte-americano e atua no campo da meteorologia e mudanças climáticas, e seu filho é operador do mercado de criptomoedas. Desse encontro entre a própria trajetória ambiental-empresarial e as influências familiares teria surgido a ideia de “criar uma moeda virtual para proteger a Amazônia”.

²⁵ Entrevista concedida ao Agromais, disponível no Youtube em <https://www.youtube.com/watch?v=qrD0xzvSfcY>.

Segundo Penna, o NFT é um mecanismo sustentável de proteção ambiental, que evita as formas tradicionais de captação de recursos externos tal qual ele realizava no passado para as ONGs ambientalistas. Sua aposta atual é evitar mediadores e criar uma ponte direta entre realizadores de projetos ambientais e os investidores interessados, permitindo a formação de uma comunidade de “guardiões da floresta” que fiscalizam seu investimento monitorando a proteção da terra adquirida/NFT com satélites e, futuramente, drones. Somado a isso, criam-se condições para o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis, que permitam agregar valor no local onde se desenvolve o projeto, melhorando efetivamente a qualidade de vida das comunidades amazônicas. Em suma, estrutura-se uma “governança” em que a empresa capta recursos diretamente no mercado e suprime a necessidade do Estado e das ONGs.

A área de 41 mil hectares adquirida pela Nemus possui um antigo plantio abandonado com mais de 200 mil castanheiras produtivas e inexploradas há anos, em virtude dos conflitos pelo direito de uso entre comunidades indígenas Apurinã após a criação da Resex Médio Purus e os estudos (RTDI) da TI Seruini/Tumiã. Tal conflito foi potencializado por anos de embates de competência entre gestores institucionais da Funai e do ICMBio, incapazes de mediar as tensões entre lideranças e colaborar para selar acordos de uso benéficos para ambas as comunidades. Um dos projetos prioritários da Nemus é explorar o enorme potencial dos castanhais a partir da construção de uma fábrica com capacidade de coletar, processar, embalar, criar uma marca e exportar a sua produção. Atualmente, as comunidades da região vendem o quilo da castanha por menos de 50 centavos de dólar, enquanto a castanha pode chegar a ser vendida em um supermercado na Europa ou nos Estados Unidos pelo equivalente a 25 dólares/quilo.

Há um ano vieram a público denúncias de possível pressão da empresa Nemus para que indígenas assinassem documentos em apoio à exploração dos grandes castanhais do território adquirido, assim como as promessas da empresa de abertura de uma pista de pouso e de estrada entre o rio Seruini e o município de Pauini. Em meados de 2022, o Ministério Público Federal (MPF) do Amazonas acionou a Nemus e solicitou que a empresa comprovasse a propriedade da terra, a consulta às comunidades indígenas e a autorização da

Funai para exploração econômica da área. Após as denúncias, a Nemus se manifestou na sua conta no X (ex-Twitter) informando que a terra é propriedade privada e sem sobreposição com quaisquer terras indígenas, e que teria prestado as informações necessárias para as instituições brasileiras. Em um canal norte-americano do YouTube, Flavio Pena mencionou que os indígenas que demandam as terras compradas pela Nemus seriam na verdade “invasores” de suas terras,²⁶ ainda que nos vídeos de divulgação da empresa constem esta parceria e o apoio de indígenas e extrativistas das comunidades tradicionais que vivem na região do Seruini.²⁷

Fazenda Fortaleza Ituxi

O segundo caso de interesse deste artigo consiste no projeto de REDD+²⁸ da Fazenda Fortaleza Ituxi, localizado numa propriedade no Sul do município de Lábrea, que vem se notabilizando pela proteção das florestas e apoio ao manejo sustentável comunitário de açaí e castanha em uma área privada de 150 mil hectares. Tal negócio surgiu no campo de possibilidades a partir da expansão do mercado voluntário de carbono derivado do compromisso da maior parte dos países em compensar todas as suas emissões de gases do efeito estufa até 2050 ou 2060, impulsionando setores poluidores a comprar créditos no mercado voluntário.

O plano de manejo florestal da Fazenda Fortaleza Ituxi iniciou-se em 2013 com um planejamento com duração prevista para trinta anos de comercialização e venda de créditos de carbono.²⁹ O proprietário da fazenda informou ter investido cerca de 1 milhão de reais para custear os diversos trâmites de certificação³⁰ e no constante monitoramento para garantir a

²⁶ Trecho com a declaração do dono da Nemus sobre a “invasão dos indígenas” em vídeo informativo produzido por *Brasil de Fato*.

²⁷ Vídeo-propaganda da empresa divulgando a iniciativa e o apoio de representantes das comunidades e liderança indígena no cartório mudando o nome da terra para “NFT”. Disponível em: <https://youtu.be/HIVD4qmowql?feature=shared>. Acesso em: 12 jan. 2024.

²⁸ REDD – Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, é um suporte financeiro para projetos sustentáveis que estão reduzindo o desmatamento.

²⁹ Um crédito equivale a 1 tonelada de carbono que foi retirado da atmosfera ou deixou de ser emitido. Os seres humanos emitem cerca de 55 bilhões de toneladas por ano e apenas 20% disso é mitigado.

³⁰ O projeto da Fazenda Fortaleza Ituxi é certificado pela Verra, a mais destacada entidade de certificação de redução de emissão de carbono do mundo.

integridade ambiental da propriedade contra invasões e tentativas de desmatamento provocadas pelos madeireiros que atuam na região.

Ao final de 2020, o fazendeiro concluiu sua primeira venda de créditos de carbono, fato amplamente divulgado na imprensa, assim como o seu lucro de 18 milhões de reais³¹ com o negócio. O projeto de REDD+ da Fazenda Fortaleza do Ituxi foi desenvolvido pela Carbonext,³² empresa que cria e monitora diversos projetos florestais de REDD+ na Amazônia. Posteriormente, a empresa Moss tornou-se parceira do empreendimento atuando na etapa de negociação e venda dos créditos de carbono emitidos pela fazenda.

Como pode-se observar, a entrada no negócio de REDD+ exige investimentos, tempo com rigorosos trâmites e uma rede de empresas parceiras para que a propriedade atenda os critérios do mercado e alcance os potenciais compradores. Uma das parcerias estabelecidas pela Fazenda Ituxi foi com a Carbonext, a empresa que mais tem gerado créditos de carbono por desmatamento evitado no Brasil. A Carbonext foi fundada em 2010 e, em 2022, recebeu um aporte de 40 milhões de dólares da petrolífera Shell. Muitos dos atuais projetos em curso da Carbonext foram desenvolvidos com proprietários de terras, que geralmente se associam para aumentar a área oferecida no mercado de créditos de carbono. Além de estabelecimentos agropecuários, a empresa iniciou negociações para o estabelecimento de parcerias com associações indígenas³³ e outras comunidades tradicionais, oferecendo-lhes projetos elaborados em troca de uma comissão de 30% dos créditos que conseguissem negociar no mercado de carbono.

A negociação dos créditos de carbono é uma etapa delicada do negócio do carbono e requer conhecimento de um mercado ainda muito novo e instável. A empresa Moss começou a operar oficialmente em 2020, e se autointitula a primeira bolsa de carbono brasileira, permitindo aos investidores adquirir “tokens” associados aos créditos de carbono, constituindo uma loja digital que comercializa os créditos gerados atualmente por seis projetos sustentáveis

³¹ Dentre os compradores dos créditos oferecidos pela Fazenda Ituxi estão: IFood, C6 Bank, Grennco.

³² Disponível em: <https://www.carbonext.com.br/projects/fortaleza-ituxi>. Acesso em: 13 jan. 2024.

³³ Entre as comunidades que realizaram parcerias com a Carbonext estão comunidades Kayapó, no Pará. Em Mato Grosso, há parcerias com os Cinta Larga e os Arara. No Amazonas, com os Mundurucu e, em Rondônia, com os Surui Paiter.

localizados na Amazônia. Os créditos da Moss (MCO2 Token) podem ser comprados na plataforma da empresa e também estão listados em bolsas de criptomoedas como o mercado Bitcoin, Gemini, Global, entre outros.

O diretor executivo da Moss Luis Adaime – há inúmeras entrevistas dele disponíveis no YouTube³⁴ – possui trajetória profissional no mercado financeiro, tendo ocupado por cinco anos o cargo de vice-presidente do CreditSuisse. Em 2021, a Moss já possuía quatro projetos em atividade: Santa Maria (77 mil hectares no Norte do Mato Grosso e Amazonas), Madre de Dios (99 mil hectares no Peru), Agro Cortex (186 mil hectares entre os estados do Acre e Amazonas) e Fazenda Ituxi (com 150 mil hectares em Lábrea, no Amazonas). Em 2020, a Moss transacionou um total de 6 milhões de dólares em crédito de carbono e, até o final de 2021, acumulou 20 milhões de dólares em negociações.

O proprietário da fazenda Fortaleza Ituxi é Ricardo Stoppe, médico e empresário, nascido no interior de São Paulo. Sua jornada na Amazônia se iniciou no ano 2000, quando comprou terras no Mato Grosso que, posteriormente, foram vendidas para a aquisição de uma propriedade maior, com 150.000 hectares de terra, parcialmente desmatada na região do rio Ituxi, no Sul de Lábrea. Stoppe iniciou atividades nesta propriedade na pecuária, mas, segundo seu relato, obstáculos logísticos, com as legalizações ambientais e os conflitos com autoridades locais, o desestimularam a dar continuidade a atividade na propriedade.³⁵

Stoppe tomou conhecimento de projetos de créditos de carbono bem-sucedidos e muito lucrativos no Acre, desenvolvidos em parceria com empreendedores norte-americanos, e iniciou a busca de aportes e associações para obter as certificações necessárias para comercializar os créditos de carbono de sua propriedade. Esse processo durou dois anos e, segundo ele, foi permeado por inúmeras dificuldades, especialmente na etapa de negociação dos créditos produzidos.

³⁴ Entrevista de Luiz Adaime no canal do Youtube do Bradesco concedida em setembro de 2022. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=8_RXfGXaXL0. Acesso em: 10 jan. 2024.

³⁵ Ricardo Stoppe foi convocado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Biopirataria a depor em audiência pública em 2006 para averiguação de denúncias de extração ilegal de madeira patrocinada por empresas ligadas ao então governador do estado de Rondônia, Ivo Cassol.

Desde 2020, Ricardo Stoppe se tornou garoto-propaganda das propriedades rurais comprometidas com a preservação, e o sucesso de seu empreendimento tem sido amplamente noticiado pela imprensa, que o retrata como um empresário visionário e ambientalmente comprometido, empregador de 150 comunitários e responsável por conservar mais de meio milhão de hectares nas ameaçadas florestas no Sul do Amazonas. O sucesso da comercialização dos créditos de sua propriedade demonstra que “preservar dá dinheiro”, “filosofia” que inspirou outros trinta proprietários de cerca de 130.000 hectares da Região Sul de Lábrea, que se entusiasmaram e decidiram se associar a Stoppe para a obtenção da certificação e comercialização dos créditos das áreas preservadas de suas propriedades rurais. Associado às empresas como a Moss e a Carbonex, Stoppe buscava ampliar seus domínios territoriais na região, tendo informado em entrevistas estar negociando mais 270.000 mil hectares de terras no município de Apuí, que pretendia certificar para futura negociação de créditos de carbono.

Em 5 de junho de 2023, Dia do Meio Ambiente, o empresário Ricardo Stoppe foi preso preventivamente e apontado pela Polícia Federal como líder de um possível esquema de fraudes na comercialização de créditos de carbono lastreadas em terras griladas da União, apropriação ilegal de cerca de 538 mil hectares de terras públicas e uso fraudulento da emissão de documentos para legalizar madeira extraída de áreas proibidas.

A chamada Operação Greenwashing da Polícia Federal investigou a existência de certificados fraudulentos baseados na falsificação de dados de cartórios e órgãos públicos do Amazonas, obtidos por meio de uma rede de corrupção envolvendo servidores públicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e Secretaria de Estado das Cidades e Territórios do governo do Amazonas.

O fato foi amplamente noticiado pela imprensa como “escândalo do carbono”, apontando que o grupo empresarial de Ricardo Stoppe usava áreas griladas, especialmente na região da Floresta Nacional (Flona) do Iquiri, gerida pelo ICMBio, situada em Lábrea. A elaboração de projetos de crédito de

carbono se consolidavam porque a certificadora internacional (Verra) não verificava a cadeia dominial das terras.³⁶

Considerações finais

Os dois estudos de caso apresentados previamente, baseados nos projetos de NFTs da Nemus e REDD+ da Fazenda Fortaleza do Ituxi, estão relacionados ao pungente mercado verde, e o Brasil destaca com capacidade de atender a quase metade da demanda global. Como o país ainda não tem um mercado regulado, conta principalmente com o impulso do mercado voluntário de carbono controlado por empresas, organizações e pessoas físicas, e o preço é estabelecido em função dos projetos.

O adjetivo “voluntário” deve-se ao fato de que as empresas compradoras de créditos o fazem sem imposições legais, mas pressionadas pela demanda crescente de investidores e consumidores de empresas ambientalmente responsáveis. Esta situação difere do que ocorre em países da União Europeia ou dos Estados Unidos e Canadá, cujas empresas que ultrapassam seus limites de emissão de carbono regulados legalmente são obrigadas a adquirir créditos no mercado para compensação de suas emissões.

No entanto, em julho de 2023, o governo federal apresentou uma proposta de regulamentação do mercado de carbono que deverá ser aprovada pelo Congresso Nacional até a Conferência da ONU sobre Mudanças do Clima, prevista para 2025. O modelo defendido pelo governo é semelhante ao praticado internacionalmente e tem o apoio do setor produtivo, prevendo a coexistência de mercados regulados e voluntários para a redução das emissões dos gases de efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento global. A proposta prevê a criação do Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões, limitando as emissões a partir de 25 mil de toneladas de carbono equivalente/ano. As empresas passariam a ser reguladas e receberiam cotas de emissão a cumprir que, caso não fossem alcançadas, teriam que ser compensadas no mercado regulado ou voluntário.

³⁶ Segundo matéria publicada pela Amazônia Real em 3/7/2024, após a deflagração da operação policial, a Verra suspendeu as contas do grupo empresarial, ou seja, o Projeto REDD+ Unitor (Projeto Verra 2508), Projeto REDD da Fortaleza Ituxi (Projeto Verra 1654) e Projeto REDD+ Evergreen (Projeto Verra 2539).

Como apresentado no estudo de caso anterior, mesmo em áreas com projetos certificados, não há garantias de que tais projetos assegurem a integridade ambiental na região onde estão situados ou que não restrinjam o esforço de proteção apenas à circunferência de sua própria área produtiva delimitada. Ou seja, uma área muito protegida e emissora de créditos de carbono pode estar cercada de áreas voltadas para atividades agropecuárias e impulsionadoras de desmatamento.

Os casos examinados apontam que terras disponíveis no Sul do Amazonas têm se articulado para potencializar investimentos na financeirização da proteção ambiental combinados com formas tradicionais de extrativismo de grande valor comercial disponíveis nas florestas e com crescente demanda do mercado internacional, como a madeira, a castanha e o cacau.

A economia de carbono, tal qual a bioeconomia empresarial, vem crescendo na Amazônia intensificadas pelo estímulo da emergência climática e pelo imperativo da apropriação privada como a melhor alternativa para a governança territorial e ambiental eficiente da Região Amazônica. Tal cenário se beneficia das tradicionais ferramentas de expropriação e apropriação ilegal de terras públicas e tradicionais, conforme enfatizado nos dois casos analisados no Sul do Amazonas, potencializadas pela emergência de um círculo de profissionais experientes de projetos ambientais e do mercado financeiro com vasto trânsito e experiência acumulada no comércio internacional.

Neste cenário, as novas formas privadas de governança do território são incrementadas pelas recentes normativas de regularização e aceleração da digitalização para resolver com celeridade o gargalo do “caos territorial amazônico”, ao passo que persiste a morosidade burocrática dos processos de destinação de terras públicas e regularização de terras tradicionalmente ocupadas.

O agravamento da crise ambiental torna cada vez mais estratégica a preservação do bioma amazônico para a regulação do clima, mas a imposição das formas financeirizadas da proteção à natureza tem conferido aos indígenas e extrativistas do Sul do Amazonas um papel subalterno, uma vez que a proteção ambiental vem se constituindo uma relação de mercado direta entre produtores, consumidores e especuladores de ativos financeiros.

Referências

- ASSUMPCÃO, Matheus Paes de; TAVARES, Paulo Amador; COUTINHO, Elaine de Castro. Balanço de carbono em cidades da Amazônia: estudo de caso em Belém, Brasil. Urbe. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, n. 11, e20180186, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180186>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- BISPO, Fábio. Empresa ligada à Shell é acusada de violar direitos indígenas em contratos de créditos de carbono. *Infoamazonia*, 31 out. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/10/31/empresa-ligada-a-shell-e-acusada-de-violar-direitos-indigenas-em-contratos-de-creditos-de-carbono/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- CAMPBELL Jeremy M. 'The Land Question in Amazonia: Cadastral Knowledge and Ignorance in Brazil's Tenure Regularization Program'. *PoLAR: Political and Legal Anthropology Review*, n. 38, v. 1, p. 147-167, 2015.
- CARVALHO, Laura. *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. *Pib do Agronegócio 2021*. São Paulo: Cepea/USP; CNA, 2021.
- CONSTANZA *et al.* Changes in the Global Value of Ecosystem Services. *Global Environmental Change*, v. 26, p. 152-158, 2014.
- CORSON, Catherine; MACDONALD, Kenneth Iain. Enclosing the global commons: the convention on biological diversity and green grabbing. *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 2, p. 263-283, 2012.
- ESSE fazendeiro já ganhou R\$ 18 milhões com carbono na Amazônia. *Veja como. Exame*, 18 nov. 2020. Disponível em: <https://exame.com/esg/esse-fazendeiro-ja-ganhou-r-18-milhoes-com-carbono-na-amazonia-veja-como/>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 2, p. 237-261, 2012.
- GRILLO, R. D. Discourses of development: The view from anthropology. In: GRILLO, R. D.; STIRRAT, R. L. (Eds.) *Discourses of development: Anthropological perspectives (Explorations in anthropology)*. [S.l.]: BergPublishers, 1997.
- IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. *Relatório de Atividades 2021*. Manaus: Idam, 2022.
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Números da Reforma Agrária*. 2019. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questaoagraria/reforma-agraria>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- INFANTE, Maísa. Moss já transacionou 100 milhões de reais em créditos de carbono. E agora aposta em NFTs para levar mais dinheiro à Amazônia. *Draft*, 16 nov. 2021. <https://www.projeto draft.com/moss-mercado-carbono-amazonia/>. Acesso em: 11 jan. 2024.

- LIMA, Leandro. Fraude em mercado de carbono grilou 500 mil hectares de terras no Sul do Amazonas. *Amazônia Real*, 3 jul. 2024. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/fraude-de-mercado-de-carbono/>. Acesso em: 10 jan, 2024.
- MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Colunas de fogo, cortinas de fumaça e narrativas inflamáveis: multiplicação de incêndios florestais e as novas dinâmicas sociais da expansão da fronteira agropecuária amazônica. *Revista Trabalho Necessário*, v. 20, n. 41, p. 1-26, 2022.
- MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. 'Esse governo é de vocês'. *Do Terra Legal ao Titula Brasil*: análise de uma década de políticas de regularização contra o caos fundiário amazônico. *Amazônica*, Belém, v. 15, n. 1, p. 49-71, 2023.
- PAJOLLA, Murilo. Funai nega, mas permitiu que empresa de NFTs violasse isolamento de indígenas na pandemia. *Brasil de Fato*, 12 ago. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/12/funai-nega-mas-permitiu-que-empresa-de-nfts-violasse-isolamento-de-indigenas-na-pandemia>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SANTOS, Ronaldo Pereira; PIZZIOLO, Vinícius Passos. Proteção ambiental versus expansão agropecuária: uma análise jurídica da destinação de terras públicas para criação de Unidades de Conservação no Sul do Amazonas. In: CONGRESSO NACIONAL DOS PERITOS FEDERAIS AGRÁRIOS, 2., 2016. Brasília. *Anais...* Brasília: MDA, 2016.
- SCHIEL, Juliana. *Entre patrões e civilizações*: os Apurinã e a política indigenista no médio rio Purus na primeira metade do século XX. 1999. 134 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/entre-patr%C3%B5es-e-civiliza%C3%A7%C3%B5es-os-apurin%C3%A3-e-pol%C3%ADtica-indigenista-no-m%C3%A9dio-rio-purus-na>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SCHIEL, Juliana. *Tronco velho*: histórias Apurinã. 2004. 533 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. Disponível em: <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/biblioteca/tronco-velho-hist%C3%B3rias-apurin%C3%A3>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- SILVEIRA, Caroline Soares da; OLIVEIRA, Letícia de. Análise do mercado de carbono no Brasil: histórico e desenvolvimento. *Novos Cadernos Naea*, [s.l.], v. 24, n. 3, 2021.
- Sul do Amazonas é nova fronteira do desmatamento da Amazônia. Infoamazonia, 22 dez. 2021. Disponível em: <https://infoamazonia.org/storymap/sul-do-amazonas-e-nova-fronteira-do-desmatamento-da-amazonia/>. Acesso em: 12 fev 2024.

WORLD RESOURCES INSTITUTE. *Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystems and Human Well-Being: Synthesis*. Washington D.C.: Island Press, 2005.

Como citar

MENEZES, Thereza Cristina Cardoso. Latifúndios de carbono e moedas virtuais para proteger a Amazônia: a corrida por terras e financeirização da natureza. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, e2432213, 20 dez. 2024. DOI: https://doi.org/10.36920/esa32-2_st09.



Creative Commons License. This is an Open Access article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.

Pareceristas

Ana Carolina Gonçalves Leite

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Andréa Simone Rente Leão

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Santarém, Pará, Brasil

Bruno de Oliveira Rodrigues

Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil

Caio Pompéia

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, Minas Gerais, Brasil

Debora Garcia Gaspar

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Emma Cademartori Siliprandi

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Roma, Itália

Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo

Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Fernando Darío Pintos

Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Buenos Aires, Argentina

Francisco Costa Teixeira

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Franklin Roberto da Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

Georges Flexor

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Horacio Pereyra

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), Buenos Aires, Argentina

Igor Simoni Homem de Carvalho

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil

Igor Rolemberg

École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Paris, França

Igor Thiago Silva de Sousa

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Janice Alves Trajano

Universidade Federal de Pelotas (UFPe), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil

Jeferson Tonin

Universidade Federal da Integração Latinoamericana (Unila), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

João Carlos Barrozo

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil

João Santos Nahum

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

John Wilkinson

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Jondison Cardoso Rodrigues

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

José Marcos Froehlich

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil

Lorena Izá Pereira

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, São Paulo, Brasil

Ludivine Eloy Costa Pereira

Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Paris, França

Luiz Antonio Cabello Norder

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Manuela Moreno

Universidad Nacional de Quilmes (UNQ), Buenos Aires, Argentina

Marco Antonio dos Santos Teixeira

Universität Heidelberg, Heidelberg, Alemanha

Maria do Socorro Lima

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Matheus Sehn Korting

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Michelly Aragão Guimarães Costa

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, Pernambuco, Brasil

Nádia Socorro Fialho Nascimento

Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, Pará, Brasil

Patrícia dos Santos Pinheiro

Universidade Federal da Integração Latinoamericana (Unila), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

Regina Coelly Saraiva

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil

Renata Barbosa Lacerda

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Renato Sérgio Maluf

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rodica Weitzman

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Rodrigo Constante Martins

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos, São Paulo, Brasil

Rômulo Soares Barbosa

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais, Brasil

Sandro Augusto Viegas Leão

Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), Santarém, Pará, Brasil

Sidnei Peres

Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Thiago Lima da Silva

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Paraíba, Brasil

Tomás Palmisano

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet), Buenos Aires, Argentina

Valdênio Freitas Meneses

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, Paraíba, Brasil

Walter Belik

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, São Paulo, Brasil